

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

NAURINETE FERNANDES INÁCIO REIS

**CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS: GUERRILHA DO ARAGUAIA, CAMPESINATO
E QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDESTE DO PARÁ - AMAZÔNIA ORIENTAL**

Versão corrigida

São Paulo/SP
2021

NAURINETE FERNANDES INÁCIO REIS

**CARTOGRAFIA DE MEMÓRIAS: GUERRILHA DO ARAGUAIA, CAMPESINATO E
QUESTÃO AGRÁRIA NO SUDESTE DO PARÁ - AMAZÔNIA ORIENTAL**

Versão corrigida

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia Humana.

Área de Concentração: Geografia Humana

Linha de Pesquisa: Território, agricultura e sociedade

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Valéria de Marcos

São Paulo/SP
2021

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia, campesinato e questão agrária no sudeste do Pará - Amazônia Oriental.** Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em Geografia.

Banca Examinadora

Prof. Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo (USP)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Nildo Silva Viana

Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)

Julgamento: Aprovado

Prof. Dr. Jerônimo da Silva e Silva

Instituição: Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa)

Julgamento: Aprovado

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

R375c Reis, Naurinete Fernandes Inácio
Cartografia de Memórias: Guerrilha do Araguaia,
campesinato e questão agrária no sudeste do Pará -
Amazônia Oriental / Naurinete Fernandes Inácio Reis;
orientadora Valéria de Marcos - São Paulo, 2021.
370 f.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.
Departamento de Geografia. Área de concentração:
Geografia Humana.

1. Guerrilha do Araguaia. 2. Campesinato no
sudeste do Pará. 3. Questão Agrária. 4. Memória
coletiva. 5. Amazônia Oriental brasileira. I. Marcos,
Valéria de, orient. II. Título.

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE**Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)**

Nome do (a) aluno (a): Naurinete Fernandes Inácio Reis

Data da defesa: 30/04/2021

Nome do Prof. (a) orientador (a): Valéria de Marcos

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, 28/06/2021



(Assinatura do (a) orientador (a))

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa) e à Universidade de São Paulo (USP), instituições que oportunizaram minha inserção no doutorado, no âmbito do Programa de Doutorado Interinstitucional (DINTER) - USP/Unifesspa-UFOPA-IFPA.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento ao DINTER.

À professora Dra. Idelma Santiago da Silva e ao professor Dr. Jerônimo da Silva e Silva, pela disposição e interesse em escutar e dialogar sobre minhas primeiras inquietações relacionadas a construção de uma proposta de pesquisa de doutorado, conduzindo nos primeiros passos da construção do projeto, ainda na fase de sistematização da problematização.

À minha orientadora, prof. Dra. Valéria de Marcos, pela dedicação e comprometimento na construção coletiva desta pesquisa.

Aos professores Dr. Ariovaldo Umbelino de Oliveira, Dr. Nildo Viana, Dr. Jerônimo da Silva e Silva e à professora Dra. Fernanda Padovesi Fonseca, pelos questionamentos, problematizações e contribuições às questões desenvolvidas nesta tese, durante o exame de qualificação e a banca de defesa.

Aos coordenadores do DINTER USP/Unifesspa prof. Dr. Wagner Costa Ribeiro, profa. Dra. Isabel Aparecida Pinto Alvarez e o prof. Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza.

Aos professores e professoras da USP que, durante as disciplinas ministradas, contribuíram com a construção de conhecimentos e com o aperfeiçoamento de habilidades fundamentais e imprescindíveis à nossa qualificação e à execução da pesquisa doutoral.

Aos colegas do DINTER, em especial, Abel Pojo, Leandro Cazula, Gleice da Costa, Josinaldo Reis, Priscila Magalhães, Silvana Silva, Cleide dos Anjos e Eneias Barbosa, pelas experiências vivenciadas e conhecimentos compartilhados.

Aos camponeses e lideranças dos movimentos socioterritoriais, os quais se disponibilizaram a compartilhar suas trajetórias e histórias de vida, bem como as compreensões que elaboram dos processos mais amplos a partir das experiências vivenciadas. Meu sincero agradecimento aos sujeitos dessa pesquisa que, ao registrarem e explicarem os fatos vivenciados no passado, tendo como ponto de partida a memória e o processo de recordação no contexto do tempo presente, também realizam um trabalho que contribui para a (re)construção social da realidade.

À minha família, pelo incentivo e compreensão em relação às ausências e afastamentos.

Ao meu esposo Claudio José Reis de Sousa, pelo incentivo, compreensão e contribuição durante todas as etapas do doutorado, principalmente nas atividades de campo.

A todas as pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a construção deste trabalho.

RESUMO

Esta pesquisa analisa a influência da Guerrilha do Araguaia (1967-1975) na história do campesinato da região sudeste do Pará. Desenvolvemos uma abordagem interdisciplinar, articulando a perspectiva da geografia agrária às bases teóricas referentes à concepção de memória social e aos procedimentos de pesquisa da história oral, à luz das novas abordagens sobre representações cartográficas. Por meio de uma cartografia analítica de memórias, tal como entendida por Deleuze e Guattari, tomando como ponto de partida os fatos relacionados à organização guerrilheira e à repressão militar, e tendo como fio condutor da análise as experiências dos camponeses, reconstituímos trajetórias e histórias de vida e, a partir delas, analisamos algumas das dimensões das dinâmicas socioterritoriais do campesinato. Compreendemos a Guerrilha dentro da lógica dos conflitos por territorialização, fazendo parte de projetos divergentes, antagônicos e inconciliáveis para a ocupação, apropriação e uso da terra na região amazônica. Assim, a forma como o Exército reprimiu o campesinato durante e após o conflito armado insere-se nos projetos do governo militar para a ocupação da Amazônia e a memória coletiva evidencia que a relação entre a Guerrilha e a questão agrária ficou evidente para os camponeses apenas após 1975, num contexto em que compreenderam melhor a dimensão política da questão agrária e o papel central da organização do campesinato em sua superação. Ao analisarmos o significado do processo rememorativo do ponto de vista da luta de classes, apontamos as dimensões políticas da memória coletiva que os sujeitos dessa pesquisa trazem à tona. Os relatos evidenciam que a luta que o campesinato mantém com os grandes proprietários de terra também se dá em torno da memória e pela memória, por meio da qual, os acontecimentos do passado são reconstituídos como forma de contestação e subversão à memória imposta ou às tentativas de enquadramento, negação ou silenciamento das memórias não-hegemônicas. Ao articularem as experiências vividas durante a Guerrilha com processos mais amplos que promoveram mudanças na região e resultaram em processo de desterritorialização de muitos posseiros, alguns evocam essas lembranças associando-as ao medo que impossibilitou a participação de camponeses nas organizações de luta pela terra. Outros utilizam as memórias como ferramentas para motivação e conscientização da necessidade de continuidade dessa luta, demonstrando que elas atuam na construção da subjetividade e contribuem para o fortalecimento da organização do campesinato na região. O reconhecimento e reafirmação da legitimidade das lutas do campesinato e seu lugar no processo histórico de transformação social tem como um dos fundamentos a memória dos enfrentamentos e das formas de representações que expressam o sentido atribuído ao passado e sua importância para as lutas do presente. No âmbito da memória coletiva, essas articulações fortalecem a identidade política do campesinato na relação com outros sujeitos, grupos e classes, e trazem o sentido de que as diversas formas de enfrentamento à violência do Estado, do capital e do latifúndio, ajudaram aos sujeitos estarem até os dias atuais no campo. As histórias de vida aqui analisadas resgatam os aspectos da experiência de vida pessoal e perpassam a rememoração dos fatos e acontecimentos da memória coletiva do campesinato e da memória social. Assim como o mapa, a memória explica e comunica, mas também reconstitui e constrói a realidade social, contribuindo para a compreensão do campesinato e suas dinâmicas socioterritoriais a partir dos sujeitos que o constitui. A cartografia aqui desenvolvida aponta que a luta pela terra e pela reforma agrária se dá também no âmbito da memória, a qual nos permite refletir sobre a questão agrária no sudeste do Pará, bem como na Amazônia Oriental brasileira.

Palavras-chave: Campesinato; Guerrilha do Araguaia; Questão agrária; Sudeste do Pará; Memória coletiva.

ABSTRACT

This research analyzes the influence of the Guerrilha do Araguaia (1967-1975) in the history of the peasantry in the southeastern region of Pará. We developed an interdisciplinary approach, combining the perspective of agrarian geography to the theoretical bases with reference to the conception of social memory and the research procedures of oral history, with the aim on new approaches to cartographic representations. By means of an analytical mapping of memories, as understood by Deleuze and Guattari, with as a starting point the facts related to the guerrilla organization and the military repression, and using as guiding thread of the analysis of the peasants, we achieved to reconstruct life trajectories and histories and, from that point on, we analyze some of the dimensions of the socio-territorial dynamics of the peasantry. We understand the Guerrilha within the logic of conflicts for territorialization, is forming a part of divergent, antagonistic and irreconcilable projects for the occupation, appropriation and use of land in the Amazon region. Thus, in the manner the Army repressed the peasantry during and after the armed conflict is part of the military government's projects for the occupation of the Amazon and collective memory highlights of the relationship between the Guerrilha and the agrarian issue, which became evident to the peasants only after 1975 in a context in which they better understand the political dimension of the agrarian question and the central role of the organization of the peasantry in overcoming the issue. By analyzing the meaning of the remembrance process from the point of view of the class conflict, we highlight the political dimensions of the collective memory that the subjects of this research show to us. The reports evidence that the conflict that the peasantry has with the large landowners also takes place around memory and the memory, by which the events of the past are reconstructed as a form of contestation and a subversion of imposed memory or attempts to frame, deny or silence non-hegemonic memories. By taking as a starting point the experiences lived during the Guerrilha with broader processes that promoted changes in the region and resulted in the deterritorialization process of many squatters, some of them evoke these memories by associating the same with the fear that prevented the participation of peasants in organizations fighting for land. Others use memories as tools for motivation and awareness of the need to continue this conflict, showing that they act actively in the construction of subjectivity and contribute to the strengthening of peasant organization in the region. The recognition and reaffirmation of the legitimacy of the conflict of the peasantry and its place in the historical process of social transformation has as one of the foundations memory of the forms of representation which express the meaning attributed to the past and its importance for the conflicts nowadays. In the context of a collective memory, these articulations strengthen the political identity of the peasantry in relation to other persons, groups and classes, and show the sense that the different ways of confronting violence by the State, capital and the latifundio, helped the subjects remain to the present day in the field. The life stories analyzed here rescue aspects, mainly, of the personal life experience, and permeate the recollection of the facts and events of the collective memory of the peasantry and of the social memory. The same way as a chart, a memory explains and communicates, but also reconstitutes and builds social reality, helping the understanding the peasantry and its socio-territorial dynamics from the subjects thereof. This cartography highlights that the conflict for land and agrarian reform also occurs within the scope of memory, which allows us to reflect on the agrarian issue in southeastern Pará, as well as in the eastern Brazilian Amazon.

Keywords: Peasantry; Guerrilha do Araguaia; Agrarian issue; Southeast of Pará; Collective memory.

RESUMEN

Esta investigación analiza la influencia de la Guerrilla de Araguaia (1967-1975) en la historia de los campesinos en la región del sudeste de Pará. Desarrollamos un enfoque interdisciplinario, que combina la perspectiva de la geografía agraria a las bases teóricas con referencia a la concepción de la memoria social y los procedimientos de investigación de la historia oral, con el objetivo de nuevos enfoques para las representaciones cartográficas. Por medio de una cartografía analítica de memorias, tal como se entiende por Deleuze y Guattari con como punto de partida los hechos relacionados con la organización de la guerrilla y la represión militar, y utilizando como guía hilo del análisis de las experiencias dos campesinos, logramos reconstruir trayectorias e historias de vida y, a partir de ese momento, analizamos algunas de las dimensiones de la dinámica socio-territorial del campesinado. Somos conscientes que de la Guerrilla dentro de la lógica de los conflictos de territorialización, se forma una parte de divergente, antagonista y proyectos irreconciliables para la ocupación, apropiación y uso de la tierra en la región amazónica. Por lo tanto, en la forma que el Ejército reprimió el campesinado durante y después del conflicto armado es parte de los proyectos del gobierno militar para la ocupación de la Amazonia y memoria colectiva destaca la relación entre la Guerrilla y la cuestión agraria se convirtió evidente para los campesinos sólo después 1975, en un contexto en el que comprender mejor la dimensión política de la cuestión agraria y el papel central de la organización del campesinado en la superación de la cuestión. Al analizar el significado del proceso de la memoria desde el punto de vista de la lucha de clases, destacamos las dimensiones políticas de la memoria colectiva que nos muestran los sujetos de esta investigación. La evidencia de los informes que el conflicto que tiene el campesinado con los grandes propietarios también toma lugar en torno a la memoria y el recuerdo, por el que los eventos del pasado se reconstruyen como una forma de contestación y una subversión de memoria o intentos para enmarcar impuesta, negar o recuerdos silencio no hegemónicas. Tomando como punto de partida las experiencias vividas durante el Guerrillero con procesos más amplios que promovieron cambios en la estructura social de la región y resultaron en el proceso de desterritorialización de muchos marginales, algunos de ellos evocan estas memorias mediante la asociación del mismos con el miedo que impidió la participación de los campesinos en las organizaciones que luchan por la tierra. Otros utilizan memorias como herramientas para la motivación y la conciencia de la necesidad de continuar este conflicto, mostrando que los recuerdos actúan en la construcción de la subjetividad y contribuir al fortalecimiento de la organización del campesinado en la región. El reconocimiento y la reafirmación de la legitimidad del conflicto de los campesinos su lugar en el proceso histórico de transformación social tiene como uno de los fundamentos de memoria de la lucha y formas de representación que expresan el significado atribuido al pasado y su importancia para los conflictos hoy en día. En el contexto de una memoria colectiva, estas articulaciones fortalecer la identidad política del campesinado en relación con otras personas, grupos y clases, y mostrar el sentido de que las diferentes formas de violencia confrontar por el Estado, el capital y el latifundio, ayudó a los sujetos a permanecer hasta el día de hoy en el campo. Las historias de vida que aquí se analizan rescatan aspectos de la experiencia de vida personal y penetrar en el recuerdo de los hechos y acontecimientos de la memoria colectiva del campesinado y de la memoria social. De la misma manera como un gráfico, un recuerdo explica y comunica, sino también reconstituye y construye la realidad social ayudando para comprender al campesinado y su dinámica socio-territoriales de los temas que constituyen de los mismos. Esta cartografía destaca que el conflicto por la reforma agraria y se produce también en el ámbito de la memoria, lo que nos permite reflexionar sobre la cuestión agraria en el sudeste de Pará, así como en el este del Amazonas brasileño.

Palabras clave: Campesinado; Guerrilla de Araguaia; Cuestión agraria; Sudeste de Pará; Memoria colectiva.

LISTA DE SIGLAS

| | |
|-------------|--|
| ACISO | Ação Cívico Social |
| AI | Ato Institucional |
| ALN | Ação Libertadora Nacional |
| BASA | Banco da Amazônia |
| CAT | Centro Agroambiental do Tocantins |
| CEBs | Comunidades Eclesiais de Bases |
| CENIMAR | Centro de Informação da Marinha |
| CEPASP | Centro de Educação, Pesquisa e Assessoria Sindical e Popular |
| CIE | Centro de Informações do Exército |
| CIMQCB | Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu |
| CISA | Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica |
| CNBB | Conferência Nacional dos Bispos do Brasil |
| COOCAT | Cooperativa Agrícola do Araguaia Tocantins |
| CODI | Centros de Operações de Defesa Interna |
| COLINA | Comandos de Libertação Nacional |
| CONDI | Conselhos de Defesa Interna |
| CONTAG | Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura |
| COPSERVIÇOS | Cooperativa de Prestação de Serviços |
| CSN | Conselho de Segurança Nacional |
| CPI | Comissão Parlamentar de Inquérito |
| CPT | Comissão Pastoral da Terra |
| DOI | Destacamentos de Defesa Interna |
| DSN | Doutrina de Segurança Nacional |
| ESG | Escola Superior de Guerra |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FASE | Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional |
| FATA | Fundação Agrária do Araguaia-Tocantins |
| FETAGRI | Federação dos Trabalhadores na Agricultura |
| FETRAF | Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar |
| FOGUERA | Forças Guerrilheiras do Araguaia |
| FUNAI | Fundação Nacional do Índio |
| GEBAM | Grupo Executivo do Baixo Amazonas |
| GERA | Grupo Executivo de Reforma Agrária |
| GETAT | Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins |

| | |
|-------------|---|
| IBGE | Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia |
| IBRA | Instituto Brasileiro de Reforma Agrária |
| INCRA | Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária |
| INDA | Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário |
| ITERPA | Instituto de Terras do Para |
| LASAT | Laboratório de Solos do Araguaia Tocantins |
| LSN | Lei de Segurança Nacional |
| MEB | Movimento de Educação de Base |
| MCB | Movimento Comunista Brasileiro |
| MEAF | Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários |
| MIQCB | Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu |
| MIRAD | Ministério da Reforma Agrária |
| MR-8 | Movimento Revolucionário 8 de outubro |
| MST | Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra |
| PCBR | Partido Comunista Brasileiro Revolucionário |
| PCB | Partido Comunista do Brasil |
| PCdoB | Partido Comunista do Brasil |
| PCUS | Partido Comunista da União Soviética |
| PDA | Plano de Desenvolvimento da Amazônia |
| PIC | Projeto Integrado de Colonização |
| PIN | Plano de Integração Nacional |
| PNRA | Plano Nacional de Reforma Agrária |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento (I e II) |
| POLAMAZONIA | Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia |
| Polop | Organização Política Marxista-Leninista – Política Operária |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| SDDH | Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos |
| SISNI | Sistema Nacional de Informação |
| SNI | Serviço Nacional de Informações |
| STTRs | Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais |
| SPVEA | Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia |
| STR | Sindicato dos Trabalhadores Rurais |
| SUDAM | Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia |
| SUDENE | Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste |

| | |
|--------------|---|
| SUFRAMA | Superintendência da Zona Franca de Manaus |
| SUPRA | Superintendência de Política Agrária |
| UDR | União Democrática Ruralista |
| UNE | União Nacional dos Estudantes |
| URSS | União das Repúblicas Socialistas Soviéticas |
| VAR-Palmares | Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares |
| VPR | Vanguarda Popular Revolucionária |

LISTA DE MAPAS

| | |
|---|-----|
| Mapa 1 – Localização da área de estudos na mesorregião sudeste do estado do Pará | 43 |
| Mapa 2 – Região sudeste do estado do Pará na década de 1960..... | 74 |
| Mapa 3 – Localização da região da Guerrilha no período de 1970..... | 114 |
| Mapa 4 – Localização dos Destacamentos guerrilheiros..... | 122 |
| Mapa 5 – Localização das Bases militares e das Estradas Operacionais..... | 155 |
| Mapa 6 – Localização dos municípios e povoados de atuação de Emmanuel Wambergue..... | 201 |
| Mapa 7 – Deslocamento do Senhor Antônio Alves de Sousa | 203 |
| Mapa 8 – Deslocamento do Senhor Abel Honorato de Jesus e da Senhora Francisca Silveira da Cruz..... | 216 |
| Mapa 9 – Deslocamento do Senhor Ruiderval Miranda Moura..... | 225 |
| Mapa 10 – Formas de ocupação, uso e domínio da terra na região de influência da Guerrilha do Araguaia..... | 310 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|-----|
| Imagem 1 – Cledeuza Maria Bizerra Oliveira, São Domingos do Araguaia..... | 78 |
| Imagem 2 – Senhor Camilo Benício de Moraes, Xambioá-TO..... | 96 |
| Imagem 3 – Senhora Maria Natividade Pereira, Xambioá-TO..... | 98 |
| Imagem 4 – José Genoíno Guimarães Neto, São Paulo-SP | 120 |
| Imagem 5 – Senhor Raimundo Gomes Cruz Neto (Raimundinho), Marabá-PA | 127 |
| Imagem 6 – Casa Azul, parte externa | 130 |
| Imagens 7 e 8 – Interior da Casa Azul. | 131 |
| Imagem 9 – Delegacia de Xambioá-TO | 138 |
| Imagem 10 – Ruiderval sentado à frente da Delegacia de Xambioá-TO | 138 |
| Imagem 11 – Base de Selva Cabo Rosa, Marabá-PA. | 172 |
| Imagem 12 – Chácara de Ruiderval Miranda Moura, localizada em Xambioá-TO | 178 |
| Imagem 13 – Antônio Alves de Sousa “Precatão” e Maria da Silva Sousa, Xambioá-TO..... | 184 |
| Imagem 14 – Lauro Rodrigues dos Santos, na Faveira, São João do Araguaia-PA..... | 187 |
| Imagem 15 – Abel Honorato de Jesus e Francisca Silveira da Cruz, Marabá-PA..... | 193 |
| Imagem 16 – Emmanuel Wambergue (Mano), Marabá-PA. | 200 |
| Imagem 17 – Antônio, Camilo e Manoel, em Xambioá-TO | 209 |
| Imagem 18 – Serra das Andorinhas | 211 |
| Imagem 19 – Ruiderval Miranda Moura em sua Chácara, localizada em Xambioá-TO..... | 226 |
| Imagem 20 – Maria Raimunda César de Sousa, Marabá-PA..... | 231 |
| Imagem 21 – Pedro Matos do Nascimento, durante a atividade de campo, 2017. | 275 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|--|-----|
| Quadro 1 - Camponeses mortos pela repressão militar à guerrilha..... | 170 |
| Quadro 2 - Camponeses mortos e desaparecidos durante a repressão militar à guerrilha, pendentes de comprovação..... | 171 |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| INTRODUÇÃO..... | 17 |
| 1. CONSTITUIÇÃO SUBVERSIVA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E FORMAÇÃO SOCIAL..... | 41 |
| 1.1 Amazônia como território estratégico para o desenvolvimento nacional: ocupação, colonização e transformações socioterritoriais no sudeste do Pará | 44 |
| 1.2 Apontamentos conceituais e características do campesinato em formação no sudeste do Pará | 59 |
| 1.3 Campesinato no sudeste do Pará: constituição e relações de classes na economia extrativista..... | 73 |
| 2. GUERRILHA DO ARAGUAIA: DO PLANEJAMENTO À REPRESSÃO..... | 103 |
| 2.1 O cenário político brasileiro e as dinâmicas geopolíticas internacionais no período de ocorrência da Guerrilha do Araguaia..... | 105 |
| 2.2 Opção pela resistência armada e estratégias de guerrilha rural: região e o campesinato do Araguaia, na concepção do PCdoB..... | 110 |
| 2.3 Guerrilheiros e camponeses: a perspectiva da experiência..... | 118 |
| 2.4 Embates entre movimento guerrilheiro e as Forças Armadas brasileiras: formas de envolvimento do campesinato | 125 |
| 3. DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS DE UM CAMPESINATO MARCADO PELA GUERRILHA: CARTOGRAFANDO MEMÓRIAS..... | 175 |
| 3.1 Cartografando as multiplicidades – desdobramentos dos fatos relacionados à Guerrilha e as implicações nos processos socioterritoriais no campesinato do Araguaia | 177 |
| 3.1.1 “Eu gritei muito, ninguém ouviu!” | 177 |
| 3.1.2 “A gente tinha aquele objetivo de fazer aquela caridade uns pros outros”..... | 183 |
| 3.1.3 “O pessoal que morava próximo de onde é a Transamazônica corriam tudo pra cá pra fazer compra, tanto aqui nos guerrilheiros como no meu pai” | 186 |
| 3.1.4 “Como que eu ia voltar para terra sem a ordem do Curió!?” | 188 |
| 3.2 Memórias do território e territórios da memória: transformações nos lugares, nas relações sociais e recriação do modo de vida camponês | 195 |

| | |
|---|------------|
| 3.3 Pontilhados da memória: inter-relação passado e presente, territorialidades e constituição de subjetividades..... | 211 |
| 3.3.1 “Você continua com aquela personalidade só que ela fica fragilizada!”..... | 225 |
| 3.3.2 O mapeamento exercido pela memória: compreensão, explicação e (re)construção social da realidade..... | 230 |
| 4. LEGADO DA GUERRILHA PARA O CAMPESINATO NO SUDESTE DO PARÁ E PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: GUERRILHA DE MEMÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA..... | 240 |
| 4.1 O agravamento da questão fundiária e a construção da resistência no sudeste do Pará: “A Igreja veio esclarecer que nós não podíamos viver no medo”..... | 247 |
| 4.1.1 Além do medo, “um abrir de olho”: “a disposição de lutar, a coragem e o desejo de transformar, de conquistar a liberdade”..... | 270 |
| 4.2 Novas formas de organizações e o passado presente..... | 282 |
| 4.2.1 A resistência armada e o campesinato..... | 293 |
| 4.2.2 Legado da Guerrilha para as formas de organização, de produção e de reprodução social camponesa..... | 298 |
| 4.3 Legado da Guerrilha e de seus desdobramentos para compreensão da questão agrária na Amazônia..... | 311 |
| 4.3.1 A dimensão política do percurso da memória - “Seguindo nessa organização política como legado de que é preciso lutar, resistir!”..... | 326 |
| CONSIDERAÇÕES..... | 342 |
| REFERÊNCIAS..... | 362 |

INTRODUÇÃO

Não aceites o habitual como coisa natural, pois em tempo de desordem sangrenta, de confusão organizada, de arbitrariedade consciente, de humanidade desumanizada, nada deve parecer natural, nada deve parecer impossível de mudar.

Bertolt Brecht

As dinâmicas socioterritoriais do campesinato do sudeste do Pará precisam ser compreendidas considerando-se sua inserção no território amazônico brasileiro, assim como os projetos pensados para ela, notadamente, no contexto histórico da segunda metade da década de 1960. Nesse período, em que o controle territorial dessa área passou a ser alvo de interesses diversos, inclusive, imperialistas, o governo militar instituído com o golpe de estado em 1964 no Brasil, construiu uma visão estratégica a respeito dela. A região amazônica, que já estava sendo ocupada por processos migratórios espontâneos, passou a ser alvo de inúmeras ações e políticas do governo militar, visando a ocupação dos supostos “espaços vazios”, a promoção da integração do território e as alianças internacionais. Essas ações, fundamentadas numa preocupação geopolítica, situavam-se no âmbito da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, e foram desenvolvidas de forma estratégica, atendendo aos interesses políticos, econômicos e militares.

A concepção sobre a Amazônia, por parte da diversidade de sujeitos e agentes sociais pertencentes às classes sociais distintas, a colocaram numa situação de disputas pela sua apropriação e domínio, considerando a população, o território e os recursos nela presentes. Dentre os conflitos ocorridos nesse contexto, a Guerrilha do Araguaia, em fase preparatória desde 1967, colocou em xeque os interesses divergentes e antagônicos que orientavam os projetos pensados para a região em sua porção Oriental, principalmente na fase de repressão militar, que foi prolongada mesmo após a eliminação do movimento guerrilheiro tendo como

alvo o campesinato. O conflito armado (1972-1975) entre guerrilheiros e militares envolveu o campesinato e os indígenas Suruí-Aikewara, que se encontravam no território localizado entre os municípios de São Domingos do Araguaia e São Geraldo do Araguaia, denominado atualmente de Terra Indígena Sororó.

Nessa perspectiva, a organização do movimento guerrilheiro por parte dos militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), bem como a estratégia utilizada pelas Forças Armadas Brasileiras sob o comando do Exército para exterminá-lo, são compreendidas aqui como estratégias visando o controle, a transformação e produção de territórios, que acirraram os conflitos socioterritoriais no campesinato da região do Bico do papagaio e, notadamente, do sudeste do Pará, e repercutiram na questão agrária amazônica.

O ponto de partida dessa pesquisa é o de que as experiências e o lugar do campesinato no processo histórico e social tornam-se melhor compreendidos considerando os fatos concretos vividos pela diversidade de sujeitos sociais que o constitui. Dentre os procedimentos necessários para a interpretação dessas experiências e de seus sentidos políticos, consideramos ser de fundamental importância “darmos ouvidos” ao campesinato, considerando o que enfatiza José de Souza Martins: “Ouvir o campesinato não quer dizer, simplisticamente, partir do próprio discurso dos ‘agentes sociais’. Quer dizer isso e muito mais” (1981, p. 17). Conforme Martins, além do exercício da escuta, “é preciso mobilizar recursos teóricos que permitam decifrar a fala do camponês, especialmente a fala coletiva do gesto, da ação, da luta camponesa. É preciso captar o sentido dessa fala, ao invés de imputar-lhe sentido, ao invés de desdenhá-la” (MARTINS, 1981, p. 17).

A luta armada entre militantes PCdoB e as Forças Armadas Brasileiras, deflagrada no período de 1972 a 1975 nos limites territoriais do sul e sudeste do Pará, norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão, região conhecida como Bico do Papagaio, deixou marcas no território, nas vidas dos sujeitos nela envolvidos, bem como repercutiu nas políticas públicas para a reforma agrária e nas formas de luta pela posse e permanência na terra. O campesinato, escolhido como base a ser integrada às Forças Guerrilheiras, bem como importante apoio aos militares na caça e extermínio aos “terroristas”, foi o sujeito histórico e político fortemente afetado.

As atrocidades cometidas pelas Forças Armadas contra camponeses e camponesas ainda são objetos de discussões, debates e reflexões. Muitos camponeses foram submetidos às perseguições, torturas, prisões, trabalho forçado e perdas de entes queridos, do círculo familiar ou comunitário. Muitos foram expulsos de suas terras, perderam as roças, tiveram suas

residências queimadas e as relações familiares desestruturadas. O número exato de camponeses assassinados ou desaparecidos ainda permanece desconhecido.

As ações militares situavam-se no contexto das premissas da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento que concebia a região, inserida na Amazônia Oriental brasileira, e que já havia sido transformada em zona prioritária para a Segurança Nacional, como estratégica nos planos de desenvolvimento econômico do governo militar. Dessa forma, partimos do pressuposto de que a ocupação militar da região, como justificativa para reprimir a organização guerrilheira, escondia o real plano do governo que era controlar político e socialmente um território em que se multiplicavam os conflitos pela posse da terra. Para garantir os interesses dos aliados do governo (fazendeiros, latifundiários, empresários agrícolas), era necessário controlar os conflitos e tensões, reprimindo as manifestações contrárias às políticas do regime ditatorial e expulsando os sujeitos indesejáveis da região, principalmente os camponeses.

Autores como Martins, Octávio Ianni e Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros, nos ajudam a embasar a análise nesse sentido. No esforço de compreensão da estratégia geopolítica dos governos militares para a Amazônia, Oliveira (1988) fez referência ao aparato militar usado na repressão aos guerrilheiros no período entre 1972 e 1975, bem como à intensa ocupação por tropas das Forças Armadas na área. Com base na análise feita por Maria Helena Moreira Alves (1985), o autor explicou que toda a estrutura montada, com construção de quartéis nas cidades próximas, abertura de estradas, construção de aeroportos e de heliporto, assim também como as medidas de controle da população camponesa, submetida a interrogatórios seguidos de torturas por suspeita de apoio aos guerrilheiros,

[...] deve ser entendida não apenas no seu sentido estritamente militar do combate à guerrilha, mas dos objetivos maiores com relação ao potencial econômico da região envolvida. Deve-se lembrar que nesta região ficam as reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás e grande quantidade de projetos agropecuários subsidiados pela SUDAM. E mais, era uma das áreas onde ocorriam grandes escândalos e grilagens de terras (OLIVEIRA, 1988, p. 84).

O Governo Federal, motivado por preocupação geopolítica, autorizou a construção de infraestrutura que possibilitasse apoio logístico aos militares durante a repressão ao movimento guerrilheiro. Posteriormente, outras ações, planos e políticas governamentais se somaram a essa medida visando favorecer a expansão do capital na região em detrimento da melhoria nas

condições de vida dos camponeses e indígenas já estabelecidos, ou recém-chegados, motivados pela política de colonização da Transamazônica.

A intervenção militar continuou na região mesmo após o extermínio dos militantes do PCdoB, contexto em que lutas pela terra tornaram-se mais expressivas e os conflitos mais intensos e violentos aconteceram na área de influência da atuação dos guerrilheiros.

Os camponeses e lideranças dos movimentos sociais que nos concederam entrevistas durante o trabalho de campo, demonstram que essa intervenção esteve vinculada ao receio governamental de que os camponeses fossem novamente aliciados por subversivos comunistas, ligados às organizações terroristas, com interesses opostos ao governo militar. Tal receio continuou existindo mesmo nos governos democráticos, fundamentando a criminalização das demandas dos movimentos socioterritoriais e de suas lideranças.

Alguns estudiosos da questão agrária regional e da temática da Guerrilha, dentre eles, Figueira (1986), Peixoto (2011), Campos Filho (2013), Mechi (2012), Pereira (2015), Afonso (2016), entre outros, argumentam que alguns fatos relacionados à repressão militar ao movimento guerrilheiro influenciaram na intensificação da violência no campo, demonstrando que algumas práticas organizativas dos camponeses têm sido interpretadas como resquícios de organizações terroristas, sendo, portanto, ameaça à ordem pública e aos interesses do capital. Os estudos apontam fatos relacionados à militarização da questão agrária; à criminalização dos movimentos sociais como uma das formas de justificar ideologicamente a repressão aos camponeses, religiosos e lideranças dos movimentos sociais e sindicais; à continuidade da grilagem; da violência dos latifundiários; dos grandes impactos ambientais; da ineficiência do Estado e atuação em favor dos grandes grupos econômicos.

Considerando esse contexto, o problema dessa proposta de pesquisa consiste em analisar as seguintes questões: Como pensar a constituição das dinâmicas socioterritoriais do campesinato do sudeste do Pará a partir da multiplicidade de olhares e modos de vida dos camponeses da região, tendo como ponto de partida o período da Guerrilha? Como os relatos da luta pela terra, do extrativismo, da Guerrilha, da presença militar e do poder público em geral se entrelaçam nas memórias e nas práticas cotidianas desses moradores, configurando paulatinamente uma dinâmica territorial própria?

O objetivo geral consiste em compreender, de forma interpretativa e processual, a influência da organização guerrilheira e da repressão militar na história do campesinato da região sudeste do Pará. A partir das narrativas orais, pretende-se compreender a trajetória e história de vida de camponeses que vivenciaram experiências relacionadas à Guerrilha,

articulando-as ao processo de construção de territorialidades, de forma a descrever e analisar criticamente as formas como essas são expressas nos diferentes contextos sociais, no território, nas práticas e nas relações sociais, considerando a diversidade de sujeitos presentes na região e as mudanças no território e no tempo, nos contextos geo-históricos e socioculturais.

Para atingir o objetivo proposto, ampliaremos o campo de pesquisa para além dos sujeitos que têm sido tradicionalmente considerados. Nessa perspectiva, analisaremos as dinâmicas socioterritoriais do campesinato do sudeste do Pará tendo como ponto de partida os fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia, e tendo como fio condutor da análise, as experiências vivenciadas pelos sujeitos que foram nela envolvidos e que, até os dias atuais, constituem a realidade do campesinato regional. Desenvolveremos uma abordagem interdisciplinar, articulando a perspectiva da geografia agrária, fundamentada numa concepção dialética de influência marxista, às bases teóricas referentes à concepção de memória social e aos procedimentos de pesquisa da história oral, à luz das novas abordagens sobre representações cartográficas. Essas abordagens, nos permitem fazer uso de termos homônimos e metáforas da geografia. Dessa forma, estabeleceremos a analogia ou metáfora da *memória* como *mapa*, bem como da *cartografia* como *procedimento analítico*.

Partimos da compreensão de que a manifestação concreta da vida, a movimentação e transformação social se assentam no antagonismo e lutas entre as classes, decorrentes do processo contraditório de desenvolvimento capitalista. Esta perspectiva nos remete à necessidade de formas diferenciadas de procedimentos de conhecimento e interpretação social, considerando as transformações, as movimentações, as contradições nas diferentes dimensões da vida, da sociedade e das relações. Ao optarmos por essa abordagem, cremos nos aproximar melhor das relações e conflitos que envolvem as classes sociais e, principalmente, nos aproximar das dimensões cotidianas da vida social na escala local, de suas formações e transformações em suas espacializações e temporalidades, considerando os impactos e repercussões dos projetos geoestratégicos, políticos e econômicos em escalas regional, nacional e mundial.

A memória constitui uma importante ferramenta de articulação entre os fatos e acontecimentos do passado com o presente, mas também evidencia que a história não é um movimento linear e evolutivo, como postulavam alguns geógrafos clássicos, como Ratzel e La Blache que, inspirados em teorias biológicas, formularam argumentos para explicar que as formações sociais se sucediam no tempo, passando por etapas necessárias para alcançar o ponto máximo de desenvolvimento.

O esforço de compreender de forma interpretativa as memórias dos sujeitos referentes às experiências vivenciadas concreta e historicamente nos remete à realização dos procedimentos de pesquisa da história oral, considerando que ela “tem valor de documento, e sua interpretação tem a função de descobrir o que documentam” (ABERTI, 2004, p. 19). Assim, as histórias de vida e trajetórias dos camponeses que foram envolvidos na Guerrilha nos permitirão analisar algumas das dimensões das dinâmicas socioterritoriais do campesinato evidenciadas a partir das experiências relatadas.

Conforme Alberti (2004),

A principal característica do documento de história oral não consiste no ineditismo de alguma informação, nem tampouco no preenchimento de lacunas de que se ressentem os arquivos de documentos escritos ou iconográficos, por exemplo. Sua peculiaridade – e da história oral como um todo – decorre de toda uma postura com relação à história e às configurações socioculturais, que privilegia a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu (2004, p. 15).

Por meio de uma abordagem interdisciplinar, desenvolveremos o procedimento de pesquisa a partir da perspectiva da “cartografia analítica” de memórias, concebendo as narrativas orais, tendo como ponto de partida a memória e o processo de recordação e rememoração, como fontes principais de pesquisa.

Compreendemos a compreensão atual do passado a partir das contribuições das abordagens teóricas sobre a constituição social da memória, considerando a relação entre indivíduo e sociedade, notadamente, das proposições pioneiras de Maurice Halbwachs (1990), as quais forma problematizadas e complementadas por outros estudiosos de diferentes áreas do conhecimento, tais como Pollak (1989), Bosi (1994), Viana (2020), entre outros.

Para Halbwachs (1990), a memória não é um fenômeno apenas individual, ela é também um fenômeno coletivo e “submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” e, por isso, a reconstituição da memória não se dá apenas por meios de recordações, mas também por meio do diálogo e da troca com os que vivenciaram as mesmas experiências. Na perspectiva de Halbwachs (1990), os indivíduos recordam de acordo com os contextos sociais determinados que os antecedem e nos quais estão inseridos, e a concepção do passado é continuamente reconstruída no presente. A memória pode ser apoiada nas percepções de outras pessoas (memória coletiva) ou internalizada tendo como referências as representações de uma memória histórica. Nessa perspectiva, o autor enfatiza que a sua materialidade se encontra na sociedade, enraizada em diferentes contextos.

Assim, a partir das proposições de Halbwachs (1990) sobre a memória enquanto um fenômeno social, articulamos elementos teóricos e conceituais de outros autores que desenvolveram estudos sobre a constituição social da memória, numa perspectiva dialética. Procedemos a uma abordagem interdisciplinar para o entendimento das diversas dimensões da memória, no sentido de compreender a memória individual, a memória coletiva e a memória social, e as determinações fundamentais que atuam no processo seletivo de evocação de lembranças. Dentre esses, destacamos a contribuição de Viana (2020), o qual, ao afirmar que a definição de memória enquanto um conhecimento atual do passado, de Halbwachs, é problemático, pondera: “É preciso distinguir entre a realidade passada e a consciência presente da realidade passada. Assim, não é o passado que é reconstruído a partir do presente e sim a consciência do passado, pois este continua intacto e apenas a nossa percepção dele se altera” (VIANA, 2020, p. 24).

A abordagem de Viana sobre o fenômeno da memória e sua relação com a sociedade, nos ajuda a desenvolver a análise das experiências dos sujeitos dessa pesquisa, a partir de uma perspectiva teórica marxista e dialética. Assim, recorreremos ao significado do conceito de memória, definido por Viana (2020): “Consideramos que a memória é o conjunto de lembranças que guardamos em nossa mente, sendo uma espécie de consciência latente. Algumas dessas lembranças são recordadas e outras não, mas todas fazem parte da nossa memória” (VIANA, 2020, p. 28). O autor desenvolve a abordagem a respeito da memória individual, da memória social e da memória coletiva. “A memória social seria a memória da sociedade em geral, tanto a exteriorizada em obras (intelectuais, materiais, etc.) quando as memórias individuais ainda não exteriorizadas que rememora o social” (VIANA, 2020, p. 100)

Ao tratar da memória coletiva, Viana substitui o termo “grupos sociais”, utilizado por Halbwachs (1990), pelo termo *coletividades*, por considerá-lo mais abrangente, pois inclui todos os tipos de associações de seres humanos, tanto as voluntárias como as involuntárias (classes, instituições, grupos, famílias, etc.). A memória coletiva, dessa forma, seria o conjunto de lembranças das coletividades, dos setores da sociedade, e sobre elas.

A abordagem de Viana (2020) sobre memória social ultrapassa a visão de Halbwachs (1990), focada nos “grupos sociais”. Assim ele define memória social:

A memória social, no sentido geral, é o conjunto de lembranças existentes numa determinada cultura, compreendendo por essa o conjunto das produções intelectuais de uma sociedade, bem como através de sua produção material. Assim, é uma consciência social latente, pois ela pode ser rememorada no sentido de contribuir com a reconstituição da história da sociedade. As

produções intelectuais (arte, ciência, filosofia, representações cotidianas, etc.) não apenas são lembranças explícitas, quando intencionalmente contam a história da sociedade, como são parte dessa história. As produções materiais são parte da história e são, portanto, registros involuntários dela (VIANA, 2020, p. 103).

Ao explicar o processo de constituição e reprodução da memória social, bem como sua dinâmica e contradições, suas possibilidades e tendências, o autor enfatiza:

O conjunto de lembranças de uma sociedade está expresso na cultura (conjunto de produções intelectuais), nos bens materiais, numa determinada relação com o meio ambiente, nos indivíduos que carregam sua memória individual e podem expressá-la. A cultura, os bens materiais, o meio ambiente (natureza, em sentido mais amplo), os indivíduos, existem e por isso são portadores de lembranças. Contudo, são os indivíduos, grupos, classes, que possuem memória. Os bens materiais, a natureza ou o meio ambiente, não possuem memória, mas podem ser alvos de lembranças e a partir do momento que são produzidos ou transformados pela ação humana, ou mesmo quando são alvos da consciência humana, isto é, quando são observados, analisados, admirados, etc., passam a fazer parte da memória social e podem ser alvo da evocação de lembranças dos seres humanos. Por outro lado, também são registros do passado e podem, por conseguinte, ajudar a reconstituir o mesmo. Tudo aquilo que foi produzido pelos seres humanos são parte da história e materializam coisas que são parte da memória social e servem para lembrar o passado (VIANA, 2020, p. 104-105).

A partir da abordagem crítica que faz da concepção de Berger, Viana desenvolve uma importante argumentação que nos auxilia na análise das narrativas dos camponeses e lideranças dos movimentos socioterritoriais desta tese, no sentido de procurarmos compreender os processos de reinterpretação do passado, por meio dos quais reformulam as recordações ou seu significado. Para o autor,

As recordações do passado reinterpretadas nem sempre são no sentido da falsidade, pois podem ser no sentido do desenvolvimento da consciência. Os indivíduos podem mudar e essa mudança pode ser marcada por um processo de esclarecimento no qual o indivíduo adquire uma consciência mais desenvolvida com o desenrolar de sua vida e/ou de suas reflexões (VIANA, 2020, p. 83).

Viana evidencia o caráter político da memória social e sua relação com a exploração e com a dominação. Essa perspectiva dialoga com as abordagens de Pollack (1989), no sentido de que a memória social é perpassada por disputas, conflitos e lutas entre uma multiplicidade de memórias coletivas, dentre elas, as memórias não-hegemônicas, marginalizadas ou subterrâneas, termo utilizado por Pollak. A memória social se impõe à maior parte dos

indivíduos, das classes, e dos grupos, prevalecendo em sua constituição oficial e hegemônica, as lembranças coletivas da classe dominante.

Viana (2020) e Pollak (1989) desenvolvem abordagens sobre a memória coletiva que estavam ausentes na teoria Halbwachs (1990). Uma delas tem a ver com a possibilidade de contestação da memória oficial dominante por parte das memórias coletivas não-hegemônicas, assumindo grandes proporções em contextos de acirramento de conflitos sociais. Viana (2020) demonstra que a perspectiva de classe é a determinação fundamental do processo seletivo de evocação de lembranças, sobre a definição do que é memorável e memorizável. Essa compreensão considera a perspectiva marxista de que de a relação entre as classes sociais, na sociedade capitalista, é perpassada por dominação, exploração, conflitos e interesses antagônicos.

Assim, “a adaptação memorial emerge com a resignificação da consciência do passado” (VIANA, 2020, p 139). Essa adaptação ou rememoração pode ocorrer por meio do *resgate memorial*, ou seja, da *reconstituição* dos acontecimentos tais como ocorreram ou da *recuperação memorial*, que significa *reinterpretação* do significado das lembranças, enquanto uma versão. Nesse sentido, Viana enfatiza:

O primeiro ponto a ressaltar, no que se refere à memória coletiva, é a de que existe uma luta pela rememoração e os principais agentes desta luta são as classes sociais e os seus representantes intelectuais. Tanto no âmbito das representações cotidianas (“senso comum”) quanto na do saber noosférico (científico, filosófico, etc.), esta luta se faz presente. As diversas abordagens do passado (tanto das representações cotidianas quanto do saber noosférico, complexo, especialmente a historiografia) estão envolvidas neste processo (VIANA, 2020, p. 202-203).

Apresentada a concepção de memória que adotamos, cabe-nos também fazer esclarecimentos a respeito da *cartografia* como procedimento de pesquisa que desenvolveremos nesta tese. Para tanto, faz-se necessária a indicação de que usaremos termos homônimos e metáforas que precisam ser explicadas para que esses procedimentos sejam compreendidos. Torna-se relevante ressaltar que os conceitos *cartografia* e *mapa* aqui utilizados, os quais são oriundos da geografia, foram apropriados por Deleuze e Guattari e usados na filosofia da diferença como termos homônimos da linguagem geográfica. Nesse sentido, Girardi e Soares (2016) fazem a distinção entre esses termos e os usados na linguagem cartográfica propriamente dita, explicando que,

De um lado temos o mapa como um objeto cultural, como uma produção humana (em geral, mas não exclusivamente, gráfica) para dar visibilidade a fatos, processos e relações do mundo humano que envolvam a espacialidade. Em conexão estreita com essa produção cultural de mapas há a cartografia como um ramo científico que se organiza *pari passu* com o desenvolvimento das relações capitalistas na Europa, no contexto que envolve as grandes navegações e o nascimento do estado moderno. Referimo-nos a estes como mapa-objeto e cartografia-ciência.

De outro lado, temos mapas e cartografia como conceitos gestados nas obras de Gilles Deleuze e de Félix Guattari. Aqui mapas se referem a conjuntos de linhas diversas funcionando ao mesmo tempo entre corpos de qualquer natureza (GIRARDI; SOARES, 2016, p. 47).

Nessa perspectiva, as autoras explicam que a cartografia seria o acompanhamento das linhas que se compõem no encontro entre dois corpos e um mapa, consistindo, dessa forma, numa operação analítica e processual. Ao fazer essa distinção, as autoras referem-se ao mapa como *mapa-conceito* e à cartografia como *cartografia-analítica*.

Necessário, ainda, se faz apontarmos a relação metafórica que estabelecemos nesse estudo entre as concepções de *mapa* e de *memória*. Parte-se do pressuposto de que as memórias, compreendidas como *imagens* ou *representações*, no sentido mais abrangente definido por Lussault (2003, p. 1), como “sistema de signos mediatizando a relação indivíduo-ator com o mundo”, explicam os fatos, os acontecimentos e as práticas sociais, mas também contribuem para criar realidades.

Propomos a metáfora da *memória/imagem* como *mapa*, na pretensão de realizar um procedimento semelhante ao desenvolvido por Harley (2005) que, ao introduzir as formas de interpretação dos mapas norte-americanos, propôs uma metáfora interpretativa diferente, discutindo-os como um texto e não como uma imagem da natureza. Conforme o autor,

Los mapas son textos en el mismo sentido en que lo son otros sistemas de signos no verbales como los cuadros, las impresiones, el teatro, el cine, la televisión y la música. Los mapas también comparten muchos intereses comunes con el estudio del libro al exhibir su función textual en el mundo y ser 'sujetos de control bibliográfico, interpretación y análisis histórico'. Los mapas son un lenguaje gráfico que se debe decodificar. Son una construcción de la realidad, imágenes cargadas de intenciones y consecuencia que se pueden estudiar en las sociedades de su tiempo. Al igual que los libros, son también producto tanto de las mentes individuales como de los valores culturales más amplios en sociedades específicas (HARLEY, 2005, p. 61-62).

A concepção de mapa adotada nesse estudo não consiste na cartografia tal como é concebida tradicionalmente. Considerando que os mapas não reproduzem perfeitamente a realidade, somos instigadas a refletir sobre o caráter construtivo e produtivo das representações,

no sentido apontado por Christopher Board, de procurar compreender a utilidade das mesmas. O mapa, enquanto representação complexa e mediação simbólica pode ser lido, interpretado e estudado como linguagem (FONSECA, 2007, p. 99), noção desenvolvida por Brian Harley ao se referir ao mapa como texto, como ato de construção.

Para Lussault,

Trata-se sobretudo de compreender a cartografia numa perspectiva de reconhecimento do princípio da construção da realidade social. A realidade dos objetos da sociedade não é dada, porém construída e reconstruída e a imagem espacial em geral (e a cartografia em particular) é instituinte dessa realidade que ela contribui para definir e para configurar (LUSSAULT, 2003, p. 3).

Essa abordagem nos fornece elementos para refletirmos sobre a produção de representações na perspectiva de conceber a *memória* como *mapa*, considerando o relato de histórias e trajetórias de vida, ancorado na memória, e seus desdobramentos nos diferentes contextos sociais; as condições em que é expressa e difundido e os efeitos de realidade que contribui para criar. Nesse processo, seguimos a reflexão marxista sobre a relação de exploração e dominação, bem como os conflitos e interesses divergentes e antagônicos entre as classes constituintes da sociedade capitalista, que nos auxilia na compreensão da luta pela memória nessa sociedade.

Ao aprofundar a ideia de Halbwachs (1990) de que a memória é seletiva, Viana (2020) apresenta importantes elementos para refletirmos sobre a seletividade do processo de recordação ou evocação de lembranças, argumentando que as lembranças esquecidas também fazem parte da memória. O autor classifica as recordações em: *inacessível*, *laboriosa* ou *acessível*, afirmando que “elas só são assim (inacessível, laboriosa ou acessível) em um determinado momento da vida do indivíduo e tal condição pode se alterar” (2020, p. 31). Assim, além da seletividade do processo de recordação, considerando que o conjunto de lembranças que constituem a memória não emerge em sua totalidade, contribui para a compreensão do que o autor chama de “ênfase memorial” que, no caso das narrativas desta pesquisa, são analisadas em seus aspectos contextuais. Essas reflexões nos remetem também às proposições de Alessandro Portelli (1998) sobre a memória ao afirmar que ela “[...] não é um núcleo compacto e impenetrável para o pensamento e a linguagem, mas um processo moldado (“elaborado”) no tempo histórico”.

A memória, como o mapa, é compreendida como um processo contínuo, ativo, seletivo e reflexivo, o que nos remete também às proposições de Bosi:

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. [...] A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que povoam nossa consciência atual (BOSI, 1999, p. 55).

A sistematização da concepção de *representações* apresentada por Marx e Engels (1989), na *Ideologia Alemã*, também embasa o estudo que fazemos da memória social e sua contribuição para o entendimento das dinâmicas socioterritoriais do campesinato na sociedade atual. Os autores defendem que a consciência, as representações e as ideias são condicionadas pelo modo de produção da vida material, mas também sustentam que “as circunstâncias fazem os homens assim como os homens fazem as circunstâncias” (MARX e ENGELS, 1989, p. 56).

A cartografia adotada nesta pesquisa, dessa forma, consiste num procedimento de pesquisa fundamentado também nas reflexões de Haesbaert formuladas a partir das ideias de Gilles Deleuze e Félix Guattari, e parte do pressuposto teórico de que a cartografia se configura como construção social, a qual faz um recorte possível do real a partir da compreensão de determinado grupo social sobre uma dada situação referente a um contexto histórico específico. Esse procedimento constrói conhecimentos à luz da situação vivenciada pelos sujeitos sociais inseridos no campesinato da região do Araguaia, os quais reconstituem, por meio das narrativas orais, a dinâmica da vida pessoal, relacionando-a com processos sociais e históricos.

Por possibilitar uma cartografia das multiplicidades, através da análise e descrição de encontros, agenciamentos e acontecimentos, Haesbaert compara a cartografia ao rizoma, explicando que o rizoma é o mapa das multiplicidades.

Deleuze e Guattari, assim, constroem o seu pensamento através do modelo do rizoma. O rizoma é uma proposta de construção do pensamento onde os conceitos não estão hierarquizados e não partem de um ponto central, de um centro de poder ou de referência aos quais os outros conceitos devem se remeter. O rizoma funciona através de encontros e agenciamentos, de uma verdadeira cartografia das multiplicidades. O rizoma é a cartografia, o mapa das multiplicidades (HAESBAERT, 2002, p. 4).

Deleuze e Guattari definem o modelo de pensamento árvore-raiz enquanto “decalque”, reprodução ao infinito, e o rizoma-canal, por sua vez, enquanto mapa, “voltado para uma experimentação ancorada no real”, aberto, desmontável, reversível, sujeito a modificações

permanentes, sempre com múltiplas entradas, ao contrário do decalque, que “volta sempre ao mesmo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

A cartografia diz respeito a um procedimento estratégico-rizomático. Ao explicar como o olhar rizomático traça uma cartografia, desenhando um mapa como diagrama variável, Deleuze e Guattari afirmam

O mapa é aberto, é conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível, suscetível de receber modificações constantemente. Ele pode ser rasgado, revertido, adaptar-se a montagens de qualquer natureza, ser preparado por um indivíduo, um grupo, uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação. Uma das características mais importantes do rizoma talvez seja a de ter sempre múltiplas entradas. [...] Um mapa tem múltiplas entradas contrariamente ao decalque que sempre volta ao “mesmo” (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 22).

A partir dessas considerações, a pesquisa tem como base o referencial teórico e de procedimentos de pesquisa que possibilitam a análise da construção das memórias considerando o processo de desterritorialização dos camponeses e, conseqüentemente, produção de novas territorialidades, a luz das proposições elaboradas por Haesbaert.

Priorizou-se uma abordagem geográfica, a qual enfatiza a movimentação e a dinâmica do território, das suas temporalidades e temporalizações em sua materialidade e simbolização, apreendendo-o em suas diversas dimensões, como demarcação, mas também fluxo; poder, mas também desejo; apropriação, mas também projetos e representações.

Ao lado de uma Geografia preocupada com as delimitações, os enraizamentos e as hierarquias de territórios, regiões e lugares, nunca superada, é preciso hoje instituir a força do movimento, uma espécie de Geografia dos espaços nômades, dos espaços da mobilidade, dos rizomas, mesclada por entidades híbridas como os territórios-rede, as redes regionais, os lugares móveis de conexão e/ou de passagem. Sem cair no extremo de um “fim dos territórios” ou de um fascínio pela mobilidade, mas reconhecendo a multiplicidade das des-re-territorializações contemporâneas, podemos reclamar para a Geografia pelo menos uma parcela da “Nomadologia” que Deleuze e Guattari advogam para a História ou, em outras palavras, para a Geo-História, que é o que Geografia e História deveriam ter sido desde sempre (HAESBAERT, 2002, p.14).

O referencial teórico e os procedimentos de pesquisa nos embasaram na realização de um procedimento flexível e processual de análise crítica, em que a compreensão das trajetórias de vidas dos sujeitos nos remeteu aos procedimentos de pesquisa das modalidades da História

Oral, privilegiando a realização de entrevistas a partir da história oral temática e da história oral de vida. As memórias, expressas por meio das narrativas, consistiram no ponto básico e fundamental das análises, não tendo, contudo, impossibilitado o diálogo com outras fontes.

A narrativa, ancorada na memória, é um dos principais alicerces do trabalho com a história oral, a qual “consiste na gravação de entrevistas de caráter histórico e documental com atores e/ou testemunhas de acontecimentos, conjunturas, movimentos, instituições e modos de vida da história contemporânea” (ALBERTI, 2004, p. 77).

No processo de reconstituição da dinâmica da vida pessoal, relacionando-a com processos sociais e históricos, em que os sujeitos sociais atualizam e renovam a compreensão sobre o passado no contexto atual, está presente a relação entre as múltiplas temporalidades que, para Delgado, constitui um dos principais desafios da história oral.

A temporalidade, ou seja, a relação entre múltiplos tempos, também é inerente ao documento produzido. Nele estão presentes o tempo passado pesquisado, os tempos percorridos pela trajetória de vida do entrevistado e o tempo presente que orienta e estimula tanto as perguntas do entrevistador que prepara o roteiro do depoimento como as respostas e essas indagações (DELGADO, 2006, p. 16).

Considerando-se que a história oral possibilita as narrativas, é possível fazermos um paralelo entre a noção de narrativa e a de mapa, remetendo-as ao processo de descrição e comunicação de experiências, mas também de construção de enunciados e de significados, concebendo ambos enquanto esforços de produção de racionalidades a partir do trabalho da linguagem. Nessa perspectiva, a realização de uma cartografia analítica de memória nos remete a uma análise das relações entre memória e mapa à luz das novas abordagens nos debates cartográficos que convidam a repensar os mapas.

As abordagens apresentadas contribuem para demonstrar as possibilidades de um diálogo interdisciplinar entre as áreas de história oral e de representações cartográficas. As narrativas em história oral, ancoradas no processo de rememoração, se aproximam da natureza simultânea e relacional dos mapas. Para a compreensão dessa aproximação convém-nos apresentar algumas concepções de mapa que nos ajudam a sustentá-la. Para Fonseca,

O mapa pode e deve ser entendido como uma linguagem. As linguagens são veículos e produtoras de um mundo social conflitante, pleno de significados e ideologias. Assim, potencialmente toda a linguagem pode ser transmissora e produtora de ideologias e com o mapa isso não é diferente (FONSECA, 2007, p. 92).

A concepção de Lussault (2003), de que a representação cartográfica contribui para a definição e configuração da realidade social, sendo, portanto, ativa na sua instituição, bem como a de Brian Harley que, ao desenvolver uma crítica a respeito das práticas tradicionais da cartografia, enfatiza que os mapas tendem a evidenciar um território “dessocializado”, “socialmente vazio”, também nos fornece embasamento para desenvolver uma análise comparativa relacional entre mapa e memória.

Outra contribuição importante a ser considerada consiste na abordagem feita por Girardi e Soares (2016) sobre o mapa enquanto processo (mapeamento) que é atualizado a partir das leituras que são feitas dele no presente, pois, conforme as autoras, o mapeamento não se encerra na finalização do mapa, como é definida pela perspectiva representacional da cartografia-ciência que, tendo como base teórica a matriz comunicacional,

estabelece que os dois campos de trabalho com o mapa-objeto são o que precede o mapa-objeto (produção) e o que procede dele (leitura ou utilização), e a linguagem cartográfica é o conjunto de normas a serem compartilhadas entre os dois sujeitos principais destas duas esferas, o cartógrafo e o usuário, garantindo a eficácia da transmissão da informação por meio de mapas (2016, p. 50).

Girardi e Soares (2016) recorrem às contribuições de Crampton e Krygier (2008), os quais situam a prática com mapas numa esfera eminentemente política, e de Kitchin, Perkins e Dodge (2009), os quais indicam que a cartografia tem sido concebida a partir de perspectiva relacional nos últimos anos, tratando mapas como ‘constelações de processos em curso’. Conforme as autoras, “em ambos os casos, o processo (o mapeamento) é tão ou mais relevante do que o produto (mapa-objeto), evanescendo os limites entre as esferas de produção e uso” (GIRARDI, SOARES, 2016, p. 51).

Girardi e Soares (2016) também abordam o mapa conforme discussão feita por Del Casino Jr. e Hanna (2006), de que o mapa consiste num processo que não finaliza na sua produção ou no seu consumo, considerando que a leitura de um mapa o atualiza. Essa relação do mapa-objeto com o mundo consiste num processo de mapeamento.

Transpondo esse raciocínio para a questão da memória, podemos afirmar que, assim como o mapa, a memória é atualizada no presente e consiste num trabalho político.

Sendo a memória sempre dinâmica, e que muda e evolui de época para época, é prudente que seu uso seja relativizado, posto que o objeto de análise, no caso, não é a narrativa objetivamente falando nem sua relação contextual, e,

sim, a interpretação do que ficou (ou não) registrado nas cabeças das pessoas e foi passado para a escrita (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 58).

A perspectiva da história oral, privilegiando as narrativas como fonte de pesquisa que perpassa pela dinâmica da memória, concebida aqui enquanto mapa ou mapeamento, torna-se um campo fecundo para o desenvolvimento de uma cartografia-analítica que potencialize a análise e descrição dos processos sociais constituintes e constitutivos do campesinato, a partir a diversidade de sujeitos inseridos nesses processos historicamente.

Assim, mais ou menos naturalmente, a história oral privilegia grupos sociais deslocados – migrantes e imigrantes -, parcelas minoritárias excluídas, marginalizadas, e se vale de suas narrativas para propor uma “outra história”, ou história “vista de baixo”, de ângulo incomum, sobre determinada realidade em contraposição ao silenciamento ou à visão “majoritária” e institucionalizada, assumida como aquela que devemos reconhecer como “versão oficial”. Por lógico, a visão dos grupos de poder interessa, mas como contraponto para o diálogo com os desvalidos (MEIHY; HOLANDA, 2013, p. 52).

Essa abordagem embasa a análise que fazemos das dinâmicas socioterritoriais do campesinato tendo como ponto de partida o período de ocorrência da Guerrilha, a partir da multiplicidade de olhares dos sujeitos que a vivenciaram e que, historicamente, constituem o campesinato em suas múltiplas faces ou frações, mas que têm suas práticas e representações silenciados e marginalizados.

Propõe-se, assim, diante de uma realidade complexa, dinâmica, desigual e em transformação, a pesquisa não apenas como mera descoberta, mas principalmente como um processo político de conquista, de construção, de criação e transformação, através de uma postura dialética no estabelecimento da relação dialógica e de colaboração entre os sujeitos da pesquisa, no sentido de superar a dicotomia teoria x prática, sujeito x objeto.

Os procedimentos adotados na pesquisa consistiram na pesquisa bibliográfica e documental, produção cartográfica e, principalmente, atividade de campo com realização de entrevistas com camponeses que foram envolvidos na Guerrilha do Araguaia e com lideranças dos movimentos socioterritoriais que estão na região desde o período de ocorrência do conflito armado.

No decorrer da pesquisa, utilizamos as ferramentas de coleta de dados a partir da pesquisa bibliográfica e documental, relevantes para a análise da temática em questão, que contribuiu para aprofundarmos a compreensão sobre o tema aqui desenvolvido. A pesquisa

bibliográfica sobre a literatura geral e regional relacionada ao campesinato e à Guerrilha do Araguaia, bem como relacionada ao referencial teórico e aos procedimentos de pesquisa que nortearam a investigação (cartografia de memórias, território, memória social, história oral, entre outros), além de pesquisa documental e levantamento de dados e informações referentes ao campesinato na região do Araguaia.

Compreendemos a Guerrilha do Araguaia em sentido amplo, desde a chegada dos primeiros militantes do PCdoB à região em meados de 1967, quando teve início as estratégias de aproximação e convivência com os camponeses e de preparação das condições políticas e militares para a implementação da resistência armada, até o final da Operação Limpeza (1975) realizada pelo Exército, após as três operações de cerco e aniquilamento empreendidas pelas Forças Armadas aos guerrilheiros, quando estes recorreram às estratégias militares de guerra de guerrilhas (1972-1974).

O trabalho de campo foi realizado nas localidades da região onde os destacamentos dos guerrilheiros e as bases militares foram estabelecidos. As entrevistas realizadas com os camponeses que foram direta ou indiretamente impactados pelos acontecimentos da Guerrilha, bem como com lideranças dos movimentos socioterritoriais da região, compreenderam a fração territorial do Sudeste do Pará (municípios de Marabá, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Palestina) e também o município de Xambioá, no Tocantins.

Além das entrevistas realizadas especificamente para esta pesquisa, outros relatos embasaram a análise feita neste trabalho, dentre eles os coletados durante as oitivas realizadas pela Comissão da Verdade do Pará em 2016, as entrevistas realizadas durante a pesquisa de campo para a elaboração da dissertação de mestrado intitulada “Memória Social e Guerrilha do Araguaia”, defendida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal de Goiás (UFG), em 2013, os depoimentos constantes em documentários e filmes sobre a Guerrilha do Araguaia, os eventos alusivos à Guerrilha organizados pelo PCdoB, entre outros.

Nem todas as entrevistas realizadas foram analisadas, a exemplo das concedidas pelos Senhores Veloso (Brejo Grande do Araguaia), Edson (Xambioá), Raimundo (Santa Isabel) e Pedro Matos do Nascimento (São Domingos do Araguaia). Elas, assim como as entrevistas que tive oportunidade de realizar durante as oitivas feitas pela Comissão da Verdade do Pará, em 2016, e os depoimentos constantes no acervo de arquivos digitais (em áudio e audiovisuais), que está sendo recepcionado institucionalmente no âmbito do Projeto de Extensão que

coordeno, intitulado “Pelo Direito à Memória, à Verdade e à Justiça: organização, catalogação e disponibilização de acervo com narrativas orais dos camponeses envolvidos na Guerrilha do Araguaia”, o qual está vinculado ao Núcleo de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (Nuade), da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (Unifesspa), foram consideradas como fonte de pesquisa que corroboraram com as interpretações dos relatos realizados pelos camponeses e lideranças dos movimentos sociais analisados nessa pesquisa.

Dessa forma, os procedimentos da pesquisa foram desenvolvidos a partir das seguintes etapas: num primeiro momento, estabelecemos contato inicial com os camponeses que contribuíram com a pesquisa, construindo uma relação dialógica e de alteridade com os agentes sociais. A partir da inserção social junto aos camponeses da região, demos relevo ao processo de pesquisa e sistematização das memórias, tanto em entrevistas individuais, como em conversas compartilhadas.

A análise das trajetórias e histórias de vida, chamada nessa pesquisa de “cartografia”, foi construída associando as memórias das experiências, dos conflitos e dilemas vivenciados pelos sujeitos, bem como explicitando as práticas tradicionais que caracterizam as territorialidades, com o território, com a representação elaborada do lugar ou lugares.

Dessa forma, a partir das entrevistas e encontros com os camponeses foi elaborada uma cartografia de memórias, descrevendo não apenas os lugares vinculados à repressão e resistência política, mas também as diferentes territorialidades identificadas no processo de construção das dinâmicas do campesinato na região do Araguaia após o conflito armado.

A tese está subdividida em quatro capítulos inter-relacionados, além da introdução e das considerações finais.

O primeiro capítulo apresentará o quadro da região sudeste do Pará e as transformações que estavam ocorrendo no período de 1960 a 1970, situando-as no contexto das políticas do governo federal para a região amazônica, concebida como território estratégico para o desenvolvimento nacional. A partir da pesquisa bibliográfica e por meio da análise das narrativas orais dos camponeses que foram envolvidos na Guerrilha, abordaremos os impactos diretos ou indiretos de projetos e interesses diferentes e divergentes que têm sido historicamente pensados e implementados na região e que culminam em conflitos violentos envolvendo o campesinato, notadamente, na região do Araguaia.

Recorreremos às contribuições de pesquisadores que nos ajudam a compreender a realidade da região amazônica brasileira em geral e, em particular, da Amazônia Oriental, bem como as características centrais que definem o campesinato no sudeste do Pará. Dentre os

autores, destacamos Jean Hébette (2004), Marília Ferreira Emmi (1988), Octavio Ianni (1979; 1981; 1984), José de Souza Martins (1980; 1981; 1985; 1993; 2018) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988; 1991; 1995; 2003; 2004; 2005; 2007), entre outros. Com base nesses estudos, abordaremos as transformações socioterritoriais do sudeste do Pará, nos processos de desenvolvimento histórico e formação social do campesinato regional e os conflitos decorrentes da estrutura fundiária concentrada e das relações sociais dela resultante.

As narrativas, com enfoque para os municípios e localidades do sudeste do Pará onde ocorreu a atuação dos militantes do PCdoB e a posterior repressão ao movimento guerrilheiro por parte das Forças Armadas brasileiras, demonstram os aspectos relacionados à constituição do campesinato no sudeste paraense. Demonstram os impactos das estratégias políticas e econômicas diversas e, em alguns casos, antagônicas, colocadas em prática na região, evidenciando as transformações sociais e econômicas e os conflitos socioterritoriais decorrentes da intensificação do processo de expansão capitalista na Amazônia a partir da segunda metade década de 1960. Discutiremos as formas de ocupação, os processos de migração de famílias camponesas em busca de terra e as dificuldades enfrentadas para garantir a posse e permanência na terra.

No segundo capítulo, apresentaremos o contexto histórico e político no qual a Guerrilha do Araguaia foi planejada pelo PCdoB, situando-o numa conjuntura abrangente, considerando a relação entre as políticas do Estado-nação e as dinâmicas geopolíticas internacionais do período que, por sua vez, também orientou as estratégias de repressão militar à organização guerrilheira ainda em sua fase de preparação.

Discutiremos a forma como o campesinato do sudeste do Pará foi inserido na estratégia de guerrilha rural e os princípios que nortearam os militantes do PCdoB na preparação guerrilheira na região do Bico do Papagaio. Abordaremos as formas como o campesinato foi envolvido nos embates entre movimento guerrilheiro e as Forças Armadas brasileiras, e as formas de violências e repressão empregadas por parte do Exército durante o extermínio dos guerrilheiros. A análise, baseada na pesquisa bibliográfica referente aos estudos desenvolvidos sobre a temática, terá como enfoque o campesinato da região do Araguaia a partir dos relatos das experiências vivenciadas pelos camponeses que conviveram com os militantes do PCdoB durante a fase de preparação da organização guerrilheira (1967-1972) e que foram direta e indiretamente envolvidos no conflito armado (1972-1974) e/ou vivenciaram o contexto da “Operação Limpeza”. As memórias serão fundamentais para a reconstituição do significado da presença de militares e de guerrilheiros na região na perspectiva camponesa, no sentido de

aprofundar a compreensão acerca das consequências e dos desdobramentos desse acontecimento nas dinâmicas socioterritoriais do campesinato e na vida dos camponeses e camponesas envolvidas.

No terceiro capítulo partiremos do pressuposto de que as experiências vivenciadas pelos camponeses da região durante a Guerrilha perpassam, de alguma forma, as memórias das representações e as práticas deles em contextos posteriores. Dessa forma, procuraremos compreender as dinâmicas socioterritoriais do campesinato da região sudeste do Pará, tendo como referência as memórias dos sujeitos que o constituem. Essa concepção nos remeterá ao estudo das configurações territoriais da vida social, considerando as dimensões da temporalidade, numa abordagem em que as dimensões de espaço-tempo são consideradas complementares.

Dessa forma, procuraremos abordar a construção social da memória e a produção de subjetividades considerando a complexidade das relações nas quais os sujeitos estão inseridos. Por meio de uma cartografia das multiplicidades realizamos uma leitura dinâmica e processual da realidade em suas múltiplas intersecções, procurando desarticular os discursos e as práticas instituídas, evidenciando os processos complexos e as relações despotencializadoras que impedem a produção de novos acontecimentos (agenciamentos produtivos) ou reforçam a reprodução do que já está estabelecido. Analisaremos as experiências de vida dos camponeses que foram envolvidos no conflito, procurando compreender a forma como se relacionam com a terra, com rios, florestas e demais contextos sociais, bem como se organizam no território e atribuem sentido ao lugar, abordando as mudanças ocorridas no transcurso do tempo para compreender o contexto atual. As memórias serão fontes históricas privilegiadas para aprofundarmos a compreensão dos desdobramentos dos fatos relacionados à Guerrilha e as implicações nos processos socioterritoriais no campesinato do Araguaia, nos possibilitando apresentar as transformações nos lugares, nas relações sociais e recriação do modo de vida camponês.

A repressão brutal ao campesinato durante e após a repressão militar ao movimento guerrilheiro será analisada considerando o papel estratégico atribuído à região dentro dos objetivos geopolíticos pensados para a Amazônia por parte do governo militar desde a segunda metade de 1960 e que se estenderam após a finalização da “Operação Limpeza”.

O quarto capítulo analisará as narrativas das experiências de sujeitos sociais inseridos em dinâmicas de um campesinato numa região marcada por conflitos fundiários atuais, mas que se articulam às memórias de um tempo e território do “antigamente”, aos fatos e acontecimentos

do passado. Muitos dos relatos dos camponeses sobre suas condições e modos de vida atuais, bem como de lideranças dos movimentos sociais do campo demonstram que as práticas sociais, as formas de pensar e sentir estão entrelaçados às experiências vivenciadas no decorrer das trajetórias e histórias, notadamente, relacionadas à Guerrilha do Araguaia. Para Bosi (1994), “uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho da reflexão e da localização, seria uma imagem fugidia (1994, p. 81)”. Essa articulação nos possibilita compreender de forma interpretativa e processual a realidade multifacetada do campesinato numa região marcada por um conflito armado, ou seja, entender a influência da Guerrilha na história do campesinato local.

Demonstraremos como nessa região de fronteira agrícola, os conflitos pela posse e permanência na terra tornaram-se mais complexos a partir da década de 1970 em decorrência dos fatos relacionados à ocorrência da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), durante, e a partir da qual, o cotidiano e as dinâmicas socioterritoriais das cidades, povoados e vilas localizadas na área de influência do conflito foram alteradas. Os relatos demonstram o papel exercido pela Igreja católica no processo de conscientização e organização dos camponeses no processo de resistência contra a violência do Estado e do latifúndio após a Guerrilha, contribuindo para a organização sindical dos trabalhadores rurais.

Dentro do contexto de agravamento da questão fundiária e da necessidade de construção da resistência no sudeste do Pará, os relatos dos camponeses e lideranças dos movimentos sociais demonstram importantes aspectos relacionados à dimensão política do percurso da memória, no sentido de apontar para a construção do legado, ou da influência, da organização guerrilheira e da repressão militar para as formas de organizações, de produção e reprodução social do campesinato no sudeste do Pará. O estudo bibliográfico e as memórias nos possibilitaram desenvolver também uma reflexão sobre o legado da Guerrilha e de seus desdobramentos para compreensão da questão agrária na Amazônia.

No decorrer dos quatro capítulos, a tese analisará os sentidos atribuídos no presente às experiências vivenciadas pelos camponeses no passado, como articulam em suas narrativas elementos do passado para explicar/justificar as dinâmicas socioterritoriais do campesinato no presente, em sintonia com contextos geo-históricos e culturais. Refletiremos sobre o sentido das memórias que estão sendo construídas para a continuidade e/ou descontinuidade das territorialidades a partir das demandas atuais do campesinato e de suas formas de organizações.

A tese consiste na compreensão da constituição das dinâmicas socioterritoriais do campesinato do sudeste do Pará, a partir da multiplicidade de olhares e modos de vida dos

moradores da região, por meio de uma cartografia de memórias, tendo a história oral como procedimento de pesquisa. Esse procedimento nos possibilitou compreender o lugar do movimento guerrilheiro na organização do campesinato e o papel da repressão militar para a limpeza e liberação da área para a viabilização do projeto desenvolvimentista do governo militar que seria implementado com maior intensidade na sequência.

A partir da reconstituição da história do campesinato por meio da memória coletiva, apontaremos a relação entre a Guerrilha do Araguaia (1967-1975) e a questão agrária, que ficou evidente para os camponeses apenas após a eliminação militar do movimento guerrilheiro. Essa compreensão foi construída em função, principalmente, da continuidade das ações de repressão aos camponeses e quaisquer outras possibilidades de mediação na organização política do campesinato que pudessem representar risco à implementação da política agrária dos governos militares, que procuravam a todo custo assegurar as condições políticas para a livre expansão e reprodução do capital na região.

A análise da memória coletiva do campesinato nos permitiu demonstrar que a forma como o Exército reprimiu o campesinato durante as Campanhas de Cerco e Aniquilamento à organização guerrilheira insere-se nas estratégias geopolíticas, militares e econômicas do governo militar para a ocupação da Amazônia, principalmente para a formação e expansão dos projetos agropecuários. Assim, as operações militares durante a Guerrilha, bem como a militarização da questão agrária após a eliminação dos guerrilheiros, consistiram em verdadeiras ações de desterritorialização dos camponeses, atendendo aos interesses dos projetos do governo militar para a Amazônia, que já estavam sendo colocados em prática desde a segunda metade da década de 1960, orientados por uma política fundiária anticamponesa.

Os militares praticaram violências extremas contra os camponeses suspeitos de apoiar os guerrilheiros, os quais, por sua vez, por terem sido surpreendidos ainda em fase de preparação, não conseguiram desenvolver um trabalho político efetivo de conscientização com os camponeses, como previa o projeto guerrilheiro.

A violência praticada pelo Exército contra os camponeses durante esse contexto gerou um clima de medo que levou muitos deles a não considerarem a possibilidade de se inserir em movimentos de luta pela terra em períodos posteriores. Porém, o agravamento dos conflitos por terra, com a intervenção militar na questão agrária, período em que as decisões mais importantes a respeito dos problemas fundiários foram transferidas para o Conselho de Segurança Nacional, gerou um efeito contrário ao esperado pelo Governo Federal durante a Ditadura. No período pós-guerrilha, a ampla repressão militar, policial e política no campo visando inibir qualquer

possibilidade de organização política do campesinato, teve como resposta a emergência de uma maior compreensão e conscientização sobre a questão agrária e do papel central da organização do campesinato em sua superação, com intensificação da resistência camponesa. Com apoio dos grupos e agentes de mediação, e por meio de diferentes formas de luta pela terra, a dimensão política da questão agrária foi evidenciada e a capacidade de articulação, pressão e reivindicação pôs em questão o pacto do Estado com os grandes proprietários e o grande capital, na imposição dos grandes projetos econômicos.

1. CONSTITUIÇÃO SUBVERSIVA DO CAMPESINATO NO SUDESTE PARAENSE: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO E FORMAÇÃO SOCIAL

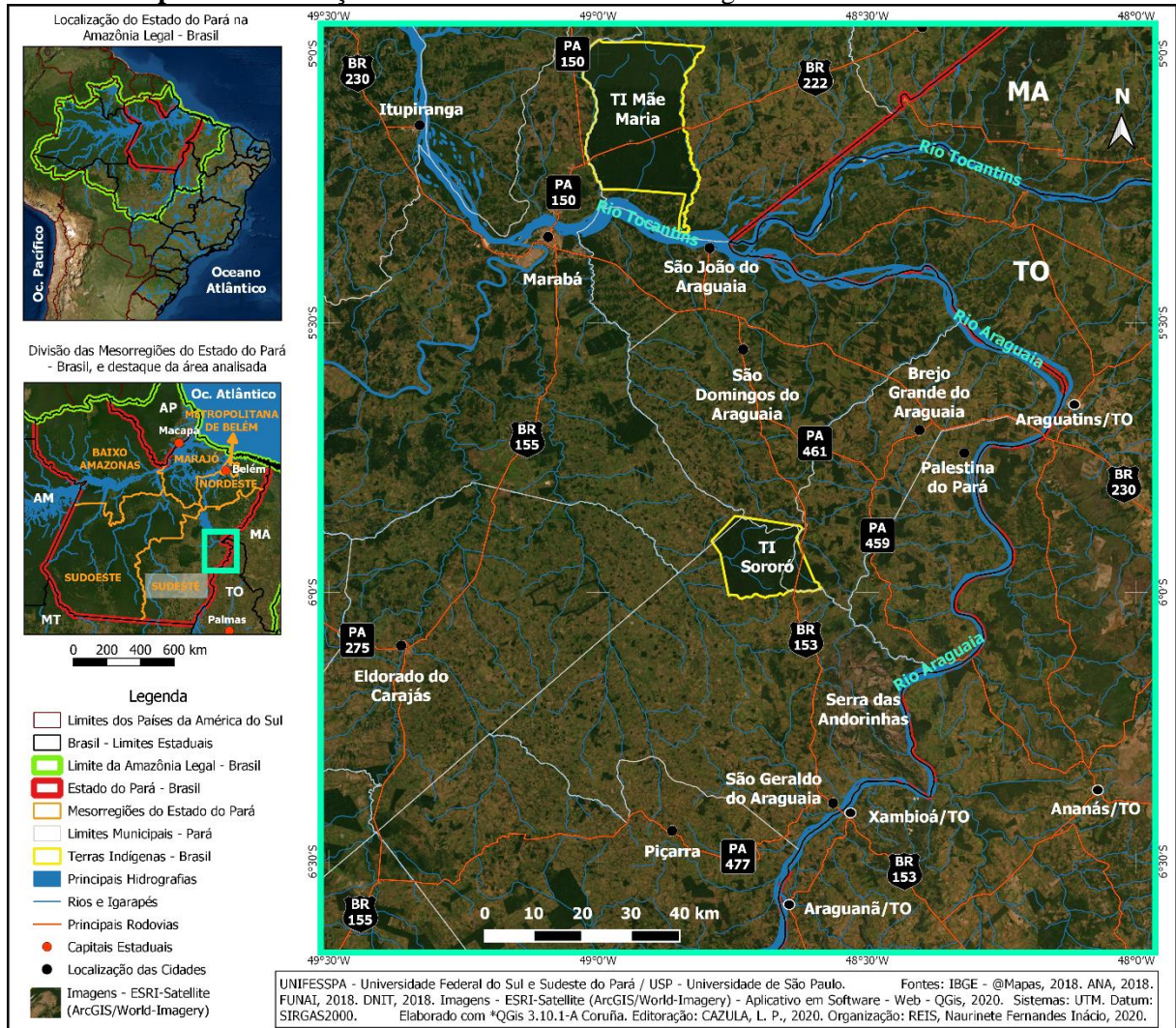
Essa terra era devoluta. Entremos nela... nesse tempo não se falava em terra de dono aqui no Pará... não existia. Era terra da União, era terra dada. Aí nós entremos, papai circulou um pedaço bonzinho e ficamos trabalhando. Com a continuação, com o tempo foi expandindo o serviço aí ele tirou quase três léguas de terras e ficou pra família (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

A compreensão da constituição do campesinato do sudeste do Pará, pressupõe uma análise preliminar dos aspectos relacionados à ocupação da região amazônica brasileira, situando-a no contexto das políticas de desenvolvimento regional e nacional, bem como de integração do território, implementadas pelo governo federal durante a ditadura civil-militar.

A fração da mesorregião sudeste do estado do Pará onde ocorreu a Guerrilha, situa-se na região conhecida como “Bico do Papagaio”, divisa com o norte do atual estado do Tocantins e com o oeste do estado do Maranhão (mapa 1), e foi diretamente impactada com as medidas colocadas em prática nesse contexto, sendo caracterizada como a região brasileira que mais concentra conflitos no campo.

Dessa forma, analisamos as transformações em curso na mesorregião sudeste do Pará desde a década de 1960, perpassando pelo estudo das formas de ocupação, dos processos de migração e resistência camponesa pela posse e permanência na terra, abordando as mudanças ocorridas no território e no tempo, nos contextos geo-históricos e socioculturais. Nesse contexto, os processos produtivos e as relações sociais de trabalho que caracterizam o modo econômico regional baseado no extrativismo, bem como a formação e atuação das oligarquias locais também serão abordadas, no sentido de contribuir com a compreensão das transformações ocorridas no território e no modo de vida dos sujeitos sociais com o processo de expansão capitalista na Amazônia, que foi intensificado na região a partir da segunda metade década de 1960, causando conflitos sociais e territoriais.

Mapa 1 – Localização da área de estudos na mesorregião sudeste do estado do Pará



Organização autoral

Recorreremos às contribuições de pesquisadores que nos ajudam a compreender a realidade amazônica, bem como as características centrais que definem o campesinato regional. Os estudos e pesquisas por eles realizados abordam aspectos importantes para o entendimento da constituição e desenvolvimento do campesinato na região onde ocorreu a Guerrilha do Araguaia. Dentre os autores, destacamos Jean Hébette (2004a, 2004b, 2004c, 2004d), Marília Ferreira Emmi (1988), Octavio Ianni (1979, 1981, 1984), José de Souza Martins (1980, 1981, 1985, 1993, 2018) e Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1988, 1991, 1995, 2003, 2004, 2005, 2007), entre outros. Com base nesses estudos, abordaremos as transformações socioterritoriais do sudeste do Pará, nos processos de desenvolvimento histórico e formação social do campesinato regional e os conflitos decorrentes da estrutura fundiária concentrada e das relações sociais dela resultante.

A região se constitui, historicamente, em alvo de estratégias políticas e econômicas diversas e, em alguns casos, antagônicas, as quais têm causado profundas transformações territoriais. Essas transformações foram intensificadas no período de 1972 a 1975, momento em que foi deflagrada a repressão militar à organização guerrilheira, e seus desdobramentos repercutem até os dias atuais.

1.1 Amazônia como território estratégico para o desenvolvimento nacional: ocupação, colonização e transformações socioterritoriais no sudeste do Pará

O território amazônico brasileiro, desde meados da década de 1960, foi concebido como tendo importância estratégica por parte do Estado nos projetos de desenvolvimento nacional. Sendo assim, o processo de ocupação pensado para a região esteve orientado por preocupações geopolíticas, principalmente, durante os governos militares pós-1964. Conforme demonstrado por Oliveira (1995), a marcha realizada sobre as terras da Amazônia tem sido proporcionada pela tríplice aliança entre o capital nacional, as estatais e as multinacionais.

A partir de 1970, a ocupação da Amazônia foi inserida nos projetos de desenvolvimento e modernização do território brasileiro na lógica capitalista de produção do espaço geográfico, fato que intensificou a transformação da estrutura fundiária. Ao analisar as políticas territoriais do Estado e a estratégia geopolítica desenvolvida durante os governos militares para o desenvolvimento capitalista brasileiro, Oliveira (1988) demonstrou que esse período se caracterizou por um processo de internacionalização da economia brasileira, sob influência da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento. Essa doutrina foi gestada na Escola Superior de Guerra (ESG), criada em 1949, e assentava-se na tese “do que não se entregar aos Estados Unidos entregar-se-á à União Soviética” (OLIVEIRA, 1988, p. 29). Conforme o autor,

Nessa estratégia, coube lugar de destaque para a geopolítica da integração nacional, onde o desenvolvimento das três grandes regiões geoeconômicas brasileiras – Centro-Sul, Nordeste e Amazônia – era visto sob o ângulo de estratégias diversas: o Centro-Sul deveria ter o processo de industrialização solidificado e sua agricultura modernizada, além de participar do esforço nacional de “desenvolvimento do Nordeste” via industrialização e da ocupação, via “Operação Amazônia, da região Norte do país (OLIVEIRA, 1988, p. 29).

Dentre as justificativas apresentadas para as novas políticas territoriais do Estado, a Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966, demonstra preocupação com os problemas e tensões sociais que afetavam o Nordeste e a concentração populacional e, por outro lado, com as características da Amazônia, vista como uma extensa área de fronteira de “imenso vazio demográfico e econômico” e caracterizada como tendo terras, florestas e rios abundantes, riquezas naturais a serem potencialmente exploradas. Além disso, o texto legislativo chama a atenção para o fato de que as atividades econômicas tinham como base, predominantemente, o extrativismo vegetal.

Dessa forma, a Amazônia e, conseqüentemente, a região sudeste do Pará, foi inserida na estratégia geopolítica dos governos militares dentro dos planos de desenvolvimento regional e de integração nacional. Muitos estudos analisaram os objetivos e conseqüências dessa política, entre eles, os desenvolvidos por Loureiro, Ianni, Martins, Emmi, Hebette, Oliveira, entre outros. Conforme pode-se depreender a partir desses estudos, tratava-se, dentro da estratégia de internacionalização econômica brasileira, da inserção de territórios não capitalistas na lógica de reprodução capitalista do espaço, da transformação do território em mercadoria por meio de projetos desenvolvimentistas que visavam o crescimento econômico acelerado.

As estratégias de ocupação e aproveitamento “racional” da região amazônica foram desenvolvidas pela “Operação Amazônia”. O governo militar implementou a política de incentivos fiscais e creditícios, que variavam de 50% a 100%, concedidos às iniciativas de investimentos em projetos agropecuários, industriais e de serviços básicos, incluindo, transporte, energia, comunicação, educação e colonização. Esses incentivos eram mediados pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), criada em 1966, a qual substituiu a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), criada pelo governo Vargas em 02 de janeiro de 1953; pelo Fundo para Investimentos Privados do Desenvolvimento da Amazônia (FIDAM) e pelo Banco da Amazônia S.A. (BASA), agente financeiro do sistema.

Ianni (1981) analisou a implantação dessa política e as transformações decorrentes da atração de órgãos e agências governamentais, de capital, de empresários, trabalhadores, infraestruturas, entre outras, demonstrando como a atuação do governo federal contribuiu para a expansão do capital na Amazônia e para a alteração das forças produtivas e relações de produção na região sudeste do Pará. Nesse período, ocorreu aumento populacional e surgimento de povoados e vilas devido à intensificação da migração para a região em busca de trabalho, motivada pela propaganda do governo. Muitos migrantes conformaram a categoria dos peões

que foram arrematados para derrubada e queima das matas para formação de pastos nas fazendas. Essa política favoreceu a implementação das grandes empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras, entre outras, conforme analisado por Hébette (2004a), Oliveira (1995), Sader (1987) e Ianni (1981). Conforme Oliveira,

Os primeiros projetos agropecuários aprovados pela SUDAM datam de 1966, e entre eles destacam-se os projetos da: Cia. de Desenvolvimento Sul do Pará – CODESPAR, localizada em Barreiras do Campo, no município de Santana do Araguaia (PA); Cia. Agropastoril do Araguaia (Fazenda Santa Fé), também localizada no mesmo município de Santana do Araguaia; Cia. Agropecuária Nazareth, em Conceição do Araguaia (PA); Agropecuária Suiá-Missu S/A, localizada no antigo distrito de São Félix, município de Barra do Garças (MT), hoje município de São Félix do Araguaia (MT) (OLIVEIRA, 1995, p. 68).

De acordo com Ianni,

Entre 1966 e 1969, a SUDAM havia aprovado 14 projetos de pecuária e agropecuária para implantação no município de Conceição. E foram 10 os projetos aprovados para implantação no município de Santana do Araguaia. Em julho de 1976, já somavam 70 os projetos de pecuária e agropecuária aprovados pela SUDAM para implantação nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia (IANNI, 1981, p. 102).

Com relação às transformações ocorridas no município de Conceição do Araguaia em decorrência da expansão do capital, Ianni registra:

Ao longo dos anos 1960-77, a economia e a sociedade do município de Conceição do Araguaia cresceram e diversificaram-se numa escala surpreendente para os antigos habitantes do lugar. O automóvel, o ônibus, o caminhão, o trator, o avião, a agência bancária, o comércio com Belém, Anápolis, Goiânia, Brasília e o Centro-Sul tornaram-se elementos do cotidiano de todos, na cidade e no campo. Parece que uma nova economia e sociedade formaram-se de repente, um pouco enraizadas no que já havia de antes, um pouco justapostas ao que era vigente até então. Novos personagens passaram a dominar os acontecimentos locais: empresas agropecuárias, fazendeiros, gerentes de fazendas, advogados, médicos, migrantes, posseiros, colonos, peões, gatos, gerentes de bancos e agências governamentais, agência do Banco do Estado do Pará, agência do Banco da Amazônia, agência do Banco do Brasil; tudo, ou quase tudo, parece estranho no lugar, vindos do norte, nordeste ou Centro-Sul. O governo Federal de torna presente e ativo ali, por meio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e outras agências Federais. De repente, nos anos 1960-77 Conceição do Araguaia ingressa no ritmo e no espírito do desenvolvimento capitalista que domina no Centro-Sul e que se estende por todo o território do país. Reintegram-se, numa escala ampla e profunda, a economia e a sociedade locais com a economia e a sociedade nacionais (IANNI, 1981, p. 111).

Além desses órgãos, o Estado criou, em 1967, a SUFRAMA (Superintendência da Zona Franca de Manaus), por meio do Decreto-Lei nº 288 de 28 de fevereiro, visando à criação de um centro industrial e agropecuário que integrasse a Amazônia Ocidental ao restante do país, que viabilizasse a mundialização da indústria brasileira.

A expansão dos projetos agropecuários intensificou a vulnerabilidade dos indígenas e dos camponeses posseiros que, sem contar com o apoio do governo, precisaram resistir aos processos expropriatórios de suas posses ou deslocarem-se em busca de novo chão.

Como se sabe, o empresariado aderiu à operação e desta adesão nasceram os processos de expropriação das terras indígenas, das terras dos posseiros, das florestas, dos recursos minerais, enfim, da Amazônia como um todo. Nesses processos de adesão do grande monopólio capitalista situa-se também a origem dos conflitos com os indígenas, com os posseiros e com os garimpeiros (OLIVEIRA, 1988, p. 39).

Os conflitos colocavam em xeque os diferentes interesses presentes na região, sobretudo, os relacionados ao uso e apropriação da terra, e evidenciavam as práticas dos governos militares no que se refere à proposta de reforma agrária tão reivindicada pelas Ligas Camponesas que tiveram suas lideranças perseguidas e reprimidas após o golpe de 64. O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504, de 30 de outubro) foi assinado pelo Marechal Castelo Branco em 1964, porém não foi efetivado, pois os interesses dos latifundiários, aliados do governo militar, precisaram ser preservados. Somente na década de 1980 que o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária seria elaborado.

Além do mais, a atuação do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), assim como do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA), órgãos criados pelo Estatuto da Terra em 1964 com o objetivo de promover a reforma agrária, e atuantes até 1970, conforme Oliveira (1988, p. 42), “[...] esteve marcado por um processo intenso de corrupção, grilagens e venda de terras para estrangeiros”, envolvendo pessoas e órgãos do governo militar. O autor analisou o Relatório Velloso, elaborado e divulgado em 1968 pela Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) instituída pelo Congresso Nacional a pedido do Deputado Federal Márcio Moreira Alves, para apurar denúncias feitas pela imprensa sobre venda de terras a estrangeiros. O relatório demonstrou “[...] o envolvimento de inúmeros brasileiros particulares e funcionários do IBRA e de cartórios públicos na grande falcatura de venda de terras a estrangeiros, sobretudo na Amazônia” (OLIVEIRA, 1988, p. 42).

O parecer do relatório elaborado pelo Deputado Federal Major Haroldo Velloso, publicizado em 3 de junho de 1968, revelou a venda de 20.000.000ha de terras a estrangeiros, estando a maioria localizada na Amazônia. Sobre o estado do Pará, o relatório destaca que, de um total de mais de 5.000.000ha em poder do grupo João Inácio, sócio do húngaro naturalizado Arpad Szuecs e do norte-americano Stanley Amos Selig, muitas teriam sido adquiridas por requisição ao Estado, como terras devolutas, por intermédio de processos de grilagem.

Após esse fato, novos dispositivos legais foram criados pelo governo militar para regulamentar o acesso à área rural a brasileiros e estrangeiros, porém com brechas que possibilitavam legalizar irregularidades já cometidas, bem como deixava a possibilidade para a apropriação de grandes latifúndios por grupos internacionais. Essa prática foi largamente exercida durante o Plano de Integração Nacional (PIN), lançado em 16 de junho de 1970, por meio do qual o governo do General Emilio Garrastazu Médici, aliando objetivos econômicos e geopolíticos, iniciou o processo de integração da Amazônia, sob o lema de que era preciso integrar a Amazônia ao restante do Brasil para não entregá-la aos estrangeiros (OLIVEIRA, 1988; MARTINS, 2018; IANNI, 1979).

Vários autores desenvolveram estudos que demonstram os motivos para integrar a Amazônia e desenvolver a economia regional, fazendo referência à questão da segurança nacional que estaria em risco por conta das possibilidades de guerrilhas rurais, tanto no Nordeste quanto na Amazônia, sobretudo no Pará.

Conforme demonstrou Ianni (1979, 1981), o governo militar, antes da construção da rodovia Transamazônica, tomara conhecimento por meio da Operação Carajás, realizada pelo Exército em 1970, de que no sul do Pará havia grupos guerrilheiros se organizando no meio rural, tendo os núcleos de posseiros como base de apoio. Nessa região, a migração de camponeses e trabalhadores rurais e suas famílias estava se intensificando, como também os conflitos pela posse e uso da terra, devido aos interesses das empresas agropecuárias que estavam se instalando desde 1966 com apoio estatal por meio da SUDAM e do BASA, entre outros.

Assim, o início um tanto surpreendente e repentino de uma política nova, sistemática e ativa de colonização dirigida na Amazônia parece dever-se, antes de mais nada, às razões de segurança. O reavivar dos antagonismos sociais no Nordeste e o surgir de núcleos de “tensão social” na Amazônia, ao menos no Sul do Pará, fizeram com que o governo adotasse várias medidas econômicas e políticas simultâneas. Ao mesmo tempo que se desenvolviam as medidas políticas repressivas, inauguradas desde 1964 no âmbito do país, procuravam-se soluções práticas para o controle político de problemas sociais. Nesse

sentido, várias medidas foram adotadas no que diz respeito à Amazônia e em relação com o Nordeste, sempre sob o mando do poder estatal controlado pelos governantes desde o Golpe de Estado de 1964 (IANNI, 1979, p. 35).

Conforme analisado por Oliveira, “O PIN passou a ser programa especial no seio do Plano ‘Metas e Bases para a Ação do Governo’ do General Emilio Garrastazu Médici, que era o embrião do futuro I PND, que foi elaborado para o período 72/74” (1988, p.74). Oliveira ressalta três decisões importantes relacionadas ao PIN:

A primeira referia-se à abertura de duas rodovias na Amazônia - a Transamazônica (ligando o Nordeste e a Belém-Brasília à Amazônia ocidental – Rondônia – Acre) e a Cuiabá-Santarém, ligando o Mato Grosso à Transamazônica e ao próprio porto de Santarém, no rio Amazonas; a segunda medida foi a implantação, em faixa de terra de 10 km de cada lado das novas rodovias, de um programa de “colonização e reforma agrária” e o início da primeira fase do plano de irrigação do Nordeste; e a terceira medida referia-se à transferência de 30% dos recursos financeiros dos incentivos fiscais oriundos de abatimento do imposto de renda para aplicação do Programa (1988, p. 63).

Dentre os motivos do PIN, Loureiro destaca,

[...] a necessidade de abrir novos mercados consumidores dos produtos industrializados do Centro-Sul do país; necessidade de criar novas oportunidades de trabalhos para os nordestinos que passavam dificuldades com a seca, falta de terras e pela pobreza da agricultura; intenção de aproveitar o potencial minerador, madeireiro e pesqueiro da Amazônia, com vistas à exportação para o estrangeiro; procura de novas terras por investidores do sul e interesse especulativo de investidores internacionais pelas terras amazônicas; e o que os militares chamavam de “segurança nacional”, pois temiam que os trabalhadores rurais do nordeste se revoltassem mais ainda e possibilitasse o desenvolvimento de guerrilha rural, por isso preferiram atrair os nordestinos para Amazônia (LOUREIRO, 2002, p. 71).

Em 1970, por meio do Decreto-Lei nº 1.110 de 9 de julho, criou-se o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), resultado da fusão do IBRA e do INDA e que também absorveu as responsabilidades e atribuições deles e do Grupo Executivo de Reforma Agrária (GERA). O INCRA ficou responsável pela reforma agrária, dentro dos objetivos pensados para a Amazônia. Por meio do programa de colonização, supriria a necessidade de força de trabalho aos grandes projetos agrominerais e agropecuários.

Outro aspecto fundamental para a compreensão da geopolítica militar para Amazônia tem a ver com a “federalização” das terras devolutas, por meio da Lei nº 1.164 de 1º de abril de

1971, promulgada pelo General Médici. Nela, definia-se como “indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional as terras devolutas situadas na faixa de 100 km de largura em cada lado do eixo de rodovias na Amazônia Legal”¹. As razões de segurança interna, que desde 1964 já era preocupação do governo instalado com o Golpe de Estado, passaram a influir e dinamizar as decisões sobre a colonização na Amazônia, desde 1970. Conforme Ianni,

O PIN, de 1970, reservou para a colonização e reforma agrária dez quilômetros à esquerda e à direita das rodovias, sem falar em “segurança” interna ou nacional. Mas era evidente a preocupação em garantir alguma terra para os nordestinos e outros trabalhadores rurais subempregados ou desempregados. O Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971, é explícito [...]. E arrola quinze estradas ou trechos de estradas, construídas, em construção ou a construir, como rodovias incluídas no âmbito do decreto (IANNI, 1979, p. 40).

A colonização realizada na área do Pólo Carajás, que compreende os municípios de Conceição do Araguaia, São João do Araguaia, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Marabá, situados no sul e sudeste do Pará, apresenta muitas características da colonização oficial desenvolvida na Amazônia. Nessa área, em que as migrações de camponeses e trabalhadores rurais ocorriam mesmo antes da construção da rodovia Transamazônica, a colonização oficial e a ocupação espontânea desenvolveram-se simultaneamente. Durante o período em que ocorreu, prioritariamente, a colonização oficial por meio dos Projetos Integrados de Colonização (PIC) do INCRA, registram-se casos de posseiros que ocuparam a terra por conta própria e, posteriormente, foram transformados em colonos por parte do INCRA. A esse respeito, Ianni (1979) cita o caso do trecho da Transamazônica situado entre Estreito-MA e Marabá-PA. Essas formas espontâneas de ocupação da terra por migrantes atravessaram os projetos oficiais de colonização, mesmo durante o predomínio da colonização particular realizada a partir de 1974.

Ianni (1981) chamou os projetos de colonização implementados na Transamazônica pelo INCRA, que foram denominados de reforma agrária, de “contra-reforma agrária do Estado autoritário”, considerando que a atuação do PIN e do INCRA tiveram a ação do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), instituído pelo Decreto-Lei nº 1.179, de 6 de julho de 1971, de forma contrária ao Estatuto da Terra, desenvolvendo a “reforma agrária” para os latifúndios.

¹ Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/De11164.htm. Esse Decreto-Lei foi revogado pelo Decreto-Lei nº 2.375, de 24.11.1987. Acesso em: 10.08.2020.

Concordando com Ianni, Oliveira (1988) enfatiza:

Como todos podem observar, o PIN, o INCRA e o PROTERRA formavam um esquema articulado nos bastidores do governo militar. Ou seja, criava o governo do General Médici um programa que simplesmente contrariava o Estatuto da Terra, que previa a desapropriação através de pagamento com “Títulos da Dívida Agrária”. Entretanto, agora, através do PROTERRA, passava esta desapropriação a ser feita “mediante prévia e justa indenização em dinheiro” (alínea “a” do artigo 3). Estava estabelecido mais um elo da “contra-reforma agrária”, ou seja, uma “reforma a favor dos latifundiários” (OLIVEIRA, 1988, p. 82).

Muitos grupos econômicos e empresários, principalmente paulistas, se beneficiaram da política de incentivos fiscais da SUDAM, notadamente na região do Araguaia paraense, goiano e mato-grossense. O Pará estava entre os estados que mais concentravam esses projetos, atravessados por grilagens e deixando rastros de violência e expropriações, pois em muitas áreas havia terras ocupadas por posseiros e indígenas. Nesse contexto, os conflitos por terra na Amazônia foram intensificados, pois os posseiros resistiam às tentativas de expulsões praticadas por jagunços e pistoleiros contratados pelos fazendeiros para expulsá-los de suas posses. Além disso, as empresas agropecuárias recorriam à peonagem, com práticas de trabalhos análogo à escravidão. Registravam-se também os genocídios indígenas, que ganhavam maiores projeções com o passar do tempo. Conforme Oliveira (1995), os incentivos fiscais foram parcialmente desviados e não foram devidamente aplicados na região de acordo com o planejado.

As pesquisas de Martins (1989) apontam que a violência que caracterizava as relações de trabalho nos empreendimentos capitalistas no início da década de 1970 já eram de conhecimento público, inclusive sendo denunciada por religiosos vinculados à Igreja Católica. “São frequentes as denúncias de assassinatos impunes de trabalhadores, como frequentes são as referências ao tráfico de pessoas destinadas à escravidão do débito nas novas fazendas de empresários modernos” (MARTINS, 1989, p. 86).

Conforme registrado por padre Ricardo Rezende Figueira:

É o tempo de instalação de fazendas pertencentes ao Bradesco, à Volkswagen, à Manah, à Óleos Pacaembu, à Nixdorf, ao Bamerindus, a Severo Gomes, à família Lunardelli, à SUPERGASBRÁS e tantas outras. Derrubam-se florestas indiscriminadamente, expulsam-se posseiros das terras com violência e instaura-se o trabalho escravo, através de empreiteiros (“gatos”), dos quais muitos são mais conhecidos como chefes de pistoleiros. Existem diversos depoimentos orais sobre os fatos que se deram nesta época,

mas há relativamente pouca coisa escrita. Conta-se com insistência, por exemplo, que em grandes partes das empresas agropecuárias houve a morte de centenas de trabalhadores (FIGUEIRA, 1986, p. 22-23).

A política conduzida pelo governo militar em 1970, visando abrir e integrar a região amazônica ao centro do país, por meio de planos nacionais e regionais de desenvolvimento, foi influenciada pela Doutrina de Segurança Nacional, sustentada pela concepção de Segurança e Desenvolvimento, elaborada a partir dos Estados Unidos da América (EUA). O governo colocou em prática um acordo de estratégia geopolítica para a defesa interna do território brasileiro, bem como para a promoção do desenvolvimento nacional, visando promover o capitalismo. Procurou-se articular programas de exploração da infraestrutura e da economia na Amazônia com um projeto de colonização visando executar medidas através de ações estatais e ações privadas. Essa estratégia materializou-se na elaboração do Plano de Integração Nacional (PIN) em 1970, do Plano Nacional de Desenvolvimento I (1972-1974), do Plano Nacional de Desenvolvimento II (1975-1979) e do Plano de Desenvolvimento da Amazônia (PDA).

As políticas governamentais objetivaram, inicialmente, através da criação de uma frente de expansão, atrair nordestinos para a Amazônia, atendendo à preocupação estratégica de ocupação dos supostos “espaços vazios” da região, sem alteração da estrutura agrária do Nordeste. Tratava-se de deslocar “homens sem terras para uma terra sem homens”, conforme afirmava o presidente Emílio Médici, quando propôs a construção da rodovia Transamazônica.

Por meio das agências estatais Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), substituída da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), e com o suporte do Banco da Amazônia (BASA), procurou-se investir em infraestruturas que garantissem ligação mais eficiente da região com as regiões desenvolvidas economicamente, bem como a implementação das políticas de financiamentos.

O início da referida integração se deu com a construção da Belém–Brasília, entre 1956 e 1960, e foi intensificada durante os governos militares, com a construção de outras estradas nacionais, como a Pará–Maranhão, a Santarém–Cuiabá, a Brasília-Acre e, no caso do sudeste do Pará, da abertura da estrada BR-230, a Transamazônica, em construção entre os anos de 1970 e 1974. Essas ações visavam facilitar o deslocamento da produção entre as regiões e possibilitar o desenvolvimento para a Amazônia, objetivando construir segurança para garantir o controle das fronteiras nacionais e das riquezas vegetais e minerais. Conforme Petit (2003), o

controle sob a fronteira amazônica atendia a interesses estratégicos e preocupação geopolítica, situados no âmbito da ideologia da Segurança Nacional.

Após a frustração do I PND, o governo militar procurou outras alternativas, dentre elas, o II PND (1975-1979), o qual foi planejado num contexto de crise econômica mundial e durante a ocorrência da repressão militar à organização guerrilheira. Com esse plano, o Estado passou a incentivar, de forma mais incisiva, a colonização particular, sob a forma da empresa privada, deixando em segundo plano a colonização oficial.

A partir de 1974 o processo de ocupação da Amazônia foi gradativamente alterado. O INCRA intensificou o estímulo à migração de trabalhadores rurais, principalmente do Rio Grande do Sul. Nesse período a Amazônia foi evidenciada como a ideal para a implementação de projetos de desenvolvimento visando contribuir com a expansão capitalista e a integração do território brasileiro, tendo em vista suas riquezas minerais e a grande extensão de terras, principalmente para o processo de expansão da agropecuária.

O II PND planejou a implementação de três programas de desenvolvimento centrados nos pólos agropecuários e agrominerais: o Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), conforme Decreto nº 74.607, de 25 de setembro de 1974; o Polocentro e o Polonoroeste, que favoreceram a territorialização dos grandes monopólios de capitais privados, nacional e multinacional.

Esse período caracterizou-se pela ocupação produtiva, visando promover a ocupação e exploração econômica das terras públicas da Amazônia, para possibilitar o aumento da produção agrícola nacional. Assim, quinze pólos foram estabelecidos no POLAMAZÔNIA: “Xingu-Araguaia, Carajás, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá-Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruema, Aripuanã e Marajó. Em quase todos se colocava o problema da terra como fundamental” (IANNI, 1979, p. 89).

A política adotada priorizou a colonização através de incentivos fiscais às grandes empresas madeireiras, agropecuárias e mineradoras para instalarem-se na região, em detrimento dos posseiros que já a habitavam, intensificando os conflitos existentes, notadamente, com a descoberta do ouro de Serra Pelada e com a criação da União Democrática Ruralista (UDR). A sociedade ia se estruturando de forma desigual e os conflitos surgidos no novo processo de ocupação da Amazônia Oriental concentravam-se principalmente na região do Bico do Papagaio, conforme demonstrado por Sader (1987), onde se defrontavam violentamente

fazendeiros, empresários, colonos, posseiros e o governo federal, por meio de seus órgãos e agentes.

Dessa forma, o processo de ocupação e colonização da região amazônica, concebida como um território de enorme importância estratégica, de acordo com a Doutrina de Segurança Nacional, difundida no Brasil a partir da Escola Superior de Guerra pelo seu principal ideólogo, Golbery do Couto e Silva, foi mediado pelo uso do Poder, visando o controle e a dominação sobre os homens e sobre as coisas. Ao retomar a concepção de divisão tripartida em uso na geografia política: a população, o território e os recursos, Raffestin (1993) enfatiza,

Considerando o que foi dito sobre a natureza do poder, será fácil compreender por que colocamos a população em primeiro lugar: simplesmente porque ela está na origem de todo o poder. Nela residem as capacidades virtuais de transformação: ela constitui o elemento dinâmico de onde procede a ação. [...]. O território não é menos indispensável, uma vez que é a cena do poder e o lugar de todas as relações, mas sem a população, ele se resume a apenas uma potencialidade, um dado estático a organizar e a integrar uma estratégia. Os recursos, enfim, determinam os horizontes possíveis da ação. Os recursos condicionam o alcance da mão.

Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos. De fato, eles sempre são mobilizados simultaneamente, em diversos graus. O conflito entre dois Estados pela posse de uma região não é apenas um conflito pela aquisição de um pedaço de território, mas também pelo que ele contém de população e/ou de recursos (RAFFESTIN, 1993, p. 58).

Nessa perspectiva, as ações planejadas e desenvolvidas nos planos do Estado para promover o desenvolvimento nacional, a integração do território e as alianças com outros países, principalmente com os Estados Unidos da América (EUA), foram desenvolvidas de forma estratégica, atendendo aos interesses políticos, econômicos e militares, ou seja, refletiam preocupação geopolítica.

A geopolítica, na concepção do geógrafo brasileiro Vesentini, consiste no discurso do poder,

[...] parte de uma perspectiva do Estado e estuda o espaço geográfico visando a sua instrumentalização. Ela não é, então, um discurso específico dos militares [...] [embora seja] fortemente marcada pelo predomínio de militares de altas patentes. Isso é explicado pela natureza da geopolítica, como discurso e prática política de *controle social* via produção do espaço (VESENTINI apud RIBEIRO, 2005, p. 25).

O Estado adotou ações visando transformar e produzir um território de acordo com os interesses da classe dominante, em que os deslocamentos de populações rurais foram controlados, orientados e reorientados e os recursos naturais foram violentamente incorporados

à economia global. A natureza, transformada em condição e produto das relações sociais, foi colocada à disposição para a produção e reprodução capitalista, sendo, portanto, disputada pelas classes sociais.

Conforme levantamento feito por Oliveira (1995), cerca de 74% das descobertas de grandes potencialidades minerais na região amazônica, principalmente na Amazônia Oriental, aconteceram até 1980, a exemplo da Serra dos Carajás, localizada no sudeste do Pará, descoberta em 1967 pela Cia. Meridional de Mineração, subsidiária da UNITED STATES STEEL Co.

As medidas adotadas podem ser compreendidas à luz das reflexões desenvolvidas por Santos sobre o paradigma de desenvolvimento social dominante, denominado “Paradigma capital-expansionista”, o qual apresenta as seguintes características:

O desenvolvimento social medido essencialmente pelo crescimento econômico; o crescimento econômico é contínuo e assenta na industrialização e no desenvolvimento tecnológico virtualmente infinitos; é total a descontinuidade entre natureza e sociedade: a natureza é matéria, valorizável apenas enquanto condição de produção; a produção que garante a continuidade da transformação social assenta na propriedade privada e especificamente na propriedade privada dos bens de produção (SANTOS, 1995, p. 289).

Em decorrência dos planos e projetos de modernização conservadora do governo federal, através da expansão da fronteira demográfica e econômica da Amazônia, a maioria das terras que ficavam às margens das rodovias passaram a ser vendidas ou concedidas entre 1964 e 1985 aos grandes empresários aliados do governo, acrescentando-se generosos incentivos fiscais.

Essa opção era também política: por esse meio, o governo assegurava a sobrevivência econômica e política das oligarquias fundiárias, controladoras do poder regional nos estados do Centro-Oeste e do Norte. [...]. O governo militar socializou os custos da ocupação capitalista da Amazônia, transferindo para toda a sociedade o preço da não-realização de uma reforma agrária, isto é, a opção por um modelo concentracionista de propriedade, e não por um modelo distributivista, este último reivindicado nas pressões sociais anteriores ao Golpe de Estado (MARTINS, 2018, p. 76).

A expansão do capital na Amazônia interferiu na estrutura social, política e econômica da mesorregião sudeste do Pará. Nesse período ocorreu a diversificação da economia e a modificação da função e do uso da terra, provocando uma reorganização da estrutura fundiária, devido às transformações das forças produtivas e das relações sociais de produção, possibilitada

pela atuação dos governos estadual e federal apoiando a formação e expansão das empresas agropecuárias, notadamente na cidade de Marabá, fazendo surgir novas formas de associação do poder político e econômico na região em função da introdução do capital financeiro estatal e privado. Conforme demonstra Emmi:

Isso se dá a partir da década de 70 quando, como resultado da Política de Integração Nacional, a terra deixa de ser monopólio dos comerciantes da castanha para ser compartilhada com empresas capitalistas estatais (como a Companhia Vale do Rio Doce) ou privadas (como o Banco Bamerindus), ou a ser apropriada para a construção da rodovia Transamazônica com vistas à colonização pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e posteriormente pelo GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia Tocantins), ou ainda para ser tomada pelos garimpeiros sob a fiscalização do SNI (Serviço Nacional de Investigação), como na Serra Pelada (EMMI, 1988, p. 5).

A política de desenvolvimento para a Amazônia, bem como a propaganda do governo federal sobre a colonização dirigida e os “grandes projetos” impulsionou a migração para o Pará de forma espontânea, causando uma ocupação desordenada e acelerada com formação de diversos novos povoados ao longo das rodovias, intensa mobilidade espacial, a partir de migração e contínua expropriação da terra, além de grandes impactos ambientais, com desmatamentos em larga escala da floresta, estrutura fundiária desigual e crimes sem punição.

Fearnside (2016) demonstra que as decisões sobre o desenvolvimento na Amazônia durante os governos militares têm consequências que alcançam os dias atuais, pois são resultados de decisões que favorecem o desenvolvimento destrutivo e considera apenas simbolicamente os impactos ambientais e sociais.

Conforme Martins,

Os militares falavam em “ocupação dos espaços vazios”, embora a região estivesse ocupada por dezenas de tribos indígenas, muitas delas jamais contatadas pelo homem branco, e ocupada também, ainda que dispersamente, por uma população camponesa já presente na área desde o século XVIII, pelo menos (MARTINS, 2018, p. 74).

Além do aumento do deslocamento compulsório, remanejamento e expulsão das famílias que já habitavam a região, essas decisões aumentaram as contradições e os conflitos sociais e fundiários, envolvendo os povos indígenas e a diversidade de sujeitos pertencentes ao campesinato que se formava na região do Araguaia (posseiros, agricultores, pescadores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, caucheiros, seringueiros, etc.) que lutam para ocupar ou

para permanecer na terra e nos territórios por elas tradicionalmente ocupados. O governo federal referia-se à região em seus planos e projetos como uma região despovoada, “terra sem gente” ou “vazio demográfico e civilizatório”, ignorando ou desconsiderando suas populações.

Conforme Loureiro (2002, p. 88), ocorreram conflitos sociais de vários tipos entre os moradores da região e os novos proprietários: “pequenos produtores contra a grande empresa privada ou estatal, índios contra posseiros, índios ou posseiros contra mineradores, índios contra colonos que foram assentados em terras indígenas etc.”.

Conforme a abordagem de Martins (1980) sobre os problemas causados em função do insucesso do projeto de ocupação territorial, os conflitos de terras são intensificados devido à superposição da “frente pioneira” sobre a “frente de expansão”. O modelo de ocupação autoritário pensado para a região, excluiu a maioria dos camponeses dos benefícios gerados pelos grandes projetos e aumentou os conflitos e assassinatos dos que lutam pela terra.

Nessa perspectiva, Fearnside (2016) afirma que as decisões recentes sobre desenvolvimento na Amazônia servem como lições para ações futuras, no sentido de determinar o destino da floresta amazônica brasileira, bem como para outros países tropicais. “É uma fonte de lições úteis para mudar o processo de tomada de decisão para favorecer resultados que são menos destrutivos e mais sustentáveis” (2016, p. 27). Dentre as decisões, o autor refere-se aos grandes projetos de infraestrutura, incluindo a Estrada Transamazônica e seus Projetos de colonização, a BR-364 (Cuiabá-Porto Velho) e seu Programa POLONOROESTE, a rodovia BR-163 (Santarém-Cuiabá), a rodovia BR-319 (Manaus-Porto Velho) e as grandes barragens como Tucuruí, Balbina e Samuel.

Esse padrão de desenvolvimento alcançou o auge nas décadas de 1960 a 1980, e é imperativo modificá-lo, considerando a necessidade do uso não predatório das riquezas naturais da Amazônia e do reconhecimento das diferentes territorialidades que historicamente nela se desenvolvem. Essas territorialidades têm sido referências para a organização de movimentos socioterritoriais que lutam pela posse e uso da terra, como também pela resistência à apropriação indiscriminada de recursos naturais e pelos seus direitos.

A repetida invocação de ‘modernidade’ e ‘progresso’, que parecia justificar que os agentes sociais atingidos pelos ‘grandes projetos’ fossem menosprezados ou tratados etnocentricamente como ‘primitivos’ e sob o rótulo de ‘atraso’, tem sido abalada face à gravidade de conflitos prolongados e à eficácia dos movimentos sociais e das entidades ambientalistas em impor novos critérios de consciência ambiental (ALMEIDA, 2008, p. 28).

Fearnside argumenta que não houve muitas mudanças significativas no estabelecimento de políticas públicas na Amazônia desde a ditadura, pois, ainda que muitos projetos se proponham a realizar estudos de impactos ambientais e audiências públicas associadas, as principais decisões são tomadas por uma minoria de pessoas e muitas políticas são anunciadas antes de qualquer estudo de viabilidade. O autor demonstra que essas práticas são reproduzidas nos projetos atuais, citando o exemplo do Programa BR-163 Sustentável, o qual visa promover um nível de governança com esforço entre 32 ONGs e o governo brasileiro para transformar a rodovia BR-163 em um “corredor de desenvolvimento sustentável”. No entanto, demonstra que esta área é um dos principais hotspots do desmatamento desde 2009. Assim, mostra a natureza tênue da proteção ambiental do país, enfatizando que, apesar dos avanços na construção institucional e na organização e capacidade da sociedade civil, as ameaças ambientais estão a aumentar mais rapidamente do que o reforço das políticas e instituições ambientais.

Para que se possa mudar esse padrão de desenvolvimento é necessário entender os diferentes projetos geopolíticos e os sujeitos que estão na base dos conflitos, para tentar encontrar modos de compatibilizar o desenvolvimento nacional com a conservação dos recursos naturais e a inclusão e justiça social. Conforme demonstrado por Oliveira (1995), a marcha que tem sido realizada pela tríplice aliança entre o capital nacional, as estatais e as multinacionais sobre as terras da Amazônia tem, historicamente, reproduzido uma estrutura fundiária cada vez mais concentrada, lançando mão de artifícios da grilagem como forma de garantir a todo custo o princípio da propriedade privada, falsificação e força militar.

Conforme Ianni (1979),

A despeito da ambiguidade da forma pela qual os governos brasileiros encaminharam a questão agrária nos anos 1964-78, o que ocorreu foi uma espécie de contra-reforma agrária. Tudo o que se realizou, em termos de colonização dirigida – oficial e particular – e de criação e expansão da empresa privada de agropecuária e outras atividades, tem redundado numa ampla e intensa ocupação e apropriação de terra por grandes empresas e latifúndios, nacionais e estrangeiros. As terras devolutas, indígenas ou ocupadas por posseiros da Amazônia – nos anos 1964-78 – tornaram-se alvo do interesse e da apropriação de empresas e latifúndios. Apenas pequenas parcelas dessas terras foram ou estão sendo entregues a indígenas e posseiros (IANNI, p. 1979, p. 127).

A política de colonização oficial apresentada como política de reforma agrária, conforme demonstrado por Ianni (1979), caracterizou-se pela tentativa de bloquear os processos espontâneos que buscam fazer uma “reforma agrária de fato”, bem como pelo crescente apoio

fornecido à empresa privada, nacional e estrangeira, no sentido de promover a expansão do capitalismo na região. Tais políticas favoreceram a apropriação privada, monopolização e concentração de terras pelos latifundiários, empresários e fazendeiros (HEBETTE, 2004b) em detrimento da reforma agrária supostamente pretendida desde a criação do Estatuto da Terra em 1964.

É nesse contexto que o campesinato da região sudeste do Pará tem sido historicamente formado, subvertendo a lógica capitalista de controle, ordenamento territorial e transformação da terra em mercadoria. Trata-se de um campesinato configurado em meio a processos sociais, políticos e econômicos complexos e violentos, de disputas e relações de poder entre diferentes grupos e a diversidade dos sujeitos que migraram para a Amazônia, de forma espontânea ou por meio da política dirigida de colonização (oficial ou particular).

Sob o aspecto da geopolítica que fundamentou a doutrina de segurança e desenvolvimento dos governos militares, os sujeitos sociais que conformavam o campesinato na Amazônia numa situação permanente de conflitos e tensões sociais, representavam um risco à segurança por serem potenciais base de aliciamento dos “inimigos da pátria”, conforme apontado por Ianni (1979). Nesse sentido, camponeses e indígenas que ocupavam a região foram desconsiderados, tendo seus modos de vida desrespeitados. Para melhor compreensão dos impactos causados pelas políticas estatais no campesinato do sudeste do Pará, torna-se relevante a caracterização do mesmo e dos aspectos que o constitui, como será feito a seguir.

1.2 Apontamentos conceituais e características do campesinato em formação no sudeste do Pará

Sem adentrar numa discussão da genealogia do termo campesinato, partimos do entendimento de que vários enfoques contribuem para a definição conceitual do mesmo, dependendo da área de conhecimento e considerando os diferentes contextos históricos em que está inserido. Partindo dessa perspectiva, apresentamos os principais aspectos que nos ajudam a sustentar a concepção aqui adotada, qual seja, o campesinato como categoria histórica, analítica e política.

Enquanto categoria histórica e analítica, o campesinato é parte constitutiva da sociedade como modo específico de organizar a vida e a produção que, por sua vez, está integrada e tendo que coexistir com o modo de produção capitalista. Os sujeitos sociais dessa classe desenvolvem

relações sociais de produção específicas, com lógica própria e diferente da lógica de produção capitalista.

Importante ressaltar essas características porque, conforme alguns autores, é justamente por se compreenderem e se identificarem por terem um modo de existência distinto de outros, que muitos camponeses lutam, politicamente organizados, para a manutenção dessa condição de produção e reprodução social, de condição de vida e de trabalho, constituindo-se como categoria política. Considerando a abordagem de Teodor Shanin (2005) sobre o campesinato como uma classe social e como um modo de vida, bem como as proposições de Tavares dos Santos (1978), destacamos alguns elementos constitutivos do campesinato, os quais perpassam além dos aspectos econômicos, as dimensões sociais, políticas e culturais, inerentes a esta classe e seu desenvolvimento histórico.

Outro aspecto importante para a definição do campesinato como classe social pode ser extraído de “O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte”, sobre o processo de definição das classes a partir de objetivos comuns específicos pelos quais lutam entre si. No caso do campesinato, os sujeitos que o constituem lutam pela ocupação e permanência na terra, principal meio de produção, para garantir sua existência social, mas também possibilitar produção de excedente na lógica não capitalista, visando a troca ou comércio. Conforme Ianni (1981, p. 39), “na medida que a terra se insere na trama das relações sociais, isto é, econômicas e políticas, ela se define como uma das forças produtivas”. As diferentes funções e significados sociais atribuídos à terra pelas diferentes classes sociais e grupos geram a luta pelo seu domínio, posse ou apropriação, seja para o extrativismo, para a agricultura, para a pecuária ou para a implantação dos grandes projetos.

Esse fato nos remete às formulações de Marx e Engels (1989) sobre a concepção de que os indivíduos são determinados pelas condições materiais de vida. Essas condições reais de vida fazem parte da cotidianidade dos indivíduos e constituem o modo de vida.

O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de produzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar a sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam a sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com o que produzem, como com o modo como produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1989, p. 27).

Conceitualmente, algumas características básicas podem ser destacadas, dentre elas: a relação com a terra, podendo ser posseiros, arrendatários, pequenos proprietários ou parceiros; a forma específica de organização da vida social, das forças produtivas e das relações de produção: o trabalho na agricultura sustentado na força de trabalho familiar voltado, sobretudo, para o autoconsumo, com possibilidade de comercialização do excedente. Ou seja, produziam e produzem principalmente, conforme analisado por Ianni (1981), valores de uso e, secundariamente, valores de troca. A mobilidade social e espacial constitui uma estratégia visando à produção e reprodução social que, para essa classe, tem como fundamento o acesso à terra e aos outros recursos produtivos. Nesse processo, evidencia-se a luta pela conquista ou preservação das terras, como também pela não-proletarização.

Regina Sader (1987) demonstrou a pouca importância dada à titulação das terras na região do Bico do Papagaio em 1960, período em que a população aumentou significativamente em função da construção da Belém-Brasília, iniciada em 1958. Os fluxos migratórios de camponeses foram expressivos, principalmente no município de Imperatriz-MA e nos municípios de Araguatins e Itaguatins, situados no extremo norte de Goiás, em meados da década de 1960, e mais intensamente após o ano de 1970, com a construção da Transamazônica. Nesse contexto, tornou-se cada vez mais aguda a disputa pela posse da terra, bem como intensificou-se o processo de privatização e a concentração fundiária, facilitada pela prática da grilagem das áreas até então ocupadas pelos camponeses, resultando em expropriação. Sader (1987) demonstrou os vários processos de grilagem e a diversidade de tipos de grileiros atuantes na região do Bico do Papagaio, os quais faziam uso de vários métodos, com ou sem uso de violência.

Ao citar exemplos de grilagem em terras ocupadas há muito tempo por posseiros e indígenas, a autora demonstrou desde os métodos simples aos mais sofisticados, dentre eles, o grilo da “Fazenda Pindaré”, das “Fazendas” Frades e Campo Alegre, em Imperatriz, as quais recebiam incentivos da SUDAM, enfatizando:

Mas as mais sofisticadas são aquelas em que são necessários os especialistas para falsificarem documentos e uma rede de relações bem mais amplas do que a do exemplo precedente, exigindo, para ser efetivada, o apoio de várias outras instituições públicas, como cartórios, organismos oficiais – como o INCRA e a SUDAM – apoio de juízes, advogados, escritórios de planejamento, força policial, enfim toda uma rede complexa que passa a girar em torno da grilagem (SADER, 1987, p. 166).

Conforme Sader (1987), o campesinato migrante em busca de terra, de remissão e de liberdade, construiu seu território no Bico do Papagaio, com uma organização social e comunitária, e padrões sociais específicos.

As pesquisas de Ianni (1981) demonstram que estava em constituição na Amazônia e no sudeste do Pará, região do Araguaia, um campesinato composto por *sitiantes* - “posseiro mais antigo originário do seringueiro, caucheiro, ou trabalhador ligado à produção e ao comércio da borracha” (1981, p. 141); *posseiros* (migrantes chegados principalmente desde 1960) e *colonos* (categoria mais recente no campesinato, constituída por todos os camponeses, sitiantes ou posseiros, que recebem um título provisório ou definitivo de propriedade do INCRA ou de outro órgão público).

No caso do campesinato amazônico, ele é principalmente formado de posseiros. Isto é, compõem-se de ocupantes antigos e recentes de terras devolutas existentes em grande disponibilidade na região amazônica e na área do município de Conceição do Araguaia. Secundariamente, em especial nos anos recentes, uma parte dos posseiros, antigos ou não, está passando à condição de titular da terra, por sua luta pela terra ou devido a concessões táticas dos governantes federais ou estaduais. Outra característica importante do campesinato amazônico é que a terra ocupada por ele pode ter tanto 10 como 100 hectares (IANNI, 1981, p. 132).

No processo inicial de formação social do campesinato do sudeste do Pará, o acesso à terra se deu de forma livre e autônoma, alcançando os recursos da floresta e das águas. Nessa região foi se constituindo municípios predominantemente rurais em meio a um território tomado com estratégico para a expansão e reprodução territorial do capital, e mesmo a existências de sujeitos sociais reproduzindo o modo de vida camponês no interior de áreas predominantemente urbanas.

As formas de compreensão do campesinato amazônico perpassam pelas abordagens de autores clássicos e contemporâneos sobre o campesinato a partir do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, em sua etapa monopolista. Essas abordagens estão vinculadas às diferentes correntes interpretativas que, embora se autodefinam marxistas, têm propostas teóricas divergentes. Conforme Oliveira (1991, 2004, 2007), alguns aspectos principais possibilitam dividi-las em duas principais vertentes teóricas: uma comprometida com a transformação social e superação da questão agrária, entendendo o campesinato como uma classe social constituinte da sociedade capitalista e que tende a ser recriado na relação com o capital, e a outra vinculada à defesa da manutenção do capitalismo agrário, sustentada por uma “concepção *teórica* que deriva de uma concepção *ideológica* de transformação da sociedade

capitalista” (OLIVEIRA, 2004, p. 35). Nesta última vertente, destacam-se dois grupos de autores que interpretam o processo de generalização das relações capitalistas na produção agropecuária sob a perspectiva de que na sociedade capitalista existem apenas duas classes sociais fundamentais: burguesia e proletariado. Em suas proposições, ou negam a existência do campesinato como classe social desse modo de produção, afirmando que os camponeses tendem a se transformar em pequenos agricultores capitalistas; ou afirmam que ele está fadado ao desaparecimento por meio da proletarização (OLIVEIRA, 1991, 2004, 2007).

Um grupo de autores que postula o fim do campesinato vinculam-se à concepção teórica clássica do marxismo, principalmente às abordagens de Karl Kautsky e de Vladimir Lenin, entendendo que a generalização das relações de produção especificamente capitalistas na produção agrícola se daria por dois caminhos: a destruição dos camponeses e a modernização do latifúndio.

Uma seria produto da *destruição do campesinato* ou dos pequenos produtores de subsistência, como preferem chamá-los através da *diferenciação interna* gerada pelas contradições típicas desse processo de integração no mercado capitalista. No ponto de chegada desse processo ter-se-ia a configuração de duas classes sociais distintas: os *camponeses abastados* (os pequenos capitalistas rurais) e os *camponeses empobrecidos* (que se tornariam proletários). O outro caminho, seria o da *modernização do latifúndio* transformando-se em empresas capitalistas (OLIVEIRA, 1991, p. 46).

O grupo de pesquisadores afirmam que o capitalismo e as relações de trabalho assalariado que estão penetrando no campo serão implantadas de forma plena na agricultura, e postulam o fim do campesinato, tendo em vista que a diferenciação social transformaria os camponeses em trabalhadores assalariados (proletariado) ou em agricultor familiar (burguesia). A incorporação de tecnologias nos processos produtivos modernizaria o campo e resultaria no fim dos latifundiários, os quais seriam transformados em empresas rurais. Os autores acreditam que “a persistência das relações não-capitalistas de produção é entendida como *resíduos em vias de extinção*” (OLIVEIRA, 2007, p. 9).

Conforme Oliveira (2007), dentre os principais autores dessa corrente interpretativa, destacam-se: Vladimir I. Lenin, Karl Kautsky, Léo Huberman, Caio Prado Jr., Paul Sweezy, Maria Isaura Pereira de Queiroz, José Graziano da Silva, Maria Conceição D’Incao, Ricardo Abramovay, José Eli da Veiga e, na Geografia Agrária, Ruy Moreira, Paulo Alentejano, entre outros. Ainda nessa vertente vinculada à manutenção do capitalismo agrário, o outro grupo de pesquisadores defende a ideia de que houve feudalismo no Brasil e “vê nos camponeses e nos

latifundiários as evidências da permanência de relações feudais de produção” (OLIVEIRA, 2007, p. 10). A tese por eles defendida é a de que a ampliação do trabalho assalariado no campo e o fim das relações feudais ou semif feudais seria a condição para o desenvolvimento do campo.

Partem da perspectiva de que a penetração das relações capitalistas de produção no campo ocasionaria o processo de separação na produção camponesa, o qual se daria em três fases:

- a) Haveria a destruição da chamada “economia natural”, o que criaria o produtor individual, o agricultor propriamente dito. Isso ocorreria em função da *separação* do camponês, pequeno produtor familiar de subsistência, dos estreitos vínculos e hierarquias comunitárias tradicionais.
- b) Uma vez criado pelo processo anterior, o camponês, agora produtor individual, ver-se-ia forçado a abandonar a pequena indústria doméstica, tornando-se exclusivamente agricultor. Esse processo dar-se-ia pela sua introdução cada vez maior na economia de mercado. Assim, essa fase caracterizar-se-ia pela *separação* da indústria doméstica rural e a agricultura.
- c) Como produtor individual, o camponês agora estaria integralmente inserido na agricultura de mercado, e isso o levaria ao endividamento. [...]. Essa realidade faz com que ele tenha que tomar dinheiro a juro, e, não conseguindo pagar esses empréstimos, vê-se obrigado a vender a propriedade e tornar-se um trabalhador assalariado. Haveria, pois, um processo de *separação* dos meios de produção do camponês; ele ficaria sem esses meios de produção e conseqüentemente se proletariaria, o que abriria caminho para a implantação da forma especificamente capitalista no campo. Essa forma seria o assalariamento (OLIVEIRA, 2007, p. 10).

Dessa forma, sustentam a tese de que o avanço do capitalismo no campo ocasionaria a transformação do camponês em agricultor familiar e a proletarianização dos camponeses. Nessa concepção, prevalece a dualidade entre o camponês vinculado ao atraso, e o agricultor familiar ao que é considerado moderno. Sustentam que a luta pela reforma agrária potenciaria a expansão do capital no campo. Dentre os autores, Oliveira (2004) destaca os trabalhos de Nelson Werneck Sodré, Maurice Dobb, Alberto Passos Guimarães, Inácio Rangel, bem como o livro de Orlando Valverde “Estudos de Geografia Agrária Brasileira”, a tese de doutorado de Miguel Gimenez Benites e a dissertação de Maria A. Serapião Teixeira.

A vertente comprometida com a transformação social e a superação da questão agrária é constituída por autores que argumentam que o processo de desenvolvimento do modo capitalista de produção é contraditório, desigual e combinado e, portanto, cria condições para a recriação do campesinato e do latifúndio. Dentre os principais trabalhos nessa vertente, encontram-se os produzidos por Ariovaldo Umbelino de Oliveira, o qual destaca que entre os

principais autores da corrente estão: “Rosa Luxemburgo, Teodor Shanin, Samir Amin e Kostas Vergopoulos e, no Brasil, José de Souza Martins, Margarida Maria Moura, José Vicente Tavares da Silva, Carlos Rodrigues Brandão, Alfredo Wagner, Ellen Woortmann etc.” (OLIVEIRA, 2004, p. 34). Além disso, os trabalhos realizados na área de Geografia Agrária, por Rosa Ester Rossini, Regina Sader, Iraci Palheta e Bernardo Mançano Fernandes adotam essa concepção.

Em conformidade com a abordagem desenvolvida por Karl Marx em *O Capital*, de que os proprietários do capital (burguesia), os proprietários da força de trabalho (proletariado) e os proprietários de terras (por exemplo, no Brasil, empresários rurais e/ou latifundiários e os camponeses), constituem as três grandes classes sociais da sociedade capitalista, adotamos a perspectiva da última vertente teórica citada. Reconhecemos a existência do campesinato como constituinte da sociedade, com projetos diferentes e divergentes dos impostos pelo modelo capitalista de produção e das relações sociais que o sustentam. A permanência de práticas e relações camponesas de produção, não é concebida aqui como resíduo fadado ao desaparecimento por constituir aspectos do atraso do modo de produção capitalista. As práticas e relações camponesas sustentam modo de vida alternativo e que resiste na relação com o capital, ainda que predominantemente de forma subordinada e, contraditoriamente, também garantem a reprodução do modo de produção capitalista.

Considerando o contexto histórico e geográfico de constituição do campesinato da região do Araguaia, da complexidade que envolve o seu desenvolvimento, recorreremos às abordagens feitas por autores que se inserem na vertente que compreende a etapa monopolista do desenvolvimento do modo capitalista de produção no campo, como um processo contraditório de reprodução ampliada do capital. Ao explicar que o modo capitalista de produção consiste num modo de produção de mais-valia, Oliveira afirma que ele “não está circunscrito apenas e tão somente à produção, mas também à circulação de mercadorias, à troca de mercadorias por dinheiro e de dinheiro por mercadorias” (1991, p. 48).

Os argumentos teóricos articulados por autores clássicos e contemporâneos vinculados a essa forma de interpretação das permanências das relações camponesas no processo de reprodução do capital nos auxiliam na compreensão das especificidades das experiências históricas dos camponeses do sudeste do Pará. Nessa parte do território amazônico brasileiro, a expansão do capital através dos latifúndios agropecuários e projetos que buscam explorar recursos naturais a todo custo culminam em processos violentos, principalmente, por tentar subjugar a diversidade de sujeitos moradores da região, promovendo expropriação,

subordinação e exploração, mas também forja as condições para a reprodução e resistência camponesa.

A luta pela entrada, permanência ou retorno à terra evidencia dimensões importantes da recriação do campesinato. As formas de resistências econômicas e políticas dos que lutam pela terra e pelo território acontecem por meio de ações de resistências às tentativas de expulsão de posseiros e de expropriação por parte do capital (desterritorialização), ou de estratégias de ocupação de novas áreas pelos que foram expulsos (reterritorialização), como também através de ocupações de áreas devolutas ou propriedades improdutivas (territorialização) por aqueles que não possuem terra. Além disso, a luta por direitos que garantam a permanência na terra conquistada, dentre eles, as políticas públicas de reforma agrária que possibilitem a reprodução autônoma (ainda que relativa) do campesinato, em relação ao Estado e ao capital, reforçam a resistência camponesa.

Essas práticas e relações, constituídas na contradição estrutural do modo de produção capitalista, reforçam a organização social do campesinato, o qual, conforme Fernandes (2005, 2007), Oliveira (2004) e Shanin (2008), busca sua recriação ou reprodução por meio de ocupação da terra, arrendamento ou compra da terra, bem como por meio de desenvolvimento de estratégias internas de resistência ao capital.

A partir dos autores que estudam o campesinato na Amazônia, evidenciamos algumas das práticas e representações que caracterizam o campesinato do Araguaia, situado na mesorregião sudeste do Pará, as quais perpassam formas de produção e reprodução, organização social, política, cultural, entre outras. Essas práticas são expressas pelas diferentes frações de classes constituintes do campesinato regional, identificadas como posseiros, assentados, sem terras, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, pequenos proprietários, ribeirinhos, extrativistas, garimpeiros, mariscadores, caucheiros, seringueiros, castanheiros/coletores de castanha, quebradeiras de coco, pescadores etc.

Visando compreender melhor o modo de vida camponês, as características inerentes ao campesinato e as formas como ele se reproduz, recorreremos aos estudos de alguns autores, dentre eles, Chayanov (1974), Tavares dos Santos, (1978), Shanin (s/d), Martins (1990; 1991), Oliveira (1991, 2007), Marcos (2019), entre outros. Tomamos como ponto de partida os elementos estruturais desse modo de vida, os quais foram coerentemente articulados por Tavares dos Santos e analisados por Oliveira e por Marcos.

Tendo como referência o livro *Colonos do vinho*, em que José Vicente Tavares dos Santos (1978) elencou o conjunto dos elementos que caracterizam a produção camponesa,

Oliveira (1991, 2007) agrupou esses elementos em dois conjuntos: “um primeiro ligado à *presença e qualificação da força de trabalho* e o outro ligado aos *meios de produção e sobretudo à propriedade da terra*” (1991, p. 55). Esses elementos, conjuntamente articulados são: 1) a força de trabalho familiar; 2) a ajuda mútua; 3) a parceria; 4) o trabalho acessório; 5) a força de trabalho assalariada; 6) a socialização do camponês; 7) a propriedade da terra; 8) a propriedade dos meios de produção e 9) a jornada de trabalho.

A *força de trabalho familiar* sustenta a produção na unidade camponesa, sendo essa força de trabalho concebida como valor-de-uso e não como mercadoria, em forma de trabalho assalariado. Dependendo da necessidade de trabalho, pode-se recorrer às práticas de *ajuda mútua* entre os camponeses, como formas de atividades produtivas que não envolvem gastos monetários, para complementar o trabalho realizado pela família. Dentre as formas de *ajuda mútua*, estão o *mutirão* ou a *troca de dias de trabalho*, os quais são expressão da solidariedade camponesa decorrente da socialização entre os membros da comunidade.

O *mutirão*, conforme bem caracterizado por Marcos, representa uma importante ferramenta que contribui para reforçar o sentimento de pertencimento à comunidade, pois, “a frequência de participação nos *mutirões* reforça os laços comunitários e gera um ‘crédito moral’ cuja importância para o campesinato é bem superior àquele monetário” (2019, p. 99). Além disso, nas palavras da autora, “os *mutirões* são também momentos de trocas as mais variadas: do trabalho propriamente dito, de conhecimentos, de notícias, conversas ‘fiadas’, ‘causos’, são *momentos de comunhão*” (2019, p. 99).

No interior da família, Marcos apontou a existência, ainda que de forma não absoluta, da *divisão sexual do trabalho*, em que,

[...] os homens no geral realizam as atividades que exigem maior força física, sendo também responsável pelo contato com o mercado para a comercialização da produção; as mulheres se ocupam sobretudo dos trabalhos de casa, da criação miúda, da horta e do pomar no quintal, do cuidado da família e da garantia de seu bem-estar, comercializando nas feiras ou vendendo em casa ou pequenos comércios, quando conseguem destinar parte de sua produção para tal, sendo a renda obtida destinada igualmente para o consumo familiar (2019, p. 98).

A *parceria* consiste numa relação de trabalho que visa ampliar a área cultivada, a produtividade e a renda da terra, sendo os custos e ganhos do trabalho divididos com o parceiro contratado. São exemplos desse tipo de relação de produção no campo, a *meação*, a *terça*, a *quarta*, a *percentagem*, entre outras.

O trabalho acessório é uma forma do camponês, quando possível e necessário à suplementação monetária da renda familiar insuficiente, se tornar periodicamente um assalariado. Essa forma de emprego não pode ser caracterizada como proletarização porque, “[...] de um lado, ele não está sendo expropriado de seus meios de produção: a família continua na terra – seja ela propriedade ou posse – e seu trabalho tem a finalidade de garantir a renda necessária para que a família possa superar a crise ocasionada pelos preços baixos” (MARCOS, 2019, p. 97).

A *força de trabalho assalariada*, por sua vez, consiste numa contratação temporária e não baseada em relação especificamente capitalista de produção, como forma de complementar a força de trabalho familiar, quando necessário em períodos que os braços são insuficientes para as tarefas a serem realizadas. Conforme Tavares dos Santos (1978):

Da parte do trabalhador assalariado, verifica-se que não é um trabalhador expropriado dos meios de vida e produção, que possuísse apenas a força de trabalho. Ao contrário, é um camponês, proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho acessório, nos momentos em que a amplitude da família o permite (1978, p. 44).

Outro elemento importante para a reprodução das condições de vida é a *socialização do camponês*, por meio da qual os conhecimentos e costumes são repassados dos adultos para a geração mais nova, garantindo a complementação da reprodução da força de trabalho familiar. É por meio da socialização que as crianças são iniciadas ao trabalho.

A *propriedade da terra*, como meio de trabalho que pertence à unidade familiar, é fundamental para a garantia da reprodução com maior autonomia, considerando a necessidade da família e a força de trabalho que ela tem disponível para supri-la. Aqui vale destacar os significados e objetivos diferentes que a apropriação da terra assume para os camponeses e para os capitalistas. Para os primeiros, a terra consiste em instrumento de sobrevivência através do trabalho familiar; para os capitalistas, instrumento de exploração de trabalho, de extração de lucro e acumulação capitalista, por meio da transformação da renda da terra em capital. Assim, para esses últimos, a terra é um meio para enriquecimento, como instrumento de negócio, que utiliza força de trabalho e relações de produção diferentes das usadas na produção camponesa. Para o campesinato, a terra é *de trabalho* e não *de negócio*, não sendo, portanto, instrumento de exploração de trabalhador assalariado e expropriado (MARTINS, 1985). Conforme Oliveira (2007, p. 41), “três situações podem-se colocar para o camponês: ele ser *camponês-*

proprietário, ser camponês-rendeiro (pagar renda para poder ter acesso à terra), ou ser *camponês-posseiro* (recusar-se a pagar a renda e apossar-se da terra)”.

Ao afirmar que o posseiro consiste num camponês que, tendo sido expulso de outra área pelos grandes proprietários, pelos grileiros ou pelas empresas, “recusou-se a aceitar a emigração para as cidades, e não foi absorvido como assalariado pelas fazendas” (1985, p. 84), Martins (1985) enfatiza:

O posseiro não paga renda; o posseiro representa, concretamente, independentemente de qualquer vontade que ele tenha explícita a esse respeito, uma contestação ao caráter capitalista do nosso regime de propriedade fundiária, porque ele não paga renda da terra, ele é um ocupante da terra, ele não paga um tributo a ninguém (MARTINS, 1985, p. 27).

Os camponeses são também *proprietários dos meios de produção*. Eles são donos dos instrumentos de trabalho que utilizam, seja por meio da compra, seja por meio da produção própria. A relação com o capital se dá mediante o processo de acesso a essas mercadorias por parte dos camponeses, em que, às vezes é mediada pelo crédito bancário, ou por meio da venda dos produtos do trabalho realizado pelos membros da família na terra, que lhes possibilitam a obtenção de renda.

A *jornada de trabalho* é outro importante elemento da produção camponesa. Ela caracteriza-se por ser flexível, pois varia de acordo com a época do ano e conforme as atividades desenvolvidas e os produtos cultivados. Esse é um elemento que expressa a autonomia dos camponeses na definição do tempo dispensado no desempenho das atividades.

A produção camponesa tem autonomia relativa com relação a organização do trabalho. Este, por sua vez, tem como base a força de trabalho familiar, visando principalmente a satisfação das necessidades básicas da família camponesa, no sentido de garantir sua reprodução material, cultural e social. O modo de vida se constitui, dessa forma, como uma unidade de produção, de consumo e de comercialização de excedentes, por meio do processo caracterizado por Marx como forma de circulação simples de mercadorias. Nesse processo, o camponês vende o produto direto do seu trabalho visando obter dinheiro para comprar outras mercadorias das quais necessita e que não são produzidas na unidade de produção camponesa.

Diferentemente da lógica de produção capitalista, não se explora força de trabalho por meio do trabalho assalariado, nem objetiva a reprodução ampliada do capital. Nesse processo de circulação, o objetivo final é a obtenção de valor-de-uso para satisfação das necessidades de consumo individual ou produtivo, ao contrário do que ocorre na produção capitalista no campo, caracterizada ideologicamente como o lado moderno da agricultura, em que a circulação do

dinheiro como capital visa a acumulação, o lucro por meio da extração da *mais-valia*, ou a renda da terra. Conforme apontado por Marcos,

A forma que continua a ser difundida como o lado moderno da agricultura é baseada no *uso intensivo da terra*, de caráter sempre mais *industrial* (seja pela mecanização da produção, seja pela imposição da lógica industrial com a padronização dos produtos e redução dos tempos de produção), *quilométrico* (marcado pelas grandes distâncias percorridas pelos alimentos até chegar no consumidor final) e *petrodependente* (na produção e transporte dos alimentos) (Vivas, 2009). A todas essas características devem ser acrescentados o caráter *concentrador de terra e riqueza*, a *superexploração da força de trabalho* ainda presente e a compreensão do *ambiente como obstáculo* a ser eliminado, para garantir a livre expansão dessas culturas. Essa forma pressupõe a existência de um único modo de produzir, uma única lógica de produção e define um território marcado pela presença de grandes extensões de terra ocupadas por monoculturas, vazios humanos e reduzida agrobiodiversidade (MARCOS, 2019, p. 95).

Dessa forma, a lógica que orienta a produção camponesa precisa ser compreendida dentro do contexto em que ela está inserida, considerando que alguns elementos apontados por Tavares dos Santos e por Oliveira caracterizam as unidades de produção camponesa e outros consistem em estratégias de resistências para assegurar a reprodução familiar e a permanência na terra. À luz dessa perspectiva, podemos aprofundar o entendimento do campesinato no sudeste do Pará, em que predominam famílias extensas, com membros morando relativamente próximos e constituídas por muitas gerações. Além das relações de parentesco, as relações de vizinhança, de compadrio e de comunidade, constituídas nos povoados e nas vilas, consistem em relações necessárias e são características desta fração do campesinato, sendo a família, a vizinhança e a comunidade os grupos sociais de referência do trabalhador camponês e sua produção.

O estudo desenvolvido por Regina Sader (1987) apresenta aspectos característicos desse campesinato, expressos na forma de organização social e cultural, dentre eles, as formas e localização das residências e dos lotes destinados ao desenvolvimento da agricultura. A distância ou proximidade das roças camponesas com relação às residências dependiam de vários fatores, dentre eles, da densidade da população quando da chegada dos migrantes, da prática do pousio e da localização das terras em situações nas quais o GETAT fazia a demarcação dos lotes. Dessa forma, a autora identificou que os camponeses ocupavam dois tipos de casas: uma era a residência permanente localizada dentro do povoado e as outras eram os “ranchos”, que por serem construídos nas áreas onde o cultivo era realizado, eram utilizadas temporariamente. Os “ranchos”, “[...] na maioria das vezes são construções extremamente precárias, simples

galpões cobertos de palha, onde as redes são armadas à noite” (SADER, 1987, 123). Conforme a descrição da autora,

As casas de residência permanente possuem uma estrutura que pressupõe uma vida aberta à comunicação entre os habitantes. Além do fato de ser fruto, em geral, de um trabalho feito em grupo, as casas são abertas para a rua. As portas – muitas vezes uma esteira de palha de babaçu – e as janelas (quando há) só se “fecham” à noite, mais como uma nota de privacidade do que um fechamento efetivo de seus habitantes dentro delas. Chaves e trameças quase não existem. [...].

A repartição interna de cada uma varia. Há casas divididas em vários cômodos: quarto do casal, dos filhos, sala e cozinha. Mas são raras. Em geral há duas peças: o quarto do casal e a sala, onde à noite são armadas as redes dos filhos, que serve também de cozinha, e onde é armazenada a produção para o consumo doméstico e para a comercialização. Algumas vezes é o quarto do casal que tem a função também de dispensa. Em geral, não há banheiros. É a vegetação do fundo do quintal, atrás da casa, que serve para esse fim. Quando existe um banheiro, ele é construído por uma estrutura simples, composta por três paredes de palha de babaçu, com cobertura ou sem, com uma esteira móvel fazendo as vezes da porta. Há casas com estrutura semelhante: três paredes de palha de babaçu, cuja cobertura é colocada sobre traves horizontais paralelas, apoiadas em algumas verticais que as sustentam. Nessas se armam as redes à noite, e a casa permanece aberta nos fundos, e nela entram a chuva e o vento, além das criações domésticas.

[...].

Raras são as casas de alvenaria. A grande maioria é de taipa, coberta de palha de babaçu, todas com chão de terra batida (SADER, 1987, 126-127).

Assim, a forma como os camponeses se relaciona com a terra, principal meio e objeto de trabalho, e a forma como organizam as relações de produção, definem o que caracteriza o modo de vida camponês, além das dimensões expressas na potencialidade de questionamento histórico e político a partir das lutas por mudanças sociais, algumas vezes mediadas por outros conflitos sociais e outros sujeitos.

A relação dos camponeses com o capital se dá em função da venda do produto do seu trabalho, que é considerado familiar, ao capital. O camponês é proprietário de seus instrumentos de trabalho, tendo poder de decisão, ainda que às vezes limitado pelas demandas do mercado, sobre o que produzir e para quem vender. O processo de trabalho não é determinado exclusivamente pelo mercado, mas como ele precisa vender parte de sua produção para garantir sua existência, o mercado exerce uma influência na sua decisão.

A abordagem sobre os elementos que caracterizam o campesinato, juntamente com a concepção teórica de compreensão do desenvolvimento contraditório do capitalismo no campo, desenvolvida por Oliveira sobre a *territorialização do capital monopolista na agricultura* e a

monopolização do território pelo capital monopolista, contribui para a compreensão do campesinato na região sudeste do Pará. No primeiro mecanismo, “a lógica especificamente capitalista se instala, a reprodução ampliada do capital se desenvolve na sua plenitude”; no segundo, “o capital cria, recria, redefine relações camponesas de produção familiar” (OLIVEIRA, 2004, p. 42). Esse segundo caso abre espaço para a recriação do campesinato como classe social no interior do capitalismo.

Nessa perspectiva, o desenvolvimento do modo de produção capitalista no Brasil, por ser desigual, contraditório e combinado, ao mesmo tempo em que avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, também cria e recria relações não-capitalistas de produção no campo, estabelecendo as condições para o desenvolvimento da agricultura baseada nas relações camponesas de produção, através da expansão do trabalho familiar camponês nas suas múltiplas formas, como camponês proprietário, parceiro, rendeiro ou posseiro, possibilitando a sujeição da renda da terra ao capital (OLIVEIRA, 2007, 2005, 2004, 1991).

Conforme Marcos, “tal (re)produção/(re)criação tem se dado, em muitos casos, através da busca/criação de caminhos que garantam sua autonomia e liberdade e não através da total subordinação/dependência à lógica capitalista que o cria/recria” (2007, p. 01). Em meio à diversidade e pluralidade que constitui o modo de vida camponês, a autora destaca a conformação de um território com características específicas, de onde as experiências que emergem constituem verdadeiras estratégias que se opõem e resistem à lógica capitalista de produção. Dentre elas, pode-se ressaltar a luta pela reforma agrária visando o retorno à terra, e, no caso dos assentamentos, a luta pela sua reprodução com maior autonomia na terra conquistada, lutas estas que contam com o apoio dos movimentos sociais no campo. Outras estratégias são desenvolvidas nas propriedades familiares camponesas, decorrentes

[...] da observação atenta das respostas dadas pela natureza ao seu manejo, são adaptações de propostas de técnicos agrícolas e agrônomos, um modo de produzir e traduzir para o seu universo um conhecimento que lhe é externo, ou então são transmitidas de geração em geração (MARCOS, 2019, p. 101).

Como formas de oposição à homogeneização da produção e do alimento, a autora destacou o exemplo dos *bancos de sementes crioulas*, os quais podem ser *familiares* ou *comunitários* e a *produção agroecológica*, em sistemas agroflorestais, mandalas ou canteiros tradicionais, em que a diversidade ecológica, técnica e sociocultural é valorizada. Com relação às formas de resistência à subordinação da produção camponesa ao mercado, da qual deriva a sujeição da renda da terra ao capital, Marcos apontou a venda direta ao consumidor, sustentada

por formas de organizações coletivas, a exemplo das *feiras agroecológicas*; a forma de venda direta denominada *Comunidade que sustenta a Agricultura (CSA)* e os *grupos de compra solidárias*.

No sudeste do Pará, a resistência camponesa organizada tem sido uma necessidade frente ao descaso do Estado e à violência do latifúndio. As pesquisas feitas por Hebette demonstram a violência exercida pelo grande capital sobre os povos indígenas e os camponeses e as conseqüentes transformações em seus territórios e modos de vida. O autor evidencia também a luta permanente dessas populações para resistir à expulsão de seus territórios, ao processo de proletarização e ao cativo, bem como aponta o protagonismo na defesa autônoma de seus direitos e modos de vida.

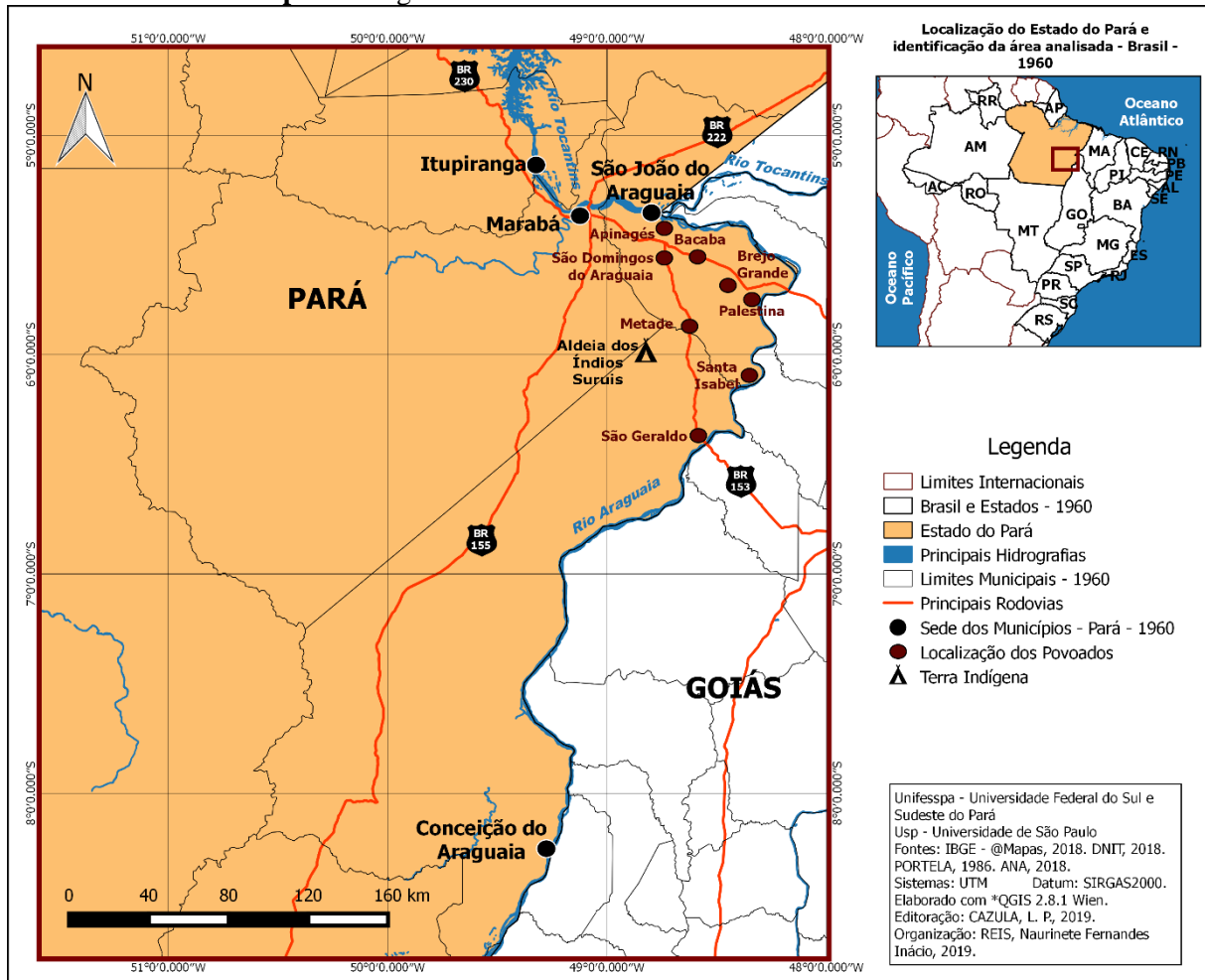
Os camponeses resistem às manifestações da política governamental e às agressões decorrentes da expansão territorial do capital na região, a qual se dá através da construção de grandes projetos, como usinas de ferro-gusa, carvoarias, siderúrgicas, mineradoras, madeireiras, hidrelétricas etc. Esses empreendimentos, na maioria das vezes, excluem as populações locais das decisões sobre o destino de seus territórios, dos quais são deslocadas compulsoriamente. Porém, como característica dessa resistência, elas se reinserem na luta, retornam à terra e recriam as condições de sua existência como camponeses.

1.3 Campesinato no sudeste do Pará: constituição e relações de classes na economia extrativista

A estrutura social, política e econômica da região sudeste do Pará que, na década de 1960, era integrada pelos municípios de Marabá, São João do Araguaia e Conceição do Araguaia, conforme Mapa 2, foi gradativamente alterada devido à expansão do capital financeiro estatal e privado na Amazônia, proporcionada pelo governo ditatorial, conforme analisado por Emmi (1988).

Historicamente, a região tem sido alvo de interesses de grupos diversos, os quais recorreram às estratégias políticas diferentes e antagônicas, causando inúmeros conflitos que envolvem as classes sociais, grupos e indivíduos pela posse, domínio e uso da terra e os povos pelo território. Nessa perspectiva e, constituído como uma fronteira agrícola, o sudeste do Pará já era perpassado por processos de ocupação promovidos por frentes migratórias espontâneas.

Mapa 2 – Região sudeste do estado do Pará na década de 1960



Organização autoral

Conforme demonstrado por Hébette (2004a), a ocupação espontânea acontecia desde as primeiras décadas do século XIX, efetivada por migrantes, principalmente, do estado do Maranhão e/ou de outros estados do Nordeste, em busca de melhores condições de vida, de terras e de trabalho, principalmente na exploração da borracha. A partir dos anos 1950, esse movimento migratório alcançou a floresta amazônica e adentrou o estado do Pará. Nesse período, o principal atrativo era as grandes extensões de terras a serem ocupadas e as possibilidades de trabalho, principalmente nas atividades extrativistas (vegetal, mineral e animal) que eram a base da economia regional, notadamente, a extração da borracha, a coleta da castanha-do-pará e a extração de diamantes. Tais atividades eram as responsáveis pelo aumento ou refluxo populacional.

Conforme Ianni (1979) e Hebette (2004a), a primeira grande frente migratória que caracterizou o processo de colonização espontânea, ocorreu no início da década de 1960, constituída majoritariamente por camponeses oriundos do Nordeste, mas também oriundos de

áreas do Centro-Oeste, do Centro Sul e mesmo de outros estados do Norte. Ianni (1979) registra o aumento gradativo da migração de trabalhadores rurais para a região tendo como referência a construção da rodovia Belém-Brasília, na segunda metade da década de 1950, e aponta o aumento da população no sul do Pará a partir do ano de 1970, nos municípios de Conceição do Araguaia, São Geraldo do Araguaia², Santana do Araguaia, Marabá, e em outros municípios, devido a intensificação da migração para este fim.

De acordo com Hébette (2004a),

Desde a década de 1950, contingentes significativos de migrantes penetravam no extremo-oeste do Maranhão e no norte de Goiás. Um desses fluxos procedia do Nordeste via Maranhão e Piauí, prolongando uma penetração verificada nas décadas de 1940 e 50, inicialmente, nos Vales do Itapecuru e do Mearim, e posteriormente, no Vale do Pindaré. Outro fluxo procedia de Minas Gerais, Bahia e Sul de Goiás. Com a abertura dos grandes eixos rodoviários – Belém-Brasília e Cuiabá-Porto Velho, no fim dos anos 50, Transamazônica no início dos 70 – o movimento migratório intensificou-se sensivelmente (HÉBETTE, 2004a, p. 332).

A pesquisa desenvolvida por Regina Sader (1987) sobre a ocupação da região do Bico do Papagaio, notadamente do extremo-Norte de Goiás (hoje Tocantins) e do Oeste do Maranhão, demonstra aspectos importantes sobre a localização dos camponeses migrantes, muitos dos quais posteriormente deslocaram-se para o sul e sudeste do Pará:

Logo no início da ocupação, a localização preferida era ao longo dos rios e dos caminhos de penetração, tendo em vista a facilidade de escoamento da produção. Será essa também a localização preferida pelos grileiros, que abrirão, frequentemente com o concurso oficial, as estradas da área. Onde os camponeses, antigos ocupantes e os recém-chegados, já perderam suas terras para o grande proprietário, a localização dos lotes será aleatória, e tende a se agravar (1987, p. 122-123).

Os incentivos fiscais e creditícios fornecidos por meio da SUDAM e do BASA (criados em 1966) serviram prioritariamente aos interesses da classe dominante, constituindo-se em favores e estímulos políticos e econômicos aos empresários, latifundiários e fazendeiros que, para implementarem seus empreendimentos, atraíam trabalhadores rurais de outras regiões. Nesse processo, cresciam os núcleos urbanos, bem como os núcleos de posseiros, com aparecimentos de novos povoados. Alguns povoados antigos constituíram-se cidades ou vilas, a exemplo das localidades de Redenção e Rio Maria, no município de Conceição do Araguaia.

² São Geraldo do Araguaia pertencia ao município de Conceição do Araguaia até 1988, quando foi emancipado.

Dentre os migrantes, alguns foram assentados pelo INCRA e receberam apoio institucional na fase inicial, e outros migraram de forma espontânea e ocuparam terras indígenas, terras devolutas e áreas dos castanhais. A partir de 1970, os migrantes passaram a ocupar áreas em torno, principalmente, da rodovia Belém-Brasília.

Muitos migrantes que ocuparam as terras devolutas no Pará fizeram parte de um processo espontâneo ou, na melhor das hipóteses, muito mal planejado pelo Estado brasileiro enquanto política de reforma agrária na Amazônia. Ianni (1979) identificou as migrações de trabalhadores rurais para a Amazônia como processo de *colonização espontânea*, afirmando que: “configurava uma reforma agrária realizada por esses mesmos trabalhadores e seus familiares. Estava em curso uma reforma agrária espontânea, sem a interferência de governantes, burocratas ou técnicos” (IANNI, 1979, p. 14).

A colonização dirigida, implementada na Amazônia principalmente entre os anos de 1970 e 1973 principalmente às margens das rodovias, aconteceu no sudeste do Pará, notadamente, através da construção da Transamazônica, tendo como principal característica a iniciativa oficial do Estado por meio do INCRA, o qual previa a criação de agrovilas, agrópolis e rurópolis e assentamento dos migrantes. Os processos migratórios espontâneos continuavam acontecendo, e até mesmo sendo intensificado, em busca de terra e de emprego nos projetos agropecuários estimulados e incentivados pelo Estado.

Martins (1981) faz referência aos processos migratórios desencadeados pela frente pioneira e pela frente de expansão, esta que, por sua vez, é responsável pela movimentação da fronteira no espaço compreendido entre a frente pioneira e os territórios indígenas, e tem o posseiro como sujeito principal, conforme demonstrado em outros estudos (MARTINS, 2001). Conforme o autor:

A frente de expansão é o movimento social que se desenrola naquele espaço móvel que se situa entre o território já ocupado empresarialmente, por grandes fazendas, por uma agricultura organizada em bases modernas, por cidades, por uma infraestrutura de circulação já determinada pela produção e comercialização de mercadoria, que é a frente pioneira, e os territórios tribais (MARTINS, 1981, p. 114).

A colonização espontânea aconteceu também simultaneamente com a colonização oficial.

A chegada de posseiros se deu simultaneamente com a chegada de peões, vaqueiros, gatos, grileiros, latifundiários, fazendeiros, empresários, gerentes, técnicos, comerciantes, funcionários e outros. Ao mesmo tempo em que se entrava pelas terras indígenas, virgens ou devolutas, abriam-se estradas, criavam-se núcleos de posseiros e instalavam-se projetos agropecuários, com base em incentivos fiscais e creditícios do poder público (IANNI, 1979, p. 16).

Desses diferentes processos de ocupação da terra, no contexto amazônico, em que uma diversidade enorme de sujeitos e agentes sociais com formas diferenciadas de apropriação e uso da terra se encontram, surgem intensos e prolongados conflitos e tensões sociais. Como em outros territórios da Amazônia, registram-se no sudeste do Pará processos de grilagens de terras, violência e expropriação promovidas por empresários, latifundiários e grileiros sobre áreas ocupadas pelos povos indígenas e pelos posseiros que, historicamente, resistem e lutam para conquistar ou permanecer nas terras ocupadas, mesmo sem o apoio dos órgãos governamentais. O Estado, na maioria das vezes, tende a apoiar os expropriadores. Trata-se, conforme Ianni (1979), de uma forma de acumulação primitiva como processo estrutural, numa região de fronteira em que se encontram a frente pioneira e a frente de expansão.

Vários fatores atraíram trabalhadores rurais e suas famílias para a região, dentre eles, a abertura de estradas; a propaganda do governo sobre grandes extensões de terras boas e desocupadas disponíveis para morar, formar roça e criação; a disponibilidade e facilidade de acesso ao extrativismo vegetal, mineral e animal, entre outros. Foi nesse contexto que a família da Senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira (imagem 1), constituída pela mãe Judite, a avó Joana e os tios, migrou do Maranhão para o Pará na década de 1950. Dentre os fatores que motivaram a migração da família da Senhora Cledeneuza, ela cita o garimpo, a extração da borracha e a coleta da castanha, atividades que atraíram a atenção e interesse do marido da avó e do seu padrasto, com o qual a mãe Judite casou quando Cledeneuza tinha um ano de idade.

Inicialmente a Senhora Judite morou em Itupiranga e, posteriormente, em Marabá, na região onde hoje é o bairro Amapá, local no qual Cledeneuza nasceu em 1957. Em 1958, após a grande enchente de Marabá, foram morar na localidade de Apinagés e, em seguida, na vila São Domingos do Araguaia que, à época, tinha cerca de 1.000 habitantes.

Imagem 1 – Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, São Domingos do Araguaia



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Sobre a forma como ocupavam as terras e praticavam a atividade agrícola, a Senhora Cledeneuza, atualmente com 63 anos, relata:

A terra, a gente fazia roça da gente onde a gente queria. Não tinha cerca de arame, todo mundo vivia da forma que queria, marcava o seu pedaço aqui e trabalhava nele e aí achava que ele ali já tava cansado e ia marcar lá na frente... e assim que a gente vivia. Aí depois de 70, dos anos 70, começou a chegar muita gente, muita... que a gente chamava “os mineiros”, aí “os mineiros” foram começando a dar essa visão de cercar seu patrimônio. Aí cada um tinha ... eles já botavam uma cerca, já começou a criação de gado que era bem pouquinho, só os Vicentes que tinha gado e os Cabrinhas. Era pouca gente que tinha criação de gado. Aí foi aumentando já, eles foram começando a fazer roça grande, a plantar capim que ninguém não plantava capim, aí começou a fazer roça grande, plantar capim... aí foi mudando nossa vida e foi chegando muito mais gente (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

O Senhor Abel Honorato de Jesus, 76 anos, nasceu em 9 de julho de 1944, em Loreto, Maranhão. Com dois anos de nascido seus pais migraram para Goiás, onde moraram durante oito anos, e depois para o Pará, quando ele tinha dez anos de idade. Sobre o motivo da saída dos seus pais do Maranhão, o Sr. Abel relata: “por causa da seca. Nossa terra era muito... na terra do velho meu pai era muito seca, nós pegava água com duas léguas de distâncias pra

beber” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

No Goiás, nas palavras de Sr. Abel, a família continuou “trabalhando de lavoura do mesmo jeito, que meu pai era lavrador. Trabalhando de lavoura, plantação de arroz, milho, feijão, fava...”. No Pará, a família ocupou um pedaço de terra localizada numa área que tinham somente dois moradores, na época, pertencente a Conceição do Araguaia. Posteriormente, com a chegada de outros migrantes e o aumento populacional, constituiu o povoado onde hoje é o município de São Geraldo do Araguaia. “Era um povoadinho pequeno, povoado não, quando nós chegamos só tinha dois moradores, aí foi crescendo, crescendo, crescendo... hoje é São Gerado”. Com relação ao trabalho da família na nova terra, o Senhor Abel explica:

Ele foi lavrar de café, cafezal, canavial, engenho. Aí fomos fabricar cachaça, rapadura. [...]. Café nós produzia bastante; nós tinha seis mil pés de café, e tinha dezoito mil de cana e tinha o engenho (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Conforme o Sr. Abel, os trabalhos eram desenvolvidos pelos membros da família, mas outros trabalhadores ajudavam. A força de trabalho suplementar era uma necessidade, ou pela quantidade de serviços que era superior à capacidade produtiva da família em períodos de colheitas, ou pelas habilidades de trabalho exigidas no engenho, do qual, parte do produto era destinada ao mercado: “Tinham outras pessoas. Vinham os trabalhadores que destilava a cachaça e vinha os moedor que destilava cachaça. Vinha o pessoal que tirava pro sertão cachaça pra vender e vinha o pessoal da colheita do café, sempre teve gente de fora” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O relato do Sr. Abel demonstra importantes aspectos caracterizadores do campesinato regional. Além da contratação temporária de *trabalhadores assalariados*, ele aponta a *força de trabalho familiar*, a *propriedade da terra* e a *propriedade dos meios de produção*, evidenciando a importância da articulação desses elementos na produção camponesa. “Esses são os dois pilares sobre os quais a produção camponesa se alicerça, aqueles que garantem sua lógica diversa da organização da vida e da produção (MARCOS, 2019, p. 97).

No contexto do sudeste do Pará, principalmente durante o processo de constituição do campesinato, a terra como propriedade familiar, era apropriada por meio da posse. Nesse sentido, a posse da terra representa condição fundamental na produção e reprodução das condições de vida da família camponesa, sendo, portanto, *terra de trabalho*, como bem caracterizada pelo Sr. Abel.

Essa terra era devoluta. Entremos nela,... nesse tempo não se falava em terra de dono aqui no Pará... não existia. Era terra da União, era *terra dada*. Aí nós entremos, **papai circulou um pedaço bonzinho e ficemos trabalhando. Com a continuação, com o tempo foi expandindo o serviço aí ele tirou quase três léguas de terras e ficou pra família [...]**, ficaram cada um com um pedacinho (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Cada membro da família teve um pedaço de terra na qual trabalhou durante um tempo, até meados de 1964, quando novamente se deslocaram para outra localidade. O Sr. Abel assim explica: “aí nós assituemos na beira da Gameleira Grande, aqui perto da Serra das Andorinhas, bem do lado de cá”. No final de 1964, parte da família de Sr. Abel morou na Gameleira Grande, praticando uma agricultura de autoconsumo:

Trabalhando de lavoura de novo; lá foi só legumes mesmo, só. Foi logo meu pai morreu e aí espalhou. Quando meu pai morreu minha mãe saiu, nós saímos tudo. Uns pra aqui outros pra acolá; uns ficou na Palestina, outros ficou lá na Santa Cruz, os outros foi pra São Geraldo [...]. Eu fiquei na Palestina (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Sr. Abel morou na Palestina, juntamente com a esposa, Francisca Silveira da Cruz, hoje com 70 anos de idade, e os dois filhos, no período de 1965 a 1971. Cultivaram um sítio, no qual plantavam e colhiam legumes e, em 1970, Sr. Abel trabalhou no garimpo de Matrinchã, ocasião na qual conheceu e trabalhou com Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) na extração e venda de cristais. Foi nesse contexto e nesse lugar que o Sr. Abel foi envolvido no conflito armado denominado Guerrilha do Araguaia, do qual decorreu, dentre outras consequências, outros dois deslocamentos: o primeiro consistiu no remanejamento para a estrada Operacional-3 (OP-3³) e o segundo na mudança de residência para o município de Marabá, bairro de São Félix.

A trajetória de vida do casal Antônio Alves de Sousa, 82 anos, conhecido como “Precatão” e Maria da Silva Sousa, 67 anos, também contribui para a compreensão desse período histórico. O Senhor Antônio “Precatão” nasceu em 30 de julho de 1938 em São Luís, Maranhão; filho do casal de indígenas Selvino Alves de Sousa e Paulina Ribeiro de Sousa.

³ As três Estradas Operacionais foram construídas pelo Exército para facilitar a movimentação de suas tropas durante a repressão ao movimento guerrilheiro. A OP-3 liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Isabel, às margens do rio Araguaia; A OP-2 (atual trecho da BR-153) une a referida rodovia a São Geraldo do Araguaia passando por São Domingos do Araguaia; já a OP-1 possibilita acesso entre a OP-2 e a OP-3 (PEREIRA, 2015).

A mãe do Sr. Antônio “Precatão” migrou do Maranhão para o Pará em julho de 1953, tendo morado inicialmente no município de Marabá. Sobre o motivo da escolha de Marabá por parte da mãe, ele explica:

Era uma terra muito boa, segundo o povo falava, que lá era muito boa terra. E lá era boa mesmo! Era um lugar que o camarada ajuntava dinheiro quase com um gancho assim... porque tudo enquanto que a pessoa queria fazer lá dentro de Marabá dava. Principalmente nosso garimpo lá de Marabá (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Em Marabá, quando o Sr. Antônio “Precatão” tinha em torno de 18 anos de idade, pôde trabalhar fazendo o que gostava, o que tinha aprendido na aldeia. Ele iniciou trabalhando na caça e no marisco de gato, e depois passou a coletar castanhas, principalmente para fornecer aos barracões dos donos de castanhais. Dentre eles, o “dono” do castanhal Fortaleza cedeu um pedaço de terra para ele botar roça para o autoconsumo.

Duas coisas nós trabalhava: castanha e marisco de gato. Eu fui uma das pessoas que eu cheguei pra mariscar, porque fui criado dentro da mata aí eu fiquei louco [muito feliz] quando eu cheguei aqui. Eu fui criado dentro da mata e quando eu cheguei dentro de Marabá, dentro das matas, que eu vi essas matas, aquelas coisas brutas, com aquele monte de bicho, aí eu enlouqueci, fiquei doido [de felicidade], eu me achava muito..... me larguei dentro da mata e fui trabalhar. [...]. Aí quando eu cheguei dentro da mata do Pará que vi aquela multidão de coisa eu disse: **“aqui é meu lugar!”**. Aí fiquei trabalhando. A primeira coisa que fui fazer de serviço foi ser caçador, caçando aquelas caças, matando mateiro, catitu, qualquer caça que... pra dar de comer setenta, oitenta homens. Os homens eram os castanheiros dos proprietários dos castanhal. [...]. O gerente botava aqueles caçadores e pagava por peça, aliás, por quilo, pagava pra gente. No lugar de eu ir cortar castanha ou ir fazer outro serviço, fazer uma ponte, fazer um mata-burro, essas coisas assim [mata-burro é uma ponte]. Me escolheram pra mim caçar, devido minha disposição de dentro da mata me escolhera pra caçar. Aí eu fui caçar pra eles. [...]. Ganhar dinheiro pra fazer aquilo que eu gostava, que eu apreciava aquilo ali, achava bonito e gostava (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O Senhor Antônio alternava entre as atividades de mariscador, coletor de castanha e caçador: “No castanhal eu cortei muita castanha também. Depois que eu saí do primeiro ponto de castanha que eu cacei. Eu vim cortar castanha em outro ponto, aí fui cortar castanha pros barracão, pros donos de castanhais” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Loureiro (2002) contribui para a compreensão das atividades desenvolvidas pelos camponeses, baseadas no extrativismo e nas relações de produção. Estas, inicialmente, pouco se baseavam na circulação de dinheiro. Historicamente foi-se definindo a forma como eles mesmo passaram a se identificar: extratores de látex, de peles e de couros de animais da floresta ou de resina de árvores; coletores de castanha; pescadores; pequenos lavradores e vendedores ambulantes nos regatões, entre outros.

A produção e reprodução social da população da região consistia na combinação de várias atividades de trabalho, no decorrer de sua trajetória de vida, alternadamente desenvolvidas, dentre elas: pescador-extrator, pescador-agricultor, ou extrator-agricultor, conforme Loureiro (2004).

As memórias evocadas por Cledeneuza demonstram como essas combinações ocorriam por meio dos trabalhos realizados pelos membros da família: na extração do coco babaçu ou na criação de animais por parte da mãe; na coleta da castanha ou na prática de caça por parte do pai; no cultivo coletivo de roças, entre outras atividades realizadas de forma sazonal. Cledeneuza faz referência também às ações de solidariedade que permeavam as relações de vizinhança, possibilitando aos membros das comunidades ajudarem-se mutuamente, dividindo, por exemplo, os produtos do quintal, das roças, dos rios ou das matas, num período em que havia pouca circulação de dinheiro e o mercado era incipiente. Dessa forma, Cledeneuza explica a principal origem da carne consumida na região:

Para comprar a carne... não vendia muita carne, né. Então era assim: eu criava um porco e quando eu matava dava um pedaço pra cada um. O outro criava, dava um pedaço para cada um... Então era pouca compra, era pouco negócio de ter dinheiro, mercado não tinha. Aí depois que foi criando mercado. Chegou o balseiro, quando chegou pra cá botou um mercado, matava uma vaca aí vendia os pedaços de carne. Aí veio o Balão, matava vaca, matava porco vendia... era quando a gente... Uma vez no mês a gente comprava... eles matavam uma vaca e a gente comprava um quilo de carne. Então a gente não vivia... comia era carne de caça, que a mata tinha muita caça! Aí meu pai quando ele vinha mesmo da castanha ele trazia muita carne! Era carne de macaco lá, de guariba, jabuti, tatu, essas caças tudim, viado... Ele secava a carne lá na mata e trazia, quando vinha trazia (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A produção regional, que até a década de 1960 era constituída por produtos extrativistas, tanto os que se destinavam à exportação (borracha, castanha, ouro, manganês, madeiras, peles de animais etc.), quanto os que se destinavam ao mercado interno (a pesca, a agricultura de

autoconsumo, a criação do gado, as culturas comerciais, como cacau, fumo, entre outros), foi dinamizada pela alteração das relações sociais de produção devido ao processo de expansão territorial do capital na região.

Cledeneuza lembra que muitos camponeses, principalmente nordestinos, migraram para extrair diamantes no garimpo de Apinagés e, tendo esgotado a possibilidade de trabalho, foram ocupar terras em São Domingos do Araguaia: “já começaram a ocupar... mudar a ideia: ter a terra, sua propriedade, criar seus animais e viver da produção da agricultura”. O fluxo migratório aumentou na região a partir da década de 1970, período em que, conforme Cledeneuza, alguns migrantes se diferenciavam devido ao modo como passaram a se relacionar com a população e às mudanças que estavam provocando no lugar. Essas pessoas ficaram conhecidas como “paulistas” ou “mineiros” e as ações por elas desenvolvidas estavam melhorando a vida dos camponeses, com a abertura de farmácia, construção de estabelecimentos comerciais, criação de escolas, entre outras. Esses migrantes, conforme será analisado nos capítulos seguintes, eram militantes do PCdoB que, entre si, se autodenominavam guerrilheiros e guerrilheiras, e que ocuparam terras na região sudeste do Pará, passando-se por camponeses, com o propósito de organizar uma guerrilha rural.

O Senhor Antônio “Precatão” explicou que as plantações, que até meados da década de 1970 eram principalmente para o autoconsumo, foram gradativamente aumentando em decorrência do aumento populacional no campo e do desenvolvimento da agricultura.

Nós não tinha pra quem vender naquela época. A colheita era pouca, naquele tempo quando eu comecei trabalhar, quando eu vim de lá, a colheita era pouca porque o povo não tinha... arroz era só pra despesa de casa, muito pouco. O mais era farinha que a gente fazia – mandioca a gente plantava mais porque os castanhais era que comprava aquela farinha pra fornecer o pessoal dentro na mata. Depois muito, da era de 70 pra cá foi que começou a desbravação de mata e o povo plantando roça, porque foi aumentando mais gente,[...], aumentou mais gente e aí o povo foi plantando roça, e foi aumentando, foi aumentando (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O relato do Sr. Antônio “Precatão” registra aspectos importantes que estão relacionados à diversificação social que ocorria na região em decorrência de vários processos sociais, principalmente, no que diz respeito às relações sociais e econômicas. Nesse período, a produção mercantil passou a predominar em detrimento da produção para o autoconsumo, ou seja, a produção de valor de uso foi cedendo espaço para produção de valor de troca.

Juntamente com o aumento da produção camponesa, em parte direcionada ao mercado, foi aumentando a necessidade de consumo de produtos industrializados, instrumentos de produção e outros produtos de necessidade básica que não eram produzidos diretamente na unidade familiar camponesa. O relato do Senhor Ruiderval Miranda Moura, 64 anos, sobre o trabalho realizado pelo pai, Lourival Moura Paulino, nos permite compreender melhor as relações entre os camponeses no que diz respeito à venda e à compra de produtos.

Lourival Moura Paulino migrou de Belém-PA para Xambioá-TO, na época pertencente ao estado de Goiás, em 1953, juntamente com pessoas da família da Senhora Maria Miranda Feitosa, nascida em Imperatriz, Maranhão. Em Xambioá, casaram-se e em 17 de julho de 1956 nasceu Ruiderval, o qual nos relatou a história e trajetória da família desde a chegada ao Goiás. Ele explicou que o Senhor Lourival trabalhou como farmacêutico na região que, à época, tinha grande quantidade de garimpos, principalmente de cristal. E nesses garimpos, com os conhecimentos obtidos durante os dois períodos que cursou Medicina na faculdade quando morou em Belém, ele passou a cuidar dos doentes. Após o trabalho no garimpo, adquiriu uma terra em São Geraldo do Araguaia, no Pará, numa localidade chamada Ilha de Coco, onde passou a construir barcos.

Aí quando terminou o garimpo, o meu pai adquiriu uma terra aqui em baixo, na Ilha de coco. [...]. E então meu pai tinha um estaleiro lá e ele construía barco. Ele tinha carteira da marinha como construtor naval. Ele era um cara muito inteligente, foi o primeiro cidadão que eu vi andar aqui na região com barco a vela. A água alagou algumas vezes, mas a maioria das vezes ele foi bem sucedido. Enfim, ele trabalhava com isso (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Desse trabalho, surgiu uma parceria com outro camponês e começaram a percorrer os rios comercializando produtos, principalmente para os ribeirinhos, e transportando pessoas. A experiência relatada demonstra que a comercialização de produtos era mediada pelo dinheiro, mas muitas vezes configurava-se como processo de trocas por outros produtos, como o Senhor Ruiderval lembrou:

E depois se juntou a Seu Joaquim Borges e eles fizeram uma parceria, vendendo e trazendo pessoas daqui até Araguatins, Taguatins, Marabá, Imperatriz... andando de barco nessa região, rio a baixo. [...]. O transporte fluvial era essencial na época. Ele fazia esse material, vendia material na beira para alguns moradores, principalmente para alguns moradores de um lado e de outro do rio. Onde tinha uma casa ou duas ele encostava para vender: era botina, foices essas coisas. Era açúcar, querosene, né, que o pessoal utilizava querosene para lamparinas, lampião e tal. E ele fazia esse comércio. **Quando**

o cidadão não tinha dinheiro ele recebia em babaçu, colhia o babaçu ou pele de caça - que era liberado na época - e era a vida dele (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A realidade vivenciada pela família do Senhor Ruiderval entre as décadas de 1960 e 1970, ainda é presente em várias comunidades da Amazônia brasileira e do sudeste do Pará e insere-se no universo da produção camponesa que, conforme sintetizada por Marcos, é “caracterizada pelo trabalho familiar, por uma outra relação com a terra, com a produção e a comercialização, e que produz um território radicalmente diverso daquele orientado pela lógica capitalista” (2019, p. 96).

Os relatos dos sujeitos dessa pesquisa evidenciam que as atividades econômicas, baseadas no extrativismo, consistiram em atrativos para os migrantes que buscavam, na extração vegetal, animal e mineral, alternativas melhores de sobrevivência. Dentre as atividades econômicas que caracterizaram a região, destacaram-se o látex do caucho ou da seringa, matéria prima para a produção da borracha; a coleta da castanha e a extração do ouro. Existentes de forma predominante em diferentes períodos históricos, essas atividades contribuíram para o aumento do fluxo migratório e, conseqüentemente, para a aceleração do processo de ocupação da Amazônia e do sudeste do Pará, como também para impulsionar gradativamente o desenvolvimento e a expansão das atividades econômicas.

O campesinato que se constituía no sudeste do Pará desde os anos 1920 tinha como principal sujeito o posseiro, caracterizado por Martins (2001) como lavrador pobre, que desenvolve a agricultura com a força de trabalho familiar visando o autoconsumo. Os excedentes agrícolas são vendidos no mercado para que, com o dinheiro conseguido, possa comprar produtos necessários, tais como: roupas, remédios, querosene, sal, instrumentos de trabalho entre outros.

Nesse contexto, o Senhor Antônio “Precatão” mariscava, coletava castanha, caçava e praticava a agricultura para o autoconsumo.

Primeiramente mariscando, segundo fui castanheiro e terceiro fui mesmo lavrador, ocupação de roça. [...]. Antes da castanha eu comecei trabalhar em roça, só que não era numa terra minha. Era na terra dos proprietários dos castanhais, Fortaleza. Fortaleza era um castanhal, do município de Marabá. Lá era botando roça, no Fortaleza, trabalhava de roça: plantava a mandioca, plantava o arroz, milho, a fava, o feijão (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Nesse novo ambiente, onde as posses eram distantes umas das outras, além das relações de parentesco, o estabelecimento das relações sociais de vizinhança, de solidariedade, de ajuda mútua e compadrio foram fundamentais para o desenvolvimento do processo de resistência que precisaram construir frente às adversidades que passaram a enfrentar desde a chegada à região, em meados das décadas de 1950 e 1960. Muitos participaram dos processos espontâneos de migração e ocupação de terras, principalmente, a partir do início da construção da rodovia Transamazônica e da decisão do governo Médici de promover a colonização oficial ao longo do seu percurso (HÉBETTE, 2004b).

Com relação aos posseiros, nesse contexto, Hébette explica:

Encontraram, porém, gente com outros interesses e outras ambições; essa mesma classe de gananciosos que os tinha expulsado do Nordeste, do Centro-Sul, os acompanhara na sua trajetória. Nunca satisfeitos, alimentados pela ânsia de ampliar sem fim suas posses, fazendeiros, especuladores, grileiros, disputavam-lhes as terras públicas para criar novos latifúndios de 5.000, 10.000, 50.000 ou 100.000ha. Com grau menor ou maior de violência e de forma variada, pressionavam os pequenos: aproveitavam necessidades financeiras dos lavradores (doenças ou más safras) para negociarem lotes a vil preço; largavam animais nas roças dos colonos; ameaçavam-nos no INCRA, exibindo títulos falsificados sobre as posses; mandavam policiais para atemorizá-los ou oficial de justiça para os expulsar; contratavam pistoleiros para matar. A Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o próprio Ministério da Reforma Agrária (MIRAD), na sua fase inicial, levantaram a relação das vítimas conhecidas, mortas ou feridas; outras vítimas constam apenas do martirólogo dos desaparecidos anônimos (HÉBETTE, 2004b, p. 192).

Os posseiros que estavam no sudeste do Pará a mais tempo, ocupando as terras devolutas nas matas do Araguaia e do Tocantins, se apropriavam dos recursos da natureza que lhes possibilitavam desenvolver suas atividades baseadas no complexo rio-mata-roça-quintal. Os migrantes sazonais recorriam, principalmente, aos trabalhos itinerantes, no meio da mata, atividades produtivas voltadas para o mercado, como a coleta da castanha, entre outras, alternando com atividades na roça, nos garimpos de diamante ou de cristal, na pesca ou outras atividades extrativistas.

Conforme Ianni,

A despeito do nomadismo e do esgarçamento do povoamento provocado pelo extrativismo da borracha, a árvore de caucho e a terra na qual ela vegetava tornaram-se componentes básicos das relações de produção constituídas na produção de borracha. A dispersão dos cauchais e seringais, as largas distâncias a caminhar ou navegar, a fragilidade ou precariedade dos documentos legais de propriedade da terra, a necessidade de barracões ou

postos comerciais para a permuta de borracha por instrumentos, utensílios, gêneros, bebidas, etc., tudo isso fazia parte do universo de produção que predominaram na época do surto de exploração da borracha (IANNI, 1981, p. 42).

O trabalho nos cauchais e nos seringais passou a ser permeado por relações de classes no contexto em que a extração deixou de ser de forma livre. A demanda internacional pela borracha influenciou na organização regional da economia, contribuindo para o surgimento de conflitos pela posse da terra, pelo domínio e controle das árvores, fontes do látex, no sentido de exercer o monopólio comercial.

Ianni (1981), estudou a cadeia complexa e extensa de relações sociais de produção que sustentavam a atividade extrativista do caucho, caracterizada como sistema de aviamento. Nele estava presente o seringueiro; o seringalista ou proprietário do seringal (arrendatário ou posseiro); o aviador; a casa aviadora, localizada em Belém, e o exportador da borracha. O exportador financiava a casa aviadora e estava ligado aos bancos nacionais e estrangeiros, sendo, portanto, o que mais enriquecia o seu comércio por meio da especulação dos preços. Na base de todo o processo, estava o trabalho do seringueiro.

Além de outros elementos, o crédito, o capital comercial (sob a forma de dinheiro, mercadoria e crédito) e, sobretudo, o capital industrial estrangeiro, também estavam presentes nessas relações. A indústria de artefatos de borracha nos Estados Unidos, na Europa ou em outros lugares determinava a produção de borracha rústica nos seringais e cauchais amazônicos, ou seja, o processo de reprodução e acumulação do capital industrial vinculado à produção de artefatos de borracha determinava a organização das forças produtivas e das relações de produção que caracterizavam o extrativismo da borracha. Dessa forma, no sistema de aviamento, “o endividamento permanentemente reproduzido atava o seringueiro ao seringalista, este ao aviador e este, por sua vez, ao exportador, que dependia do industrial” (IANNI, 1981, p. 55).

Ao analisar as relações de produção que caracterizavam o extrativismo da borracha, Ianni demonstra que o seringueiro era um prisioneiro do seu próprio trabalho, principalmente em função do endividamento prévio e permanentemente renovado a que estava submetido. Nesse sentido, o autor explica:

A borracha produzida pelo seringueiro somente poderia ser vendida por ele ao dono do seringal, o seringalista. E o seringalista detinha o monopólio do fornecimento de gêneros alimentícios, utensílios domésticos, instrumentos de trabalho, armas, bebidas, roupas, etc., ao seringueiro. O seringalista fornecia ou aviava o seringueiro, o aviado. Mas esse aviamento era baseado no crédito,

o que reforçava a posição monopolista desfrutada pelo seringalista em face do seringueiro (IANNI, 1981, p. 45).

Ianni registra o contexto de crise e declínio da extração do látex do caucho, no período entre 1912 a 1960, analisando as formas como as forças produtivas e relações de produção iam sendo reorganizadas, principalmente, na área do município de Conceição do Araguaia, em que o campesinato praticamente surge com a decadência do monoextrativismo da borracha. Em 1960, a população do município era de 11.283 habitantes, dos quais 75% viviam no meio rural, e a grande maioria, constituída por posseiros, praticava agricultura, pecuária e extrativismo, sobretudo para o autoconsumo e, em menor escala, para o comércio local e com Belém.

Formou-se uma sociedade de sítiantes, com suas roças, criações e atividades extrativas para o autoconsumo. [...]. Ao decair o monoextrativismo da borracha, voltado para o comércio e a indústria externos, ocorreu a diferenciação das atividades produtivas, voltadas para o autoconsumo e o comércio internos, principalmente locais. Diferenciou-se o extrativismo em coleta, caça e pesca; ao mesmo tempo formaram-se roças e criações. Constituiu-se um setor camponês razoavelmente significativo, mas disperso no espaço ecológico (IANNI, 1981, p. 65).

A estrutura fundiária do sudeste do Pará apresentava as mesmas características que o restante da Amazônia. Os territórios eram constituídos por sítios, pequenas unidades familiares, fazendas e, principalmente, minifúndios e latifúndios.

Na região de Marabá, além de outros extrativismos (coleta, caça e pesca), de atividades agrícolas, pecuárias ou outras, a coleta da castanha passou a ser a principal atividade econômica. Conforme os estudos desenvolvidos por Emmi (1988), não houve mudanças radicais nas estruturas e relações de trabalho, com a transição do trabalho na borracha para o trabalho na coleta de castanhas. Essa atividade, inicialmente, acontecia nos “castanhais do povo” pertencentes ao Estado que os arrendava mediante condições estabelecidas em cláusulas contratuais. Porém, medidas dos governos federal e estadual alteraram essa realidade, fazendo com que as terras onde estavam localizados esses castanhais passassem a ser privatizadas ou apropriadas individualmente durante o período de construção da Belém-Brasília. A partir de 1954, o governo estadual os transferiu para uma minoria de pessoas, pertencente à elite local, através da concessão de aforamentos perpétuos e concessões de terras respaldados pela Lei Estadual n 913, de 04 de dezembro de 1954, principalmente no município de Marabá.

O sistema de aviamento continuou sendo a estratégia utilizada pelos comerciantes que tinham o domínio dos cauchais e dos castanhais, para obter o controle da produção do

seringueiro e dos coletores de castanha. Através do processo de troca desigual e desvantajosa, a classe dominante explorava e expropriava o trabalho dos camponeses.

Por meio do aviamento, os donos dos castanhais controlavam os castanhais que não exploravam diretamente, garantindo a continuidade da relação social de produção por meio de uma relação de dependência entre o credor (donos dos barracões), que fornecia mercadorias a prazo, e o trabalhador que pagava com produtos florestais: o caucheiro ou o seringueiro pagava com o látex extraído da árvore gomífera e, o castanheiro, com a castanha coletada. A esses produtos eram atribuídos preços muito baixos, enquanto os produtos do barracão tinham preços exorbitantes.

A partir da leitura da abordagem feita por Martins, é possível compreender o sistema de aviamento como *peonagem*, forma de *escravidão por dívida* ou *trabalho sob coação*, parte das contradições engendradas pelo processo de reprodução ampliada do capital.

São formas coercitivas extremadas de exploração do trabalhador, produzidas em momentos e circunstâncias particulares da reprodução do capital. Trata-se, como mostro, de escravidão temporária, no âmbito do próprio processo do capital, que, obviamente, não pode ser reduzida ao equívoco de um modo de produção. Essas formas coercitivas extremadas de exploração capitalista onde o conjunto do processo de produção capitalista do capital encontra obstáculos ou não encontra as condições sociais e econômicas adequadas a que assumam, num dos momentos do seu encadeamento, a forma propriamente capitalista (MARTINS, 2018, p. 74, grifos do autor).

Essa forma de exploração torna-se compreensível a partir da concepção marxista de “formas secundárias de exploração capitalista”, promovidas através do Estado, do capital comercial e do capital bancário, conforme a abordagem de Viana.

Os artesãos e camponeses são explorados pelo capital, mas não através da extração de mais-valor e sim através da ação estatal, do capital bancário e do capital comercial, sendo que o primeiro extrai impostos, o segundo extrai juros, e o terceiro ganha com a “troca desigual”, ao comprar os produtos produzidos pelas formas de produção não-capitalistas por baixo preço e revendê-los por um preço elevado (VIANA, 2006b, p. 120).

Os fatos abordados por Viana estão inseridos no processo caracterizado por Martins, Oliveira e outros autores que discutem a questão agrária no Brasil sob a perspectiva da recriação camponesa, como *sujeição da renda da terra ao capital*.

O endividamento prévio dos caucheiros ou seringueiros e dos castanheiros logo no início da colheita, dificilmente era quitado no final da colheita, pelo fato de que os donos dos

barracões atribuíam à produção deles, um valor mais baixo que o valor de sua dívida. Os donos dos barracões promoviam um sistema de cativo por endividamento, obtendo o controle da força de trabalho que, quase sempre, ficava para a safra seguinte. Em um período em que na Amazônia existia abundância de terras devolutas e relativa escassez de força de trabalho, uma minoria de pessoas assegurava a monopolizavam da extração e a comercialização da borracha e da castanha e as relações de trocas desiguais.

Essa elite local constituiu uma oligarquia da castanha que, até os anos 1960, exerceu o poder econômico e político de forma absoluta, recorrendo ao sistema de aviamento (*peonagem* ou *escravidão por dívida*) enquanto estratégia de dominação/subordinação e exploração, pois além de exercer a dominação através das dívidas do barracão, da troca desigual entre a castanha coletada e as mercadorias adquiridas, detinha também propriedade da terra, o controle da compra da produção e seu beneficiamento. Assim, a apropriação do excedente se dava por meio de forças diversas antecipadas e difíceis de serem saldadas.

O relato da Senhora Cledeneuza evidencia as condições de trabalho nos castanhais, em que os camponeses eram submetidos a endividamentos prévios através do sistema de aviamento. Essa forma de exploração do trabalho forçava o castanheiro e sua família a desenvolver outras atividades, algumas exercidas alternadamente de forma sazonal; outras de forma permanente. Sobre as atividades desenvolvidas pelo pai, Cledeneuza relata,

Ele fazia a roça no mês de agosto, setembro e aí queimava em setembro. Aí o período de outubro ele ia já organizar o Castanhal e ficava lá de novembro..., outubro, novembro dezembro, janeiro, fevereiro e março. [...]. Aí quando ele terminava a safra da castanha, eles vinham. Aí que ele ia cuidar da roça. Aí a minha mãe nesse período ficava em casa, quebrava coco. E aí tinha um comprador que vinha de Apinagés comprar a amêndoa. Aí ela quebrava coco vendia para comprar o alimento para nós quando ele [pai] não tava em casa né.

[...].

A minha mãe criou nós: quebrava um coco, chegava de noitinha, de tardezinha trocava aqueles quilos que ela quebrava por um arroz, ou pelo café, pelo açúcar, conforme ía... né, aquela necessidade, até meu pai voltar. Quando ele [pai] voltava ele ia trabalhar na roça. Ele não tinha dinheiro (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

No livro escrito por Cledeneuza, intitulado “Sou filha de quebradeira de coco”, ela relata as atividades desenvolvidas em São Domingos do Araguaia para a manutenção do sustento da família, em que todos os membros desempenhavam funções importantes. Evidencia também o

processo de socialização camponesa, por meio do qual ela, desde criança, também foi aprendendo a realizar as mesmas atividades desempenhadas pela mãe.

Eu cresci aí..., minha mãe trabalhava, quebrava coco, trabalhava de roça. **Quando eu nasci eu também fui fazendo as mesmas coisas, trabalhava de roça, quebrar coco.** Na família nós éramos oito. Eram cinco irmãos, mais eu, meu pai e minha mãe, oito pessoas.

[...] eu já cresci minha mãe sustentando nós. Meu pai era castanheiro, ele saía pra mata de castanha em novembro e só voltava em março, e a gente ficava sem nada. Tinha que fazer alguma coisa pra poder se manter. Então, ia quebrar coco pra vender e comprar alimento, sustentar a casa até ele voltar em março. Quando ele voltava, era o tempo da colheita do arroz. Ia colher arroz, trabalhava em outros serviços por aí, enquanto chegava a época de voltar pra castanha de novo. E a minha mãe sustentava a casa. E, eu era pequena e ficava cuidando dos irmãos, era mais velha também (OLIVEIRA, 2017, p. 23-24).

Assim, as atividades relacionadas ao extrativismo da castanha, do babaçu ou o cultivo de roças, faziam parte do modo de vida dos moradores da região do Araguaia. Sobre as condições de trabalho vivenciadas pelo pai nos castanhais, Cledeneuza explica:

Porque no trabalho da castanha ele pegava a aviação antes, o dinheiro antes. Aí quando ele terminava de trabalhar ele só ficava devendo o dinheiro que ele tinha pego antes. O patrão fazia lá as contas e o trabalho que ele fazia não cobria, ficava devendo por causa que ele tinha despesa lá na Castanha né, que comprava tudo caro: a farinha, o arroz, o sal, no barracão do castanhal. Aí meu pai trabalhava nesse castanhal da Veneza. Não era tão longe daqui (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

O pai da Senhora Cledeneuza trabalhou nos castanhais de Marabá e, no período de 1958 a 1971, trabalhou no castanhal comandado por Vavá Mutran, em São Domingos do Araguaia. Em 1972 ele trabalhou na condição de fiscal da castanha, no castanhal chamado Vila Sebo, do qual a safra foi dada por Vavá Mutran à Jacó Elói. “Só esse ano que ele foi trabalhar foi o ano que mataram ele”. O pai de Cledeneuza foi assassinado no castanhal Vila Sebo e a família não pôde ver o corpo. Até hoje não se sabe qual foi o motivo nem quem foi o assassino.

Dizem para nós essas duas versões: que ele era fiscal, então ele descobriu que o castanheiro não tinha catado a castanha toda daquela área que ele era... cada castanheiro tinha sua área de exploração né, de tirar sua castanha - então naquela área lá o castanheiro não tinha tirado... Ele foi fiscalizar e achou a bola de castanha sem ser, sem tá catada né. Aí ele veio chamar ele para dizer para ele que tinha aquela bola de castanha que ele não tinha atingido. Ele, o castanheiro, falou que não; ele [pai] que sim. Então marcou pra ele ir

conhecer... pra ele mostrar pra ele que tinha bola de castanha sem ser explorada. Aí outros dizem que não... que o meu pai tava com xodó com a mulher dele né, com a mulher do cara lá, diz que tava de chamego os dois. Aí ele já conduziu meu pai pra lá para matar porque tava de pirraça com a mulher dele, tava de xodó com a mulher dele. Aí são duas versões que disseram. Nós não podemos, não podia ir lá. Era longe, não tinha transporte para nós... [...]. Aí o Jacó Elói trouxe para nós só a rede dele, as coisas assim... um documento e entregou para nós e disse que nós não podia ir lá não (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Ao fazer referência ao regime de aviamento na produção da borracha e da castanha-do-Pará na região amazônica, Martins afirma que o mesmo foi, e ainda é em algumas situações, a forma regular de exploração do trabalho no processo de produção. Conforme o autor, esse foi

Um regime de trabalho que se tornou particularmente disseminado a partir dos anos 70 do século XIX e que ainda persiste, com modificações, em algumas áreas. O regime de aviamento tem, como a peonagem recente, uma ampla variedade de características. Como observou Teixeira, no seu bem feito estudo sobre os seringais, são várias, ‘e não apenas uma, as relações que se desenvolvem sob a égide do aviamento’. Sobretudo por ser a forma normal e permanente de exploração do trabalho, produz resultados sociais que não podem ser observados na peonagem atual. O aviamento se tornou não só um regime de exploração do trabalho, mas também um sistema de dominação política e de manifestação do poder pessoal. Na verdade, ele passou a regular inteiramente as relações sociais dos trabalhadores dos seringais, do trabalho à festa. Ele se firmou como um modelo de relacionamento entre o trabalhador e o patrão derivado da dominação de tipo patrimonial. No aviamento, o núcleo da relação de trabalho parece se constituir em variações de um duplo *sistema de crédito sem dinheiro*, bancário e comercial, em que os juros são cobrados extorsivamente ao longo da cadeia de financiamentos que vai da casa exportadora de borracha ao trabalhador do seringal. Aí operam velhos mecanismos de extorsão e usura. Há situações recentes em que as relações de trabalho no seringal *aparecem* (e iludem) como relações de arrendamento da terra pago em produto, com toda a produção ou uma parte dela, como se o núcleo do vínculo fosse o do trabalho autônomo, como se o trabalhador fosse um camponês. Tende a aparecer, também, como exploração mercantil, e não diretamente como exploração do trabalho (MARTINS, 2018, p. 84).

As medidas estatais de distribuição de aforamentos e concessões, beneficiando principalmente a burguesia regional contribuíram para o aumento da desigualdade social, uma vez que possibilitou e promoveu concentração de dinheiro e terras em mãos de poucos empresários, bem como intensificou a insatisfação popular, pois as concessões não atingiram apenas as terras livres, mas, também as terras ocupadas por famílias camponesas que tinham a posse, mas não possuíam o título da terra. Dessa forma, ocorreram conflitos diretos entre os latifundiários (expropriadores) e os camponeses/posseiros (expropriados), pois, muitas famílias

resistiram ao processo de expulsão, tendo em vista que não reconheciam o “direito” dos novos donos.

As relações de trabalho que caracterizaram o modo econômico regional, constituídas com base na extração e comércio da borracha e da castanha, e tendo como base de sustentação o sistema de aviamento, contribuíram para a formação de uma estrutura social desigual. O lucro da borracha e da castanha gerou concentração de renda nas mãos de grandes empresários aviadores, dos exportadores dos produtos ou dos bancos que financiavam recursos para os exportadores. Nesse contexto, esses poucos passaram exercer o controle social, econômico e político local.

Com o declínio dos castanhais entre o final de 1970 e início de 1980, os camponeses passaram a desenvolver a agricultura como a principal atividade de trabalho. Devido ao aumento do número de migrantes e a gradativa apropriação privada dos castanhais do município, bem como à implantação dos projetos agropecuários, extrativistas ou minerário, entre outros, financiados pelo Estado, aumentaram as ocupações de terras devolutas, desocupadas ou improdutivas por parte dos camponeses, objetivando legitimar os assentamentos e possibilitar a produção e reprodução camponesa. O campesinato crescia expressivamente e resistia à pressão das grandes empresas e dos latifundiários que tentavam expropriar os camponeses e os indígenas.

À medida que se formavam e expandiam-se as empresas agropecuárias, surgiam ou desenvolviam-se também os núcleos urbanos. Nesse processo, tornava-se expressiva também a formação de núcleos rurais, constituídos por migrantes, vindos principalmente do Maranhão, Goiás e Minas Gerais, que ocupavam terras devolutas estaduais na condição de posseiros ou colonos. Além desses sujeitos, outros faziam-se presentes na região, dentre os quais, gatos, peões, burocratas, profissionais liberais, empresários, gerente etc., vindos desses e de outros estados.

Ianni analisou o aumento populacional nas áreas dos municípios de Marabá e de Conceição do Araguaia, e o surgimento de vilas e povoados, com predominância da população no campo e nas atividades agropecuárias e extrativas, sendo pouco expressivas as atividades de comércio, indústria e serviços. Ele destacou que em 1974, a população de Conceição do Araguaia passava de 30 mil habitantes, fazendo referência às localidades mais habitadas: “a população da cidade de Conceição era 11.000 pessoas; a do povoado de Redenção alcançava 8.000 pessoas. Em seguida vinha a vila de São Geraldo do Araguaia e do povoado de Rio Maria com 2.500 habitantes cada” (1981, p. 107-108).

A estrutura agrária do sul e sudeste do Pará, assim como de vários estados da Amazônia, estava sendo transformada desde meados dos anos de 1960 em função da construção da rodovia Belém-Brasília, e outras estradas ou rodovias, a exemplo da PA-70 (hoje BR-222), da PA-447, da rodovia PA-150 e da rodovia Transamazônica (BR-230). Esses empreendimentos possibilitaram maior intercâmbio de pessoas, informações e mercadorias, e dos incentivos fiscais e creditícios concedidos pela SUDAM aos empreendimentos empresariais voltados às atividades agrícolas, extrativas, pecuárias e agropecuárias, que representavam a expansão territorial do capital na região e uma nova forma de apropriação e uso da terra.

Essas mudanças repercutem nas formas de organizar socialmente a vida no campo e alteram as forças produtivas e relações de produção até então dominante. Nesse contexto, surgem também os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e outras formas de organizações dos camponeses para fazer frente aos intensos conflitos pela posse da terra. Ianni (1981) identificou um processo de crise do campesinato no sudeste do Pará em meados da década de 1970, devido à formação e expansão da agropecuária e outros projetos de cunho capitalista que fortaleciam a presença da burguesia no campo e, conseqüentemente, da desterritorialização e/ou proletarização dos camponeses.

Dentre os camponeses expropriados, alguns seguiam em busca de outras terras para ocupar; outros tornavam-se força de trabalho nas fazendas ou empresas agropecuárias, e outros migravam para a cidade, conforme demonstrado também por Sader (1987). A autora retrata o trabalho assalariado nos centros urbanos, principalmente em Imperatriz e em Marabá, nas olarias, nas arrozeiras e nas unidades de industrialização da madeira, onde a violência contra a família camponesa continua após a expropriação da terra e dos meios de produção, mas também na construção civil e no setor terciário, em funções que exigem menos qualificação.

Conforme Sader,

As outras vias de sobrevivência são construídas pelo trabalho sazonal (coleta da castanha no Pará, coleta de babaçu no Bico do Papagaio mesmo, garimpos de Serra Pelada ou outros) e principalmente o trabalho temporário oferecido pelas grandes empresas de terraplanagem, empreiteiras que constroem estradas, pontes, ferrovias, e agora sim, núcleos residenciais de trabalhadores na área de exploração dos minérios de Carajás (1987, 192).

Ao apontar aspectos relacionados à redefinição do campesinato, Ianni demonstrou que muitos camponeses posseiros estavam sendo transformados em colonos e muitos outros resistiam ao medo e à violência pela qual os fazendeiros e empresários tentavam expulsá-los da

terra. Esses posseiros também se dirigiam para as atividades mencionadas por Sader, como forma de complementar seus ganhos para garantir a sobrevivência, considerando a diminuição da área destinada ao sistema tradicional de cultivo dos camponeses, caracterizado pela prática de longos pousios, a diminuição dos cocais, bem como a necessidade de consumo de bens não produzidos pela família camponesa.

Os antagonismos entre fazendeiros e posseiros, na maioria das vezes, eram mediados por outros sujeitos e agentes, os quais contribuíam para que raramente os fazendeiros participassem diretamente nos conflitos de terras. Conforme Ianni: “A rigor, o antagonismo entre fazendeiros e posseiros está sempre mediado por grileiros, jagunços, policiais funcionários e técnicos governamentais, agentes do poder público, sindicato, advogados e juízes” (1981, p. 185).

Essa realidade foi vivida pelo Senhor Camilo Benício de Moraes (imagem 2), 71 anos, nascido em 04 de março de 1949, em Ananás/Tocantins, filho de José Coelho da Silva e Maria Benício de Moraes. Seu pai, José Coelho da Silva, nascido em Tocantinópolis, migrou para o Pará em busca de terra num período em que, segundo o Senhor Camilo, havia apenas três casas em Xambioá.

Eu nasci e me criei aqui na região de Xambioá. Eu nasci bem ali perto do Ananás e daí nós viemos morar... o velho meu pai veio morar ali, pra baixo aqui, era umas três léguas daqui lá, ali no Remanso dos Botos. Aí de lá nós mudemos pra cá mais pra cima, pro Chiqueirão, fica perto daqui. Aí eu já tava grandinho (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O trabalho na roça, realizado principalmente pelo pai, era para o autoconsumo da unidade familiar:

Tinha vez que ele plantava muito arroz, muita mandioca, milho também. Mas nesse tempo, nessa época não tinha quase comprador aqui. A gente plantava mais só pra despesa das criações que a gente tinha e aí vendia algum saquinho quando trazia pra Xambioá. Nesse tempo Xambioá aqui tinha só três casas (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Imagem 2 – Senhor Camilo Benício de Moraes, Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Após um tempo morando na localidade chamada Chiqueirão, a família foi expulsa da posse por um fazendeiro do Pará que queria se apossar das terras e tentou assassinar o pai do Senhor Camilo.

E aí moremos uns tempos no Chiqueirão e aí apareceu o Senhor de Noletto e botou um pistola [pistoleiro] pra matar o velho meu pai. [...]. Esse era um velho que morava ali, um fazendeiro que tinha ali no Pará. Ele botou um pistoleiro pra ir matar o velho. E aí foram de avoadeira e pelejaram com o velho par ele embarcar e o velho não embarcou! O velho cismou, porque o velho era cismado e não entrou na avoadeira. Mas eles iam matar ele cá no rio, mas ele não veio – ele e um vizinho nosso lá, um baiano véi que morava vizinho nosso lá. E aí o velho ficou meio com medo, e aí nós larguemos lá, nem vendemos! Fizemos foi sair com medo de morrer. E aí eles meteram uma picadona rio abaixo que passou dentro da roça de mandioca e de arroz e cortaram tudo assim, fazendo uma picadona no meio do mundo. E aí o pai não podia dizer nadinha porque aí vinha mais homem pra brigar, né. E aí nós saímos e ele deixou lá a terra. E aí nos fomos morar nessa Carreira Cumprida que fica lá em baixo, pro lado do Pará, Carreira Cumprida o nome do lugar. No tempo da Guerrilha nós já morava lá (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Na Carreira Cumprida, localizada a uns três quilômetros de Xambioá, a família do Senhor Camilo, que à época tinha em torno de 13 anos, iniciou novamente o trabalho na roça.

Lá começou plantar porque lá quando nós chegamos pra lá tava a mata. Era uma terra até de uma viúva do finado Antônio Corrêa, essa terra lá que nós ficamos. E aí o velho já tinha morrido e aí ela pegou, porque era muito conhecido do pai, porque o pai trabalhava muito com o velho, aí a velha deu o lugar pro pai morar lá. [...]. Ela já tava velhinha e não podia ir pra lá trabalhar, e aí nós ficamos lá (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Na nova terra, a família trabalhava na agricultura que possibilitava a produção de algum excedente: “plantava o arroz, plantava milho, mandioca também. Nós lutava com muita mandioca também, porque nós despachava pra rua pra fazer a despesa da casa, né” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Além do trabalho na roça, o Sr. Camilo explicou que seu pai decidiu criar gado, “pra ver se amiorava a vida, porque o velho era pobrezinho. E aí ele pegou um dinheiro no garimpo e aí comprou uma novilha pra lá. E aí quando ele foi buscar tava em cinco gado. E aí levou pra lá, pra nós, e aí foi aumentando o gado” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Conforme o relato do Senhor Camilo, durante a entrevista concedida juntamente com a esposa, Senhora Maria Natividade Pereira (Imagem 3), o gado não era destinado à venda: “Os bezerros nós deixava crescer e aí nós trocava por fêmea - os machos, né. Aí foi como o velho aumentou o gado” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Esse relato demonstra a lógica da produção familiar camponesa, a qual não objetiva a obtenção de lucro e a produção em grande escala.

Nos projetos de integração da Amazônia estava evidente a intenção de promover o desenvolvimento econômico, no sentido de modernizá-la e torná-la produtiva do ponto de vista da grande produção agrícola voltada à exportação regional, nacional e internacional. Assim, a formação de força de trabalho para os empreendimentos capitalistas agrícolas atraídos pela política de incentivos fiscais, também estava dentre os interesses da política para a Amazônia. Dessa forma, além dos projetos agropecuários, minerais, madeireiros, entre outros, incentivados pela SUDAM e outros órgãos federais, estaduais e municipais, ocorreram grandes fluxos migratórios de trabalhadores rurais de áreas do Nordeste, Minas Gerais e Goiás visando ocupar terras às margens das rodovias federais ou das estradas estaduais no Pará, assim como também empresários com interesses especulativos.

Imagem 3 – Senhora Maria Natividade Pereira, Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

O Estado incentivou a migração de trabalhadores rurais para a Amazônia, porém não desenvolveu uma política de reforma agrária para mantê-los na terra, com condições adequadas de produção e reprodução social. Além disso, o discurso de que a Amazônia consistia num espaço vazio, desconsiderou as populações camponesas e indígenas que há muito tempo já habitavam a região, suas formas de ocupação da terra e de produção, baseada no extrativismo e na agricultura de autoconsumo. Por outro lado, o incentivo a implantação dos grandes projetos, pautado na ocupação produtiva, gerou intensos e prolongados conflitos fundiários que persistem até os dias atuais, pois atuam visando a expropriação e exploração dos camponeses que resistem historicamente.

Ianni (1981) analisou as disputas pela terra, que estavam ocorrendo até meados de 1976, em várias localidades. Ao abordar os conflitos decorrentes de problemas jurídicos, políticos e econômicos que perpassavam a transformação da terra em propriedade privada, servindo aos interesses da reprodução do capital nacional ou estrangeiro.

Casos de grilagem (escrituras falsas), corrupção administrativa cartorária, o despreparo do governo para enfrentar tecnicamente o problema das legitimações de posse e até mesmo para confirmar algumas de suas vendas (insuficiência de cadastro de terras do Estado), a morosidade da justiça Comum – tudo ensejou o aparecimento de tensões sociais em diversas zonas do território estadual... Os projetos pecuários aumentaram e continuaram a aumentar em número e em área, muitas vezes entrando em choque com os interesses dos posseiros paraenses ou recém-imigrantes, daí surgindo sérias hostilidades que redundam em violência e criminalidade de parte a parte (SANTOS, 1977 apud IANNI, 1981, p. 157-158).

Essa política priorizou na região a implantação de grandes empresas agrícolas, com incentivos fiscais e creditícios concedidos pelo governo federal, por acreditar que as atividades extrativistas e de agricultura de autoconsumo representavam um atraso econômico. Era preciso superá-las e substituí-las, aproveitando o potencial da Amazônia, entendendo a natureza como recurso a ser explorado.

Os conflitos e tensões surgidos forjaram a necessidade de novas formas de organizações e lutas camponesas na resistência aos processos de violência, exploração, expulsão e expropriação das áreas de posses ou na ocupação de terras devolutas ou de imóveis improdutivos, com títulos definitivos ou de aforamentos, por parte dos camponeses migrantes, mas também como forma de produção e reprodução social que cria e recria as condições para a permanência no campo. O campesinato se constituía e se consolidava cada vez mais expressivamente no sudeste do Pará, tornando-se socialmente significativo, seja por meio dos processos espontâneos de ocupação de terras ou por projetos oficiais de colonização. Os conflitos pela posse da terra se intensificavam, principalmente desde o ano de 1966, devido às práticas de grilagens envolvendo violência privada e estatal.

Nesse período, em que não podiam contar com o apoio dos órgãos governamentais (Prefeitura, delegacia de polícia, INCRA, entre outros) e em que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) não representava os direitos dos camponeses, pois estava ocupado por pessoas vinculadas aos interesses dos latifundiários e sob controle do Estado ditatorial, os posseiros recorreram a formação de Associações independentes que lhes possibilitaram lutar pela posse e permanência na terra, bem como resistir, muitas vezes com arma nas mãos, à violência dos fazendeiros, jagunços, pistoleiros e agentes do Estado, assim também como implementaram a prática da roça coletiva. Essas Associações nasceram, conforme Hébette (2004b),

[...] quase que obrigatoriamente, à sombra de movimentos religiosos, da organização pastoral, a partir de comunidades de base e outras instituições que ofereciam aos religiosos, aos militantes políticos e sociais um espaço para se

colocarem a serviço dos grupos populares de resistência (HÉBETTE, 2004b, 193).

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura (FETAGRI), embora criada em 1968, contribuiu efetivamente com a rearticulação do movimento sindical no sudeste do Pará a partir dos primeiros anos de 1970. Somente em meados da década de 1980, em meio ao declínio do regime militar, e com a contribuição das Associações, que as lideranças foram constituindo as delegacias sindicais e estas, com o trabalho de base, conseguiram chegar às direções dos STRs ou construíram as possibilidades de criação em municípios onde até então eles não existiam. Por meio do sindicalismo rural, que passou a atuar como interlocutor das instâncias governamentais, a organização dos camponeses foi estruturada não apenas localmente, mas também em nível regional e nacional, tendo uma importante ferramenta na mediação dos conflitos pela terra na região, os quais ficaram cada vez mais intensos e complexos por vários fatores, entre eles, a atuação dos grandes proprietários organizados em torno da União Democrática Ruralista (UDR) a partir de 1985. Conforme Sader (1987),

Até então, as disputas se davam entre um grupo de camponeses e um ou dois grileiros apoiados pelas instituições de Estado. Agora, reunidos num grupo com ramificações poderosas em vários estados da federação, tendo como porta-vozes não só políticos, mas também ministros de Estado, e contando com o apoio de vários organismos oficiais, a luta ficou mais desigual. A violência explode em 1986, com uma onda de assassinatos por encomenda (SADER, 1987, p. 229-230).

Martins (1985) retratou as lutas sociais no campo, demonstrando que a multiplicação dos movimentos, grupos e entidades de apoio desde os anos 1970 resultou na transformação da questão agrária em questão militar, com a atuação do Ministério Extraordinário de Assuntos Fundiários (MEAF), tendo um general, que também era secretário do Conselho de Segurança Nacional, como ministro. Ele analisou três grandes problemas básicos que demandam “três modalidades de lutas sociais no campo onde mais claramente se coloca a questão dos *novos sujeitos* dos direitos dos povos” (1985, p. 103). Ao tomar como referência as frentes de lutas dos *trabalhadores rurais assalariados*, dos *posseiros* e dos *sem-terra*, Martins não ignorou a situação dos indígenas, dos peões e assalariados temporários, e dos pequenos proprietários, enfatizando a importância de suas respectivas formas de lutas.

Entre o final da década de 1980 e início de 1990, outros movimentos sociais foram surgindo no campo, com novas demandas, estratégias e táticas de lutas para conquistar e/ou permanecer na terra. Nesse contexto, torna-se expressivo o surgimento do Movimento dos

Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e as atuações conjuntas com os STRs. Além disso, assim como no restante da Amazônia, no sudeste do Pará surgiram novos sujeitos políticos, os quais se organizam enquanto movimentos sociais, reivindicando direitos associados às comunidades das quais pertencem. São organizações representativas de grupos de sujeitos com demandas específicas vinculadas às identidades e pertencimentos territoriais, como forma de resistência à expropriação dos territórios tradicionalmente ocupados em decorrência do processo de expansão territorial do capital.

Segundo Almeida (2004), essa resistência está relacionada com o processo de afirmação de identidades e territorialidades por parte dos movimentos sociais. Dentre as diversas formas de organizações sociais vinculadas aos sujeitos que vivem no campo, destacam-se as lutas dos povos indígenas e das comunidades quilombolas pelo território, bem como a luta pela terra protagonizada pelas várias frações sociais do campesinato, principalmente os camponeses posseiros, os camponeses sem terra e os camponeses proprietários (CHAVES, 2015). Nessa perspectiva, são expressivas as atuações da Coordenação Indígena da Amazônia Brasileira – Coiab, do Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco-Babaçu – MIQCB, do Conselho Nacional dos Seringueiros, do Movimento Nacional dos Pescadores – Monape, do Movimento dos Atingidos de Barragens – MAB, da Associação Nacional das Comunidades Remanescentes de Quilombo, da Associação dos Ribeirinhos da Amazônia, entre outros. Para Almeida (2004),

São os seringueiros que estão construindo o território em que a ação em defesa dos seringais se realiza. São os atingidos por barragens e os ribeirinhos que estão defendendo a preservação dos rios, igarapés e lagos. E assim sucessivamente: os castanheiros defendendo os castanhais, as quebradeiras, os babaçuais, os pescadores, os mananciais e os cursos d'água piscosos, as cooperativas, seus métodos de processamento da matéria-prima coletada. De igual modo, os pajés, curandeiros e benzedores acham-se mobilizados na defesa das ervas medicinais e dos saberes que as transformam (ALMEIDA, 2004, p. 48-49).

Neste sentido, as reivindicações dos movimentos sociais de resistência expressam seus interesses contrários aos do Estado e dos capitalistas, pois apresentam propostas alternativas às estratégias de racionalidades econômicas, ambientais e jurídicas implementadas na região. Assim, os conflitos se intensificam e se tornam mais complexos na região, pois esses movimentos reivindicam também direito à territorialidade e lutam pela afirmação material e simbólica dos seus modos de vida. Essas identidades emergentes, conforme Cruz (2007):

Estão orientadas no sentido da superação de velhas identidades ligadas a um discurso moderno/colonial que se fundamentava na invisibilização, na romantização e, em especial, na estigmatização e no estereótipo do “caboclo”

para (des)qualificar as populações como “atrasadas”, “ignorantes”, “indolentes”, considerando tais populações como um obstáculo a um projeto moderno-industrial para a Amazônia (CRUZ, 2007, p. 95-96).

A trajetória de luta dos movimentos sociais no campo nos remete às palavras de Ianni: “E é a reação política que confere às suas lutas, derrotas ou vitórias, o significado de acontecimentos da história das classes subalternas em Conceição, na Amazônia e no país” (IANNI, 1981, p. 176). Tais lutas passaram a acontecer cada vez mais organizadas, e com apoio e mediação de outros sujeitos, órgãos e instituições, a exemplo dos Sindicatos, da Igreja Católica através da Comissão Pastoral da Terra (CPT) e das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), dos advogados, dos partidos políticos de esquerda, entre outros, principalmente, após o período de ocorrência da repressão militar ao movimento guerrilheiro (1972-1975), ocorrida na região em questão. A forma como as Forças Armadas reprimiram os militantes do PCdoB que estavam na região, alguns desde 1966, num processo de preparação guerrilheira, bem como a violência à qual os camponeses foram submetidos, conforme será demonstrado no próximo capítulo, afetou consideravelmente o campesinato, contribuindo com a intensificação das transformações socioterritoriais no sudeste do Pará, configurando-se como parte dos processos de desterritorialização dos camponeses da região.

2. GUERRILHA DO ARAGUAIA: DO PLANEJAMENTO À REPRESSÃO

A gente tinha um nível de preparo ideológico muito intenso! A gente costumava dizer que a gente estava mais preparado pra morrer do que pra matar! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

No presente capítulo tratamos dos fatos relacionados ao movimento que ficou conhecido como Guerrilha do Araguaia. Analisamos referências bibliográficas que contextualizam o cenário político brasileiro do período, visando apresentar os principais motivos para o planejamento do movimento guerrilheiro por parte do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e as motivações das Forças Armadas brasileiras em reprimi-lo, bem como as consequências para o campesinato da região.

Apresentamos os procedimentos adotados pelos militantes do PCdoB visando implementar estratégias de guerrilha rural na região do Bico do Papagaio. A análise perpassa pela explicitação das principais forças envolvidas e a forma como o campesinato da região foi avaliado e inserido no conflito. Baseando-nos na pesquisa bibliográfica referente aos estudos desenvolvidos sobre a temática, damos enfoque ao campesinato da região do Araguaia a partir dos relatos das experiências vivenciadas pelos camponeses direta ou indiretamente envolvidos no conflito armado.

2.1 O cenário político brasileiro e as dinâmicas geopolíticas internacionais no período de ocorrência da Guerrilha do Araguaia

A compreensão do significado da Guerrilha do Araguaia nos remete à análise do período histórico no qual o conflito ocorreu, situando-o numa conjuntura internacional, considerando a relação entre as políticas do Estado brasileiro e as dinâmicas geopolíticas internacionais do período, denominado de Guerra Fria, caracterizado por uma divisão ideológica de âmbito internacional, em que o mundo estava dividido entre capitalismo e socialismo, representados, respectivamente, pelas lideranças dos Estados Unidos da América e pela União Soviética.

Para uma melhor compreensão dos aspectos ideológicos da motivação das principais forças envolvidas nesse conflito, faz-se necessária uma reflexão, ainda que breve, sobre os acontecimentos da segunda metade da década de 1960, considerando que as estratégias dos militantes comunistas do PCdoB em planejar a guerrilha rural e as preocupações geopolíticas do governo militar brasileiro em reprimi-la estão atreladas ao contexto de ditadura civil-militar instalada no Brasil a partir de 1964.

O regime político do período em que a guerrilha foi idealizada foi instaurado em 1964, porém, o contexto e as relações que o possibilitaram remontam ao início do governo do presidente João Goulart, quando vários fatores contribuíram para a efetivação do golpe civil-militar em abril do referido ano, dentre eles, a crise econômica decorrente do processo de acumulação capitalista (nacional e internacional), do projeto desenvolvimentista implementado no Brasil, bem como os problemas estruturais e os conflitos políticos do período.

A fase de desenvolvimento capitalista no qual o Brasil estava inserido, em escala internacional, exigia dele um processo de organização do trabalho que consistia numa contínua exploração do força-de-trabalho nacional. Por outro lado, o Brasil, enquanto Estado integracionista, também estava submetido à exploração internacional que se intensificava como necessidade de reprodução do capitalismo nos países imperialistas que adotavam o regime de acumulação intensivo-extensivo. Assim, o Brasil, por sua vez, adotou o “modelo de substituição de importações”, que o possibilitava promover uma acumulação capitalista subordinada e o desenvolvimentismo (VIANA, 2005).

As práticas populistas estatais contribuíram para o processo de industrialização que, a partir dos anos 50, foi intensificado através dos investimentos do capital estatal, nacional, bem como do capital estrangeiro. Como consequência e como reflexo da crise capitalista iniciada

nos Estados Unidos a partir da década de 1950, o Brasil foi impactado, principalmente no início da década de 1960, com crescente inflação, déficit da balança comercial, dívidas externas, etc.

Houve o aumento da taxa de exploração dos trabalhadores e a necessidade de transferência de mais-valor aos países imperialistas. Nesse contexto, os trabalhadores reagiram ao rompimento do pacto populista e lutaram contra o aumento da taxa de exploração nacional, provocando a reação por parte dos setores conservadores (nacionais e internacionais) que viram seus interesses ameaçados.

Ocorreram várias manifestações de questionamentos ao Estado populista e ao projeto desenvolvimentista que priorizava a expansão capitalista no Brasil. No meio rural, a politização da luta pela terra resultou na organização dos movimentos de resistência que, a exemplo das revoltas e Ligas Camponesas organizadas inicialmente em Pernambuco sob a liderança de Francisco Julião, a partir da segunda metade da década de 1950, irradiou-se para outros estados, com iniciativa de outras lideranças também, ocupando espaços públicos e reivindicando uma reforma agrária democrática e outras transformações sociais no campo e na cidade.

Nesse período, a mobilização do movimento estudantil foi intensificada e, como consequência da escalada inflacionária, o movimento operário passou a se mobilizar cada vez mais, principalmente através do movimento grevista que foi muito representativo entre o final da década de 1950 e início dos anos 1960.

Em várias partes do Brasil ocorreram manifestações camponesas contra o projeto desenvolvimentista e a crise econômica por ele gerada, bem como contra processo de expansão capitalista no campo. Os antagonismos sociais no campo se radicalizavam, culminando em conflitos diretos entre latifundiários e camponeses, em suas diferentes frações de classe, devido à estrutura fundiária.

Sobre o impulso que a questão da reforma agrária ganhava, bem como os conflitos surgidos na luta pela sua efetivação, Ianni (1979) faz as seguintes ponderações:

Seja de um lado por pressões vindas de baixo, seja de outro, através de iniciativas oficiais direta ou indiretamente estimuladas por aquelas pressões, o fato é que o assunto se propõe cada vez de maneira mais insistente. Têm ocorrido nestes últimos anos repetidos conflitos sociais de gravidade crescente, que giram em torno do problema da terra. Foram, entre outros mais salientes e de maior repercussão, o caso dos posseiros de Porecatu, no Paraná, e da região do Rio Doce em Minas Gerais; o da ocupação de terras na Fazenda Santa Helena em Marília (S. Paulo); dos acontecimentos tão recentes de Santa Fé do Sul, também em S. Paulo; do choque armado entre trabalhadores agrícolas e a polícia goiana em Planaltina, de que resultaram 11 mortes, fato ocorrido em dezembro último. É ainda o caso, de tão larga repercussão

nacional, dos arrendatários do Engenho Galiléia em Pernambuco, quando o governo do Estado se viu forçado a desapropriar as terras do Engenho e distribuí-las entre os lavradores que as ocupavam (IANNI, 1979, p. 128).

No início da década de 1960, as manifestações sociais contrárias à política conciliadora do governo de Jango foram intensificadas: aumento das greves, do número de organizações sindicais e intersindicais dirigidas por trabalhadores vinculados à esquerda, além de organizações camponesas visando à posse da terra e a reforma agrária. Nesse contexto, os latifundiários e empresários rurais constituíram uma significativa base econômica e política para a efetivação do Golpe de Estado realizado pelos militares em 1964. Conforme Ianni,

Até então, sob o governo do Presidente João Goulart, a burguesia agrária estava inquieta com a crescente politização de camponeses e operários rurais. O florescimento de ligas camponesas e sindicatos rurais, em 1961-64, a criação da Superintendência de Política Agrária (SUPRA) pela Lei Delegada nº 11 de 11 de outubro de 1962, e a adoção do Estatuto do Trabalhador Rural, a 2 de março de 1963, conforme a nº 4.914, foram pretextos bastantes para que essa burguesia ampliasse a sua adesão econômica e política ao Golpe de Estado que vinha sendo preparado desde agosto de 1961. Nessa ocasião, Jânio Quadros renunciou à presidência da República e o Vice-Presidente João Goulart deveria acabar por assumir e exercer a presidência. Os compromissos de Goulart com o trabalhismo, em particular, e o populismo, em geral, foram o pretexto para que as forças econômicas e políticas burguesas predominantes – nacionais e estrangeiras – passassem a organizar o Golpe de Estado que se realizou em 1964 (IANNI, 1979, p. 37).

Dessa forma, a crise econômica internacional e as lutas sociais camponesas, estudantis e operárias, contribuíram para que os norte-americanos participassem do desencadeamento do golpe de 1964, visando dar continuidade ao processo de intensificação da exploração do trabalho e acumulação capitalista imperialista.

O golpe foi efetivado e a democracia burguesa, nessas condições, foi substituída pela ditadura que, até 1985, manteve o Estado sob o comando militar. Durante esse período, as manifestações contrárias às diretrizes da ditadura militar foram duramente reprimidas, tornando-se comuns atos de torturas, prisões ilegais e arbitrárias, assassinatos, execuções e desaparecimentos forçados, bem como ocultação de cadáveres. Além desses fatos, configurados como graves violações de direitos humanos cometidos pelo Estado brasileiro, ocorreram perseguições, cassações de direitos políticos, entre várias outras medidas repressivas, e o governo militar procedeu-se ao arrocho salarial com imposição das medidas de estabilização financeira.

Através do Ato Institucional nº 2, os partidos políticos foram extintos; o bipartidarismo foi institucionalizado em outubro de 1965; o processo de cassação de direitos políticos foi reaberto e os civis envolvidos em crimes, considerados contra a segurança nacional, foram submetidos aos tribunais militares.

As organizações políticas tiveram muitas dificuldades em fazer oposição ao regime militar, pois as medidas repressivas do governo promoveram desarticulações políticas e organizativas que as afetaram de formas significativas, inclusive, intensificando divergências políticas e ideológicas no interior dessas organizações. Várias organizações revolucionárias surgiram nesse contexto, muitas delas dissidentes do Partido Comunista do Brasil (PCB).

Em 1968, esse contexto se agravou com o fechamento do regime militar, através da implantação do Ato Institucional nº 5, no dia 13 de dezembro, tendo repercussões políticas, sociais, culturais, entre outras. A imprensa foi totalmente censurada, o direito de greve foi restringido e os sindicatos de trabalhadores e confederações sofreram intervenções do Ministério do Trabalho, tendo como consequência um retrocesso na luta histórica dos trabalhadores que tiveram direitos revogados, tanto as categorias profissionais vinculadas às indústrias, como os trabalhadores do campo.

Conforme Ianni (1979),

O Estatuto da Terra adotado pelo governo de Marechal Castelo Branco (1964-67) foi principalmente um instrumento para indicar, aos latifundiários e empresários rurais, qual seria a direção conservadora da política agrária a ser posta em prática pelos governos saídos do golpe de Estado. Ao mesmo tempo, o governo de Marechal Castelo Branco passava a intervir nos sindicatos rurais, fechar as ligas camponesas e prender líderes camponeses no Nordeste e em outras regiões onde as lutas de camponeses e operários rurais já haviam avançado bastante, em termos de organização, reivindicação, liderança etc. Isto é, o Estatuto da Terra e a repressão política no campo mostraram aos camponeses e operários que a politização não poderia continuar nos termos em que vinha ocorrendo; e aos latifundiários e empresários mostraram que o poder estatal passaria a operar de modo a favorecer a expansão da empresa capitalista no campo (IANNI, 1979, p. 38).

O Congresso Nacional foi posto em recesso e as cassações de direitos políticos foram reabertas pelas Assembleias Legislativas estaduais e, entre outras medidas, o *habeas-corpus* para detidos por infração da Lei de Segurança Nacional (LSN), criada em 1969, foi abolido. O governo decretou a União Nacional dos Estudantes (UNE) como ilegal e o Ministério da Educação impôs várias limitações às manifestações políticas dos estudantes. Nesse contexto, foram presos, aproximadamente, 800 líderes estudantis (GORENDER, 1987).

Sobre o cenário internacional, Nascimento (2000) explica:

Paralelamente ao aumento das tensões sociais e políticas no Brasil provocadas pelo Golpe, o mundo vivia um de seus momentos mais dramáticos que, resumidamente, caracterizava-se pelo recrudescimento da Guerra do Vietnã; aumento dos protestos pacifistas nos Estados Unidos e na Europa principalmente nas universidades; movimentos pela liberação sexual liderados por intelectuais e gente de expressão artística, cultural e política; gigantescos movimentos pelos acordos de limitação da produção de armas de destruição em massa; e as poderosas manifestações estudantis na Checoslováquia, na França, no México e nos EUA. Ao mesmo tempo no Brasil é tempo dos festivais musicais e do Tropicalismo (NASCIMENTO, 2000, p. 44-45).

O coronel do Exército, Aluísio Madruga de Moura e Souza (2002), fez uma análise das ações das organizações e partidos políticos de esquerda que se contrapunham ao regime vigente. Após descrever algumas manifestações sociais, iniciadas a partir de 1966 e intensificadas nos anos de 1968 a 1972, o autor afirma (sustentando o ponto de vista militar), que elas consistiam em atos de subversão e terrorismo realizados por comunistas, muitos deles treinados em táticas de guerrilha na China comunista, Cuba e Argélia.

Nesses termos, o autor justifica: “[...] o AI-5 não foi causa das ações armadas das esquerdas como afirmam e sim consequência” (MOURA E SOUZA, 2002, p. 95). Apoiado nas notícias de jornais publicadas naqueles anos e nas avaliações de alguns militares oficiais atuantes na época, algumas descritas na literatura sobre o período de regime de exceção, Moura e Souza argumenta que o contexto de intensas e graves manifestações que promoviam a desordem social e ameaçavam a ordem política, exigia medidas efetivas para o enfrentamento à violência revolucionária empregada pelo Movimento Comunista Brasileiro (MCB), como nova forma de luta vinculada à Guerrilha urbana, num contexto em que o país já estava passando por um processo de redemocratização.

Para enfrentar o novo estado de coisas, a Presidência da República, após uma análise profunda da questão, expediu uma ‘Diretriz para a Política de Segurança Interna’, definindo o que deveria ser realizado para neutralizar, impedir ou até mesmo eliminar as ações terroristas. Nela ficou estabelecido que caberia ao Exército, por intermédio de seus Comandantes Militares de Área, a responsabilidade pelo planejamento, coordenação e execução das medidas para conter a subversão e o terrorismo em suas respectivas áreas de responsabilidades. Estavam criados os Conselhos de Defesa Interna (CONDI) para assessorar os Comandantes Militares de Área; os Centros de Operações de Defesa Interna (CODI), para garantir a necessária coordenação do planejamento e da execução das medidas de defesa Interna e os Destacamentos de Defesa Interna (DOI), cuja missão era a de desmontar toda

a estrutura de pessoal e de material das organizações terroristas, bem como impedir a sua organização (MOURA E SOUZA, 2002, p. 61).

Assim, sob forte repressão, algumas organizações de esquerda, dentre elas, partidos políticos e movimentos sociais, clandestinamente, continuaram a promover manifestações de protesto ao governo. As divergências enfrentadas pelas organizações impediam a união das forças políticas que objetivavam realizar a revolução socialista no Brasil, pois não tinham consenso quanto à experiência internacional a ser tomada como modelo de inspiração e teorização, bem como se a forma de resistência e implementação do socialismo seria através da luta armada ou da transição pacífica, bem como se a revolução seria realizada no campo ou na cidade.

Tendo como modelos as guerrilhas ocorridas em Cuba, China e Vietnã, muitas organizações optaram pela resistência através da luta armada imediata, como foi o caso da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), a Ação Libertadora Nacional (ALN), o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), Comandos de Libertação Nacional (COLINA), o Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), Organização Política Marxista-Leninista – Política Operária (Polop) e a Vanguarda Armada Revolucionária – Palmares (VAR-Palmares), conforme analisado por Jacob Gorender (1987).

Tendo como exemplo a guerrilha ocorrida em Cuba e a teoria do foco guerrilheiro, algumas passaram a desenvolver ações de guerrilha urbana. Outras preferiram planejar táticas de guerrilha rural, inspiradas na concepção político-ideológica desenvolvida por Mao Tsé-tung a partir da experiência de guerra popular e civil que promoveu a Revolução Chinesa de 1949, tendo como base os escritos do estrategista militar Clausewitz (1979). Dentre essas organizações, destacou-se o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), que seguiu com seu projeto acreditando que se adotasse as mesmas táticas e estratégias que caracterizavam o “maoísmo”, seria vitorioso no processo revolucionário⁴.

2.2 Opção pela resistência armada e estratégias de guerrilha rural: região e o campesinato do Araguaia, na concepção do PCdoB

⁴ Para maiores detalhes ver Jacob Gorender (1987), Daniel Aarão Reis Filho (1990), Elio Gaspari (2002a; 2002b) e Marcelo Ridenti (1993).

O Partido Comunista do Brasil foi fundado em 25 de março de 1922 e reorganizado em fevereiro de 1962, após o processo de divisão interna que deu origem a duas tendências partidárias, quando deixou de usar a sigla PCB e passou a adotar a sigla PCdoB. As divergências que dividiram os membros do partido foram várias, entre elas, as que surgiram durante o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), ocorrido em fevereiro de 1956, em Moscou. Durante esse Congresso, surgiram denúncias, por parte do então secretário geral do partido Nikita Khrushchev que, por meio de um relatório secreto, divulgou os crimes cometidos pelo ex-dirigente da União Soviética, Josef Stalin. A partir desse fato, surgiram propostas de alterações na política soviética internacional que resultou na releitura do marxismo, prevalecendo a concepção de que a implantação do socialismo poderia ser feita a partir de uma mudança sem violência, considerando que seria possível o relacionamento pacífico entre forças políticas opostas, alterando, assim, a linha de atuação política até então praticada.

As discussões e deliberações a nível internacional repercutiram nos rumos que tomaria o comunismo no Brasil, pois vários membros da direção do Partido Comunista do Brasil (PCB) defenderam a adoção dessas mudanças, que culminaram em reformulações teóricas, além de outras que contrariavam o programa originário, orientado por princípios marxista-leninistas e pelo internacionalismo proletário, tendo como objetivo o comunismo. A nova política foi veiculada na “Declaração de Março de 1958” e nas teses representadas durante o V Congresso do partido, realizado em 1960, ocasião em que as muitas das novas ideias foram oficialmente aderidas. Trava-se da defesa de uma ampla Frente política que, por meio do caminho pacífico, e em aliança com setores da classe burguesa nacional, realizaria uma revolução nacional e democrática, antiimperialista e antifeudal. Acreditava-se que essa relação contribuiria com o desenvolvimento e intensificação das contradições das relações capitalistas no país e que a burguesia tinha papel fundamental na superação do que consideravam estruturas feudais que caracterizava o Brasil.

Dentre os setores do PCB que manifestaram posições divergentes, o que era composto por Pedro Pomar, Maurício Grabois e João Amazonas, entre outros, recusando-se a compactuar com as deliberações do Congresso, por considerá-las revisionistas e reformistas, continuou na defesa do programa político originário, direcionando fortes críticas às novas propostas políticas. Sem possibilidade de conciliação entre as concepções divergentes e antagônicas, o PCB foi dividido. Dessa divisão, criou-se o Partido Comunista Brasileiro (mantendo-se a sigla PCB), sob liderança de Luís Carlos Prestes, com novos programa e estatuto. Os documentos foram

modificados com a justificativa de que facilitariam o registro no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Além disso, as referências ao marxismo-leninismo e ao internacionalismo proletário foram excluídas do programa.

O grupo que não aceitou as mudanças foi expulso e, em fevereiro de 1962, organizou a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, em que reafirmou seu posicionamento na manutenção da linha política da ortodoxia stalinista. Adotando a nova sigla PCdoB, alinhou-se política e ideologicamente ao Partido Comunista Chinês (PCC) e ao maoísmo, pautado no que consideravam ser as verdadeiras tradições marxista-leninistas, tendo como primeiros dirigentes, os militantes João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade. Nessa conferência foi aprovado o Manifesto-Programa que, dentre as suas orientações, rejeitava a mudança social através das reformas de base e apresentava como objetivo principal a luta por um governo popular e revolucionário, reafirmando a defesa da revolução socialista. Dessa forma, se posicionou de forma crítica e radicalmente contra o governo de João Goulart, defendendo a atuação de uma frente única na implantação de um regime antiimperialista, antimonopolista e antilatifundiário, com uma proposta de reforma agrária radical, seguindo o modelo implantado em Cuba. Esse governo seria alcançado por meio da violência revolucionária, coerente com a teoria marxista-leninista, sob liderança da classe operária representada no partido comunista⁵.

Campos Filho (2003), sustentando a posição oficial do PCdoB, enfatiza que o partido se inspirou na concepção maoísta, enquanto outros autores, como Gorender (1990), argumentam que foi a teoria do foco guerrilheiro, inspirado nas formulações teóricas sobre a concepção de luta armada elaboradas a partir da Revolução Cubana, que fundamentou as estratégias guerrilheiras no Araguaia. Ao considerar os fatores econômicos, culturais e políticos internos e externos à realidade brasileira, bem como as condições subjetivas e objetivas, o PCdoB avaliou que a forma de luta mais adequada para a tomada do poder, no contexto de ditadura militar, seria por meio de um processo revolucionário de transformação social, com emprego da violência e luta armada. O PCdoB optou pela estratégia de guerra de guerrilha, convictos de que essa seria a única forma eficiente para a derrubada do regime dominante vigente e a implantação do socialismo no contexto em que se encontrava o Brasil (CAMPOS FILHO, 2003). A hipótese de Nascimento (2000), por sua vez, é de que tanto a estratégia

⁵ Sobre a estruturação orgânica e atuação política do PCdoB entre o período de 1962 e 1972, ver SALES (2000).

maoista, quanto aspectos da estratégia foquista, fundamentaram as ações dos militantes do PCdoB no Araguaia.

A guerra de guerrilha, como forma de luta, pressupunha o enfrentamento entre tropas descaracterizadas que, de forma não convencional, enfrentaria as Forças Armadas instituídas regularmente em um Estado. Os idealizadores do movimento tinham conhecimento de que deveriam adotar algumas táticas para equilibrar as desvantagens físicas, entre elas, a escolha da região/terreno e a conquista do campesinato como base de apoio.

Assim, desenvolvida como “luta popular prolongada”, essa estratégia precisava ser implementada no campo, a partir do qual promoveria o cerco da cidade, e deveria ser dirigida pelo partido, com vanguarda da classe operária. Porém, teria como base social e política determinante o campesinato que precisaria participar amplamente da luta armada, com o método da guerrilha. Os guerrilheiros deveriam realizar um trabalho político e ideológico com a “massa” antes de deflagrar a luta armada. Nessa luta, deveriam seguir princípios éticos e as condutas dos mesmos deveriam ser norteadas por estratégias político-militares que podem ser melhor compreendidas na obra de Tsé-Tung (1981). Dentre essas estratégias, o autor destaca as ações armadas de fustigação e fuga: “o inimigo avança, nós recuamos, o inimigo imobiliza-se, nós flagelamos, o inimigo esgota-se, nós golpeamos, o inimigo retira-se, nós perseguimos” (TSÉ-TUNG, 1981, p. 116).

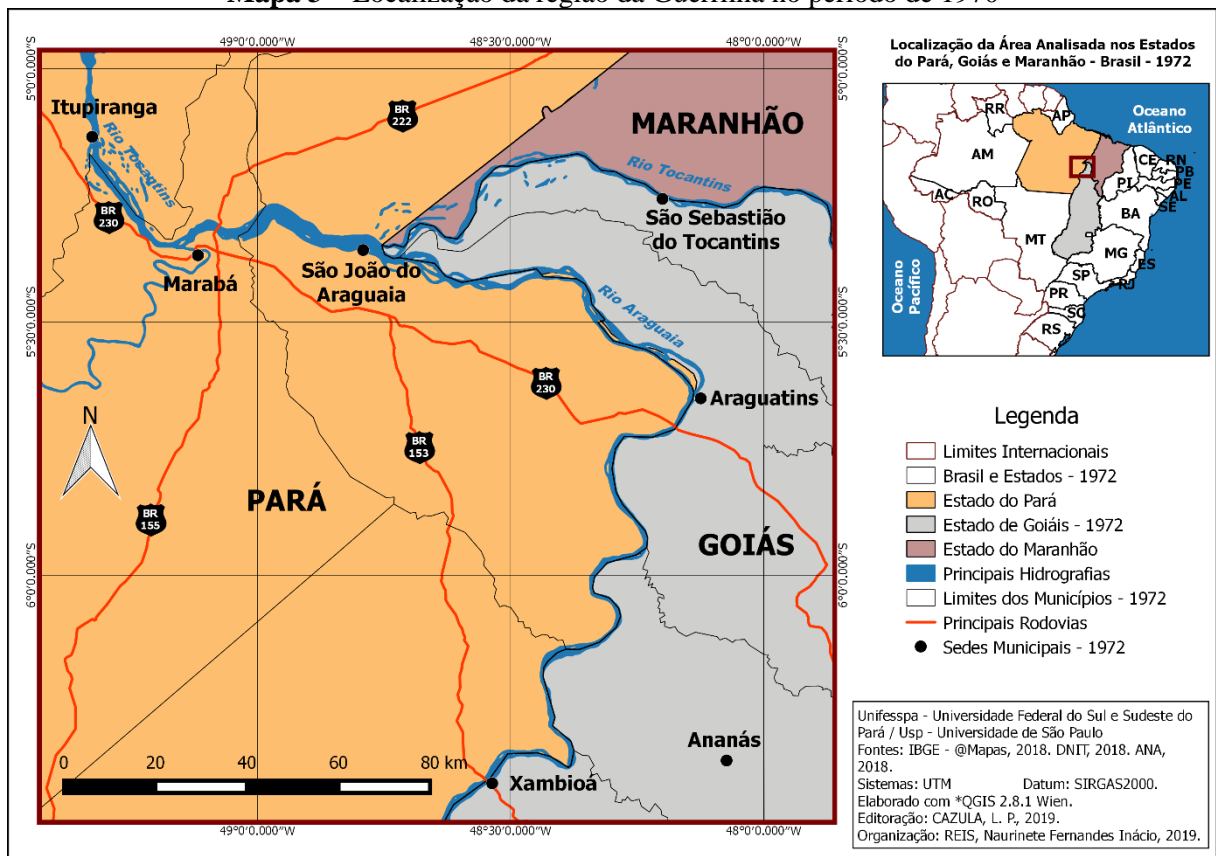
Seguindo os exemplos das experiências guerrilheiras em outros países, os dirigentes do partido planejaram cuidadosamente os passos que acreditaram ser imprescindíveis para que o movimento fosse vitorioso. A região sudeste do Pará, situada nos limites territoriais das regiões norte do estado do Tocantins (à época, estado de Goiás) e oeste do Maranhão – Mapa 3, foi escolhida para a preparação e deflagração da luta armada. Situada na Amazônia Oriental brasileira, apresentava condições propícias para o desenvolvimento das estratégias de guerrilha rural.

Ao caracterizar a região onde ocorreu a guerrilha, Portela (1986, p. 11) enfatiza que a mesma é “habitada por camadas das mais miseráveis entre as que compõem a sociedade brasileira. Mas é uma das mais ricas do mundo em termos materiais: nela fica a serra dos Carajás, a maior reserva de minério de ferro do mundo”.

Considerada como fronteira agrícola, as características da região motivaram ações de vários sujeitos sociais, constituindo-se em vários territórios em disputas pela apropriação e uso da terra que, num primeiro momento, foi caracterizada como fonte de riquezas naturais e, num segundo, transformada em mercadoria.

A partir da década de 1960, o discurso ideológico dos economistas de que o “vazio demográfico” e o isolamento da Amazônia representava um obstáculo ao desenvolvimento do país, motivou o governo militar brasileiro a conduzir uma política de “ocupação racional” da região que deixava implícita a estratégia de evitar a influência comunista, no sentido de promover a “defesa” do território e a “segurança” nacional, conforme demonstrado no capítulo 1.

Mapa 3 – Localização da região da Guerrilha no período de 1970



Organização autoral

Vale ressaltar que nesse período passou a prevalecer sobre a região amazônica e, principalmente, sobre a população nela historicamente e tradicionalmente territorializada, uma visão caracterizada como um “olhar naturalista”, alicerçado em representações, imagens e ideologias, pautadas no espaço concebido, que têm considerado a região somente como um conjunto de ecossistemas e como fonte de recursos naturais, conforme discutido por Cruz (2006). Para o autor,

Essa, sem dúvida é a representação mais comum sobre o espaço amazônico que se personifica através de ideias e expressões sobre a região, como: “espaço vazio”, “vazio demográfico”, “terras sem homens” entre outras. Essas

construções ideológicas reforçam historicamente a não-existência política e discursiva dessas populações (CRUZ, 2006, p. 66-67).

Sobre a ideia de Amazônia como “vazio demográfico”, Carlos Walter Porto-Gonçalves (2017) pondera que:

Essa ideia autoriza a sua ocupação por não amazônidas, na medida em que estaria vazia. Esvaziada de gente, a Amazônia é Natureza, fonte inesgotável de recursos que estariam reservados, no futuro, para outrem, quando, aí sim, cumpriria o papel de redimir nossas sociedades do “atraso” e do subdesenvolvimento. Assim, sendo futuro a região e suas gentes não é presente e, assim, o ciclo se fecha, pois, o vazio demográfico nos diz que não há ninguém presente, e a região está reservada no futuro a outros que vêm de fora. As ideias de “reserva” e de “vazio demográfico” se mostram, assim, coloniais (PORTO-GONÇALVES, 2017, p. 18).

Nesse sentido, foram adotadas medidas visando abrir e integrar a região amazônica ao restante do país como forma de impedir a influência comunista internacional em um território estratégico. “Os objetivos eram econômicos, mas eram, sobretudo geopolíticos. O lema da ditadura era ‘integrar’ (a Amazônia ao Brasil) ‘para não entregar’ (a supostas e gananciosas potências estrangeiras)” (MARTINS, 2018, p. 74). As transformações econômicas e sociais decorrentes do processo de expansão territorial do capital teriam chamado a atenção para a região. Os investimentos do capital estrangeiro na Amazônia, na avaliação dos militantes do PCdoB, colocavam em risco a soberania nacional e apontavam para a possibilidade de internacionalização da Amazônia. Os militantes avaliavam que a região era de interesse imperialista devido às suas características sociais e econômicas.

A Amazônia era concebida pelo PCdoB enquanto um território a ser ocupado por militantes que teriam o papel de organizar os camponeses visando o processo revolucionário de transformação social. Na concepção dos dirigentes do partido, a região, principalmente o sul e sudeste do Pará, caracterizada como atrasada e isolada do ponto de vista do desenvolvimento econômico, historicamente marcada pelos conflitos decorrentes da estrutura fundiária concentrada e das relações sociais dela resultante, sem apoio governamental, tinha uma das condições essenciais para o sucesso da guerrilha, pois acreditavam que a população camponesa seria um apoio potencial. As condições políticas e as características geográficas favoreceriam o desenvolvimento das estratégias de guerrilha rural. As dinâmicas socioterritoriais do campesinato em formação pelas frentes migratórias, decorrentes da política de desenvolvimento para a Amazônia, despertaram o interesse dos militantes para essa área, a qual também chamava a atenção pelas riquezas naturais.

O documento intitulado *Um grande acontecimento na vida do país e do partido* (1982), escrito por Ângelo Arroyo, evidencia os estudos desenvolvidos pelo partido a respeito dessas condições e dos critérios que o levou a escolher a região do Araguaia, situada na mesorregião sudeste do Pará, para deflagração do conflito.

A região do Araguaia oferece condições propícias. É zona de mata, e na mata o inimigo não pode usar tanques, artilharia, bombardeio aéreo de precisão etc. Tem de estar a pé como o guerrilheiro. É uma zona de massa pobre e explorada (frente pioneira de penetração da massa camponesa sem terra), circundada por povoados e cidades pequenas e médias também de grande pobreza. Dispõe de caça abundante, castanha-do-pará, babaçu e outros meios de alimentação. Possui vasta área, em extensão e profundidade, que serve de campo de manobra às forças combatentes. Além disso, é fronteira de largas regiões pobres dos Estados do Mato Grosso, Goiás e Maranhão (ARROYO, 1982, p. 30).

Vários fatores foram levados em consideração, dentre eles, as configurações geográficas, as condições políticas, bem como as riquezas naturais. Um aspecto fundamental analisado foram as características do campesinato na Amazônia e o processo de colonização que o formava, chamando a atenção as condições de vida dos sujeitos que constituíam o campesinato do Araguaia em seu desenvolvimento histórico marcado por conflitos e disputas territoriais.

O Instituto Brasileiro de Estatística e Geografia (IBGE) define a região na qual a área de abrangência da guerrilha está inserida como Sul e Sudeste do Pará. Na década de 1960 ela era integrada pelos municípios de Conceição do Araguaia, Marabá e São João do Araguaia. Na década de 1970, muitos dos municípios existentes hoje consistiam em povoados ou vilas, distritos que integravam as microrregiões desses municípios, principalmente de Conceição do Araguaia. Dentre os povoados existentes à época, destacavam-se São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia (à época, São Domingos das Latas), Apinajés, Brejo Grande do Araguaia, Bacaba, Palestina, Metade, Santa Isabel, entre outros, conforme Mapa 2 (capítulo 1 – p. 74).

Nesses municípios e povoados, as florestas e os rios exerciam função fundamental na produção e reprodução camponesa. Predominava uma economia baseada no extrativismo vegetal, animal e mineral e os rios eram fontes de alimentos, ambiente de lazer, como também principal meio de ligação com outras regiões brasileiras, por meio do qual se promovia o transporte de cargas e de pessoas em pequenas embarcações.

O extrativismo da borracha e da castanha atraía migrantes para a região e representava aspecto fundamental da economia. No entanto, o sistema de aviação que o sustentava, contribuía para a origem e manutenção da desigualdade social, com concentração de renda por parte de grupos que passaram a exercer o controle econômico, social e político local.

Essa organização social e econômica estava sendo alterada com a intensificação da intervenção do Estado na Amazônia nas décadas de 1960 e 1970, visando ocupá-la, integrá-la ao restante do país e desenvolver a economia regional, através de planos e projetos de modernização. Sob promoção do Programa de Integração Nacional (PIN), e com o apoio da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) e do Banco da Amazônia (BASA), que inicialmente deveria apoiar os projetos de produção agrícolas e industriais, priorizou-se o incentivo às grandes empresas agropecuárias, madeireiras e mineradoras, a exemplo das aprovações de projetos de pecuária e agropecuária para implantação nos municípios de Conceição do Araguaia e Santana do Araguaia por parte da SUDAM, conforme analisado por Ianni (1981).

Muitas mudanças estavam ocorrendo nesse período e o Estado autoritário representava um dos principais indutores da expansão do capital na Amazônia, bem como na região escolhida para a realização das ações guerrilheiras. Essa região estava sendo alvo de políticas públicas de incentivo à atuação de empresas capitalistas estatais e privadas, em função das quais foram criadas agências governamentais, agências bancárias, iniciativas de atração de trabalhadores, tecnologias, capitais, etc.

A dinamização e reorganização da estrutura social, política e econômica da região do Araguaia se intensificava e deixava mais complexos os conflitos, pois novos sujeitos e agentes disputavam a posse e uso da terra. Além das empresas, chegavam à região trabalhadores rurais e famílias de camponeses que, influenciados pelas propagandas governamentais, compunham as frentes migratórias que formavam o campesinato, tanto de forma espontânea, como nos projetos de colonização dirigida, dando origem às novas localidades, vilas e povoados (HÉBETTE, 2004; EMMI, 1988; IANNI, 1981), conforme demonstrado no capítulo 1.

Dessa forma, o campesinato em constituição na região Sul e Sudeste do Pará, compunha-se de migrantes de várias partes do Brasil em busca de *terra de trabalho* e de melhores condições de vida. Em suas trajetórias, vivenciavam diversas formas de conflitos pela posse e permanência na terra e relações de exploração, dominação e subordinação nos diferentes processos de trabalho durante as atividades extrativistas. Sem órgão de segurança atuante na região, podiam contar apenas com ajuda de amigos, vizinhos e parentes na defesa de seus

interesses e na resistência aos abusos e à violência da polícia local e dos latifundiários, conforme analisado por Hébette (2004b).

A política implementada pelo governo federal na Amazônia, principalmente a partir de 1966, forjou a necessidade de resistência camponesa organizada às tentativas de expulsão por parte das grandes empresas agropecuárias em expansão e ao processo de expropriação por parte do capital comercial e industrial. Assim, os grupos religiosos, associações e delegacias sindicais foram sendo constituídos como ferramentas de apoio às lutas pela permanência dos camponeses nos lotes, pois eles conviviam com uma realidade de enfrentamento aos que se intitulavam “novos” donos das terras e que agiam de forma violenta para expulsá-los e expropriá-los.

Essa região de fronteira agrícola situada na Amazônia Oriental brasileira, nesse sentido, passou a ser alvo de interesses dos militantes comunistas do PCdoB, ao mesmo tempo em que já estava sendo visualizada como estratégica dentro dos objetivos do governo militar, conforme analisado no capítulo 1.

2.3 Guerrilheiros e camponeses: a perspectiva da experiência

José Genoíno Guimarães Neto (imagem 4), ex-guerrilheiro que sobreviveu à repressão militar na região do Araguaia, nos concedeu entrevista em 04 de julho de 2019, em São Paulo, durante a qual relatou fatos que contribuem para a compreensão do processo preparatório do movimento guerrilheiro. Sobre sua trajetória, ele explicou que em 1967 ingressou no curso de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará e, posteriormente, ingressou no curso de Direito da Universidade Federal do Ceará. Nesse período, ele se filiou ao PCdoB e iniciou a militância no movimento estudantil universitário, nos Centros Acadêmicos, e participava dos congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE), na qual atuou na diretoria durante a gestão em que participou também Helenira Resende de Souza (Fátima). Em 1968, com a institucionalização do AI-5, ele entrou na clandestinidade, ficando em São Paulo durante um ano e meio.

Ao ter conhecimento de que o PCdoB estava preparando uma luta armada, José Genoíno se colocou à disposição para integrar o movimento. “A gente sabia que ia participar da preparação do movimento armado que seria sob a forma de guerrilha, mas ninguém sabia onde era. Ninguém sabia. Se eu fosse preso no caminho, não tinha jeito de eu falar!” (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP). Sobre o motivo da escolha da região do Araguaia para a deflagração do movimento, ele explica:

Aí tem a ver com teu trabalho de geografia: primeiro porque era uma região do Brasil que foi estudada para fazer uma concepção de guerrilha, [...], mas do ponto de vista da ideia de guerrilha, de área libertada, no ponto de vista da influência da guerra popular chinesa e do Vietnã. Por que ela era a região mais propícia? Primeiro que ela era região distante do ponto de vista dos grandes centros e, segundo, porque era uma região que convergia três estados: Pará, Goiás e Maranhão. Terceiro porque era uma região de grande cobertura aérea, quer dizer, pra poder ver o que tá acontecendo na terra não adianta ir de helicóptero. Então a gente tinha uma boa cobertura aérea. Quarta, era uma região que a gente tinha uma grande sobrevivência natural: fruta, caça..., ou seja, você não morria de fome, poderia morrer de malária, leishmaniose ou de mordida de cobra, mas de fome não morreria, porque ela tinha recurso de alta sustentação. E quinto, na minha avaliação, era uma região que possibilitava, do ponto de vista da ideia de guerrilha, você tinha uma frente com cidades e uma retaguarda com mato, que era o Xingu, que a gente tinha Marabá, Imperatriz, Araguatins, Xambioá... (se eu tiver esquecendo algum tú me lembra)... Conceição do Araguaia à frente e, atrás, você tinha o Xingu que era região entre o Araguaia e o Xingu. Então por esses fatores, dentro da ideia de guerra de guerrilha camponesa, porque a concepção não era coluna, não era foco, era você fazer um Exército de guerrilheiros, conviver com a população local, sobreviver na selva. Era uma região adequada pra isso. [...]. E no imaginário aparecia o seguinte, o que que acontecia: quem tinha conflito, qualquer que fosse ele, ou por terras, ou conflito pessoal, ou conflito familiar em Goiás, Maranhão, atravessando o Rio estava salvo! Ninguém ía pra lá! Então o sul do Pará era mais ou menos uma área que ninguém entrava, ninguém perguntava pela vida de ninguém. Tinha muita gente que era perseguida, mas ninguém perguntava... perseguida assim, por polícia e tal né, mas não era perseguição política (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Tendo escolhido o melhor terreno e selecionado a área com condições ideais para o desenvolvimento das táticas de guerrilha rural, os dirigentes do PCdoB fizeram o recrutamento dos militantes com perfis considerados favoráveis para integrar o movimento guerrilheiro. Genoíno explica o processo de seleção feito pelo partido:

Tanto as pessoas que o partido indicava, como pessoas que se colocavam à disposição, o partido avaliava, era: desde nível ideológico; se estava queimado ou não na cidade (eu era um desses casos, o Bergson era um desses casos, o Ribas, por exemplo, o Flávio que era lá da região) é, e também se a pessoa tinha, vamos dizer assim, estava preparada. A gente tinha um nível de preparo ideológico muito intenso! *A gente costumava dizer que a gente estava mais preparado pra morrer do que pra matar!* E teve casos excepcionais de pessoas que não se adaptaram, eu conheço dois casos (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Imagem 4 – José Genoíno Guimarães Neto, São Paulo-SP



Fonte: Arquivo de campo

Sobre o preparo ideológico, Genoíno explica:

Vinha do debate político de 68, porque nós somos filhos de uma geração que viveu intensamente a revolução de 68, em todos os sentidos. Nós vivemos a revolução dos anos 60, vamos chamar assim, 64, 67, 68. Era um processo libertário influenciado pela Revolução vietnamita, chinesa, cubana, o Che; influenciado pelos movimentos de 68. Então era uma geração muito, vamos dizer assim, generosa nesse sentido. E o que que aconteceu com essa geração? Quando veio o AI-5 ela foi emparedada, *nós só tínhamos três alternativas com o AI-5 - as pessoas queimadas: ou você ficava em casa e era preso, ou você ia para o exterior, ou você ia para clandestinidade pra luta armada*. Não tinha 4, só tinha 3, porque o AI-5 emparedou. Quer dizer, a gente tinha um *puta* movimento de massa nas universidades e depois teve uma repressão violenta! O AI-5 foi uma repressão de matar, certo!?! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Ao contextualizar as circunstâncias em que o casal de estudantes da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Áurea (Áurea Elisa Pereira Valadão) e Arildo (Arildo Valadão), e outros militantes de movimentos estudantis universitários do Rio de Janeiro, entre eles os estudantes de medicina Duda (Luiz Renê Silveira e Silva), Cristina (Jana Moroni Barroso) e Sônia (Lúcia Maria de Souza), foram recrutados para compor o grupo de guerrilheiros que se deslocariam para participar da “guerra popular prolongada” no Araguaia,

Nossa (2012) argumentou que o AI-5 transformou a Guerrilha do Araguaia “em movimento de características de resistência à ditadura”. Conforme o autor:

Os propósitos da guerrilha variavam de acordo com o perfil do combatente. A lista de recrutados era formada por comunistas que havia quarenta anos esperavam a luta armada, jovens sonhadores descritos à exaustão nos filmes de época, garotas decididas a acompanhar o namorado, gente com desejos totalitários e estudantes que precisavam de um tempo até que a repressão esfriasse nas ruas do Rio (NOSSA, 2012, p. 79).

A direção do Partido providenciou, de forma discreta e clandestina, a mudança desses militantes para a área do conflito. A chegada dos comunistas do PCdoB à região do Araguaia teve início na segunda metade da década de 1960 e, aos poucos, os mesmos foram ocupando lotes de terras na região sudeste do Pará, espalhados entre os municípios de Marabá, no Pará, e Xambioá, no atual estado de Tocantins. Os primeiros a chegarem foram Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão), André Grabois (Zé Carlos), Paulo Mendes Rodrigues (Paulo), João Carlos Haas Sobrinho (Juca) e José Huberto Broca (Zeca ou Fogoió). Com a chegada de outros militantes posteriormente, até o ano de 1972, constituiu-se um grupo com cerca de 70 militantes.

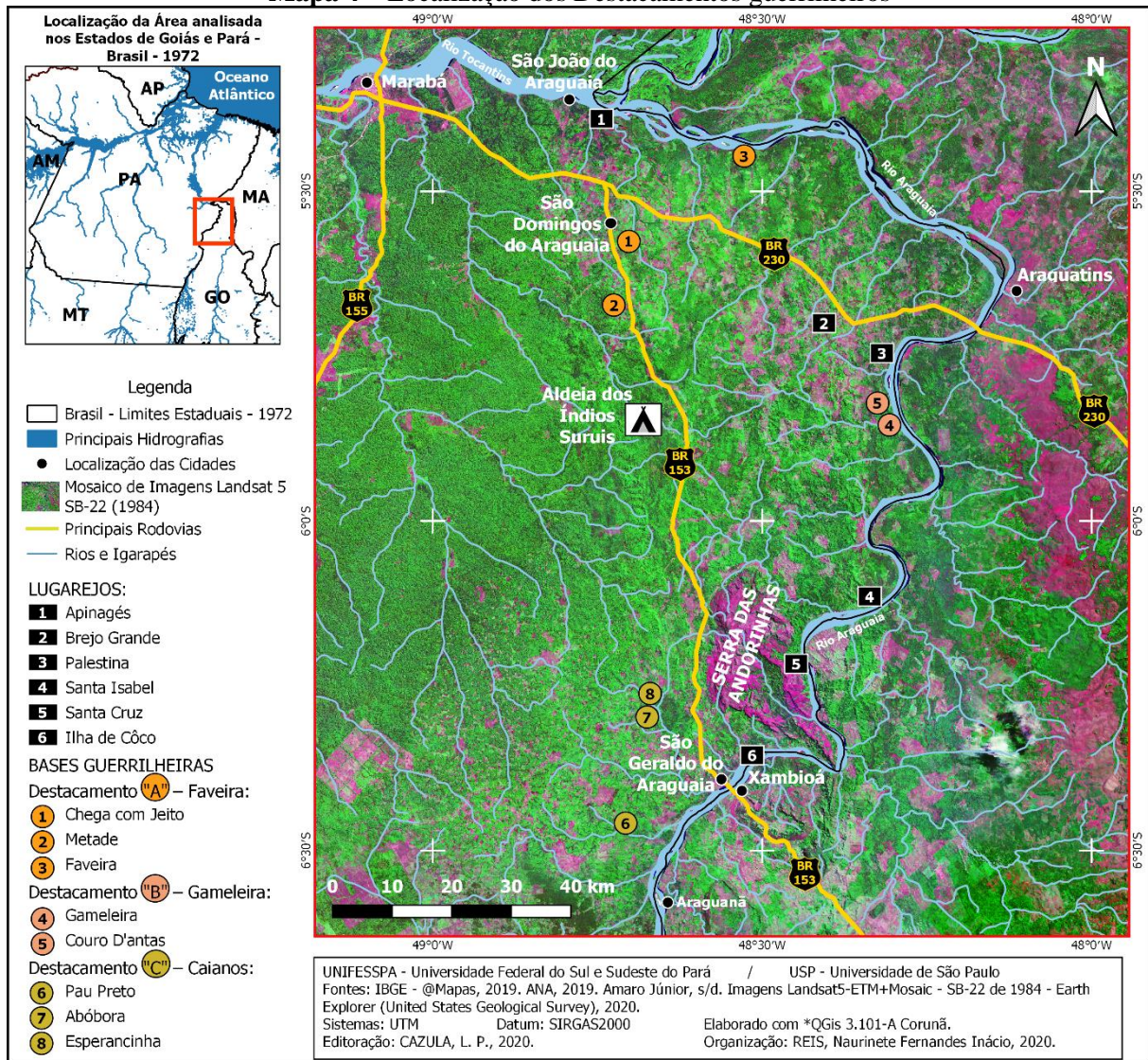
Aos poucos foi sendo executado o planejamento do PCdoB. Constituiu-se a organização militar denominada Forças Guerrilheiras do Araguaia (FOGUERA), a qual foi estruturada em três Destacamentos ou Bases Guerrilheiras, sendo cada um deles constituído por cerca de 22 pessoas. Os comandantes dos destacamentos se subordinavam à Comissão Militar, que inicialmente teve como membros João Amazonas (Cid), Maurício Grabois (Mário), Ângelo Arroyo (Joaquim) e, no decorrer do movimento, contou também com a participação de Gilberto Olímpio Maria (Pedro Gil), João Carlos Haas Sobrinho (Juca) e Líbero Giancarlo Castiglia (Joca).

Além de participarem da Comissão Militar, Ângelo Arroyo, Maurício Grabois e João Amazonas também atuaram no corpo de guarda, que na fase de preparação da guerrilha tinha a atribuição de percorrer todos os destacamentos, garantindo a comunicação entre os seus integrantes.

Os militantes que chegavam à região foram sendo divididos nos três Destacamentos em preparação: “A”, “B” e “C”, conforme mapa 4, cujas Bases eram respectivamente, Faveira, Gameleira e Caianos. Esses Destacamentos foram comandados respectivamente pelo médico João Carlos Haas Sobrinho (Juca), por Osvaldão e por Paulo Rodrigues.

O destacamento “A” atuava nas proximidades de São Domingos e São João do Araguaia; o destacamento “B” atuava no entorno de Palestina, Brejo Grande, São Geraldo e outros espaços próximos ao nordeste da atualmente designada Serra das Andorinhas; o destacamento “C”, por sua vez, atuava próximo à região sudoeste da mesma serra. Cada um deles possuía bases específicas. Além disso, o traslado dos guerrilheiros, antes ou depois de iniciada a Guerrilha, não se dava apenas nos locais delimitados a cada destacamento, sendo realizado o trânsito entre boa parte do Sul e Sudeste do Pará e no local em que, à época, era o norte de Goiás (LUIZ; REIS; SILVA, 2018, p. 88).

Mapa 4 – Localização dos Destacamentos guerrilheiros



Organização autoral

Conforme Campos Filho (2003),

Ao todo, essa área abrangia as seguintes localidades: Marabá, São João do Araguaia, Itamirim, Apinajés, Aratuatins (todos do lado esquerdo da

Transamazônica, na direção Marabá-Imperatriz); São Domingos, Metade, Brejo Grande, Bacaba, Palestina, Santa Isabel, Santa Cruz, Pau Preto, São Geraldo e ainda uma parte do município de Conceição do Araguaia, todos no Pará, e Xambioá, Araganã e Araguaína, em Goiás, atualmente estado do Tocantins. Na época, apenas São Geraldo e São Domingos⁶, no Pará, e Araguaína e Xambioá, em Goiás, eram municípios; os demais eram distritos e pequenos povoados (CAMPOS FILHO, 2003, p. 96).

José Genoíno chegou ao Araguaia no dia 24 de julho de 1970, tendo sido um dos primeiros militantes a chegar ao Destacamento B. “Muitos que chegavam lá a gente se reconhecia do movimento estudantil. Do meu destacamento eu conhecia o Ribas, conhecia a Sueli, que era muito amiga nossa, amiga da Rioko, a Sueli e Helenira. Eu conhecia o Flávio e o Glênio, eu conhecia o Teodoro...” (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Como a intenção era criar as condições para que, no decorrer do tempo, os camponeses fossem conquistados para aderir à luta armada contra o regime militar, os militantes seguiam rigorosamente orientações que estavam estabelecidas no regimento da FOGUERA, dentre as quais a convivência de forma respeitosa, solidária e justa com os moradores, procurando estabelecer relações de amizade e de confiança, mas também criar as condições para a retaguarda da guerrilha. Procuraram se adaptar à região e atuavam como médicos, enfermeiros, farmacêuticos, professores e pequenos comerciantes.

Nesse contexto, a Senhora Cledeneuza relembra dos migrantes diferentes que chegaram à região de São Domingos do Araguaia na década de 1970, conhecidos como “mineiros” ou “paulistas”, alguns ocupando terras no interior da mata, nas vilas e povoados:

Em 70 que os primeiros mineiros chegaram. Aí depois começou a chegar gente e a gente considerava que era tudo mineiro. Aí foram enfiando pra mata aí e nós não sabia, nós não conhecia. Pelo menos quem morava em Bom Jesus como o pessoal do seu Raimundo, o Genésio, esse povo eles passaram a conhecer, o Severinão... eles moravam lá em Bom Jesus. Era uma vilinha lá e cada um tinha suas terras. Meu tio André, meu tio Nazaré todo mundo morava lá (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Além da ocupação das terras para o desenvolvimento da agricultura e criação de animais, alguns guerrilheiros estabeleceram moradias nas cidades: “Quando a gente se deu

⁶ São Domingos era distrito de São João do Araguaia e São Geraldo era distrito de Conceição do Araguaia. O município de Conceição do Araguaia possuía uma imensa dimensão territorial até 1982, ano em que foi dividido, dando origem a vários municípios, entre eles: Redenção, Pau D’Arco, São Félix do Xingu, Rio Maria e Xinguara. São Geraldo do Araguaia permaneceu vinculado à Xinguara até o ano de 1988, quando então foi emancipado.

conta dessa gente nova aparecendo aí: enfermeiro, doutor, comerciante... Aí abriu uma usina ali... eles iam pilar o arroz né, que a gente pizava era no pilão... Nossa vida foi mudando” (Entrevista concedida por Cledeuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

O Sr. Abel Honorato de Jesus e a Senhora Francisca Silveira da Cruz, durante o tempo em que moraram na Palestina, conviveram com os guerrilheiros que atuavam na região, os quais ficaram conhecidos também como paulistas.

Eu tinha convívio, digamos assim, com os que moravam na rua que tinha comércio, como o Amaury, o Aparício, o Zé Fogoió que tinha uma farmácia... a gente tinha um convívio porque eles tinham farmácia e a gente comprava remédio era na mão deles. E era bom pra passar remédio. Era um farmacêutico bom, doutor mesmo! E se precisasse de operação eles faziam. O Amaury, o Zé Fogoió e o Paulo... trabalhavam juntos. Aí a gente já tinha aquele convívio. [...]. Osvaldão também, que sempre morava junto, andava, ficava junto com nós ali no povoado da Palestina.

A Dina morava no São Geraldo. [...]. Conheci, ela era professora. Era a professora de São Geraldo. E o marido dela, o Antônio, era tropeiro, aviador de castanha, arroz, milho... (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

Sobre a relação dos guerrilheiros com os camponeses e o conhecimento destes sobre a preparação da guerrilha, Genoíno comenta:

Não tinha como a população saber. E qual era a nossa avaliação? A gente já tinha estabelecido uma relação de amizade com a população muito profunda, até a gente se apegou demais e vice e versa, porque a gente ajudava a população naquilo que eles não desconfiassem... tipo o médico lá, o Bula, o João Carlos, a Tuca... eles faziam partos como curandeiros, eles contavam a história deles né, porque lá as mulheres morriam de parto e a Tuca era enfermeira aqui do HC, conhecia bem. Então a gente fazia uma relação muito afetiva com a população e a gente trabalhava com eles: mutirão, caçada, garimpo, andava com eles. E aí quando a gente ia fazer treinamento a gente ia pra dentro da selva, e ai fazia treinamento militar, discussão política e etc. e era outra coisa, mas ninguém sabia, ninguém desconfiava (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Após um período de conhecimento do local e da convivência e adaptação inicial ao modo de vida camponês e de estruturação dos Destacamentos iniciou-se a partir de 1970, secretamente, o treinamento militar dos militantes, com táticas guerrilheiras no interior da selva amazônica (PORTELA, 1986).

2.4 Embates entre movimento guerrilheiro e as Forças Armadas brasileiras: formas de envolvimento do campesinato

A expectativa da Comissão Militar da guerrilha era de que teriam tempo suficiente e condições adequadas para cumprir todas as etapas de preparação para o enfrentamento às forças militares do governo. Porém, em 1972, quando a organização guerrilheira foi descoberta pelos órgãos de segurança e informação - Serviço Nacional de Informação (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), divisas especiais das Polícias Militares (PM 2) -, e os guerrilheiros foram surpreendidos pelas Forças Armadas brasileiras, o processo de conscientização política dos camponeses ainda não tinha sido realizado e os objetivos que levaram os militantes do PCdoB à região não eram de conhecimento dos camponeses moradores da região.

Tendo descoberto a preparação guerrilheira, as Forças Armadas empreenderam, conforme a literatura sobre a temática, três Campanhas de Cerco e Aniquilamento contra o foco guerrilheiro, visando exterminá-lo.

Veio o dia 12 de abril de 1972, ano do sesquicentenário da independência. E dá-se quase que exatamente o previsto pelo CC do Partido Comunista do Brasil. As forças do governo invadem as cidades, as estradas, os rios. Já sabem que em Gameleiro, Caiano e Faveiro há focos de “terroristas”. A polícia militar local começa a apontar todas as pessoas que têm relações com os “paulistas”, ou seja, quase toda a população dos lugarejos e algumas pessoas das cidades de Xambioá e Marabá. E qualquer suspeito, desconhecido ou com “jeito de gente de fora”, teria de ser detido para interrogatório. O Comitê Central do PC do B só não podia contar com a insensibilidade do “pessoal especializado”, que desde o começo exagerou nas torturas a suspeitos, já que, de guerrilheiro mesmo, foi preso José Genoíno Neto, do destacamento de Gameleiro, comandado por Osvaldo Orlando Costa, o Osvaldão (PORTELA, 1979, p. 44).

Conforme registrado no livro escrito pelo militar do Exército, na reserva desde 1994, José Vargas Jiménez, o combate à guerrilha pelas Forças Armadas, sob o comando do Exército, foi dividido em: Operações Peixe I, II, III, IV, V e Cigana, realizadas no período de abril a agosto de 1972; Operação Papagaio, executada nos meses de setembro e outubro de 1972 no Sudeste do Pará; Operação Sucuri, ocorrida de maio a setembro de 1973, sob direção do CIE, e Operação Marajoara, realizada no período de outubro de 1973 a dezembro de 1974.

Os generais Viana Moog e Antônio Bandeira comandaram a primeira Campanha, iniciada em abril de 1972, em várias localidades situadas entre São Domingos do Araguaia e

São Geraldo do Araguaia, tendo atacado o Destacamento C no dia 12 de abril e no dia 14, o Destacamento A.

O Senhor Abel Honorato de Jesus, camponês que morava no povoado de Palestina-PA, relata como foi o início da perseguição militar aos guerrilheiros:

Foi nesse período que surgiu a Guerrilha do Araguaia. Em 71 começou a primeira manobra do pessoal fazendo pesquisa, o Doutor Rodrigues andou pesquisando... nesse tempo não era Curió, chamava Dãozinho o nome dele. [...]. Aí nesse tempo, em 71 pra 72 deram a primeira manobra da guerrilha e aí o pessoal que eles andavam atrás, que moravam na rua, morava em Palestina, São Domingos, Brejo Grande, Grota da Camisa, Bom Jesus... eles moravam... Aí esse pessoal, quando eles fizerem aqui a primeira manobra, eles correram pro mato, o pessoal que eles andavam atrás. Aí também fizeram aquela manobra e saíram. Aí quando eles vieram em 72 já vieram pegando o povo da rua mesmo, o pessoal. [...]. Era nós, eram os camponeses. **Vieram pegando os camponês pra poder dar conta dos que correram** (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

Durante essa Campanha, os sítios de posse dos militantes do PCdoB foram destruídos. Durante a ocupação de vilas, fazendas e povoados, alguns camponeses tiveram suas roças queimadas e foram obrigados a guiar as tropas militares na “caça” aos que foram chamados pelo Exército de “terroristas”. Nessa operação, o Exército teve o apoio logístico da Marinha, com a disponibilização de lanchas, helicópteros e aviões. A região passou a ser monitorada pelas Forças Armadas que organizaram postos militares para fiscalizar a movimentação da população. As cidades de Xambioá-TO e Marabá-PA foram organizadas como lugares de instalação dos aparatos logísticos de apoio à organização dos efetivos militares e onde os agentes dos serviços de inteligência atuaram. Na cidade de Marabá, decretada como área de Segurança Nacional em 1971, foi providenciada estrutura para o recebimento dos suspeitos de colaborar com o movimento guerrilheiro.

O Senhor Raimundo Gomes Cruz Neto, conhecido como “Raimundinho” (imagem 5), esteve em Marabá em 1973, quando lecionou Ciências e Matemática no colégio Santa Teresinha, junto com as freiras, num período de intensificação da repressão militar aos guerrilheiros. Embora não tenha tido conhecimento sobre o conflito na época, relata que foram surpreendidos por algumas ações que envolviam o Exército e o Colégio no qual ele trabalhava.

Imagem 5 – Senhor Raimundo Gomes Cruz Neto (Raimundinho), Marabá-PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

A quadra de esportes, que ele ajudou a construir no ambiente cultural denominado Alavanca, quando era estudante, fora cedida pelas freiras aos militares. Assim, o primeiro choque foi a perda da quadra sem explicações dos motivos. Ele relatou que nesse período a cotidianidade dos moradores foi alterada: toque de recolher, proibição de reuniões, de encontros a noite entre amigos, barreiras montadas nas estradas da Transamazônica, entrada para São Domingos do Araguaia, entre outras.

E nós começamos sentir também, porque não podia ficar três pessoas conversando numa esquina que já era suspeito, entendeste! E era isto que a gente fazia nessa cidade, cidade pequena, era isso: juntar à noitinha na praça ou num canto, ou mais tarde tomar “uma” né. E o que acontecia: quando dava 10 horas da noite os bares tinham que fechar! Era sinal de recolher! 10 horas todo mundo tinha que... sem saber o porquê! Aí logo depois eles criam o Batalhão de Infantaria de Selva, que é o 52º BIS né. E nisso a guerrilha está ocorrendo, mas a gente não tem notícia! Aí só ouvia falar do problema das barreiras, das barreiras que o Exército montava nas estradas, porque já tinha abertura aqui da Transamazônica, entrada pra São Domingos... Então só sabia dessas coisas. E era um negócio meio doido, assim!
[...].

Nós ficamos num processo de tensão porque começa dizer: “Olha, acontece isso... aí tá havendo um processo aqui que o pessoal tá chamando de guerrilha, disse que tem um bocado de comunista na mata aí, que eles estão atrás e esse pessoal já teve aqui em Marabá, eles estão por aqui por Marabá, então tem que ter muito cuidado com quem tá conversando...”. Aquelas tensões mesmo

do... E: “Tem os terroristas, mas também tem os Espiões do Exército né, e tal”. Então tudo pra nós era meio... Aí diziam: “Vocês viram um cara um tempo que tava vendendo picolé? Aquele cara era espião! Sabe o mecânico tal, que montou uma oficina não sei o quê? Aquilo era um...”. Então a gente ficou num processo meu doido, entendeste. Porque a gente não podia conversar... só entre nós mesmo, mas com ninguém estranho! Quer dizer, relação com estranho era um negócio complicado! (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Somente em momentos posteriores, o Senhor Raimundinho ficou sabendo que o colégio Santa Teresinha foi o primeiro lugar que o Exército ocupou, antes da construção do Tiro de Guerra. Sobre o clima de tensão, medo e insegurança entre a população devido aos comentários de que tinham terroristas e espiões do Exército, e as mudanças nas relações e restrições ao direito de ir e vir das pessoas, ele explica. “Há uma mudança radical na relação, na liberdade de você tá na rua, tá conversando, de você ir aos bares, de você conversar abertamente! [...]. Então nós vamos viver mais de tensão do que saber o que tá acontecendo! Nós não sabíamos, ninguém sabia na verdade o que tava acontecendo” (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Em 1974, quando ele esteve cursando agronomia em Belém, começou a ter acesso às informações:

“E aí como eu não ficava muito aqui, ficava mais em Belém ficava vendo... tentando saber como é que tava, essas coisas... [...] E em Belém que começam a conversar sobre essas questões daqui. É que a gente vai saber o que tá havendo aqui, que tá havendo, mas sem informações! E aí nós ficamos também bastante amedrontado!”. (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre a busca militar aos guerrilheiros, o Senhor Ruiderval Miranda Moura, camponês morador de Xambioá, cujos pais tinham também uma terra em São Geraldo do Araguaia no período, relata:

No início da Guerrilha surgiu aí umas pessoas investigando e colocando cartazes dizendo que os terroristas matavam crianças e etc., que se afastassem daqueles povos e tal e aí começou a perseguição dos caras que a gente conhecia na região como pessoas boas, que era o Paulo, era a Dina... o Paulo tinha farmácia aqui em Xambioá, São Geraldo (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ao explicar o contexto de convivência entre os militantes do PCdoB e os camponeses, José Genoíno demonstrou a situação vivida por eles quando da chegada dos militares e a forma como foram tratados:

E aí você imagina como era uma coisa muito dramática para as pessoas que vivem na região! Porque a população tinha na gente pessoas do bem: “são meus compadres, meus amigos, eu troco dia de serviço com eles e eles me ajudam; salvaram meu filho, salvaram minha mulher... É gente do bem!”. Essa é a visão do camponês! E aí qual foi a maneira de cortar? Repressão, prometer dinheiro e recrutá-los para trabalhar para o Exército, senão eles matavam! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Conforme o Senhor Abel,

Aí prendeu mais ou menos umas 300 pessoas, por aí ..., na região toda: São Domingos, Palestina, Bom Jesus, Chega com Jeito (São José, lá chamava São José, aí depois mudaram pra Chega com Jeito), aí, São Geraldo, os Praiano... Pegaram naquela região toda. Aí entre tudo dava uns trezentos e poucas pessoas presas. Foram pra Araguaína um bocado, outros ficaram ali no Tiro de Guerra, outros foram pra Bacaba... Tiro de Guerra é ali do outro lado... onde eu lhe falei naquele dia. Depois do Amapá, na Casa... no DNER, é, Casa Azul, que chama DNER, antigamente era o DNER, o acampamento (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

A Casa Azul, referenciada pelo Senhor Abel, consistia na sede do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), localizada na cidade de Marabá, bairro Amapá, no Km 1 da Rodovia Transamazônica, para onde foram levados muitos camponeses e guerrilheiros. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade (CNV) a definiu como:

Centro de prisão clandestino utilizado pelo Centro de Informações do Exército (CIE) como um Centro de Informações e Triagem (CIT). No local, estima-se que morreram, em decorrência de tortura ou por execução, mais de 30 guerrilheiros que faziam oposição ao regime militar e que atuavam na Guerrilha do Araguaia. Os principais alvos eram militantes do PCdoB e moradores locais acusados de apoiar a guerrilha (BRASIL, 2014a, p.793).

Assim Nascimento (2000) se referiu à Casa Azul:

Uma espécie de ‘Casa dos Horrores’ na região do Araguaia que nada invejava a ‘Casa de Petrópolis’ ou dos ‘braços clandestinos da repressão’, localizados no eixo São Paulo-Rio de Janeiro. No seu interior os torturados tinham a sua disposição os mais conhecidos, e eficientes, instrumentos de torturas aplicados nas dependências do DOI-CODI (2000, p. 147).

O espaço, utilizado para executar aprisionamento e tortura, notadamente a construção em formato de “L”, imagens 6, 7 e 8, atualmente mantêm-se pouco preservada e é parte das instalações do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)⁷.

Imagem 6 – Casa Azul, parte externa



Foto: arquivo de campo.

⁷ Em 2017, quando realizamos trabalho de campo ao local, as instalações estavam sendo usadas para depositar materiais do DNIT.

Imagens 7 e 8 – Interior da Casa Azul



Fotos: arquivo de campo.

Nessa investida do Exército, o Senhor Abel foi um dos primeiros camponeses presos em Palestina acusado de ajudar os guerrilheiros, principalmente, devido ao trabalho no garimpo, extraindo e vendendo cristal juntamente com Osvaldão. A esposa dele, Senhora Francisca, ficou no sítio com duas crianças, um menino de cinco anos e uma menina de dois anos, passando dificuldades, sem ter como trabalhar na roça e cuidando sozinha das crianças na mata, sem poder ir à rua. Conforme a Senhora Francisca:

Aí tava lá mas não podia sair pra rua. Nem podia sair... quem tivesse na mata não podia sair pra rua, e quem tava na rua não podia ir pra mata. Aí eu não podia largar a casa com as criação pra ir pra rua, porque não tinha mesmo quem que me ajudasse, porque só eu com 2 meninos pequenos... aí não tinha quem me ajudasse, me desse uma força pra me levar pra rua (Entrevista concedida por Francisca Silveira da Cruz, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

Ao relatar sobre a situação em que foi preso pela PM e o interrogatório ao qual foi submetido na delegacia que ficava na cidade de Marabá, o Sr. Abel relembra:

Quando eu fui preso, eu já fui... Os caras já tinham feito a cabeça: “ele é amigo de Osvaldão, é isso... amigo de alma, compadre de alma”. Eles achavam que essa menina que eu tenho aqui era afilhada do Osvaldão, no que eles queixaram pro Exército, queixaram assim, os detetives do Exército pra depois

chegar no Exército. Mas só que quem me prendeu foi a polícia, não foi o Exército.

[...].

Eu fui preso sete e meia. Nove e meia eu fui tirado daí pro Angelim, que é lá a Casa Azul. Maria Angelim que era o nome antigo. [...]. Só que dentro dessa investigação aqui, quando eu fui preso pela PM... a PM me amassou demais! Eu apanhei no lugar de 20 pessoas... foi, fiquei semimorto. Eu digo, a taca de 20 ou 30 eu peguei sozinho! Eu fiquei semimorto! [...]. Eu sei que quando eu fui pro Tiro de Guerra lá, pra Casa Azul, eu ía semimorto botando sangue pela boca, quando eu fui levado pra lá Quem me levou pra lá já não foi nem o Exército, foi a DOPS (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

O Sr. Abel, após ter sido preso, submetido a interrogatório e torturas, foi transferido para Casa Azul onde, após alguns dias, foi obrigado a conduzir os outros presos durante o banho de sol. “Eu tava debaixo de ordem todo o tempo, sempre debaixo! Daí eu mudei pra Bacaba, dali me levaram pra Bacaba, mas toda vida preso!” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

O Senhor Abel já estava preso por cerca de três meses, quando o Exército levou a sua esposa, Senhora Francisca e as duas crianças, para a base de operações Bacaba, povoado localizado no Km 68 da rodovia Transamazônica, no município de São João do Araguaia, local onde moraram, na condição de presos, durante nove meses.

Na Base da Bacaba, o Senhor Abel foi obrigado a guiar os militares na mata em busca dos guerrilheiros:

Eu era um preso que eu ía pro mato pra caçar os outros guerrilheiros... que eu fazia de conta que eu era um guerrilheiro, né, pra ir caçar os outros. Fui preso todo o tempo sugestionado que eu tinha algum problema (relação de apoio) com a guerrilha. [...]. Guiar na mata todo o tempo! Eu era o rastreador do “pessoal da mata” que corriam, eu era o rastreador (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

O Senhor Abel relatou que guiou a equipe de militares denominada “equipe indiana” na região de Saranzal. Assim, ele explicou a forma como agia durante as ações de busca no interior da mata: “eu seguia o rastro. [...]. Ía bater em cima, ía bater em cima! [...]. Eu encontrei um bocado deles aí... uns deles corriam, às vezes ficavam e aí eles (Exército) matavam!” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

O Senhor Abel relacionou quatro guerrilheiros mortos pela “equipe indiana”: “na minha rastreamento, mataram só os quatro que eu falei: Maurício, Velho Mauro, Pedro Gil e o Paulo”.

Ao lembrar que os corpos dos guerrilheiros mortos eram recolhidos por outra equipe, ele enfatizou:

Só que eu não sei pra onde foi. Porque a ocasião... que eu falo pra vocês... eu já falei muitas vezes: quando passa o tiroteio o rastreador não fica! Fica atrás de quem ficou vivo. Vai, corre pra... a missão é pra frente! Aí pra trás é outro pessoal que vem resgatando o corpo. Nessa época era o Doutor Silva, delegado regional da Federal, era quem recardava. Era o Doutor Silva que era o delegado e o coordenador era o Romeu Tuma (acho que vocês já ouviram falar nesse homem). Romeu Tuma era o coordenador das equipes, dos mortos... onde ficava os mortos ele que coordenava, Romeu Tuma. E aqui o delegado regional era o Silva (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá-PA).

O relato do Senhor Antônio Alves de Sousa, de 82 anos, conhecido como Precatão, também demonstra a violência com que os militares trataram os camponeses da região. Ele morava com a esposa, Maria da Silva Sousa, e a filha, que estava com aproximadamente sete meses de nascida, na região da Abóbora, localizada em São Geraldo do Araguaia, num sítio que fazia fronteira com a terra da Dina (Dinalva Oliveira Teixeira). “Quando os militares chegaram aqui pra atacar o povo, os “paulistas”, a primeira casa que foi atacada foi a minha. Fui o primeiro atacado lá dentro da mata!” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O Senhor Antônio explicou que a Dina e as outras pessoas que moravam com ela (Zé Francisco e o Antônio, esposo da Dina), teriam saído da casa ao notar a presença do helicóptero com barulho diferente. No mesmo dia, por volta das dezoito horas, após o jantar na presença da esposa, da sogra e do cunhado, foi surpreendido pelos militares do Exército.

Os militares já estavam um na porta da cozinha, outro na porta da sala e um bocado lá no terreiro, **aonde o Zé Caboco estava junto. E ele foi quem foi levar eles lá em casa.** Aí eu me espantei daquilo, porque nunca tinha visto aquele movimento, me espantei daquilo. Eles disseram: “não, não é nada não, pode ficar quieto, nós estamos aqui a procura de fulano de tal..., você sabe onde é que mora a Dina?”. Eu digo: “sei sim”. “E cadê eles?”. Eu digo: “não estão aqui, eles estão viajando. Saíram hoje 5 horas da manhã e me recomendaram para eu botar o decomer pra eles e ração pro porco lá no chiqueiro”. E aí ele foi contar o caso, o que que tinha... de quem eles andavam atrás era deles lá (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O cunhado do Senhor Antônio “Precatão” foi levado por cinco militares, juntamente com o Zé Caboco, à casa da Dina. Outros oito ficaram revirando a casa dele. Quando os

militares retornaram, de posse dos pertences dos “paulistas”, conforme o Senhor Antônio, assim disseram: “Óia, nós... amanhã cedo (já era de noite), amanhã cedo você vai amanhã tocar fogo naquela casa! Você vai tocar fogo na casa!?”. Eu digo: “vou”. Eu não era ninguém pra dizer: “nada, vou nada”. Eu digo: “vou!” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Após confirmar que iria tocar fogo na casa da Dina, os militares explicaram o motivo da busca aos “paulistas”, referindo-se a eles como terroristas. O Senhor Antônio “Precatão” relatou que os militares explicaram: “que se eles ficassem por aqui ao redor de nós, nós ía morrer... e aí foi contar [...]. Falaram só que eles eram terroristas e que andavam na procura deles aí, pra prender, pegarem eles que eles eram terroristas e vieram pra atacar o Brasil aqui, pra atacar o povo daqui” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Sobre a ordem dada pelos militares e a forma como passaram a vigiar e controlar o cotidiano da família, Precatão relembrou:

E aí eu toquei fogo na casa. E quando foi de tarde... e daquele dia por diante, daquela hora por diante não faltou mais militar na porta lá de casa... e nós preso lá dentro de casa! Eles deram autorização: “você não vão sair daqui de casa mais...!” [...]. Circulando ao redor das casas, do lugar da casa da Dina e lá em casa diretamente, o dia todo (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Após o término da primeira Campanha, em meados de julho de 1972, com a retirada do grosso das tropas federais, os guerrilheiros, executando algumas das orientações sobre guerrilha, foram considerados vitoriosos. Os Pontos de Apoios (PA’s) no interior da selva, onde tinham armazenado remédios, comidas e armas antes da chegada dos militares, foram para onde eles se refugiaram e de onde puderam estabelecer contato com os camponeses e realizar ações de fustigamento e emboscada contra os militares, conforme o Relatório Arroyo (1974).

O livro do militar Aluísio Madruga de Moura e Souza (2002) informa que no dia 14 de abril de 1972, o guerrilheiro Danilo Carneiro (Nilo) foi preso na localidade de Caiano, e no dia 15, em Marabá, foi presa a militante Rioco Kaiapo, que Elza Monerat estava levando de São Paulo para integrar o movimento guerrilheiro. No dia 18 de abril houve a prisão de José Genoíno Neto (Geraldo), integrante do Destacamento B, além da destruição de nove depósitos de suprimentos.

Ao relatar que foi preso quando se deslocava para levar uma mensagem ao Destacamento C, José Genoíno explica:

Eu fui pro destacamento C, já conhecia a casa onde morava o Bergson, eu conhecia o Bergson do Ceará, que era o Jorge. Aí eles tinham fugido e não tinha botado o aviso e aí eu fiquei procurando. Aí os moradores que é do bate-pau souberam e falaram pro Exército que tinha um cara procurando os terroristas. Aí eu dormi no mato sozinho e no outro dia, eu ia entrando no mato eles me pegaram, mas não foi o Exército que me prendeu, foram os pistoleiros. Eu conhecia eles e eles me conheciam, porque a nossa relação lá... se você fosse lá não iria distinguir, era tudo misturado; primeiro que lá não tinha Estado nos anos 70, não tinha instituição estatal, não tinha delegacia de polícia. Tinha Marabá ou o comandante ou cabo da PM, não tinha justiça, não tinha tribunal, não tinha nada (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Sobre essa primeira Operação, em seu livro o militar Jiménez (2011) relaciona a quantidade e nomes dos mortos, sendo dois militares, quatro camponeses e quatro guerrilheiros. O Relatório Arroyo registra que os militantes Nilo e Geraldo foram presos no início do ataque do Exército, e posteriormente, Jorge, Dower Moraes Cavalcante (Domingos), Dagoberto Alves da Costa (Miguel), Baianinha e Carlito/Quelé, alguns dos quais foram posteriormente executados. Com relação ao número de mortos, constam os nomes de Kleber Lemos da Silva (Quelé/Carlito), Maria Lúcia Petit da Silva (Maria), Bergson Gurjão Farias (Jorge) e Aparício. Elmo Corrêa (Lourival) e Idalísio Aranha Filho, José Genoíno, Domingos, Glênio Fernandes de Sá, Miguel e Baianinha estão entre os guerrilheiros que conseguiram sobreviver.

Sobre as ocorrências relacionadas às forças militares, Aluísio Madruga (2002) e Jiménez (2007, 2011) registram a morte do cabo do Exército Odílio Cruz Rosa e o ferimento do Sargento Wellisbet Moraes Macedo por Osvaldo Orlando da Costa (Osvaldão) e pelo militante Cilon da Cunha Brun (Simão), respectivamente, no dia 08 de maio de 1972, na Grota Seca da região de Couro Dantas (Marabá-PA).

Aluísio Madruga (2002) e Jiménez (2011) relatam também o justicamento de Pedro Mineiro, capataz de uma fazenda, em março de 1972. De acordo com o Relatório Arroyo e conforme Nascimento (2000), ao situar esse ocorrido no intervalo de tempo entre a Segunda e a Terceira Campanha, afirma que tratava-se de um pistoleiro perigoso que teria assassinado dezenas de camponeses e que, naquele contexto, estava sob proteção do Exército. Aluísio Madruga e Jiménez relatam, ainda, o julgamento, condenação e execução do camponês João Pereira da Silva pelo ‘Tribunal Revolucionário’, suspeito de ter guiado os militares na busca ao corpo do cabo Rosa, em maio de 1972. Além desses casos, dois outros camponeses são relacionados, afirmando que ambos foram presos e cometeram suicídio na prisão: Lourival Moura Paulino, residente em Xambioá, e Juarez Rodrigues Coelho. Este, preso e enviado para a base de Xambioá, onde teria sido enterrado após cometer suicídio no dia 14 de agosto de

1972. Sobre Lourival, Jiménez assim se refere “Era um barqueiro e morreu em 21/05/72. Foi preso porque apoiava o guerrilheiro ‘Osvaldão’ e conforme informação do Delegado de Xambioá-GO, Carlos Teixeira Marra, ele se suicidou (enforcou) na prisão” (JIMÉNEZ, 2011, p. 27).

Esse fato nos foi relatado de outra forma pelo filho de Lourival Moura Paulino, o Senhor Ruiderval Miranda Moura, em Xambioá. Sobre a prisão do pai, que na época tinha 52 anos de idade, Ruiderval relembra:

A prisão do meu pai aconteceu, assim, estranha! Ele tava em Marabá, ele foi fazer uma das viagens que ele fazia rotineiramente, e, ele tava em Marabá. Só que meu pai tinha uma outra família em Marabá e a gente não tinha conhecimento, nós não sabia nem eu nem minha mãe. [...]. E.. ele tava em um bar jogando sinuca na beira rio lá em Marabá e chegou o pessoal do Exército, uns quatro homens armados de Fal, e perguntaram quem era Lourival Moura. [...]. Aí ele falou: “sou eu, por que?”. Ai os caras: “queira nos acompanhar!”. E ele perguntou qual o motivo, né. “Não, queira nos acompanhar!”. Ele colocou o taco em cima e pediu pra ir na casa da família dele e foi levado para o Tiro de Guerra que era uma Casa Azul que tinha lá em Marabá, onde ficava a barraca dos oficiais. Ali havia torturas nas pessoas, houve muitas torturas e mortes ali. Eu tenho amigos que me relataram que algumas pessoas foram sepultadas à margem do rio, ele viu, ele era engenheiro lá naquela época, ele trabalhava no DNER na época e viu. Ele tinha livre acesso porque ele era engenheiro já era outra formação e tal, e enfim. Aí meu pai foi levado para lá de lá foi para Brasília, levaram meu pai para o pique lá em Brasília, ele deve ter ficado uns dois, três dias lá (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Sobre a chegada do pai em Xambioá:

Ele chegou aqui dia 15, aqui em Xambioá, quinze de maio de 72. E eles desceram com meu pai ali na beira rio, deram uma volta na cidade como se fosse um troféu, um trunfo, na cidade que o cara ajudou a construir, porque quando meu pai chegou não tinha nada aqui, eles fizeram barracos de lona, de palha. [...]. Eles deram uma volta na cidade, passaram na porta da minha casa. [...]. O primeiro momento que eu vi passando. (Ele foi viajar e tinha quase um mês e a gente não tomou conhecimento da história). Agora que nós fomos saber que ele estava preso. E aí, enfim... eles subiram com ele, não me deixaram falar com ele. Eu fui para o rumo dele e eles não me deixaram falar com ele. Veio um primo meu que na época era capitão da PM de Goiás, Evaldo, também não deixaram falar com ele. [...]. Ele tava passando na rua e viu meu pai, ele tava de férias aqui na época. E eles não deixaram. Falaram: “ele está incomunicável!”. E ele falou: “eu sou capitão”. “Não me interessa, ele está incomunicável...”, e levaram meu pai. [...]. Aí eu fui acompanhando os camaradas com meu pai. [...]. Uma distância assim de uns cinquenta, sessenta metros, distante deles. E ao chegar próximo a delegacia meu pai quase caiu, eu vi que ele tropeçou nas pernas. Meu pai era muito forte! Meu pai era mais alto do que eu e o corpo bem mais forte [...]. Então, não era um

cara pra cair andando assim! Então, percebi que ele tava machucado... [...]. E eu fui falar com o delegado, na época era o Marra, e ele perguntou o que eu queria com aquele velho. E eu falei: “é meu pai”. Aí ele: “ah, então é você filho desse terrorista, terroristinha, né!...”. Aí, meu pai disse: “vai para casa!”. Gritou lá de dentro, que a janela da delegacia era aberta, era uma grade, delegacia de Xambioá, era janela por fora e era aberta, era uma grade, só uma grade. E ele foi pra grade e falou comigo: “vai pra casa, vai pra casa!”. Aí eu falei: “quero falar com meu pai!”. Aí eles me disseram que eu teria que ir na base falar com o Capitão Gomes ou Capitão Magalhães e eu voltei para casa, peguei a bicicleta e fui.

Aí eu fui na base, ao chegar na base eles me levaram pra barraca dos oficiais e passaram o resto do dia me interrogando sobre quem era meu pai, o que ele fazia, se ele era amigo do Osvaldão. E eu falava “Sim, é!”. “Ele era da Arena ou do MDB?”. Eu: “da Arena”. Ele era da Arena, ele era do partido do governo, meu pai. Se ele tivesse algum vínculo contrário ele seria do MDB, né. Mas na verdade não. E eu fiquei lá esse resto de tarde; minha mãe já ficava preocupada.... E aí no outro dia eles foram lá em casa me buscar, repetindo as mesmas perguntas; falei as mesmas coisas... Eu sei que fui três dias, fui lá quarta, quinta e na sexta... fazendo as mesmas perguntas, e eu respondendo as mesmas coisas. [...]. Então, sei que foi complicado. Aí eu cheguei e falei para minha mãe: “mãe, meu pai vai ser solto na segunda-feira” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Durante o tempo em que o pai estava preso, Ruiderval o visitava todos os dias, ficava do lado de fora da delegacia, imagem 9, separados pela grade da janela da cela: “eu ficava sentado na calçada conversando com ele. Ele preso e eu do lado de fora” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). No domingo, Ruiderval ficou lá até minutos antes do motor de luz apagar, por volta das 23h00min.

Imagem 9 – Delegacia de Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Imagem 10 – Ruiderval sentado à frente da Delegacia de Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Quando eu cheguei em casa a luz apagou. Aí minha mãe disse: “e teu pai?”. Eu: “não, tá tranquilo, tá bem!”. Era no domingo já. Fui deitar e tal.... [...]. Umás quatro horas, quatro e meia da manhã, chegou um cidadão lá em casa me chamando... Ela levantou e o cara disse que o Geovan estava querendo falar comigo, que era dono do quentão onde o pessoal do Exército fazia baderna lá, passava a noite, era um bar, bar Quentão..., em Xambioá. [...]. Quando eu cheguei próximo ao bar, um monte de carro do Exército, aí minha mãe falou assim: “seu pai morreu!”. Aí quando eu cheguei próximo, aí o capitão veio falar comigo, os dois, e o Marra veio falar comigo, colocou a mão em meu ombro e falou: “garoto, seu pai morreu!” Aí eu dei um safanão nele, empurrei ele e sai correndo para o rumo da delegacia... Antes eu perguntei para ele: “como meu pai morreu, que ele tava ainda agora vivo!? eu tava com ele ainda agora!”. Aí ele: “Ele se enforcou”. E aí eu saí correndo para a delegacia e eles, até entrarem no carro lá, e pra fazer a volta, ninguém talvez esperasse aquela minha reação. E aí eles entraram no carro e foram atrás, mas eu cheguei na delegacia primeiro. Ao chegar na delegacia o cara deu coice de fal nas minhas costas eu caí. Quando eu caí peguei uma mão cheia de cascalho joguei no rosto do soldado do Exército, que tava na porta, e entrei, pra se defender eu entrei. Eu era moleque... ele não ia atirar em mim, né. É o que eu pensei. E aí os carros chegaram todos, nessa altura eu já tinha entrado na delegacia e passei pelos dois PMs, mas eles não falaram nada comigo, passei pelos dois: era o [...], né, o soldado e tinha o Saló, Saló é vivo até hoje... Aí que eu olhei vi a corda e vi a rede dependurada de um lado, que eu abri a porta meu pai tava de trás da porta enforcado, com a corda no pescoço, pelado, todo roxo, com o joelho quase encostado no chão. Aí eu suspendi o corpo dele, que eu fui meter a mão pra tirar a corda chegou um cara me ajudou e tirou a corda. Aí nós colocamos ele no corredor, aí o pessoal entrou: “tira o garoto, tira o garoto daí de dentro, não deixa o garoto aí dentro!”. Aí eu peguei o sapato dele, que era um Alcassim [Mocassim]. [...]. A roupa dele tava no canto, a cueca, e ele usava aquelas cuecas de linho branco com botão, e a dentadura que ele usava que tava no chão, eu recolhi a dentadura. E aí eu olhei na parede... tava escrito assim “sou inocente, Deus o sabe!”. [...] Com palito de fósforo, ele queimava os fósforos e escrevia. [...]. Me tiraram da cela, eu descí. Quando minha mãe chegou... ela veio andando aí viu o corpo do meu pai, aí o capitão falou: “olha, você providencia o caixão que nós temos que levar o corpo pra família dele.”. Aí ela perguntou “que família dele?” - “A família dele lá em Marabá”. Aí foram falar para ela que ele tinha uma família lá, tinha duas filhas pequenas de dois anos, uma de um ano e pouco e outra de dois e pouco... Aí ela falou: “pois é, pois então leva o corpo para ela que eu não vou cuidar do corpo de ninguém!”. [...]. Minha mãe mandou fazer um caixão mesmo assim..., eu fui na casa do seu Raimundinho, que era compadre do meu pai, tinha uma loja de roupa, confecções, ele deu uma calça, uma camisa e a meia. Aí o Donato levou, que é meu primo, vestiram o corpo e foi feito o caixão e colocamos o corpo no caixão. [...]. Chegou o caixão de Marabá, caixão do Exército, com vidro, visor..., trocaram o caixão. E aí colocaram o caixão em cima do Jeepe, perguntaram para mim se era isso que eu queria. E eu falei: “Quem manda é minha mãe. Ela mandou, pronto!”. Aí eu acompanhei o corpo até a base, eles colocaram o corpo no helicóptero e levaram para Marabá e me deixaram de Jeepe lá em casa.

Então o corpo foi levado para Marabá, foi entregue à família que ele tinha lá e eu fiquei aí com as dores (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A Primeira Campanha terminou, mas a repressão à qual a região foi submetida evidenciava-se tanto na ocupação das cidades e povoados por parte do Exército e da Polícia Militar, como também na forma violenta como a população foi tratada. Os militares visualizavam a grande maioria como suspeita de colaborar com os “terroristas” e, em função dessa desconfiança, muitos camponeses, padres e freiras foram perseguidos, vigiados, presos, torturados. O Padre Ricardo Figueira registrou relatos dos religiosos torturados.

O próprio Pe. Roberto e a irmã dominicana Maria das Graças tinham sido presos. No dia 1º de junho de 1972, em São Domingos do Araguaia. “Durante uma hora apanhei como um cachorro. Um batia pela frente, outro por detrás, principalmente na cabeça. Me enfiavam os dedos pelos olhos. Me bateram até eu perder o sentido. A irmã recebeu muitas ameaças. Diziam que iriam levá-la para Araguatins onde havia um torturador de mulher, onde seria pior. Pegaram o seu caderno com as anotações de batizado dizendo que era a lista de terroristas. Nos amarraram com uma corda, prendendo as mãos nas costas e dali no pescoço. O nosso torturador se chamava tenente Alfredo. Nos chamavam de guerrilheiros. Diziam que a freira e o padre Humberto eram parecidos com ‘Paulo Rodrigues’ e com ‘Dona Tonica’. Quem nos salvou foi D. Estêvão. Ele chegou com frei Gil e Pe. Sebastião por acaso”. Contou-me isso o padre no dia 27 de fevereiro de 1984 (FIGUEIRA, 1986, p. 30).

O Senhor Antônio “Precatão” relatou o controle feito pelos militares à vida cotidiana dos camponeses. Eles foram proibidos de continuar trabalhando nas roças, sendo possível se alimentar apenas das produções estocadas em paióis próximos às residências, onde permaneciam presos, ocasionando perdas das plantações das roças.

E daquele dia por diante eu perdi, e eu vivi porque lá dentro tinha meu paiol de arroz, tinha meu paiol de farinha (eu tinha muita farinha feita), tinha meus frangos, tinha meu paiol de fava, de feijão, mas era pouca, fava e feijão era pouca. [...]. Então fui viver sob aquilo, porque direito de pegar minha espingarda e ir lá dentro da mata buscar, matar um jacú, uma paca, uma coisa pra eu comer, eu não podia ir mais não, porque eu era vestigado [investigado] ali noite e dia, eles ao redor da minha casa passando pra cima e pra baixo. Eu não podia sair de dentro de casa (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Além da falta de liberdade e autonomia para desenvolver os trabalhos necessários à reprodução das famílias camponesas, houve também, como relata o Senhor Antônio “Precatão”, invasão de privacidade, da vida íntima das famílias.

A minha esposa pra ir duas vezes, pra ir tomar banho na fonte, que era assim como nessa coluna, bem ali ó, só tinha uma moita de banana braba na frente... quando dei fé ela chegou em casa quase pelada, porque eles chegaram por

dentro da mata, suntuou o movimento dela lá na fonte, e ela correu de lá prá cá. Não sei nem como não atiraram nela! [...]. Era preciso eu pegar água às horas confinadas quando os helicópteros tavam por cima, e olhando quem vinha nas estradas, pra eu pegar água bem naquele lugar, naquele poço ali, e botar em casa pra mulher tomar banho dentro de casa. Lavar roupa, muitas vezes ainda lavava, eu pegava água lá no poço lá e ela lava roupa dentro de casa, porque não podia por causa deles... tavam dentro de casa (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

No intervalo de tempo entre a primeira e a segunda Campanha, os guerrilheiros iniciaram o trabalho de conscientização política dos camponeses, explicando os motivos que os levaram ao Araguaia e ao processo de resistência à ditadura. Nesse período, e com a participação de alguns camponeses, iniciaram a construção da pauta de reivindicações, a qual embasou a iniciativa de criação de um programa político, que ficou denominado de União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo (ULDP)⁸, no qual as demandas dos camponeses e da região foram sistematizadas em 27 pontos.

Conforme Genoíno,

Quando o Exército chegou, o que acontece? Eu fui preso... O Exército chegou lá no dia 12 ou dia 18, mas não tinha guerrilha. Para todos os efeitos não tinha guerrilha. O pessoal recuou e as ações começaram, aí guerrilha começou a fazer propaganda dos seus documentos, o programa da ULDP, que era União Pela Liberdade e Direito do Povo, era um programa social, basicamente um programa social. Depois fazia manifesto, comunicado e divulgava pra população. Quando eu fiquei preso, mais ou menos uns, quase... mais de 20 dias, eles não sabiam, eles tinham noção de guerrilha (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Em desacordo com a forma de resistência planejada, que postulava a adesão do campesinato antes da deflagração do conflito armado, os militantes tentavam convencer os camponeses da necessidade do engajamento deles numa luta, considerada revolucionária, já em curso. Nessas condições, conseguiram reunir pessoas que, divididas em núcleos, discutiam desde assuntos relacionados à política local, como também relacionados às formas de apoio que a população poderia fornecer ao movimento guerrilheiro, conforme demonstra o Programa da ULDP.

As reivindicações relacionadas à terra e ao território estão entre os pontos do Programa. Neles, são enfatizados o significado da terra como sendo *de trabalho*, a importância da

⁸ Os vinte e sete pontos podem ser acessados no site do Centro de Documentación de lós movimientos armados: <http://www.cedema.org/ver.php?id=3892>

propriedade da terra e da garantia de trabalho aos camponeses, bem como o combate à grilagem e defesa dos direitos territoriais e culturais dos índios:

- 1 - Terra para trabalhar e título de propriedade de sua posse;
- 2 - Combate à grilagem, com castigo severo a todos que grilarem terras;
- [...];
- 23 - As terras do Estado abandonadas e localizadas nas proximidades dos povoados e pequenas cidades devem ser distribuídas anualmente entre os habitantes para que sejam cultivadas por um ano;
- 24 - Aproveitamento racional das grandes áreas não cultivadas em torno das cidades e povoados para a criação de granjas e plantações rentáveis, com o objetivo de garantir trabalho e meio de vida à população da região;
- 25 - Defesa da terra dos índios, respeito a seus hábitos e costumes e ajuda do governo aos indígenas (DGA, 1979, p. 75-80).

Outros aspectos que caracterizam a produção camponesa são elencados nas reivindicações sobre a garantia de condições adequadas para a comercialização da produção, bem como para a aquisição dos meios de trabalho e dos produtos de que necessitam para produção e reprodução social. O Programa também contempla o enfrentamento aos conflitos trabalhistas com a proteção à força de trabalho dos camponeses, nas diferentes modalidades e relações de trabalho, nos castanhais, na extração da madeira, nas fazendas, nos garimpos, nas atividades de caça, pesca e de coleta, de quebra e venda do babaçu;

- 3 - Preços mínimos compensatórios para os produtos da região, preços que não se distanciem muito dos vigentes nos grandes mercados de consumo. Criação de Distribuidores do Estado, que adquiram por preço fixado todos os produtos oferecidos e, ao mesmo tempo, vendam com uma pequena margem de lucro, e também a prazo, adubos, ferramentas, venenos, sementes, máquinas de fabricar farinha, lonas para a colheita de arroz, moinhos, etc;
- 4 - Facilidades para o deslocamento da produção através de diferentes meios de transporte e financiamento ao lavrador para compra de animais;
- 5 - Proteção à mão-de-obra dos que trabalham nos castanhais, na extração da madeira ou nas grandes fazendas. O castanheiro deve receber por hectolitro de castanha cortada um preço que seja, pelo menos, um terço do fixado pelo governo para a cidade de Marabá. O hectolitro deve ser de seis latas de gasolina, sem cálculo e sem arredondar as latas. O preço das mercadorias vendidas nos armazéns não pode exceder em muito o preço corrente nas cidades e povoados próximos. O pagamento ao castanheiro deve ser realizado no local de trabalho. Os trabalhadores da exploração da madeira ou das grandes fazendas devem receber seus salários em dinheiro no final de cada mês, não sendo permitido o pagamento de salários em espécie ou bagulhos;
- 6 - Assegurar aos garimpeiros o direito de trabalhar livremente e a regulamentação de sua atividade, impedindo que seja explorado na venda dos bens obtidos em seu trabalho;
- 7 - Liberdade de caça e pesca para sua alimentação, permitindo-se a venda das peles dos animais por eles mortos para seu próprio consumo. A matança

generalizada de caça com o único objetivo de comercializar as peles deve ser proibida;

8 - Liberdade para coletar, quebrar e vender o babaçu.;

9 - Redução dos impostos que recaem sobre o trabalho da terra e sobre o pequeno comércio. Os pequenos e médios lavradores não devem pagar nenhum imposto ou taxa ao INCRA. Liquidação do sistema de multas dos serviços de impostos e da cobrança de impostos com o auxílio da polícia;

10 - Direito de todo lavrador ou trabalhador da selva possuir sua arma de caça e de defesa pessoal (DGA, 1979, p. 75-80).

Além desses pontos, o Programa elenca outras reivindicações que expressam a situação de exclusão em relação aos direitos fundamentais, sociais e civis a que os sujeitos dos povoados e das cidades estavam submetidos. Os pontos dizem respeito à necessidade de garantia de direitos, abrangendo: serviços de saúde; educação; segurança; proteção à mulher e assistência à maternidade; trabalho, esporte e lazer para a juventude; respeito a todas as práticas religiosas; liberdade para organizações políticas nos povoados e nas cidades; infraestrutura básica, entre outras, considerando-os como sendo o mínimo exigido pela população nas condições daquele contexto.

O documento, como referência política, expressava a consciência da questão agrária, dos problemas que afetavam os posseiros; os trabalhadores rurais assalariados; os indígenas; os peões e assalariados temporários, bem como os pequenos proprietários, enfatizando a importância e a necessidade das organizações sociais para a conquista e manutenção da liberdade, contra a exclusão social, exploração, opressão e expropriação.

Conforme o militar Aluísio Madruga, as informações e documentos obtidos pelos militares junto aos guerrilheiros que foram presos e à população local, durante a primeira Campanha, possibilitaram fazer o levantamento da estrutura da guerrilha em planejamento. Este planejamento previa a atuação de forças políticas e forças de guerrilha, além da necessidade de forças auxiliares que seriam constituídas por colaboradores recrutados entre os camponeses da região visando à formação da rede de apoio ao movimento guerrilheiro. De posse dessas informações, as Forças Armadas realizaram manobras de adestramento no período de 1 a 30 de setembro de 1972, da qual Aluísio afirma ter participado, visando desarticular a guerrilha, seguindo as determinações contidas nas Diretrizes do Estado – Maior do Exército (EME).

Comandada pelos generais Olavo Vianna Moog, Antônio Bandeira e Hugo Abreu, a Segunda Campanha, denominada Operação Papagaio, foi executada nos meses de setembro e outubro de 1972 no sudeste do Pará. O Exército dirigiu a operação que contou com a participação de tropas profissionais e com o apoio da Marinha e da Aeronáutica, além da Polícia

Militar do Pará e de Goiás, contabilizando em torno de 3.200 militares regularmente caracterizados, conforme declarado por Jiménez (2011).

Ao compreender que a população representava um aspecto estratégico a ser considerado para a eliminação do conflito, o Exército adotou novas táticas visando obter seu apoio. Studart (2006) e Campos Filho (2003) ressaltam o desenvolvimento da Operação Aciso (Ação Cívico-Social) como uma forma dos militares conquistarem a simpatia da população e o apoio na caça aos guerrilheiros. Por meio da Aciso, o Exército promoveu serviços de saúde e algumas ações de regularização fundiária, como legalização de posses, distribuição de terras por meio do INCRA, atuação em defesa dos camponeses nos conflitos com grileiros e pistoleiros, ações pontuais contra o trabalho escravo e melhoramento de estradas. Essas ações cumpriam também a função de mapear e manter o controle dos camponeses que tivessem relações com os guerrilheiros.

Além dessas medidas, desenvolveram ações para manter os guerrilheiros isolados, promoveram a guerra psicológica e propaganda anticomunista representando os guerrilheiros como terroristas; construíram mais bases militares e recrutaram mais guias para ajudar na captura dos terroristas.

Dentre as táticas usadas para isolar os guerrilheiros, os militares retiraram os camponeses das moradias e destruíram algumas roças e plantações. Essa foi uma realidade vivida pela família do Senhor Antônio “Precatão”, durante o período em que a Senhora Maria da Silva Sousa estava grávida. Ele relatou a chegada dos militares à sua residência e a ordem dada naquela ocasião para que se retirassem da casa:

Chegou duas equipes de militar e disse pra mim assim: “olha Seu... você vai cair fora daqui hoje, agora! Agora você vai cair fora, porque se você ficar aqui... daqui mais a pouco nós vamos fazer um tiroteio aqui e se vocês ficar por aqui vocês vai morrer!”. E aí o que que nós tinha que fazer!? Era sair! Aí só fiz juntar o que eu pude juntar dentro de casa e guardei lá pra um canto e o que era mais necessário eu peguei e botei nas costas, tirei a mulher e minha filha... [...]. Aí eu saí de lá de dentro da minha casa e fui lá pra casa desse Pedro Lambreta, que já tava sendo preso por eles, tinha sido preso por eles, tava sendo judiado, quase morrendo já aí na mão deles aí, dos militares (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Com o deslocamento compulsório imposto pelo Exército, a família passou a ter mais dificuldades, pois foi afastada da roça e das criações que antes a alimentava. Continuaram a viver sob monitoramento, impedidos de trabalhar na roça e de retornar aos paióis para buscar o

que tinham. Sem poder contar com a solidariedade costumeira dos vizinhos, que também estavam passando fome, e desesperado com a situação da Senhora Maria que estava a poucos dias do parto, bem como com a situação de fome da criança, o Senhor Antônio Precatão” precisou tomar uma atitude:

Aí eu me arrisquei um dia de roubar dentro do meu paiol de arroz, a minha própria produção, eu fui roubar! [...]. Eu saí com um saco grande, cheguei lá no paiol de arroz e panhei um arroz; fui lá no paiol de farinha e ainda tinha um pouco derramado, que tinham derramada, mas tinha um pouco lá, eu rapei assim um negócio de uns três litros de farinha; matei um frango; peguei um pouco de fava, joguei tudo ali dentro e fui pra casa, a meia noite, sentindo a dor da bala porque minha casa era vigiada noite e dia! Mas eu escapei nesse dia (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Com cinco dias de resguardo da esposa, já não tinha mais alimentação. Juntamente com o sogro, o Senhor Antônio “precatão” foi até a base militar solicitar autorização para arrancar mandioca na roça para fazer farinha. Ao explicar a necessidade ao chefe que os recebera na base, o Senhor Antônio relatou a forma como foi tratado: “Ele me massacrou muito: ‘É, você quer fazer farinha pra Dina, e tal, no sei o quê....’ Eu digo: ‘não Doutor! O Senhor quer ver a minha situação vá lá em casa que você vê minha situação, como é que tá a minha esposa lá!’” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). A autorização foi dada e no dia seguinte um rapaz que morava no sítio vizinho o acompanhou:

Quando eu fui chegando bem no aceiro da mandioca, que era minha também, eles me pegaram. Já estavam me esperando lá! Me pegaram e botaram pra trás, e mandaram o menino ir embora e eu fiquei. Lá me bateram logo um bocado, no terreiro da minha barraca, me pegaram e me bateram. Me deram muito chute, me deram muita pancada. [...]. Eles falaram que era porque eu tinha ido rancar aquela mandioca pra fazer farinha pra Dina. Eu falei pra eles assim: “eu vim com a autorização do chefe lá da base! Fui ontem lá mas meu sogro e pedi autorização e ele me deu pra mim arrancar”. E eles: “que nada!”. E me metia a mão... porque ele não ia atender chefe de base não. Aí me meteram a mão e me bateram. Me amarraram com os braços pra trás e me tocaram em frente. Aí quando eu cheguei na entrada que ia lá pra casa, eu fiz menção de entrar lá pra dentro de casa e eles me bateram, me deram assim um tapa no pé da orelha aqui e voltei aqui pra casa do Adelino.. Cheguei lá o Adelino precurou: “cumpadre que é isso, cumpadre!?”. “Que é que você tem? Quer ir no mesmo no lugar dele?!”. Aí o Adelino calou. Aí me tocaram pra base... das Abóboras... [...]. Aí a mulher ficou lá dentro de casa... O decomer que ficou com ela, pra comer, a gordura era três dedos de azeite de coco, esse que era a gordura que ela tinha. Porque o porco que eu tinha pra matar pra tirar a gordura pra ela comer no resguardo, esse eles já tinham matado, já tinham

carregado num sei pra donde... que soltaram do chiqueiro [...] foram se embora, dentro da mata! (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ele passou o dia todo amarrado. Senhor Antônio “Precatão” relembrou os momentos de sofrimento a que foi submetido pelos militares na base de Xambioá-TO:

Quando foi no outro dia cedo me botaram no avião e me trouxeram aqui pra dentro da base. Aí que eu vi o sol nascer quadrado! Na base aqui de Xambioá, dos militar. Me prenderam aqui. Aí quando chegaram aí foi a primeira coisa que eles fizeram comigo foi me amarrar no pé de coco, numa troqueira de coco com formigas de fogo no tronco, aí espalharam aquela formiga e eu só de short. E as formigas tomou de conta do meu corpo todo! Quando foi por essa hora assim, foi que me tiraram de lá, de dez horas do dia a essa hora assim (17h) foi que me tiraram de lá. Amarrado, com os braços pra trás, e os pés amarrados em baixo, sem comer e sem beber. [...]. De vez em quando eles assanhavam aquelas formigas de fogo. E aquilo na minha cara, nos meus braços, no meu corpo. Só não mordiam nos olhos e na minha boca, porque eu fechava a minha boca, mas nos outros lugares mordiam tudo, fiquei todo pipocado de formiga de fogo! Aí me tiraram, me levaram lá pra dentro de um curral [cela] de arame farpado. [...]. E aí começou, e aí o pau quebrou, o pau quebrou, todo dia, todo dia, toda dia me batendo, cinco dias! [...] **pra mim descobrir o que que eu fazia pra Dina, o que que eu tinha dado pra ela, porque que ela era comigo... era assim... queria descobrir. Ou se não, condenar o meu vizinho, o que meu vizinho fazia.** E aí pronto, e aí fiquei preso e minha mulher lá em sofrimento. [...]. Eu era quem tava cuidando do resguardo dela quando me pegaram lá (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O Senhor Antônio “Precatão” afirmou ter visto, ao chegar à base de Xambioá, vários dos camponeses que também foram expulsos de suas terras, bem como alguns donos de castanhais, presos e torturados, vivendo situação de violência extrema. “Lá eu vi, tava judiado, era Leonardo Miranda que mora ali em cima, tava o Daci, o [...], tava o Zé Novato, tava o Beca, Hermógenes, Zé da Graça, Zé Sinhá, Raimundo Preto e... e, Noletto, que era esse que eles tavam falando - arrancando malva com as mãos e cortando um pé de coco com machado cego” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Assim como o Senhor Antônio “Precatão”, o Senhor Abel relacionou os nomes de vários camponeses presos e torturados: “Era muita gente... isso aí era uns trezentos e tantos presos. Tudo da região! De São Domingos, do Brejo Grande, Palestina, São Geraldo, até de Augustinópolis, é de... Axixá de Goiás...”. Sobre o envolvimento dos “ricos” da região, ele relatou:

Porque aí todo mundo ficou sugestionado! Não tinha ninguém que ficasse em paz. É porque você não era nascida nesse tempo...! Mas aí todo mundo ficava com medo. Que aí prenderam Evandro Azevedo, prenderam Noleto que era dono de quatro avião, prenderam [...] Miguel de Pernambuco, botaram ele na bola de arame... Aí quando ver fazer isso nos ricos... e os pobres!? [...]. Tudo foi envolvido. O Evandro Azevedo apanhou demais, um dos maiores ricos daqui de dentro de Marabá! Porque eles tinham castanhal, então o pessoal encostava por lá, eles eram donos de castanhal, donos de barracão que tinha suprimento. Aí eles [militares] achavam que os guerrilheiros iam.... tavam comendo lá também. Aí pegaram, muita gente aí apanhou demais! O Nogueira, esse Noleto dono de quatro avião... esse homem apanhou demais mais o Nelito... Eles dois mais o Evandro Azevedo, ainda cavando um buraco no chão em Xambioá, eles dois, no despigue, e apanharam muito! Não é só eu que apanhei não! Muita gente, gente de capacidade, gente rica, gente de moral, apanhou demais! (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Os relatos demonstram que uma fração da elite local foi, indistintamente, afetada pela repressão militar. Referem-se aos latifundiários da castanha pertencentes ao grupo denominado por Emmi (1988) de “Oligarquia dos castanhais” que, durante muito tempo, controlavam o poder político e exerciam o domínio econômico e social, promovendo relações de mando e sujeição com os camponeses, conforme demonstrado no primeiro capítulo.

Nossa (2012, p. 66) registou que “a ditadura considerava os coronéis da castanha criminosos que mandavam nos municípios e na Assembleia do Pará”. O autor também registrou o depoimento de camponeses sobre as prisões de alguns desses membros da elite local, dentre eles, o relato do ex-guia do Exército, Sinésio Martins Ribeiro, a respeito da prisão do dono da empresa de aluguel de aviões, José Noleto, a qual ele presenciou:

- Conheci o Noleto na jazida de cristal do Chiqueirão, em Xambioá. Ele fazia o transporte dos garimpeiros em teco-teco. Durante a guerrilha, o Evandro Azevedo, que era dono de castanhal, fretou um avião de Noleto. Nessa época, o Noleto transportava de tudo: gente doente, bamburrados de garimpos, remédios para farmácia. Em Marabá, o Evandro encheu o avião com armas e munições para matar um povo que estava invadindo o castanhal dele, o Abóbora, perto de São Geraldo. O piloto do avião e o Noleto não sabiam da carga, que estava em caixas de papelão. Quando o avião pousou em Xambioá, quarenta soldados se aproximaram. Eles cercaram. Abriram as caixas. Os militares acharam que era armas para a guerrilha e foram atrás do Noleto. Eles judiaram muito do homem. Noleto morreu dessa judiação. Naquele tempo só quem falava a verdade era o Exército. Só o Exército era gente (2012, p. 110-111).

Assim, Nossa (2012) sistematiza a violência causada aos moradores de Xambioá:

Moradores de Xambioá pensavam que os militares estavam atrás apenas de seu Paulo e de Osvaldão. Entraram em pânico quando a violência bateu à porta. O “maluco” *Fidel* [Lourival Moura] foi preso. Amanheceu enforcado. O Exército torturou o empresário José Noletto, veterano do Chiqueirão e dono da empresa de aluguel de aviões. Acusado de transportar guerrilheiros, foi colocado dentro de um formigueiro e obrigado a cortar árvores. José Novato, que vendia munições para os combatentes, teve os pulsos amarrados. As mãos dele perderam os movimentos. Morreu anos depois, na pobreza (2012, p. 111-112).

Após vinte e dois dias presos em Xambioá, os camponeses que passaram por diversas situações de torturas, retornaram para suas famílias, mas ainda ficaram na obrigação de retornar à base a cada quinze dias, durante três meses. “Aí eu vinha, eu mais o Beca, Doutozim... e aqui pegava o Zé Novato e atravessava pro outro lado. Quando chegava lá nós ía lá com o chefe e ele procurava pra nós assim: ‘e aí, tiveram notícia do povo?’. ‘Não’. ‘Viram o povo?’. ‘Não, vimos não’. ‘Então pode voltar!’” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O Senhor Camilo, que era o mais velho dos oito irmãos, relatou que a família dele, que morava em um povoado em São Geraldo, não tinham relação de amizade com os guerrilheiros porque os conheciam apenas de passagem:

Conhecia, assim, de passagem, né, porque eles passavam pra baixo, lá para Santa Cruz, pra Gameleira, passava e encostava lá no povoadim que nós lá. [...]. E aí eles encostavam lá pra merendar alguma coisa, comprar alguma coisinha lá pra ir comendo dentro do motor (barco), né. E aí nós via. Eu vi o Osvaldão três vezes, e a Dina, três vezes eles juntos. Aí depois vi o Senhor de Paulo, esse eu só vi duas vezes, só (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A alteração no cotidiano e na forma de viver, com a chegada do Exército, foi relatada pelo Senhor Camilo:

Com nós lá... eles baixaram lá e nós tava até pro rio pescando nesse dia, de tardezinha. Aí nós tava lá pescando quando nós vimos o avião. Mas a gente tinha até medo da zoadá do avião. Aí nós corremos pra casa, sabe, e eles não atiraram em nós porque viram a casa perto. Mas se tivesse mais longe eles tinham atirado em nós, porque nós corremos para dentro de casa. E aí eles baixaram lá perto, lá na praia, e aí já ficou uns lá arrudiando nós. Aí no outro dia ficou uma turma lá junto com nós: se nós ia pescar era junto, se nós ia buscar o gado no pasto, assim perto, era junto. E aí não saía de casa não, era ali dentro. Se quisesse passar era ali. E vigiando nós. Quando saía eles botavam uma fita encarnada [fita vermelha] na gente assim, que eles passavam de avião e enxergava né, a pessoa com aquela fita, e aí não mexia. Mas se não

tivesse aquela fita ali a gente ía pro cacete! Eles pegavam e traziam aí pro comando deles aqui no Xambioá e aí ia apanhar e ia pra dentro de um buracão. Buraco feito na terra e o curral [cela] cercado de arame. O Precatão mesmo foi pro cercado de arame.

[...].

Nós era todo dia investigado. E aí com cuidado com nós, falando que nós tava dando decomer ao povo que tava na mata, sabe. Nós nunca vimos eles na mata aí (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A experiência vivenciada pela família do Senhor Camilo demonstra mais uma das diferentes formas que os camponeses foram envolvidos na repressão militar à guerrilha. Uns foram retirados das terras que ocupavam, tiveram as plantações destruídas, as casas queimadas, foram submetidos aos interrogatórios, vigiados e limitados em seus direitos de ir e vir.

Antes de apertar muito, eles tiraram nós de lá da morada nossa. Mandou que, porque tinha muito menino, tinha 8 filhos, o velho tinha 8 filhos, e aí tinha uma filha que tinha 5 filhos lá criando também, e era tudo junto esses meninos. Aí eles viram o tanto de menino, criança que tinha, aí mandaram nós arretirar pro lado de cá (Xambioá), sabe. Aí nós fomos pra um lugar que chama Riachinho, aqui perto, perto do Ananás... [...]. Só com os animal, com a carga, sabe. Nós tinha um jumentinho véi, uns dois jumentos, aí botaram as cargas e o pessoal ia de pé até lá. A terra nossa ficou. Eles arrancou meio alqueiro de mandioca que nós tinha, e aí cortaram bananal que nós tinha. E aí ficou porco, galinha, bode - ovelha que nós chama bode. E aí ficou um bocado porque nós tinha arrumado essa semente de ovelha com os Claro (Mané Claro), que nós peguemos umas ovelha pra olhar na meia pra tirar semente. E aí nós criava junto com o gado, sabe. [...]. A meia é partido no meio os que nascer. Que a gente pega e aí os que nascer junto com a gente, eles parte no meio. E aí nós já tinha bastante ovelha lá e aí quando nós saímos ficou as ovelhas, ficou os porcos, ficou as galinha, ficou o paiol de arroz batido dentro de casa. E aí nós não pudemos levar nem um caroço de arroz, de legume... (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Outros, além de passar por essas situações, foram torturados e forçados a guiar os militares na mata, a exemplo do Senhor Luís Coelho da Silva, irmão do pai do Senhor Camilo, conforme lembrado por ele:

E o meu tio passou 24 horas pendurado e eles dando choque no corpo dele todinho. Quando eles tiraram ele... 24 horas que ele passou pendurado, um tio meu, irmão do meu pai. E aí eles pegaram ele, tiraram. E aí quando tiraram ele de lá, de onde tava pendurado, ele ficou assim meio doido, doido, doido, doido ... Luís Coelho da Silva, ele já até morreu. [...]. Ele morava na Gameleira grande, lá perto da onde o Osvaldão tinha uma fazenda. [...]. E aí o tio Luiz ficou pendurado lá 24 horas. E aí levaram ele pra Belém, que ele tava doido, e aí passou um dia ele amiorou mais. Aí botaram ele junto com

eles (militares) pra andar na mata, que ele conhecia a mata todinha e aí botaram ele de mateiro. Mas ele apanhou demais! Eles deram um coice no nariz dele que achatou esse osso aqui do nariz e saiu sabe, apodreceu dente e saiu. Ficou a cara inchada e aquilo preto! Eles pegou a arma, um fuzil, né, que tem um coice de botar assim pra atirar, né... foi aquilo ali que eles largaram na venta dele. E ele ficou todo doente! Aí ele morreu daquelas pias que... [...]. Morreu depois, mas ficou doente toda a vida por causa da peia, ele apanhou demais! (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A família do Senhor Camilo teve que deslocar as cinquenta cabeças de gado que tinha conseguido criar até a data de chegada dos militares. Não tendo outra terra, as passou para um senhor criar de meia em um pasto localizado em Tocantins, perto de Ananás, onde não sobreviveram por muito tempo:

O gado tinha morrido! Morreu tudim de erva o gado, 50 cabeça. O velho meu pai deu na meia pra um velho lá, e aí tinha muita erva, e aí o gado pegou a pastar e aí pegava a erva junto com o pasto e era só morrendo. Não escapou nenhum bezerro pra dizer “ficou esse pra vocês comprar um saco de arroz!”. [...]. E aí nós vivia comendo era inhame. Tinha uma capoeira velha assim perto de casa, aí nós achava aquelas covonas de inhame aí nós rancava. E aí ia pro rio pescar ou então caçar no mato, que nós tinha uns cachorrinho bom de caça e aí matava caça e comia com inhame cozido, porque não tinha farinha, não tinha arroz, não tinha nada. O arroz nosso tinha ficado, tinha ficado tudo! Até ter legume pra se manter. E muito menino, era 8 menino, fora os netos do pai! [...]. Nós pegava jabuti, pegava paca, tatu... pra comer... Até passar a época da fome, sabe, que nós não tinha nada pra comer, até chegar o arroz novo, o milho, e macaxeira, essas coisas.... (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A família do Senhor Camilo ocupou uma terra devoluta, onde precisou iniciar o trabalho de plantação e criação para o sustento da família. “Nós passamos o ano comendo inhame, arrancando nas capoeiras alheia, passando fome, sabe! Até nós plantar uma roça pra colher arroz e milho, e mandioca pra nós comer” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Nessa terra, moraram, aproximadamente, quatro anos, até aparecer um fazendeiro alegando ser o proprietário da terra.

Dente os guerrilheiros e guerrilheiras que foram mortos na Segunda Campanha, sobressaem as referências à morte da guerrilheira Helenira Rezende (Fátima), durante o confronto com as tropas do Exército, na localidade denominada São José, no dia 29 de setembro de 1972.

Assim como na Primeira Campanha, os militantes recuaram para os Pontos de Apoios (PA's), onde tinham preparado as condições para a resistência. Ficaram sem contato com a população que, durante o tempo em que as tropas federais estavam ocupando a região, foram informadas pelo Exército das “reais” intenções dos que eram conhecidos por eles como “paulistas” ou “mineiros”. Nesse sentido, o Senhor Abel relata:

Quem me contou o que eles tinham vindo... foi o Exército... O Exército é quem disse: “Esse pessoal é um pessoal assaltador de banco, são terrorista, é o terror! Eles são um terror, já assaltaram banco em São Paulo, assaltaram em lugar fulano, em lugar fulano...”. Era assim que eles diziam. O Exército também enganou nós, desse jeitinho! Nós fomos tudo enganado, o pessoal da região todo, todo esse camponês foi enganado de uma forma só (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Até então os militantes do PCdoB eram vistos de outra forma pelos camponeses. O Senhor Abel explicou:

Então nós conhecia eles como tavam caçando terras, do mesmo jeito que nós, que a terra aqui era voluto (devoluta). Toda essa terra era voluto. Então vieram, entraram esse povo pra caçar terra também do jeito que nós tava aí já morando. Que eles chegaram mesmo tirando terra, outros garimpando, outros mariscando, era assim... assim que era a vida deles aqui. Aí então a gente não sugestionou que eles eram nada. E não eram mesmo não! Foi só o Exército levantou uma calúnia pro povo (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

A retomada do contato dos guerrilheiros com os moradores se dava após a retirada das Forças Armadas, ocasiões em que se esforçavam para conscientizar os moradores sobre a necessidade da resistência, esclarecendo as motivações da luta por eles empreendida, para que não prevalecessem as explicações dadas pelo Exército. Os guerrilheiros enviavam cartas aos camponeses e padres da região, faziam panfletagem, divulgavam comunicados sobre as mortes dos guerrilheiros, direcionavam manifestos aos soldados, entre outros. E, além disso, recorreram à prática de confiscação de materiais logísticos (roupas, remédios, alimentação, munição e armas, entre outros), de que estavam necessitando, a exemplo das operações de confiscação de armas em um posto da Polícia Militar, situado próximo à São Domingos, na Transamazônica, e nas fazendas de suspeitos de colaborarem com o Exército, ou mesmo dos que eram considerados inimigos dos moradores. Além dos registros sobre os assaltos, consta na literatura os justicamentos de um jagunço (Pedro Mineiro), de João Pereira e de um mateiro (Osmar Pereira).

Sobre o justicamento do mateiro Osmar por parte dos guerrilheiros, o Senhor Abel relembra:

E mataram o finado Osmar, porque o finado Osmar ficava é..., carregando do Exército pra eles e deles pro Exército. [...]. Osmar era da região, morador da região. [...]. De secreto de um pra outro; ele não era nem dum lado e nem do outro. Ficava levando e trazendo, ficava pegando as informações dos guerrilheiros que estavam no mato e passando pro Exército. E passando do Exército pros guerrilheiros [...]. Mataram ele por causa disso. Os guerrilheiros pagavam ele pra vir na rua comprar uma munição, comprar um rancho, uma coisa, e ele chegava e passava pro Exército: “no lugar fulano eu tenho um trato de deixar isso, isso e isso...”. E eles ficaram sabendo disso depois. Como eles não eram muito besta também, num ficavam no lugar do trato (risos) (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Não há consenso entre os pesquisadores e estudiosos da temática sobre o número de mortes ocorridas durante esse período. Studart (2006) afirma que onze guerrilheiros foram presos, dezessete guerrilheiros e dois militares morreram. Sobre os camponeses, ele explica que um teria sido executado pelos guerrilheiros por colaborar com o Exército e dois teriam cometido suicídio na prisão. Jiménez informa que nessa Campanha, denominada Operação Papagaio, foram mortos quatro militares e oito guerrilheiros.

Os acontecimentos da década de 1970 marcaram fortemente a memória da Senhora Cledeneuza. Ela casou-se em 20 de dezembro de 1971 e seu pai faleceu em 1973 no castanhal, após ter trabalhado no desmatamento da área onde estava sendo construída a Rodovia Transamazônica, na região de São Domingos do Araguaia, passando por Brejo Grande. É nesse contexto que ela observa as mudanças e alterações do cotidiano, decorrentes da construção de estradas, de quartel e da mudança nas relações:

E logo depois dessa abertura (da Transamazônica), um belo dia, meu pai ainda tava em casa ainda, que era em 72, em agosto de 72, meu pai ainda tava em casa, nós fomos surpreendidos com o carro do Exército. O carro não, os carros... muitos carros do Exército. Aí criou o Quartel ali, 52º Bis, né, em Marabá, e aí destacou para cá vários carros. E aí foram... tinha estrada até na Metade, que podia ir carro. Eles foram até na Metade. Aí deram uma volta por aí e não viram nada por que o pessoal (guerrilheiros) quando viu eles... eles conheceram que era o Exército, eles fugiram na mata. Como eles (Exército) não podiam entrar na mata e não conhecia a mata né, os soldados, eles voltaram. [...]. Aí quando meu tio... O Exército quando eles foram vieram a primeira vez aí na Metade, até lá que não entra na mata, aí o meu tio ele disse para nós que o Osvaldão e o outro lá, que eu não sei do nome, chamou eles e disse que eles podiam sair porque ia acontecer uma guerra e eles tinham que sair de lá. Eles iam sair de lá né. Aí meus tios saíram, Seu Doca... todo mundo que morava lá (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Conforme a Senhora Cledeneuza, o Exército retirou o grosso de tropas, porém manteve agentes militares convivendo disfarçadamente com os camponeses e como camponeses: “Aí foi e usaram a prática do detetive né. Detetive veio morar com a gente, veio comer a nossa comida, veio trabalhar no nosso serviço, né, ajudar... ficar na nossa casa escutando nossas conversas. Às vezes perguntando, olhando, observando” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A “prática do detetive”, mencionada pela Senhora Cledeneuza, provavelmente, estava relacionada às ações desenvolvidas pelas Forças Armadas como estratégias da operação de inteligência. Essas ações foram decisivas para a alteração do resultado dos conflitos e foram iniciadas em novembro de 1972, após a segunda derrota das tropas do governo, quando a região e o campesinato foram submetidos às ações da Operação Sucuri. Essa Operação consistiu numa “operação de inteligência prolongada” minuciosamente planejada, com estudos sobre a área em que ela seria executada, considerando os riscos e potencialidades da floresta, da vegetação e animais (fauna e flora), do rio Araguaia e seus afluentes e da Serra das Andorinhas; da população ocupante da região; dos adversários considerados inimigos e dos meios necessários à eficácia da operação. Assim, os aspectos sociais, econômicos e políticos foram considerados.

Com base nos resultados dessas ações, Aluísio Madruga de Moura e Souza (2002) faz referência à pobreza que caracterizava a população constituída majoritariamente por posseiros em conflitos com os grandes proprietários de terras, com restrição alimentar e carente de uma assistência educacional, sanitária e com a rede hospitalar insuficiente, situação agravada devido à falta de profissionais especializados, a exemplo de médicos e dentistas. Além disso, graves problemas fundiários, a inoperância dos órgãos governamentais e a atuação violenta da Polícia Militar do Pará que defendiam os interesses dos grandes proprietários de terras. Conforme Moura e Souza (2002, 143),

A omissão dos governos federal e estadual, aliada à forte corrupção das administrações municipais e à exploração dos trabalhadores rurais pelos grandes proprietários, contribuíram, com maior ênfase, para tornar a população descrente e sem perspectiva de um futuro melhor.

Executada no período entre novembro de 1972 e outubro de 1973, a partir do trabalho de profissionais treinados e qualificados infiltrados como camponeses, fazendeiros, comerciantes, entre outros, a Operação fez o reconhecimento e levantamento das localidades onde estavam situadas as bases e redes de apoio do movimento guerrilheiro. Além disso, o Exército procurou conquistar a simpatia da população através da intensificação da Ação Cívico-

Social (Operação ACISO), com assistência médica, distribuição de lotes de terras próximos às localidades onde os guerrilheiros haviam estruturado suas Bases, além das promessas de distribuição de terras e titulação de propriedades como recompensas aos camponeses que contribuíssem com o Exército na busca aos guerrilheiros.

Nesse período, quando o Estado Maior das Forças Armadas e o gabinete da Presidência da República já estavam no controle do combate à guerrilha, a região recebeu atenção especial do Governo Federal, que autorizou a construção de infraestrutura que possibilitasse apoio logístico aos militares. Construiu-se três estradas Operacionais (OP-1, OP-2 e OP-3) na área de influência da guerrilha para facilitar a movimentação das tropas militares (Mapa 5), bem como, por meio do Decreto nº 71.785, de 31 de janeiro de 1973, instituiu a criação de quartéis (Organizações Militares) ao longo da Transamazônica, marcando a presença do Exército.

Criou-se o 50º Batalhão da Infantaria da Selva (50º BIS), com sede em Imperatriz, Maranhão; o 51º Batalhão da Infantaria da Selva (51º BIS), com sede em Altamira, Pará; o 52º Batalhão da Infantaria da Selva (52º BIS), com sede em Marabá, Pará; o 53º Batalhão da Infantaria da Selva (53º BIS), com sede em Itaituba, Pará e o 54º Batalhão da Infantaria da Selva (53º BIS), como sede em Humaitá, Amazonas. Poucos dias depois, por meio do Decreto nº 71.841, de 15 de fevereiro de 1973, a fazenda São Jorge, localizada à margem da Rodovia Transamazônica em Marabá, de propriedade do Senhor Jorge Mutran, foi desapropriada para a instalação do 52º BIS.

Assim, o Exército foi instalado em Marabá no auge da repressão ao movimento guerrilheiro. A estrutura montada na região era considerada necessária ao extermínio dos militantes do PCdoB, considerados terroristas pelos militares. Essa militarização da região pode ser observada no mapa 5.

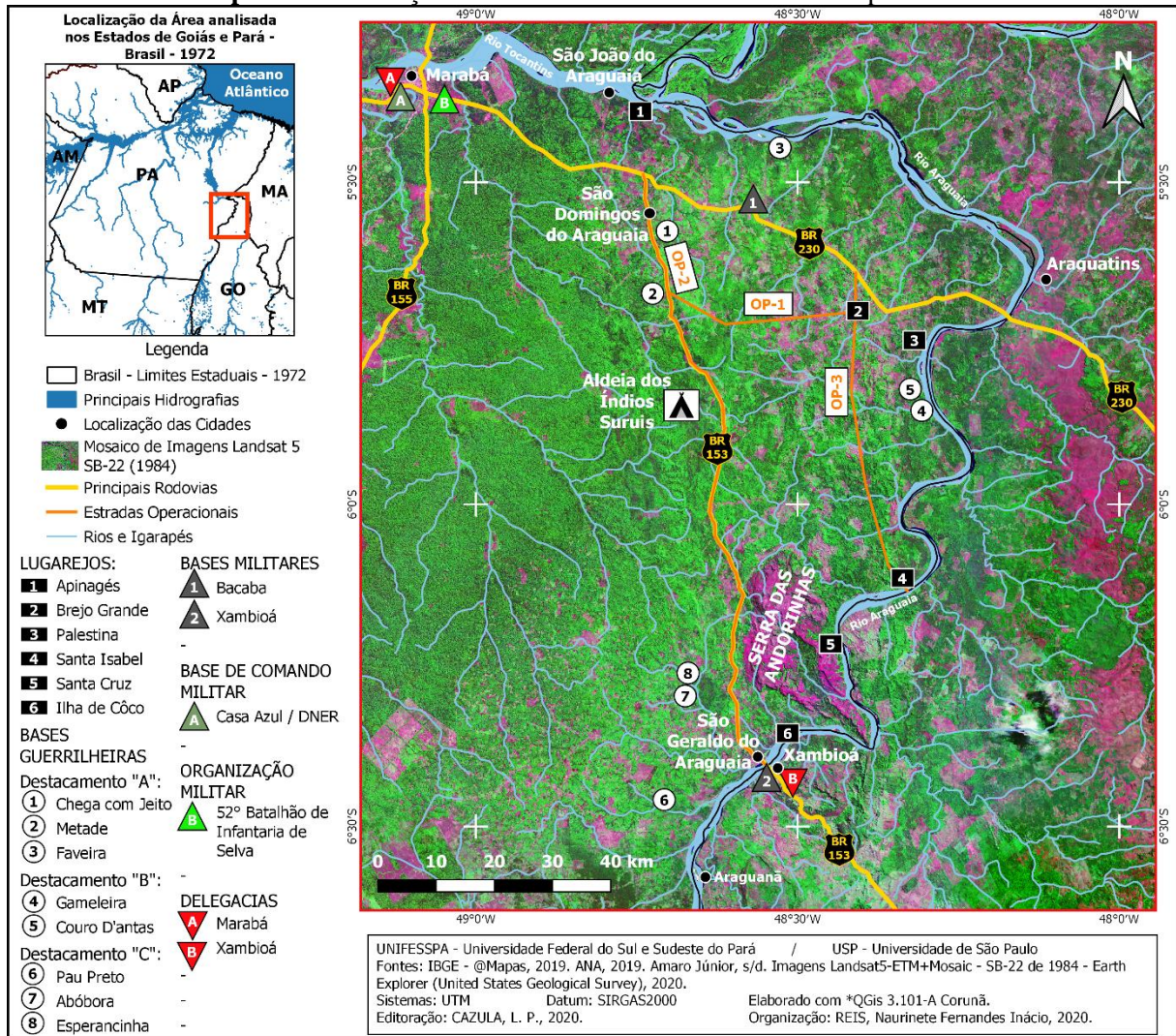
Sobre a ocupação militar da área de influência da guerrilha realizada pelo Exército durante as três campanhas, Oliveira (1988) pondera:

... As operações realizadas eram de caráter muito especial. Para começar, toda a região foi declarada zona prioritária para a Segurança Nacional. Os militares instalaram quartéis-generais nas cidades de Marabá, Itaituba, Altamira, Humaitá e Imperatriz. Abriram-se estradas na região para facilitar o movimento das tropas. Também foram construídos um aeroporto e um heliporto junto às cidades mais importantes. Cartões de identificação foram distribuídos entre a população local, e qualquer pessoa que não detivesse um destes era detida e enviada a áreas contíguas aos quartéis, que serviam de campos de prisioneiros. Depoimentos de residentes locais, de líderes da Igreja e até dos próprios militares participantes indicam que a tortura era amplamente utilizada contra camponeses e outros habitantes da região. Equipes especiais

de interrogatório foram levadas ao local, ante a suspeita de que os camponeses apoiavam os guerrilheiros (OLIVEIRA, 1988, p. 84 Apud MOREIRA ALVES, 1985, p. 164).

Em um contexto nacional de intensificação da repressão aos meios de comunicação e aos opositores da ditadura, e de caça aos comunistas, as Forças Armadas recorreram aos especialistas em combate à guerrilha e aos mais aprimorados métodos de tortura.

Mapa 5 – Localização das Bases militares e das Estradas Operacionais



Organização autoral.

O Centro de Inteligência do Exército (CIE) e o Serviço de Inteligência do Exército (SNI) tiveram papel fundamental no desenvolvimento das táticas de infiltração de profissionais descaracterizados no campesinato e nos espaços urbanos das cidades, vinculados ao setor de inteligência, possibilitando que promovessem o trabalho de espionagem e identificação dos moradores que, na perspectiva das Forças Armadas, foram considerados suspeitos de colaborar

com a guerrilha. Além dessa estratégia, promoveram o treinamento de especialistas em combate à guerrilha e aprimoraram os métodos de tortura.

As obras do militar Aluísio Madruga e do tenente da reserva do Exército, José Vargas Jiménez (Chico Dólar) apontam que, durante a Operação Sucuri, o Exército teve acesso aos documentos apreendidos com os guerrilheiros que lhes possibilitaram planejar estrategicamente o cerco ao movimento guerrilheiro, o qual seria executado durante a Terceira Campanha, que Aluísio Madruga chamou de segunda Operação de Inteligência. Por meio desses documentos aprofundaram os conhecimentos sobre os objetivos da guerrilha; as estratégias e táticas planejadas para serem executadas pelos guerrilheiros, destacando os aspectos relacionados à estruturação da organização da guerrilha; a relação com os camponeses e a construção de base de apoio a partir do trabalho político; o estudo e reconhecimento da região e suas potencialidades para o desenvolvimento de uma guerra de guerrilhas; treinamento militar; preparação logística; possibilidade de movimentação e atuação das tropas governamentais e táticas de enfrentamentos.

Assim, a terceira Campanha, denominada Operação Marajoara, foi comandada pelo General Hugo de Abreu e foi executada durante o período de 7 de outubro de 1973 a dezembro de 1974, visando cercar e aniquilar a guerrilha, com ordens para não deixar prisioneiros. Conforme Tais Moraes e Eumano Silva (2005, p. 450), “quando o Exército iniciou a Operação Marajoara, o PCdoB tinha 56 guerrilheiros no Araguaia: o Destacamento A contava com 22 combatentes, o B com 12, o C com 14 e a Comissão Militar com 8”. Dentre os militares profissionais que compuseram as tropas descaracterizadas na repressão ao movimento guerrilheiro, estava José Vargas Jiménez, que utilizou o codinome Chico Dólar e comandou o Grupo de Combate (GC) integrado por 20 militares, tendo sido evacuado da região em 27 de fevereiro de 1974.

Jiménez escreveu dois livros: o primeiro publicado em 2007 com o título “*Bacaba: memórias de um guerrilheiro de selva da Guerrilha do Araguaia*”, no qual ele descreveu sua versão sobre os acontecimentos relativo ao período em que atuou no combate à guerrilha (outubro de 1973 a janeiro de 1974), recorrendo à citação de documentos confidenciais e secretos que teria recebido quando chegou à Casa Azul, base de comando da Operação Marajoara, localizada no município de Marabá/PA, bairro Amapá. Ele afirmou que atuou na base de operações Bacaba, localizada no Pará, no Km 68 da rodovia Transamazônica, juntamente com o Capitão Sebastião Rodrigues de Moura, conhecido atualmente na região como Major Curió. Durante a repressão militar à organização guerrilheira, Sebastião Rodrigues

era Capitão Adjunto do Centro de Informações do Exército (CIE), conhecido como Doutor Luchini, e chefiou uma rede de informação que recrutou dezenas de camponeses que tinham convivido com os guerrilheiros antes da chegada das Forças Armadas. O segundo livro intitulado “*BACABA II*” foi publicado em 2011 e, dentre outros conteúdos, apresenta aspectos relacionados ao livro publicado em 2007, suas repercussões e desdobramentos.

José Vargas Jiménez transcreve os documentos supostamente recebidos, dentre eles, as “*Normas gerais de ação – Brasília-DF, 05 de set 73 – Trato com a população (secreto)*”. Nele, evidencia-se a importância que a guerrilha atribui à população da região escolhida, sendo considerada “o meio, o instrumento e a condição essencial para o sucesso da guerrilha” (2007, p, 38). Dessa forma, o documento aponta que os objetivos preliminares da ação guerrilheira consistiam em dominar e controlar a população, bem como conquistar o seu apoio, destacando em seguida as ações desenvolvidas pelos “terroristas” para conquistar a população e as formas de neutralizá-las por parte das Forças Armadas. O documento detalha as estratégias usadas pelas Forças Armadas para combater os guerrilheiros.

José Vargas Jiménez entrou para a reversa como Segundo-Tenente do quadro de Auxiliar de Oficiais do Exército Brasileiro, em 1994 e, em 2017 ele suicidou-se, em Campo Grande-MS. De acordo com relato apresentado ao anexo AE do GTT⁹, Jiménez era um dos suspeitos de ter assassinado o guerrilheiro Demerval de Souza Pereira (João Araguaia), na Casa Azul.

Aluísio Madruga enfatiza a potencialidade da população a ser constituída base de apoio aos guerrilheiros ao afirmar que: “[...] a impotência para resolver seus problemas motivava os habitantes a receberem, de terceiros, os benefícios e auxílios que lhes eram ofertados ‘gratuitamente’”. Conforme o autor, “Esse ‘status’ permitiu aos guerrilheiros, por ações paternalistas, trabalhar psicologicamente a população, visando, inicialmente, conquistar sua simpatia para, em seguida, doutriná-la e contar com seu apoio na luta que pretendiam empreender” (MOURA E SOUZA, 2002, p. 143).

Vale observar que foi essa também a avaliação feita pelas Forças Armadas sobre o campesinato da região quando decidiu planejar e executar as ações da ACISO, bem como planejar outras iniciativas a serem executadas pelo poder público que pudessem, minimamente, solucionar os problemas sociais e “agradar” os moradores, afastando-os da influência dos guerrilheiros. Além disso, previam-se as “Prescrições gerais para o trato com a população na

⁹ Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2012/01/Depoimento-de-Colaboradores-3.pdf>, Acesso: jan. 2019.

área atualmente afetada” visando conquistá-la, nas quais as orientações para o comportamento dos militares com os camponeses, no geral, pouco diferiam daquelas previamente planejadas para a atuação dos guerrilheiros com os mesmos camponeses. Os camponeses foram, assim, objeto de disputa entre as duas principais forças envolvidas no conflito.

As Forças Armadas alteraram o “modus operandi” e ocuparam estrategicamente algumas localidades com redes de informações através da infiltração gradativa de agentes profissionais descaracterizados, experientes em operações de contra-guerrilha, que permaneceram na área, convivendo com os camponeses tempo suficiente para garantir a segurança e alcance dos objetivos da missão. Também passou a atuar na região uma rede de mateiros. Nessas circunstâncias, mais uma vez os camponeses tiveram, em seu meio, pessoas que se fizeram passar por camponeses, usando “histórias de cobertura” montadas e estabelecendo atividades e relações de amizade, confiança e solidariedade, típicas do modo de viver camponês. Esses agentes atuaram como bodegueiros, compradores de cereais, posseiros, empregados de empresas privadas e etc. Alguns atuaram em órgãos governamentais, como funcionários oficiais do INCRA, da Superintendência de Campanhas de Saúde Pública (SUCAM), ou da Empresa Brasileira de Telecomunicações (EMBRATEL), por exemplo, e tiveram o apoio de grandes proprietários de terras.

Com a fluidez das informações a partir de uma rede de relações que envolvia agentes públicos e privados, montou-se esquema de identificação dos lugares ocupados pelos guerrilheiros, da rede de apoio, movimentação, entre outros, que permitiram a atuação da tropa descaracterizada na repressão ao movimento guerrilheiro.

Em meados de 1973, toda a área já estava minuciosamente mapeada pelo CIE e SNI e seus moradores devidamente fichados, com dados que informavam diálogos obtidos secretamente e apontavam o grau de comprometimento com os guerrilheiros comunistas. Ingenuamente, os moradores da região caíam numa teia montada pela comunidade de informação. O simples fato de outrora ter recebido um dos paulistas em sua casa traria consequências que a população atingida jamais esqueceria (CAMPOS FILHO, 2012, p. 171).

Do dia 12 de outubro de 1973 até dezembro de 1974, as forças especiais do Exército, sob o comando do General Hugo de Abreu, que teve o apoio da Aeronáutica, empreenderam a terceira e última Campanha contra o movimento guerrilheiro. Os camponeses, inseridos em projetos estratégicos dos quais não tinham informações nem conhecimento, foram os principais alvos e tiveram seu cotidiano alterado e seus direitos violados. Os suspeitos de colaborarem com os denominados pelo Exército de “terroristas” foram, de forma mais sistemática que nas

duas campanhas anteriores, submetidos à vigilância, perseguições, coação, às prisões ilegais e execuções. Tiveram os meios de subsistência destruídos e alguns, após várias sessões de torturas e espancamentos, foram forçados a abandonar a família e a pegarem em armas para ajudar o Exército.

A senhora Cledeneuza demonstra a forma como o Exército criou estratégias para cercar e aniquilar os guerrilheiros, desenvolvendo infraestrutura e usando os camponeses como guias ou como informantes:

Quando foi em 73 e em 74 aí eles vieram com força. Aí já veio o Exército de novo com aquele guia que conhecia nós! Aí já veio chamando cada um pelo nome: Seu Abdia, Seu Antônio Nogueira, Seu Geraldo, Seu Simão...eram os comerciantes. Simão vendia tecido e aí eles (guerrilheiros) compravam muito tecido. Aí o Simão foi preso, porque vendia tecido. Seu Abdia vendia remédio; Seu Geraldo era o delegado de São Domingos e vendia remédio – foi preso, mas como era delegado liberaram ele porque ele se tornou o guia também do Exército, porque ele conhecia muita gente, né, então eles usaram Seu Geraldo para guia. E aí foram nas Vilas onde eles conviveram e chamando as pessoas pelo seu nome.

[...].

Em 73 né, pedacinho de 74 aí teve esse período que essa gente visitava nossas casas, que essa gente convivia com a gente e aí pronto. Quando eles voltaram em 73, final... em 74, eles já voltaram sabendo da nossa vida e era só marcando pegando fulano e prendendo. Aquela Agrovila (Bacaba) ali já tinha aberto, quartel (52 BIS) lá pronto. Aí lá pra Agrovila ali, levando as pessoas e prendendo todo mundo que serviu, que falou com as pessoas (guerrilheiros) sem saber nem quem era... (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Conforme a Senhora Cledeneuza, os militares prendiam todas as pessoas que, de alguma forma, teriam estabelecido qualquer contato com os guerrilheiros, tanto nos povoados, roças e vilas, como na cidade. Alguns eram submetidos à tortura durante os interrogatórios e posteriormente liberados; outros, forçados a ser guia nas matas:

Prenderam os comerciantes, prenderam lá na roça aqueles que eram vizinhos, que trabalhavam com eles. [...]. Torturava de tudo quanto era jeito para dizer onde essa gente estava. Uns serviam de guia. Eles (militares) não conheciam a mata - levava eles (camponeses) para eles mostrar as varedas, os pontos onde as pessoas (guerrilheiros) ficavam. E os outros (camponeses) que não conhecia também só sofreram ali na prisão e depois liberado.

[...].

O filho de Seu Ilário, era um rapazinho nessa época, acho que ele tinha uns 18 anos. Na hora em que eles (guerrilheiros) foram embora, que o Exército atacou, eles foram embora e entregaram para Seu Ilário a Tropa deles. Eles tinham uma tropa. Seu Ilário ficou com a tropa. Eles (militares) chegaram e prenderam Seu Ilário e pegaram o filho do Seu Ilário e espicharam em cima

de um formigueiro, amarrou espichado em cima do formigueiro, só torturando para ele dizer onde eles estavam. E depois trouxe, prendeu na Agrovila (Bacaba). Aí soltou eles (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Os fatos narrados por Cledeneuza retratam a realidade vivida pelos camponeses da região que foram envolvidos na repressão e afetados de diferentes formas. Ela explicou que os camponeses foram retirados das roças, lugar de moradia, de trabalho e de convivência com os vizinhos, compadres e parentes. Nessas condições, muitos precisaram contar com o apoio e solidariedade dos amigos que tinham casa na cidade e nas vilas. Ao lembrar dos camponeses que foram expulsos das roças, Cledeneuza demonstrou comoção e revolta ao relatar a situação em que a família do Senhor Ilário foi submetida:

Ele não tinha casa aqui (Vila de São Domingos). Só tinha lá na roça. Tiraram eles da roça. [...]. Eles vieram para nossa casa ali (onde morava o tio) e passaram uns tempos. Esse menino tanto que apanhou que logo quando começou a trabalhar, adoeceu e morreu! Ele apanhou tanto, foi judiado tanto, que morreu... deu uma doença nele e ele morreu. Uns 5 anos depois. [...]. E o pai dele foi morar em Itupiranga, ele ficou nervoso foi morar no Itupiranga (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Além dos camponeses e camponesas que sofreram diretamente as consequências da repressão militar ao movimento guerrilheiro, muitos camponeses de gerações mais jovens, que nasceram após o final do conflito, também guardam na memória aspectos importantes desse fato histórico que marcou o campesinato regional. Esse fato demonstra o trabalho de socialização histórica e política da memória coletiva e da memória social, que pode ser evidenciado nos relatos de Maria Raimunda César de Sousa. O conhecimento de Maria Raimunda expressa, sobretudo, a memória acessada via fontes secundárias que reproduzem socialmente a memória de determinados fatos e é interiorizada parcialmente por alguns indivíduos, passando a fazer parte de sua memória individual.

Maria Raimunda nasceu no povoado de Brejo Brande do Araguaia, em março de 1974, durante a fase de extermínio dos guerrilheiros por parte do Exército. Com base na experiência vivenciada pela família, da qual os membros exteriorizam parte das memórias individuais, ela explica o contexto final da repressão militar aos guerrilheiros e as alterações no cotidiano de Brejo Grande. Ela executa um processo de rememoração que, no caso específico dos fatos relacionados à repressão militar ao movimento guerrilheiro e aos camponeses foi, por muito tempo, tornado inacessível ou marginalizado. Essa rememoração traz elementos da memória

social ou da memória coletiva interiorizados por ela, no sentido procurar reconstituir a experiência vivenciada pela coletividade na qual ela se insere:

Durante os nove meses que minha mãe estava grávida de mim que aí foi no final 73 pra 74 que era..., foi um momento auge também da Guerrilha de captura, de abertura de estrada e o Exército tava com a presença bem forte na região... Minha mãe conta que quase todas as noites, quando ela tava grávida, ela dormia no buraco. Que o buraco, nós tínhamos um buraco lá em casa no quarto, que foi orientado pelo Exército, e que quando eles davam o toque todas as pessoas teriam que entrar. Então as pessoas da comunidade foram orientadas a entrar nesses buracos e que o período que ela passou grávida, ela disse, “ah minha filha, quase todas as noites, quando a gente escutava o tiro, tinha que entrar para dentro do buraco”. [...]. Então, ela disse que isso era muito, muito, muito prática do cotidiano mesmo! Ela dizia que era quase todas as noites tinha que dormir no buraco, que o Exército dava algum tiro, dava o sinal, né, e que era quando eles estavam..., tinha guerrilheiros à vista ou que eles tinham alguma... ou suspeita, não, mas alguém indicava que os guerrilheiros estavam passando pela região... ainda tinha alguém, é, que eles estavam atrás alguém, os guias do Exército informavam da localização de alguns e que eles achavam que podia ter algum confronto, então eles avisavam pros camponeses quem tinha buraco em casa para entrar no buraco, e a gente tinha um buraco lá em casa (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre o envolvimento do campesinato na guerrilha, Maria Raimunda relata o fato vivenciado pela família.

Quando o Exército chegou na comunidade, das primeiras vezes que o Exército chegou, é... meu pai tinha uma casa de farinha muito grande ao lado de casa, porque todo mundo morava praticamente dentro da roça, do lote, né, tinha roça em outro local, mas todo mundo utilizava o próprio quintal como espaço de roça, e a casa de farinha nossa era ao lado da casa de morada. E o Exército chegou e só disseram “Nós vamos” e montaram o alojamento deles nessa casa de farinha do meu pai, né, que ficava ao lado da casa. Então por um bom tempo, eu digo assim “eu sempre vivi nessa contradição muito grande”, por um bom tempo ficou lá sendo a casa de um alojamento de apoio do Exército quando eles estavam em Operação lá no Brejo OP3, que eles chamavam OP3, OP2 aquela região ali da mata que eles chamavam do Castanhal. Então eles ficavam lá em casa, tinha-se na casa de farinha montavam lá o alojamento deles.

[...].

Meu pai não foi guia do Exército. O Exército montou acampamento lá, mas meu pai nunca chegou a ser guia. [...]. Meu pai... ele nunca contou de tortura, de ter sofrido a tortura especificamente a violência física é... mas por ele ser a pessoa que se relacionava, tipo assim... era tropeiro, fez apoio da comunidade, eu acho que ele sofreu muita pressão pra dar informações, né e que até hoje ele nunca... não, não, nunca falou, eu acho que ele nunca falou, minha mãe também não. Mas essa, essa coisa de ser uma pessoa da comunidade e que eles pressionavam, mas assim que eu sei meu pai nunca foi guia, não que eu saiba,

mas eu acho que não, também nunca foi torturado fisicamente, mas psicologicamente eu acho que sofria muita pressão para dizer as coisas (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre o uso dos camponeses como guias do Exército durante a repressão à guerrilha, o senhor Abel relembra:

Eu dou o nome de quase todos os camponeses que foram presos e foram ... Porque teve os que foram presos e ficou pra ir pra mata, ficou como guia, e teve os que foram presos e foram soltos ficaram só vindo, se representar pra dá o nome como tava morando naquele setor, pra não fugir. Ficou todo mundo preso, pode-se dizer preso, não é!? Não tavam preso dentro da base mas tavam presos lá na casa... se apresentar pra dizer que tava vivo, que ainda tava no lugar tal, e tal... Retrato de todo tipo foi tirado, então o cara não fugia. De todo tipo nós tinha fotos, nós tinha não, nós tem! Onde eles tiver, tá lá. Aí é porque é assim: ficou todo mundo... Eu fiquei na Bacaba; eles foram presos e foram liberados, mas todo mês eles tinham que vir, em 15 e 15 dias... Começaram de 15 em 15 dias tinha que vir, depois passou pra mês, depois passou pra 2 meses, 3, 4, 5, 6... foi ano... Aí eu tive contato, eu já morava lá e eles arranchavam na minha casa, todo mundo, no barraco que me deram, na minha casa não. Aí eu fui a chave também, de novo da... todo tempo eu fui a chave do preso (risos). Fui aqui, fui no Xambioá, me botaram no Xambioá pra ser..., já fui na Bacaba (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Os Destacamentos da organização guerrilheira, já desarticulados desde a primeira Campanha, não inovaram nas formas de enfrentamentos. Por decisão da Comissão Militar, permaneceram reunidos na mesma área, sem possibilidade de ampliação da base de apoio político por parte dos camponeses e sem apoio logístico. Nessa fase, os recursos financeiros que estavam sendo usados há mais de dois anos, já haviam acabado. As poucas armas e munições que restavam eram ineficientes para os enfrentamentos.

O Exército, por sua vez, deu prosseguimento às ações que vinham sendo executadas pelos agentes do serviço de inteligência e informações que tinham feito o reconhecimento da área de influência de atuação dos guerrilheiros e identificado os moradores da região que teriam estabelecido contatos com eles. Na concepção dos militares, esses moradores representavam pontos de apoio ao movimento guerrilheiro que deveriam ser desarticulados para que pudessem promover o isolamento dos militantes do PCdoB. Rapidamente a rede de apoio foi desmontada com a retirada dos camponeses de suas posses.

Padre Ricardo Rezende Figueira assim registra:

Por volta de trezentos homens foram levados para Bacaba, povoado no quilômetro 68 da Transamazônica, no município de São João do Araguaia (era aí o quartel-general do Curió, base tática do Exército com um campo de aviação e lugar onde foram enterrados muitos guerrilheiros), e transferidos para a sede do DNER ao lado do rio Itacaiúnas, em Marabá. Outro local de prisão foi a antiga delegacia de Marabá. Comprimiam-se 12 a 15 homens dentro de um banheiro pequeno, todos nus, de pé, sem beber ou comer. “Seu” Mariano, antigo comerciante em São Domingos, chegou a contar que sentiu tanta sede que bebeu urina de um dos companheiros. Disse ainda que defecavam e urinavam no chão. O cheiro era horrível. Mesmo assim, quando a porta foi aberta e os soldados jogaram água para lavar a sujeira, houve quem, desesperado, abaixou-se para sorvê-la do próprio piso.

Tinham gravado sons de gritos e os acionavam durante a tortura aumentando a tensão. Batiam e jogavam ao chão os lavradores. Fizeram um buraco ao lado da casa azul e os dependuravam pelos pés. Colocaram nu e de quatro um rapaz sobre um formigueiro. Obrigavam-no a latir como cachorro. Quando achavam que não havia latido bastante alto ordenavam que se deitasse completamente sobre o formigueiro. Em Bacaba, chegaram a matar a pancadas um jovem débil mental. Os torturados em Marabá foram transferidos, mais tarde, para um hospital de Araguaína. Ali foram tratados e as feridas cicatrizadas (FIGUEIRA, 1986, p. 29-30).

Ao demonstrar que, durante a terceira e última Campanha, Operação Marajoara, as forças militares procuraram prender o maior número possível de chefes de família, o relatório final da Comissão Nacional da Verdade aponta:

Documento do SNI produzido em Marabá – “Relatório Especial de Informações nº 6” – aponta o número de 161 moradores presos por serem suspeitos de apoiar os guerrilheiros, e relaciona o nome de mais 42 apoiadores a serem detidos, numa soma de 203 supostos apoiadores dos guerrilheiros. Mas o número de vítimas da repressão chega a 500 moradores que foram arrancados de suas casas junto com suas famílias, tiveram suas roças queimadas e suas criações destruídas; muitos ficaram ilegalmente presos por cerca de três semanas. Camponeses relatam ter sido presos em valas de três metros de comprimento por dois de profundidade, sem latrinas e sem telhado, cavadas nas bases militares da Bacaba e de Xambioá: eram cobertas com grades de ferro e chamadas de “buracos do Vietnã”. Muitos camponeses foram torturados, conforme relataram alguns sobreviventes à CNV. O documento “Dossiê Araguaia” justifica a tortura: “Na reeducação dessas pessoas teve que ser empregado algum rigor, uma vez que o caboclo daquela região só conhecia a lei do mais forte...”. No último período (outubro de 1973 a outubro de 1974), os camponeses remanescentes foram obrigados, na maior parte dos casos sob coerção após torturas, a colaborar como guias dos militares. Poucos ofereceram-se como guias (2014b, p. 123).

O coronel do Exército, Aluísio Madruga de Moura e Souza, assim se refere a esse fato:

Há que se destacar que a retirada dos componentes da rede de apoio da região, aí incluídos esposa e filhos, teve os seguintes objetivos: negar aos

guerrilheiros informações, alimentos (principalmente o sal e óleo) e o querosene, além de tentar até mesmo proteger estas pessoas, já que muitas, sob suspeitas de estarem apoiando as forças legais estavam sendo ameaçadas. Aqui é importante deixar claro que estas pessoas residiam em pequenas palhoças de chão batido e quase sempre sem portas e janelas. De uma maneira geral não possuíam certidão de nascimento nem de casamento, sendo lógico que com seus filhos não era diferente (2002, p. 162).

Muitas roças foram destruídas e os camponeses foram remanejados compulsoriamente para áreas de controle dos militares, ocupando lotes delimitados às margens das estradas operacionais e da Rodovia Transamazônica, táticas usadas pelo Exército para cercar totalmente a área. Conforme Maria Raimunda, o Exército distribuiu vários lotes de terras nas estradas operacionais aos camponeses que tinham sido guias “como forma de compensar as pessoas que entregaram os guerrilheiros. [...] Muita compensação também, toda a compensação foi feita em terra, em terra e privilégios, né. Depois escola, a escola, a primeira escola lá do Brejo quem construiu foi o Exército” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre os loteamentos feitos pelo Exército nas estradas operacionais, Maria Raimunda explica:

Todos os guias do Exército, naquela região ali que hoje é conhecida como OP1, OP2, OP3 né, que é lá onde chamam o Castanhal, não sei o que, todos os guias do Exército receberam grandes extensões de terra, entendeu? O Exército distribuiu terra para eles, né... e pras pessoas quem não eram guia tinha só mesmo aquele pedaço que já era da sua roça (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

O número de camponeses acusados de fazer parte do apoio à organização guerrilheira aumentou consideravelmente, motivo pelo qual muitos foram presos e encaminhados para as Bases militares localizadas em Marabá e em Bacaba, no Pará; em Xambioá e Araguaína, no Tocantins, e em alguns casos para Brasília-DF. Nesses locais, eram torturados durante as sessões de interrogatórios a que eram submetidos para que revelassem informações relacionadas aos guerrilheiros.

Conforme Genoíno, durante a reação e resistência dos guerrilheiros à repressão do Exército, a população sofreu sem saber o motivo, porém não se colocou contra os guerrilheiros. No relato, ele faz referência aos pistoleiros e bate-paus que existiam na região e que o Exército se apropriou dos serviços deles. Além disso, como uma das formas de usar as práticas, saberes

e conhecimentos dos camponeses a seu favor, os obrigaram a trabalhar na condição de guia na mata.

A população não se colocou contra, por isso que eles intensificam a repressão com a população! A população do sul do Pará sofreu barbaridade, a população sofreu muito! A gente tinha uma relação intrínseca e aí eles foram pra cima da população para poder Aí eles foram: para poder impedir; segundo, a população trabalhar para eles... Porque eles já tinham um grupo lá, que já eram deles, os chamados pistoleiros e bate-pau [...]. Eu só fui preso porque era um pistoleiro (Júlio Santana) e porque eles me conheciam (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Sobre as formas de contribuição da população com os guerrilheiros, Genoíno explica:

Uma vez... Eu andava muito em Xambioá, eu que fazia as compras do destacamento. Eu, o Osvaldão, porque a gente era... Eu tinha toda uma história, eu era sobrinho do seu Cide, que era o Amazonas, e eu era sócio do Osvaldão. Então eu fazia muita coisa em comum com ele porque eu era sócio dele. E eu fazia compras em nome do nosso serviço. Uma vez eu cheguei em Xambioá, porque eu viajava a pé da Gameleira pra Xambioá, e era no mato, passava atravessando a Serra das Andorinhas e aí eu cheguei em Xambioá a noite, à tardinha e aí eu fui lá num hotelzinho bem pequenininho mequetrefe que tinha, Hotel Araguaia, e lá a senhora me conhecia com outro nome né. Aí ela disse: “você vem do mato? Cuidado! Você tá armado?”. E eu andava armado, né. “Guarda teu revólver aqui comigo porque tem uns federais aí procurando terroristas!”. Eu gelei! “E não vá no Vietnã!”. O Vietnã era uma zona, chamava Vietnã porque tinha muita briga. Aí eu fui fazer as compras... Me informei e realmente tinha! Aí eu fui fazer toda as compras e... viajei a noite inteira no mato. Aí eu viajei de Xambioá até a Gameleira pelo mato né, porque eu podia ser preso (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Conforme Genoíno, a população foi obrigada a apoiar o Exército, o qual impôs o terror na região, disseminou o medo, praticou a violência sob diversas formas, principalmente por meio da tortura, e prometeu dar título de terra aos camponeses que contribuíssem e apoiassem os militares com a caça aos terroristas. Sobre as formas de apoio, ele explica:

O apoio que eu digo é o seguinte: dar informações pra eles. Por exemplo: teve companheiros que foram mortos porque eles instruíram a população a botar veneno na comida que dava para os guerrilheiros. O Broca teve caso desse tipo. Teve casos deles mandarem atirar em companheiros, porque os companheiros buscavam a população pra se comunicar... e isso era muito comum (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Durante as três Campanhas, “os prisioneiros eram encaminhados para Marabá, Bacaba, Xambioá, Araguaína, e até mesmo Brasília. Os locais de tortura, pelo que se pôde constatar, eram as prisões organizadas no DNER e no Incra, em Marabá, na Bacaba e em Xambioá” (CAMPOS FILHO, 2003, p. 142-143).

Jiménez (2007) descreve com detalhes as missões de “captura, destruição, busca, apreensão, vasculhamento e emboscadas”; de busca, prisão e execução de guerrilheiros na selva, realizando prisões de camponeses nos povoados e envio para as bases “Bacaba” e “Casa Azul”, incluindo também a estrutura e funcionamento desses locais. O autor faz referência aos combates dos quais participou e relaciona a quantidade e os nomes dos militares e guerrilheiros mortos. Declara que na área da base “Bacaba”, onde ficavam alojados os Grupos de Combate (GC), os camponeses presos por suspeitas de apoiar a guerrilha, e os guerrilheiros capturados vivos, passavam por interrogatórios preliminares antes de serem encaminhados à Casa Azul. Nessa base, havia um campo de futebol que era usado como pista de pouso de helicópteros, próximo ao qual, conforme Jiménez, “foram enterrados alguns guerrilheiros que, no término da operação de 1975, foram exumados, colocados em sacos plásticos e levados em helicópteros da FAB para a Serra das Andorinhas, onde foram cremados” (JIMÉNEZ, 2007, p. 43).

Conforme Jiménez (2007),

As técnicas de interrogatório a que eram submetidos os guerrilheiros em Bacaba consistiam em: choques com corrente elétrica gerada por baterias de telefones de campanha portáteis; telefone (consistia em dar tapas com força, simultaneamente nos dois ouvidos com as mãos abertas); colocá-los em pé, descalços em cima de duas latas de leite condensado se apoiando somente com um dedo na parede; socos em pontos vitais como no fígado, rins, estômago, pescoço, rosto e na cabeça, além de fazê-lo passar fome e sede (JIMÉNEZ, 2007, p. 56).

O cerco total da área e o controle da população alcançou o resultado pretendido pelas Forças Armadas. Os militantes ficaram cada vez mais isolados entre si e sem a alimentação que antes era fornecida pela população ou acessada nas roças. Alguns guerrilheiros foram mortos em combates, outros, executados após a prisão: Zebão, Alfredo, Zé Carlos.

A atuação das tropas especiais do Exército de forma não convencional, com tropas descaracterizadas divididas em três grupos de 250 homens que se revezaram na operação que exterminou o movimento guerrilheiro, violou sistematicamente os direitos humanos e os preceitos legais estabelecidos nas Convenções de Genebra. Sobreviveram a essa fase final da Guerrilha apenas o comandante Ângelo Arroyo (Joaquim) e o operário Micheas Gomes de

Almeida (Zezinho). Zezinho está vivo até os dias atuais e Ângelo Arroyo foi assassinado em dezembro de 1976, durante uma reunião ocorrida na Lapa, em São Paulo, quando foram assassinados também Pedro Pomar e João Batista Drumond, e presos os membros do Comitê Central do PCdoB presentes. Dentre os pontos de pautas que estavam sendo discutidos, estava a avaliação dos fatos relacionados à Guerrilha do Araguaia.

O extermínio dos militantes do PCdoB não foi o suficiente para que a organização guerrilheira fosse considerada eliminada. Era necessário não deixar nenhum rastro do conflito que envolveu o Estado Brasileiro e as Forças Armadas. Dessa forma, iniciou-se em janeiro de 1974 a missão que ficou conhecida como “Operação Limpeza”, com o intuito de eliminar os vestígios de conflito armado e das atrocidades cometidas pelos militares na região, com prisões arbitrárias, torturas, execuções sumárias e desaparecimento dos restos mortais de prisioneiros. Assim, o extermínio absoluto e definitivo dos que foram considerados inimigos seria efetivado, com a eliminação da vida, o desaparecimento dos corpos e com o apagamento da memória. As operações militares foram consideradas oficialmente encerradas em março de 1975.

Sobre as experiências vivenciadas durante a infância, Maria Raimunda lembra da presença do Exército após a eliminação dos guerrilheiros, e a forma como ele agia para controlar os camponeses que passaram a depender de assistência para sobreviverem:

Quando eles chegavam era festa! Porque, todo mundo tava na situação mesmo de fome, porque as roças foram perdidas. Então, assim a gente passou dois anos sem ter o famoso paiol de arroz em casa, né, porque aquela coisa de ter o arroz - colhia e ficava empilhado - tinha aquele arroz pro ano inteiro, o feijão pro o ano inteiro, a fava... né, a farinha que tu tinha. Então a gente passou por bastante dificuldades, como meus irmãos falam..., assim..., a gente comia tinha o que comer, mas era assim tinha dia que era só mesmo o arroz ou só a farinha com alguma coisa dentro, nunca... sem condições porque pelas roças perdidas. Então, da alimentação eles passaram a manter, a fazer esse controle, né, então de alimentar as pessoas; a escola; atendimento à saúde, né, então que era com frequência ia atendimento odontólogo, né, então distribuição de remédios pra verme, pra piolho pra não sei o quê, essas coisas. Então assim, quando chegava eles sempre chegavam em forma de campanha na comunidade aí era aquela festa também (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As dificuldades enfrentadas pelos camponeses devido à proibição de continuidade do trabalho nas roças, somavam-se à presença permanente de militares nas comunidades, que permaneceram em clima de guerra, sendo permanentemente monitoradas. Nesse contexto, o Major Curió era admirado por alguns e temido por outros. Conforme Maria Raimunda:

O Major Curió quando ele ia na comunidade era sempre recebido com festa. [...]. A gente, toda a comunidade, todo mundo tinha que vir pro entroncamento pra esperar, para recebê-lo e eu lembro porque eu já fui, eu lembro, e que todo mundo queria porque a gente tinha que botar uniforme de escola, botar aquele lacinho verde e amarelo na roupa e a gente achava tudo... no imaginário, era tudo bonito, né, e a bandeirinha do Brasil da, do pauzinho, e ia daí pra vim nas carreatas com Curió, acompanhando o Curió. [...] era dia de festa, **era um presidente chegando na comunidade**, era quem mandava nas pessoas e era temido (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Nesse período, o medo orientava as práticas e relações que os camponeses mantinham com os militares, principalmente com o Major Curió. Conforme relatado por Maria Raimunda,

Eles sabiam que era o Exército que desaparecia com as pessoas, que pegavam, então era sempre uma relação de medo..., iam receber o Curió porque quem não fosse receber o Curió e balançar a bandeirinha é porque tava do lado dos terroristas (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Finalizada a última Campanha de cerco e aniquilamento por parte do Exército, as vilas, povoados e cidades continuaram sendo controladas e monitoradas pelos militares. Em Brejo Grande do Araguaia, conforme Maria Raimunda, os guias que receberam grandes extensões de terras como recompensa, continuaram atuando na região, ainda sob a influência e controle de Curió.

Continuaram tendo esse vínculo com o Exército, e eram lá... o povo da rua, as lideranças, os “todo-poderosos” que a gente falava. E que não era poder ..., não tinha poder econômico, [...] eles tinham o poder da ordem, né. Então, o que, tipo assim tinha poder de polícia, eles tinham poder de polícia lá, né, que todos, todos eu tô falando porque eles eram lá de dentro de casa, conversavam com a gente, fazia fogueira na porta, acendia a lamparina e ficava até tarde (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Essa realidade foi identificada por vários estudiosos que pesquisaram a temática da guerrilha, os quais demonstraram a permanência de membros dos órgãos de informações, comandados pelo Conselho de Segurança Nacional, vinculado à Presidência da República, bem como de um grupo de informantes constituído por antigos “bate-paus”, ex-guias do Exército sob o comando do Major Curió nas cidades e povoadas da região. Conforme Campos Filho, sobre a atuação dos guias: “O poder que lhes fora concedido os transformava em elementos que intimidavam pela força que estes possuíam; segundo alguns, superior ao mando dos próprios delegados locais” (CAMPOS FILHO, 2013, p. 24-25).

Para o Senhor Abel, a situação de Guerrilha permaneceu por um longo tempo, pois até 1986 ele desenvolveu atividades na região sob o comando de Curió.

Curió foi o detetive disso aqui antes e depois, antes e depois! Foi feito antes da guerrilha toda, ele foi o detetive disso aqui. Nesse tempo, na primeira entrada do Doutor Curió ele chamava Dr. Marcos, depois Daozim e depois Curió. [...]. Curió se investiu como comprador de terra na época e aí ele conheceu todo mundo, anda de casa em casa, procurava todo mundo,... os camponês, por fulano de tal. Perguntavam ... (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Conforme Campos Filho (2003), um grupo de 89 guerrilheiros teria atuado na Guerrilha, sendo 43,81% constituído de estudantes; 22,47% de camponeses; 15,73% de profissionais liberais; 12,35% de comerciantes, bancários e outros, e 5,61% de operários. Desses, o PCdoB divulgou a morte de 17 camponeses e de 58 guerrilheiros.

A respeito da participação camponesa no movimento guerrilheiro, recorremos a análise feita por Nossa (2012):

Os dirigentes da guerrilha chamavam os agricultores que pegaram em armas de “elementos da massa”, nunca combatentes. Nos depoimentos de João Amazonas não há menção a camponeses recrutados. Ângelo Arroyo fez melhor e cita Alfredo em seu relatório, mas destaca que ele era “integrante da massa que integrava a guerrilha” e Toninho, Wilson e Ribamar, outros camponeses, “elementos da massa”. Elza é outra a ignorar camponeses. Só cita Alfredo uma vez numa referência à morte dele e de outros três guerrilheiros. Dos vinte camponeses que pegaram em armas, apenas Alfredo e *Pedro Carretel* merecem citação na lista de guerrilheiros feita pelo PCdoB – outros 158 deram apoio à guerrilha. Foi o mesmo tratamento dado pelos militares, que os citam como “apoios” ou “adeptos” (NOSSA, 2012, 120).

Tendo como fontes pesquisas bibliográficas e documentais, bem como os depoimentos dos camponeses à CNV, em outubro de 2012, e os registro de audiência pública realizada com camponeses e indígenas, em 7 de novembro de 2012 em Marabá, o relatório da CNV afirma:

Encontramos 29 camponeses recrutados: 9 mortos, 3 presos, 1 “desertor” e 16 “desaparecidos”. Mas um documento (descaracterizado) do CIE indica 178 nomes de camponeses que teriam apoiado os guerrilheiros. Sugere-se cruzar estes 178 nomes citados no documento do CIE com os processos de indenização encaminhados à Comissão da Anistia. Até o momento, localizaram-se os nomes de 27 camponeses mortos pela repressão à guerrilha, 12 casos consolidados e 15 “mortos ou desaparecidos” a investigar. Entre os 29 sobreviventes citados pelo Exército como “apoio forte à guerrilha”, alguns desapareceram, outros consentiram (por bem ou à força) em guiar soldados na

busca de guerrilheiros e pelo menos 6 foram muito torturados (uma mulher foi estuprada) (2014b, p.124).

Quadro 1 – Camponeses mortos pela repressão militar à guerrilha

| | |
|---|-----------------------------------|
| Camponeses assassinados | Antônio Alfredo Lima |
| | Jair Maciel (Zequinho) |
| | Luiz Vieira de Almeida (Luizinho) |
| | Luiz Viola |
| Camponeses desaparecidos | Clovis Ribeiro dos Santos |
| | Joaquim de Souza |
| | José Ribeiro Dourado |
| | “Pedro Carretel” |
| Camponês que teria sido poupado pelos militares e trocado de identidade | Manoel Neres Santana (Batista) |
| Morto/justiçamento | João Pereira da Silva |
| Versão oficial/militar - Suicídio na prisão | Juarez Rodrigues Coelho |
| Versão oficial/militar - Suicídio na prisão | Lourival Moura Paulino |

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. RELATÓRIO, Volume II. 2014b.

O Relatório também faz referência aos resultados da pesquisa desenvolvida por Studart, a qual apresenta uma lista com nomes de 20 camponeses mortos e desaparecidos durante a guerrilha que ainda não teve comprovação.

Quadro 2 – Camponeses mortos e desaparecidos durante a repressão militar à guerrilha, pendentes de comprovação

| | |
|----------------------|---|
| Mortos | Aluisio Nunes Ferreira (“Beto”) |
| | Amaury de Azevedo Siqueira |
| | Ferreira Pinto (Antonio) |
| | Célia Sanches Cristie (“Cristina”) |
| | Chico |
| | Edith ou Edite (tropeiro de burros) |
| | João Aquino Jaime (“João Goiano”) |
| | João Moacir Santiago Mendonça (Santiago) |
| | João Amaurílio Patriarca (“Mané”) |
| | José Antonio Botelho (“Antonio”) |
| | Landinho |
| | Levy |
| | Miguel Tavares (“Cazuza”) |
| | Manoel |
| | Paulo Mauro Rodrigues |
| | Quincas |
| Waldir da Costa Lima | |
| Zé Luís | |
| Desaparecidos | Hermógenes (auxiliava a guerrilha desde 1972) |
| | Joaquim de Souza Moura (“Joaquinzão”) |
| | José Machado da Silva |

Fonte: BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. RELATÓRIO, Volume II. 2014b.

O governo militar procurou não deixar rastros do acontecimento através da eliminação dos corpos dos mortos em combates ou daqueles executados nas prisões, bem como da eliminação de documentos referentes à Guerrilha elaborados pelos órgãos de inteligência militar, dentre eles: Serviço Nacional de Informações (SNI), Centro de Informações do Exército (CIE), Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e Cenimar, o que foi feito principalmente durante a “Operação Limpeza”, executada pelas Forças Armadas, conforme tem sido argumentado pelos militares. Por outro lado, a publicação da pesquisa feita por Leonêncio Nossa (2012), o qual teve acesso aos documentos do arquivo pessoal do major Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, demonstra que os arquivos da ditadura não foram destruídos, sendo, portanto, possível reconstituir os fatos relacionados à repressão do regime militar na região.

As Forças Armadas tentaram apagar os vestígios da repressão militar na região, mas um espaço construído após o final do conflito, recebeu o nome de um dos militares, como forma de homenagem. A homenagem do Exército ao Cabo Odílio Cruz Rosa, morto pelo grupo de guerrilheiros liderados por Osvaldão, em maio de 1972, está materializada no nome dado à Base de Selva, localizada a dez quilômetros do centro de Marabá, sob administração do 52º Batalhão de Infantaria de Selva, conforme imagem 11.

Imagem 11 – Base de Selva Cabo Rosa, Marabá-PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2021).

Ao Cabo Rosa, o Exército reconhece o lugar entre os “heróis da Pátria tombados na luta contra o comunismo”. Assim, refere-se Jiménez (2011):

Senhores, “Cabo Rosa” não é apenas o nome de uma clareira perdida na mata, onde, conforme os jornais, militares fuzilavam “idealistas”. “Cabo Rosa” é o nome dado pelo Exército a uma base de instrução especializada localizada às margens da Rodovia Transamazônica, onde outros jovens idealistas são muito bem treinados na arte da guerra na selva. “Cabo Rosa” é antes de tudo o nome de um verdadeiro herói. E o Exército Brasileiro cultua seus heróis (JIMÉNEZ, 2011, p. 9).

Durante muito tempo, imperou o medo na região, impedindo o conhecimento e reconhecimento das experiências vivenciadas pelos camponeses durante e após a repressão militar. Até os dias atuais, muitos se recusam a falar sobre o conflito armado.

Sobre as consequências deixadas pela repressão militar à guerrilha, o Senhor Camilo, em concordância com a esposa, Senhora Maria, ressalta:

Só lembrança e medo que o povo passava e ainda hoje a gente tem medo, ainda. Porque vieram não foi pra pegar o *povo da mata* não. Eles pegaram aí foi muita gente, pai de família, mataram de peia. Eu mesmo conheci um povo que morreu de peia. Lembro: tem o Hermógenes, tem o finado Arthur, tem o finado Manoel, tem o finado Bolaia... pois é, morreu tudo de peia! [...]. E assim desapareceu um bocado de gente aí! [...]. Tudo tinha medo! Agora que a gente fala nisso aí; a gente não falava de jeito nenhum! (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ao explicar as motivações do longo tempo de silenciamento dos camponeses, o Senhor Camilo, enfatiza “o medo de sofrer de novo”, decorrente das ameaças feitas pelos militares:

De sofrer de novo! De atacarem e sofrer... Porque eles disse que vinha o pente grosso que era aquele que vem pra nós, sabe, e mais logo vinha o pente fino! Eles que falava, as polícia, os militar que falava isso... [...]. O pente fino é que era pra pegar os derradeiros pais de família que tinha aí, dessa época, porque outra coisa não tem, né! (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Campos Filho (2013, p. 119) demonstrou aspectos importantes evidenciados pelos camponeses dessa pesquisa: “[...], há evidências, comprovadas pelo depoimento de um dos camponeses, vítima de tentativa de ‘desaparecimento’, que houve determinações para eliminar alguns antigos guias que não se enquadraram na disciplina imposta pelos comandantes militares”.

Ao fazer referência às operações do governo militar visando esconder os fatos da repressão militar aos guerrilheiros e camponeses, por meio da “limpeza” da área, Campos Filho apontou que o objetivo não era apenas extinguir os vestígios dos corpos dos executados, citando o caso do Sr. Sandoval Feitosa, camponês considerado desaparecido por muito tempo. Sandoval foi “reencontrado” por pesquisadores que acompanhavam as expedições do Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), na cidade de São Geraldo, tendo a eles concedido depoimentos no mês de agosto de 2012. Conforme o relatório do GTA, Sandoval precisou acompanhar os militares nas missões de reconhecimento em pontos dentro da mata por mais três vezes. Na última vez, ele e o camponês chamado Ribas, foram deixados abandonados em uma clareira, no meio do mato, provavelmente na Clareira do Cabo Rosa, município de Brejo Grande, local no qual

encontraram oito corpos em estado de decomposição. Após três dias perdidos, conseguiram retornar a São Geraldo.

Os camponeses que optam em expressar suas memórias contribuem para a explicação e (re)construção social da realidade (passada e presente), no sentido de evidenciar as transformações das dinâmicas socioterritoriais do campesinato regional, demonstrando que alguns aspectos são decorrentes dos desdobramentos dos fatos relacionados à Guerrilha (1967-1975). Além disso, demonstram as implicações das ações militares nos processos territoriais e de constituição de territorialidades, como será analisado no próximo capítulo.

3. DINÂMICAS SOCIOTERRITORIAIS DE UM CAMPESINATO MARCADO PELA GUERRILHA: CARTOGRAFANDO MEMÓRIAS

Hoje tem muita gente que passou por uma situação semelhante à minha e que não tem coragem de falar o que eu estou falando contigo. E você já passou por muitas dessas pessoas, acredito eu, já conheceu alguém... E eu não tiro a razão deles! É sofrido às vezes (pausa), é complicado, cara! É assim mesmo... (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Neste capítulo, a análise prioriza os relatos das experiências de vida dos camponeses, da forma como se relacionam com a terra, com rios, florestas e demais contextos sociais, bem como se organizam no território e atribuem sentido ao lugar. As recordações registram os impactos e desdobramentos da repressão militar à guerrilha nas vidas e trajetórias dos sujeitos dessa pesquisa, bem como aspectos gerais relacionados às consequências das políticas de desenvolvimento para a Amazônia na região sudeste do Pará.

Os relatos nos possibilitam refletir sobre as diferentes formas sociais que a terra estava ganhando a partir das relações econômicas e políticas que estavam sendo estabelecidas entre os sujeitos e agentes sociais, bem como sobre as diferentes territorialidades que estavam se desenvolvendo num processo antagônico e conflituoso de luta pela posse e uso da terra. Abordaremos as mudanças nas formas de relações e de organizações ocorridas no transcurso do tempo, principalmente após o final do conflito armado entre guerrilheiros e militares, e mesmo em decorrência dele, no sentido de compreender o contexto atual considerando os processos sociais, territoriais e históricos.

3.1 Cartografando as multiplicidades – desdobramentos dos fatos relacionados à Guerrilha e as implicações nos processos socioterritoriais no campesinato do Araguaia

As formas como o campesinato foi envolvido no conflito armado tiveram como base, na fase de preparação da guerrilha, principalmente, a compreensão dos militantes do PCdoB a respeito do modo de vida camponês, conforme relatado pelo ex-guerrilheiro José Genoíno no segundo capítulo.

O modo de vida fundamentado na produção familiar, na sociabilidade e nas relações de solidariedade, na ajuda mútua, entre outras, favoreceu a integração dos guerrilheiros junto aos camponeses e a adaptação às suas práticas e relações sociais e culturais nas diversas localidades, povoados e cidades, a exemplo de São Domingos do Araguaia, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, Palestina, Abóbora, Xambioá, Brejo Grande, Marabá, entre outros.

Nesse sentido, a análise das narrativas que se seguirá aborda aspectos gerais sobre a experiência guerrilheira, priorizando as dimensões sociais e territoriais do campesinato que possibilitaram sua ocorrência, mas também aponta elementos para refletirmos sobre os desdobramentos do conflito e suas implicações no campesinato.

Se, no passado, as questões socioterritoriais do campesinato estavam entre as principais causas da escolha da região para a deflagração do conflito por parte dos dirigentes do PCdoB e das estratégias utilizadas pelos militares para o extermínio dos guerrilheiros e para as atrocidades cometidas aos camponeses, esta pesquisa nos permite apontar elementos que contribuem para a compreensão de que as transformações decorrentes da repressão militar ao movimento guerrilheiro permeiam as trajetórias dos camponeses envolvidos direta ou indiretamente no conflito. Sendo assim, fazem parte dos aspectos constitutivos da configuração das dinâmicas atuais do campesinato na região.

3.1.1 “Eu gritei muito, ninguém ouviu!”

A história da família do Senhor Ruiderval Miranda Moura, nascido em Xambioá-TO no dia 17 de julho de 1956, nos possibilita compreender dimensões importantes desse contexto. Ao reconstituir o quadro da região durante as décadas de 1960 e 1970, ele relata aspectos importantes das práticas que constituem o universo do modo de vida camponês e que eram compartilhadas entre os habitantes da região. Essas práticas e relações aproximavam as pessoas

e possibilitavam a construção de relações de interdependência, principalmente, em função das atividades sociais, culturais e de trabalho realizadas.

Nesse sentido, o Senhor Ruiderval relatou o trabalho realizado pelo pai, Lourival Moura Paulino, que era lavrador e exercia também outras atividades, primeiramente como farmacêutico nos garimpos e, posteriormente, como barqueiro ao adquirir uma terra em São Geraldo, no Pará, localidade denominada Ilha de Coco, do outro lado do rio Araguaia, imagem 12, para onde ele olhava enquanto relatava sua história de vida.

Imagem 12 – Chácara de Ruiderval Miranda Moura, localizada em Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

O Senhor Lourival Moura Paulino tinha um estaleiro onde construía barco e, posteriormente, em parceria com o Senhor Joaquim Borges, passou a vender mercadorias ou trocá-las por produtos extrativistas ou caças, principalmente com os ribeirinhos, e transportar pessoas para os povoados de Santa Cruz, Santa Isabel, Araguatins, Taguatins, Marabá, Imperatriz, entre outras localidades. Conforme os relatos do Senhor Ruiderval, esse contexto contribuiu para que o pai conhecesse muitas pessoas: “Inclusive, em 66, 67, 68, 69... nesse período ele conheceu o Osvaldo, que é o Osvaldão.

Nesse período que ele conheceu o Osvaldão, que vinha direto de Santa Cruz pra cá, de Santa Isabel pra cá, vinha com meu pai. E fizeram amizade” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Sobre a relação entre os camponeses com os “paulistas”, Ruiderval relata:

Pra ele (o pai), ele (Osvaldão) era um cidadão comum porque eles (paulistas) tinham uma terra, uma propriedade lá embaixo, que era o local que eles ficavam. Meu pai não sabia qual atividade era desenvolvida por eles. Era um camarada que trabalhava na lavoura para o sustento próprio. E essa amizade perdurou por muito tempo [...]. Então, ficavam aí conosco, como se fosse pessoas comuns, sem levantar nenhuma suspeita, até porque **o pessoal da região era muito simples, muito humilde e se alguém chegasse eles dividiam o prato de comida com aquele cidadão**. Não queria saber de onde ele vinha, quem era o indivíduo, a pessoa era uma pessoa de coração aberto (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A história de vida do Senhor Ruiderval torna-se representativa das marcas deixadas pelo passado, uma vez que as consequências dos fatos vivenciados durante a repressão militar à organização guerrilheira repercutiram drasticamente em sua família em períodos posteriores ao final do conflito armado.

O senhor Ruiderval relatou sobre a situação vivida após a prisão e morte do pai, Lourival Moura Paulino, durante a repressão militar aos guerrilheiros, conforme analisado no capítulo 2, demonstrando a dificuldade enfrentada por ele e a mãe, Maria Miranda Feitosa: “Minha família foi completamente abandonada! [...]. Não fomos procurados por ninguém, essa é a grande verdade!”. A família, que antes produzia a maior parte dos alimentos que precisava para o autoconsumo, precisou recorrer a outras atividades para garantir a sobrevivência. “Minha mãe foi ser lavadeira, lavar e passar... e eu trabalhei um tempo na Marcelinense carregando caminhão de madeira” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A família perdeu o maior meio e bem de produção e reprodução que era a terra: “Nós fomos enxotados do que era nosso! [...]. Eu não podia mais ir na minha terra! Minha mãe ia cuidar de uma terra daquela, e eu, só nós dois!? Como!? Se eu não podia nem ir lá porque eles (Exército) não deixavam!”. A posse de terra da família foi apropriada por outra pessoa: “Houve um cidadão que tinha uma terra, que dividia a cerca com a nossa terra... ele tirou a cerca e se apropriou da terra, Seu Noletto. Depois ele vendeu pros Claros toda a propriedade inteira” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Devido às dificuldades que passou a enfrentar em Xambioá, Ruiderval, após um tempo trabalhando e juntando dinheiro e, mesmo contra a vontade da mãe, decidiu ir embora para Brasília-DF, no início de 1973. Sobre a decisão de ir embora, ele explica:

Na verdade, eu tive problema com a garotada... **os caras me chamavam de filho de terrorista, “terroristinha”, e eu metia a porrada**, entendeu, [...], era meio estranho! Hoje é bulling; antigamente, o cara caçoava de você dessa forma... e aí eu resolvi ir embora e fui. Tive muitos problemas, eu briguei muito, era brigão demais! Mas o pessoal não sabia porquê eu tava brigando. [...]. Aí eu fui para Brasília (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O Senhor Ruiderval chegou à Brasília apenas com uma mala, sem conhecer ninguém e sem ter onde morar. Assim, ele relata: “Fiquei na rodoviária lá uns três meses rodando lá, até entrar numa empresa que chamava Sincol, que estava ajudando na construção do Ministério das Minas e Energias e eu comecei a trabalhar como servente” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Durante os três meses, aproximadamente, em que ficou morando na rodoviária, trabalhou em restaurantes lavando pratos e panelas para conseguir alimentação e dormia no banheiro da rodoviária. Quando foi trabalhar como servente na Sincol, a empresa forneceu alojamento para ele morar. Após aproximadamente um mês e meio, iniciou o trabalho como apontador, ficando na empresa até a data em que teve de servir ao Exército, em 1975, ainda em tempos de guerrilha.

Fui servir o Exército, **tive problemas demais quando descobriram que eu era de Xambioá, que meu pai tinha sido morto na Guerrilha**. [...]. Na verdade, a tropa era até solidária, algumas pessoas, mas os graduados pegavam no meu pé, entendeu. [...]. Quando eu servi ao Exército a guerrilha ainda estava funcionando, era o rescaldo, eles estavam fazendo o rescaldo, a limpeza. [...]. Eu vim em 75 aqui (Xambioá), mas eu tava de férias eu tirei dez dias de férias do Exército aí vim aqui pra região, **vim visitar minha mãe e o pessoal: “mas rapaz o pessoal mataram teu pai e você tá no Exército!?”**. E eu: "vou fazer o quê!? O cidadão tem que cumprir a regra do país!" (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ruiderval foi licenciado do Exército em outubro de 1975, após aproximadamente onze meses, e em seguida mudou-se para o Rio de Janeiro, onde morou até 1977 e trabalhou como apontador de uma empresa. Em 1977 voltou para Brasília, onde passou a morar em Taguatinga, na casa do amigo Daniel Alves, filho do pastor Jonas que morava em São Geraldo do Araguaia. Ao chegar à Brasília, fez inscrição no processo seletivo dos Bombeiros e da Polícia Militar.

Enquanto estudava para os exames, conseguiu um emprego como vendedor da loja Karita Bolsas. Como resultado dos estudos, foi aprovado nas duas seleções, porém foi chamado para trabalhar nos Bombeiros somente em 1979. Ele ficou incorporado ao Bombeiros durante trinta anos e entrou na reserva em 2009.

Nos dez anos que eu estava no corpo de bombeiros eu fui presidente da associação nossa, e eu peitava muito... Entrou um coronel chamado Carlos Alberto Nascimento... ele colocava as pessoas na rua porque ingeria bebida, o cara chegava bêbado no quartel ele botava o cara na rua e eu fiquei indignado com aquela situação, porque a gente não tinha ninguém para defender a classe de soldado e cabo. [...]. Mas por lei era proibido porque nós estávamos no regime militar na época, período muito duro ainda do militarismo, mesmo assim eu fundei a associação **e tive muitos problemas depois que eu fundei essa associação**: perseguição, transferência de quartel... eu fui transferido em seis meses pra dez quartéis, tudo dentro de Brasília, mas como retaliação porque eu tinha fundado uma associação, mas eu não desisti (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Além da participação na Associação, o Senhor Ruiderval foi perseguido pelo fato de ter sido envolvido na Guerrilha, o que o levou a procurar o ex-guerrilheiro José Genoíno entre o final da década de 1980 e início da década de 1990.

Na época o Genoíno já era deputado federal por São Paulo. [...]. E aí eu fui lá falar com Genoíno porque **o cara tava dizendo que eu era terrorista, dentro dos quartéis**, esse coronel dizia que eu queria desestabilizar o corpo de bombeiros, **que meu pai era terrorista e eu também era**, que num sei o quê... Aí eu fui lá falar com Genoíno. [...]. Eu fui e conversei com ele, porque o Genoíno eu já tinha ido lá falar com ele, me apresentei pra ele como filho do Lourival Moura e ele me disse o seguinte: “se você precisar de algum depoimento a respeito do teu pai, eu dou”.

Eu fui falar com Genoíno sobre esse coronel. Pois ele (Genoíno) fez ele ser convidado a ir na Câmara expor porquê que ele tava fazendo isso comigo! Ele quase foi preso. Sei que teve uma retaliação violenta contra esse coronel aí ele me largou de mão no quartel, me liberou. Fiquei trabalhando fora das unidades por quatro anos e fui reeleito. [...]. A gente tinha dois mil associados (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ruiderval foi um dos precursores na iniciativa de organização da Associação dos bombeiros. Teve problemas nas progressões, mas para ele foi uma experiência importante para garantia e conquistas de direitos da corporação frente as medidas autoritárias dos comandantes.

Como evidenciado por Ruiderval, o estigma de ter sido considerado filho de um camponês enquadrado como “terrorista” e acusado pelo Exército de ter cometido suicídio na

prisão durante a repressão militar ao movimento de organização guerrilheira, conforme demonstrado no capítulo 2, o acompanhou em sua trajetória de vida, como uma “marca” que o diferenciava e o excluía socialmente.

A saída de Ruiderval de Xambioá também foi por ter se sentido impotente diante da situação em que o pai foi envolvido, pois, em seu relato, afirmou que não acreditava na versão defendida pelo Exército de que o pai teria cometido suicídio, porém não tinha a quem recorrer. “Eu ainda fico emocionado [pausa... choro] pelo o que aconteceu [pausa, choro]. A gente... não tinha a quem você pedir socorro! O prefeito não tinha voz ativa, e você tava sobre o domínio marcial e você ia pedir a quem ajuda!?”. Após explicar as circunstâncias, ele afirmou: “E eu resolvi sair daqui por isso. [...]. Impotente, eu ia fazer o quê aqui? Ficar fazendo o quê aqui!? Me responde!” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Após os vários deslocamentos espaciais e ocupações profissionais, sobre as quais relatou situações de desajustamento social pela dificuldade de relacionamento e de adaptação, o Senhor Ruiderval retornou à Xambioá. Há dez anos está morando na casa pertencente à família, de onde viveu os acontecimentos que envolveram a comunidade na Guerrilha, e mantém uma chácara, à margem do rio Araguaia.

Desde a década de 1980 que Ruiderval mobilizava forças para comprovar o assassinato do pai por parte dos agentes do Estado.

E aí, na década de 80, a Ana Salete era Defensora Pública daqui e eu vim aqui pedir pra ela levantar o óbito do meu pai e ela começou a pesquisar. Ela trouxe toda a documentação que eu tenho em casa sobre laudo, IML, o médico legista que era o coronel... que foi agora publicado no Tribunal de Justiça Federal a prisão dele. Ele foi condenado por ter omitido..., ele mentiu na época que o laudo do meu pai, que meu pai morreu por enforcamento e não foi! E agora ele falou a verdade, só agora (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A angústia de Ruiderval foi amenizada por ter ajudado a descobrir a causa da morte do pai. “**Quem matou meu pai foi quatro caras do Exército e o delegado Marra, [...], sargento Marra.** Saíram bêbados do Quentão (bar e restaurante) [...], foram para delegacia de madrugada bêbados... espancaram meu pai até matar! [pausa]”. O Senhor Ruiderval buscou incessantemente a verdade e, atualmente, a pretensão dele é de que ela seja atestada nos documentos oficiais do Estado! “Eu vou lá na Comissão da Verdade. Quero que eles mudem o atestado de óbito do meu pai, porque eu vou levar... vou atrás disso, eu quero que eles mudem...

Vou entregar pra eles: “olha, isso aqui é de vocês agora eu quero o meu!” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Por outro lado, não consegue superar a sensação de angústia e impotência diante das repercussões irreversíveis da repressão militar na família.

Um dos suportes da memória do Senhor Ruiderval é a antiga delegacia de Xambioá, a qual materializa um rastro da repressão militar na região. É nesse sentido que ele demonstra a importância da manutenção da memória por meio da preservação dos espaços vinculados aos fatos da Guerrilha. Ao se referir à alteração da estrutura dessa delegacia, Ruiderval explica:

O cara chamado Ademar, que era prefeito daqui de Xambioá, ele fez o favor de destruir [descaracterizar] a delegacia. [...]. Fiquei com tanta raiva dele! Cheguei falei pra ele: “Ademar o que você vai fazer com aquela delegacia? Deixa a Delegacia para servir como Museu da Guerrilha, cara.”. Conversando como estou com você, sentado na porta da casa, de férias aqui. Aí ele: “Não, você tem uma visão muito mirabolante!”. Aí eu: “Não. É verdade, cara, se você deixasse a delegacia aí vai ser uma referência pras famílias virem conhecer o lugar que seus parentes foram presos, torturados e mortos!” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Da mesma forma que o Senhor Ruiderval, centenas de camponeses e suas famílias, ainda hoje, sentem as sequelas psicológicas e sociais decorrentes da repressão militar na região. Muitos perderam as posses das terras, outros ficaram doentes e incapacitados para o trabalho na roça.

3.1.2 “A gente tinha aquele objetivo de fazer aquela caridade uns pros outros”

A família do Senhor Antônio Alves de Sousa (Precatão), imagem 13, também era vizinha de integrantes da organização guerrilheira, com os quais manteve relações de amizade e solidariedade. Ele morava no povoado conhecido por nome Abóbora, região de São Geraldo do Araguaia, onde estava localizado o Destacamento C. Sua posse fazia divisa com a posse do casal de guerrilheiros Dina (Dinalva Oliveira Teixeira) e Antônio (Antônio Carlos M. Teixeira), onde morava também o guerrilheiro Zé Francisco.

As relações de amizade e de solidariedade foram evidenciadas durante o relato do Senhor Antônio (Precatão) sobre a chegada dos militares à região, mais especificamente, sobre

o dia em que os guerrilheiros fugiram para a mata, ao terem notado a presença de um helicóptero sobrevoando a área.

Lá dessa casa deles lá era a Dina, o Zé Francisco e o Antônio que morava junto, os três juntos, eles. Aí foi quando eles (guerrilheiros) passaram no outro dia cedinho... eles passaram lá em casa cinco horas da manhã. [...]. Quando eles chegaram bem perto da minha casa disseram assim: “vizinho eu vou a uma viagem” – a Dina: “vizinho eu vou a uma viagem e eu vou passar uns 3 a 4 dias por lá. Você vai cuidar dos meus bichos lá?”. [...]. Eu disse: “tudo bem”. Como eles eram vizinhos, a gente tinha eles como vizinhos, que era vizinho mesmo, então **a gente tinha aquele objetivo de fazer aquela caridade uns pros outros**. Aí quando foi... aí eles foram embora. Aí quando foi de manhã eu fui lá; cheguei lá e arranquei uma mandioca e botei pro porco, nesse mesmo dia que eles saíram... arranquei um bocado de mandioca e deixei lá pro porco, botei um milho lá... pros frangos (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa (Precatão), em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Imagem 13 – Antônio Alves de Sousa “Precatão” e Maria da Silva Sousa, Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Em decorrência dessa amizade e convivência, o Exército, como demonstrado no segundo capítulo, o forçou a tocar fogo na casa da Dina, invadiu a privacidade da sua família, submetendo-a ao monitoramento e a expulsou da moradia, impossibilitando o trabalho na roça. Seis dias após o parto da esposa, Maria da Silva Sousa, imagem 13, o Senhor Antônio (Precatão) foi preso durante a tentativa de colher o fruto do seu próprio trabalho para alimentar a família

que passava fome. Ele ficou vinte e dois dias presos na base de Xambioá e durante os cinco primeiros dias, foi submetido à tortura sob acusação de ter ajudado a Dina.

O Exército queria saber a motivação da relação do Senhor Antônio ou dos vizinhos dele com os guerrilheiros. Ao narrar os momentos de torturas e o interrogatório feito pelos militares, o Senhor Antônio parecia ainda não compreender a situação em que ele tinha sido envolvido, pois o que os militares consideravam crime, para ele era apenas a forma de vida cotidiana, permeada pelas práticas de sociabilidade camponesa.

E eu não vi vizinho nenhum fazer nada! Nada, pra ninguém. Nunca vi dá coisa pra Dina, nunca vi. Unicamente, a Dina também nem ... pra mim ela não precisava disso, porque a primeira coisa quando eles chegaram lá... (certo que nós demos um casal de frango pra ela começar no terreiro, porque **naquele tempo a gente dava um casal de frango pro vizinho que chegava, pra começar**), mas outra coisa ela não comprou de nós. Nada! E nem nós compramos dela nada. A única coisa que ela fez de bom pra nós também foi isso, que **a minha filha que é a mais pequena, que eu to falando que mora aqui em cima, tava doente quase morrendo, ela foi e deu um remédio pra ela**; e ela na mesma da hora ficou boa. Foi isso que ela fez pra mim (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O bom acolhimento dos recém-chegados consistia em apenas uma das práticas recorrentes e que reforçavam o sentimento de coletividade e de solidariedade entre os camponeses migrantes que vivenciavam as mesmas condições adversas em ambiente diferente dos de origem. Outras práticas foram relatadas pelos camponeses, dentre elas, a oferta de abrigo e alimentação aos vizinhos que viajavam pequenas distâncias, a troca de dias de serviço, a prática de mutirões, entre outras.

Após perder a posse da terra, o Senhor Antônio trabalhou durante dois anos na Fazenda Boqueirão, localizada na região da OP-2, atualmente trecho da BR-153, entre São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, distante da sua antiga posse, aproximadamente, cinco quilômetros. Em 1976 mudou-se para Xambioá, Tocantins. No início da década de 1980, ele e a família migraram para o município de Parauapebas-PA, onde precisou trabalhar nas roças de outras pessoas.

Nós vivia era na roça até a época da era de 72, quando me botaram da minha propriedade (posse) pra fora, que nessa época eu tinha uma terra, um direito que eu tinha comprado... [...]. Aí depois disso eu não sabia mais de roça. Inda botei uma roça, numa... lá em Parauapebas, plantei uma roça em Parauapebas, mas numas casas dum companheiro... (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Conforme o relato, terminada a roça, ele não conseguiu se firmar em um trabalho e, em 1983, comprou uma oficina onde trabalhou até 1992. “Aí eu comprei uma oficina de ferreira e fui trabalhar de ferreira, concertando espingarda, fazendo outra, fazendo uma foice, ajeitando um machado... era isso o serviço que eu fazia pra sobreviver” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO). Depois de Parauapebas migraram para Tucumã. Após dois anos retornaram à Xambioá, onde passou a trabalhar nas propriedades dos grandes fazendeiros da região, sem ter condições de botar sua própria roça por ter perdido o direito de posse.

Sendo a terra o meio de produção fundamental para o camponês, como demonstrado no primeiro capítulo, a migração em busca de novo chão representa uma condição para a reprodução de forma autônoma, ainda que de forma relativa.

O processo de descolamento ao qual a família do Senhor Antônio foi submetida está vinculado à forma como o campesinato foi envolvido na Guerrilha. Muitas famílias foram expulsas das posses por suspeita de colaboração com os guerrilheiros. O mais comum dos contatos foi justificativa para fundamentar a suspeita das Forças Armadas de que os camponeses contribuíam com os guerrilheiros, autorizando-os a cometer diversas atrocidades que, além de não terem sido findadas em 1975 com a “Operação Limpeza”, marcaram as trajetórias de sujeitos, famílias e comunidades inteiras, até os dias atuais.

3.1.3 “O pessoal que morava próximo de onde é a Transamazônica corriam tudo pra cá pra fazer compra, tanto aqui nos guerrilheiros como no meu pai”

O Senhor Lauro Rodrigues dos Santos (imagem 14), 61 anos, nascido em 25 de novembro de 1952, filho dos camponeses Eduardo Rodrigues dos Santos e Maria Brito Rodrigues, morava juntamente com a família no povoado chamado Faveira há 14 anos, na região de São João do Araguaia. A família era vizinha dos guerrilheiros que compunham o Destacamento A, localizado nessa área.

Na época aqui tinha muito peixe, tinha muita caça e você plantava o feijão, o arroz, criava galinha e tirava a manutenção... Meu pai tinha engenho e fabricava cachaça, rapadura, mel e vendia. Oh, da Transamazônica, lá de onde nós saímos pra cá, o pessoal que morava próximo de onde é a Transamazônica corriam tudo pra cá pra fazer compra, tanto aqui nos guerrilheiros como no

meu pai (Entrevista concedida por Lauro Rodrigues dos Santos, em 15 de julho de 2017, na Faveira, São João do Araguaia-PA).

Em 1972, um fato relacionado às operações militares que visavam investigar a existência de subversivos na região em processos de treinamento guerrilheiro, bem como providenciar sua neutralização, afetou permanentemente a família de Lauro. Em 17 de agosto do referido ano, Lauro tinha 15 anos de idade e estava com o irmão de criação, Sabino Alves da Silva, quando este encontrou uma granada abandonada ou esquecida por agentes do Exército na mata, perto da casa onde moravam. Não sabendo do que se tratava, Lauro Rodrigues puxou o pino de segurança e o objeto explodiu. Sabino faleceu no mesmo instante e Lauro teve parte do braço esquerdo mutilado, ficando gravemente ferido, com sequelas no corpo todo. Além disso, o pai dele, Eduardo Rodrigues, foi preso e torturado pelo Exército.

Imagem 14 – Lauro Rodrigues dos Santos, na Faveira, São João do Araguaia-PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2017)

Após relatar as circunstâncias da morte de Sabino e da mutilação do seu braço, Lauro afirmou: “Corremos tudo pra Marabá”. Sobre os posseiros da área de São João do Araguaia:

Os que estavam aqui praticamente não ficou ninguém. Só aquele povo da vilazinha. Mas o restante foi pra São Domingos... sei que teve gente que foi até pra Altamira, sumiram no mundo, se espalharam, se espalhou tudo. [...]. Aqui mesmo, beira rio, a gente acha muito pouco, alguns (Entrevista

concedida por Lauro Rodrigues dos Santos, em 15 de julho de 2017, na Faveira, São João do Araguaia-PA).

Muitas dificuldades foram enfrentadas pela família de Lauro que, não tendo o título da terra, perdeu o direito de posse de aproximadamente 40 alqueires.

3.1.4 “Como que eu ia voltar para terra sem a ordem do Curió!?”

A Senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, que já morava em São Domingos do Araguaia (à época Vila), explicou que a mãe, assim como os tios André e Nazaré, perderam as roças, das quais foram expulsos durante a repressão militar. “Perdemos o que tinha. Ficamos na vila, mas não fomos torturados. Porque nossos tios que recebia os atendimentos deles (guerrilheiros), foi recomendar que não era para mostrar, nem dizer pra ninguém de onde ele tava recebendo o atendimento né” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A casa dela e de pessoas da família serviu de abrigo aos camponeses expulsos de suas posses pelo Exército, dentre os quais, o Senhor Ilário e o filho, após serem presos e torturados, e vários outros que moravam nas roças localizadas nos povoados chamados Metade, Bom Jesus e outras áreas onde houve presença dos guerrilheiros, conforme demonstrado no capítulo 2. Assim ela explicou o motivo da retirada dos camponeses dos lotes na região de São Domingos: “Pra limpar a área para não ter contato com os guerrilheiros. Aí amedrontou as pessoas”. Dentre os militares que participaram das ações de deslocamento compulsório dos camponeses de suas terras, destaca-se, na memória dos sujeitos dessa pesquisa, o Major Curió:

Como que eu ia voltar para terra sem a ordem do Curió!? E o Curió não deu a ordem! Tem o compadre... o Seu Jerônimo, o finado Benedito, o compadre Zé, o Valdemar... Todos perderam a terra! [...]. E aí veio todo mundo morar na nossa casa. Ficamos um monte de gente dentro de casa... Aí depois que fomos dividindo quando abriu essas ruas aí, aí foi dando lotes de casa pras pessoas (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Nesse período Cledeneuza tinha 15 anos de idade e ficou morando com o esposo, juntamente com a mãe e os irmãos, na vila de São Domingos do Araguaia. A família não retornou à terra por causa da repressão militar, mas também porque havia um vizinho que estava perseguindo o pai para comprar a terra. Como ele morreu antes de fechar o negócio, a família

teve mais um motivo para permanecer na vila de São Domingos do Araguaia. Assim, o casal continuou trabalhando para cuidar da família - Cledeneuza lavava roupas para outras pessoas e vendia comida, enquanto o esposo trabalhava como carpinteiro e pedreiro: “Aí ele trabalhava nessa parte de carpinteiro e eu lavava roupa pros outros [...], tinha a delegacia de polícia, tinham outras pessoas que apareciam por aí né... Aí a gente lavava roupa. Aí tinha a zona ali do cabaré e a gente vendia comida lá na porta do cabaré...”. Além desses serviços, eles continuaram com as práticas de produção camponesa por meio de atividades que não eram baseadas em relações de trabalho assalariado, as quais garantiam as condições de reprodução familiar.

Nesse sentido, Cledeneuza relata:

Ficamos aqui mesmo dentro da cidade (vila) e fomos trabalhando assim... Ía apanhar ... **na safra todo mundo trabalhava nas roças dos outros**. Quem fazia uma roça grande, a gente ia lá e colhia arroz de terça; colhia três arrobas de arroz – uma arroba para nós e duas pro dono. Colhia o milho - aí panhava três paneiros de milho: dois pra ele e um pra gente. E assim a gente vivia. Criava nossas galinhas, criava nosso porco. Aí a questão da roça de mandioca: fazia farinha e ía lá e pegava a mandioca de alguém que tinha muita aí fazia farinha e dividia com ele; ficava a parte da gente... vivia assim (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Durante o relato do Senhor Lauro, ele fez referência ao processo de colonização da região, às margens da rodovia Transamazônica, iniciado nesse período pelo Estado, por meio do INCRA. Sobre a política de colonização implementada pelo INCRA, ele afirmou: “Em 72 quando começaram a cortar essas terras de 21 alqueires, nós já tínhamos corrido, já tava abandonado. [...]. Aí depois que o INCRA, os militares começaram dar as terras pra ganhar confiança do povo, aí eles foram legalizando, né, as terras” (Entrevista concedida por Lauro Rodrigues dos Santos, em 15 de julho de 2017, na Faveira, São João do Araguaia-PA).

Os relatos demonstram que o governo não deu assistência necessária aos camponeses prejudicados com a ação repressiva do Exército. No contexto após o final da Guerrilha, apenas algumas medidas pontuais foram adotadas visando amenizar a situação de precariedade e vulnerabilidade de alguns. A Senhora Cledeneuza faz referência às campanhas de atendimento à população local, desenvolvidas pelo governo federal, objetivando a tiragem de documentos, bem como à política de colonização implementada pelo INCRA:

Terminou a Guerrilha [...], em 74 pra 75. Acabou! Criou o Posto de Documentação, que nós não tinha documento. Todo mundo foi se documentar na Agrovila. Todo mundo fez registro, identidade, documento, tudo. Mais

tarde vinha outra campanha, fazer CPF, tudo. Ai eles... Aqueles que tinham suas terras ficaram esperando a ordem de Curió pra voltar pra suas terras. **Aí veio o INCRA fazendo a colonização da Transamazônica**, pegou as terras e assentou as pessoas. E chamou gente de fora assentou, e os que moravam aqui perderam, muita gente. **Aqueles que foram guia deles, eles deram as terras lá na OP3, onde ficava mais perto pra eles tá controlando, e os outros ficaram sem nada** (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Assim como a Senhora Cledeneuza, o Senhor Lauro relaciona a política de colonização do Estado na região com as ações de pressão militar à organização guerrilheira.

A colonização planejada pelo Governo Federal, sob a responsabilidade do INCRA, para ser implantada às margens da rodovia Transamazônica em 1970, objetivava assentar 100.000 famílias de colonos na Amazônia, por meio dos Projetos Integrados de Colonização (Marabá, Altamira e Itaituba), no entanto, em dezembro de 1974, havia assentado apenas 5.717 famílias.

Conforme os estudos desenvolvidos por Pereira (2015), a execução do Programa Integrado de Colonização Marabá (PIC Marabá) foi iniciada em 1972 e terminada em 1974, com a instalação de apenas 1.422 famílias em poucos pontos às margens da rodovia. Na região de Itupiranga, foram instaladas 873 famílias e, na região de São João do Araguaia 549, inclusive, neste último, em áreas de posses de camponeses há muito tempo instalados. Alguns fatos evidenciam que a execução da colonização na região de São João do Araguaia esteve a serviço da repressão militar à organização guerrilheira, tendo o INCRA como mediador. Das 549 famílias instaladas, 538 foram assentadas ao longo da Transamazônica e, aproximadamente, 11 famílias na Estrada Operacional 3 (OP-3), justamente durante o final da repressão do Exército aos guerrilheiros e aos camponeses (PEREIRA, 2015).

Os relatos dos camponeses demonstram que os lotes de terras criados com a abertura da Transamazônica foram concedidos, principalmente, aos colonos que chegavam de outras regiões em detrimento dos posseiros que já ocupavam a área, dentre os quais, os camponeses acusados de apoiar os guerrilheiros. Nesse período, em que o governo legitimou os domínios sobre as terras públicas por parte das oligarquias agrárias locais e incentivou os grupos econômicos de outros estados a investirem na pecuária, surgiram intensos conflitos devido à resistência armada dos posseiros às expropriações das terras ocupadas por eles há décadas. Enfrentaram, principalmente, grileiros que recorriam ao trabalho de pistoleiros e milícias organizadas de jagunços, muitas vezes, com apoio ou conivência de órgãos ou agentes públicos. Além disso, intensificaram-se também, a partir de 1975, as ocupações de terras devolutas, de terras improdutivas com títulos definitivos ou de aforamentos, tanto por camponeses expropriados quanto pelos migrantes que chegavam atraídos pelo projeto de colonização.

Quando eles deram o loteamento, aí foi só de fora, porque os daqui mesmo não dava pra ocupar não. [...]. Eles fizeram um trabalho, né, **eles queriam ocupar a região que só era selva e fizeram a Transamazônica pra facilitar a penetração do Exército na área, fizeram as vicinais lá que é aquelas OP-3 lá, OP-2...** Porque pra cá já é vicinal, né, que eles chamam: Vicinal de Santa Rosa, São Cristóvão, São Francisco. Já lá pro lado de São Domingo é OP, né. Mas tudo foi coordenado pelo Curió, pelo pessoal do Exército (Entrevista concedida por Lauro Rodrigues dos Santos, em 15 de julho de 2017, na Faveira, São João do Araguaia-PA).

São exemplos das ocupações, as realizadas nos castanhais que estavam à margem da Transamazônica, na região de São João do Araguaia, dentre eles, os castanhais Santo Antônio I e Santo Antônio II, Cuxiú, Ubá, Cotovelo, Veneza, Consulta, Araras, entre outros, assim como também os castanhais próximos de Marabá, a exemplo do Castanhal Pau Seco, em Morada Nova, e do Castanhal Rainha, em Itupiranga, conforme demonstrado por Oliveira (2017) e por Pereira (2015). Cledeneuza fez referência ainda aos castanhais Almescão, Croá, Brasielspanha, Oito barracas, Belo Horizonte, entre outros.

Muitas das famílias de camponeses que foram expulsas de suas terras pelo Exército participaram das ocupações dos castanhais. A família do Senhor Lauro foi uma delas. Após um tempo morando em Marabá, a família do Senhor Lauro retornou à São João do Araguaia, tendo ocupado uma área do Castanhal Ubá que, posteriormente, foi efetivada em Projeto de Assentamento, onde Lauro vive até os dias atuais.

Teve uma invasão de terra no PA Ubá, que é onde a gente mora, aí meu pai invadiu lá também, e conseguiu, né, um lote lá. Aí meu pai hoje tá com 90 anos e aí ele vendeu uma parte da terra lá e a outra parte ele deu pra mim e meu irmão... Aí nós mora lá, porque é pertinho. [...]. Eu mesmo moro lá na chácara. Lá eu crio muita galinha, graças a Deus! Crio leitão, crio carneiro. [...]. Aí eu aposentei, né, por tempo de serviço do Estado e aí eu vim pra cá pra roça. (Entrevista concedida por Lauro Rodrigues dos Santos, em 15 de julho de 2017, na Faveira, São João do Araguaia-PA).

A Senhora Cledeneuza também participou da luta pelo acesso à terra. Ela ocupou uma área no Castanhal Cuxiú que, assim como a ocupação do castanhal Ubá, enfrentou conflito armado violento com atuação de pistoleiros.

A pesquisa de Airton dos Reis Pereira (2015), o qual está inserido socialmente no sul e sudeste do Pará desde o ano de 1973, quando chegou a Conceição do Araguaia (PA) na condição de posseiro e, posteriormente, tornou-se agente de pastoral da Diocese desse município e da Comissão Pastoral da Terra (CPT), desenvolvendo trabalhos políticos e pedagógicos junto aos camponeses, entre 1994 e 2001 e entre 2004 e 2009, nos ajuda a compreender melhor esse

contexto. O autor demonstra a dimensão dos desdobramentos da repressão do Exército à organização guerrilheira, da intervenção militar nos conflitos agrários, afirmando que, dentre os legados deixados pela ditadura civil-militar no sul e sudeste do Pará, está a violência armada dos grandes proprietários de terras sobre os camponeses, por intermédios de capatazes e pistoleiros.

Quer dizer, no sul e sudeste do Pará, o campo se tornou um espaço armado em virtude da luta entre proprietários e trabalhadores rurais não só porque ali agiram as instituições repressivas do Estado e porque os posseiros se armaram para defender as terras que ocupavam, mas especialmente porque ali atuaram grupos armados individuais ou em conjunto com as instituições públicas na repressão aos trabalhadores rurais. A presença do Exército, com o aniquilamento da Guerrilha do Araguaia, e do Conselho Nacional de Segurança, por meio da atuação de seus agentes como Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, na questão agrária, de certa forma, acabou favorecendo a ação violenta dos proprietários e empresários rurais através de seus capatazes e pistoleiros. A montagem de um aparato armado pelos proprietários de terra para proteger as suas fazendas foi um dos legados que a ditadura civil-militar deixou no sul e sudeste do Pará.

Os proprietários e empresários rurais usavam como discurso a necessidade de manter sob os seus domínios grandes extensões de terras, mesmo que para isso tivessem, por meio de suas milícias armadas, eliminar os seus inimigos potenciais, os posseiros. Afirmavam que assim estavam dando grandes contribuições ao Brasil. Se autoproclamavam como aqueles que, sob a grande propriedade privada da terra, eram capazes de promover o desenvolvimento do País e livrar a nação do comunismo. O discurso da volta da Guerrilha do Araguaia nos anos de 1980 se articulou com esse espaço armado (PEREIRA, 2015, p. 187-188).

Os camponeses Ruiderval, Antônio (Precatão) e vários outros, perderam as posses de terras e precisaram migrar para outras localidades em busca de terras para morar e para trabalhar; outros foram deslocados para áreas de controle militar, a exemplo da situação vivenciada pelo Senhor Abel Honorato de Jesus e pela Senhora Francisca Silveira da Cruz, imagem 15.

Imagem 15 – Abel Honorato de Jesus e Francisca Silveira da Cruz, Marabá-PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2018).

Na época da Guerrilha, o Senhor Abel morava no povoado de Palestina, área de localização do Destacamento B, onde foi preso, torturado e forçado a ser guia do Exército na caça aos “terroristas”.

Após a retirada das tropas e finalização das operações militares, os camponeses presos e recrutados para serem guias também foram deslocados compulsoriamente de suas posses. Assim, o Senhor Abel, que foi remanejado da terra de Palestina para a base miliar Bacaba, explica o que aconteceu ao retornar à Palestina depois de 9 meses: “perdi minha terra. Quando eu voltei lá tinha um senhor de Moacir. [...]. Perdi minha terra com toda bagulhada que tinha lá: arroz, farinha, mandioca, milho, feijão, café. Bagulho de roça, criação de animal, galinha, porco...” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O Senhor Abel relata o apoio que recebeu do Exército: “Me deram outra ... deram outra terra lá na OP-3. Só que deram... A minha terra tinha tudo [...]. Mas já a outra não tinha nada.

Só a mata mesmo” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá). Sobre a realocação dos camponeses em lotes de terras às margens das Estradas Operacionais construídas pelo Exército para facilitar a movimentação de suas tropas durante a repressão ao movimento guerrilheiro, e em outras colônias feitas para receber os presos, ele enfatizou:

Eles num deram a terra! Eles jogaram nós numa terra [de]voluta do Estado, do Estado, jogaram nós lá. Mas “olhos nu”... não tinha nada, e do Estado, a terra do Estado. Num é dizer que eles já tinham uma terra, cortaram, deram um benefício de uma casa, deram uma estrada... Num deram! Eles fizeram um ramal que só entrava gente com jericó¹⁰, com jericó! Quem levou esse povo todinho foi um jericó, foi quem fazia essa linha, porque não tinha estrada, na carroceria de um jericó! Até duas vezes tombou e quase quebrou... quase não, quebrou as costelas do véio Balduino! Esse Alexandre que morreu aqui, também se quebrou todinho, caindo do jericó! (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Esse relato demonstra que a colonização na região não atendeu ao que previa o projeto inicial e, inclusive, foi implementado de forma diversa do que aconteceu em Itupiranga, em que as famílias receberam um hectare de roça e uma casa de Madeira (PEREIRA, 2015).

As famílias que foram cadastradas como beneficiárias do Projeto de Colonização eram constituídas pelos mateiros que atuaram como guias do Exército durante a repressão aos guerrilheiros, e foram assentadas à mando do tenente-coronel Sebastião Rodrigues de Moura, o Curió, com o objetivo de controlar os posseiros que moravam na confluência do rio Araguaia e do rio Tocantins, como enfatiza o Senhor Abel: “Ele mandou... assentou lá nós... acho que foi mandado dele (Curió). Quem assentou nós foi o Doutor Tufi mais o Elizeu, que eram militares também” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Conforme nos relatou, ele e a família passaram por dificuldades na terra para a qual foram remanejados:

[...] passando fome, passando incramindade (calamidade), porque lá era longe da cidade, não tinha... e a gente não tinha mesmo. Eles não deram um centavo, nenhum centavo pra nenhum. [...].

A casinha eu que fiz de palha de ubina, todo ele, todo ele. Num fizeram nada, nada, nada! Deixaram nós sem nada. [...]. Fiquei doente todo o tempo, acabado. E aí de muitos, muitos... muitos aqui morreram baldeando sangue. Bem aí..., o dono dessa terra bem aí, desse lote, morreu jogando sangue, as

¹⁰ A palavra jericó refere-se a um veículo improvisado, utilizado para realizar serviços no campo.

toras de sangue pela boca (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Além da OP-3, o Senhor Abel fez referência às outras localidades para as quais os camponeses foram deslocados.

Botaram nós na OP3, OP1 e OP2, OP3 velha. Quatro OP: OP1, OP2, OP3, OP4 é... OP3 velha. Duas OP3 velha, lá na... foi botado lá. E o outro que passou foi pra mata geral, lá depois de Rio Maria, Redenção. Lá foi outra colônia dos presos também. Teve outra colônia que no Maracajá, dos presos também (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O senhor Abel e a Senhora Francisca ficaram morando na OP-3, estrada que liga a rodovia Transamazônica ao povoado de Santa Isabel, às margens do rio Araguaia, durante oito anos. Em novembro 1982, após venderem a terra, compraram outra terra em Marabá, no bairro São Félix. Parte dessa terra foi vendida e adquiriram outra numa localidade que ficava depois de Itupiranga. “Lá não me dei bem, adoceceu todo mundo... quase morreu” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá). Assim, após vários deslocamentos, permaneceram em Marabá, onde moram até os dias atuais.

A partir desses relatos, que retratam a realidade vivenciada por muitos camponeses da região, podemos afirmar que a repressão militar ao movimento guerrilheiro funcionou como um processo de desterritorialização dos camponeses que, ao perderem as terras, se deslocaram e constituíram novos processos de reterritorialização. Eles têm em comum uma trajetória de vida marcada por experiências que se interseccionam e fazem sentido inseridas no conjunto das relações vivenciadas coletivamente, dentro de uma perspectiva de totalidade em suas dimensões de temporalidades e espacialidades.

3.2 Memórias do território e territórios da memória: transformações nos lugares, nas relações sociais e recriação do modo de vida camponês

Os lugares e as relações sociais presentes são marcados por sobrevivências do passado. Essas sobrevivências são evidenciadas nos relatos dos camponeses que apresentam demandas atuais a partir das territorialidades que são constituídas e afirmadas socialmente, historicamente e geograficamente.

Os moradores que estavam na região à época da Guerrilha, ocupavam terras, das quais tinham o direito de posse, sem intermédio de processo de compra e venda, pois a grande quantidade de matas fechadas possibilitava aos camponeses se reproduzirem socialmente. O trabalho na agricultura garantia a reprodução familiar. Além disso, as grandes extensões de matas devolutas e de rios possibilitavam aos camponeses acessar produtos florestais e recorrer à pesca e à caça de animais, bem como desenvolver atividades extrativas na coleta da castanha nos grandes “castanhais do povo” ou nos castanhais arrendados, que garantiam a troca em mercadorias ou aquisição de dinheiro para a compra de materiais que não conseguiam produzir, como analisado no primeiro capítulo. O conhecimento que tinham das propriedades medicinais das plantas era essencial para o tratamento das enfermidades, pois não podiam contar com o trabalho de profissionais da saúde, como médicos, agentes de saúde ou agentes sanitários. No caso das doenças endêmicas, enfrentavam bastante dificuldade, pois inexistiam postos de saúde ou hospitais próximos.

As casas eram construídas com palha de coco de babaçu, algumas poucas tinham paredes de barro e o chão era de terra batida. Não havia energia elétrica, escolas, saneamento básico nem estradas, e era muito comum o trabalho em mutirões, onde os vizinhos se ajudavam, pois não havia relações de trabalho assalariado. O rio desempenhava importante papel na dinâmica regional, pois além de fornecer alimento e proporcionar momentos de lazer, representava a principal via de circulação e articulação. O transporte de cargas e de pessoas, dessa forma, era feito por meio de barcos, bem como de animais, notadamente de burros.

Em função do conhecimento que os camponeses tinham da região e da natureza, os militares passaram a exercer um severo controle sobre o cotidiano deles e forçaram alguns a usar esses conhecimentos a favor das operações contraguerrilha. Em consequência das ações militares, a maioria dos camponeses que ocupavam a região foram expropriados de suas posses; alguns receberam outra terra como recompensa pelo trabalho prestado como guia ou mateiro do Exército; outros foram obrigados a sair em busca de outras terras, inclusive, em outros municípios, num contexto de intensificação dos conflitos socioterritoriais decorrentes da alteração dos processos de ocupação e uso do território na região. A singularidade da organização social da existência foi alterada.

Concebemos a região em análise como fronteira, no sentido caracterizado por Martins (2018), em que coexistem temporalidades históricas diversas e contraditórias. Por ser um lugar de encontro entre grupos sociais distintos, a fronteira é um lugar de alteridade, de descoberta e encontro com o “outro” e que potencializa o conflito, o contraditório encontro/desencontro

entre sujeitos que vivenciam modos de vida e temporalidades divergentes, decorrentes dos tempos históricos em que cada grupo social está situado. Dentre as causas dos conflitos, evidenciam-se os fatos vivenciados e relatados pelos camponeses sobre as diferentes racionalidades e interesses quanto às formas diferentes de uso e apropriação do território na região, que estavam em alterações desde a segunda metade da década de 1960 e foram intensificadas durante e após a ocorrência da Guerrilha.

O relato do Senhor Abel demonstra o contexto após a repressão militar ao grupo guerrilheiro, explicando que o serviço que ele prestou ao Exército não terminou com o fim da Guerrilha em 1975. Conforme ele explicou, a Guerrilha “terminou em 76 por aí, ela foi... acabaram de passar o ‘pente fino’. Mas, solto mesmo o pessoal ficou ainda sugestionado como eu... Eu ainda fiquei mais o Curió, prestando serviço pro Curió até 86” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O relato do Senhor Abel evidencia aspectos que contribuem para a compreensão de que as medidas adotadas pelo governo militar durante e após a repressão aos militantes do PCdoB estão vinculadas à concepção que esse governo tinha sobre a região onde o conflito ocorreu. Nessa perspectiva, a eliminação do movimento guerrilheiro e a repressão brutal ao campesinato precisam ser analisadas considerando o papel estratégico atribuído à região dentro dos objetivos geopolíticos pensados para a Amazônia por parte do governo militar desde a segunda metade de 1960, que também era influenciado e motivado pela concepção ideológica dos Estados Unidos a respeito da América Latina.

Os geopolíticos brasileiros foram influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, sustentada pela concepção de Segurança e Desenvolvimento, elaborada a partir dos EUA, porém, enfatizaram um discurso nacionalista num contexto de guerra fria, recorrendo à tese do combate ao inimigo interno e externo, a qual evidenciava como potencialmente perigosas as pessoas simpatizantes do regime socialista vigente, à época, principalmente na URSS e em Cuba, conforme apresentado por Campos Filho (2013).

As ações vinculadas às operações das Forças Armadas para reprimir o movimento guerrilheiro perduraram após o conflito armado, utilizando a estrutura montada para silenciar a memória do conflito, evitar reorganizações de núcleos guerrilheiros, mas também para garantir a execução dos planos e projetos de modernização conservadora do governo militar, por meio da expansão da fronteira demográfica e econômica da Amazônia.

Dentre as alternativas adotadas pelo governo militar nesse período, destacou-se a implementação do II PND (1975-1979), o qual modificou o processo de ocupação da

Amazônia, notadamente do sudeste do Pará, uma vez que determinou uma nova etapa do processo de colonização, caracterizada como ocupação produtiva, sobretudo, com incentivo à expansão da pecuária extensiva. Esse modelo de colonização beneficiou principalmente a iniciativa privada, com concessão de incentivos fiscais ao grande capital nacional e estrangeiro, em detrimento dos posseiros que já a habitavam a região.

Conforme Martins (1980),

[...] o peso do Estado se faz sentir num dos mais radicais e amplos processos de expropriação de que se tem notícia na história contemporânea. As terras novas, abertas aos “pioneiros”, isto é, aos capitalistas, não eram e não são terras indevassadas. Muito ao contrário. Além das terras indígenas, secular e legitimamente possuídas já estavam ocupadas por milhares de posseiros provenientes, sobretudo, do Nordeste (MARTINS, 1980, p. 137).

Os estudos desenvolvidos por Hébette (2004) apontam que os camponeses do sul e sudeste do Pará compunham as frentes migratórias que adentraram a Amazônia desde meados da década de 1950, tanto por intermédio de programas oficiais de colonização, como de forma espontânea, sem interferência direta do Estado. Os relatos aqui analisados demonstram que os camponeses envolvidos na Guerrilha já haviam perpassado vários processos migratórios espontâneos até a chegada à região, tendo conseguido a posse da terra após expropriações tanto das terras, quanto nas relações de trabalho, em outras áreas.

As memórias contribuem para a reconstituição da dimensão dos planos e projetos pensados para a região por parte do Estado, pois a violência física e simbólica a qual os camponeses foram submetidos, atendiam às táticas de eliminação do movimento guerrilheiro, mas também aos interesses militares de garantir o controle da região e proporcionar as condições para a implementação do projeto “desenvolvimentista”. Assim, os camponeses foram profundamente prejudicados: além de terem sido perseguidos, presos e torturados durante as operações militares contraguerrilha, muitos foram também desterritorializados e excluídos dos benefícios gerados pelos grandes projetos e pela política de colonização.

Em um contexto em que a estrutura territorial estava sendo reorganizada, com a expansão agropecuária e mineral, as terras passaram a ser apropriadas individualmente, sendo transformadas em mercadorias, como bem de especulação, com valor monetário inacessível aos camponeses pobres da região. O acesso e posse ficaram muito mais difíceis. Esse contexto dificultou ainda mais a vida dos camponeses envolvidos na Guerrilha pois, conforme o Senhor Abel enfatiza:

Ficou todo mundo..., ficou todo, todo, não é só eu nem minha família, ficou todo mundo doente sem nada. Eles [militares] deixaram todo mundo sem nada. Tinha acabado, porque todo mundo se deslocou do que tinha. Então ficou..., não é só eu não, foi todos, foi todos, foi começar de novo. **Saímos das terras, as terras foram pra outros.** Cortaram, todas as terras foram..., ficou desabitadas, porque **quando nós saiu, cada quem saiu de suas terras, outros que vinham pra cá entraram...** (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Além dos migrantes, em sua maioria, camponeses em busca de terra e trabalho influenciados pelas propagandas sobre a política de colonização na Transamazônica, outros sujeitos sociais disputavam a posse da terra, dentre eles, posseiros, antigos “donos” de castanhais, grandes empresários capitalistas, fazendeiros, madeireiros, entre outros.

Nesse período, as ações do Estado fundamentavam-se no discurso ideológico do vazio demográfico e econômico da Amazônia. Nessa perspectiva, cabia ao Estado, com apoio e incentivos por meio do PIN e do PND, garantir as condições para o desenvolvimento econômico da região e, na perspectiva governamental, o campesinato da forma que estava constituído, representava um obstáculo. Era necessário esvaziar a região, desocupar as áreas de posses e impedir novas ocupações que não fossem consideradas produtivas do ponto de vista do crescimento econômico. Os Planos, Programas e Projetos implementados, por sua vez, favoreciam aos grupos empresariais a apropriação de grandes extensões de terras para empreendimentos capitalistas.

A partir de 1975, paralelamente a essas medidas governamentais, as ocupações de terras por parte dos camponeses posseiros tornaram-se muito expressivas, assim como também os conflitos envolvendo camponeses posseiros, pequenos proprietários e grileiros, ou “donos de castanhais”. Os grileiros recorriam aos jagunços que cometiam graves violências ao expulsar os camponeses, cometendo também assassinatos de trabalhadores rurais, lideranças sindicais e religiosas (HÉBETTE, 1991). Foi nesse contexto que Curió, atemorizado com a possibilidade de reorganização do movimento guerrilheiro, estendeu as ações de repressão à guerrilha envolvendo o Sr. Abel e muitos outros camponeses.

Ao relatarem a forma como os fatos relacionados à Guerrilha marcaram a trajetória de vida da família após o final do conflito armado e da Operação Limpeza, o Sr. Abel e a Senhora Francisca relembrou que o Senhor Abel ficou sob a ordem de Curió até 1986. “Prestando serviço assim: onde tinha um mói de gente, [...], onde formava um sem terra, onde... pra entrar, invadir terra, então ali eu tinha que tá, tinha que tá lá pra vigiar, pra entrar no meio e ficar ali vendo se tinha algum terrorista ali” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá). A missão de se infiltrar nos movimentos de ocupações, segundo

ele, era “pra saber se tinha alguma coisa com a guerrilha, com os guerrilheiros, se tavam assentando em outro lugar” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Durante muito tempo, o Senhor Abel ficou prestando serviços a mando de Curió. Nesse sentido, ele afirma:

Eu entrei no início e saí no fim. Em 86 eu tava aqui ainda a mando do Curió pra pesquisar a Serra Pelada, pesquisar o 70, a briga dos americanos, São Pedro da Água Branca... eu quem era o mandado: “você vai essa missão assim e tal...”. E aí ele já começou a pagar, ele já pagava pra mim fazer essa missão: no São Pedro da Água Branca, lá nos americanos, no Edivaldo Catingueiro, aqui no Murumuru, é... (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Sobre esse contexto, o Senhor Emmanuel Wambergue, imagem 16, conhecido na região como Mano, nascido em 24 de fevereiro de 1945 no Norte da França, demonstra fatos importantes. De origem camponesa, com formação em técnico agrícola, e na condição de irmão vinculado ao Seminário dos Oblatos de Maria Imaculada da França, ele foi convidado pelos padres da congregação, Humberto e Roberto, para trabalhar na pastoral atuante na região do Araguaia. Assim, Mano chegou ao Brasil em 1975 e foi morar na Amazônia em dezembro do mesmo ano, mais especificamente na vila da Palestina-PA, com o objetivo de desenvolver o trabalho de assistência técnica agrícola e de evangelização com os colonos da Transamazônica.

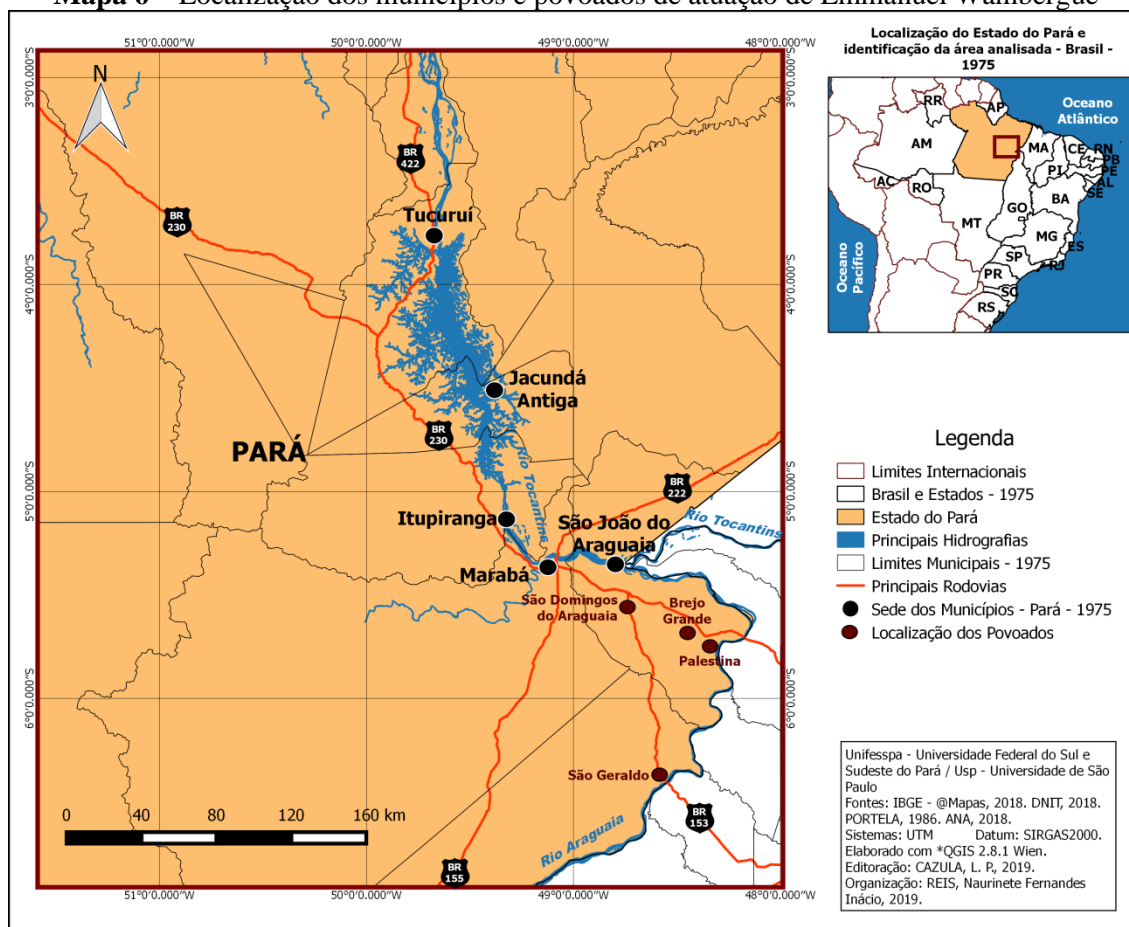
Imagem 16 – Emmanuel Wambergue (Mano), Marabá-PA



Fonte: Arquivo de Emmanuel Wambergue

Emmanuel Wambergue “Mano” relatou detalhadamente sua chegada ao Brasil e posteriormente à Palestina, localidade na qual ele conviveu com os camponeses migrantes que estavam se situando às margens da Transamazônica e ao longo dos rios Araguaia e Tocantins, compreendendo as localidades de Palestina do Pará, São João do Araguaia, São Geraldo do Araguaia, São Domingos do Araguaia, Brejo Grande do Araguaia, Marabá, Itupiranga e Jacundá antiga – Mapa 6.

Mapa 6 – Localização dos municípios e povoados de atuação de Emmanuel Wambergue



Organização autoral

Emmanuel Wambergue “Mano” explicou o contexto de colonização da transamazônica, da chegada dos migrantes e os procedimentos para conseguirem um lote, bem como sobre as estruturas montadas para receber os colonos por parte do INCRA, o qual, inicialmente, atuava em prol dos interesses dos colonos.

Ao explicar o contexto de sua atuação nas comunidades da região, ele demonstra os conflitos fundiários envolvendo os camponeses que estavam sendo expropriados de suas posses e a ocorrência de processos de ocupações.

De 75 a 81 eu morei na Palestina com esse trabalho, mas já... no meio dessa história já começou alguns outros problemas na Transamazônica, que era problema de terras, por exemplo: ribeirinho.... os primeiros eram assim: ribeirinho... **O primeiro foi o Curió ou então lote da Transamazônica que vinha cortar um povoado que não era previsto no mapa**, ou uma cara que tinha posse de 200 hectares e de repente perdia... (O Almir Ferreira Barros perdeu e só ficou com 100 hectares, né), um povoado na beira do rio e um belo dia chega um cara que diz que tinha título, num povoado que tinha gente velha que tinha nascido lá. Aí a gente começou a ver esse tipo de problema. [...]. E a segunda coisa é... a gente vai precisar de um apoio muito grande porque **estava pipocando já os primeiros grandes conflitos**: o Pau Seco, com Gabriel Pimenta que foi assassinado; o Cuxiú [...] em São Domingos contra os Mutram; Rainha no Itupiranga; em Baubau lá na Palestina... E todos isso aqui foi nos anos 79, 80 e 81, os primeiros conflitos... e todos, todos, todos, a gente já sabia que só se ganhava na “boca da 20” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergá, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

A intensificação da ocupação da região, com chegada de fazendeiros e empresários que se apropriavam de grandes extensões de terras, muitas vezes, lançando mão do trabalho de jagunços e pistoleiros e utilizando o artifício da grilagem com conivência do Estado, dificultou cada vez mais aos camponeses migrantes o acesso à terra e aos camponeses da região o direito de permanecer em suas posses, ocasionando a expulsão de muitos que já estavam estabelecidos. Foi nesse contexto que, após a Guerrilha, a família do Senhor Antônio “Precatão” não conseguiu recuperar suas terras:

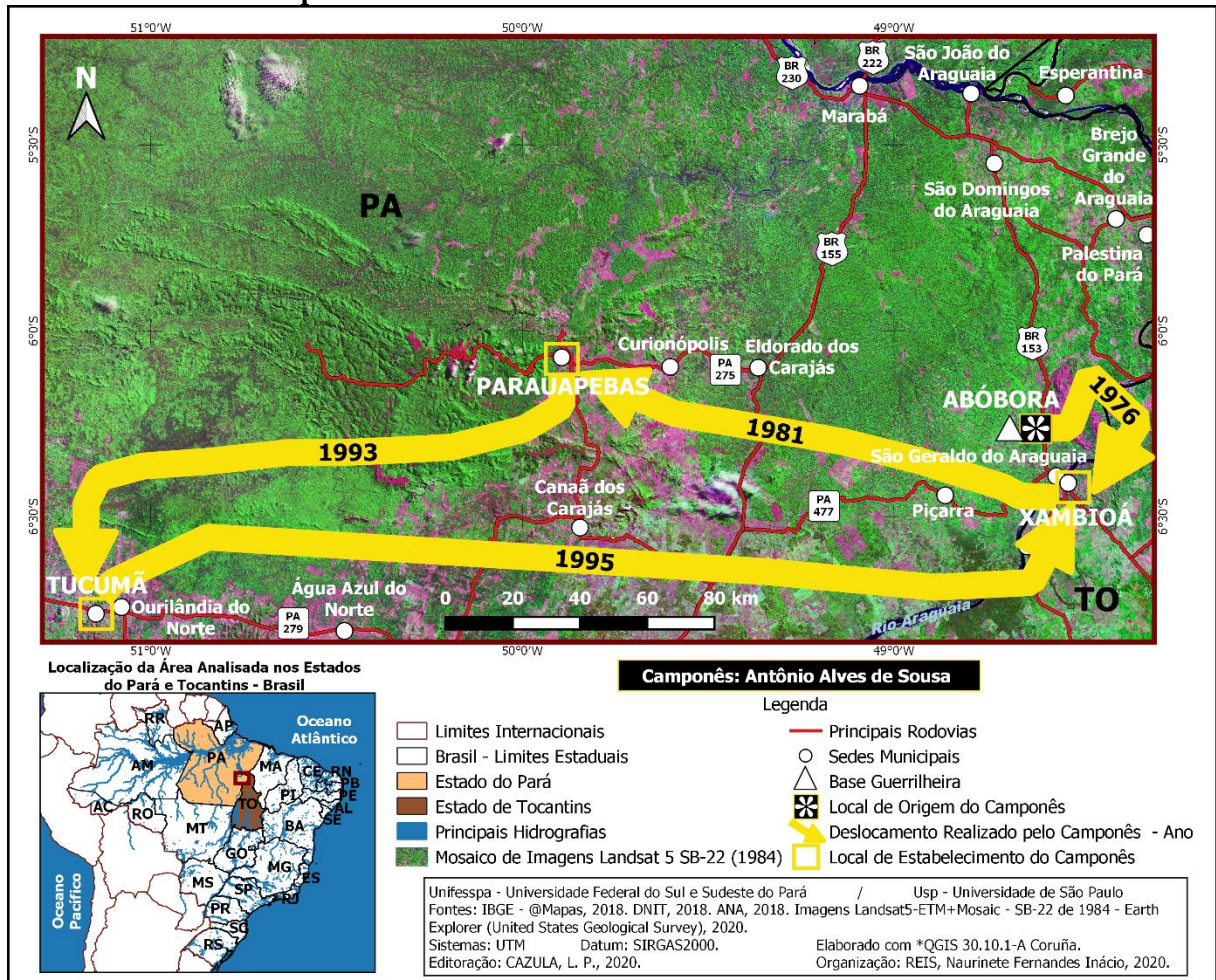
Quando eu voltei lá já estava na mão de outra pessoa. Perdi tudo, total... não entrei mais...! Depois desses quarenta e tantos anos, há uns cinco anos atrás, seis anos, foi que eu passei lá numa estrada que racha a terra bem no meio, eu passei por lá. O Zé Almeida foi quem tomou de conta de tudo... o Zé Almeida (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Diferentemente de alguns guias que receberam terras e privilégios como recompensa, conforme relato de Maria Raimunda, a família do Senhor Antônio “Precatão” não recebeu nada do Exército/Estado. Essa também foi a realidade da maioria dos camponeses envolvidos no conflito.

O Senhor Antônio “Precatão” explicou as condições de sobrevivência após a perda da terra: “Daí pra cá eu não tiver mais terra. Daí pra cá, desse tempo que me botaram da minha terra pra fora, eu ainda botei uma roça, mas no terreno dos outros, na colônia dos outros” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A família do Senhor Antônio “Precatão” foi submetida a novos processos migratórios, conforme Mapa 7. Após trabalhar durante dois anos na Fazenda Boqueirão, localizada entre São Geraldo do Araguaia e São Domingos do Araguaia, saiu em busca de melhores condições de vida em outros lugares. Em 1976 mudou-se para Xambioá, Tocantins e, no início da década de 1980, ele e a família migraram para o município de Parauapebas-PA. Posteriormente mudaram-se para o município de Tucumã, de onde, após morarem durante dois anos, retornaram à Xambioá. Não tendo mais a posse da terra, o Senhor Antônio passou a trabalhar para os fazendeiros: “Fui pra juquira dos patrão. Fazenda dos fazendeiros, pra fazenda do Gilmar Leite, Fazendo do Ernane, fazenda desse pessoal fazendeiro. Pegava empreitada e atravessava pro Pará, pra mesma Tucumã, pra mata do Xingu...” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Mapa 7 – Deslocamento do Senhor Antônio Alves de Sousa



Organização autoral.

O trabalho nas terras dos fazendeiros atendeu à necessidade de garantir a sobrevivência, uma forma de recriação do modo de vida camponês que possibilitava a permanência no campo, tendo em vista que a terra da qual a família tinha o direito de posse (70 a 80 alqueires), foi expropriada por parte do Exército. Esse fato nos remete à compreensão de Martins sobre a condição de classe social do campesinato. Para o autor: “*É um campesinato que quer entrar na terra*, que, ao ser expulso, com frequência à terra retorna, mesmo que seja terra distante daquela de onde saiu” (MARTINS, 1980, p. 16).

Outro camponês expulso da terra durante a repressão das Forças Armadas ao grupo de guerrilheiros foi o Senhor Camilo Benício de Moraes, juntamente com a família que, conforme demonstrado no capítulo 2, precisou deslocar-se em busca de outra área, tendo ocupado uma terra devoluta no Estado do Tocantins, localidade chamada Riachinho, próxima à Ananás. Após aproximadamente quatro anos morando lá, precisou sair novamente. Conforme relatou durante a entrevista que nos concedeu, juntamente com sua esposa, Maria Natividade Pereira, o Senhor Camilo explicou:

Lá era do Estado lá. Nós botava as roça lá mas não tinha dono ainda não... nós não sabia se tinha não... Aí depois apareceu o Zeca Batista que tirou nós de lá. O Zeca Batista tirou nós de lá e aí veio deixar nós aqui (Carreira Cumprida). [...]. Porque disse que a terra era de outro fazendeiro lá. E ele tava ganhando isso aqui [dinheiro] pra tirar o pessoal. E aí ali é de quem tem isso aqui oh [dinheiro] (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Nessas circunstâncias, a família foi novamente expulsa da terra, logo após o término das operações militares de combate à organização guerrilheira. Diferentemente da situação vivenciada pela família do Senhor Antônio “Precatão” e de muitas outras da região, a família do Senhor Camilo pôde retornar à antiga terra, na Carreira Cumprida, porque ela ainda estava desocupada e porque o retorno não contrariava a ordem dada pelo Exército: “A ordem que eles deram... disse que quando acalmasse a guerrilha era pra nós voltar pra terra. E nós voltamos. Lá nós não perdemos não, a terra não. Só as criação” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ao chegar à terra, o cenário encontrado pela família do Senhor Camilo materializava a ação militar na região:

Não tinha mais nada lá não! A mandioca eles pegaram e arrancaram todinha da roça, era meio alqueiro de mandioca, sabe, e aí pinicaram ela todinha assim em cima da terra. E aí tava só o mandioccal todo seco lá em cima da terra aí,

dessa grossura assim... tava tudo torada e seca aí. E as bananas também tava torada, mas já tava fiando, porque as bananas eles toraram e queimaram, sabe, as bananas. E aí as bananas, com fogo, torando elas, ela renova! Foi o que nós achamos. Nós sofremos, moço, de fome! [...]. Não tinha arroz, não tinha mandioca, não tinha porco, não tinha os bodes e não tinha as galinhas... Tava limpo, limpo... Até a casa, porque tinha uma casa nossa de palha e eles queimaram a casa e aí só tinha a casa do velho que era na telha, o velho meu pai. A casa do velho meu pai era na telha e tava lá ainda [...]. E aí tinha um barracão que nós dormia, que a rapaziada dormia, eles tocaram fogo (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A família viveu na Carreira Cumprida, aproximadamente, quarenta anos, no total. Na busca de melhor lugar para plantar e criar gado, o pai do Senhor Camilo vendeu a terra e comprou outra, numa localidade chamada Capoeira, também no Pará: “E aí nós mudemos pra lá, nas Capoeiras, fica perto daqui, num lugar lá que a gente chama de Capoeira, perto do.... fica entre São Domingos e São Geraldo” (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ao mesmo tempo em que demonstra os motivos para a migração, fazendo referência às condições melhores para a produção e reprodução familiar, o Senhor Camilo não deixa de evocar as lembranças das consequências da repressão militar. Dessa forma, ele comenta os motivos da mudança para outra localidade:

Porque tava melhor de legume e aí nos só vivia trabalhando só de legume, sabe. E os pastos também era bom e nós começamos trabalhar e comprando bezeros e bezerra pra aumentar. E aí os pastos pra lá era bom e nós mudemos pra lá; a terra era boa. [...]. Aí foi o tempo que o velho comprou um gadinho, mas nunca recuperou o que nós gastamos, porque se tivesse até essa época que nós tamo, nós tava rico, com 50 gado já naquela época, agora nós tava rico! Não precisava a gente tá se batendo sem nada. O velho morreu, mas nós tinha também, e aí segurava né, porque tinha terra boa (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Enquanto o pai esteve vivo, moraram na terra localizada na Capoeira. Posteriormente, os membros da família passaram a morar em lugares diferentes e o Senhor Camilo mudou-se para outra terra, próxima à Uruará-PA:

Nós moremos 5 anos. [...]. Saí do lugar lá porque o velho morreu e aí espalhou os filhos: uns pra um rumo, outros pra outro... [...]. Eu fui pro Pará, perto de Uruará, fica aqui embaixo. [...]. Eu tenho uma terra pra lá de Uruará, mas é no Pará, terra boa! Plantei oito mil pé de cacau lá. E aí adoeci e vim caçar tratamento pra cá (Xambioá-TO), mas aí tem um filho que fica lá direto. Já tá com mais de 6 anos que eu moro lá (Entrevista concedida por Camilo Benício

de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Conforme a esposa do Senhor Camilo, Senhora Maria Natividade Pereira, 68 anos, precisaram retornar à Xambioá-TO, para a casa que era da mãe do Senhor Camilo, para fazer o tratamento de saúde dele, doente há a aproximadamente cinco anos. Atualmente, o casal e o filho mais velho, que também tem problema de saúde, mora nessa casa, porém mantendo o vínculo com a terra localizada no Pará, na qual mora um dos 5 filhos.

Para o Senhor Camilo e a Senhora Maria, uma das principais consequências da repressão militar ao movimento guerrilheiro foi a morte do gado da família:

Ruim pra mim só meu gado que perdi! Esse eu posso morrer mais não esqueço, meu gado todo mansinho e ai morrer tudinho e não escapar nada. Porque se eles tivessem junto comigo eu estava mais alegre, mesmo que tivesse sofrido, mas se tivesse deixado meu gado em paz, pra mim era bom, porque eu tinha mendo [pelo menos] com que me manter, né. Tinha minha carninha a hora que eu queria, tinha meu leite a hora que eu queria, tinha minha coalhada, tinha meu queijo, meu requeijão...! (Entrevista concedida por Camilo Benício de Moraes e Maria Natividade Pereira, em 30 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Os relatos dos camponeses demonstram que após a Guerrilha, por volta do final da década de 70 e início da década de 80, a ocupação de terras foi tornando-se cada vez mais difícil. Esses relatos evidenciam também a presença de novos sujeitos na região e a complexificação da questão fundiária, com intensificação da violência, apropriação privada de terras devolutas, ocupadas ou não, concentração de terras e expropriação dos posseiros. Conforme analisado por Ianni (1981, p. 212), “uma das técnicas de expropriação das terras dos posseiros é a violência. A outra técnica de expropriação é a manipulação dos processos burocráticos e preços que garantem a transformação da posse em domínio da terra”.

Esses fatos estavam inseridos dentro do contexto de formação e expansão de empreendimentos agropecuários, agrominerais, agroindustriais, entre outros, na região amazônica e, em particular, no sudeste do Pará, com incentivos fiscais e creditícios fornecidos pelo governo federal à iniciativa privada, num processo de transferência de capital do setor público para o setor privado.

Com relação a essa política econômica governamental para a Amazônia, conforme Ianni (1981),

O poder público federal alegara, pela voz dos governantes e técnicos, motivos econômicos, de segurança nacional ou a necessidade de expandir as fronteiras internas da sociedade brasileira, como justificativa para adoção dos planos de desenvolvimento agropecuários, mineração, expansão da rede rodoviária, povoamento e colonização, ou outros planos formulados especialmente para a região da Amazônia Legal (IANNI, 1981, p. 219).

Os camponeses do sudeste do Pará vivenciaram as consequências das políticas de desenvolvimento implementadas na Amazônia, bem como registram na memória, as diferentes formas sociais que a terra estava ganhando a partir das relações econômicas e políticas que os sujeitos e agentes sociais estabeleciam entre si, das relações de produção que se tornavam predominantes naquele período histórico.

A análise desse processo requer um exercício de compreensão da complexidade que envolve os sistemas e interesses econômicos e políticos provenientes das diferentes escalas espaciais, regionais, nacionais ou internacionais, que atuam na formação territorial, bem como as diferentes territorialidades que estavam se desenvolvendo e se sobrepondo, articulando-se e influenciando-se mutuamente num processo antagônico e conflituoso de luta pela posse e uso da terra.

Nessa perspectiva, as transformações socioterritoriais em curso após o extermínio dos guerrilheiros por parte dos militares, dificultavam ainda mais o acesso à terra e a permanência por parte dos camponeses, principalmente os posseiros expropriados: “Terra desocupada não tinha, porque todos os donos já tomavam de conta. Cada quem com suas áreas de trezentos alqueiros, quatrocentos alqueiros, quinhentos alqueiros e pronto! Dalí por diante ninguém podia mais entrar!” (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A realidade encontrada pelo Sr. Antônio “Precatão” era totalmente diferente da que ele vivenciou antes do período em que ocorreu a Guerrilha. O Sr. Antônio assim exclama:

Naquele tempo, as matas eram como..., aonde você chegasse podia dizer: “vou botar uma roça aqui, aqui é meu!”. E daquele tempo da Guerrilha prá cá foi mudando porque foi entrando mais fazendeiros, mais fazendeiros, até que chegou à conclusão que hoje ninguém poder cortar mais uma rama... Então as mudanças, mudou tudo. As matas era uma mata muito grande, hoje não tem mais mata! (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Os relatos do Sr. Antônio evidenciam os processos territoriais historicamente materializadas no território, como resultados das relações sociais de poder estabelecidas entre

sujeitos, grupos e classes sociais, com interesses políticos, econômicos e culturais diferentes. O território expressa a territorialização dos projetos agropecuários e a desterritorialização dos camponeses, mediados pelas relações socioespaciais em diferentes níveis escalares. Sobre as transformações no território e na mata, que até o início da década de 1970 consistia numa enorme floresta densa e pouca explorada, ele relata:

A mata era o lugar onde nós sobrevivíamos, nós trabalhávamos [...]. Botava aquela rocinha, e de dentro da própria mata nós se alimentávamos com as caças. E aí a mudança de lá daquele tempo pra cá é essa, que vem vindo acabando as matas e as caças. Hoje você não tem mais por onde caçar, porque os próprios fazendeiros acabou com tudo. Quando eles não mata no veneno, mata no fogo. [...]. Aqui mesmo, num lugar desse aqui de Xambioá, quantas vezes, logo assim que eu cheguei pra cá, bem aqui era um lugar de nós matar tatu, olha, matar uma paca, matar uma coisa, e hoje você não mata nem calango! [...]. Peixe nesse rio aqui fulminava! Onde você jogava um lance de tarrafa bem aqui na beira do rio, enchia de peixe! Hoje você passa a noite todinha aqui e não pega nenhum. [...]. Faz muitos anos que eu larguei de pescar porque não pega mais peixe.
[...].

Essa mudança aconteceu acredito que foi por causa do governo, os governos, os presidentes, porque venderam [...]. Porque se não tivesse, os governos não tivesse vendido isso nós não tinha acabado essas matas. Então a mudança é isso, é por causa dos governos. Não foi nós pobre não, porque eu e esses aqui (Camilo e Manoel)¹¹ que somos lavrador... **se fosse por nós, essa mata aqui tava uma mata absurda!** (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

As lembranças do Sr. Antônio “Precatão” emergiram durante a entrevista coletiva, da qual participaram os senhores Camilo e Manoel (imagem 17), que também concordaram e evidenciaram aspectos das mudanças ocorridas com a expansão das apropriações privadas de grandes extensões de terras na região.

¹¹ A narrativa acima foi concedida durante o procedimento de entrevista coletiva com os senhores Antônio, Camilo e Manoel. Na ocasião, os relatos se complementaram e as memórias foram compartilhadas, evocando lembranças dos fatos que impactaram o campesinato antes, durante e após a ocorrência da Guerrilha do Araguaia.

Imagem 17 – Antônio, Camilo e Manoel, em Xambioá-TO

Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Esse relato nos remete à compreensão do significado do uso da terra, do trabalho e da família para o campesinato. Compreendemos o significado da terra à luz da análise de Martins sobre a perspectiva da “terra de trabalho” em contraposição à “terra de negócio”. Enquanto os grandes fazendeiros e empresários se apropriam de grandes extensões de terras visando à plantação de monocultura que atende aos interesses de reprodução do capital, os camponeses legitimam a posse da terra com trabalho familiar, de forma livre e autônoma, para a reprodução própria. Os interesses capitalistas recorrem à força de trabalho assalariada e, em muitos casos, principalmente no Pará, à mão de obra análoga à escravidão, a exemplo do sistema de aviação, num sistema de exploração permanente.

Outro aspecto importante diz respeito à forma como os sujeitos se relacionam com a natureza e avaliam as transformações nela promovidas, fazendo relação entre passado e presente. A esse respeito, as lembranças evocadas por Ruiderval, quando faz referência ao período de ocorrência da Guerrilha, evidenciam as características da região: “isso tudo que você está vendo desmatado era mata virgem na floresta mesmo. Uma hora dessa, ali já tava escuro. Tudo mata” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A preservação e sustentabilidade inerente ao modo de vida camponês, assim como também a forma perversa como os capitalistas devastam as florestas e tornam a terra improdutiva, são demonstradas no relato do Senhor Antônio “Precatão”,

Mas aí o governo vendeu as terras e os fazendeiros cresceram o olho e bota duzentos, trezentos, quatrocentos alqueiros, aonde nós com cinquenta anos não acabava vinte alqueiros, um de nós não acabava vinte alqueiros. Porque se nós plantasse uma roça hoje de dez alqueiros, ou, de um alqueiro, daqui a três anos nós plantava ela de novo. Nunca nós mexia no final dela, da terra (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Essa fala demonstra a percepção e compreensão que os camponeses elaboram dos processos mais amplos a partir das experiências cotidianas por eles vivenciadas. As alterações relatadas demonstram as consequências da doutrina militar adotada desde o final da década de 1960 visando ocupar os espaços “vazios” da Amazônia. A esse respeito, Martins (1980, p. 139) registra: “Quem conhece a Amazônia sabe que na prática essa doutrina opera ao contrário. Ela se transformou numa doutrina de esvaziamento dos espaços ocupados. O chão que antes era do homem transforma-se no chão da vaca e do capital”.

Ao comentar sobre as transformações ocorridas na região, o ex-guerrilheiro José Genoíno faz referência aos povoados que se desenvolveram e viraram cidades, mas, ao lembrar da floresta existente no período da Guerrilha, destacou o nível de violência, conflitos e devastação da natureza e do meio ambiente promovido posteriormente pelo modelo desenvolvimentista do regime militar, que favoreceu a expansão territorial do capital:

Então, eu acho que a ideia que eu tinha da região, que eu faço até hoje... Primeiro que a Serra das Andorinhas, como eu morei, eu fiquei muito em Xambioá, eu atravessava muito a Serra das Andorinhas, eu não consigo ver a região sem a Serra das Andorinhas. Muito bonita a Serra das Andorinhas, foi o que mais marcou! E eu atravessa a Serra das Andorinhas para ir pra Xambioá e atravessava a Serra das Andorinhas pra entrar na selva, então isso ficava muito forte. [...]. Aí eu vi a região, por exemplo, quando eu saí preso lá de onde eu tava na base dos Caianos pra Xambioá, eu sobrevoei de helicóptero. Quando eu vi aquela selva, aquele manto verde cobrindo tudo, aquilo ali ficou muito forte na minha cabeça, aquilo era um grande manto verde impenetrável! E eu gostava muito daquilo, gostava muito! Então a ideia que eu tenho, vamos chamar assim, tenho essa ideia poética, romântica. Mas eu também tenho a ideia de que a região... o que a gente previa acabou acontecendo na região, que ia ser uma região de guerra, de intensa disputa! E de fato, porque é a região mais rica da Amazônia, você sabe, agora não é mais, mas era! Então eu passei a ver essa região assim, esse nível de devastação, de violência, de destruição,

que era uma coisa muito destruidora! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Imagem 18 – Serra das Andorinhas



Fonte: Arquivo de campo (2019).

Nesse contexto de transformações socioterritoriais em que as formas de ocupação e de uso da terra foram alteradas, com a presença conflituosa de novos sujeitos, as estratégias camponesas de enfrentamentos ao latifúndio também precisaram ser alteradas, conforme será demonstrado no próximo capítulo. No item a seguir, analisamos a forma como os camponeses articulam as experiências vividas durante a Guerrilha do Araguaia à continuidade e/ou descontinuidade das territorialidades, por meio da evocação social de memórias.

3.3 Pontilhados da memória: inter-relação passado e presente, territorialidades e constituição de subjetividades

O pressuposto de que os sujeitos expressam os sentidos das experiências vivenciadas a partir do trabalho de rememoração, que por sua vez possibilita as expressões das diferentes formas de concepções do passado, evitando generalizações, nos permite fazer uma reflexão sobre o sentido das memórias que estão sendo construídas para a continuidade e/ou

descontinuidade das territorialidades materiais e simbólicas a partir das experiências dos camponeses que foram envolvidos na Guerrilha do Araguaia.

Esse procedimento nos remete ao entendimento das abordagens teóricas sobre a concepção de memória, reconhecendo a complexidade do significado da mesma, bem como a diversidade de teorias que têm orientado a formulação de conceitos. Assim, recorreremos às contribuições de alguns autores, dentre os quais: Halbwachs (1990), Pollak (1989), Bosi (1994), Le Goff (2003), Rosas (2009), Viana (2020), entre outros, no sentido proceder a uma abordagem interdisciplinar para o entendimento da temática.

As abordagens acerca da percepção atual do passado, relacionando memória e sociedade, foram desenvolvidas no início do século XX, tendo como um dos precursores Maurice Halbwachs (1990), o qual considera que a memória é construída socialmente e procura compreendê-la na relação indivíduo-sociedade, estudando os contextos sociais da memória. Para o autor, a memória não é um fenômeno apenas individual, ela é também um fenômeno coletivo e “submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes” e, por isso, a recuperação da memória não se dá apenas por meio de recordações, mas também por meio do diálogo e da troca com os que vivenciaram as mesmas experiências.

Halbwachs nos alerta que “[...] cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda, conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios” (2004, p. 51). A essa afirmação, acrescentamos a proposição de Viana (2020), de que algumas lembranças individuais focalizam a história individual e não a história social ou coletiva.

Viana aborda a relação entre memória individual e memória social, fazendo referência ao processo pelo qual a memória individual, quando é parcialmente exteriorizada, se torna parte da memória social; e a memória social, quando é interiorizada parcialmente pelo indivíduo, passando a fazer parte de sua memória individual. Neste caso, a expressão dos fatos e acontecimentos que não foram vividos diretamente pelos indivíduos se dá por meio da evocação de elementos da memória social interiorizados pelos indivíduos, ou seja, da rememoração que pode ser “hegemônica, marginal ou de pouco acesso”.

A consciência (mente) atual, ou a ativação da memória se dá por meio do processo seletivo de evocação social de lembranças e esquecimentos, sejam estes indesejados ou não-consciente. Este processo se dá através de múltiplas determinações.

A determinação fundamental das recordações individuais é a personalidade, ou seja, a singularidade psíquica constituída a partir do processo histórico de vida dos indivíduos. Dentre

os elementos constitutivos da personalidade, destaca-se a mentalidade (valores fundamentais, sentimentos mais profundos, concepções mais arraigadas), constituída socialmente. Além da personalidade, o processo de seleção é determinado também por determinadas pressões sociais, a associação de ideias, o inconsciente, repressão social, a censura social, entre outros.

No caso da evocação social de lembranças e esquecimentos, Viana (2020) ressalta:

[...] devemos considerar a mentalidade como aspecto fundamental para a evocação social das lembranças, mas não perdendo de vista que, em cada caso individual, num nível maior de concreticidade, a personalidade vai alterar e influenciar nesse processo. Nesse sentido, devemos colocar que os valores fundamentais, os sentimentos mais profundos e as concepções mais arraigadas são essenciais para explicar a evocação social das lembranças (2020, p. 58).

Com relação ao esquecimento, o autor argumenta que ele pode ser provocado pelo recalçamento (repressão), a exemplo do trauma; por pressão social, tal como censura estatal, moral, etc, enquanto produto da repressão social, introjetada pelo indivíduo. Também, pode ser provocado de forma semiconsciente pelos sentimentos, ou de forma intencional ou inintencional, consciente ou não-consciente, por meio da *adaptação memorial* (reinterpretação do passado, da sua consciência atual) que, por sua vez, pode gerar invenção ou reconstituição memorial.

No que tange à memória individual, Viana (2020) aponta a complexidade:

A história de vida do indivíduo pode gerar a tendência principal para buscar uma invenção ou uma reconstituição memorial, ou pode não apontar para nenhuma das duas como algo que precisa ser efetivado ou, ainda, em certos aspectos pode caminhar para uma delas e em outros pode caminhar para a tendência contrária” (2020, p. 94).

Com base em alguns autores, dentre eles, Bartlett e, principalmente em Berger (1986), Viana explica que a reinterpretação das lembranças (*adaptação memorial*) varia de grau e intensidade, dependendo de algumas circunstâncias, dentre elas, a passagem do indivíduo de uma faixa etária para outra; a mudança de local de moradia; mudanças de concepções ou “visão de mundo”; mudança de status social, a passagem de uma classe social para outra ou “mobilidade social”.

As abordagens de Pollak (1989) evidenciam as tensões e contradições existentes entre a memória individual e a memória social, bem como enfatiza a diversidade de forças e agentes que atuam dinamicamente e de forma conflituosa para a produção e solidificação da memória

social na sociedade capitalista. Segundo ele, as duas funções da memória comum são: manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum.

Numa perspectiva histórica e dialética, Rosas (2009) concebe a memória enquanto palco onde se desenvolve a luta de classes. Ao explicar sua definição de memória, Rosas (2009, p. 85) cita exemplos: “falo do patrimônio físico e documental, falo de representações, de testemunhos, de registros escritos, orais ou filmados, de vivências, daquilo com que se constroem os discursos sobre o passado, mas de que se alimentam as visões atuais”.

A cartografia que evidencie os contextos relacionados às territorialidades constituídas pelo campesinato, nessa perspectiva, pode representar um lugar de materialidade da memória, se configurando como ferramenta de contestação, de resistência e de subversão. Cria condições para dar visibilidade aos aspectos não-visíveis de uma determinada realidade social e política, de suas diferentes significações.

Para Rosas (2009), o processo de construção da memória está associado com a defesa de um projeto de sociedade atual e futura, evidenciando a construção do pensamento hegemônico através do trabalho de manipulação, de anulação, de silenciamento da memória dos processos históricos, das representações, dos conceitos e dos valores potencialmente subversivos. Para o autor, os investimentos em torno da Memória “surgem-nos como um processo social complexo de construção das legitimidades que sustentam as formas de estar, de transformar ou de conservar o mundo em que vivemos” (ROSAS, 2009, p. 85).

Ainda nessa direção, Le Goff (2003) enfatiza a função social que a memória exerce na sociedade, tendo em vista que ela é fruto de experiências coletivas, sendo muitas vezes objeto de disputa entre os grupos dominantes da sociedade. Enfatiza que “os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores destes mecanismos de manipulação da memória coletiva” (LE GOFF, 2003, p. 422).

Pollak (1989) afirma ainda que a memória social é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, na medida em que ela é também um fator importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa e de um grupo em sua reconstrução de si. O autor destaca que a memória coletiva contribui para a definição do que é comum a um grupo, e o que o diferencia dos outros, fundamentando e reforçando o sentimento de pertencimento e as fronteiras sócio-culturais. Sobre sentimento de pertencimento, Pollak (1992, p. 5) enfatiza que é a “imagem que uma pessoa adquire ao longo da vida referente a ela própria, a imagem que ela constrói e apresenta aos outros e a si própria,

para acreditar na sua própria representação”, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros.

A partir das reflexões teóricas desenvolvidas pelos autores acima, pode-se concluir que as experiências dos indivíduos estão registradas na memória de cada um e ao mesmo tempo na memória coletiva, que surge como resultado de processos históricos das trajetórias dos indivíduos e de suas inserções e interações nas diferentes configurações espaciais e sociais, e nos acontecimentos que as envolvem, dos quais fazem parte.

Consideram-se importantes aspectos relativos às estruturas coletivas da lembrança, mas também às relações entre os indivíduos no tempo presente, pois a memória expressa as contradições e conflitos presentes nas condições em que foi engendrada.

É nessa perspectiva que passado e presente são considerados para a compreensão do campesinato. As transformações ocorridas após e em decorrência da Guerrilha, alteraram as configurações sociais, econômicas e territoriais da região, repercutindo na vida da diversidade de sujeitos sociais que constitui o campesinato e, principalmente, nas vidas e trajetórias das famílias camponesas envolvidas no conflito. Essas famílias, que perpassaram processos migratórios constantes e complexos, tendo que se deslocar espacialmente e vivenciar situações de exploração e violência até conquistar a posse da terra no Pará, novamente foram obrigadas a irem em busca de novo chão, numa situação de vulnerabilidade ainda maior por terem sido marcadas pela repressão militar.

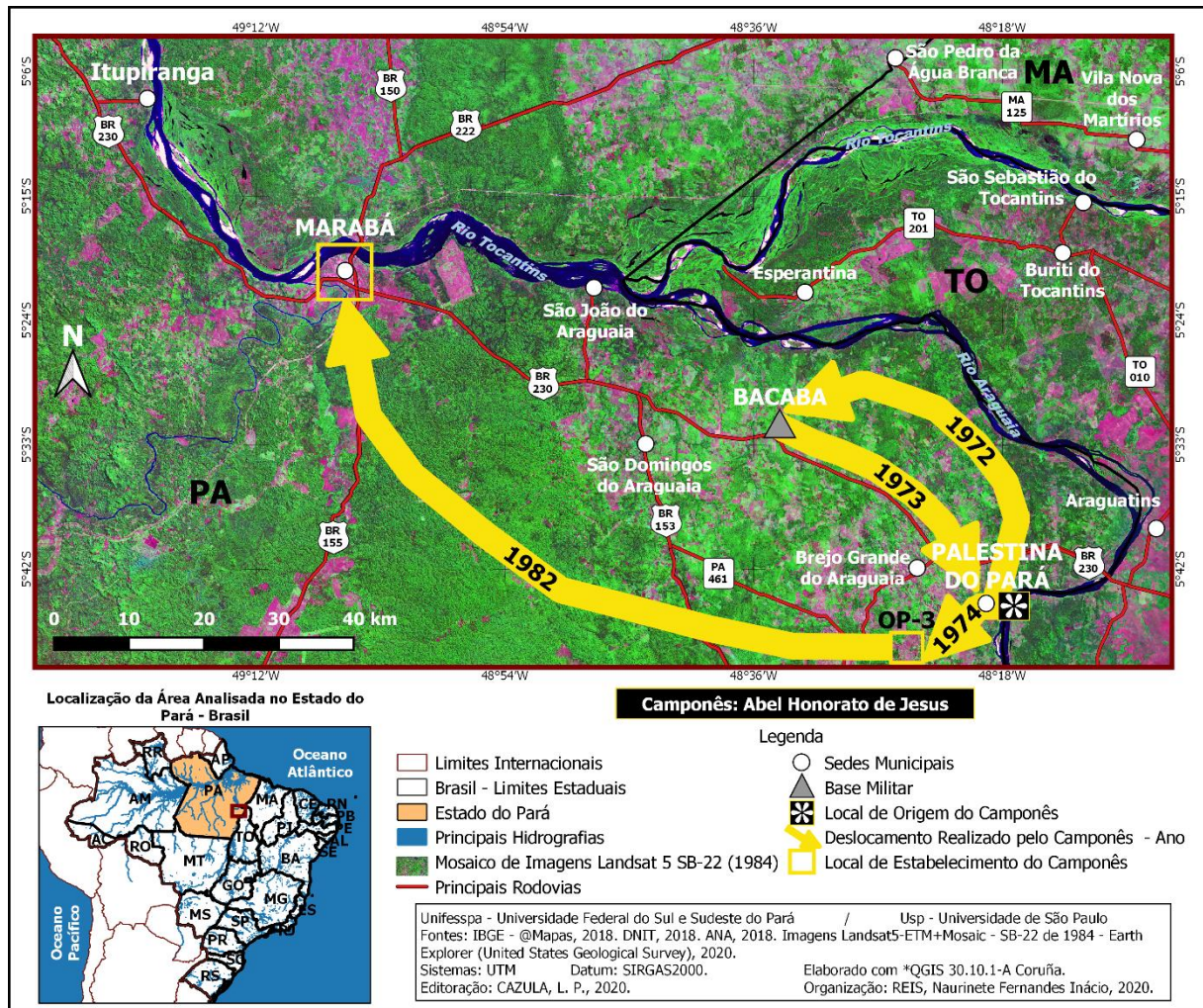
Frente à desterritorialização ocasionada pela atuação das Forças Armadas, e após sucessivas migrações, muitos camponeses envolvidos na Guerrilha recriaram práticas que contribuem com o fortalecimento do modo de vida camponês na região.

O Senhor Abel e a Senhora Francisca, que foram remanejados da terra que tinham em Palestina-PA para a Base Militar Bacaba durante a repressão militar ao movimento guerrilheiro, posteriormente retornaram à Palestina. Em seguida, foram assentados numa terra localizada na Estrada Operacional 3 (OP-3), onde moraram por oito anos. Após venderem a terra, compraram outras na região de Marabá-PA (mapa 8), onde botaram roça e permaneceram morando no Bairro São Félix, de onde olham e interpretam as experiências do passado.

Após terem explicado os fatos vivenciados durante a Guerrilha, eles lembraram, de forma ambígua, da terra que perderam em Palestina, afirmando que não desejaram mais retornar à ela. Assim o Senhor Abel explica:

Na Palestina não! Na Palestina eu sinto uma remoção, porque foi o lugar que eu mais já sofri, pode-se dizer. Porque eu trabalhei tanto e saí de lá escoltado. Não quero. Saí escoltado! Na hora que falam, eu digo: “olha, **pra mim não foi lugar...**”. Saí como terrorista, só me chamavam de terrorista! Cuspiram na minha cara bem aqui no entroncamento do 6 (Km 06), bem ali, no policiamento... **nem gosto de lembrar!** Bateram na minha cara lá no entroncamento de São Domingos... eu sofri demais, demais, demais da conta...! (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Mapa 8 – Deslocamento do Senhor Abel Honorato de Jesus e da Senhora Francisca Silveira da Cruz



Organização autoral

A terra de trabalho, construída com tanto esforço, hoje é relembrada com saudosismo pelas farturas que possibilitou a família produzir, mas também com muita angústia e sofrimento, por ter sido lócus de tantas atrocidades. Assim, a Senhora Francisca Silveira da Cruz, esposa do Senhor Abel, enfatiza:

Aí eu não gosto nem de pensar que eu vivia de boa lá com meus meninos mais ele (Abel), lá nós trabalhando nos nossos serviçinhos... pra de um momento carregarem ele e eu ficar lá com a cara pra riba olhando, sofrendo sozinha, dia e noite... amanhecer e.... Anoitecer e amanhecer só com aqueles menininhos sem ele do meu lado... [...]. Sofri bastante! Pra não querer mais nunca, pra ninguém, o sofrimento que eu sofri!

[...]

Aquele é um lugar que pra nós é morto! Porque só em você passar anos e anos você trabalhando ali num lugar e você ter de tudo e quando pensar que não... carregam seu marido, espancam ele prá lá e você ficar sozinha.... aí seus bagúi vai tudo de água pra baixo e aí se acaba tudo... (Entrevista concedida por Francisca Silveira da Cruz, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Atualmente moram em Marabá, onde recriam e ressignificam o modo de vida camponês, tendo a agricultura de autoconsumo e a venda do excedente da produção familiar como o principal meio de vida.

Eles têm terra fora da cidade onde, até recentemente, praticaram o cultivo de roças. Atualmente desenvolvem o cultivo de algumas plantações e criam animais no terreno em que moram. Até o início do ano de 2019 plantavam cana no terreno do vizinho para fazer e vender a garapa.

Essa cana eu tinha plantado aqui ó, isso aí era linha e meia de chão aí pra trás... eu tinha linha e meia de cana de plantio aí. Nove anos eu passei sendo dono daí, até agora, esse ano. [...]. Isso aí era deles, eu trabalhava na terra deles aí. [...]. Minha terra era lá fora, minha terra lá num dá cana não. A cana eu plantava aqui. [...]. Daí eu não tenho mais nada, daí acabou. Mas aí eu compro fora. Eu compro a cana..., eu compro fora um cento, dois cento, levo o carro e trago... tem um carrinho de nós trazer (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Além da venda da garapa, o Senhor Abel e Senhora Francisca afirmaram: “vende carvão, a garapa, a galinha, o ovo (risos). Aqui eu compro e vendo galinha. Às vezes eu vendo uma; compro duas, três, quatro, cinco, seis... às vezes dez eu compro, é assim... Mas eu vivo... nós vive da nossa aposentadoria, nós somos aposentados...” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

Assim como o Senhor Abel e a Senhora Francisca, o Senhor Antônio “Precatão” relembra da terra que tinha, de onde tirava o sustento da família. Ao relatar as mudanças que ele observa na região, principalmente relacionadas ao desmatamento e o aumento das grandes propriedades fundiárias, lamenta por não ter continuado com a terra. Atualmente com cinco filhos e uma filha, ele sente falta do trabalho na roça.

Eu não tenho onde botar [a roça]. Se eu tivesse numa terra, eu... mesmo na idade que eu tô, sem força, com minha turma de menino de filho homem que eu tenho, os cinco filhos homem, eu tava na terra e tava na minha [...]. Do jeito que meus filhos são todos uns homens trabalhador e tudo gosta de roça...tem dois que não gostam de roça não, mas por influência dos outros eles ia também. Mas se os dois não quisessem, mas os três fossem enfrentando, hoje nós tava noutras alturas, dentro de uma terra boa, igualmente a minha terra (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

O relato demonstra importantes dimensões do modo de vida camponês que dizem respeito à função da terra, da força de trabalho familiar utilizada e o significado da continuidade do trabalho na terra passada de geração em geração, por meio da sucessão da propriedade para os filhos.

As ações dos militares tiveram como consequência, na prática, a tentativa de desterritorialização do campesinato na região e o enfraquecimento e precarização de territorialidades construídas a longo tempo. As terras conquistadas, representavam os meios para a produção de valores de uso que garantiam as condições de reprodução dos camponeses; eram resultados de acúmulos de trabalho de muitas gerações, com ajuda de vizinhos, compadres e parceiros, entre outros. A expulsão das famílias destruía a possibilidade de os filhos continuarem sendo camponeses, uma vez que não teriam condição de receber do pai a propriedade da terra no futuro.

Além disso, a terra da qual foram retirados compulsoriamente, e as relações em que estavam inseridos, representavam muito mais do que foi julgado pelos militares, a exemplo do que argumentou o tenente Jiménez (2002) ao destacar os objetivos da retirada das famílias camponesas da região: “Aqui é importante deixar claro que estas pessoas residiam em pequenas palhoças de chão batido e quase sempre sem portas e janelas” (2002, p. 162). A respeito desse fato, é importante destacar que o julgamento que as Forças Armadas fizeram a respeito do modo de vida dos camponeses, deixou implícita uma concepção preconceituosa, fundamentada em noções classificatórias e evolucionistas, como se o considerasse inferior e atrasado, sendo justificável a expropriação dos meios e bens de produção dos camponeses.

A análise dos relatos dos camponeses, bem como da literatura sobre a temática da Guerrilha do Araguaia nos permite afirmar que os militares consideraram os aspectos sociais, culturais e econômicos do campesinato da região em suas táticas de extermínio do movimento guerrilheiro. Assim, as redes de amizades e vizinhanças, as histórias e trajetórias de vidas e os elementos que fortaleciam os vínculos de pertencimento, foram sistematicamente compreendidos para, posteriormente, serem objetos de desarticulação.

Os sujeitos dessa pesquisa demonstram que, além dos mais aprimorados métodos de torturas físicas utilizados pelos agentes da repressão, algumas práticas tiveram como base os elementos da produção e reprodução camponesa. A destruição desses elementos consistiu numa estratégia sistemática para desterritorializar o campesinato da região e deixar livre o terreno para a livre expansão do latifúndio.

O terror exercido pelo Estado brasileiro visando a destruição da sociabilidade camponesa, dos meios de produção e a repressão aos camponeses também foi evidenciado na pesquisa desenvolvida por Mechi (2012), a qual apontou também que essa é uma prática que tem sido recorrente, historicamente, na repressão aos movimentos camponeses. Repressão semelhante foi efetivada contra o campesinato em alguns movimentos de luta pela terra, a exemplo de Canudos e Contestado no período republicano e, ao longo do século XX, destaca a “Guerra de Porecatu”, entre 1940 e 1950 no Paraná; a “Revolta camponesa de Trombas e Formoso”, iniciada nos primeiros anos de 1950, no povoado pertencente ao município de Uruaçu, Goiás, e as Ligas Camponesas, iniciada no Engenho Galileia, em Vitória de Santo Antão, Pernambuco, em 1955.

Durante a repressão militar aos guerrilheiros, muitos camponeses foram obrigados a realizar atividades degradantes em condições extenuantes: derrubada de palmeira com machado cego; exposição ao sol abrasador e aos formigueiros durante o período em que ficavam presos às árvores; uso da própria mão na prática de limpeza de mato; deslocamento até as bases militares, a cada 15 dias, para passar informações sobre os guerrilheiros, ou no interior da mata guiando os militares, entre outras.

Os militares tornaram as atividades desempenhadas pelos camponeses mais duras e fatigantes. Caminhar longas distâncias, por exemplo, não era algo desconhecido para os camponeses, pois já eram acostumados pelas características na região onde moravam. Como muitos deles relataram, existia uma baixa densidade demográfica e os moradores, considerados vizinhos, moravam a quilômetros de distância. Além disso, as longas caminhadas eram feitas pelos camponeses que trabalhavam na extração do caucho ou na coleta da castanha, e em outras atividades extrativistas. Quando as castanheiras não eram muito produtivas, por exemplo, os camponeses caminhavam horas no interior da mata em busca dos ouriços.

O trabalho dos guias (ou mateiros), conforme retratado também por Mechi (2012), foi uma forma do Exército “brutalizar o camponês”. Aos camponeses eram atribuídas as funções de guiar as tropas militares na mata na caça aos “terroristas”, mas também a realização de parte

do “trabalho sujo” que os militares não queriam fazer, como decepar cabeças, mãos ou outros membros dos “terroristas”, função também repassada aos *bate-paus*.

O trabalho como guia que, salvo exceções, feito sob coação, prisões, ameaças e torturas, assim como a prática de delação “estimulada” pelo Exército, também fragilizaram os laços comunitários e as redes de ajuda mútua que fortaleciam a solidariedade camponesa. Sob muitos recaiu a suspeita de terem colaborado com o Exército na localização, prisão, tortura e assassinato de guerrilheiros e camponeses. Nesse contexto, prevaleceu um clima de desconfiança entre os vizinhos e de medo, tanto das Forças Armadas, quanto das consequências do contato com os guerrilheiros.

Os camponeses foram deslocados compulsoriamente de suas posses e expropriados de outros meios de trabalho. Tiveram os instrumentos de produção destruídos e foram impossibilitados de acessar os produtos das roças, os recursos das florestas e dos rios, bem como de produzir para o autoconsumo, de consumir o que já tinha produzido e também de vender os excedentes da produção.

Além da fragmentação ou expropriação da força de trabalho dos membros da família, o Exército promoveu a desestruturação ou desarticulação das condições de sociabilidade e das bases das relações de solidariedade camponesa, dentre elas, as práticas de ajuda mútua e a troca de dias de serviço entre os vizinhos e membros das comunidades, elementos fundamentais para a reprodução do modo de vida camponês.

Além disso, as prisões arbitrárias e as diversas formas de tortura física e psicológica e de trabalhos forçados a que muitos foram submetidos, precarizou, ou mesmo impossibilitou que todos os membros das famílias camponesas continuassem trabalhando na terra após a eliminação militar dos guerrilheiros – alguns, por terem sido assassinados; outros, devido às sequelas físicas ou aos traumas psicológicos.

Com relação à força de trabalho familiar na unidade camponesa de produção e sobre o detalhamento da participação dos membros da família no trabalho recorremos à abordagem de Tavares dos Santos (1978, p. 31): “Os homens têm a responsabilidade de todas as tarefas produtivas, da direção do processo de trabalho, e do contato com a cidade, aonde vão fazer ‘negócios’. O chefe de família é a maior autoridade da unidade camponesa”. A mulher, por sua vez, tem uma jornada de trabalho que inclui a realização de tarefas domésticas e de tarefas produtivas, participa também das decisões. Nessa dimensão, ressaltamos que as necessidades dos membros das famílias que permaneciam na terra ficaram impossibilitadas de serem satisfeitas, pois, conforme o mesmo autor, dependendo do momento e da necessidade, cada

pessoa da família desempenha um trabalho útil e concreto. “Desse modo, estrutura-se no interior da família uma divisão técnica do trabalho, articulada pelo processo de cooperação, resultando numa jornada de trabalho combinada dos vários membros da família (TAVARES DOS SANTOS, 1978, p. 34).

A realidade relatada pela Senhora Francisca, esposa do Senhor Abel Honorato, bem como pelo Senhor Ruiderval sobre a condição em que ficou a mãe após o assassinato do pai, demonstram a estratégia militar de destruir as práticas de ajuda mútua, elemento importante para a reprodução camponesa que, conforme apontado por Tavares dos Santos (1978, p. 36), “[..] cobre uma necessidade de força de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar, e tampouco com o assalariado, pois seus rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores continuamente”. Dentre outras características, as práticas de ajuda mútua garantem a complementação da força de trabalho familiar por meio de *mutirões* ou de *troca de dias serviço*, com participação dos vizinhos, bem como exerce importante função no reforço do sentimento de pertencimento a comunidade e na renovação da solidariedade do grupo.

Os relatos demonstram a destruição das condições de sociabilidade, pois alteram profundamente as relações sociais e culturais fundamentais à reprodução social no campo. Ao relembrem das perdas de natureza imaterial e intangível, enfatizam as dimensões simbólicas, afetivas e culturais que, até os dias atuais, influenciam e orientam o modo de ser, pensar e agir desses sujeitos.

A dimensão simbólica e subjetiva dos impactos causados aos camponeses aparecem nos relatos sobre “o antes” e “o depois” da repressão militar. O saudosismo em relação ao que era o lugar onde moravam e a aversão que expressam ao lembrar a transformações ocorridas. A repressão do Exército atingiu grupos sociais, comunidades, famílias e indivíduos, muitos dos quais, até os dias atuais, sofrem as consequências das formas extrema de violência às quais foram submetidos.

Os impactos deixados por esse acontecimento refletem-se não apenas nos traumas psicossociais dos envolvidos, individualmente e coletivamente, como feridas que não saram/cicatrizam, que repercutem nas práticas e representações sociais, mas também, nas configurações sociais, políticas, econômicas e territoriais que caracterizam a região até os dias atuais.

No mais, fora das gravuras e dos livros, na sociedade de hoje, o passado deixou muitos traços, visíveis algumas vezes, que se percebe também na expressão dos rostos, no aspecto dos lugares e mesmo nos modos de pensar e de sentir, inconscientemente conservados e reproduzidas por tais pessoas e dentro de tais ambientes, nem nos apercebemos disto, geralmente (HALBWACHS, 1990, p. 68).

Muitos aspectos da história vivida no passado pelos sujeitos dessa pesquisa estão gravados no território, como rastros visíveis que remetem às experiências difíceis de serem lembradas. Nesse sentido, os camponeses destacaram alguns lugares onde ocorreram prisões, torturas, assassinatos e desaparecimento de corpos, como a base Bacaba, a base de Xambioá, os quartéis, os sítios, roças e casas dos camponeses, o interior da mata e as margens dos rios, a Casa Azul, as delegacias de Marabá e de Xambioá, entre outros. Importante destacar que muitos desses espaços, atualmente, embora descaracterizados pela ação do tempo e pelas funcionalidades que tiveram após o final da Guerrilha, estão sendo reivindicados por grupos organizados como lugares de memórias, a exemplo da Casa Azul.

Sobre as marcas deixadas pelo passado no território, importante mencionar os lugares que foram nomeados a partir de indivíduos considerados “memoráveis”, no sentido discutido por Viana (2020). No que se refere aos guerrilheiros, destacamos o nome dado ao acampamento do MST de Helenira Resende. No caso dos militares, a homenagem do Exército ao Cabo Odílio Cruz Rosa, dando seu nome à Base de Selva, localizada no município de Marabá. Em São Domingos do Araguaia, destaca-se a Associação dos Torturados da Guerrilha do Araguaia. São formas de conservar determinados aspectos do passado e de sua significação social a partir dos interesses de grupos e classes sociais em disputa pela memória social.

Analisando as ações das Forças Armadas durante a repressão à guerrilha, bem como a intervenção militar nos conflitos socioterritoriais após o extermínio dos guerrilheiros, demonstramos que todos os elementos caracterizadores do modo de vida camponês, bem como as tentativas de organização política de luta pela terra foram, deliberadamente, alvos de desarticulação como parte das estratégias dos governos militares para garantir as condições de implementação das políticas de desenvolvimento para a Amazônia.

A terra materializa o lugar de pertencimento, construído após longos e sofridos processos de desterritorialização de outras terras, processos de deslocamentos, e construção de novo território com práticas e relações sociais significativas. E foram essas práticas e relações sociais que motivaram o retorno do Senhor Ruiderval à Xambioá, após os vários deslocamentos espaciais que se viu forçado a fazer. Em virtude desses deslocamentos, ele foi obrigado a

conviver com situações e contextos que os submetem a relações baseadas em temporalidades diferentes da que ele pertencia.

A compreensão da concepção de território nos remete às visões de alguns autores que, embora em alguns aspectos sejam diferentes, convergem para o fundamental inerente à categoria geográfica. Assim, com base em Claude Raffestin (1993), parte-se da concepção de território enquanto uma extensão do espaço usada e apropriada no processo de produção e reprodução da vida que perpassa por relações de poder e disputas entre grupos e classes sociais.

Conforme Raffestin (1993), ao se apropriar do espaço o ator sintagmático o territorializa. Assim, “o território, nessa perspectiva, é um espaço onde se projetou um trabalho, seja energia e informação, e que, por consequência, revela relações marcadas pelo poder. O espaço é a “prisão original”, o território é a prisão que os homens constroem para si” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144).

Considerando o pressuposto epistemológico dialético adotado nessa pesquisa, tomamos como referências principais as proposições de Raffestin (1993), as quais são coerentes com o estabelecimento da reciprocidade na relação entre sujeito e objeto na construção do conhecimento. Sendo assim, para uma melhor compreensão da complexidade da realidade em estudo, os pressupostos de totalidade, historicidade, dialeticidade, praxidade e concreticidade nos quais se fundamenta epistemologicamente a dialética, são articuladas a outras concepções, como as de Haesbaert, que possibilitam enfocar outras dimensões da vivência humana e das relações sociais no tempo e no território, contribuindo também com a perspectiva da concepção relacional de território, no sentido de evidenciar sua historicidade. A partir da leitura que faz de Deleuze e Guatarri, Haesbaert nos auxilia na abordagem da perspectiva da subjetividade na construção do conhecimento.

O processo analítico do real concreto estudado requer, evidentemente, que recorramos a outras categorias geográficas, a exemplo de territorialidade, territorialização, desterritorialização, reterritorialização, entre outras, abordando-as de forma contextualizada, para o entendimento das dinâmicas atuais do campesinato e seus processos de constituição e desenvolvimento. Essas considerações nos remetem às formulações que Haesbaert desenvolve a partir das proposições teóricas desenvolvidas por Deleuze e Guattari sobre as representações do território e da territorialidade, as quais contribuem de forma significativa para os estudos territoriais, principalmente, por possibilitar a compreensão dos elos existentes nos processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. Para os autores, as forças sociais,

políticas e econômicas atuam como elementos de manutenção, expulsão ou atração nesses processos.

Ao reconhecer a importância da obra de Gilles Deleuze e Félix Guattari para a Geografia, Haesbaert ressaltou o conceito de desterritorialização, esclarecendo a concepção que os autores apresentam de des-re-territorialização, bem como demonstrando o grande potencial da abordagem para explorações no campo da Geografia (HAESBAERT, 1994, 1997, 2002). Ao discuti-la para além do debate filosófico, os autores fundamentam a aplicabilidade teórica para compreensão de situações e problemas concretos vinculados às práticas humanas e o contexto nos quais se inserem.

Dessa forma, Rogério Haesbaert contribui para a compreensão das diferentes temporalidades e territorialidades expressas no processo de construção do território, explicando os quatro componentes da concepção de território: os agenciamentos maquínicos de corpos, os agenciamentos coletivos de enunciação, a desterritorialização e a reterritorialização. Enfatiza que os territórios comportam dentro de si vetores de desterritorialização e de reterritorialização, os quais são processos indissociáveis. Para o autor, não há saída do território, ou seja, desterritorialização, sem um esforço para se reterritorializar em outra parte. A desterritorialização está vinculada ao movimento pelo qual se abandona o território por meio da mobilidade dos fluxos, pelo desenraizamento e pelo hibridismo cultural. Nesse processo acontece “a operação da linha de fuga”.

A criação do território se dá através de agenciamentos coletivos de enunciação (remetem aos enunciados, regime de signos compartilhados) e agenciamentos maquínicos de corpos ou de desejo (remete às máquinas sociais, às relações entre os corpos humanos, corpos animais, corpos cósmicos). Existe uma relação entre os dois, pois ambos percorrem um ao outro, intervêm um no outro, consistindo num movimento recíproco e não hierárquico.

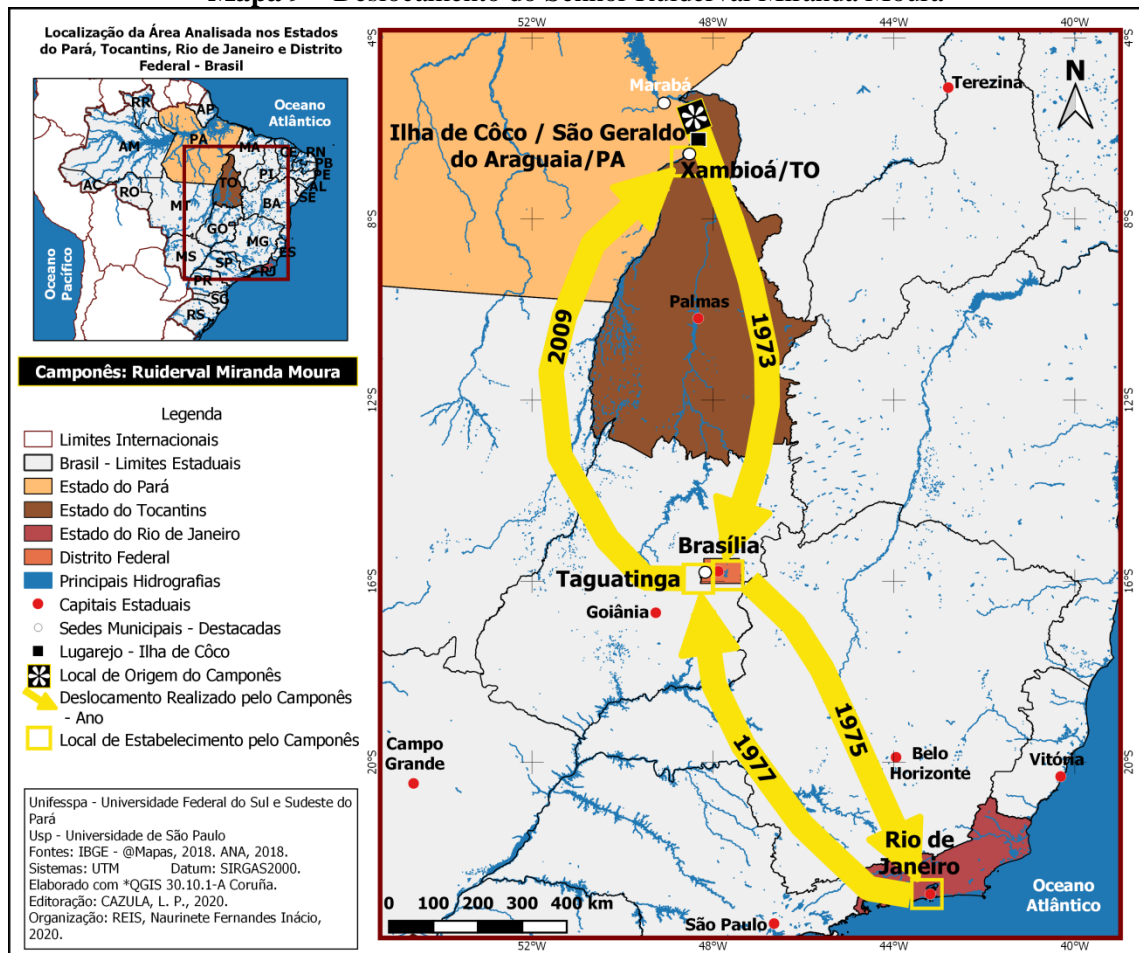
A reterritorialização se manifesta nas dimensões socioculturais e está relacionada ao processo de readaptação com novas ressignificações e redimensionamento de coisas e de comportamentos, forjando a necessidade de construção de novas identidades, novas formas e novas configurações. Pode ocorrer a reterritorialização econômica, política, social, cultural em outro lugar, como também a reterritorialização relacionada ao pensamento (articulada à territorialidade do socius), à mudança na forma ver o mundo e a sociedade, implicando na construção de novos valores que orientarão condutas e formas de organização no novo ambiente.

3.3.1 “Você continua com aquela personalidade só que ela fica fragilizada!”

A história de vida do Senhor Ruiderval é compreendida levando em consideração esse processo de des-re-territorialização, os deslocamentos territoriais, conforme Mapa 9.

Atualmente ele está aposentado, tem cinco filhos e três netos. Há dez anos retornou a Xambioá, voltando a morar na mesma casa onde morava com a família no período em que ocorreu a Guerrilha. Comprou uma terra à margem do Araguaia, em Xambioá e em frente à terra onde era do pai, do outro lado do rio, em São Geraldo do Araguaia.

Mapa 9 – Deslocamento do Senhor Ruiderval Miranda Moura



Organização autoral.

O Senhor Ruiderval concedeu entrevista a esta pesquisa em sua chácara, de onde evocou suas memórias olhando para o outro lado do Araguaia, direção em que ele apontava quando fazia referência às experiências vivenciadas no passado, conforme imagem 19. Assim, ele descreve o lugar: “Na ilha de Coco, ali ó! Logo ali era do meu pai. Aquele pé de sumaúma, uma árvore que tinha na época que eu era moleque e ainda existe até hoje. Do outro lado nós

morávamos, na terra firme do lado do Pará” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Imagem 19 – Ruiderval Miranda Moura em sua Chácara, localizada em Xambioá-TO



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Ao falar sobre o motivo do retorno à Xambioá, o Senhor Ruiderval explica as dimensões materiais e simbólicas das territorialidades construídas:

Tenho um laço muito forte aqui! [...]. Eu acho que eu tenho uma vida aqui, muitas vidas. A minha família toda é sepultada aqui, meus avós... (só não meu pai), a minha mãe, o meu irmão. Então, quer dizer, tem alguma coisa aqui que me atrai, esse rio que é maravilhoso. Eu acho que nasci e me criei comendo peixe do Araguaia com farinha de fubá lá naquela ilha ali, e assim ... comendo gongo com farinha, tanajura essas coisas, (risos), isso me atraiu muito. [...]. É o local onde eu cresci. [...]. Mas é isso... o que importa é que eu, eu – Ruiderval - tô tranquilo! Comprei isso aqui, tenho essa chácara, tenho uma casa, tenho meu carro, velho, mas tenho... (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Ao mesmo tempo em que se sente vitorioso por ter conseguido enfrentar os problemas, o Senhor Ruiderval elabora uma reflexão crítica dos fatos ocorridos no passado e suas repercussões posteriores. Ao relatar sobre o adoecimento da mãe em função do trabalho de lavar roupa no rio, sob a temperatura alta, ele estabelece uma relação com a repressão militar à guerrilha. Para ele, a necessidade de continuar a reprodução social familiar sem a participação do esposo assassinado pelo Estado, colocou a mãe em condição de vulnerabilidade social e econômica, tendo que recorrer ao trabalho intenso e constante para garantir o sustento da família: “É complicado! O Estado te traz todo o problema, algumas pessoas que estão no Estado representando o Estado não dão valor àquilo e você padece... Você vai falar com quem, cara!?” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Sobre as consequências dos sofrimentos durante a trajetória de vida do Senhor Ruiderval, ele enfatiza: “O que eu sofri eu não quero que ninguém sofra, não quero para ninguém! E vou fazer o quê!? A época de gritar passou... **É..., eu gritei muito, ninguém me ouviu!**” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Essa realidade nos remete à construção de territorialidades, a partir das trajetórias de vida dos sujeitos. Nesse caso, as diferentes vivências, pertencimentos aos lugares, vão sendo construídas e se acumulando com trajetórias passadas. Não há rompimento. Há ressignificação, readaptação, recriação. Ao lembrar, no ato da expressão, o Senhor Ruiderval se dá conta de que os acontecimentos do presente estão atravessados pelos fatos do passado. As experiências vivenciadas durante a Guerrilha o acompanham, nos diferentes lugares, influenciam as relações e práticas posteriores.

O lugar onde foi criado e que representa fator importante em sua vida, a Ilha de Coco, foi atravessado por um acontecimento que criou as condições para que a harmonia existente fosse quebrada, o que o levou a se retirar do lugar, como um mecanismo de fuga. Porém, o forte vínculo o levou de volta ao lugar que, embora comporte tantas contradições e ambiguidades, bem como remeta a lembranças doloridas e traumáticas, o atrai com força superior. Nesse sentido, o Senhor Ruiderval enfatiza, de forma reflexiva, as consequências da repressão do Exército para a família que não teve nenhum amparo por parte do Estado:

Não teve essa proteção! Ninguém do Estado veio perguntar pra ela (a mãe) se ela tava passando necessidade depois da morte do meu pai, ninguém veio falar pra ela “olha nós vamos cercar sua terra, nós vamos colocar um preço nela e

nós vamos lhe pagar”. Ninguém veio fazer isso! Você entendeu como que é!? E nós morávamos lá, nós morávamos lá!!! A gente morava lá... (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A narrativa foi fortemente emocionada quando fez referência à família e ao lugar onde moravam. A desestruturação familiar pela ausência do pai e, principalmente pelo motivo dessa ausência, teve como consequência a necessidade de sobre-esforço da mãe que, não teve como continuar trabalhando na terra, foi obrigada a recorrer ao que ela sabia fazer melhor, que era lavar roupas no rio. O Senhor Ruiderval, não suportando as retaliações e estigmas sociais a que foi submetido no lugar onde nasceu e foi criado, não teve outra opção a não ser abandonar o local, conseqüentemente, tendo de ir morar distante da mãe, a quem ele, com esforço do trabalho, conseguiu dar melhor condição de vida.

O diálogo com o Senhor Ruiderval foi estabelecido em um lugar escolhido por ele. De frente para as marcas do passado que, durante a narrativa, ganhavam maiores tonalidades. De onde estávamos víamos a terra onde ele morava com a família até o período de repressão militar ao movimento guerrilheiro e que hoje está sob o domínio de outra pessoa. A emoção incontida era expressa através de lágrimas, dor, sofrimento que o impedia de continuar algumas falas. Essa emoção foi aumentando gradativamente ao ir reconstituindo a percepção sobre os fatos passados e relacionando-os ao contexto presente que o levou de volta ao lugar de pertencimento.

Olhando para a terra e não conseguindo conter o choro, lembrou a forma como o pai trabalhava a terra:

Lá era muito bom, eu lembro que (pausa... choro) meu pai ... meu pai cuidava muito, ele era ambientalista, ele cuidava da natureza como ninguém. Tinha dois pirarucus lá enormes, enorme, próximo à casa da gente e ele não deixava ninguém mexer naqueles pirarucus! Ele passava de barco beeeem... aí batia na canoa assim e os pirarucus vinham flutuando perto dele. Nossa, ele achava aquilo lindo! Para mim foi esse exemplo, eu gosto dos animais também, eu preservo isso aqui, eu tenho isso aqui não deixo as pessoas depredarem, matar os animais aqui, eu não gosto que façam isso. Então, quer dizer, uma lição de vida que ele me passou! Pouca, mas boa (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

As memórias do Senhor Ruiderval o levaram a refletir sobre a dimensão ambígua e conflituosa representada pelo rio na vida da família dele. O rio traz a lembrança do trabalho do pai, do momento de pescaria que também é um momento de lazer.

Eu me lembro muito do meu pai porque ele gostava muito do rio, da água, ele era um cara muito fascinado por esse rio, ele amava! Esse rio era a vida dele. Ele trabalhava no rio, fazia construção de barco, construía um barco muito bem. [...]. **Esse rio me prendeu muito, eu acho que essa lembrança me trouxe de volta pra cá, sabe.** Essa lembrança de pescar com meu pai a noite: eu com um jacumã e ele jogava a tarrafa e..., nós pegávamos muito peixe, tinha trabalhadores lá, enfim era muito bom, era muito gostoso (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Mas o rio também tem relação com a doença que levou a mãe à óbito em 12 de junho de 1997. Ele associa a morte da mãe às consequências da repressão militar aos guerrilheiros: “Eu acho que as perdas foram grandes. Minha mãe foi ser lavadeira pegou câncer de pele na beira do rio! Morreu com câncer de pele”. Ele sentiu-se culpado por não ter permanecido próximo à mãe e por não ter conseguido convencê-la a mudar-se para Brasília com ele.

Assim, as mortes da mãe e do pai estão relacionadas às consequências da repressão militar. Além disso, ele associa a própria personalidade com os fatos violentos sofridos durante a guerrilha: “eu acredito que essa minha postura tenha sido por causa do que eu sofri, postura de ser mais agressivo com as pessoas”. Essa postura, segundo ele, tem a ver com: “a perda de personalidade (pausa). Você não deixa de ter a personalidade; **você continua com aquela personalidade só que ela fica fragilizada!** Ela fica fragilizada (pausa). Você se sente inútil!” (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

A compreensão da realidade de forma qualitativa nos leva à tentativa de compreender criticamente as forças que afetam a subjetividade, a qual, por sua vez, consiste num sistema complexo e heterogêneo, constituído pelo sujeito e pela diversidade de relações estabelecidas por ele. Essas forças que atuam de forma rizomática e transversal ligam processualmente a subjetividade às situações, ao coletivo, ao heterogêneo. Esse afetamento da subjetividade forma um agenciamento, possibilitando a construção de linhas de fuga, convergindo em processos coletivos que trazem o novo, conectando-se à exterioridade e construindo novos territórios existenciais a partir de rupturas de sentido e do estranhamento da vida (DELEUZE; PARNET, 1998).

A perspectiva da cartografia de memórias possibilita o mapeamento das relações, para se conhecer a realidade em sua complexidade e para compreender processos de encontros que possam ocasionar desterritorializações e, conseqüentemente, construção de novas territorialidades e/ou recriação de antigas, a exemplo da situação vivenciada por Ruiderval.

Aí você tem que se desdobrar pra mostrar que você é superior àquilo que tá acontecendo contigo! Eu via essa possibilidade e tô aqui... conversando com você... Sobressai. Sobrevivi. Criei família e nunca passaram necessidade, nunca roubaram, são pessoas de bem, graças a Deus.

Às vezes a gente fica meio emotivo porque... quando você relembra o que você passou e que você não tinha uma oportunidade de pedir socorro e se você pedisse você não tinha ninguém pra te ajudar... As pessoas ficavam abstrata em relação a tua agonia, entendeu, porque elas também podiam sofrer o que eu estava sofrendo. Entende agora como era difícil? Complicado! (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Diante de tantas dificuldades surgidas em sua trajetória de vida, nos diferentes lugares em que andou e nas diversas relações que estabeleceu, o Senhor Ruiderval precisou superar as perseguições, os estigmas e os traumas vinculados à repressão militar na região e construir novos sentidos, sem desvinculá-los do seu lugar de pertencimento.

3.3.2 O mapeamento exercido pela memória: compreensão, explicação e (re)construção social da realidade

Os relatos dos sujeitos dessa pesquisa reconstituem fatos importantes referentes às trajetórias de vida de famílias camponesas que sofreram processos de desterritorialização, que tiveram a descontinuidade do modo de vida, desestruturação familiar, lançando-os em correntes migratórias em busca de terra e de trabalho.

Hoje tem muita gente que passou por uma situação semelhante à minha e que não tem coragem de falar o que eu estou falando contigo. E você já passou por muitas dessas pessoas, acredito eu, já conheceu alguém... E eu não tiro a razão deles! É sofrido às vezes (pausa), é complicado, cara! É assim mesmo... A gente é forte, é isso é aquilo, mas mexe com teu emocional, mexe com tua vida passada, mexe com tudo! Mexe com a tua mãe que morreu e sem ter um conforto. [...]. Ela teve esse conforto porque eu dei, porque eu fui atrás, não porque o Estado, que era o culpado, veio a protegê-la (Entrevista concedida por Ruiderval Miranda Moura, em 28 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Decorridos quase cinco décadas, muitas pessoas ainda temem as consequências da expressão de suas próprias memórias, prevalecendo um silenciamento sobre os fatos ocorridos. Esse silenciamento dificultou o conhecimento da história da região pelas gerações seguintes, a exemplo do que relatou Maria Raimunda César de Sousa, imagem 20, de 45 anos.

A curiosidade de Maria Raimunda em compreender alguns fatos relacionados às memórias da infância, e os fatos relacionados à família em tempos mais recentes, a motivou buscar informações sobre o passado que, conforme o processo de rememoração dela, está entrelaçado aos fatos relacionados à Guerrilha. O trabalho de elaboração da compreensão da própria trajetória, da história da família e da comunidade à qual pertence a remete à necessidade de compreensão dos acontecimentos anteriores ao seu nascimento. A partir da convivência e do diálogo com os camponeses há muito tempo na região, bem como por meio da socialização histórica e política de memórias, ela procura reconstituir os significados dos acontecimentos.

Imagem 20 – Maria Raimunda César de Sousa, Marabá-PA



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2019).

Nessa procura, descobriu que os nove meses em que estava sendo gestada no ventre de sua mãe correspondiam ao período em que ocorria a fase final de extermínio militar à organização guerrilheira. Nessa circunstância, sempre que avisados pelo Exército, os camponeses tinham que dormir em buracos feitos nas residências, conforme demonstrado no capítulo 2. Assim, a gestação e nascimento de Maria Raimunda foram fortemente marcados pelo clima de medo, terror, insegurança e angústia decorrente das ações militares na região.

Em consequência desse contexto e em função do monitoramento a que os camponeses foram submetidos pelas forças militares, a história da Guerrilha foi silenciada e a memória foi enquadrada dentro da versão militar durante muito tempo. De acordo com Maria Raimunda:

“Se comentava muito pouco sobre isso, ninguém ficava comentando sobre a Guerrilha na região. Mas depois assim, algumas curiosidades..., virava e mexia a gente escutava uma ou outra história dentro de casa, quando chegava um ou outro” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ela só compreendeu esse contexto após um processo de articulação de fatos, relatos e memórias do passado. “**Mas, eu tenho meus lapsos de memória da infância, tem algumas imagens que só depois com tempo eu fui entender, né, o que eram essas imagens, essas histórias.** Então, e aí eu fui mais curiosa tentando entender o que era isso, né!” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Interessante observar a relação que Maria Raimunda estabelece entre memória e imagens, a qual pode ser compreendida à luz da abordagem feita por Lussault (2003). Para o autor (2003, p. 1), a definição de *imagem*, no sentido etimológico original, consiste na “reprodução inversa que uma superfície polida dá de um objeto que ali se refletiu. Por extensão, sistema de signos não-verbais que representa alguma coisa”. A definição mais abrangente de *imagem* como “sistema de signos mediatizando a relação indivíduo-ator com o mundo”, nos possibilita relacionar imagem à memória. Conforme explicada pelo autor, essa concepção remete à:

Relação com o mundo: pode-se dar à palavra imagem um sentido mais largo, sem lhe reduzir ao domínio do visual, o que não é uma posição necessariamente aceita por todos os pesquisadores. A imagem torna-se então sinônimo da representação, que pode tomar formas muito diversas: texto escrito, falas, ícones, “imagerie” animada, dispositivos visíveis... A definição da representação que convém a essa expansão do domínio da imagem se encontra em Louis Marin, para quem ela é “**a enunciação poderosa de uma ausência**” (MARIN, 1993, 10); ela apresenta uma coisa que não está lá – e na origem ela atenua a ausência daquilo que a corrupção do tempo teria feito desaparecer, para vir, por extensão, manifestar a presença de tudo isso que se furta ao aqui e agora, sejam quais forem os motivos para isso. Ao mesmo tempo, ela exhibe seu próprio status de enunciado representativo, o que permite ao espectador e/ou ao leitor de se constituir em sujeito-observador (no sentido de olhar) e ou/leitor (grifo nosso) (LUSSAULT, 2003, p. 6).

A curiosidade de Maria Raimunda decorreu principalmente da postura da mãe em relação a ela. “Então quando eu fui chegando ali na década já de 80, passando dos meus 12 anos, fui tentando entender mais... e depois entrando na juventude... que era, porque que minha mãe implicava, tudo que eu queria fazer minha mãe impedia”. Assim, ela explica a relação com a mãe:

Na adolescência eu tive problemas, assim graves com minha mãe, muitas tensões. É, adolescente já tem, imagina eu...! Minha mãe proibia, não deixava eu fazer absolutamente nada, não deixava sair e eu queria participar das coisas e minha mãe não deixava, a não ser coisas de escola né, desfilas no Sete de Setembro, participar dessas coisas, as outras minha mãe não deixava. [...]. Então tinha a escola e a Igreja que era onde, os locais que eu frequentava e participava. Na Igreja quando eu falava que queria ser freira (geralmente os pais e as mães adoram né), minha mãe não queria de jeito nenhum, não queria nem ouvir falar que eu fosse ser freira! E eu: “ah mas eu quero”, né. Então, tinha uma relação desde pequenininha com as freiras e tal, eu queria ser freira; minha mãe não deixava. Meu pai dizia “ah se ela quiser mesmo, não sei o quê”, mas também não dava um palpite era mais calado, mais centrado. Minha mãe era mais faladeira e... mas, ela tinha um horror disso. [...] brigava, queria proibir a gente de participar de muita coisa... (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

No esforço de compreensão e explicação dos fatos, Maria Raimunda afirma:

E eu costumo depois fazer uma elaboração: porque que eu cresci nesse ambiente do medo, um ambiente marcado pelo medo, pela angústia, pelas preocupações... Então minha mãe tinha muito medo de tudo e ela conseguiu fazer com que eu me tornasse uma pessoa medrosa de tudo também (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ao explicar que é a sexta e mais nova filha da Senhora Raimunda e do Senhor Raimundo, tendo nascido praticamente dentro do buraco, Maria Raimunda comenta como a situação de guerrilha afetou a saúde da mãe: “Então minha mãe teve problemas na gravidez, né, é... disso, dessa tensão, tanto que ela teve o que hoje a gente entende como depressão pós-parto né, o que eles chamam de resguardo quebrado, né por essas tensões” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Dentre os lapsos de memórias da infância, Maria Raimunda relata fatos relacionados ao Emmanuel Wambergue “Mano”:

Eu lembro do Mano, eu tenho medo do Mano, o Emmanuel Wambergue que hoje é nosso, meu colega de luta, né, de atividades nessa luta de Educação do Campo aqui na região, mas, antes eu tinha medo dele porque sempre que ele aparecia lá em casa eu tinha umas imagens assim, eu tinha medo porque ele chegava em um carro com mudas de plantas no saquinho preto, trabalhava com os camponeses, algumas mudas... Na época [ele] trabalhava com a CPT, levava mudas, né pros camponeses fazer seu trabalho e o saco preto. E coincidia muito a chegada dele lá em casa com a chegada da polícia atrás dele. Então sempre que o Mano chegava lá em casa; aparecia a polícia. Então eu tinha medo do homem do saco preto, que era isso, então era isso... eu era molecota, criança. E isso depois já, já devia ter meus três quatro anos fui criando... [...]. Sei que eu lembrava dele assim, aquele homem... e o saco preto

(Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ainda sobre a situação de medo que marcou a infância de Maria Raimunda, ela faz referência às histórias que ouvia sobre os fatos que ocorriam na comunidade de Brejo Grande durante a segunda metade da década de 1970, ainda num clima de Guerrilha, denominadas por ela e por membros da comunidade de “histórias de terror”. Ela relatou que lembra do desaparecimento de um senhor que foi visto pela última vez sendo colocado em um Jeepe, relembrou também de outro senhor que foi preso na delegacia de polícia que ficava ao lado da casa dos pais dela e que, após passar a noite inteira gritando e pedindo socorro, no dia seguinte foi encontrado enforcado.

Maria Raimunda assim explica: “são histórias, casos que eu lembro de lapsos da minha memória, essa questão do Mano e a polícia, lembro dos comentários desse senhor que sumiu e dessa morte na prisão”. O medo parecia generalizado. “O pessoal falava muito nas histórias contando: ‘Não, porque as pessoas anoitecem, mas não amanhecem’. Então tinham muito esses casos que as pessoas contavam e às vezes eles contavam perto das crianças achando que não entendia”. Assim, Maria Raimunda conclui: “Isso também eu ia ficando com medo, né! Muito medo. Nesse meu tempo de infância lá no Brejo” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A relação da família com a Igreja católica, após o período de ocorrência da repressão militar à guerrilha, também foi lembrada.

Quando eu fui crescendo, eu fui crescendo num ambiente onde a minha casa, ela era casa de apoio de padres e freiras. Então sempre que os padres iam para lá pro Brejo ficavam lá em casa, os agentes pastorais que atendiam na região também ficavam lá em casa. As freiras ficavam lá em casa, então eu comecei a participar da Igreja, ir para Igreja participando das coisas. Mas, ao mesmo tempo que minha mãe recebia eles, preparava a comida, recebia em casa, organizava pra dormir, minha mãe tinha rejeição e medo deles, né, não gostava que a gente se aproximasse muito, se relacionasse muito (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Devido ao silenciamento da família e da comunidade sobre os fatos da guerrilha, Maria Raimunda explicou que só entendeu os motivos da rejeição da mãe aos religiosos da Igreja católica na fase adulta, quando ouviu dos pais relatos sobre o envolvimento do campesinato e da família com a Guerrilha, notadamente, sobre a chegada do Exército à comunidade de Brejo Grande. Em meio à narrativa sobre a apropriação da casa de farinha da família por parte do

Exército para ser transformada em alojamento de apoio aos militares durante as operações realizadas na estrada operacional que cortava a comunidade, ela reflete: “Então, por um bom tempo, eu digo assim... ‘eu sempre vivi nessa contradição muito grande’ [...]. Então eles (militares) ficavam lá em casa, tinha-se na casa de farinha..., montavam lá o alojamento deles”. A contradição foi evidenciada quando ela relatou: “E depois no pós-guerrilha, pós 74, esse espaço era alojamento dos religiosos, né, que entraram em confronto algumas vezes com o Exército. Confronto que eu falo é de ideia...” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

O medo sentido pela mãe, atualmente (2019) com 86 anos de idade, segundo Maria Raimunda, a leva a negar, após a Guerrilha, o convívio que teve com os guerrilheiros, devido à presença e controle dos militares na região. Embora já tenha comentado fatos relacionados aos guerrilheiros, Maria Raimunda afirma:

Se você perguntar hoje pra minha mãe se ela conhece algum guerrilheiro ela vai negar. [...]. Ela não fala! Ela vai dizer que não conhece. Aí vira e mexe, tranquila, do nada aí a gente escuta ela dizer que conheceu a Dina, que conheceu o Osvaldão, que conheceu a Dina, a... fala numa Ana Lúcia... (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Os fatos relacionados à Guerrilha só foram compreendidos em suas dimensões mais amplas no final da adolescência, com dezesseis anos de idade, quando Maria Raimunda, no início do Ensino Médio, desenvolveu um trabalho de pesquisa sobre a Guerrilha, solicitada por um professor de Sociologia. Ela obteve informações e depoimentos de moradores mais antigos da região de Brejo Grande do Araguaia e de Palestina, passando a conhecer fatos inéditos sobre o conflito, sobre a atuação dos camponeses que foram guias e dos que foram torturados. “Mais de vinte páginas escritas à mão com fatos inéditos da Guerrilha do Araguaia, nós entregamos...”, exclamou Maria Raimunda. Até então, ela, como a maioria dos moradores, tinha uma imagem boa dos militares e uma imagem ruim dos guerrilheiros. “As pessoas iam contando e aí que eu fui ver que teve dois lados, né, e o que era. Que teve pessoa que apanhou, e que teve inocente que morreu” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

O imaginário construído na região, principalmente de Brejo Grande, vinculava os guerrilheiros à imagem de terrorista, construída pelo Exército. A palavra guerrilha não era conhecida pelos camponeses.

Então no Ensino Médio é que eu desperto para o que foi a Guerrilha do Araguaia, pra conhecer. Eu lá sabia o que era guerrilha?! Primeiro porque todo mundo só falava assim “os terroristas”, “nos tempos dos terroristas”, “no tempo dos terroristas”. Então, terrorista... eu tinha medo. Era uma imagem ruim, porque todo mundo chamava de terrorista. [...] No início, a minha infância era isso, os militares era isso, era escola, era comida, era coisa boa. E o povo falava “os terroristas”, “os terroristas”, “os terroristas” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

O processo de compreensão exigiu um esforço, um trabalho de mapeamento exercido pela memória que remete às lembranças da infância, dos fatos vivenciados e dos relatados pelos membros da família e da comunidade. Mas também da articulação dessas experiências e informações com fatos vivenciados posteriormente, a partir das vivências e das relações estabelecidas durante o tempo em que cursou o Ensino Superior em Letras na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Marabá, bem como com outros fatos no presente. Dentre esses, Maria Raimunda faz referência à reação da mãe quando ela decidiu fazer parte do MST no ano de 1998.

Aí que eu fui despertando pra compreender e aí fui entendendo. **Mas as coisas a gente não compreende tão rápido assim**, né?! Só depois que eu entrei no MST eu fui entender por que que minha mãe não queria que eu fosse ser freira, por que que minha mãe não queria que eu entrasse no MST, minha mãe odeia eu estar no MST (Entrevista concedida por Maria Raimunda Cesar de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A partir da militância no MST e dos argumentos usados pela mãe para afastá-la dos movimentos sociais organizados, ela foi aprofundando a compreensão da experiência vivida pela família durante a Guerrilha e, nas palavras dela: “por que que a minha mãe tinha tanto medo, por que que ela achava que eu ia morrer de uma hora pra outra” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre a situação vivida pela mãe durante a gravidez e a repercussão disso na sua personalidade, ela comenta:

Por exemplo, essa história de que minha mãe dormia no buraco quando tava grávida de mim, eu já fui entender agora já nos anos 2000, fui ouvir essa história e entender que isso implicava, né, no medo que eu tenho, [...] fui entender porque que eu tinha tanto medo, eu tenho medo de altura, tenho medo de não sei do que..., os meninos dizem que eu tenho medo de tudo, sou muito medrosa (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Maria Raimunda e os irmãos foram conhecendo as diferentes versões sobre a história da Guerrilha e o papel do Exército na repressão aos guerrilheiros e aos camponeses. A partir da aproximação com os religiosos da Igreja católica que, na época, se contrapunham à ditadura e faziam um trabalho de organização das comunidades e da luta pelos direitos dos camponeses e dos trabalhadores rurais, Maria Raimunda foi rompendo as barreiras que a impediam de compreender criticamente aspectos importantes da realidade na qual ela estava inserida.

As ações e intervenções políticas dela e dos irmãos representavam uma linha de fuga, uma atitude transgressora que incomodava e ainda incomoda alguns militares e alguns camponeses que ainda pactuam com a versão imposta pelos militares. Além disso, potencializam a desarticulação de discursos e de práticas instituídas e contribuem para a produção de novos acontecimentos.

Eu rapidamente tive um..., **me posicionei por um lado**. Meus irmãos..., meu irmão mais velho também nesse pós-Guerrilha ele foi ser professor nessa região que o Exército também teve um ataque muito forte, que foi lá no Castanhal, mas também se manteve, né, do lado da... desse vínculo mais da contra-ditadura também. Ficou muito tempo... foi perseguido na cidade, tanto que meu irmão lá trabalhou um tempo, mas depois, assim... nem emprego na cidade, tinha que sair porque não consegue! Eles falavam assim “os filhos do Tunico são tudo terrorista”. Então assim, foram muito tempo, **lá em casa todo mundo tinha essa marca, né, de ser terrorista!** (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Os pais de Maria Raimunda trabalhavam na roça e contribuía com a organização da comunidade desde o início do povoamento: a mãe era parteira até meados do final da década de 1990 e o pai consolidou-se como uma das lideranças da comunidade, primeiramente, por conta do trabalho como tropeiro e, posteriormente, devido ao fato de ter sido um dos primeiros professores. Nessas circunstâncias, continuaram mantendo boas relações com a comunidade. “Então eles mantinham essa relação de amizade, né, de comadres e compadres aí”.

Porém, assim como o Senhor Ruiderval, Maria Raimunda e os irmãos carregam uma *marca* que remete ao tempo da organização guerrilheira e da repressão militar a ela, pois, ainda que os pais estabelecessem boas relações com a comunidade, Maria Raimunda enfatiza: “Mas, assim, os filhos eram pessoas não gratas na comunidade [...]. No mundo da política é... a gente não era uma pessoa muito boa, lá, todo mundo lá de casa” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As entrevistas analisadas nessa pesquisa demonstram o esforço dos sujeitos em produzir grandes narrativas de histórias de vida, nas quais buscam construir o significado de suas

trajetórias. Esse significado pode ser compreendido a partir das circunstâncias que cercam as entrevistas, uma vez que elas determinam, em grande parte, o que e como é expresso, ou seja, as formas como organizam e comunicam os acontecimentos e as experiências, as descrições, reflexões, bem como a ênfase em alguma passagem da vida do entrevistado ou da entrevistada, compreendidas por Alberti (2004) como “unidades indivisíveis da experiência”.

A análise das narrativas orais à luz da relação metafórica que estabelecemos entre *mapa* e *memória* nos possibilita afirmar que os sujeitos dessa pesquisa reconstituem a dinâmica da vida pessoal relacionando-a com processos sociais e históricos mais amplos. Nessa reconstituição, registram e explicam os fatos por eles vivenciados, atualizando e renovando a compreensão sobre o passado no contexto do tempo presente, tendo como ponto de partida a memória e o processo de recordação, mas também realizam um trabalho que contribui para a (re)construção social da realidade.

Nessa perspectiva, enfatizamos a compreensão de Delgado (2006) sobre os procedimentos de pesquisa em História oral:

A história oral é um procedimento metodológico que busca, pela construção de fontes e documentos, registrar, através de narrativas induzidas e estimuladas, testemunhos, versões e interpretações sobre a História em suas múltiplas dimensões: factuais, temporais, espaciais, conflituosa, consensuais. Não é, portanto, um compartimento da história vivida, mas, sim, o registro de depoimentos sobre essa história vivida (DELGADO, 2006, p.15-6).

Sendo assim, a memória abordada aqui como mapa, no sentido de que a dinâmica da mesma articula aspectos históricos dos elementos e objetos geográficos, bem como aspectos geográficos dos elementos históricos, constitui ponto de apoio fundamental para o entendimento das dinâmicas do campesinato. Os relatos demonstram as diferentes formas como os sujeitos representam as relações que estabelecem com a natureza e entre si. Essas representações estão ancoradas nas condições reais de vida dos sujeitos, na cotidianidade que constitui o modo de vida dos camponeses.

Considerando que os conteúdos da consciência são produtos e expressão do processo de vida real, concordamos com a concepção marxista de que “as representações que estes indivíduos elaboram são representações a respeito de sua relação com a natureza, ou sobre suas mútuas relações, ou a respeito de sua própria natureza” (MARX e ENGELS, 1991, p. 36).

Dessa forma, os conteúdos da consciência estão diretamente relacionados à vida real dos indivíduos: “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, de início,

diretamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, como a linguagem da vida real” (MARX e ENGELS, 1989, p. 36).

Ao lembrarem dos fatos relacionados à Guerrilha, os camponeses reconstituem suas trajetórias desde a chegada à região, relatando experiências vivenciadas na luta pela ocupação, posse e permanência na terra. Demonstram a especificidade das relações e práticas sociais e culturais estabelecidas entre os sujeitos que constituem o campesinato e das dificuldades enfrentadas na produção e reprodução da vida nas alternadas atividades de trabalhos. Nessas circunstâncias, a compreensão dessas trajetórias configura-se como ponto de partida fundamental para a análise do impacto que a repressão militar à organização guerrilheira causou nas dinâmicas socioterritoriais do campesinato no sudeste do Pará em contextos posteriores, bem como para reflexão sobre o legado da Guerrilha do Araguaia (1967-1975) e de seus desdobramentos para a compreensão da questão agrária na Amazônia, como será feita no capítulo seguinte.

4. LEGADO DA GUERRILHA PARA O CAMPESINATO NO SUDESTE DO PARÁ E PARA A COMPREENSÃO DA QUESTÃO AGRÁRIA NA AMAZÔNIA: GUERRILHA DE MEMÓRIAS E A CONSTRUÇÃO DA RESISTÊNCIA

O conflito contrapõe num cenário único dois atores em graus variáveis estranhos à realidade imediata na qual se desenrolou. Do ponto de vista político esse é seguramente o aspecto mais complicado da guerrilha do Araguaia e só com o tempo e mais informações será possível compreender a complexidade e as implicações desse fato (MARTINS, 1980, p. 135).

A Guerrilha do Araguaia é compreendida, nessa tese, como as diferentes etapas planejadas e executadas tanto pelo PCdoB, quanto pelas Forças Armadas. Desde o processo de preparação, por parte dos militantes do PCdoB, das condições para a implementação da resistência armada (1967-1972), com a chegada dos primeiros militantes à região e a convivência entre eles e os camponeses - período em que se dava também o treinamento militar guerrilheiro -, até o final da Operação Limpeza (1975) realizada pelo Exército, após as três operações de cerco e aniquilamento aos guerrilheiros, quando estes recorreram às estratégias militares de guerra de guerrilhas durante o conflito armado (1972-1974).

Os camponeses foram envolvidos em todas essas etapas, ainda que não conscientemente. É nessa perspectiva que narram as experiências vivenciadas evidenciando o esforço para compreensão das motivações do movimento guerrilheiro, da repressão militar e das repercussões desse acontecimento na região e na vida dos moradores. As experiências vividas e narradas pelos camponeses e lideranças de movimentos socioterritoriais apontam elementos para discutirmos o legado da Guerrilha e de seus desdobramentos para o campesinato do sudeste do Pará, relacionado tanto às ações dos guerrilheiros como às ações dos militares. Essas ações são analisadas considerando a forma como a região e o campesinato foram vistos e avaliados tanto pelo PCdoB quanto pelo Governo Militar, os quais tinham concepções políticas, interesses e objetivos diferentes e divergentes para a região.

Conforme demonstrado no terceiro capítulo, a repressão militar na região sudeste do Pará não terminou em 1974 com a eliminação dos guerrilheiros e dos camponeses que aderiram ao movimento. As ações que se seguiram aos confrontos armados perduraram por muito tempo, perpetuando o clima de terror, medo e insegurança entre os camponeses da região, devido às perseguições, ameaças e coações a que foram submetidos. Esse contexto foi estabelecido pelo Exército, que atribuiu função estratégica à população camponesa nas ações de extermínio ao movimento guerrilheiro, tendo as Forças Armadas realizado operações militares em conjunto com operações policiais, de inteligência, bem como com operações de cunho político. Uma breve sistematização dos objetivos dessas ações nos ajuda a compreender a influência da Guerrilha, ou seja, da presença da organização guerrilheira e da repressão militar na luta pela terra no período posterior.

Visando aniquilar a organização guerrilheira, sem deixar possibilidades de retorno, as Forças Armadas instalaram guarnições que monitoraram e controlaram as populações rurais e promoveram investigações visando identificar resquícios de ações guerrilheiras. Para os militares, a identificação, prisão e interrogatórios de guerrilheiros e camponeses consistiam em operações policiais e da Inteligência. Essas ocorreram sistematicamente durante os conflitos armados (1972-1974), mas também permaneceram na região, envolvendo, além dos camponeses, outros suspeitos de dar continuidade ao trabalho dos guerrilheiros, como padres, freiras e lideranças sindicais e religiosas vinculadas à Igreja Católica das Dioceses de Marabá e de Conceição do Araguaia.

Quanto às operações políticas, que visaram à aproximação com os camponeses no sentido de tentar obter o apoio deles na repressão ao movimento guerrilheiro, elas também permaneceram. Essas operações se materializaram em medidas de controle sobre as comunidades e, mais fortemente, sobre alguns camponeses que atuaram como guias durante a caça aos guerrilheiros e que, após o extermínio do movimento, foram usados para manter o Exército informado sobre os acontecimentos “suspeitos” na região. A realidade de Brejo Grande do Araguaia, relatada por Maria Raimunda no segundo capítulo, demonstra o controle do Exército sobre os camponeses que passaram a atuar como lideranças na comunidade, contribuindo para manter a “ordem” desejada pelo Major Curió.

A presença do Exército nas comunidades acontecia, também, por meio das atividades assistencialistas. Além do fornecimento de alimentação, outros serviços essenciais foram prestados, a exemplo da construção de escolas, em que os cargos eram preenchidos por pessoas

indicadas por ex-guias ou por pessoas vinculadas ao Exército, e de serviços de atendimento à saúde, como atendimento odontológico, distribuição de medicamentos, entre outros.

Todas essas ações posteriores, juntamente com as práticas de torturas físicas e psicológicas executadas pelo Exército durante a repressão militar à guerrilha em preparação, foram configuradas como táticas utilizadas para impedir qualquer possibilidade de reorganização de movimentos considerados subversivos. A esse respeito, o ex-guerrilheiro José Genoíno relembra o período em que foi preso, torturado em praça pública, submetido aos choques elétricos que, devido à malária, agravou a situação de desidratação que o acometia:

Eles montaram o terrorismo na região, por exemplo, eu fui torturado publicamente! Quando eu cheguei em Xambioá de volta eu fiquei naquela pracinha em frente à delegacia, uma pracinha que tinha lá, e os caras me torturavam publicamente! Imagina você ser torturado publicamente pra quem [quiser] ver!? Aí eles começaram a criar o pavor na população, depois começaram a jogar bomba de napalm, depois começaram a pendurar corpos e ai foi pelo medo. E ai houve um processo de perseguição àquela parte da população, alguns que entraram na guerrilha, que andava pela guerrilha. E aí botaram pra quebrar, ai eles arreentaram! Aí eles foram com tudo ou nada, não tinha limite! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

A dimensão psicológica da tortura, associada ao terrorismo implantado pelo Exército, foi desenvolvida por meio de exposições públicas, mas também de forma enunciativa, no sentido de construir um imaginário a respeito dos guerrilheiros, que justificasse e legitimasse as ações violentas realizadas contra eles e ainda contribuísse para que a população apoiasse o Exército no extermínio dos que os militares consideravam subversivos ameaçadores da ordem social e dos valores tradicionais, aí incluídos também os camponeses suspeitos de colaborarem.

Esse imaginário foi construído em um contexto nacional e internacional em que crescia a influência comunista nas organizações de esquerda e, o governo militar brasileiro, considerando isso uma ameaça ao regime, ressignificava as representações anticomunistas. As interpretações tendenciosas institucionalizadas pelas Forças Armadas, sobre a atuação dos grupos que se opunham ao regime militar, foram reproduzidas e reforçadas na região do Araguaia, quando o Exército explicou aos camponeses as intenções do movimento guerrilheiro. Recorreu-se à prática ideológica de utilização de propagandas anticomunistas e o enquadramento dos guerrilheiros nessas representações funcionou como uma estratégia para desmobilizar o apoio que, porventura, os camponeses tivessem prestando a eles, pois procurou-se descaracterizar a imagem que os moradores tinham a respeito dos “paulistas”.

Os guerrilheiros passaram a ser representados pelos militares como terroristas, assaltadores de bancos, vinculados a grupos comunistas e terroristas internacionais, criminosos que queriam destruir o Brasil ou entregá-lo a outra nação, conforme analisado também por Silva (2008). Além disso, foram acusados de querer tomar o governo e as propriedades das pessoas, de tentar escravizá-las e tirar as liberdades individuais. Dessa forma, as torturas físicas e psicológicas surtiram o efeito desejado pelo Exército e implantaram o medo. Os espancamentos sofridos por camponeses e guerrilheiros feitos, em muitos casos, em locais públicos, deixavam a mensagem sobre o que acontecia com quem se atrevia a enfrentar o governo.

O contexto de vigilância, censura e repressão pós-guerrilha, que incluía a imposição de silêncio e tentativa de enquadramento da memória do conflito, dificultou o conhecimento dos fatos a ele relacionados. Aterrorizados com a possibilidade de reorganização de grupos subversivos vinculados aos guerrilheiros e também que moradores rompessem a cortina de silêncio e expressassem suas memórias a respeito das atrocidades praticadas pelos militares, os camponeses foram vigiados, reprimidos controlados.

Parte do aparato militar montado pelo Estado durante a repressão ao movimento guerrilheiro foi mantida e mesmo estendida na região. As cidades de Marabá-PA e Imperatriz-MA, transformadas em Área de Segurança Nacional em 1971, permaneceram nessa condição, conforme Decreto-Lei nº 2.375, de 24 de novembro de 1987. Além disso, outros quartéis foram construídos na região durante a segunda metade de década de 1970. Após a instalação do 52º Batalhão de Infantaria de Selva (52º BIS), em janeiro de 1973, no município de Marabá, seguiu-se a instalação de outros quartéis: a 23ª Brigada de Infantaria de Selva (23ª Bda Inf SI), em novembro de 1976; o 23º Batalhão Logístico de Selva (23º B Log SI), em dezembro de 1985; a 23ª Companhia de Comunicações de Selva (23ª Cia Com SI), em outubro de 1986; o 33º Pelotão de Polícia do Exército (33º Pel PE), em junho de 1987; e o 1º Grupo de Artilharia de Companhia de Selva (1º GAC SI), em setembro de 2004.

Essas unidades militares são coordenadas pela 23ª Brigada de Infantaria de Selva, que também está instalada em Marabá, desde novembro de 1976, e coordena unidades instaladas nos municípios de Altamira-PA, Itaituba-PA, Tucuruí-PA e Imperatriz-MA, que são, respectivamente, o 51º Batalhão de Infantaria da Selva (51º BIS), criado em janeiro de 1973, o 53º Batalhão de Infantaria da Selva (53º BIS), criado em janeiro de 1973, 23º Esquadrão de Cavalaria de Selva (23º Esqd C SI), criado em maio de 1998 e o 50º Batalhão de Infantaria da Selva (50º BIS), criado em janeiro de 1973.

A região sul e sudeste do Pará ficou sendo controlada pelo Serviço Nacional de Informações e pelo Centro de Inteligência do Exército, através de alguns agentes comandados, principalmente, pelo Major Sebastião Rodrigues de Moura (Curió), que durante a repressão militar à organização guerrilheira assessorava interrogatórios de suspeitos de subversão.

Sebastião Rodrigues de Moura, que ficou conhecido pelo nome Dr. Luchini durante a última campanha de extermínio ao movimento guerrilheiro, durante a qual, atuando como *Economista A* da FUNAI ou *Assistente técnico* do INCRA, comandou o grupo de militares vinculados ao setor de inteligência do Serviço Nacional de Informação (SNI) e ao Centro de Informação do Exército (CIE), conforme demonstrado em Nossa (2012). Após a eliminação dos guerrilheiros, Major Curió permaneceu na região controlando uma rede de espionagem composta por ex-guias, antigos “bate-paus”, pistoleiros e agentes do CIE e do SNI, com conivência do Conselho de Segurança Nacional, vigiando os camponeses, os líderes religiosos da Igreja Católica, sobretudo os vinculados à CPT, bem como as lideranças vinculadas ao movimento sindical camponês.

Conforme Campos Filho (2013), a região foi transformada em um território dominado pelo Major Curió: “Esse poder possibilitou, efetivamente, a definição de um território por onde uma autoridade implacável, e a sombra da lei, perseguiu, atemorizou e executou aqueles que eventualmente viessem a criar dificuldades para sua consolidação” (2013, p. 35). O autor demonstrou que esse domínio se estendeu até a Serra Pelada e, a partir da leitura de Nossa (2012), afirma:

Ali ele fixara seu quartel-general, e, ao se utilizar de falsos relatórios aos seus superiores, em que exagerava os movimentos sociais, como sendo remanescentes da Guerrilha do Araguaia, ampliava seus poderes e exercia na base do temor sobre a população, consolidava o pleno controle de um território submetido a único comando, plenipotenciário, no estilo de um coronel moderno, mas de uma modernidade proibida de chegar aquelas plagas (NOSSA, 2013, p. 40).

A intervenção militar no garimpo de Serra Pelada, surgido no início dos anos 1980, ampliou o poder paramilitar do Major Curió na região. Essa intervenção atendia a preocupação de controlar as riquezas minerais e esvaziar os conflitos entre camponeses e fazendeiros em áreas onde havia disputas por terras, bem como impedir que a grande quantidade de garimpeiros fosse organizada em movimentos sociais que pudessem representar alguma possibilidade de contestação à ordem por ele instituída. Curió tornou-se o primeiro presidente da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada, fundada em 1981. Em 1982 foi eleito deputado

federal pelo PDS e nos anos 2000 e 2004 foi eleito prefeito de Curionópolis, cidade fundada em 1981 em decorrência do garimpo e assim nomeada em sua homenagem.

O processo de militarização a que a região foi submetida por influência do Estado, deixou ainda mais complexos os conflitos sociais pela posse e permanência na terra. Nesse contexto, os movimentos socioterritoriais tiveram suas demandas criminalizadas, principalmente as demandas relacionadas às reivindicações camponesas.

Os relatos dos camponeses e das lideranças dos movimentos sociais de luta pela terra nos possibilitam aprofundar a compreensão crítica sobre os fatos relacionados ao campesinato, considerando as novas configurações sociais e territoriais em que os camponeses estão inseridos, pois as transformações de cunho político e geopolítico promoveram mudanças na estrutura social, territorial, política e econômica da região.

Nessa perspectiva, considera-se que essas mudanças na região impulsionaram alterações na constituição da memória dos sujeitos envolvidos na guerrilha, pois as memórias são construídas a partir dos processos históricos das trajetórias dos camponeses, da inserção dos mesmos nas diferentes configurações sociais, espaciais e territoriais, entre outras.

Muitos camponeses envolvidos na Guerrilha, após sofrerem torturas, perseguições, perda de pessoas da família, perderam não apenas suas terras, meios de produção e reprodução social, mas também toda uma rede de relações sociais e tiveram seu modo de vida desestruturado.

As transformações ocorridas em decorrência direta ou indireta da repressão militar ao movimento guerrilheiro forjaram a necessidade de novas formas de organizações camponesas com apoio de outros movimentos da sociedade civil organizada, visando o conhecimento e reconhecimento de experiências históricas, bem como a luta por direitos territoriais.

Dessa forma, a compreensão das dinâmicas do campesinato na região do Araguaia nos remete a uma análise mais profunda das determinações das ações e relações dos camponeses a partir das memórias das experiências vivenciadas no passado, mas também requer um exercício de reflexão do momento presente. Tal empreendimento torna-se necessário tendo em vista que o processo de construção das memórias é perpassado por determinações históricas, culturais, políticas etc., ou seja, é influenciado pelas circunstâncias, relações e interesses vivenciados no momento presente.

Os camponeses, que durante muito tempo tiveram suas memórias silenciadas e marginalizadas, atualmente não apenas reconhecem a necessidade imperiosa da memória para evitar o esquecimento do ocorrido, como também reivindicam o reconhecimento público de

seus envolvimento no conflito armado e evidenciam outros conflitos e demandas. Embora esses conflitos estejam inseridos em menores escalas espaciais e sociais, estão direta ou indiretamente associados aos problemas decorrentes dos conflitos de maior repercussão, tanto na dimensão territorial, social, como também histórica e política em que se insere a Amazônia brasileira.

4.1 O agravamento da questão fundiária e a construção da resistência no sudeste do Pará: “A Igreja veio esclarecer que nós não podíamos viver no medo”

No contexto pós-guerrilha, como demonstrado nas narrativas analisadas no terceiro capítulo, a região do Araguaia passava pelo processo de reestruturação territorial decorrente dos projetos de cunho políticos e geopolíticos executados pelo governo federal. Com apoio e incentivo do II PND e do PIN, intensificou-se a apropriação individual das terras públicas e a expansão capitalista na região, favorecendo a implantação de projetos agropecuários, minerários, madeireiros, entre outros.

Os estudos e pesquisas do sociólogo José de Souza Martins (1985) demonstram que os conflitos no campo na região do Bico do Papagaio, tornaram-se mais violentos a partir da primeira metade da década de 1980. O Estado, em sua análise, encampou papel importante no acirramento da violência, principalmente por meio da criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (GETAT) e do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (GEBAM). Esses órgãos representaram a militarização da questão agrária na Amazônia (MARTINS, 1980, 1985).

Por meio do GETAT, a questão agrária foi transferida para a esfera militar, evidenciando a opção política do Estado em pactuar com o latifúndio. Ao invés de administrar os conflitos e viabilizar a reforma agrária, esse órgão agiu a favor dos grupos capitalistas, assegurando os interesses dos grandes proprietários, e fechou olhos às demandas dos camponeses e indígenas. Alguns autores relacionam essa militarização da questão agrária ao medo obsessivo da possibilidade de reorganização do movimento guerrilheiro, o qual também influenciou no processo de criminalização das demandas dos trabalhadores do campo e de suas formas de organizações que, por necessidade de resistência, foram reorganizadas.

Alguns estudiosos desenvolveram pesquisas sobre os conflitos intensificados no período de 1976 a 1984, envolvendo a diversidade de sujeitos sociais que disputavam a terra e o

território, dentre eles, camponeses posseiros, camponeses migrantes, pequenos proprietários, indígenas, grileiros, ou “donos de castanhais”. As pesquisas demonstram que a mediação dos conflitos por parte do GETAT tendia a ser de forma arbitrária, a favor das reivindicações dos grileiros, que se apoiavam no serviço violento e criminoso dos jagunços para expulsar os camponeses, registrando assassinatos de trabalhadores do campo e lideranças camponesas, sindicais e religiosas (HÉBETTE, 1991).

A forma como a questão agrária passou a ser administrada pelo Estado demonstra que as ações não foram desvinculadas da repressão à organização guerrilheira, a exemplo da implementação de práticas de intervenções militares e instituição de órgãos fundiários vinculados à política de Segurança Nacional. Ao contextualizar essas ações, Ianni (1979) fez referência à área declarada como indispensável à segurança e ao desenvolvimento nacional (Decreto-Lei nº 1.164, de 1º de abril de 1971), destacando que o governo empenhou-se em reprimir os focos guerrilheiros e desenvolver uma política de regularização das posses ou ocupações, bem como do uso da terra, por meio de colonização oficial e particular, num contexto já marcado por intensos conflitos pela terra. Para o autor, dentre as questões inerentes à política governamental de colonização nos anos de 1964 a 1978, estava em causa também “uma ampla e acelerada transformação de terras devolutas, tribais e ocupadas em propriedade privada de latifundiários e empresários, nacionais e estrangeiros” (IANNI, 1979, p. 43).

A expansão territorial do capital por meio de projetos que buscavam explorar recursos naturais a todo custo, promoveu mudanças na estrutura social, política e econômica da região, causou grande destruição das florestas e resultou em processo de desterritorialização de muitos camponeses posseiros, bem como dificultou o retorno à terra dos camponeses envolvidos na Guerrilha, como demonstrado no capítulo 3. Os sujeitos articulam as lembranças desse processo às experiências vividas durante a repressão militar aos guerrilheiros. Alguns evocam essas lembranças associando-as ao medo que paralisou e impossibilitou a participação de camponeses nas organizações de luta pela terra. Outros utilizam as memórias como ferramentas para a conscientização da necessidade de continuidade da resistência e da luta pela terra.

Nesse sentido, os relatos demonstram a organização dos camponeses no enfrentamento a medidas governamentais, relatando as dificuldades enfrentadas a partir de 1975, principalmente em função do clima de medo que perdurou na região após a repressão aos guerrilheiros, pois o emprego sistemático da violência aberta ou encoberta continuou abatendo-se sobre os camponeses. Esse fato pode ser melhor compreendido se nos atentarmos para a concepção do Exército quanto à importância do campesinato nas táticas de extermínio dos

guerrilheiros. Para o Exército, os camponeses precisavam ser desarticulados, pois representavam importante base de apoio aos guerrilheiros, bem como também precisavam ser controlados e aproveitados pelas Forças Armadas, passando a constituir uma força a seu favor. A atuação do Exército e toda a estrutura montada, dentre as quais, barreiras para fiscalizar as estradas e toque de recolher em algumas cidades, contribuiu com a disseminação do clima de tensão, medo e insegurança entre os camponeses, principalmente os que foram torturados e expulsos de suas terras.

Dentre as experiências lembradas, as mais recorrentes se referem às violências e atrocidades praticadas por militares durante a repressão ao movimento guerrilheiro, que repercutem até os dias atuais na vida dos envolvidos. Além das atrocidades praticadas contra os camponeses, as praticadas contra os guerrilheiros, principalmente os mais populares, ficaram gravadas nas memórias dos moradores. Referem-se às prisões, torturas, execuções e exibição pública de corpos cravados de balas e cabeças decepadas. A respeito da morte do guerrilheiro João Carlos Haas Sobrinho, conhecido como Doutor Juca e que atuava como médico na região, o Senhor Ruiderval lembra: “o João Haas Sobrinho ele foi assassinado, ele foi jogado no chão da delegacia. Na frente da delegacia eu coloquei o dedo na cabeça dele furada de bala, eu era moleque aí eu fui lá ver”. No caso dos camponeses, essas ações também funcionavam como estratégias para aterrorizá-los, intimidá-los e impor medo.

É nessa perspectiva que as lideranças dos movimentos sociais do campo afirmam que uma das consequências dos fatos relacionados ao período da Guerrilha para o campesinato foi o medo, legado relacionado à forma como os militares reprimiram o movimento guerrilheiro. Nesse contexto, as lideranças Cledeneuza, Raimundinho, Maria Raimunda e Emmanuel Wambergue (Mano) demonstram que, a partir de 1975, a Igreja Católica dedicou uma atenção especial à região onde havia ocorrido a Guerrilha, desenvolvendo assistência aos camponeses por meio dos trabalhos do Movimento de Educação de Base (MEB), das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) guiada pela Teologia da Libertação, e da CPT, a qual foi criada durante o encontro da Pastoral da Amazônia, realizado em junho de 1975 em Goiânia, organizado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

A intensificação da atuação da Igreja se deu num contexto de forte presença do Estado com seus aparatos administrativos e repressivos visando minimizar os conflitos agrários que se intensificavam, notadamente na região do “Bico do Papagaio”. Dentre tais aparatos, destacavam-se o Grupo Executivo do Araguaia-Tocantins – GETAT, criado por meio do

Decreto-LEI nº 1.767, em 1º de fevereiro de 1980 e o Conselho de Segurança Nacional – CSN, ao qual o GETAT estava vinculado.

As experiências do Senhor Emmanuel Wambergue (Mano) nos ajudam compreender esse contexto. Sua história remonta à trajetória desde as experiências vivenciadas na França, local de seu nascimento. De origem camponesa e formação religiosa, sua família cultivava trigo e centeio em fazendas arrendadas, criava ovelhas, tendo seu pai participado ativamente da organização sindical dos arrendatários. Ele era irmão vinculado ao Seminário dos Oblatos de Maria Imaculada da França, bem como tinha formação em técnico agrícola, o que motivou o convite para trabalhar no Brasil pelos padres da congregação que aqui estavam.

A trajetória de vida de Mano, como é conhecido na região e como iremos nos referir a ele daqui para frente, se entrelaça com os acontecimentos históricos das regiões por onde passou; tanto na França – II Guerra Mundial, em que o cultivo das terras se tornou mais difícil, como no sudeste do Pará – Guerrilha do Araguaia, num contexto de medo, perseguições e lutas pela posse e permanência na terra, desde sua chegada em 1975 à Palestina.

Mano atuou na região de influência da Guerrilha, conforme mapa 6 do capítulo 3 (p. 197), desenvolvendo trabalho com os colonos da Transamazônica. “Andava nas vicinais e nas comunidades de Brejo Grande, de Palestina, Santa Rita, Itamerim, São Raimundo e todas as vicinais que tinha. Acabava conhecendo quase todo mundo” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá). Nos contextos sociais em que se inseriu, teve a oportunidade de participar das primeiras atuações dos camponeses de forma organizada, como animador de comunidade e evangelizador, principalmente vinculado ao trabalho nas CEBs, o qual norteava-se pelo marxismo.

A Igreja representou um espaço social que favoreceu a convivência entre os camponeses, num período em que o isolamento social devido às distâncias entre as moradias dificultava a organização dos trabalhadores. A partir das ações da Igreja, por meio da mediação dos animadores de comunidades, foram sendo organizadas as associações, sindicatos, ambientes escolares. Nessas organizações, os colonos e religiosos discutiam os problemas fundiários, sociais, as questões de saúde, a organização de mutirões e outros trabalhos coletivos para ajudar os que necessitavam, principalmente, nas comunidades situadas nas Estradas Operacionais construídas pelo Exército durante as operações de repressão aos guerrilheiros.

Numa dessas ocasiões, no início de 1976, Mano visitou as comunidades da estrada Operacional-3 (OP-3) para acompanhar as plantações de sementes de arroz que tinham sido fornecidas aos camponeses que foram deslocados de suas roças e ali assentados, por Sebastião

Rodrigues de Moura, o Curió. Nessa primeira visita, conheceu Maria Raimunda, que tinha 4 anos de idade, ao conviver com o pai dela, Senhor Tônico, que era animador de Comunidade de Brejo Grande do Araguaia e que mediou o contato de Mano com os camponeses. Ao retornar da OP-3, visitou a casa de Tônico em Brejo Grande do Araguaia, onde foi surpreendido por policiais. Assim, Mano descreve a forma como foi abordado e a justificativa usada pelos militares: “Aí na hora em que eu saio junto com ele (Tônico) da casa aí aparecem os soldados que me prendem, os soldados PM, né, que me prendem dizendo que eu estava andando numa área de segurança nacional lá na OP-3, que eu fui denunciado! (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Sobre esse contexto, Raimundo Gomes Cruz Neto, conhecido como Raimundinho, que estava em Belém e que começou a ter mais informações sobre o que estava acontecendo no sudeste do Pará, relembra as perseguições e prisões dos religiosos da Igreja católica com os quais ele mantinha relações devido às atividades nos movimentos sociais:

Nós nos conhecíamos porque aqui já havia o MEB (Movimento de Educação de Base) e era com quem eu me relacionava com essa turma, com Ademir Martins, com a turma do MEB, né. Eu tinha relação muito próxima né, e com Mano, com a Lusa que era companheira, a Têê lá de Palestina. Era dessa turma com quem a gente se relacionava. Então quando a gente sabe da prisão do Mano pra prestar depoimento, depois a prisão do Padre Roberto e depois a prisão da irmã Maria das Graças... Maria das Graças foi minha professora no Santa Teresinha, professora de música. E nesse período ela tinha deixado Colégio tava trabalhando em São Domingos... Então coisas assim, e a gente ficou... (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Em meio a repressão, a luta dos camponeses para resistir aos processos de expulsão das posses e para garantir a ocupação das terras emergia com mais força e expressividade na segunda metade da década de 1970, período em que o apoio da Igreja Católica foi fundamental, por meio das atividades dos bispos, freiras, padres, agentes de pastorais, principalmente a partir de 1977 com a criação da CPT em Conceição do Araguaia e Marabá.

Ao enfatizar que durante a repressão militar ao projeto guerrilheiro, mesmo os camponeses que desconheciam a motivação dos “paulistas” na região, foram sistematicamente submetidos a graves violações dos direitos humanos, o relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014), registra a continuidade da repressão aos camponeses após a eliminação dos guerrilheiros:

O terrorismo de Estado praticado contra camponeses no Bico do Papagaio prosseguiu depois do extermínio dos guerrilheiros, criminalizando a criação de sindicatos rurais, a união de pequenos lavradores que não queriam perder a terra onde trabalhavam e a ação de padres e freiras que os defendiam. O mesmo se repetiu na prelazia de São Félix, em Mato Grosso, sob responsabilidade de dom Pedro Casaldáliga.

Mas o Estado também reprimiu os trabalhadores rurais que lutaram por direitos trabalhistas recém-conquistados desde a Constituição de 1945, sempre no sentido de favorecer as práticas arcaicas – mesmo quando inconstitucionais – dos grandes proprietários de terra. Da mesma forma, o Estado brasileiro esteve quase sempre ao lado dos grandes invasores de terras e dos beneficiários de fraudes cartoriais – fossem empresas, fossem famílias tradicionais – contra os posseiros que tiravam delas sua sobrevivência. Governos estaduais e prefeituras, o exército e a polícia, o governo federal e o sistema Judiciário viraram sistematicamente as costas para as necessidades do trabalhador rural e para a luta dos pequenos agricultores no sentido de conservar o direito de cultivar um pedaço de terra. As terras do interior do Brasil eram consideradas sem dono, a contrapelo da lei e à revelia das populações que viviam nelas e as cultivavam (2014, p. 94).

Muitos estudiosos, dentre os quais Ianni (1981), Figueira (1986), Peixoto (2011), Pereira (2015), Mechi (2012), Campos Filho (2013) e os registros da CPT, demonstram que os primeiros grandes conflitos por terras ocorreram na área de influência das bases guerrilheiras, envolvendo organizações coletivas dos posseiros no enfrentamento aos policiais e pistoleiros, alguns com intervenção violenta do Exército que dava continuidade às táticas de perseguições, prisões e torturas empregadas durante a repressão à guerrilha.

O antagonismo entre as empresas agropecuárias emergentes e o campesinato, constituído sobretudo por posseiros, culminou em tensões e conflitos violentos, na maioria dos quais teve a participação do poder público ao lado da empresa capitalista, do grande capital ou da agropecuária. Ianni (1981) analisou os vários níveis em que se desdobrava o antagonismo entre os interesses dos fazendeiros (ou empresas agropecuárias, madeireiras e outras) e posseiros na segunda metade da década de 1970, bem como as diferentes intermediações na luta pela posse e domínio da terra. Ao afirmar que o surgimento do movimento guerrilheiro na região atraiu a atenção das Forças Armadas e do INCRA, o autor apontou aspectos importantes sobre a repressão aos posseiros após a eliminação dos guerrilheiros, fazendo referência ao conflito armado ocorrido entre posseiros e a Polícia Militar, em outubro de 1976, no povoado de Itaipavas, localizado no distrito de São Geraldo do Araguaia.

Nesse contexto, os camponeses e suas lideranças e apoiadores, parlamentares e clericais, passaram a enfrentar as atrocidades cometidas por pistoleiros, na disputa pela terra com os

grandes proprietários, bem como passaram a ser alvos das espionagens e ações dos agentes dos órgãos de informação e repressão. Conforme Campos Filho:

Todo o monitoramento feito pelos órgãos vinculados ao Conselho de Segurança Nacional, e depois do fim da ditadura militar, ao SNI, espólio da estrutura que compunha o SISNI (Sistema Nacional de Informação), agora possível de ser conhecido através de centenas de documentos confidenciais disponíveis no Arquivo Nacional brasileiro, comprovam que a guerra que veio depois da Guerrilha do Araguaia tinha a ver muito mais do que somente com a secular luta pela terra.

Embora essa fosse, também, uma das disputas sangrentas que fizeram do pós Guerrilha um período muito mais violento, mas o suporte político e jurídico que estava por trás tinha outras preocupações, como na estratégia dos que fizeram a opção por atrair grandes empresas e fazendeiros para esse pedaço da Amazônia: o objetivo era evitar que os comunistas e o clero progressista – tido também como comunista pela comunidade de informação – transformasse o Sul do Pará em uma área liberada (CAMPOS FILHO, p. 176-177).

A tese de Campos Filho (2013) analisa as transformações socioeconômicas que ocorreram na região Sul do Pará no período posterior à Guerrilha e à abertura democrática, demonstrando que as ações do Estado brasileiro foram fundamentais para gerar e intensificar os conflitos e violências que caracterizaram a região. As lutas sociais, na região de ocorrência da Guerrilha, foram monitoradas pelos órgãos de informações durante e após a ditadura militar: “O temor, ou o pretexto, era evitar o retorno de novos núcleos guerrilheiros e a deflagração de uma nova Guerrilha” (CAMPOS FILHO, 2013, p. 118). Ainda sob o domínio dos militares, o Estado adotou políticas públicas por meio de planos de desenvolvimento, para exercer o controle sobre a região e a população, beneficiando a burguesia nacional e a oligarquia rural. As medidas fundamentadas em princípios contidos na ideologia de Segurança Nacional criminalizaram movimentos sociais de luta pela terra, atuaram para conter a organização camponesa e reforçaram o poder do Major Curió na região.

Campos Filho evidenciou a “intensificação das repressões, violências e desrespeito” aos camponeses, nas duas décadas posteriores ao fim da guerrilha, fazendo referência aos conflitos posteriores. Conforme o autor, uma outra guerra desencadeou-se na região sul do Pará e “[...] a organização camponesa enfrentou com altivez tanto as forças militares, quanto as milícias de pistoleiros, ao imporem, em alguns casos, uma derrota a essas forças, mas que traziam mais violências e injustiças” (2013, p. 116). Sobre as características da guerra que veio depois da Guerrilha, Campos Filho (2013) explica:

No final dos anos 1970, e por toda a década de 1980, um confronto desproporcional se estendeu por toda a região em que ocorreu a Guerrilha, ampliando-se em muitos quilômetros a mais, opondo de um lado camponeses, sindicalistas e padres, e do outro fazendeiros, grandes empresas e os órgãos do governo, INCRA, GETAT e os aparelhos de espionagens do Estado Militar e da chamada Nova República, após a posse José Sarney na presidência (principalmente com as discussões na Constituinte em torno da Reforma Agrária) (CAMPOS FILHO, 2013, p. 159).

A pesquisa de Mechi (2012) também aborda os conflitos ocorridos nesse contexto. A autora enfatiza que as demandas e lutas dos camponeses foram criminalizadas e serviram de base para que o Estado brasileiro construísse a visão do potencial subversivo da população da região, servindo como justificativa ideológica para a repressão aos camponeses.

Dentre os conflitos de maior repercussão, destacamos o conflito de Perdidos e o conflito na fazenda Cajueiro, ocorridos na região de São Geraldo do Araguaia. Eles são recorrentemente discutidos por pesquisadores e estudiosos do campesinato regional ou da temática da guerrilha do Araguaia, tanto por causa das grandes repercussões que tiveram as brutalidades a que camponeses e religiosos foram submetidos, com a intervenção de militares do Exército, como pela forma que os camponeses enfrentaram os pistoleiros e policiais que tentavam retirá-los das terras por eles ocupadas há vários anos, visando atender aos interesses de fazendeiros, muitos dos quais grileiros.

O conflito que ficou conhecido como “Guerra dos Perdidos” ocorreu em outubro de 1976 numa localidade que atualmente é denominada de Piçarra do Pará, pertencente ao município de São Geraldo do Araguaia até 1997. Durante a Guerrilha do Araguaia, nessa área fora constituída a base Caianos, onde os guerrilheiros estabeleceram o Destacamento C e desenvolveram atividades, relacionando-se com os posseiros mais antigos, alguns dos quais foram presos e torturados durante a Terceira Campanha militar de combate ao movimento guerrilheiro (CAMPOS FILHO, 2013).

O povoado, que ficou conhecido posteriormente como Boa Vista do Pará, situava-se numa área que estava ocupada por posseiros há muitos anos e que sobrepunha interesses da elite local de Marabá, donos de castanhais, da Fundação Brasil Central (FBC)¹² que tinha

¹² Em 1945, o interventor federal no Pará, coronel Magalhães Barata, cedeu para a Fundação 50 milhões de hectares, da margem esquerda do Araguaia para dentro 10 km. A Brasil Central no entanto não teve qualquer preocupação em demarcar as terras ou nelas fazer benfeitorias. Ficaram aguardando ociosamente a valorização imobiliária, enquanto centenas de lavradores iam entrando nessas terras, adquirindo o direito de posse. Finalmente, em 1961, a Lei 3.196, assinada pelo Governador Moura Carvalho, revogou o decreto de 1945. O Estado considerou nula a doação sem anular judicialmente os registros imobiliários de 35 glebas, que abrangem uma área total de 152.000 hectares, que Yasohati Tokuda havia conseguido com a Fundação. Sobre essa mesma área o Estado expediu títulos provisórios e de aforamentos, sobrepondo-os aos anteriores, sem fazer com seriedade a

recebido cerca de 50 milhões de hectares de terras como doação do governo do Estado do Pará em 1945 (FIGUEIRA, 1986) e do Estado do Pará. A tentativa de demarcação dessa área para particulares por parte do Incra e da Polícia Militar (PM) do Pará culminou num conflito, em 27 de outubro, em que dois policiais militares morreram e dois ficaram feridos. Dentre os posseiros que reagiram de armas nas mãos para emboscar a equipe do Incra e os policiais, estava João de Deus Nazário e seu padrastrô Daniel, que durante o período de preparação da guerrilha, mantinha boas relações com os guerrilheiros e criava gado em atividades de parceria com eles, tendo sido detido pelo Exército durante oito dias.

Velho amigo dos “paulistas”, morador de Caianos, área do Destacamento C, da Guerrilha, era enteado de um dos líderes do movimento, o Daniel, e casado com Edna, professora, que foi vista pelos militares como uma das lideranças e por esse motivo presa, torturada e submetida a sevícias que lhes deixaram marcas e posteriormente foram responsáveis pelo fim do casamento. Algo que, percebe-se, não lhe dá vontade de falar (CAMPOS FILHO, 2013, 148).

A reação militar ocorreu três dias depois resultando em prisões e torturas de posseiros, os quais foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional, e de religiosos da Diocese de Conceição do Araguaia acusados de incitar a resistência dos camponeses: Padre Florêncio Maboni e o seminarista Hilário Lopes Costa foram presos e torturados. Conforme Figueira (1986),

[...] no dia 30 de outubro, cerca de 50 soldados da PM invadiram Perdidos, batendo e prendendo muitos. Espancaram indiscriminadamente. Queimaram os barracos dos posseiros Daniel e Otacílio. Prenderam, depois da meia-noite, em Boa Vista, com violência, o Pe. Maboni e o seminarista Hilário e os levaram para São Geraldo. Até o dia 1º de novembro foram efetuadas mais de 100 detenções (FIGUEIRA, 1986, p. 37).

Conforme demonstrado por Figueira (1986), três camponeses e o seminarista Hilário foram levados para São Geraldo e posteriormente para a localidade onde tinha sido construída a antiga base militar em Xambioá, durante a repressão ao movimento guerrilheiro, onde foram interrogados e torturados. O conflito foi se agravando e o Exército assumiu a missão de reprimir os camponeses.

A Guerra dos Perdidos foi denominada por Peixoto (2011) como “a guerra que veio depois” e muitos camponeses da região fazem referência a ela como “a segunda guerra”,

discriminação dos lotes, o que provocou uma marafunda, agravada pelo fato de que centenas de famílias se assentaram ali como posseiros antigos (FIGUEIRA, 1986, p. 20).

conforme demonstrado por Nossa (2012) e por Mechi (2012). Esse conflito foi lembrado pelo Senhor Raimundinho ao relatar o contexto de repressão aos camponeses e lideranças sindicais e religiosas, ressaltando que, mesmo em meio à repressão que dificultava as organizações, os camponeses protagonizaram importantes lutas nos processos de ocupações de terras, principalmente nas áreas de castanhais na década de 1980.

O que que nós acompanhamos? Logo depois da Guerrilha, as forças repressivas aos camponeses elas continua aqui na região comandada pelo Major Curió. Major Curió tinha uma base no Brejo Grande, tinha uma base na Vila Santa Rita, tinha base em São Geraldo, de acompanhamento dessa região. Então o Major Curió continua com, vamos chamar né, prosseguimento do massacre na região. Então, tinha eles que muitos ainda precisavam ser eliminados que não os (além dos) sessenta e poucos companheiros do PCdoB que se propunham fazer a guerrilha. É tanto que em 1976, eles, na região de Perdidos, que era uma região de conflito ali na que hoje deve ser Xinguara, São Geraldo, que à São Geraldo pertencia o município de Xinguara né, chegava dividir com Marabá... **Em Perdidos em 1976 foi preso Padre Maboni, primeira prisão depois da guerrilha feita pelo comando do Curió. Padre Maboni, e justamente com o seminarista Hilário que trabalhava com padre Maboni, são levados para São Geraldo para interrogatórios!**

E era assim porque a sede do GETAT em São Geraldo se torna o centro de repressão da ditadura contra camponeses aqui na região. Então, o que nós dizemos é que, como Estado favorecia aos fazendeiros e grileiros nessa região, ou seja, os grileiros aquele que diz que é proprietário com documentos falsos né, que isso ocorreu muito aqui na região, cartório produz documento falso e o cara chega lá dizendo que é dono daquela propriedade. E aí chama as forças policiais para retirar as pessoas dali. Então foi assim que os grandes [conflitos] se deram aqui na região, por conta, principalmente desses interesses de grileiros que, com documentos falsificados em cartório. [...]. Pós esse processo houve uma avalanche né, ou seja, um entusiasmo também [...] de ocupar aquelas regiões ali. E vários camponeses posseiros ocuparam aquela região, mesmo sob a repressão né, do Curió (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Campos Filho (2013) relacionou a forma de resistência armada dos posseiros em Perdidos às táticas de luta usadas pelos guerrilheiros.

A antiga Caianos, dos Guerrilheiros do Araguaia, levantar-se-ia mais uma vez em pé de guerra, agora com ação direta dos próprios camponeses, que defendiam o que consideravam um legítimo direito, a posse da terra. A influência dos antigos “paulistas” nas técnicas de emboscada contra os policiais e técnicos do INCRA, inegavelmente, será uma herança da Guerrilha e por isso foi duramente combatida (CAMPOS FILHO, 2013, p. 145-143).

Ao final de alguns meses, os camponeses conseguiram garantir o título das terras que ocupavam, embora alguns tenham enfrentado dificuldades para permanecerem nas terras conquistadas, principalmente por falta de apoio do INCRA e do GETAT.

O outro confronto entre posseiros e grileiros ocorrido também em terras que pertenciam à FBC, situadas onde atualmente é o município de São Geraldo do Araguaia, especificamente na comunidade de Itaipavas, área onde se localizava a fazenda Cajueiro e onde também ocorreu a atuação de guerrilheiros do Destacamento C e de operações militares no combate à organização guerrilheira. O “Conflito do Cajueiro” iniciou em 1979 e durou até 1981, com a tentativa do Incra de demarcar uma área de terras de interesse de latifundiários, particularmente de três fazendeiros que possuíam títulos de aforamentos com direito à exploração da castanha, mas que já estava ocupada há aproximadamente duas décadas por posseiros. O GETAT reconheceu o direito de posse apenas à alguns desses posseiros e, juntamente com os fazendeiros, policiais estaduais e federais e pistoleiros, promoveu-se ações para expulsar ou outros, por considerá-los invasores das terras em questão.

O conflito foi analisado por Ricardo Resende Figueira, padre que atuava na Diocese de Conceição do Araguaia e na CPT, em sua obra “A justiça do Lobo” (1986), na qual relatou o processo de resistência dos camponeses à expropriação. A ação de tentativa de desocupação realizada no dia 13 de agosto de 1981 levada a cabo por policiais federais, sem mandado judicial e acompanhados por servidores do GETAT, agentes do Exército e pistoleiros, culminou num conflito violento, pois uma parte dos posseiros reagiu tendo como um dos líderes o camponês João Matias, o qual tinha sido guia do Exército durante a repressão aos guerrilheiros entre os anos 1972 e 1975.

Conforme Figueira,

O João Matias reuniu-se com 50 homens e resolveu resistir. Duas viaturas e dois funcionários do GETAT, três elementos da Polícia Federal e um pistoleiro do Deputado Juraci formavam a comitiva. Houve um confronto no dia 13, quando o jagunço Luiz Antônio dos Santos morreu e alguns da Polícia Federal saíram feridos. Os 13 posseiros que estavam na emboscada se dispersaram, escondendo-se (FIGUEIRA, 1986, p.75).

Dois funcionários do GETAT, o delegado Alan Kardec e três agentes da Polícia Federal ficaram feridos e um pistoleiro foi morto. Os posseiros, e também religiosos vinculados à Igreja Católica acusados de estimular a resistência camponesa e a não aceitação de remanejamentos para outras localidades ou acordos conciliatórios, passaram a ser alvos de perseguições por

parte de pistoleiros apoiados pelo INCRA e posteriormente pelo GETAT, criado para resolver os conflitos na região. A Polícia Federal e o Exército, inclusive agentes militares e bate-paus da época da guerrilha comandados pelo Major Curió, prenderam treze posseiros e os padres franceses Francisco Gouriou e Aristides Camio, pároco de São Geraldo do Araguaia que havia celebrado uma missa na posse de João Matias no dia 08 de agosto de 1981. Todos foram enquadrados na Lei de Segurança Nacional e condenados a vários anos de prisão. Os padres, Maria Oneide (viúva de Gringo) e o advogado Paulo Fonteles foram acusados de incitar a revolta dos posseiros e os processos de invasões de terras.

Para Campos Filho (2013), os alvos das investigações da comunidade de informações e dos agentes do regime militar nas áreas em conflitos tinham a ver com o temor criado em torno da possibilidade de reorganização de núcleos guerrilheiros.

Na avaliação de Figueira (1986), especificamente sobre o conflito de Perdidos, conjugaram-se diversos interesses, sobretudo os que estavam relacionados à preservação da política fundiária:

Já havia uma preocupação natural porque o confronto era em uma área próxima do antigo destacamento guerrilheiro de Caianos; mas o governo se preocupava também com a defesa do latifúndio, da política da SUDAM, dos interesses econômicos de tantos empreendimentos financeiros expressivos no sul do Pará, e igualmente em dar cobertura a erros que se acumulavam, frutos dos desacertos dos órgãos fundiários. Mas havia ainda outro interesse. A morte dos soldados era um pretexto para um acerto de contas entre os órgãos de repressão e o bispo, entre os latifundiários e a Igreja. Eles precisavam de uma desculpa para desmoralizar e punir aqueles que teimavam numa ação pastoral que colocava em questão a política fundiária. O problema era que nem o bispo, nem frei Henrique ou o Pe. Maboni jamais haviam visitado esses lavradores antes, e nem sequer os conheciam. Os agentes de pastoral leigos eram recém-chegados, com o agravante de Regina e André serem filhos de um coronel (FIGUEIRA, 1986, p. 47-48).

Ao analisar os conflitos por terra no sul e sudeste do Pará, Pereira (2015) demonstrou as estratégias políticas do Estado para controlar a população camponesa, evidenciando que muitas vezes as articulações e ações conjuntas entre órgãos estatais (GETAT, INCRA, Exército, polícia militar, polícia civil, juízes), empresários rurais e pistoleiros, contribuem para a intensificação da violência e das práticas de assassinatos de camponeses e lideranças. A tentativa de impedir as organizações políticas dos camponeses foram evidenciadas nas formas de repressão aos camponeses após a eliminação dos guerrilheiros por parte das Forças Armadas, em que a resistência dos posseiros, a partir de 1974, aos processos de expulsões de suas terras, ou as estratégias de ocupações de terras devolutas, ou áreas com títulos definitivos ou de

aforamentos, foi interpretada pelas instituições governamentais como sendo ações subversivas e conspiratórias ainda associadas aos resquícios das influências comunistas e “terroristas” que organizaram a guerrilha. O autor, assim como Campos Filho (2013), recorreu à análise de narrativas e de documentos confidenciais elaborados pelo SNI para demonstrar o monitoramento da região e das ações das lideranças nela atuantes feito por agentes do CIE, CISA e SNI, a serviço do Conselho de Segurança Nacional, apontando que a memória da guerrilha do Araguaia foi apropriada por essas instituições para justificar a repressão aos camponeses, como justificativa para enquadrar suas formas de organizações na Lei de Segurança Nacional.

Conforme Pereira (2015),

No sul e sudeste do Pará, as ações dos trabalhadores rurais pela posse da terra, com apoio e assessoria de membros da Igreja Católica, além de serem entendidas pelos proprietários rurais e pelas autoridades civis e militares como subversões e ações comunistas, eram percebidas como possível “volta da guerrilha no Araguaia”. Tratou-se da produção de um discurso que associava os conflitos de terra às ações guerrilheiras no campo como estratégia de desmobilização política dos trabalhadores rurais que lutavam pela terra. Esse discurso se intensificou com o lançamento do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA), no IV Congresso da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), no dia 26 de maio de 1985. A retórica anticomunista que se fazia presente, no sul e sudeste do Pará, desde meados da década de 1970, tomou amplitude ante a inquietação dos empresários e proprietários rurais por todo o País, perante a crescente onda de ocupações de terra, a possibilidade de implantação do PNRA que previa, inicialmente, assentar 300 mil famílias por ano, durante 10 anos, e a articulação dos trabalhadores rurais e entidades de mediação em torno do debate sobre a reforma agrária na constituinte (PEREIRA, 2015, p. 169).

O controle sobre a população continuou sendo feito pelo serviço de inteligência do Governo Federal e do Conselho Nacional de Segurança, por meio da atuação de Sebastião Rodrigues de Moura, Curió, após a eliminação dos guerrilheiros. Ele mantinha presença nos povoados e desenvolvia alguns serviços de assistência aos ex-guias do Exército, como relatado por Maria Raimunda no segundo capítulo, bem como realizava o trabalho de mapeamento dos conflitos, das lideranças comunitárias, políticas e religiosas. Nesse contexto, foi também forte a intervenção nas organizações dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais da Região.

As experiências vivenciadas por Mano ilustram bem essa situação. No período em que ele morou em Palestina, vivenciou os conflitos fundiários surgidos com a colonização em torno da construção da Transamazônica, os primeiros conflitos relacionados às primeiras ocupações dos castanhais, conforme relatado no capítulo 3, e as discussões para organização do sindicato

que representasse os interesses dos trabalhadores rurais. “Esse período até 81, na prática, com esses animadores de comunidade, aí começou a discussão do sindicato, né, que no fim das contas é uma casa que é nossa. Mas a gente não pode entrar porque!” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Da mesma forma que Mano, Cledeneuza relembra o processo de compreensão dos problemas que afetavam os camponeses da região e a necessidade de superação do medo deixado pela repressão militar durante o extermínio da organização guerrilheira, para que pudessem lutar pelos direitos, principalmente, relacionados à conquista de terras para morar e trabalhar. Ela explicou a contribuição fundamental da Igreja Católica, que criou as condições de conscientização dos trabalhadores rurais quanto à necessidade de organização.

Nesse período, os camponeses precisaram se unir para chegar à direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o qual tinha sido recém-criado por intermédio do INCRA, com abrangência da região de São João do Araguaia, porém não representava os interesses dos camponeses porque estava sob o controle de Curió.

Sobre a organização sindical dos trabalhadores, Cledeneuza relata:

E aí criou, pra ter força precisava do Sindicato, eles criaram o sindicato, em 73 quando terminou tudo... em 75 criou o Sindicato. O INCRA chamou seu Estevão que é um senhor que ainda está vivo - tá cego hoje. Seu Estevão daqui de São Domingos, pegou outro de São João, seu Arlindo – Arlindo Lopes que hoje é pai do doutor João Batista – formou uma diretoria, então criou o sindicato (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

Conforme Cledeneuza, a organização sindical dos trabalhadores estava sendo dominada por Curió e por pessoas sob o seu domínio. “O Curió que, depois que acabou a história da Guerrilha em 75, ele criou o sindicato dos trabalhadores. O povo não sabia o que era sindicato. Aí criou, mas era ele que dava as ordens!” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia). A força expressiva das lutas e reivindicações dos camponeses dependeria de uma direção comprometida com os interesses dos trabalhadores rurais. “Quando a Igreja começou a explicar a parte de sindicato, o que que é Sindicato pra um trabalhador rural... aí aquele Sindicato não respondia, chamava-se o sindicato do pelego né. **Aí nós fomos lutar para ter o sindicato livre**” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Sobre a organização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, ainda num período de forte presença e influência dos militares, caracterizado por Mano como “ressaca da guerrilha”, os camponeses animadores de comunidade tiveram um papel fundamental na organização das delegacias sindicais, possibilitando as eleições das Chapas de oposição. Conforme Mano:

Ainda o ambiente estava muito pesado, muito pesado... Por exemplo, diziam que animador de comunidade era igual comunista. E aí estava começando também já em 80 esse negócio de “Chapa 2” tava no ar... quem era? Só animador de comunidades, as primeiras, concorrendo contra a “Chapa 1” que era sempre a da situação, os pelegos, nomeados por Curió. [...] Naquele tempo só tinha o município de São João, Marabá, Itupiranga e Jacundá, os 4 municípios. [...] São João era Palestina, Brejo Grande, é, São Domingos, São João, Abel Figueiredo e Bom Jesus. Marabá era de Água Azul, Canaã, Parauapebas, Curionópolis, Eldorado, era tudo isso aqui era Marabá (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Os relatos da Senhora Cledeneuza evidenciam o importante apoio e contribuição da Igreja Católica, principalmente por meio das Campanhas da Fraternidade dos anos de 1977 e 1978, no processo de conscientização dos camponeses da necessidade de resistência organizada ao latifúndio, enfatizando em sua narrativa: **“A Igreja veio esclarecer que nós não podia viver no medo!”**. No livro “Sou filha de quebradeira de coco” (2017), ela explica: “Daí surgiu uma campanha da fraternidade que dizia: ‘Terra para todos’. Aí tinha outra: ‘Não tenho onde morar’” (OLIVEIRA, 2017, p. 33). Durante a entrevista concedida a esta pesquisa ela explicou que não lembrava exatamente dos Lemas das Campanhas, conforme relato abaixo, mas o que fica evidente são os temas trabalhados pela Igreja naquele contexto: família, terra, moradia, trabalho e justiça.

Se eu não tiver enganado era “Terra para quem Trabalha”, a outra era “A Terra é de todos”. Então eu tenho muito isso assim na... não tô bem lembrada, mas o tema era esse. E nessas campanhas a gente tinha os círculos bíblicos e neles a gente - pra os guias do Curió não perseguir a gente - rezava o terço... e aí eles não gostavam de reza, né... Aí pegava e lia o texto e fazia os esclarecimentos que nós não tava roubando, nós não tava fazendo coisa errada, que nós tava ocupando o que era de direito! (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

O relato da Senhora Cledeneuza nos remete ao fato de que o direito à terra por parte dos camponeses está assegurado desde a constituição de 1946, permanecendo nas constituições

promulgadas nos anos de 1964, 1967, 1969 e de 1988. Nesses dispositivos legais, em tese, garantem-se a permanência dos camponeses em terras devolutas, nas quais trabalham para garantir a manutenção familiar, bem como a desapropriação de terras improdutivas para fins de reforma agrária.

Muitos dos camponeses expropriados pelos militares durante a repressão à Guerrilha puderam ter acesso novamente à terra. Mas, conforme Cledeneuza: “não foi ninguém que deu para eles! Foi eles que foram ocupando, porque tinha todos os espaços de terra. Aí as pessoas iam ocupando de novo” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A Senhora Cledeneuza também relatou sobre o contexto de luta pela terra e a diversidade de sujeitos que, naquele período, foram constituindo o campesinato na região, dentre eles, os migrantes em busca de terra e de trabalho. Nos relatos, ela explica que a extração de ouro em Serra Pelada, no início da década de 1980, atraiu muitos dos nordestinos que, não tendo condições de entrar no garimpo, tiveram que permanecer ou voltar para São Domingos do Araguaia. Devido à necessidade de sobrevivência, iniciaram as ocupações dos castanhais públicos visando à efetivação dos assentamentos como novas estratégias de luta pela terra. Em seus relatos evidencia:

Então os maranhenses vieram para cá e ficou todo mundo aqui na cidade, encheu sem ter emprego, sem ter saída, sem ter nada, qual foi a solução? A solução foi ver a terra e invadir. Foi criada a ideia de entrar nessa terra que “era de dono”. Daí a gente entrou na terra, enfrentou os conflitos com o que se dizia dono, mas venceu! E até hoje a gente tá aí nessa luta (OLIVEIRA, 2017, p. 33).

A Senhora Cledeneuza reconstitui as memórias das primeiras ocupações dos grandes castanhais e os enfrentamentos que os camponeses fizeram para tomar a direção do sindicato a partir dos anos de 1980 por meio de eleição, passando a tê-lo como uma das principais ferramentas de luta. A Igreja Católica por meio da CPT, a Fetagri e a Contag tiveram contribuições fundamentais nessas lutas. Nesse período em que muitas lideranças externas chegavam à região para ajudar na luta pela terra, as mulheres camponesas que sempre estiveram na luta, conquistaram visibilidade por meio do reconhecimento do direito de associação nos sindicatos que, até o início da década de 1980, era restrito aos homens.

Assim como Mano, Cledeneuza relatou sobre ocupações dos grandes castanhais.

Aí veio a ocupação do Cuxiú. Depois da ocupação do Cuxiú, que o sindicato garantiu, aí foi essas outras ocupações que hoje... o tanto de PA que nós considera que tem 12 ou é 16 PA, tudo desse início aqui, que é um desenvolvimento também porque todo mundo se organizou no sindicato do trabalhador rural. O fazendeiro tem o deles; o trabalhador rural tem o dele e ocupou as terras (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Como ela demonstrou, as ocupações não aconteceram pacificamente.

Então houve a chacina da Ubá, houve a chacina do Cuxiú, do Almescão. Aí os outros não... os outros já foi bem... As Oito Barracas também ainda teve um grande confronto, mas não foi tão forte e divulgado como foi esses três. Eles foram mais violentos, muita ameaça. Aí foi acalmando as ameaças (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

As táticas historicamente utilizadas para intimidar e desmobilizar as lutas organizadas dos camponeses na região violam sistematicamente os direitos dos sujeitos do campo. Além das perseguições, monitoramentos, ameaças, expulsões, prisões arbitrárias, destruição das plantações e das moradias, os registros demonstram ocorrências frequentes de assassinatos de posseiros e lideranças camponeses, sindicais e religiosas, bem como chacinas e massacres.

A segunda metade da década de 1980 foi expressiva no número de assassinatos e chacinas, a exemplo da chacina da fazenda Princesa, no dia 28 de setembro de 1985, nas proximidades de Marabá e da chacina no Castanhal Ubá, em São João do Araguaia, nos dias 13 e 18 de junho de 1985 (CPT Marabá, 2013). O assassinato do agente de Pastoral e sindicalista atuante na região de São Geraldo do Araguaia, Raimundo Ferreira Lima (Gringo), aos 43 anos, no dia 29 de maio de 1980 no município de Araguaína-TO, é representativo e teve repercussões nacionais. Esse era o ano de eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) de Conceição do Araguaia e Gringo encabeçava a chapa de oposição à direção composta por aliados dos militares e por eles controlada, conforme demonstrado em Figueira (1986) e em Carneiro & Ciocari (2010).

No início da década de 1980, conforme demonstrado por vários estudiosos e relatado pelas lideranças Mano, Cledeneuza e Raimundinho, crescia as resistências e formas de organizações, com as chapas de oposição retomando as direções do movimento sindical rural do controle dos militares, período em que aumentaram consideravelmente as ocupações de latifúndios, propriedades improdutivas e terras griladas. Nesse período, os partidos de esquerda e as organizações vinculadas à Igreja contribuíram para o fortalecimento da luta pela terra e

pela reforma agrária que ganhou um novo impulso com as discussões sobre a criação do primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e com as promessas relacionadas às mudanças na estrutura fundiária, embora ainda norteado pelo Estatuto da Terra, de 1964. Em resposta ao fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela terra, foi criada a União Democrática Ruralista (UDR), em agosto de 1985, ano do início do processo de redemocratização do Brasil.

Em 1985 foi iniciada a construção da Constituição de 1988 e lançado o I PNRA, em 19 de outubro de 1985. Como reação dos ruralistas, a UDR, liderada por Ronaldo Caiado, então deputado federal por Goiás, atuou no sentido de barrar as mudanças que estavam sendo propostas, bem como fortalecer as ações de desmobilização camponesa, sobretudo, a partir da violência armada, com uso de pistoleiros ou jagunços, contra os trabalhadores. Sobre esse contexto, destacamos a pesquisa desenvolvida por Patrícia Chaves (1995), a qual analisou as dimensões dos conflitos sociais e violência no campo, tendo como fonte de pesquisa os dados e documentos registrados nos Cadernos de Conflitos no Campo da CPT, do período de 1985 a 2014.

Nesse estudo, Chaves (2015), partindo da concepção de “conflitos por terra” utilizado pela CPT, articulou-a a outros elementos, e a partir do trabalho de campo, evidenciou as várias dimensões dos conflitos e dos grupos, classes e sujeitos sociais neles envolvidos. Ela representou a diversidade dos conflitos no campo em mapas temáticos, tabelas e gráficos, contribuindo para a compreensão da geografia das lutas no campo, na região do Bico do Papagaio. Ao apresentar os dados gerais dos conflitos no Brasil entre os anos de 1985 e 2014, a autora afirmou que, de modo geral, apresentou tendência de leve diminuição, enquanto na região do Bico do Papagaio, a tendência foi de aumento. Sobre o ano de 1985, ela registrou:

Em 1985, foram 712 conflitos totais no Brasil, dos quais 252 ocorreram na Amazônia Legal, ou seja, mais de um terço, ou o equivalente a 35,4% dos conflitos no campo no Brasil. Enquanto isso, na região do Bico do Papagaio foram 73 conflitos o que equivaleu a 10,6% dos conflitos do país, 30% dos conflitos da Amazônia Legal e 45,1% do total dos conflitos do Pará, Maranhão e Tocantins (CHAVES, 2015, p. 89).

O período entre os anos de 1985 a 1989, durante o Governo de José Sarney, registra a grande quantidade de conflitos ocorridos entre os ruralistas e os camponeses (posseiros e sem-terra). Em nome do direito de defesa da propriedade da terra, membros da UDR articularam e comandaram ações que culminaram em assassinatos de camponeses, sindicalistas, advogados e lideranças dos movimentos sociais organizados de luta pela terra. Assim, intensificaram-se e

aumentaram-se as expropriações com uso de violência extrema e o número de assassinatos e chacinas durante os governos democráticos, período no qual, conforme Chaves (2015), a questão agrária se transformou em questão militar, notadamente no período do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Além disso, como apontam as narrativas nessa pesquisa, as lideranças e apoiadores dos movimentos sociais de luta pela terra foram alvo de perseguições e assassinatos.

A memória social registra que os conflitos mais marcantes ocorreram no período compreendido entre as décadas de 1970 e 1990. Os dados da CPT demonstram essa realidade. Dentre os conflitos ocorridos no ano de 1987, destacam-se os 28 conflitos em Xinguara, 27 em Conceição do Araguaia, 11 em São João do Araguaia e 8 em Marabá. A CPT registrou 460 assassinatos no sul e sudeste do Pará no período de 1975 até 1995, sendo o maior número registrado na década de 1980, contabilizando 360.

O estudo desenvolvido por José Batista Gonçalves Afonso (2016), que está na região desde o final da década de 1970, evidencia aspectos importantes desse contexto. Afonso acompanha a luta camponesa desde 1996 e, a partir de 2001, iniciou a atuação como advogado da CPT a serviço dos trabalhadores e trabalhadoras rurais do sul e sudeste do Pará, principalmente, daqueles ligados ao MST, aos STRs e à FETAGRI. Dentre os assassinatos apurados por ele, estão os das lideranças sindicalistas “Arnaldo Delcídio, José Dutra da Costa, José Pinheiro Lima, Pedro Laurindo da Silva; as religiosas Adelaide Molinari, Dorothy Stang; o advogado Gabriel Sales Pimenta e os ambientalistas José Claudio e Maria do Espírito Santo” (AFONSO, 2016, p. 16).

Ao fazer referência à seletividade das mortes, Afonso (2016) relacionou os nomes das lideranças e apoiadores dos trabalhadores rurais que foram assassinados por pistoleiros a mando de latifundiários, muitos deles tendo os nomes nas listas de “marcados para morrer” que circulavam na região, organizadas por um cartel do crime que, como demonstrou Campos Filho (2013), configurava-se em verdadeiros consórcios formados por vários fazendeiros que tramavam as execuções de lideranças, comandas pela UDR. Dentre os executados que tiveram a mortes anunciadas, Afonso (2016, p. 54) destaca: “Lideranças como: João Canuto (1985), Irmã Adelaide (1985) Paulo Fonteles (1987), José e Paulo Canuto (1990), Braz Antônio (1990), Expedito Ribeiro (1991), Antônio Teles (1992), Arnaldo Delcídio (1993)”.

Esses assassinatos, e muitos outros ocorridos na região, antecederam ou geraram ações políticas visando eliminar a violência no campo que, devido a concentração fundiária e a falta de reforma agrária, continuava crescendo e repercutindo nacionalmente e internacionalmente.

Essa realidade nos remete a afirmação feita por Oliveira (2001) ao fazer a análise da estatística relacionada às vítimas fatais de conflitos ocorridos no campo no período de 1985 a 1996, demonstrando a concentração territorial da violência na região do “Bico do Papagaio”, notadamente no sul e sudeste paraense. Para o autor, “[...], se a violência gera a morte, gera também as formas de luta contra a morte” (OLIVEIRA, 2001, p. 193).

A participação das delegacias sindicais foi fundamental na defesa dos direitos dos camponeses na luta pela posse e permanência na terra. Através de ações de forma espontânea ou institucionalizada, com contribuição da Igreja católica e dos setores e organizações a ela vinculados, bem como dos partidos políticos de esquerda, os camponeses obtiveram conquistas importantes. Esses grupos de apoio consistiram em mediações fundamentais na luta de classes no campo, em que o Estado se posicionou do lado dos latifundiários e dos grandes proprietários. A continuidade da organização camponesa tem sido impulsionada pela necessidade de resistência.

Assim como a Senhora Cledeneuza, Mano relata as experiências de conscientização desenvolvidas pela Igreja católica, depois da Guerrilha. Ambos caracterizaram a situação de conflitos fundiários existente na região e as estratégias utilizadas pelos camponeses para ocupar as terras.

Aonde que a gente fez os primeiros acampamentos? Não foi na terra. A gente fez... Sim, aí... o povo morava no meio do mato. Fazia um rancho, uma casa, e aí quando estava mais ou menos. O primeiro ano geralmente era assim: brocava, voltava; derrubava, queimava, voltava. Aí plantava. Aí, primeira roça só dava pra escapar, como diz o povo, né. Só que ele já marcava o lugar, aí já fazia uma casa. Pelo menos eles não dormiam mais no relento. Mas era no meio. E aí tinha 10 trabalhando e 20 vigiando, e era desse jeito (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Mano demonstra a diversidade de sujeitos sociais, dentre eles os políticos, que contribuiu no processo de organização e resistência dos trabalhadores rurais frente aos pistoleiros e agentes do Estado que atuavam na região, sob influência do Curió, e contra os interesses dos camponeses.

Aí com a democratização, o sul era completamente diferente, utilizaram uma outra forma, porque lá não tinha mata. Tinham políticos que podiam apoiar eles. Aqui era só Ademir Andrade, mais tarde os Ganzer que vinham aqui pra apoiar... O Chamon, João Chamon apoiou a gente. Ele era vereador daqui, apoiou a gente várias vezes. Isso aqui eu sou testemunha porque eu vi. Mas é muito difícil! Juiz contra a gente, pistoleiro, PM, Federal, GETAT.. GETACA

que o povo chamava, é... como que é, Eletronorte, SENAR. Tudo isso aqui era contra a gente direto, direto, direto, direto, e forte viu! E por detrás o Curió. O Curió que aqui na área do GETAT queria criar um território e naquele tempo dependia diretamente da presidência da república, que era Imperatriz, Araguaína, Conceição do Araguaia e Tucuruí... aí era lei, aí concentra em Marabá. E ele queria ser um... como que se chama, o governador nomeado. Era uma ideia dele, quem criou o GETAT foi ele, não foi outro (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

A compreensão desse contexto nos ajuda a refletir sobre o medo que, conforme os relatos a seguir, foi um dos legados deixados pela repressão militar à guerrilha. Mano assim se referiu sobre essa questão: “A primeira impressão da guerrilha é a ressaca e o silêncio, o pavor, o medo do Curió!” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Quando questionada se a ocorrência da Guerrilha na região influenciou, de alguma forma, a obtenção ou não obtenção dos resultados alcançados por esses movimentos, a Senhora Cledeneuza assim explica: **“Pra mim, ajuda. Dificulta na questão de quem não quer participar, de quem se excluiu. Mas ele trouxe para nós, como é que a gente chama, um pontapé, um abrir de olho”** (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Muitos se excluíram da luta, na percepção da Senhora Cledeneuza, devido ao medo que sentiram da repressão comandada pelo Major Curió e porque foram influenciados pela versão criada por ele sobre os guerrilheiros:

Que o povo confiou que (os militares) era o herói, que aquele lá (guerrilheiros) era o bicho! Eles (povo) não vieram pra conhecer a história! Então eles continuaram acreditando no medo, né, do que foi dito pra ele né, então influenciou nessa parte. Porque não adianta eu, você, a universidade em si, procurar eles, que eles não vão acreditar em nós. Eles acreditam que o que o Major Curió falou, fez, tirou o mal. Eles (guerrilheiros) eram o mal! Eles não quiseram entender que não eram o mal. Foi até o bem, mas eles não quiseram entender isso... (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Sobre o papel exercido pela Igreja no combate à influência do Major Curió na região, Cledeneuza enfatiza: “E a Igreja veio para aqueles que viviam escondidos com medo do Major, com medo da repressão do Exército. E aí você vê que até hoje...” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Muitos dos camponeses que se excluíram da luta relacionavam a organização sindical com o movimento guerrilheiro, estando a imagem dos guerrilheiros vinculadas às

representações anticomunistas elaboradas pelo Exército durante e após a repressão. Essa visão dificultou a inserção de alguns camponeses na luta pela terra na segunda metade dos anos 1970 e durante os anos 1980. Muitos participavam das ocupações pela necessidade de terras para morar e trabalhar, porém não assumiam responsabilidades no Sindicato.

O envolvimento mesmo foi da necessidade de ter um espaço para trabalhar. Os que ganhou a terra, igual eles que voltaram lá, o Dionor, o Peixinho, o povo ali do Lagoa, eles ganharam as terras porque eles eram guias né. [...]. Mas não se envolviam, não queriam nem saber de falar de Sindicato! (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

O desinteresse, na compreensão de Cledeneuza, era devido à imagem negativa relacionada à organização dos trabalhadores do campo: “Quando a gente ia pro Sindicato: ‘Tu sai daí que isso é coisa de comunista!’” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Muitos camponeses que foram desterritorializados pela repressão militar à guerrilha não conseguiram ter acesso às mesmas extensões de terra que tinham antes, conforme relatos analisados no terceiro capítulo. Dentre os motivos dos que optaram em não participar das ocupações, podemos identificar no relato do Senhor Antônio “Precatão”, o receio da violência a que os camponeses eram submetidos.

Eu perdi terra, tomaram a minha terra, me botaram pra fora e eu não tive condições de comprar uma e **nem tive coragem de invadir outra, como muitas pessoas invadiu. Morreu muitas pessoas invadindo terra**, mas eu nunca me achei com coragem de fazer aquilo: invadir uma terra pra possuir um pedaço de terra. Sempre esperava a oportunidade de comprar um pedaço de terra, como hoje ainda tenho coragem, tenho vontade. Coragem eu tenho, só que a força acabou... (Entrevista concedida por Antônio Alves de Sousa, em 29 de setembro de 2019, em Xambioá-TO).

Os relatos dos camponeses diretamente envolvidos na Guerrilha, que passaram por uma experiência traumática de torturas, ameaças, perseguições e monitoramento por parte das Forças Armadas que permaneceram na região, demonstram os condicionamentos que os levaram a priorizar a reprodução imediata da vida, o esforço em garantir as condições de sobrevivência da família.

A reflexão do Senhor Antônio “Precatão” se refere ao período após o ano de 1975, em que as ocupações de terras por parte dos camponeses posseiros tornaram-se muito expressivas,

assim como também os conflitos e assassinatos. Nesse período, as instituições e agentes do Estado vincularam às imagens e representações construídas pelo Exército a respeito da concepção de terroristas aos religiosos, padres e freiras vinculadas à Teologia da Libertação, que desenvolviam atividades nas comunidades, bem como às lideranças camponesas e sindicais que ousavam contestar a estrutura social vigente e lutar pelo direito à terra para os camponeses.

O interrogatório a que Mano foi submetido durante sua detenção em 1975, por parte do Exército e da Polícia Militar, na OP-3, área em que ele atuava e que era considerada área de segurança nacional, demonstra essa situação. Mano denomina esse período de “ressaca da guerrilha”, considerando o medo, o monitoramento e as perseguições a que a população foi submetida devido às suspeitas de possibilidades de atuação de remanescentes dos guerrilheiros na região.

Nesse sentido, ele explica:

O Tenente Coronel Ernani disse: “Olha, aqui...”. Ele passou o dedo assim, vermelho assim no, ... aqui, em cima do Araguaia: “esse aqui que é o mar vermelho de vocês! O que a Guerrilha não conseguiu fazer aqui, vocês estão fazendo com esse negócio lá da terra prometida. A Palestina onde tú mora, Nova Canaã onde é...”. E é verdade! [...]. **“O que a guerrilha não conseguiu fazer, vocês da Igreja progressista estão fazendo”** (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

O imaginário do medo, deixado pela repressão militar à Guerrilha, ainda influenciou as ações dos camponeses nos períodos recentes, a exemplo da dificuldade demonstrada por Cledeneuza na organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, principalmente na região de Brejo Grande do Araguaia:

E hoje a Cidade de Brejo Grande, que era só algumas casas, não era nem vila, acho que não era, no tempo da Guerrilha, ela se povoou... O povo ocupou o espaço. E ela não tem o desenvolvimento assim de São Domingos com gente, liderança. Tenta, mas ainda tem muito medo! Lá tem repressão, em Brejo Grande ainda tem repressão! Palestina tem a pressão! É porque se tu chega lá e começa a conversar, aí é desconfiança: “aquele povo estão voltando”! Entendeu? Eles não acreditam que tu vem aqui pra colher informação pra que possa melhorar nossos dias de vida, pra que possa levar nossas dúvidas, tirar nossas dúvidas, eles não acreditam nisso. Eles acreditam que é um povo que vem ocupar os nossos espaços e nos oprimir (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Assim como Cledeneuza, Maria Raimunda compreende que a dificuldade de organização dos camponeses e trabalhadores rurais sofre influência da repressão militar na região. Ela explica que, no contexto em que o clima de medo e perseguição imperava mais fortemente, muitos camponeses se excluíram da luta.

Em Brejo Grande, conforme os relatos de Maria Raimunda, a imagem dos militares foi construída como sendo pessoas boas, relacionada à construção de escola, ao fornecimento de alimentação aos camponeses que passavam necessidades e realização de outras atividades assistencialistas, enquanto a imagem dos guerrilheiros foi sendo construída como terroristas. Essa construção gerava na população uma situação de medo e aversão aos guerrilheiros, às memórias a eles relacionadas e, em muitos casos, associada às organizações camponesas posteriores.

4.1.1 Além do medo, “um abrir de olho”: “a disposição de lutar, a coragem e o desejo de transformar, de conquistar a liberdade”

O processo de construção da memória sobre a Guerrilha do Araguaia envolve a atuação conflituosa e contraditória de uma diversidade de sujeitos e forças sociais que precisam ser evidenciadas para que possamos refletir sobre outro legado deixado pela guerrilha, na compreensão dos sujeitos dessa pesquisa. As Forças Armadas brasileiras que, logo após o conflito, impuseram o silêncio e tentaram promover o esquecimento, tornando proibidas as memórias dos camponeses envolvidos, se esforçaram em ocultar ou manipular muitos fatos que até os dias atuais são desconhecidos. Embora não tenham disponibilizado as informações oficiais sobre os acontecimentos durante a repressão militar à Guerrilha, alguns militares têm rompido o pacto de silêncio e tornado público algumas informações, a exemplo dos livros referenciados no segundo capítulo.

Conforme demonstrado em Reis (2013), o imaginário dos militares tenta minimizar o papel repressivo das Forças Armadas durante a eliminação do movimento guerrilheiro. Alguns militares se esforçam em isentá-las da responsabilidade pelos excessos praticados, se referindo às atitudes radicais dos guerrilheiros, argumentando que os mesmos tinham consciência de que teriam optado por uma “guerra irregular”. Procuram justificar e legitimar a violência empregada no combate à guerrilha, no sentido de engrandecer os que foram considerados inimigos de guerra ao mesmo tempo em que associam suas práticas aos atos terroristas. Enfatizam que

teriam acontecido excessos de ambas as forças, fazendo referência aos justicamentos cometidos pelos militantes, e apontando para a intencionalidade estratégica da Guerrilha, com objetivo de tomar o poder e instaurar um suposto “Governo Popular Revolucionário”.

Os estudos desenvolvidos por membros ou simpatizantes do PCdoB, por sua vez, tendem a convergir para uma versão hegemônica da guerrilha, enfatizando e exaltando os feitos heroicos dos “guerrilheiros”, suas qualidades morais, suas ações de solidariedade com a população, por um lado, e a perversidade e crueldade dos militares com os militantes e camponeses da região, por outro. Apontam para a ideia de não intencionalidade da Guerrilha, enfatizando sua existência como uma forma de resistência à ditadura. Nesse caso, a história da guerrilha é registrada de forma coerente com o projeto político do PCdoB, o qual promove um esforço em construir e consolidar uma versão hegemônica, coesa, sem conflitos. Enfatiza-se a importância da guerrilha para as mudanças históricas e políticas no Brasil.

Na luta em torno da construção da memória, as representações camponesas também exercem um importante papel na compreensão da história da Guerrilha (REIS, 2013), mas também na compreensão e construção da história do campesinato na região. Os relatos dos camponeses e das lideranças dos movimentos socioterritoriais demonstram o processo de subversão das memórias camponesas que, num processo de resistência ao enquadramento da memória pelos militares, ou mesmo de contestação da memória hegemônica do PCdoB, atualizam a percepção sobre o passado no contexto atual. Demonstram as formas de sobrevivência do passado no presente e como alguns aspectos influenciam as formas de pensar, agir e sentir da diversidade dos sujeitos que constituem o campesinato regional.

Partimos do pressuposto de que a memória se configura como uma importante ferramenta na disputa por projetos de sociedade entre as classes sociais, na medida em que, ao evidenciar aspectos dos fatos sociais e históricos ocorridos no passado de forma divergente das representações instituídas oficialmente ou hegemonicamente, rompe o cerco imposto pela imposição de verdades supostamente legítimas e/ou acirra o conflito no campo das narrativas e das práticas discursivas. Sendo assim, as disputas entre e pelas memórias se constitui numa guerrilha, em que se digladiam narrativas que se inserem em campos opostos. No caso da Guerrilha, estão presentes, principalmente, a memória oficial (Estado/Exército), a memória hegemônica (PCdoB) e a memória subterrânea (camponeses), trazendo à tona o aspecto político da memória oral, no sentido de evidenciar posição de classes presente na construção ideológica das práticas discursivas e rememorativas.

Na disputa pela memória, os camponeses agem de forma transgressora ao romperem a imposição do silêncio, imposto pelos que detém a memória oficial e, ainda que sejam influenciados pela memória hegemônica, trazem à tona os elementos referentes à participação camponesa na Guerrilha, e como ela está presente no legado deixado pela atuação dos guerrilheiros e, contraditoriamente, pela repressão militar ao campesinato. As narrativas, ancoradas na memória, produzem sentidos e efeitos de realidade não apenas relacionados à guerrilha, mas também a respeito do campesinato, de sua constituição, formação social e recriação.

O medo implantado na região e a tentativa dos militares de construírem representações vinculando os guerrilheiros à imagem de terroristas, influenciaram o imaginário da população camponesa sobre as organizações e lutas posteriores. Porém, constatamos um esforço de subversão dessa construção pautada, principalmente, na evocação das lembranças das boas relações entre “paulistas” e camponeses durante a fase de preparação da guerrilha, bem como dos fatos relacionados à repressão militar.

A memória coletiva do campesinato sobre a atuação do movimento guerrilheiro, demonstra um esforço para o resgate das ideias, práticas e relações desenvolvidas pelos “paulistas”, no sentido de evidenciá-las como legado positivo para a organização do campesinato. As lembranças estão relacionadas também à forma como os guerrilheiros resistiram às perseguições, atrocidades e torturas a que foram alvos, prevalecendo, em muitos casos, as lembranças de atos de força, coragem e determinação dos mesmos na luta contra as Forças Armadas, por um ideal de mudança social que incluía a melhoria das condições de vida dos camponeses.

Os significados de alguns aspectos da Guerrilha como legados para a construção da resistência nas lutas políticas posteriores do campesinato, foram gestados no curso contraditório dos acontecimentos. O clima de terror e medo, implantado nas comunidades, deixou nas memórias conflitos entre as experiências vivenciadas pelos camponeses com os “paulistas” e as representações construídas pelo Exército. A título de exemplificação, mencionamos a lembrança de Maria Raimunda sobre as conversas que têm com a mãe, demonstrando a inquietação diante da forma como a mãe se refere aos “paulistas”:

Eu digo assim: “Mãe, mas os terroristas que a senhora chama, eles eram ruim?”. “Não minha filha, eles não era ruim não, eles eram gente muito boa, trabalhador e não sei o quê... todo mundo gostava deles, mas eles deviam fazer alguma coisa errada porque o Exército matou todo mundo!” (Entrevista

concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As atitudes dos guerrilheiros são relatadas de formas diversas pelos diferentes sujeitos que estavam presentes na região e precisam ser compreendidas considerando as circunstâncias em que vivenciaram as experiências da Guerrilha, o contato que tiveram com os guerrilheiros e/ou com os militares, mas também os processos sociais e políticos que vivenciaram até os dias atuais, pois eles influenciam na conformação de personalidades e no desenvolvimento de reflexões e atribuição de significados às experiências.

A abordagem predominante, na história da Guerrilha, é a de que os guerrilheiros não fizeram o trabalho de conscientização política com os camponeses, versão sustentada pelo ex-guerrilheiro José Genoíno. Essa versão nos leva a refletir sobre a questão de um legado de “motivação da Guerrilha para organização das lutas camponesas posteriores”, como construção social posterior ao conflito.

Sobre o trabalho de convencimento e politização dos camponeses quanto à necessidade de uma luta armada, Genoíno explica que não aconteceu devido ao ataque surpresa das Forças Armadas, mas também porque foi uma contradição na forma de luta planejada pelos idealizadores da guerrilha, que previu a região como refúgio das ações que seriam realizadas em outras áreas. “O problema é que a concepção que nós tínhamos, que o PCdoB tinha, era transformar aquela região numa área sob o controle da guerrilha envolvendo a população” (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Dessa forma, Genoíno avalia:

A gente fazia tudo isso porque a gente imaginava que a politização ia começar com a guerrilha. Na hora que a guerrilha fizesse suas ações, ia fazer o trabalho político. Essa foi uma contradição em si da guerrilha, porque na hora que a guerrilha precisou fazer o trabalho político ela ficava exposta aos ataques. Esse foi o problema, era uma contradição, não tinha como... (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Nesse sentido, o Senhor Abel, ex-guia, enfatiza que não sabia a motivação dos guerrilheiros na região: “Porque eles ficaram aí... ficou Piauí, Dudu, o Edinho, Dina, Tuca, Valquíria, Dona Áurea, Maura é... Perí, Amaury, Osvaldão, Zé Fogoió, Aparício, mas esse povo nunca triscaram nisso, nunca!: ‘Olha nós estamos aqui por causa disso e disso...’” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá). O processo de

conscientização política foi iniciado durante a luta armada, no momento em que os camponeses já estavam sendo alvo do trabalho político de convencimento por parte do Exército e muitos já tinham sido deslocados de suas roças e/ou recrutados para a função de guia ou mateiro. O relato do Senhor Abel demonstra o contexto em que a conscientização foi feita pelos guerrilheiros: “Eles vieram falar depois da primeira manobra que ficaram, correram pra mata! Aí, pra alguém eles soltaram, mas já pra mim não. Não, porque quando eles correram, nós já não tivemos contato” (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O Senhor Pedro Matos do Nascimento (Pedro Mariveti), imagem 21, camponês que nos acompanhou durante as atividades de campo em alguns lugares de referência da Guerrilha, dentre eles a antiga base Bacaba e a fazenda onde era localizado o Destacamento A, articula em suas narrativas importantes aspectos sobre a atuação dos militantes do PCdoB durante a fase de preparação guerrilheira e das campanhas militares.

Ele concedeu entrevista durante minha pesquisa da dissertação em 2012, ocasião em que demonstrou ter conhecimento do contexto político de ocorrência da guerrilha e relatou sobre o diálogo que teve com o guerrilheiro Piauí:

Eu me relacionei aí com vários deles, e eles, antes, como disse o Piauí também que é um conterrâneo lá da minha terra, lá do norte do Piauí, um caba [homem – NR] duro mesmo, viu! Disse, disse pra mim... disse: “conterrâneo, esses caras vêm nos buscar, esses caras vão nos matar!” [...] Que o Exército já tinha dado uma carreira neles, aí eles voltaram... Quando o Exército se afastou, que era época de eleição, né, onde tinha eleição, viu, e aí eles ficaram... o Exército ficou aí, porque eles... nessa botada aí o Exército num levou vantagem não! Eles nunca deram o número de soldados que foi morto aí, mas foi sim, foi morto soldado aí bastante aí dentro, porque eles pegaram... Tinha sido inaugurado esse quartel aí e eles pegaram esses recrutas aí e jogaram aqui dentro. [...] 23ª Brigada, Vigésima Batalhão de Selva, era o Vigésima Batalhão de Selva. [...] Jogaram aí dentro aí, rapaz! Entrou no tiro aí, coitado aí! [...].

Sim, mas aí o Piauí disse pra mim: “conterrâneo, eles vêm nos... eles vem atrás de nós, eles não vão nos dispensar. Nós vamos morrer sim! **Mas só que nossa semente vai ficar plantada aqui!** Um dia você vai ver isso aqui tudo cortado de estrada... [...]”. O Piauí... O nome dele era Lino, Lino, na história... [...]. Ele disse: “um dia você vai ver esse... vai ver isso aqui tudo cortado de estrada, viu, poeira cobrindo aí nessas estradas aí, no sinal aí, mas é graça a nossa semente, viu! Escola pra todo lado aí, porque vocês estão aqui jogado, abandonados, mas vocês vão ter... os que não morrerem vão ter esse privilégio!” (Entrevista concedida por Pedro Matos do Nascimento em 2012, em São Domingos do Araguaia).

Imagem 21 – Pedro Matos do Nascimento, durante a atividade de campo, 2017



Fonte: Arquivo de campo. **Foto:** Claudio José Reis de Sousa (2017).

Nossa (2012) registrou a relação entre os guerrilheiros Piauí, Edinho e Valdir, que moravam a aproximadamente quatorze quilômetros de São Domingos do Araguaia, e o Senhor Pedro Mariveti: “Eram amigos de Pedro Matos do Nascimento, o Pedro Mariveti, agricultor piauiense que prestava atenção nas notícias sobre a política no rádio. Mariveti sabia que aquela ‘gente boa’ não estava no Araguaia para plantar roça” (2012, p. 104).

Os camponeses que conviveram com os guerrilheiros durante o período de conscientização, têm contribuído para o processo de reconstituição da memória das práticas dos guerrilheiros, processo esse perpassado por luta contínua no âmbito das representações, em que a versão militar exerceu e tem exercido um papel forte de enquadramento da memória, apresentando-os como terroristas. Nesse processo, também tem forte influência a atuação de militantes do PCdoB nos movimentos sociais na região, na Associação dos Torturados da Guerrilha e a partir dos eventos alusivos à Guerrilha do Araguaia realizados com a participação dos camponeses (REIS, 2013).

Nesse sentido, constatamos que o trabalho político dos militantes do PCdoB não surtiu muito efeito durante a resistência guerrilheira à repressão militar, pelas condições e circunstâncias em que aconteceu. Porém, a construção da memória da Guerrilha tem contribuído para o resgate do significado do legado da atuação deles para as organizações do campesinato após o conflito.

O Senhor Abel, que foi influenciado pela versão militar e não participou das ocupações de terras e nem se integrou às organizações sindicais, reflete sobre a contribuição do movimento guerrilheiro na região para as mudanças políticas no Brasil:

Ajudou! Se não fosse o sofrimento de nós, nós ainda tava no tempo da ditadura. E a ditadura você sabe que o país... que tá entrando de novo, que tá entrando na ditadura do mesmo jeito! [...]. Então eu achei melhor porque entrou... Não entrou direito a democracia, nós era pra tá na democracia, mas não entrou ainda direito (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

O resgate do significado desse legado tem sido construído, principalmente, com a contribuição de algumas lideranças do PCdoB, a exemplo da atuação de Paulo Fonteles na região como já apontados em outros estudos, e por influência de alguns estudiosos da temática da guerrilha, vinculados ou simpatizantes do partido. Além disso, é importante ressaltarmos o trabalho da Comissão Nacional da Verdade, o qual lançou luz sobre aspectos importantes apontados por esses estudiosos no que diz respeito ao envolvimento do campesinato no conflito. Por outro lado, ainda que algumas narrativas das lideranças dos movimentos socioterritoriais desta pesquisa fortaleçam a perspectiva de um legado deixado pelos guerrilheiros à organização camponesa, não podemos afirmar que ela tem sido levada a cabo pela diversidade de lideranças camponesas, religiosas, sindicais e políticas da região. Embora a concepção dos sujeitos dessa pesquisa sobre as consequências para o campesinato regional, do movimento guerrilheiro e da repressão militar a ele, seja um fato compartilhado por muitos camponeses que vivenciaram a Guerrilha, a memória coletiva do campesinato do sudeste do Pará não é construída isenta de conflitos e divergências entre os sujeitos que o constitui.

Assim como no campesinato, o PCdoB também tem entre seus integrantes, formas divergências de compreender o significado da experiência guerrilheira no Araguaia. Ao fazer referência às divergências internas no partido quanto à necessidade e a forma de se fazer uma avaliação crítica e prestação de contas a respeito da Guerrilha, Genoíno explicou:

Eu discuti muito quando sai da prisão em 77 e aí eu comecei. Como eu tinha feito a defesa da guerrilha numa carta à auditoria militar, que está nesse livro do Fernando Portela, eu criei uma legalidade, porque eu fui condenado pelo PCdoB. Mas eu disse: “Não. Vocês têm que me condenar pela guerrilha e não pelo PCdoB”. Porque eles não queriam legalizar a guerrilha. Como eu tinha feito uma Carta Defesa na auditoria, com base nela eu passei a dar entrevistas, por isso que vocês viram esses materiais aí. Eu dava entrevista pra tirar a guerrilha do isolamento, mas a guerrilha não existia mais! Veja bem, a

guerrilha passou a ser conhecida quando ela não existia mais! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

As falas das lideranças que nos concederam entrevistas ilustram bem essa situação, demonstrando o caráter reflexivo, seletivo e ativo da memória coletiva na compreensão e construção social da realidade, a exemplo do trabalho realizado pela Igreja que, ao dar apoio à continuidade das lutas camponesas, contribuiu com o resgate do significado da Guerrilha. Esse resgate fez-se necessário para desconstruir a fundamentação do medo deixado pela forma como o Exército reprimiu os “paulistas” e os camponeses durante as três Campanhas de Cerco e Aniquilamento. Muitos camponeses concebiam a guerrilha, e ainda concebem, como sendo essa repressão militar. A concepção de Cledeneuza ilustra bem esse fato: “A Guerrilha não teve tempo de nos ensinar nada, só botou o medo. E a Igreja veio esclarecer que nós não podia viver no medo!” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A compreensão do significado da guerra de guerrilha idealizada pelos dirigentes do PCdoB, visando o desenvolvimento de uma “luta popular prolongada”, e das diferentes fases em que essa forma de luta foi planejada, permite aos camponeses articular melhor o processo reflexivo. É nesse sentido que a Senhora Cledeneuza fala sobre a influência da atuação dos guerrilheiros nas formas de organizações e de lutas camponesas que vieram depois da Guerrilha:

Influenciou porque até... daí foi que a gente começou a conhecer a história, o porquê de eles quererem fazer organizar de fora pra dentro né. Porque eles vieram, o número de gente era muito pouco para fazer uma revolução e eles acreditavam que era possível. Então depois disso aí influenciou, porque aí nós fomos entender a questão da política, fomos participar da política... nosso companheiro saiu candidato, não ganhou porque a força dos fazendeiros era... a visão deles era além da nossa né (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Ao ajudar no enfrentamento do medo deixado pela repressão militar, a Igreja resgatou algumas bandeiras de luta que os militantes do PCdoB assumiam durante a organização guerrilheira. Com o passar do tempo e com as publicizações das experiências vivenciadas pelos camponeses, essas pautas foram sendo discutidas dentro de um contexto de esclarecimentos dos ideais guerrilheiros. Assim, as lideranças afirmam que a presença dos militantes não surtiu efeitos imediatos, no sentido de ampla conscientização no contexto da Guerrilha. Porém,

posteriormente, significou contribuição na motivação para a luta, sendo a memória usada no processo de conscientização política e para o fortalecimento das organizações da luta pela terra.

Sobre o resgate das pautas dos guerrilheiros, Mano relata uma experiência que demonstra a convergência entre os objetivos dos guerrilheiros e as demandas pelas quais os camponeses organizados em comunidades de base, com apoio da Igreja católica, lutavam para conseguir. Assim, Mano explica que os 27 pontos do Programa da organização guerrilheira só foram conhecidos por muitos camponeses após a finalização das campanhas militares que exterminaram os guerrilheiros.

Olha, os primeiros livros que me parece que é “A Guerrilha do Araguaia”, onde tú vê uma capa com um guerrilheiro assim com uma metralhadora... quando tu abre, a primeira foto que tem é a do padre Humberto, né... Tú conhece esse livro, 78, 79? Aonde tem justamente os 27 pontos da guerrilha. Aí o pessoal, quando souberam que tinha... a Isa Cunha era do PSC, que era minha secretária, ela me arrumou 8 pra mim. Quando o povo soube que eu tinha isso aqui...! Mas rapaz! Os animadores de comunidades foram atrás pra... eles queriam ler, queriam ler, queriam ler... Ler juntos! **Aí quando leram os 27 pontos da Guerrilha: “Tá vendo! É exatamente o que a gente quer!”**. Mas foi depois, entendeu!? Esse aqui eu sou testemunho dessa história, dos 27 pontos, e deles dizendo: “é exatamente o que a gente quer!” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Após relatar a reação dos camponeses ao lerem o “Programa dos 27 pontos”, Mano demonstrou a diversidade de pontos de vista dos camponeses a respeito da presença dos guerrilheiros durante a Guerrilha e refletiu sobre a possibilidade de as ações dos mesmos terem influenciado as organizações camponesas posteriores.

Eu vou te dizer duas coisas que me vêm na cabeça. Primeiro: uma vez eu estava no bar da Tetê, do pai da Tetê e estava tendo uma conversa assim... negócio da guerrilha assim, já estavam começando a falar um pouquinho das coisas. E aí um cara disse: “mas esses caras não faziam nada, num sei o que”. Aí uma mulher, uma mulher que estava com uma criança, ela falou: “olha, no tempo deles” - ela falou assim – “no tempo deles não morria crianças e mulher de parto como está morrendo hoje!”. [...]. “Porque eles cuidavam... Vocês viram gente morrendo de malária naquele tempo?”. Então, quer dizer, já estava começando expressar [...]. Uma outra coisa: “nunca..., eles não eram como os “capa verde”” - “capa verde” eram os soldados. [...]. “Eles sempre pagavam, sempre pagavam tudo que eles solicitavam, ou pediam pra gente, pagavam. O exército não!”.

[...].

Se tu pega, por exemplo, decisão de assembleia da Igreja... não teve... Agora, eu tô só dizendo, eu vi os animadores de comunidades lá na minha casa lendo isso aqui. E a Luzinete, que eu conheço, ela falou pra mim... ela bem novinha: “Olha! Isso que a gente quer!”. **Não sabia que era isso que eles estavam**

fazendo! (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, Mano, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Mano comenta sobre a ajuda dos guerrilheiros ao povo da região, sem, no entanto, exaltar esses feitos. Ele foi mais enfático ao desenvolver a reflexão sobre a situação política em que guerrilheiros e camponeses estavam envolvidos:

Então, eu diria assim, o problema é que o povo... Resumindo assim: o povo sabia o nome deles, aonde eles moravam, o grupo A, o grupo B, o grupo C, mas não sabia porque que estava por aqui. Alguns falaram: “não... mas eles eram contra o governo”. Contra o governo!? Naquele tempo que governo que era? (risos). Nessa região não tinha governo nenhum! Inclusive tem uns [...]: “A gente não teve sorte, né. Geralmente governo é educação, saúde... A gente não teve sorte, foi só repressão!” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Os relatos de Raimundinho também nos ajudam a compreender melhor a convergência entre os ideais guerrilheiros e as demandas do campesinato. Sobre a pergunta relacionada à possibilidade da Igreja, por meio do MEB ou de outros movimentos sociais dos quais ele participou e participa, regatar pontos do Programa de 27 Pontos do Movimento Guerrilheiro e defendê-los como bandeiras de lutas, Raimundinho explica: “Talvez não resgate a partir do documento dos guerrilheiros. Mas é a pauta, é a defesa do direito, é a defesa dos pobres, defesa dos oprimidos, entendeste? Se levantar diante das opressões. Então é isso que é colocado na teoria da Libertação” (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Conforme Raimundinho, pode-se considerar que as lutas que se seguiram na região representam a continuidade no que se refere aos princípios que norteavam a luta dos guerrilheiros.

O que nós achamos, o que nós dizemos e queremos a todo momento comprovar e tem elementos que já comprovam, né... não que você pegou a cartilha dos camaradas guerrilheiros e colocar ... e tentaram colocar em prática. Não procede essa questão. Mas os princípios se identificam. Por quê? Porque se tu ver ali, é uma questão básica! Eles estão lutando naquele momento não é nem por um princípio de uma revolução social, né, mas talvez, quiçá, por uma revolução democrática. O que que é a revolução democrática? É ter acesso aos direitos mínimos, entendeste? É ter acesso aos direitos mínimos e romper com essa ditadura que não lhe dá oportunidade nem do mínimo necessário que é de direito garantido na Constituição, garante nas diversas leis. Pode ver que as propostas deles ali, é mais... é mais que nós chamamos, que a CPT vai trabalhar, e a CPT surge também 1971 por aí ...

nesse processo também ... é que vai trabalhar a luta pelos direitos - que a CPT luta até hoje! Então a Igreja vai fazer o que? A luta pelos direitos! Então coincide muito a pauta, né, as pautas, o documento dos 27 pontos e tem outros... Coincide muito porque você vivia no processo de opressão e de desinformação tão grande que primeiro (isso a gente pode deduzir do documento, que é um documento básico, né) você deduz que precisava primeiro você sentir que você era oprimido e que você podia sair dessa situação! [...]. Isso que nós debatemos. Então era o que? Era fazer com que os oprimidos nessa região se levantasse... [...]. Então coincide, coincide com a proposta da Igreja, com a teologia da libertação que é a luta por direitos (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A partir da inserção de Raimundinho nos movimentos sociais da região, ele demonstra aspectos das lutas pela terra que evidenciam a influência das experiências da guerrilha nas formas de organizações posteriores, notadamente na década de 1980.

As Forças Armadas reprimiram a possibilidade de se construir um ambiente de guerrilha. Porém, o que sobressai nas narrativas dos sujeitos dessa pesquisa é a compreensão de que a presença dos guerrilheiros contribuiu para despertar para a situação de opressão em que os camponeses viviam. E o trabalho político que iniciaram visava à construção da reação, do levante contra os opressores, dentre eles, os latifundiários, fazendeiros, grileiros, donos dos castanhais, Estado e seus agentes, entre outros.

Entenderam que, o que o Exército fez na região, na respectiva da guerrilha, e a resistência de vários companheiros até a morte, isso diz que há possibilidade de se resistir e há possibilidade de se conquistar! Então isso, na nossa compreensão, ficou muito forte em vários companheiros e companheiras dessa região que acompanharam esse processo e que depois desemboca na ocupação dessas... na continuidade da ocupação das terras aqui na região! (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Para Raimundinho, além dos princípios, a resistência guerrilheira inspirou a forma de luta que os posseiros travaram para garantir o direito de acesso à terra, quando recorreram à luta armada durante as ocupações dos castanhais.

Em 1980 e 81, os companheiros começam ocupar terras aqui da família Mutran aos redores de São Domingos né, principalmente o Castanhal que foi referência que caracteriza a luta armada, que foi a ocupação do Cuxiú e do Almescão, onde os companheiros tiveram que usar estratégias, inclusive de assassinato mesmo, né, podemos falar muito claramente, de assassinatos de pistoleiros. Companheiros aprenderam a fazer barricadas, entendeste! Pra quê? Nem a polícia e nem pistoleiros entrassem na área. E aqueles que eles conseguiam capturar, eles mandavam dar um fim pra outra região, mandavam

ir embora, né (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A forma de luta adotada pelos posseiros, vista por Raimundinho como uma continuidade da luta dos guerrilheiros, fazia-se necessária por causa da situação de conflitos fundiários que caracterizava a região. O uso da violência extrema para assegurar os interesses e privilégios da classe dominante era feito não apenas pelos fazendeiros, mas também pelo Estado, através de suas instituições, órgãos e agentes. “De um lado, os posseiros resistindo às ocupações e do outro lado você tinha Polícia Federal, você tinha o INCRA, você tinha as polícias militares e tinha o poder judiciário e o poder político - os vereadores e prefeitos tudo formando um grande conjunto contra essa...” (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Sobre a resistência organizada dos posseiros na luta contra fazendeiros pela ocupação e posse de terras públicas, Raimundinho relembra:

Então o que que eles faziam? Como é que os posseiros ocupavam a terra? Eles iam pra terra, sabiam que determinada área... começaram a aprender que as ocupações principalmente dos castanhais, o cara tinha direito a 1 (uma) légua e ocupava 10 (dez), 15 (quinze) léguas de terras ... Tudo isso eles tinham, começou ter clareza! [...]. Como é que os posseiros ocupavam as áreas? Se armavam, se armavam e viam um local estratégico possível de fazer uma ocupação; enquanto isso a turma fazia vigília e outros iam cortar, o que a gente chama, os piques! Não tinha acampamento para depois esperar que negocie não! Era entrar e segurar mesmo; resistir e segurar! Então era assim que os posseiros atuavam. Aí tinha que fazer a vigília contra a polícia e contra os pistoleiros que pudesse vir ameaçar. E enquanto isso o pessoal ia dividindo, fazendo os piques e dividindo os lotes conforme a quantidade de família que ocupava aquela área ali. Ai ele tinha, o posseiro tinha a necessidade de fazer a roça pra garantir, pra garantir o direito (fazendo sinal de aspas) de propriedade; pra materializar sua ocupação ele tinha aqui fazer um desmatamento e fazer a roça. Então, as primeiras manifestações, como era? Era trabalho coletivo: “hoje 10 (dez) pessoas vai desmatar a terra de fulano; amanhã de fulano; amanhã de fulano; amanhã de fulano” pra facilitar né, a apropriação mais rápida e a ocupação materializada o mais rápido possível, que isso garantia também uma disputa também judicial em cima de terra pública. Porque eram disputas de fazendeiros e posseiros em cima de terra pública. [...]. Então essa é... essa é a estratégia que os posseiros vão desenvolver na década de 80; meados de 70 e década de 80 e, até hoje, em alguns locais os posseiros fazem assim né, chega, ocupa e divide logo a terra. E fica 10, 15 anos esperando uma negociação (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As ocupações crescentes de terras e a criação de Projetos de Assentamento na região de influência da Guerrilha demonstram a continuidade e aumento da luta pela terra nas regiões sul

e sudeste do Pará. No final da década de 1970 e durante a década de 1980, essas ocupações foram organizadas pelo movimento sindical ligado à FETAGRI e, a partir dos anos de 1990 também pelo MST. As ações, quando organizadas de forma conjunta pelo movimento sindical e o MST, por meio de ação de massa na forma de ocupação de terras e acampamento em órgãos públicos, têm dado maior expressividade às pautas reivindicativas dos movimentos sociais do campo.

4.2 Novas formas de organizações e o passado presente

Os sujeitos sociais que vivenciam as dinâmicas do campesinato desde a ocorrência da Guerrilha, relembram as formas de resistência construídas historicamente em função dos enfrentamentos que o campesinato precisou fazer diante da diversidade de agentes sociais e interesses presentes na região, articulando essas ações às experiências vivenciadas no passado. Frente ao processo de reestruturação territorial, novas formas de organizações e estratégias de lutas foram adotadas, principalmente a partir de 1980, como analisou Martins (1985). Porém, o medo deixado pela violência empregada pelas Forças Armadas na repressão à organização guerrilheira ainda atravessa as subjetividades dos que lutam pela terra nos dias atuais.

A resistência aos processos de desterritorialização – territorialização – reterritorialização (HAESBAERT, 1995), permeados por luta de classes, principalmente a partir de meados da década 1980, tem sido uma condição de existência do campesinato na região do Araguaia. A ruptura nas formas de ocupação da Amazônia entre fins da década de 1960 e início de 1970, apresentando como característica principal a negação da forma de ocupação anterior, evidenciou a presença de diversos sujeitos disputando a apropriação e uso da terra.

Os relatos dos sujeitos dessa pesquisa mostram a complexidade da realidade e o agravamento dos processos de desterritorialização que se intensificou após a repressão militar ao movimento guerrilheiro, mas apontam também para a permanência dos camponeses no campo, num processo contínuo de resistência à expulsão, expropriação e exploração por parte do capital.

No Sudeste do Pará, a intensificação dos conflitos fundiários teve como resposta o enfrentamento com criação e atuação, inicialmente, dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, que tiveram papel fundamental no processo de ocupações de terras localizadas em antigos castanhais, terras públicas até então dominadas por uma minoria de pessoas pertencentes à

oligarquia local, bem como de áreas recém-apropriadas para construção de fazendas por parte de antigos fazendeiros ou empresários recém-chegados, muitos delas tendo passado por processos de grilagem

Analisamos a participação dos camponeses nessas organizações a partir das experiências vivenciadas desde a Guerrilha, uma vez que esse período nos indica caminhos para interpretação de escolhas feitas pelos camponeses em tempos posteriores, principalmente na segunda metade da década de 1970 e na década de 1980, em que o medo deixado pela repressão militar contribuiu para que muitos camponeses se retraíssem da luta pela terra. Muitos que perderam as posses não tiveram mais coragem para ocupar outras áreas, a exemplo do Senhor Abel e do Senhor Antônio “Precatão”.

Por outro lado, e, contraditoriamente, a situação de medo contribuiu para a gestação da coragem. O enfrentamento do medo motivou a continuidade da luta pela terra e a organização de novos instrumentos de luta, dos quais participam Emmanuel Wambergue, Raimundinho, Maria Raimunda e Cledeneuza, entre muitos outros, até os dias atuais, e de onde relatam suas experiências e fundamentam seus relatos avaliativos e reflexivos.

Raimundinho já tinha militância na região até o ano de 1973, quando precisou passar um tempo morando em Belém para cursar agronomia na Faculdade de Ciências Agrárias do Pará. Nesse período, Raimundinho estagiou no INCRA, atuou como professor na educação básica e acumulou conhecimentos e experiências decorrentes de sua atuação voluntária no Programa, denominado Centro Universitário de Treinamento e Ação Comunitária, coordenado pelo Doutor Camilo Viana, vinculado à Universidade Federal do Pará.

Em 1977, retornou à Marabá, juntando-se novamente aos militantes do Movimento de Educação de Base (MEB) e retomando as articulações com a juventude, coordenada principalmente pela Igreja católica por meio do Movimento da Juventude Marabaense em Cristo. Em abril de 1988, Raimundinho foi contratado para atuação no MEB:

E aí eu vou para o MEB. Com essa turma nós construímos uma peça naquela época interessante, né, peça chamada “Terra para quem nela trabalha”, que era o lema da Campanha da Fraternidade. E isso deu uma zoada danada aqui em Marabá! Fizemos duas apresentações: uma primeira na igreja, igreja de São Félix; depois fizemos uma apresentação pública naquele coreto da praça ali, que hoje tem aquele negócio artesanal né, na praça Duque de Caxias. [...]. E iniciamos uma conversa de um festival de canção, que até depois desembocou o negócio do FECAM e essa coisa toda... Então nós fizemos, num período tão curto, assim de 88, de janeiro a julho de 88 foi muita coisa!... (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Raimundinho relatou que o contexto em que iniciou os trabalhos no MEB, ainda estava fortemente marcado pela presença militar na região e intensificavam-se os conflitos entre o Estado autoritário e a Igreja Católica progressista.

Eu vou pro MEB e tá aquela briga enorme aqui, ainda né, a briga do Estado e a Igreja, porque a Igreja era quem defendia os posseiros, era quem defendia justamente os trabalhadores que lutavam pela terra aqui na região. Então há o acirramento com o Dom Alano aqui e com o Dom Estevão em Conceição do Araguaia, que eram os dois sustentáculos dos povos aqui na região! (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Esse acirramento dos conflitos entre o Estado autoritário e a Igreja progressista foi vivenciado por Emmanuel Wambergue (Mano) que, como vários outros religiosos que estavam na região, foi perseguido pelos militares.

Elis de Araújo Miranda (2001) registrou e analisou a história construída por Emmanuel Wambergue, fazendo um recorte espaço-temporal em que foram incluídas “as mudanças mais significativas na trajetória espacial e política do Mano na região” (2001, p. 4). Conforme a autora, Mano,

Acompanhou os principais acontecimentos ocorridos na região: 1) a ‘ressaca’ da Guerrilha do Araguaia, em 1974; 2) a abertura da rodovia Transamazônica, ao longo da década de 70; 3) a construção da UHE-Tucuruí, em 1974; 4) a ocupação do garimpo de Serra Pelada, em 1979, 5) a instalação dos projetos da CVRD na serra dos Carajás em 1980 e 6) a inauguração da Estrada de Ferro Carajás, 1985 (2001, p. 25).

Em decorrência do trabalho que realizava, Mano foi eleito para a função de coordenador da Comissão Pastoral da Terra – Regional Norte II (1981-1988), criada em maio de 1976 em Belém, quando a CPT constituiu uma sede também em Marabá, onde Mano passou a morar desde 1981. Sua atuação na CPT iniciou num contexto de agravamento dos problemas fundiários, a exemplo da grilagem, da violência dos latifundiários, das dificuldades de sobrevivência e da deficiência de atuação do Estado na região, que atuava em favor dos interesses dos grandes grupos econômicos.

Ao lembrar que os grandes conflitos de terras começaram a surgir a partir do final de 1970 e início de 1980, período em que as transformações territoriais na região exigiram novas formas de lutas dos posseiros, Mano contextualizou as mudanças nas estratégias utilizadas pelos

camponeses para a conquista das terras, vinculadas ao surgimento e atuação do MST na região, a partir da década de 1990.

Até 90, não se falava de Sem Terra aqui na região não. Isso tem que ficar claro! Até 90... Eu tinha ouvido falar dos Sem Terra mais cedo. Eu fui colega... lá na CPT regional tinha um representante do... ele era representante do... tinha o grande regional... eles chamavam grande Regional o Norte II, eu não me lembro bem, que era Maranhão, Tocantins e Pará, né. Aí fazíamos rodízio pra participar dos conselhos da CPT. E aquele ano que eu fui coordenador da CPT do Pará foi o ano também que o rodízio foi do Pará. E do sul... aí tinham 3 ou 4, e aí 3 ou 4... E quem era? O João Pedro Stedile. Era eu representante daqui, João Pedro Stedile, Pedro Casaldáliga que... já ouviu falar, né, desse bispo aqui, que era o vice da CPT? Eram 6... 6 ou 7 pessoas. Então, só pra dizer, essa questão dos Sem Terra, eu sabia. Mas que veio para cá o Movimento dos Sem Terra foi depois de 90. Inclusive no início aqui se chamava os danados de posseiros. **Não chamava de sem terra, né. E a gente não fazia acampamento, fazia ocupamento** – o próprio povo utilizava essa palavra que é uma mistura de ..., fazia acampamento mas tinha que ser no meio da terra (Entrevista concedida por Emmanuel Wabmergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

No final da década de 1980 o MST se inseriu no sul do Pará, no Município de Conceição do Araguaia, e, posteriormente, em 1991, mudou sua sede para o sudeste desse estado, no município de Marabá, região em que era forte a dominação política e econômica da elite concentradora de terras que historicamente tem usado a violência para manter sua posição de classe dominante. Nesse contexto, os conflitos pela terra já eram bastante expressivos e envolviam graves episódios de violência, com participação, inclusive, de agentes do Estado. Policiais militares e civis a serviço dos grandes proprietários, juntamente com jagunços e pistoleiros, praticavam atos bárbaros contra os posseiros para expulsá-los da terra.

A atuação do MST na região representou novas estratégias e formas de luta pela terra. Por meio de acampamentos de massa, passaram a promover a ocupação coletiva em propriedades improdutivas ou com suspeitas de irregularidades, e em órgãos públicos (INCRA, Prefeitura Municipal, Câmara de Vereadores) e buscaram desenvolver a formação política dos camponeses sem-terra com atividades de produção coletiva. As diretrizes do Movimento a nível nacional apontam as ações massivas na luta pela terra e pela reforma agrária, em que o enfrentamento ao latifúndio e a pressão política sobre o Estado são fundamentais no processo de transformações na estrutura fundiária, nas mudanças sociais e na reorientação das políticas institucionais (MARTINS, 1985; HÉBETTE, 2004b).

Maria Raimunda iniciou sua participação no MST a partir da segunda metade da década de 1990 e atualmente participada da coordenação estadual do movimento, na frente de Educação, Cultura e Formação. Sua história demonstra uma trajetória de inserção nos movimentos sociais, iniciada com a participação nas ações da Igreja Católica, ainda durante a infância, período em que os padres e as freiras vinculados à Teologia da Libertação, que inclusive foram perseguidos muitas vezes, atuaram na organização da comunidade de Brejo Grande, onde ela morava.

Eles usam o método, que é o Ver, Julgar e Agir. [...]. E era muito vinculada à organização de associação de moradores, núcleos de jovens pra participar, e a interpretação da Bíblia vinculando com a realidade. [...]. Virei lá catequista, virei lá de grupo de organização de criança na comunidade (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Assim como Cledeneuza, Maria Raimunda enfatizou: “A gente viveu num período com muitas dificuldades, mas a Igreja ajudava a gente a entender isso” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Essa compreensão crítica da realidade foi se tornando mais abrangente a partir das vivências posteriores nos ambientes formais de educação, tanto no Ensino médio, como no Ensino Superior, quando ela teve acesso, com dezoito anos de idade, ao curso de Letras na Universidade Federal do Pará (UFPA), Campus de Marabá.

Aqui na universidade logo me aproximei rapidamente de um grupo de professores do movimento social aqui, na época da professora Margarida. [...]. Aí na convivência com Margarida eu conheci o pessoal do Movimento Sem Terra e, aqui, como movimento estudantil, organização de alguns estudantes que tinham, a universidade era pequena, a gente foi se juntando pela, já pela experiência com as CEBS, que era o povo também era de CEBS, que era de Igreja que tava se vinculando aos movimentos, daí eu conheci o Movimento Sem Terra nesse período aqui. [...]. Aí a partir do Massacre de Eldorado em 96 aí eu me aproximei mais. Essa relação foi se estreitando mais, que a gente terminou organizando um apoio, solidariedade, um momento de denúncia aqui na universidade, né, lá no acampamento. Na época era 17 de Abril, daí eu fui entrando nesse período, né, de denúncia e de solidariedade, no Movimento Sem Terra (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A inserção de Maria Raimunda nos movimentos sociais, principalmente no MST, representa uma forma de resistência ao contexto e às práticas de controle e dominação impostas aos camponeses que, ainda hoje, tornam alguns reféns do medo e das ameaças. “Todo mundo

tem medo, tudo vira de ameaça, tudo... [...]. Foram poucas as pessoas que fizeram essa guinada de ir para os movimentos sociais, porque o clima de terror na comunidade é muito grande e era bem maior né, essas ameaças eram muito fortes” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ainda que em meio ao contexto de medo, perseguições e enquadramento da memória da guerrilha por parte dos militares, Maria Raimunda César de Sousa, iniciou a militância no Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no ano de 1998, contra a vontade da mãe que manifestava medo em relação às formas de organizações sociais após o período da Guerrilha.

Quando a minha mãe soube que eu entrei no Movimento Sem Terra, que eu tava passando... a minha mãe quase surtou, surtou por que na cabeça dela eu iria desaparecer assim como as pessoas que ela conheceu que desapareceram ou que foram presas. Então ela fala assim: “Eu conheci muita gente que a gente só via...”. Aí ela conta: “só via anoitecer e não via amanhecer!” né. Ou seja, que desaparecia e ninguém tinha mais notícia. “Eles mataram”... Aí ela conta né: “Era só um monte de menininha novinha, morreram tudo, mataram todas!”; que eram as guerreiras. Aí ela fala, entendeu? Aí a gente sabe que ela conheceu porque ela fala isso “eram tudo novinha, só um monte de menina novinha, morreram todas e não sei o quê... e tu fica com esses Sem Terra! Eles disseram que vão matar!”. Então assim... aí também no primeiro momento quando eu entrei no MST isso vai chocando, né (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ao relatar alguns casos em que precisou viajar para outros estados como militante do MST, Maria Raimunda explicou o medo sentido pela mãe, afirmando ser decorrente do trauma que ela desenvolveu devido às experiências durante a repressão militar aos guerrilheiros.

Então, o imaginário dela é esse, é a relação com a Guerrilha do Araguaia. Então ela ficou muito abalada, muito muito muito muito atingida. Então esse trauma é muito forte pra ela. Então ela relaciona tudo, com tudo que é luta, tudo que é mobilização, partido, tudo que é assim... que é que as pessoas chamavam de terrorista, o PT é terrorista. Se conversar com ela, ela vai dizer assim: “Mas, o PT não é o povo que são os terroristas, que é do mesmo lado dos terroristas!”. Ela chama tudo de terrorista! E até hoje é assim, essa coisa... ela não mudou a linguagem, né”. (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Assim como Maria Raimunda, Raimundinho também teve conflitos familiares por conta da militância nos movimentos sociais. A inserção dele nas atividades do MEB não teve a aprovação da sua mãe que, além do descontentamento com a questão financeira, com as

dificuldades de acesso às áreas e localidades onde encontravam-se os colonos com os quais ele trabalhava, manifestava receios relacionados ao clima de insegurança e medo ainda presentes na região.

Pra mim ir pro MEB, aí a mamãe me questionava, né... era aquela visão que, se você se formou você é o Doutor... Como é que é um Doutor vai trabalhar nisso né, vai trabalhar nessas questões aí... E o salário né, também não era... não devia ser um salário mínimo, mas era em torno disso aí. Então, como é que um doutor vai se meter com esse negócio de grupo de jovens... Então você cria um conflito: conflito para fora e um conflito para dentro né. Então eu vivi um verdadeiro conflito né, que é o conflito com as forças externas e conflito em casa! E tinha um pessoal que ia bater no ouvido dela mesmo, entendeu! “Olha...”. Porque eu trabalhava na Transamazônica, trabalhava onde hoje é a Vila Santana. E ali, depois que eu fui saber, era uma das principais vicinais que o Exército abriu, que era chamada vicinal de 72, que é um pouco antes da Vila Santana para direita, um pouco antes, acho que uns 300, 500 metros mais ou menos. Eu trabalhava nessa vicinal e meu apoio era na casa de uma Senhora que morava ali onde hoje é a Vila Santana. Porque aqui tudo é... ali ainda era o projeto de colonização do INCRA, ainda eram os colonos que tavam... Então tinha uma senhora muito ligada a Igreja e ligada ao movimento, chamada Dona Nonata né. E eu vou morar, quer dizer, eu vou ter apoio na casa da Dona Nonata. Aí depois descia para a vicinal e ia reunir com os colonos na vicinal e tudo mais. [...]. E aí o pessoal chegava e buzina na cabeça da mamãe “que eu estava numa tendência com a Igreja, **que esses padres tudo era comunista e que um dia eu podia sair e não podia voltar...**” (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A continuidade da situação de guerrilha permaneceu por muito tempo na região. Essa situação caracterizava-se pelo imaginário, o medo instalado pelos militares, mas também pela atuação do Major Curió na região, e da força reacionária coordenada por ele após o ano de 1975, que continuou reprimindo as possibilidades de organizações camponesas. Nesse contexto, que durou até meados da década de 1990, os alvos principais foram as lideranças sindicais camponesas, os padres, missionários e outros religiosos integrantes dos movimentos sociais da Igreja católica, vinculadas à Teoria da Libertação, e militantes comunistas do PCdoB.

Curió ficou fazendo terror na região, entendeste!? Ele não parou! O processo da briga do Estado e a Igreja não parou! A implantação do quartel aqui, do 52 BIS, e depois vai se ampliar pra esse horror de quartel que tem aí, depois o BEC¹³ vem pra São Geraldo pra construir uma grande estrada lá, principalmente na região de Cajueiro, aquela região onde ocorreu principalmente os grandes embates da guerrilha. Então isso vai ser permanente, vai continuar! Isso não vai ter... como não tem fim até agora!

¹³ Batalhão de Engenharia e Construção do Exército (BEC).

Nós estamos vivendo na mesma situação de opressão! Por isso que eu digo: **nós vivemos sempre sob vigília aqui e sob opressão!** Então 78 era justamente isso (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A história de vida e trajetória da Senhora Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, já analisada no capítulo anterior, também contribui para a reflexão sobre as diferentes formas de organização dos camponeses da região. Filha e neta de camponeses migrantes, Cledeneuza participou e participa ativamente das atividades políticas e sociais relacionadas ao campesinato na região, acumulando experiências e vivências em vários movimentos socioterritoriais.

A participação nas atividades das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs) foi fundamental para despertar o interesse na luta pela terra desde o início da organização sindical dos trabalhadores rurais no sudeste do Pará, quando as mulheres ainda não tinham direito de filiação. Nesse sentido, ela explica: “Já em 75 quando meu marido se associou, que era para todo mundo se associar, ele não ia pras reuniões e eu ía. Aí eu fui acompanhando. [...]. Não filiava mulher. Aí só em 85 que começou a filiar mulher” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A inserção das mulheres nos sindicatos representou um avanço e fortalecimento das lutas no contexto de ocupação dos castanhais e de resistência às tentativas de expulsões:

Então o sindicato tinha mais força, duas forças: além da força financeira para garantir, com pessoal presente. Aí nessa época, né, que começou a oportunidade, a liberdade para mulher, que as mulheres começaram a se movimentar, a se organizar também... porque **as mulheres se organizavam, mas era o homem que aparecia!** Aí de 80.... de 85 se eu não tiver enganada, que houve um curso aí para fora que a nossa representante foi... Quando ela chegou, o sindicato já teve a ideia de criar uma secretaria da mulher. E por aí a gente que era mulher que queria participar, como eu, Morena, Lucimar, essas outras tudo, nós queria participar, mas não podia participar porque era só os homens. Aí foi deu e abertura para nós e aí entrou as mulheres. Eu já era... morava aqui na rua mas já fazia parte, só não tinha um cargo. **Aí depois, quando criou o sindicato de São Domingos em 92, eu já entrei como vice-presidente do sindicato** (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Durante o período em que acompanhou os trabalhos do Sindicato de Trabalhadores e trabalhadoras Rurais (STTRs), Cledeneuza participou da ocupação do castanhal Cuxiú, área onde hoje está situado o assentamento Paulo Fonteles, no qual foi morar com a família e exerceu a função de professora, no período de 1986 a 2000. O trabalho como professora na zona rural contribuía para a permanência das famílias camponesas na terra sem necessidade das crianças

se deslocarem para estudar na cidade. Assim, Cledeneuza explica: “Porque tendo a escola lá, os filhos vão pra escola e os pais estavam próximos dos filhos. Isso era o que o sindicato pregava, tinha que estar na terra, mas tinha que ter a escola pros meninos não vir... a mãe não vir morar na rua e o pai ficar lá sozinho” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Cledeneuza contribuiu com a organização da Associação dos Professores que, posteriormente, originou o Sindicato dos professores da rede pública de educação (SINTEP). Devido à necessidade de estruturação do Sindicato em São Domingos do Araguaia, ela, juntamente com a família, retornou à cidade, porém continuou praticando agricultura no assentamento e também no quintal da casa situada na cidade. Após dois mandatos na direção do Sindicato, Cledeneuza iniciou a militância em outra frente de atuação mais específica, vinculada à identidade territorial e de gênero. Assim ela se referiu ao questionamento que despertou, nas mulheres do campo, a necessidade de organização:

Quando as mulheres do mundo começou a se organizar, onde fica as trabalhadoras rurais? Aí as trabalhadoras rurais tava descantadas. Então os movimentos de mulher criou o “Mulheres do campo-cidade”, criou isso, criou aquilo, mas faltava mais uma identidade pra nós mulheres trabalhadoras rurais. Era o nosso marido que respondia, né (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Cledeneuza explicou que a partir desse questionamento provocativo, e por meio da assessoria de Sueli e do Glauber, em quatro estados (Pará, Maranhão, Piauí e Tocantins), as mulheres que quebravam coco se reuniram e perceberam que precisavam se organizar em torno dessa atividade, porque, nas palavras dela: “tinham uma identidade que era quebrar coco, fazer azeite e vender e sustentar a família”. A Senhora Maria da Metade foi uma das fundadoras do Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) na região no início da década de 1990 e, posteriormente, contou com a participação de Cledeneuza, que a partir de 1994 assumiu a função de coordenadora regional, na qual permaneceu durante três mandatos. Nesse período, ajudou a fundar a Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB). Ao explicar a necessidade dessa forma de organização, Cledeneuza explica: “Nós criamos a cooperativa porque as mulheres reclamavam que não adiantava produzir, mas não tinha mercado. Aí, quem vai buscar o mercado? A cooperativa. Aí criamos a cooperativa” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia). Até os dias atuais ela

continua conduzindo as atividades e motivando a participação das mulheres: “Fui a primeira presidente da cooperativa e até hoje eu me empenho para que a cooperativa funcione pra se garantir. Então, as que são sócias eu vou lá incentivar elas. Eu incentivo todas as quebradeiras, mas as sócias ainda é mais” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

A trajetória de Cledeneuza perpassa pela participação nas atividades das Comunidades Eclesiais de Bases (CEBs), do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), das cooperativas, das ocupações de terras e dos órgãos públicos reivindicando efetivações de projetos de assentamentos. Atualmente ela está no terceiro mandato do Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTRs), na função de secretária da Secretaria da Política de Mulher; está na coordenação regional da CIMQCB e, na ocasião da entrevista, nos relatou que está aguardando a finalização da construção da casa na terra, localizada no Assentamento, para poder a ela retornar.

Como eu digo... como é que eu vou falar de agricultura, de agroquintal, de Ecologia, se eu não estou lá dentro da terra!? De pequenos criatórios se eu não tô lá dentro da terra? Aí eu preciso voltar pra lá para mim fazer o que eu falo! É como ser quebradeira de coco... eu não era quebradeira de coco, tive que aprender quebrar coco! Como é que eu vou falar do trabalho de uma quebradeira se eu não quebro coco!? Como é que eu vou falar do trabalho de tirar azeite se eu não faço o azeite!? Então eu tive que aprender tudo isso, fazer azeite, fazer a farinha, quebrar coco, vender na feira. Então eu aprendi tudo isso e eu posso fazer tudo isso lá dentro da minha terra. Aí eu ainda estou ainda... estou me considerando que eu tenho 62 anos, porque a gente não sabe até quando a gente vai viver... a gente não sabe.. Então, se eu tiver oportunidade de viver mais, **eu quero aproveitar e usufruir do que eu aprendi, falar daquilo que eu sou.** Se eu sou dona de casa, estou aqui dentro da casa trabalhando; se sou trabalhadora rural eu tenho que estar lá na zona rural (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Cledeneuza destacou as dificuldades enfrentadas na organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais a partir das experiências advindas da participação no STTRs, no Sindicato dos professores da rede pública de educação (SINTEP), no Movimento Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB) e na Cooperativa Interestadual das Mulheres Quebradeiras de Coco Babaçu (CIMQCB). Com base nas experiências dos movimentos sociais que ela participa atualmente, Cledeneuza demonstrou que, em algumas localidades, dentre elas em Brejo Grande do Araguaia, algumas pessoas ainda deixam de participar das organizações sociais, a exemplo do STTRs, do MIQCB e da CIMQCB, devido ao medo deixado pela forma

violenta como o Exército agiu para exterminar a organização da Guerrilha. Sobre a influência da atuação do Exército nas ações dos camponeses atualmente, ela comenta:

Não vejo muito do Exército mais não. Mas tem ainda. Tem gente que tudo que a gente conversa ele vai procurar alguém para repassar a conversa da gente. Até o Sindicato lá não desenvolve porque as pessoas ocupam sindicato, mas não desenvolve. Tem medo porque o outro chega e fala uma história pra ele e ele acredita na história daquele, que ele não tem conhecimento. As quebradeiras de coco ... lá tem muita quebradeira de coco e não se junta com a gente: “esse movimento é de terrorista” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Assim como Cledeneuza, Maria Raimunda apontou a influência dos fatos relacionados à guerrilha na organização do campesinato. Ela argumenta que a presença militar ou guerrilheira influenciou nas formas de organizações posteriores nas comunidades, estabelecendo uma relação entre Brejo Grande do Araguaia, de um lado, e Palestina e São Domingos, de outro. Para ela, essas presenças explicam,

o porquê que a Palestina, mesmo São Domingo do Araguaia, onde teve mais atuação dos guerrilheiros né, mais presença viva deles ali com os camponeses, o pessoal teve mais possibilidade de avançar em organizações, processos organizativos da luta e de enfrentamento. [...]. Então o Brejo ficou mais com o povo lá [Exército] que tinha os carros pra entrar, a estrutura. Então, a gente teve influência maior deles. Por isso que o medo também é maior das pessoas, porque a gente teve logo o domínio da força né, da força das ideias dos militares. E aí foram controlando (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Para a Senhora Cledeneuza, assim como para Maria Raimunda, a repressão à organização guerrilheira representou, por um lado, o medo que impediu e ainda impede muitos camponeses de se organizarem e lutarem por direitos. Para ela, os que se excluíram da luta acreditaram que a Guerrilha, ou a atuação dos guerrilheiros: “era o mal que eles íam trazer e íam destruir nós!”. Por outro lado, representou o “abrir de olho” aos que deram continuidade à luta pela posse e permanência da terra: “E pra nós, ela construiu. Pra quem encaminhhou, pra quem não ficou parado, ela construiu, desenvolveu” (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Raimundinho também retratou essa realidade de medo, insegurança e desconfiança. Ele relembrou o contexto de repressão militar durante e após o combate aos guerrilheiros, e a situação a que a população urbana e rural do sul e sudeste do Pará foi submetida. Após a retirada

das tropas militares, o monitoramento continuou, tendo como principais alvos, as pessoas que tinham envolvimento político e em movimentos sociais que manifestavam oposição ao regime militar. Para ele, o monitoramento da região e das lideranças existe até os dias atuais.

Então a gente vai viver muito nesse... nessa coisa do contra... dos cuidados... Por isso que até hoje a gente fica abismado quando vê gente falando demais em bares, sala de aula ou em ônibus, né. As pessoas contam a vida inteira!... Porque a gente foi criado num momento em que falar era falar pouco, você tinha que falar pouco! Hoje eu até falo demais (risos). **Nós sabemos que nós estamos permanentemente vigiados.** Mas vocês não sacam isso que vocês estão também sob vigília, que vocês estão também sob os holofotes! Mas vocês não... vocês não passaram, vocês acham que não!... Eu fico muito preocupado com a companheirada. Porque é isso que nós estamos aqui! Nós vivemos permanentemente vigiados nessa região aqui! (Entrevista concedida por Raimundo Gomes Cruz Neto, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A violência exercida contra os militantes do PCdoB e camponeses durante e após a repressão à guerrilha não eliminou a vontade de mudanças por parte dos camponeses. Contraditoriamente, despertou para a necessidade da continuidade da luta, de criação de novos instrumentos e formas de organizações.

4.2.1 A resistência armada e o campesinato

As experiências relatadas pelas lideranças dos movimentos sociais do campo a respeito da influência do medo deixado pela repressão do Exército aos guerrilheiros nas organizações camponeses atuais, nos leva a refletir sobre a forma de luta armada enquanto opção de resistência e transformação social no campo.

O objetivo da guerra de guerrilha idealizada pelo PCdoB não era combater os problemas que afligiam o campesinato e sim combater o regime militar. Para atingir esse fim maior, o planejamento das estratégias de guerrilha previa ações que deveriam ser desenvolvidas numa sequência de etapas que culminariam nas ações de enfrentamento armado às forças regulares do governo ditatorial. Conforme Genoíno: “Se a iniciativa tivesse partido da guerrilha, a gente fazia ações fora da região e se refugiava na região” (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Os estudos que os idealizadores do movimento guerrilheiro fizeram sobre a região apontaram que ela consistia numa região de fronteira agrícola marcada por conflitos agrários, com deficiência de atuação do Estado, entre outras características que favoreciam a execução

da luta armada, em forma de guerra popular prolongada. E, embora o combate aos problemas da região não tenha sido o objetivo principal da Guerrilha, ele foi inserido na pauta do movimento guerrilheiro, como estratégia de conquista da confiança e amizade dos camponeses, mas também porque os guerrilheiros vivenciaram os problemas e conflitos que afetavam o campesinato naquele contexto e combatê-los também era uma forma de se adaptar à região e conquistar o apoio para a luta contra os militares.

Os guerrilheiros vivenciavam essa realidade e combatiam alguns problemas de forma discreta, para não colocar em risco o projeto revolucionário que os orientavam, tendo que evitar conflitos mais acirrados. Nesse sentido, Genoíno relembrou como procederam à expulsão de um pistoleiro que ocupou a área de posse pertencente aos membros dos Destacamentos. Tendo em mãos um mapa da área de atuação dos guerrilheiros, ele explicou:

Vou te dar um exemplo: tinha um pistoleiro lá, que ele ocupou a região que a gente tinha. [...]. Então, quando a gente estava aqui na base da Gameleira (aqui é uma cachoeira), ai um pistoleiro se localizou bem aqui, entre Palestina e a base de Gameleira. [...]. A população disse: “você têm que tirar esse cara daí!”, porque a população sabia que o terreno era nosso. [...]. Aí um dia um cara virou posseiro na cachoeira de Santa Isabel. A cachoeira de Santa Isabel era estratégica porque era por onde você entrava na região. E ai nós pedimos pra ele sair e ele não saiu. E ai um dia nós cercamos lá, fizemos um treinamento, e encostamos nele devidamente preparado e dissemos: “Oh, nós não queremos confusão, você tem que sair daqui!”. Só que botamos um 44 no pescoço! E ele disse: “eu gosto de conversar com gente civilizada”. Não houve conflito, não houve nada! Porque ali nós não podia ter um conflito com ele! Só pra vocês terem uma ideia: a gente convivia num terreno minado, porque tinha pistoleiro, tinha matador profissional que fazia serviço por merreca! [...]. Se você ler a história desse Júlio Santana... ele mata um cara pra comprar um carrinho pro filho dele! Não é carrinho de andar não, é carrinho de brinquedo! Quer dizer, a vida não valia nada! E a gente vivia ali naquele meio: prostituição de menina; aquele negócio, como eles chamam lá... do Vietnã; violência - as pessoas tinha o bocio no interior, não sei se ainda tem lá... aquela papada, bocio era muito comum; malária. E gente fazia uma assistência social sem..., e aquilo ali era um trabalho que a gente fazia com a população. [...]. Então eu tô dando uma ideia pra vocês de como que era essa vida lá! Uma região abandonada sem Estado oficial, pro bem e pro mal!

[...].
Então a gente vivia na região assim e a gente não criava conflito. **O conflito nem era com os Mutran nem nada. O conflito nosso era outro, era o bom, era um monstro** (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Sobre outra situação que precisaram evitar conflitos, Genoíno relembra:

Uma vez nós pegamos um cara lá que tava fazendo... queria que a gente... Ele não sabia de nada e ameaçou a população e a gente deu um susto nele e ele

saiu! Mas a gente não disse que era guerrilha, porque a gente vivia... vou explicar pra vocês: a gente vivia uma vida dupla! Pra todos os efeitos a gente era morador da região, camponês, a gente vivia assim. Quando a gente fazia treinamento, estudos e discussão era tudo clandestino, ninguém sabia! Ninguém sabia quem era nós lá, dos mais amigos, o que a gente fazia (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Ao avaliar a estratégia do enfrentamento direito, opção feita pelos militantes do PCdoB naquele contexto, Maria Raimunda enfatizou duas principais repercussões na região: a primeira foi o medo que ficou entre os camponeses, decorrente da forma como o Exército eliminou o movimento guerrilheiro, que dificulta a organização de movimentos sociais; e a segunda foi o imaginário construído sobre a disposição e coragem dos guerrilheiros para a transformação social e conquista da liberdade:

Então, daí traz duas coisas nessa... o medo vem de novo, o medo chega. As pessoas passam a pensar que tudo quanto é tipo de organização popular é pra luta armada. **Então qualquer nível de movimentação pra organizar, as pessoas já vinculam com o enfrentamento armado né, e isso dificulta com que algumas comunidades se organizem pra lutar**, porque acha que toda vez que você se organiza pra lutar só existe uma única forma e que é o enfrentamento armado e que numa luta de enfrentamento armado a gente não tem chance nenhuma frente o aparato militar que a gente tem na região. Então essa é uma coisa que eu acho que marca muito é... e que impede com que muitas pessoas que também não tem muito conhecimento do que foi a luta, como foi e essas relações, se organize. E por muito tempo na região foi difícil organizar até movimento estudantil na escola, grêmio, porque todo mundo já achava que tudo o final já era a luta armada, o enfrentamento, e numa luta armada não ia sobrar ninguém daqui, só sobrava de lá. **Mas, por outro lado é... a disposição de lutar, a coragem e o desejo de transformar né, de conquistar a liberdade** com que aqueles meninos e meninas, como a gente costuma chamar, chegaram aqui na região, ele também contagia! Contagia muitos jovens né, tu saber que eram pessoas muito jovens, não conheciam, mas o que eles carregavam era a certeza de que o Brasil não podia seguir vivendo violência e nem nível de repressão como foi a ditadura de tortura; que aquele nível de enfrentamento não dava, teria que ser superado e acreditaram e se colocaram à disposição de fazer isso. Imagina: 70, 80 pessoas acreditar que vai enfrentar e que vai conseguir mudar o país, as condições do país, então isso anima muito! E que só anos depois a gente conseguiu dar um basta, dar um basta não, mas superar o regime ditatorial no Brasil com processo mais democrático com muita luta, mas que **aquela luta valeu a pena!** (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Ao reconhecer o legado da presença dos guerrilheiros na região, Maria Raimunda destaca: “Tem espaços da dificuldade pelo medo, pela forma como a repressão atuou aqui na

região e controlou cada homem, cada mulher, cada território” (Entrevista concedida por Maria Raimunda Cesar de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA). Porém, explica que a partir da luta que travaram no passado, os guerrilheiros deixaram para as gerações atuais a ideia de que a transformação social é possível e necessária. Essa disposição para o enfrentamento direto influencia nas organizações do campo, em suas práticas organizativas e formativas de lideranças: “Eles deixaram um exemplo grande de que é possível, de que é preciso acreditar e de que é possível transformar né, e de que **a gente pode seguir fazendo isso no nosso, na organização cotidiana desses trabalhadores**” (Entrevista concedida por Maria Raimunda Cesar de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Após uma reflexão crítica a respeito das limitações dos objetivos dos militantes do PCdoB em recorrer à luta armada no Araguaia, Maria Raimunda argumenta: “A movimentação que eles fizeram foi desse fortalecimento da organização camponesa na região. Porque você vai ter vários..., hoje você tem vários territórios que as pessoas tiveram a relação direta com os guerrilheiros que se fortaleceram” (Entrevista concedida por Maria Raimunda Cesar de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA). A partir de sua trajetória e vivência nos movimentos sociais, ela exemplifica com uma situação que também foi apontada por Cledeneuza anteriormente, ao comparar as dificuldades de organização dos movimentos sociais e de formação de lideranças nos municípios de Brejo Grande do Araguaia e de São Domingos do Araguaia. De forma semelhante, Maria Raimunda compara as possibilidades de organização em Palestina e de Brejo Grande do Araguaia:

Então eu acho que tem comunidades, por exemplo, Palestina, no Pará, cidade vizinha do Brejo. A Palestina, o nível de organização popular lá se deve e tem mais força porque lá teve uma participação... eles tiveram uma convivência maior, os guerrilheiros. O Brejo teve uma convivência maior com os militares. Então, os militares, eles conseguiram imprimir porque lá da região do Brejo eram a maioria dos guias, e então eles reproduziram. Então Palestina a organização popular lá sempre foi, (não é que foi mais fácil), mas ela teve mais presente na organização de bairro, de associações, de sindicatos, mesmo na Igreja ... tinha mais possibilidades de avançar (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As reflexões feitas por Cledeneuza e por Maria Raimunda também foram feitas por Genoíno, num sentido mais amplo de identificar a influência da guerrilha na subjetividade dos camponeses em processos de luta em toda a região de sua influência. Sobre o legado da atuação guerrilheira para as organizações camponesas, ele explica:

Eu acho que ficou as lutas que o pessoal desenvolveu na região sem a guerrilha. Todas as lutas que aconteceram na região pós-derrota da Guerrilha teve a ver com simbólico, com o imaginário, com a subjetividade, por vias às avessas ou não, da Guerrilha para os camponeses. As lutas que eles travaram lá posteriormente (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Genoíno reconhece que a forma como o Exército agiu para exterminar os guerrilheiros reprimiu, de alguma forma, as possibilidades de lutas camponesas posteriores. No entanto, assim como os camponeses e lideranças da região, ele observa que a presença e ações dos guerrilheiros influencia positivamente nas formas de organizações e disputas pela terra, no sentido de motivação para a continuidade das lutas que ocorrem posteriormente.

Mas o conflito que se estabeleceu na região que existe até hoje, você sabe disso, tem a ver com a influência da guerrilha na subjetividade dos camponeses, porque o ser dos camponeses, aí eu tô pegando pela ideia de essência, o ser deles: o que eles ouviram, o que eles viram, o que eles imaginam, [...], eu acho que isso tem a ver com as lutas que aconteceram depois, com os próprios massacres que eles sofreram, principalmente de Eldorado dos Carajás e outros como em Xinguara, como em outros lugares. Eu acho que é diferente... Se você pegar experiência de Trombas Formoso, se você pegar a experiência de Contestado, se você pegar a experiência de outras... mesmo a experiência de Canudos... foi um outro tipo de rebelião camponesa. Eu acho que no caso do Araguaia você tem uma espécie de derrota com continuidade de luta. Isso tá acontecendo! Não parou até hoje, né menina!? **De uma certa maneira, a gente plantou no conflito e na derrota uma semente.**

[...].

A Guerrilha foi uma das principais experiências de luta armada no Brasil, considerando luta organizada. Não estou comparando com Canudos, nem com Contestado, nem com Quilombo. Eu tô me referindo à luta organizada, planejada, que ela foi a mais importante que, até com todas as precariedades, demorou mais de dois anos né, com o grau de heroísmo que foi incomum. Então eu acho que isso em si já é um legado, na minha avaliação, entendeu (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Os relatos dos camponeses que foram torturados, dos que atuaram como guias do Exército, bem como das lideranças dos movimentos sociais, reforçam, em alguns aspectos, esse argumento do ex-guerrilheiro Genoíno. Demonstram que as memórias das experiências relacionadas à organização guerrilheira e sua repressão pelas Forças Armadas atuam ativamente na construção da subjetividade camponesa e, essa subjetividade, influencia nas formas de organizações no campo.

É nesse sentido que Maria Raimunda identifica que as pautas de reivindicações do MST convergem com a pauta do movimento Guerrilheiro, com os ideais e os princípios que norteavam os militantes do PCdoB na preparação da luta armada. Conforme seu relato, o MST desenvolve reflexões sobre o significado da Guerrilha na região, enfatizando que ela contribui para motivação da continuidade das lutas. Sobre os desafios e as conquistas alcançadas nas lutas desenvolvidas pelo MST, Maria Raimunda estabelece uma relação com os resquícios de lutas do passado, como também das formas de repressão.

Acho que a história do MST também é mesmo muito confundida aqui nessa região, inclusive pelo próprio Exército, pela própria polícia, com a história dos Guerrilheiros né. E a gente dá um passo à frente ainda de organizar esses processos de luta e ir pra disputa de territórios e o enfrentamento direto com o latifúndio (e isso recai sobre o Movimento Sem Terra né, ainda mais forças repressivas né), que é de desterritorializar processos de violência né, seja da violência física com quem luta, mas também ou das expropriações de direitos, da expropriação de territórios dos camponeses nessa região. Então o MST entra no processo de luta pra... com grandes forças né, que é com quem tem esse poder aqui da região que é o poder da terra (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A associação dos conflitos de terra às ações guerrilheiras no campo, utilizada pelo Estado e pelas instituições e órgãos governamentais após 1975, como estratégia de desmobilização política das ações dos posseiros e como justificativa para a repressão aos camponeses, continuou durante os anos da década de 1980 e, nos anos seguintes. As demandas dos camponeses têm sido sistematicamente desqualificadas. Por meio do processo de desqualificação e criminalização de organizações e lideranças, procura-se justificar a intervenção militar nos conflitos fundiários que, em muitos casos, tem culminado em assassinatos de trabalhadores rurais e suas lideranças, bem como em chacinas e massacres de camponeses, a exemplo do Massacre de Eldorado dos Carajás em 1996, conforme analisado por Afonso (2016).

4.2.2 Legado da Guerrilha para as formas de organização, de produção e de reprodução social camponesa

Mesmo reconhecendo, atualmente, o objetivo da presença dos militantes do PCdoB na região, os sujeitos dessa pesquisa identificam aspectos que consideram ser legado da atuação

dos guerrilheiros para o fortalecimento da organização camponesa que contribuem para a reprodução do campesinato da forma que se encontra hoje.

Além disso, demonstram que o trabalho de assistência social desenvolvido pelos guerrilheiros teria despertado a compreensão a respeito dos direitos sociais dos trabalhadores rurais. Conforme Cledeneuza, além desse trabalho ter possibilitado melhores condições de vida para os camponeses, abriu os olhos das comunidades para a necessidade de garantia dos serviços básicos que são responsabilidades do Estado: educação, saúde, segurança, entre outros, os quais foram elencados no Programa de 27 Pontos.

É possível compreendermos melhor as narrativas orais dos sujeitos dessa pesquisa, principalmente, se considerarmos os projetos pretendidos pelo movimento guerrilheiro para o campesinato. As pautas reivindicatórias constantes nos documentos elaborados durante a guerrilha estavam relacionadas às questões sociais, políticas, culturais, econômicas, entre outras e, em muitos aspectos, coincidiam com as questões sobre as quais a Igreja agia antes do contato que teve com o Programa dos 27 Pontos, e mesmo antes da repressão militar aos guerrilheiros. A partir de 1975, as ações da Igreja foram intensificadas e o Programa, conforme demonstrado por Mano e por Raimundinho, foi um instrumento político importante para o fortalecimento da atuação do MEB e da CPT, no sentido de contribuir com o processo de discussão e compreensão dos problemas vivenciados pelos camponeses.

Os relatos, principalmente de Maria Raimunda e de Cledeneuza, além de demonstrar a maior possibilidade de organização política dos camponeses nas localidades onde houve maior inserção dos guerrilheiros, também convergem para a compreensão de que as pautas de reivindicações constantes no Programa dos 27 Pontos coincidiam com as pautas de reivindicações da CPT, do MEB e do MST, e de que o exemplo de determinação e coragem dos guerrilheiros contribuiu para a motivação da continuidade das lutas.

Dentre os fatores advindos da presença dos guerrilheiros que contribuíram para a recriação do campesinato, em sentido mais amplo, os relatos apontam aspectos que dizem respeito aos elementos estruturais do modo de vida camponês, os quais fortalecem a organização social, política e de produção do campesinato na região. Nesse sentido, podemos destacar as dimensões do fortalecimento das formas de cultivo da terra, das formas de sociabilidade e de relações de solidariedade, bem como a disseminação da crença na possibilidade de transformação social.

Nessa perspectiva, Maria Raimunda avalia como a opção de luta armada em forma de guerrilha rural exigiu dos guerrilheiros práticas de organização social e da produção.

Esse nível de organização e, pro campo, requereu deles organizar também processos de produção que eles fizeram na região né, de orientação, de trabalho, do plantio, de debate com as comunidades..., assim, com os camponeses; entender esse mundo amazônico né, entender essa Amazônia, entender a mata, cada território que tinha né, e as possibilidades de territorializar outros processos ali de autodefesa, mas também de construção dessa agricultura né, de fortalecer os vínculos da comunidade, que eles faziam muito isso, os vínculos com os moradores locais né, de valorizar isso (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Maria Raimunda enfatizou: “O legado da Guerrilha ele é muito forte nos processos de organizações camponesas né, então ajudou essa questão da produção”. Ela explica que o MST resgata esse legado em suas estratégias formativas e de conscientização sobre a necessidade de uma nova forma de sociedade.

Então, o legado da Guerrilha ele fortalece muito esse território camponês numa perspectiva de autonomia do campo. Então assim, o Movimento Sem Terra a gente sempre traz né, quando você traz a presença e o legado dessa história como necessidade e como saída ainda pra se contrapor a todos esses modelos que estão aí né, modelo de agricultura, é... modelo de sociedade que explora e apresentar novas formas. Então, a Guerrilha, **mesmo que não tenha sido o objetivo específico dela vir para cá pra fortalecer o campesinato da região**, mas como uma estratégia deles de se preparar pra impor uma derrota à ditadura militar no enfrentamento armado, mesmo sem tá na prioridade, **mas a movimentação que eles fizeram foi desse fortalecimento da organização camponesa na região** (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A preparação para o enfrentamento armado à ditadura, partindo do campo para a cidade, tendo como estratégia a busca de apoio do campesinato, levou os guerrilheiros a desenvolver ações visando à adaptação à região e ao modo de vida camponês. Partindo dos relatos sobre essa fase, constatamos que houve também um importante legado deixado por parte dos camponeses aos guerrilheiros. Nessa perspectiva, destacamos as recordações do ex-guerrilheiro Genoíno sobre a relação de amizade construída entre camponeses e guerrilheiros, e as aprendizagens dela decorrente: o cultivo da terra, os trabalhos de pesca, a caça, as práticas de trabalho nos mutirões, o extrativismo vegetal e mineral, e etc. Na convivência com os camponeses, os guerrilheiros aprenderam as formas de produzir, bem como a se relacionar com as matas, com os rios e com os animais.

Além disso, os conhecimentos e saberes dos camponeses foram essenciais para o reconhecimento do terreno para treinamento militar e para as formas de sobrevivência na selva,

constituindo referências para elaboração de mapas do território. Sobre a contribuição da população, Genoíno explica:

Contribuía do jeito dela, com conhecimentos dela, e a gente captava. Tudo que a população conhecia a gente captava, porque a gente vivia com ela. Então: dica de caça, dica de doença, dica de área, porque vivia com eles e a gente era vizinho; trocava de serviço. Mas quando a gente fazia esses mapas, esse treinamento mais sofisticado, a população não sabia que fazíamos isso (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

A compreensão e a vivência do modo de vida camponês em suas múltiplas dimensões, por parte dos militantes do PCdoB, possibilitaram-lhes resistir na selva e enfrentar a repressão militar. Nas circunstâncias em que estavam, os saberes, as experiências e as práticas foram reconhecidas, valorizadas e reforçadas.

Cledeneuza relata vivências referentes ao mês de novembro de 1971, relacionadas às formas como os guerrilheiros se aproximavam dos camponeses, tanto por meio da criação de estabelecimentos comerciais nas comunidades, vilas, povoados e cidades, como por meio do trabalho assistencial que alguns desenvolviam, percorrendo grandes distâncias até as roças e sítios dos camponeses. O relato de Cledeneuza evidencia a forma como o modo de vida dos camponeses foi apropriado pelos guerrilheiros.

Eles não moravam lá. Eles moravam noutras terras mais longe. Eles foram fazer, explorar as propriedades deles mais longe. Aí depois visitava... começaram a dizer... igual eu tava falando: a minha avó era parteira. Ela ia pegar menino em toda essa região. Aí chegavam as pessoas na nossa casa querendo informação, saber como que a gente vivia, o modo de vida da gente, assim fazendo uma entrevista. E a minha avó ensinava ... dizia como é que uma parteira fazia um parto sem ter nada né. Aí a minha avó colocava, né, que naquela época as mulheres ganhavam menino em casa só com fé em Deus mesmo né. **Aí a minha avó era parteira curiosa, explicava pra elas.**

Eu casei no dia 20 de dezembro de 71. Aí antes de eu me casar já tava passando essa agente..., aí criando farmácia, que nós não tinha farmácia, só tinha do Seu Abdias e Seu Geraldo, e aí Seu Barbadinho. Aí foi criando farmácia. [...]. E a gente não sabia. Sabia que o povo estava chegando e melhorando a nossa vida (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Os conhecimentos e práticas tradicionais de fazer partos foram repassados da avó de Cledeneuza para algumas guerrilheiras que realizavam o trabalho de assistência social. Esse saber prático, apropriado pelas guerrilheiras que detinham algumas ferramentas de trabalho e

medicamentos farmacêuticos, despertou nas comunidades a compreensão de que as limitações e problemas que sofriam poderiam ser, pelo menos, amenizados, se pudessem contar com atendimentos de saúde qualificado. Assim, o legado foi de mão dupla: o saber prático contribuiu para o melhor desempenho das habilidades das guerrilheiras adaptadas à realidade da região, como também o serviço delas ajudou os camponeses a compreender a necessidade de serviços de saúde para a região.

Maria Raimunda também fez referência às trocas de conhecimentos: “Essa questão da saúde né, tinha muito, muito. Tinha muito a relação no mesmo das ervas medicinais né, de farmácia, nesse campo da saúde, pra se aproximar das comunidades” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A presença dos guerrilheiros, antes da chegada dos militares, contribuiu para melhorar as condições em que dos camponeses da região viviam, conforme relata a Senhora Cledeneuza:

Ajudava porque não tinha médico para consultar. Às vezes a pessoa tava doente e eles receitavam o remédio, mandava trocar a letra deles para poder apresentar na farmácia. Aí ajudava dessas formas, orientava às pessoas o modo de viver, porque antes a gente vivia aí mesmo porque Deus deu a vida, era assim (Entrevista concedida por Cledeneuza Maria Bizerra Oliveira, em 06 de janeiro de 2019, em São Domingos do Araguaia).

Os relatos demonstram a importância do conhecimento prático que, em situação de guerrilha, foi fundamental tanto para os guerrilheiros, quanto para os militares, pois os conhecimentos acadêmicos, científicos, técnicos, não foram suficientes para os dois grupos.

As narrativas dos camponeses e lideranças de movimentos sociais ainda hoje presentes na região nos permitem apontar que, do ponto de vista da dimensão social e cultural, o modo de vida camponês compartilhado entre os militantes do PCdoB, foi um importante aprendizado da Guerrilha, sendo então considerado herança que os guerrilheiros sobreviventes relembram com admiração. O trabalho na roça, as relações de ajuda mútua, de solidariedade, reciprocidade nos trabalhos nos mutirões, nas atividades de lazer, na prestação de assistência à saúde, educação, nas comemorações e festividades dos povoados e vilas, as atividades e celebrações religiosas e culturais são relembradas também pelo ex-guerrilheiro Genoíno e por estudiosos da temática da Guerrilha.

Sobre a participação dos guerrilheiros nas atividades religiosas, padre Ricardo Rezende Figueira registra,

Pe. Roberto, que morava em São Domingos, nos conta que os guerrilheiros participavam, antes de serem descobertos, das missas celebradas por Frei Gil Gomes Leitão. (Frei Gil é um velho missionário dominicano, nascido em 1903, com doutorado em Antropologia pela Sorbonne, vivendo entre os índios há mais de 40 anos; até hoje é proibido de exercer o missionário junto às tribos, porque protestou contra a utilização dos Suruí na caça aos membros do PC do B). Além de participarem das celebrações, eles se confessavam, comungavam e chegavam a ser padrinhos em batizados. Eram uns “paulistas” simpáticos (FIGUEIRA, 1986, p. 29).

Se, inicialmente, a convivência com os camponeses e como camponeses representava táticas que materializavam as orientações teóricas de desenvolvimento de guerrilha, com o passar do tempo, passaram a fazer parte do modo de vida dos militantes que, paulatinamente, começaram a se identificar com o modo de vida local e, durante os conflitos armados, passou a significar estratégias de sobrevivência. Os camponeses desconheciam as motivações dos guerrilheiros e ficava difícil acreditar na versão do Exército de que eram terroristas subversivos. Por nutrirem por eles amizade, admiração e, em muitos casos, dívidas de gratidão, se esforçaram para não contribuir com os militares.

Nessa perspectiva, constatamos que a forma como a memória da guerrilha tem sido construída pelos camponeses que foram diretamente envolvidos ainda é marcada por esses sentimentos, ainda como estratégia de colaboração com o movimento guerrilheiro, mas também como forma de resistência e subversão do silêncio e controle imposto pelos militares durante muito tempo. Esse aspecto pode ser apreendido a partir da análise feita por Sader (1990) a respeito do imaginário camponês sobre os guerrilheiros, ainda na segunda metade da década de 1980, ao realizar a pesquisa sobre espaço e luta dos posseiros do Bico do Papagaio. Os relatos colhidos por ela no Bico do Papagaio demonstram que, ainda que as memórias fossem evocadas de forma cautelosa, em função do medo deixado pela violência da repressão militar, as características positivas dos guerrilheiros eram ressaltadas. “É inegável a simpatia, ou empatia, pelos que tinham que fugir, como fugiram os que foram expulsos de suas terras, pelos que morriam como morreram familiares seus na luta pela posse da terra nessa área de fronteira (SADER, 1990).

A memória coletiva do campesinato adquire função de ferramenta de contestação da história contada pelos militares e, ainda que demonstre uma tendência a convergir para a memória hegemônica construída pelo PCdoB, os fatos lembrados reforçam aspectos que contribuem para evidenciar o protagonismo dos camponeses durante a Guerrilha e,

principalmente, para o fortalecimento do campesinato regional. O relato de Maria Raimunda ilustra bem essa situação.

A gente tem muitas áreas nossas de acampamento e assentamento é... movimentos, atividades em que a gente homenageia companheiros e companheiras da Guerrilha do Araguaia, porque entende, né, o legado deles nessa questão da luta da organização **e entende o potencial que teria o campesinato pro enfrentamento contra a ditadura né, a organização ali...** (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Dentre as homenagens feitas aos guerrilheiros, podemos destacar o nome dado ao acampamento do MST, localizado na fazenda Cedro, do Grupo Santa Bárbara, no km 563 da PA-150, no município de Marabá. Trata-se do acampamento Helenira Resende que, conforme Miranda (2017), consiste numa área de 14.000 hectares constituída por terras públicas, ocupada desde 2009 por cerca de 380 famílias.

Após um longo relato sobre sua trajetória de vida, demonstrando a forma como vivencia, concebe e interpreta as dinâmicas do campesinato, Mano enfatiza a diversidade de sujeitos, agentes e processos sociais que contribuíram para a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais e para a constituição e reconfiguração do campesinato na região.

As reflexões de Mano são decorrentes das experiências vivenciadas desde a sua chegada ao sudeste do Pará e, principalmente, da inserção na CPT, na condição de coordenador da Regional Norte II, no período de 1981 a 1988, e em outros movimentos socioterritoriais da região.

A história de vida de Mano evidencia uma trajetória de contribuição com a luta pela posse e permanência na terra. A partir de 1988, Mano auxiliou no planejamento e na implantação do Centro Agroambiental do Tocantins (CAT) e contribuiu com a consolidação do Movimento Sindical e das organizações do campo, a exemplo da Federação Agrícola do Tocantins Araguaia (FATA), do Laboratório de Solos do Araguaia Tocantins (LASAT), e da Cooperativa Agrícola do Araguaia Tocantins (COOCAT). Em 1998, ele participou da criação da Cooperativa de Prestação de Serviços (COPSERVIÇOS) e, a partir de 2000, atuou na coordenação da elaboração de Projeto de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) em convênio com o INCRA. Mano terminou o segundo pleito como Diretor Presidente da COPSERVIÇOS em março de 2011. Aposentado desde 2011, atualmente participa de atividades de pesquisa e palestra, principalmente, a convite da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA).

Dessa forma, ele faz referência à Igreja católica, apontando também a contribuição dos migrantes posseiros, de políticos vinculados aos partidos políticos de esquerda e a influência relativa da organização guerrilheira: “Para a nossa região, no fim das contas, [...], eu chamaria que o fio condutor da história toda está aqui: as Comunidades Eclesiais de Base, o início dos Sindicatos, a Fé política... e a Guerrilha, tem que dizer!” (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Sobre a contribuição da Igreja, ele enfatiza:

A Igreja foi a incubadora desse negócio todo. Não foi a única, também foi o fato de que foi o migrante, também o fato de que foi muitos casais novos... casal novo quer plantar, né... Vai fazer o que? O futuro dele é plantar uma roça, quer criar um menino e como que vai fazer? Dentro de uma cidade não dá! Então a própria organização, a própria... se organizar pra... Por exemplo, já se sabia que só entrava numa terra tinha que ter 25, 30 homens, cada um com uma 20 e com três cartuchos [...], uma farinha e um pouquinho de sal, pronto. Era obrigatório, tú não podia sair sem ter três cartuchos pra te defender (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Questionado sobre a influência da atuação dos guerrilheiros nas organizações camponesas posteriores, nas ações e projetos coletivos, Mano explicou que ela teve influência indireta, principalmente, por intermédio de lideranças ligadas ao PCdoB, que apoiaram a luta dos camponeses após a Guerrilha, principalmente do advogado Paulo Fonteles que, desde 1976, atuou como advogado dos camponeses vinculado à CPT.

Eu diria assim... por exemplo, também, não teve jeito, nossa região teve uma presença depois, bastante forte do PCdoB, a influência do Paulo Fonteles¹⁴ e dos colegas dele dentro do Sindicato de... de Rio Maria, Piçarra e companhia... eu sei. Aí, dizer que foi muito mais, eu acho, a presença do Paulo Fonteles do que da guerrilha! O Paulo Fonteles naquela viagem de 78, naquela primeira viagem, ele afirmou assim na... de que a revolta dos posseiros era o legado da guerrilha. Eu não vou afirmar isso aqui. Agora dizer que não foi nada disso, também não é isso né. Porque é, teve uma ruptura, uma ruptura de geração entre... principalmente que muitos migrantes que são posseiros que viraram assentamento e viraram não sei o que... nem estava na região naquele tempo. Em 75 tinham poucos, entendeu, fora os colonos da Transamazônica. Mas, me cita uma área de posseiros que já existia, já existia de uma maneira massiva como luta pela terra antes de 80!? Ah, Pau Seco é 79! Ah Pau Seco é 79; Arara é 80. Entendeu? Só são muito pouco. Dizer que por isso... faltam 5 anos, teve

¹⁴ “Paulo Fonteles foi advogado dos posseiros no sul e sudeste do Pará entre o final da década de 1970 e início da década de 1980. Era ligado ao PC do B, foi eleito deputado Estadual em 1982, em 1987 foi assassinado por pistoleiros a mando de latifundiários, em Ananindeua, próximo de Belém” (AFONSO, 2016, p. 130).

um buraco aí. Mas também, num dos interrogatórios eu conto isso aqui, num dos interrogatórios que eu tive lá em 75...

[...].

É muito difícil detectar qual é a influência real da guerrilha. Agora, que faz parte da nossa história, faz! Entendeu? Agora, que não foi só a única vertente, eu chamaria assim, da... dos posseiros, vamos dizer, não foi a única, tá. Agora é claro que, principalmente, eu acho que influenciou alguns dirigentes que entraram depois no PCdoB, aquela história toda, mas é mais por visão política. Mas eles já eram posseiros, entendeu? Já era posseiros braba. Aí, vamos dizer assim, o PCdoB aperfeiçoou do ponto de vista de visão de mundo, ideologicamente, aí com certeza. Agora, **não foi diretamente a guerrilha, foi o PCdoB, né** (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

A análise da participação de militantes do PCdoB na luta pela terra, ou de lideranças camponesas que se filiaram ao partido e protagonizaram importantes lutas, está presente em alguns estudos que relacionam os fatos da Guerrilha com os conflitos que ocorreram após 1975. Dentre eles, destacamos a tese de doutorado de Patrícia Sposito Mechi, “Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)” e a de Romualdo Pessoa Campos Filho, intitulada “ARAGUAIA - Depois da Guerrilha uma outra guerra: A Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)”. As pesquisas de Campos Filho (2013) e de Mechi (2012) convergem para a tese de que as experiências vivenciadas pelos camponeses durante a Guerrilha dão sustentação às lutas sociais no campo, pois vinculam o passado à questão dos conflitos de terra contemporâneos. Para Mechi, o problema atual da terra na região teve origem no período da ditadura civil-militar e, na década de 1980, os primeiros sindicatos rurais combatiam as condições de exclusão criadas durante a repressão militar à organização guerrilheira.

Os autores descrevem os impactos que a repressão ao movimento guerrilheiro trouxe às vidas dos camponeses e à região, bem como registram aspectos sobre outras lutas sociais que ocorreram após a guerrilha, das quais os camponeses foram protagonistas devido à influência do trabalho de politização na relação com os comunistas do PCdoB, notadamente de Paulo Fonteles, o qual também exerceu importante papel de resgatar a memória da guerrilha entre os camponeses. Conforme Campos Filho (2013), Fonteles representava um incômodo à estrutura repressora do regime militar, bem como aos grandes proprietários de terras, fazendeiros e grileiros, devido ao vínculo que ele tinha com o partido e às ações de defesa dos camponeses como advogado da CPT. Mesmo após ter se desligado da CPT, quando se candidatou a

Constituinte, continuou prestando assessoria jurídica a alguns sindicatos de trabalhadores rurais.

[...], Fonteles exercia muito mais do que a tarefa de defender os camponeses como advogado da CPT. Ele cumpria também o trabalho de resgatar a memória da Guerrilha, e de identificar antigos militantes e moradores da região que atuaram ou deram apoio àquele movimento.

Ao mesmo tempo em que isso acontecia, e a história ia sendo redescoberta pela ação de um dedicado militante, novas lideranças foram sendo contatadas por ele para se tornarem membros do partido que havia combatido a ditadura militar nas matas do Araguaia. Dentre essas destacadas lideranças, estavam João Canuto, Expedito Ribeiro de Souza, Braz Antônio de Oliveira, todos assassinados, como ele, além de Orlando Canuto, filho de João Canuto, que escapou por pouco da morte, num atentado no qual seus dois irmãos (Paulo e José Canuto) foram assassinados (CAMPOS FILHO, 2013, p. 239).

Para Campos Filho, as lideranças que assumiram a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na cidade de Rio Maria “[...] entraram para o PCdoB por influência de Paulo Fonteles, e pela afinidade que tinham com a luta dos guerrilheiros (CAMPOS FILHO, 2013, 241).

Dessa forma, ao contextualizar a inserção de Paulo Fonteles no Sindicato Rural de Conceição do Araguaia e sua atuação como advogado dos posseiros, a convite da CPT, Mechi afirma: “Desde a atuação de Fonteles ficou evidente o imbricamento entre a guerrilha e a luta pela posse da terra. Os posseiros defendidos por ele davam as primeiras informações sobre o conflito, e relatavam como foram afetados” (2012, p. 34).

Para a autora, a Guerrilha contribuiu para o desenvolvimento da percepção e compreensão da complexidade da questão agrária no Brasil por parte dos camponeses, e para o desenvolvimento de formas de luta contra o latifúndio por meio de enfrentamentos diretos, o que os permitiu permanecerem no campo.

A guerrilha do Araguaia contribuiu para que se desenvolvessem formas de luta e resistência contra o latifúndio por meios que não se respaldam na espera de uma resolução pelo Estado, mas sim através do enfrentamento. Aos camponeses, a experiência consolidou a percepção de que o Estado atua em favor dos grandes grupos econômicos, favorecendo a aquisição de grandes extensões de terra por esses.

Menos do que o PCdoB, foram as Forças Armadas do Estado ditatorial que demonstraram aos camponeses o lugar que a população rural e pobre do norte ocupava na estrutura do capitalismo brasileiro (MECHI, 2012, p. 43).

Concordando com a autora de que foi “o acirramento da luta de classes que assentou o camponês na região”, apresentamos elementos nesta tese que nos permitem problematizar e

ampliar a compreensão dos processos que contribuíram para a organização do campesinato sob influência da presença de guerrilheiros e de militares na região, sobretudo, a partir das memórias dos camponeses e lideranças dos movimentos socioterritoriais que foram direta ou indiretamente afetados pela Guerrilha do Araguaia. A interpretação que fazemos das narrativas aponta para uma compreensão de que a organização do campesinato envolveu uma diversidade de sujeitos e processos ainda em curso.

As narrativas dos sujeitos dessa pesquisa, ao estarem ancoradas na memória, adquirem caráter histórico e documental, constituindo um dos principais alicerces para a compreensão da realidade dinâmica e complexa do campesinato e da sociedade na qual se insere. São narrativas que expressam as experiências de sujeitos e/ou testemunhas de acontecimentos, processos sociais, movimentos, instituições e modos de vida historicamente constituídos. A esse respeito, é relevante indicarmos a contribuição de Alberti que, ao apontar o trabalho da linguagem no processo de comunicação de experiência, afirma:

Ao contar suas experiências, o entrevistado transforma aquilo que foi vivenciado em linguagem, selecionando e organizando os acontecimentos de acordo com determinado sentido. Esse trabalho da linguagem em cristalizar imagens que remetem a, e que significam novamente a experiência é comum a todas as narrativas (ALBERTI, 2004, p. 77).

Alberti (2004) concebe o conceito de “narrativa” em seu sentido amplo, tomando-o não apenas como relato de uma ação no tempo, mas também como o trabalho da linguagem em produzir racionalidades. Essa noção abrange todo e qualquer ato de fala, a comunicação. Dessa forma, a reconstituição da percepção sobre o passado envolvendo a evocação e expressão de enunciados referentes a experiências vividas anteriormente e requer o trabalho conjunto da memória e da linguagem, uma vez que esse processo perpassa pela evocação seletiva de lembranças e pela construção ou recuperação de enunciados, de sentidos e de palavras. Para Mikhail Bakhtin, por sua vez, a linguagem exerce um papel fundamental no processo de reconstrução da consciência do passado, pois por meio dela a memória ganha materialidade e sua substância é compartilhada, sendo-lhe atribuída significado e valores.

O estudo das dinâmicas do campesinato, nessa perspectiva, valoriza as formas dos sujeitos, grupos e classe social se apropriarem da realidade, no sentido de lançar luz sobre a construção de saberes, práticas e representações específicas, de caráter cotidiano, que lhes permitem atuar sobre a realidade, através da construção e reconstrução de

símbolos/significados, imagens e conceitos, os quais orientam as relações, mediam condutas e organizações de processos materiais, espaciais e de comunicações sociais.

Considera-se, dessa forma, que as representações veiculadas pela memória são parte da realidade, atuando de forma ativa sobre a mesma, sendo força propulsora de ações e transformações sociais. Essa concepção nos possibilita compreender melhor as manifestações concretas e complexas do saber cotidiano. As representações estão vinculadas à formação sócio-histórica, pois as condições reais de vida determinam a consciência dos indivíduos, mas esta orienta as condutas, influencia ações e relações sociais.

A forma como as memórias são construídas é resultado de múltiplas determinações, entre as quais: as diferentes territorialidades, as ocupações espaciais e a posição dos indivíduos nas relações econômicas, sociais e de poder, seu pertencimento de classe, bem como os valores, interesses, concepções etc., que são os modos de compreensão e interpretação dos acontecimentos passados ou de sua evocação no contexto atual.

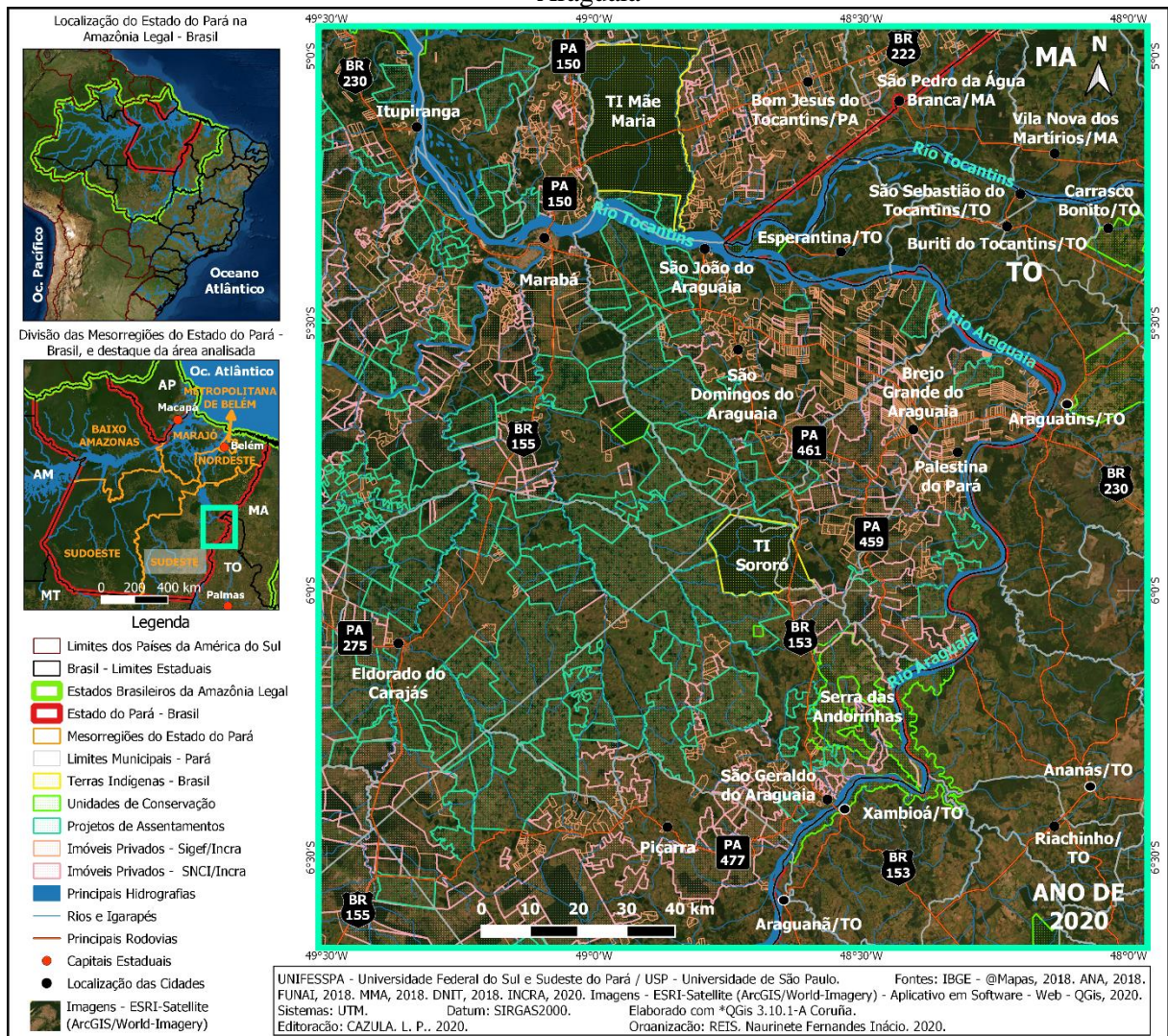
Nesse sentido, a análise das memórias aponta a influência relativa da presença guerrilheira na organização do campesinato, uma vez que ela despertou a atenção do Estado e das Forças Armadas para a região. O imaginário do medo da violência deixada pelo Exército durante as Operações de extermínio aos militantes do PCdoB desencorajou muitos camponeses a inserirem-se na luta pela terra no período posterior, em que os agentes da repressão permaneceram na região e interviram militarmente nos conflitos agrários, sob coordenação do Major Curió. Por outro lado, a intensificação e ampliação das ações estatais visando eliminar as tensões e conflitos sociais promovendo de forma violenta a limpeza da área para a expansão dos projetos agropecuários, escancarou as contradições e antagonismos de classes no campo.

Nesse contexto, o processo de conscientização da necessidade de resistência organizada na luta pela terra e de desconstrução do medo deixado pela repressão, envolveu muitos sujeitos e processos sociais, sobretudo, os setores da Igreja Católica, por meio das CEBs e da CPT, aos quais muitas lideranças locais que se filiaram ao PCdoB passaram a integrar e contribuíram com o resgate do significado da Guerrilha do Araguaia.

A representação cartográfica a seguir, mapa 10, registra evidências dos aspectos sociais, políticos e econômicos gravados no território, o qual tem sido configurado histórica e dialeticamente a partir das relações sociais. Dessa forma, nos revela as relações de poder, a materialização dos resultados da luta de classes, em que os interesses antagônicos se expressam no processo de produção e transformação do território, nas diferentes formas de ocupação, uso e domínio da terra.

Nessa perspectiva, ainda que o mapa demonstre um território alterado, principalmente, em função do forte desmatamento decorrente das atividades de exploração da madeira, de criação de gado, de extração de minérios, intensificado desde o início das políticas de ocupação da Amazônia pelo governo federal, que proporcionaram a expansão dos grandes projetos industriais e agropecuários, sobressai o resultado do processo de territorialização do campesinato por meio da efetivação dos Projetos de Assentamentos, fruto das lutas organizadas dos camponeses, no enfrentamento aos latifundiários, ao capital e ao Estado.

Mapa 10 – Formas de ocupação, uso e domínio da terra na região de influência da Guerrilha do Araguaia



Organização autoral.

O processo de construção de memória evidencia a dimensão política da rememoração, em que os fatos relatados estão inseridos num esforço de construção de identidade do campesinato regional. Um campesinato que tem se organizado politicamente por meio dos

sindicatos, de movimentos socioterritoriais e com apoio de outras formas de mediação na luta pela terra e pela reforma agrária, possibilitando estratégias de resistência e de recriação, bem como o fortalecimento em suas lutas e conquistas históricas. Ao evidenciarem a diversidade de sujeitos, agentes e processos que conformam o campesinato, os relatos demonstram que a memória dos fatos ocorridos no passado alicerça as lutas em curso, pois deixam exemplos de estratégias organizativas e de resistência às novas gerações e movimentos socioterritoriais.

4.3 Legado da Guerrilha e de seus desdobramentos para compreensão da questão agrária na Amazônia

Assim como a ocorrência da Guerrilha, as consequências e desdobramentos dela também devem ser analisados considerando as políticas do Estado-nação para a Amazônia. Essas políticas estavam sendo norteadas por preocupações geopolíticas, algumas das quais influenciadas pelas dinâmicas internacionais, desde o contexto de instauração da ditadura civil-militar em 1964, conforme demonstrado no segundo capítulo.

Durante o período em que militantes do PCdoB estavam organizando a guerrilha, o Estado implementava o Programa de Integração Nacional que tinha a Amazônia como região estratégica, dentro dos princípios pautados na ideia de segurança e desenvolvimento. Como parte desse projeto, a política de incentivo à migração para a Amazônia, deslocando pessoas, principalmente do Nordeste, mas também do Sul, Sudeste e do Centro-Oeste para a Amazônia, sob o lema “Terra sem homens para homens sem terra”, atendia ao objetivo de diminuir, em curto prazo, as tensões sociais e conflitos agrárias nesses lugares, mas também com estratégia de desmobilizar movimentos organizados na luta por direitos, principalmente relacionados ao direito à terra, que absorviam a grande demanda de reforma agrária reivindicada fortemente nas décadas de 1950 e 1960, notadamente no Nordeste.

A política do governo militar para a Amazônia, dentro de seu aspecto econômico mais amplo, visava integrá-la economicamente ao mercado nacional, principalmente do Centro-Sul. José de Souza Martins (1985; 1991; 1997) demonstrou que, para esse fim, o Estado priorizou o incentivo à empresa agrícola, por acreditar que esta seria quem poderia fazer tal integração. Ariovaldo Umbelino de Oliveira (1989; 1991), por sua vez, demonstrou a contradição do projeto de integração, pois o mesmo foi pautado em um discurso protecionista, porém entregou a Amazônia ao capital, sobretudo ao capital estrangeiro.

A integração e desenvolvimento da Amazônia, na concepção do Estado autoritário, pressupunha modernizá-la e torná-la produtiva do ponto de vista da grande produção agrícola voltada à exportação regional, nacional e internacional. Assim, a formação de mão de obra para os empreendimentos capitalistas agrícolas atraídos pela política de incentivos fiscais, também estava entre os interesses da política para a Amazônia.

O Estado incentivou a migração de trabalhadores rurais para a Amazônia, porém não desenvolveu uma política de reforma agrária para mantê-los na terra, com condições adequadas de produção e reprodução social. Além disso, o discurso de que a Amazônia consistia num espaço vazio, desconsiderou as populações camponesas e indígenas que há muito tempo já habitavam a região, suas formas de ocupação da terra e de produção, baseada no extrativismo e na agricultura de autoconsumo. Por outro lado, o incentivo à implantação dos grandes projetos, pautado na ocupação produtiva, gerou intensos e prolongados conflitos fundiários que persistem até os dias atuais, pois atuam visando a expropriação e exploração dos camponeses que resistem historicamente.

Essa política priorizou, na região, a implantação de grandes empresas agrícolas, com incentivos fiscais concedidos pelo governo federal, por acreditar que as atividades extrativistas e de agricultura de autoconsumo representavam um atraso econômico. Era preciso superá-las e substituí-las, aproveitando o potencial da Amazônia, a natureza enquanto recurso a ser explorado, principalmente a partir da segunda metade da década de 1970, contexto em que a organização guerrilheira estava sendo exterminada pelas Forças Armadas.

A repressão militar à tentativa de implantação de um ambiente de guerrilha, por parte do PCdoB, serviu de justificativa para o Estado autoritário redefinir a política agrária e ocupar militarmente uma região que, além de ser caracterizada como uma área de fronteira agrícola, consiste numa zona de fronteira geográfica, social e simbólica, no sentido conferido por Carlos Rodrigues Brandão (2007), em que sujeitos e grupos sociais com racionalidades diferentes nas formas de viver, conceber, compreender e representar as dimensões espaciais e temporais da vida, convivem.

Na região, agentes, sujeitos sociais, famílias e comunidades com projetos, modos de vida, territorialidades, temporalidades e visões de mundo diferentes se encontram e se confrontam. Uma região que, conforme estudos desenvolvidos por José de Souza Martins (1980) e outros pesquisadores e estudiosos, situa-se em área de frentes pioneiras e frentes de expansão, com as implicações e desdobramentos que as categorias permitem problematizar. Sobre essas duas formas de ocupação territorial, Martins (1980) explica:

Estamos de fato diante de dois movimentos distintos e combinados de ocupação territorial, que ocupam de formas distintas e conflituosas entre si territórios via de regra já ocupados por sociedades tribais. Através do deslocamento de posseiros é que a sociedade nacional, isto é, branca, se expande sobre territórios tribais. Essa frente de ocupação territorial pode ser chamada de *frente de expansão*. Um segundo movimento é constituído pela forma empresarial e capitalista de ocupação do território – é a grande fazenda, o banco, a casa de comércio, a ferrovia, a estrada, o juiz, o cartório, o Estado. É nessa frente que surge o que em nosso país se chama hoje, indevidamente, de pioneiro. São na verdade os pioneiros das formas sociais e econômicas de exploração e dominação vinculadas às classes dominantes e ao Estado. Essa *frente pioneira* é essencialmente expropriatória porque está socialmente organizada com base numa relação fundamental, embora não exclusiva, que é a de compradores e vendedores de força de trabalho. Quando se dá a superposição da frente pioneira sobre a frente de expansão é que surgem os conflitos pela terra (1980, p. 74-75).

A redefinição da política fundiária do governo federal intensificou os conflitos, deixando-os mais complexos e prolongados. Na região já existiam grupos que conviviam de forma conflituosa devido aos interesses em choque pela ocupação e usos da região: posseiros, indígenas, fazendeiros, latifundiários, grileiros, empresários capitalistas, Estado e seus agentes e órgãos, entre outros, com territorialidades diversas e, em muitos casos, antagônicas. Durante e após a ocorrência da Guerrilha, novos sujeitos se enfrentaram e ainda se enfrentam, deixando mais complexas essas relações.

Nessa perspectiva, as memórias dos sujeitos envolvidos na guerrilha contribuem não apenas para a compreensão da questão agrária no sudeste do Pará e no Bico do Papagaio, mas também da região amazônica, na medida em que articulam fatos relacionados às diferentes modalidades de experiência, às diferentes formas de concepção/compreensão e recriação de territorialidades e temporalidades. Essas memórias expressam aspectos gerais, nem sempre visíveis e observáveis, a respeito dos processos territoriais, políticos, econômicos e sociais que estão vinculados a uma escala mais ampla. Assim, evidenciam que a questão agrária da área onde ocorreu a guerrilha é uma manifestação regional da questão agrária da Amazônia.

O relato do ex-guerrilheiro José Genoíno sobre a avaliação feita pelo PCdoB durante a escolha do terreno para o desenvolvimento das táticas de guerrilha rural demonstra importantes aspectos que contribuem para a compreensão da questão agrária na Amazônia naquele contexto. A concepção do PCdoB a respeito da área escolhida situava-se numa análise que abrangia a política nacional para a Amazônia:

E a análise estratégica que a gente fez estava correta, é tanto que vai acontecer depois! O que a gente dizia: “é uma região de grandes conflitos, é uma região

estratégica e vai explodir e nós temos que está aqui”. [...]. Tudo que a gente... a análise que a gente fez, inclusive econômica, análise geopolítica do micro, bateu com o que a gente dizia: minério - a gente sabia que tinha minério lá; madeira - sabia que tinha; agropecuária – a gente sabia que ia ser uma região de exploração agropecuária, e castanha. Então isso aqui vai explodir! Então a visão era essa; só que explodiu depois que mataram a gente (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Genoíno aponta as condições de vida dos camponeses no contexto de planejamento e ocorrência da Guerrilha, fazendo referência ao documento elaborado pelos guerrilheiros, no qual os problemas que afligiam os camponeses foram sistematizados, e as causas e formas de solucioná-los foram apontadas. Em seu relato, fica evidente que as condições de vida na região foram alteradas com a política governamental para a Amazônia.

O problema principal da região, e você pode comprovar isso lendo o documento que se chama ULDP (União pela Liberdade e Direito do Povo). O centro do documento são as condições de vida da região, a posse da terra, gente morrendo de malária, mulher morrendo de parto, leishmaniose, abandono... A gente pegava a questão social da região. E a violência que tinha lá não era estatal! A violência que tinha lá era privada. A violência era feita pelos pistoleiros contratados pelos... quando começou abrir a Transamazônica, que aí eles fizeram a política de incentivos fiscais, e precisava desalojar aquela população que estava nas áreas que eram áreas nobres: castanheira, mogno, minérios e pastagem. Mas quem é que tirava essas pessoas não era a justiça, não tinha mandado de busca, não tinha mandado de despejo (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Na região da Guerrilha, como preconizava o PIN no início do ano de 1970, seriam desenvolvidos projetos de colonização na Transamazônica. Porém, entre os anos 1973 e 1974, prevaleceram as medidas de incentivos e investimentos públicos aos pólos de desenvolvimento, sobretudo, privados. O governo implementou uma política econômica de favorecimento da expansão do capital e de expropriação e expulsão dos camponeses (MARTINS, 1985). A partir das pesquisas desenvolvidas por Martins, Ianni, Oliveira, Almeida, Hebette, entre outros, podemos afirmar que os problemas sociais e fundiários afligiam o campesinato não apenas no sudeste do Pará, mas em toda a Amazônia brasileira, e estavam relacionados à política do governo federal para essa região.

O sul e sudeste do Pará chamou a atenção do PCdoB porque, entre outros motivos, apresentava características topográficas propícias ao desenvolvimento das estratégias de guerrilha e porque estava em constituição um campesinato marcado por luta de classes. As

desigualdades, contradições e presença de grupos e sujeitos com projetos e interesses diferentes e divergentes numa região de fronteira agrícola seriam alguns dos indicativos de que o campesinato seria a base de apoio potencial do exército revolucionário, podendo, a partir do trabalho de conscientização política a ser desenvolvido pelos guerrilheiros, aderir à luta armada contra as Forças Armadas do governo.

Sobre a estratégia de luta armada, Genoíno explica:

A guerrilha se baseava na ideia de uma guerra de guerrilha, guerra pequena, defensiva, e que você **vai fazer trabalho político pra população em torno da situação social da região e dos conflitos em potencial que a gente tinha a avaliação que ia estourar**. E estourou! A gente ia fazer... aqueles guerrilheiros que estavam organizados lá iam fazer o trabalho de organizar a população. E aí a gente ia crescer, se multiplicar e ia influenciando... (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

O terreno era propício às estratégias de guerrilha rural, na concepção do partido, porque os problemas fundiários, sociais e políticos que envolviam o campesinato, favoreceriam o desenvolvimento de ações assistencialistas por parte guerrilheiros, a adaptação à região e o estabelecimento de relação de aproximação e amizade com os camponeses, além de outras ações inerentes à forma de luta armada. Pelas condições de vida dos camponeses, o trabalho político dos guerrilheiros resultaria em conscientização sobre a situação de opressão e exploração a que estavam submetidos, sendo a adesão à luta armada do exército revolucionário a condição de resistência.

Os relatos do ex-guerrilheiro José Genoíno, juntamente como os relatos dos camponeses, nos permitem afirmar que, embora o principal objetivo da organização guerrilheira tenha sido o enfrentamento armado como forma de resistência à ditadura, os problemas sociais que afligiam o campesinato foram tomados como pauta desse movimento. Quanto ao enfrentamento dos problemas da região, durante o período em que os guerrilheiros se preparavam para a luta armada, Genoíno desenvolve uma avaliação crítica:

E nós começamos, mas só que nós... vamos dizer assim, houve um *time* diferente. A gente tinha que ter ficado mais tempo sobrevivendo sem ser conhecido. Era outro caminho, era outra... enfim. **Mas aí eu tô vendo, eu tô analisando com os olhos de hoje né**. Agora é claro que é uma coisa muito dura, porque a gente viveu muita coisa lá! A gente viveu a região muito dramática. A região lá, viu, era uma região muito dramática, muito pobre, muita violenta! Que não era essa violência estatal, era a violência privada, daquela pior que tinha, mortes, as coisas terríveis e a gente vivia! A gente vivia no dia a dia! [...]. A gente se misturou com a população e a população

tudo ela contava para nós (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

O combate à grilagem, a defesa de direitos básicos, como educação, saúde, melhores condições de trabalho, conforme demonstrado no Programa dos 27 Pontos (ULDP), conquistou o apoio e simpatia de muitos camponeses. No entanto, a forma de luta escolhida para ser desenvolvida na região, envolvendo o campesinato sem seu conhecimento e consentimento, sem que fossem discutidas conjuntamente as estratégias de enfrentamento e os riscos aos quais estariam submetidos para que pudessem decidir se concordavam em fazer parte, nos leva a refletir sobre as atrocidades cometidas aos camponeses como consequência também do despreparo da organização guerrilheira.

Os idealizadores dessa forma de luta tinham consciência do nível de envolvimento a que submeteriam os camponeses. Assim também como os militantes que se dispuseram a colocá-lo em prática e se deslocaram para o Pará, visando à preparação para o enfrentamento armado ao governo militar, tinham a compreensão da intensidade da violência a que os camponeses seriam expostos. Conforme Genoíno:

A gente tinha noção porque a gente era preparado. Ninguém estava lá enganado e ninguém estava lá pra fazer festa. A gente sabia que a barra era pesada, **a gente trabalhava contra o tempo pra conscientizar a população porque a gente sabia que ia ser um choque muito duro na região**, pelas condições de vida na região. E também porque, como a gente sabia que tinha uma ditadura violenta, eles iam entrar lá com tudo, como de fato entraram! Sem limites, sem limites! Porque se na cidade não tinha limite, imagine dentro da selva, companheira!? Sem limite, tudo é válido, pode fazer qualquer coisa! **Então eu acho que a violência foi muito desmedida, mas eu acho que a guerrilha estava ideologicamente preparada!** (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Sobre o preparo dos militantes, Genoíno avalia:

Os fatores que eu acho que levaram à derrota são de outra natureza. Mas teve companheiros que foram heróis! Helenira, por [exemplo]: os caras deram tiro nela... Ela tava com tiro e os caras perguntaram o nome dela e ela disse: “guerrilheira não tem nome!”. E “pah!”, à queima-roupa! Quer dizer, os companheiros foram muito heróis! Os companheiros que lutaram foi uma geração que não media esforço por causa da preparação que a gente tinha lá. E outra coisa que é interessante é que na guerrilha a gente tem um nível de preparo que é difícil a gente passar isso para as pessoas, porque na guerrilha tudo é coletivo! Então tudo leva igual! O que as companheiras faziam a gente fazia e vice e versa. E elas diziam pra nós: “Olha, eu vou comandar essa ação porque eu atiro melhor do que vocês, não é porque eu sou mulher! Eu não

quero fazer isso porque eu sou mulher. Eu sei atirar melhor do que vocês e eu vou comandar! Não é uma concessão que vocês estão dando!”. E as companheiras que enfrentaram a tortura... a tortura ela é mais violenta para mulher do que para o homem, porque eles usam os métodos de radicalizar a vulnerabilidade! E essas companheiras foram assim de um heroísmo sem limites! **Então eu acho que nesse ponto aí a guerrilha tava preparada ideologicamente! Diferente de preparada materialmente, politicamente, organizativamente!** Aí eu acho que é outra coisa! (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Nas condições da região à época, bem como de qualquer outra da Amazônia, a qualquer tempo, as formas de organizações e enfrentamentos precisam ser construídas com os camponeses, e não pensadas de fora, importando modelos revolucionários dificilmente adaptáveis às realidades. Na avaliação atual de José Genoíno, a luta armada em forma de guerrilha rural:

Era um modelo que, no meu modo de entender, nas condições do Brasil era impossível se sustentar. Primeiro porque o Estado brasileiro era um Estado ditatorial muito forte. Vou te dar um exemplo: quando eles decidiram ocupar..., até 72 não tinha Estado. Quando eles decidiram ocupar (governo militar), eles abriram estrada, criaram instituição do INCRA, criaram atividade social... Eles ocuparam a região, quartel...! O Estado chegou lá e disse: “aqui nos controlamos!”. E aí a guerrilha perde a capacidade de iniciativa (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Para Genoíno, o PCdoB realizou um grande feito histórico e teve resultados positivos politicamente, porém enfatiza que o partido deveria fazer uma prestação de contas, não apenas uma autoavaliação, pois trata-se de um acontecimento que envolveu vidas, em que os melhores *quadros* do partido, naquele contexto, deram a vida por uma causa revolucionária.

Olha companheira, até hoje, no meu modo de entender, eu reconheço que foi um grande feito político do PCdoB. Eu saí do PCdoB, em parte, por causa do debate sobre a Guerrilha. Vou te explicar. Eu defendia o seguinte: “vamos relatar tudo!”. Por isso que eu fiz essas matérias todas que você viu aí! “Mas vamos fazer uma avaliação que envolve o heroísmo, a defesa dos companheiros, fazer uma avaliação das condições da luta na região e avaliar que, estrategicamente, houve uma opção, houve uma escolha política que não ia dar em Vitória! Você pode ter... você pode ser heroico numa derrota. Então vamos fazer uma avaliação política da direção do partido na direção da guerrilha”. Essa é minha tese, que era um pouco semelhante à do Pomar, do Pedro Pomar, do Wladimir, eu defendia essa posição. Como eu defendia essa posição e o Amazonas tinha outra posição, tinha uma visão mais dogmática. E era dramático porque eu era sobrinho dele pra efeito legal (história de cobertura) (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

A prestação de contas, conforme Genoíno, tem a função de evitar que a memória da guerrilha seja apropriada por grupos ou indivíduos que têm interesses específicos e que, em muitas situações, deturpam os fatos e as imagens dos sujeitos que participaram deliberadamente ou que foram envolvidos no conflito, a exemplo de pesquisadores e jornalistas que tomam como fontes principais arquivos de militares para construir a história da guerrilha. Genoíno chama a atenção para a importância de captação dos desdobramentos das narrativas sobre o Araguaia para fins de avaliação política: “Na sua idade, você tá convivendo com uma narrativa, mas essa narrativa tem muitos desdobramentos. Que eu acho que a gente tem que captar todos eles para efeito de avaliação política”. Essa avaliação, na perspectiva de Genoíno, tem a ver com a necessidade de coerência dos projetos da esquerda.

É que tem coisas, menina, da vida, que você faz opções dramáticas. E a esquerda ela tem que ser muito coerente no que ela faz e no que ela pensa. E uma das características que eu acho que é isso que a gente tem que aprender, e isso tem muito a ver com o que a gente tá vivendo hoje, é fazer... eu costumo muito usar imagem de um carro que você usa o para-brisa e o retrovisor: você tem que trabalhar com os dois permanentemente. E eu achava que a luta armada, ela não seria vitoriosa, nem a guerrilha urbana nem a guerrilha rural. Particularmente do Araguaia, a concepção de guerra popular, área libertada, exército guerrilheiro, era inviável nas condições do Brasil, do capitalismo brasileiro, do Estado brasileiro! E que a gente devia tomar a iniciativa de fazer isso para evitar que algumas figuras, por razões que eu não quero julgar, querem se apropriar de narrativa, que não é o teu caso, de narrativas sobre o Araguaia¹⁵ (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Além da avaliação feita por Genoíno, é importante destacar também as abordagens feitas pelos militares sobre as ações de combate aos guerrilheiros. No discurso de integrantes das Forças Armadas que participaram das operações, prevalece a ideia de que os militares arriscaram as vidas para salvar o país de uma ameaça comunista terrorista. No que se refere ao campesinato, podemos apontar elementos a partir de documentos militares supostamente elaborados durante a repressão à guerrilha, em que sobressaem avaliações sobre a população da região.

¹⁵ A intenção dessa pesquisa não é adentrar nas divergências partidárias sobre a avaliação da guerrilha, mas tão somente, a partir dos relatos dos sujeitos dessa pesquisa, discutir aspectos que contribuam para a compreensão da questão agrária e da luta pela terra. Nesse tópico, o recorte é a forma de luta armada e o envolvimento do campesinato.

Nesse sentido, conforme Jiménez (2011), o Relatório secreto¹⁶ elaborado em 24 de maio de 1974 pelo CIE, ao final da Operação Sucuri, concluía:

Aprendemos, a par do trabalho de informações em uma área de implantação de guerrilha rural, que a repressão sufocará, por si, o movimento abusivo, atemorizará a população, mas não derrubará a bandeira da subversão, nem tão pouco conscientizará a população analfabeta e miserável daquela área, se, a par da mesma, não for realizado um trabalho honesto e eficiente dos órgãos de Governo, responsáveis pela solução dos problemas cruciantes da área (JIMÉNEZ, 2011, p. 47).

Nesse documento, elencaram providências urgentes a serem tomadas naquele contexto. Dentre as relacionadas pelo autor, destacamos:

“a. No Campo Psicossocial

- Combate à grilagem, com punição dos responsáveis;
- Legalização da posse da terra;
- Atendimento médico-hospitalar, principalmente nos casos pré-natal, e melhoria dos padrões sanitários;
- Criação de uma infraestrutura de ensino primário;
- repressão à exploração dos empregados mais fracos, pelos donos de castanhais, que não pagam o justo preço pela mão de obra;

b. No Campo Político

- Proibição aos abusos policiais a mando de políticos, bem como às extorsões praticadas pelos mesmos, em busca de melhores condições de vida, dado aos baixos salários que ganham;
- Presença dos órgãos administrativos estaduais e municipais;

c. No Campo Econômico

- Financiamento do FUNRURAL, após legalizada a posse da terra;
- Estabelecimento de uma política de preços mínimos, cujos efeitos atinjam o pequeno produtor” (JIMÉNEZ, 2011, p. 48).

Interessante observar que esses problemas de cunho psicossocial, político e econômico, existiam na região muito antes da ocorrência da Guerrilha, e continuaram existindo em maior ou menor grau, sendo inclusive agravados em alguns casos, com conivência do Estado, a exemplo da prática de grilagem de terras (legalizada pelo Programa Terra Legal, criado por meio da Lei nº 11.763/08). Conforme demonstrado na tese de Chaves (2015), a região concentra as maiores ocorrências de conflitos e violência pública e privada contra as populações do

¹⁶ MINISTÉRIO DO EXÉRCITO. Gabinete do Ministro, CIE/DF. Relatório da Operação de Informações Realizada pelo CIE no Sudoeste do Pará – Operação Sucuri. Brasília, 1974.

campo, com massacres, chacinas e assassinatos de camponeses, trabalhadores rurais, lideranças dos movimentos sociais e sindicais e religiosos.

Dentre as causas dos conflitos, destacam-se a estrutura de propriedade fundiária de concentração de terras; o processo de criminalização como forma de impedir a organização e as formas de luta camponesa; a regularização do desmatamento ilegal, a exemplo do novo Código Florestal (12.651/12) que anistiou os que incorreram em crime de desmatamento até julho de 2008 e os recorrentes casos de impunidade gerada a partir da atuação dos órgãos de segurança pública e do Poder Judiciário paraense (AFONSO, 2016; CHAVES, 2015). Além disso, Chaves (2015) apontou também a corrupção dentro da Superintendência Regional 27 do INCRA, localizada em Marabá. Conforme a autora, “São infinitas as irregularidades, as falcatruas e conchavos políticos que controlam a questão fundiária na região do Bico do Papagaio, e Marabá tem sido o centro disso tudo” (2015, 175).

O Estado, que deveria solucionar esses problemas, até os dias atuais, ainda atua em benefício de uma minoria na região, priorizando o desenvolvimento regional pelo viés de classe. A avaliação feita no relatório militar sobre a atuação na repressão à organização guerrilheira, demonstra o descaso do governo para com o campesinato, uma vez que tinha conhecimento das medidas a serem tomadas para a melhoria das condições de vida na região sem, no entanto, priorizá-las, mesmo tendo condições institucionais para isso. Os registros feitos pelas Forças Armadas sobre a precariedade em que vivia a população da região do Araguaia quando do planejamento das ações de repressão ao movimento guerrilheiro foram usados para nortear medidas pontuais apenas naquele contexto, para conquistar o apoio e simpatia dos camponeses. Mano relata esse contexto:

Logo quando eu cheguei, eu vi as operações ACISO na nossa região. Era direto! O Exército montando tenda, aí ia colhendo o povo pra fazer documento, é... dentista, cortar cabelo, fazer... [...]. Eu inclusive incentivava, dizia: “vão lá, aproveitem!”. Naquele tempo, inclusive, era o grande problema, e a gente sabia que pra esse negócio de terra, o documento ia ser importante, né (Entrevista concedida por Emmanuel Wambergue, em 09 de agosto de 2018, em Marabá).

Para Martins (1985), as ações desenvolvidas pelo Exército parecem ter sido inspiradas nas ações de assistencialismo prestadas pelos guerrilheiros aos camponeses, no início da preparação guerrilheira.

O Exército parece ter-se convencido de que assim como os guerrilheiros, com seu assistencialismo e paternalismo, conseguiram a simpatia das populações

locais e até um apoio limitado (que em parte responde pelas derrotas das duas primeiras campanhas militares), ele próprio poderia conseguir o mesmo resultado fazendo algumas concessões *locais* (ACISO – assistencialismo das campanhas de ação cívico-social nos aglomerados urbanos e até nos povoados; distribuição localizada de terras, como ocorreu com os núcleos criados pelos militares nas estradas operacionais abertas durante a guerrilha) (MARTINS, 1985, p. 53).

A questão a ser discutida tem a ver com a posição dos dois grupos no jogo político e de poder. Ao contrário dos militantes do PCdoB, o Exército e o governo tinham condições institucionais para solucionar a questão fundiária. Porém, não houve continuidade eficiente do trabalho social. O que houve foi a repressão generalizada, estendendo-se a toda a região amazônica. A distribuição de terras aos camponeses e a manutenção do trabalhador no campo, com condições favoráveis à sua produção e reprodução social, não era a perspectiva da política fundiária dos governos do regime militar. Estavam mais interessados em garantir as condições favoráveis aos grandes empreendimentos agrícolas, agropecuários ou de colonização, dentre elas, a diminuição das tensões sociais e dos conflitos por terras decorrentes das demandas dos camponeses.

De forma contraditória, a repressão política que já ocorria no campo no período de 1969 a 1973, sendo a guerrilha do Araguaia a expressão maior dessa repressão no Pará, foi redimensionada em 1974 com a reorientação da política fundiária na Amazônia, intensificando e expandindo os conflitos por terra. Dentre esses, destacavam-se os confrontos entre os camponeses posseiros, que migravam espontaneamente, com os grileiros, com grupos empresariais e agentes econômicos, entre outros, pela posse e uso da terra.

Fazendo referência à tese de Octávio Ianni (1979), de que o governo militar tenha tomado medidas de reforma agrária para atenuar os efeitos das atividades do PCdoB, Martins argumenta:

Ao que tudo indica, a partir do momento em que os militares tomaram conhecimento da concentração de um grupo de guerrilheiros do Partido Comunista do Brasil no sul do Pará, o que teria ocorrido em 1970, provavelmente em 1969, justamente uma área privilegiada na política de incentivos à empresa agropecuária, medidas começaram a ser tomadas para evitar que o problema de terras se tornasse explosivo. A colonização da transamazônica seria o principal ingrediente na utilização da terra pelo governo federal para desativar os focos de tensão social (MARTINS, 1985, p. 51).

Para Martins, “as medidas governamentais, ainda que possam ter sido alcançadas pelo temor da guerrilha, não o foram em termos absolutos, pois não há nenhuma mudança

significativa na orientação geral do governo em relação à questão agrária” (1985, p. 51). Os fatos apontados por Martins na primeira metade da década de 1980 demonstram que a ocorrência da guerrilha, em vez de ter sido concebida como um importante fator a ser considerado para a implementação de uma política fundiária em benefício dos camponeses na região e na Amazônia, teve efeito contrário. O autor aponta o refluxo no número de desapropriações de terras por interesse social para fins de reforma agrária, durante o período da guerrilha, o abandono parcial da política de colonização oficial na Transamazônica e “o abandono dos planos integrados de colonização e das explorações ao longo das rodovias” (MARTINS, 1985, p. 47) em meados de 1974, período em que o governo adotou outras prioridades, a exemplo da política dos polos de desenvolvimento.

Após o extermínio dos guerrilheiros, a repressão militar na região continuou porque as formas de resistência organizada dos camponeses aos processos expropriatórios foram interpretadas pelo governo ditatorial como atividades políticas subversivas que representavam instabilidade às condições de investimentos capitalistas, colocando em risco a segurança nacional. Nessa perspectiva, esta pesquisa demonstra que, se por um lado, as atrocidades a que os camponeses da região do Araguaia foram submetidos, durante e após a Guerrilha, foi uma expressão das práticas violentas que o Estado autoritário brasileiro adotou em todas as partes do Brasil e, especialmente na Amazônia, por outro, a Guerrilha influenciou a forma como a questão agrária passou a ser controlada pelo Estado, no âmbito da segurança nacional. Ao deslocar a questão agrária do âmbito social, o governo ditatorial recrudesciu a repressão militar sobre os camponeses, sendo essa repressão continuada mesmo com os governos democráticos subsequentes à abertura do regime.

Como parte de um projeto de sociedade e de desenvolvimento, o governo militar pautou-se na ideia de segurança e desenvolvimento que requeria, para o campo, uma nova forma de uso da terra, além de não ter a reforma agrária ampla e popular como prioridade.

Ao analisar o contexto da política agrária do período de 1964 a 1978, Ianni (1979) argumentou que esta tratou-se, sobretudo, de uma política de colonização dirigida que teve a conotação de uma “contra-reforma agrária de cunho ditatorial” que favoreceu, principalmente, a burguesia rural apoiadora do regime militar.

Nesse contexto, toda organização e atividade política de camponeses e operários do campo passou a ser proibida e reprimida. Mais do que isso, toda movimentação de trabalhadores rurais do Nordeste, Amazônia, Centro-Sul e todas as partes do País passou a ser matéria de segurança nacional, isto é, segurança interna. Tratava-se de assegurar as condições políticas

indispensáveis para o amplo e intenso processo de acumulação capitalista que passou a desenvolver-se no Brasil, em geral, e na Amazônia, em especial (IANNI, 1979, p. 129).

Conforme Martins (1985), as lutas e conflitos sociais no campo, decorrentes da política econômica e fundiária dos militares, exigia um grande esforço do Estado no sentido de administrar os conflitos e de garantir os interesses dos grandes proprietários de terras e de grupos empresariais que estavam sendo estimulados e incentivados a expandir seus empreendimentos capitalistas no campo. A resposta foi a intervenção militar na questão agrária, aliada à federalização das terras da Amazônia, sob a alegação de garantir a segurança interna do país. Tal política, na verdade, visava à desmobilização do movimento que demandava reforma agrária. Ao analisar aquele contexto, Martins (1985) apontava que as táticas militares aconteciam em vários níveis:

Em primeiro lugar, implica em desmobilizar os grupos locais que surgem a partir dos conflitos. Nos casos extremos, essa desmobilização se dá através da desapropriação por interesse social das terras em litígio; em outros casos, envolve a titulação das terras, geralmente mediante um acordo entre as partes. Com isso, a redução do problema à sua dimensão econômica tira dele o potencial político. Em segundo lugar, envolve a desmoralização das lideranças e, sobretudo, das mediações – sindicatos, Igreja, grupos de apoio. Em vários casos, o enquadramento na Lei de Segurança Nacional, a prisão, a condenação e a tortura têm sido meios utilizados. Essa técnica de “separar a cabeça do corpo” impede que, através das mediações políticas a luta pela terra chegue à sua dimensão propriamente política, alcance o pacto político e o Estado. Em terceiro lugar, envolve o aparecimento e a disseminação das instituições e atividades de intervenção direta do Estado e dos militares na vida civil das populações rurais, através da Operação Cívico-Social do Exército, do MOBREAL, do Projeto Rondon ou do controle e administração de recursos públicos para interferir nos vários níveis da ordem social não diretamente relacionados com a questão da terra. É o que acontece com o GETAT (Grupo Executivo de Terras do Araguaia-Tocantins), que não só distribui títulos de ocupação de terras, mas também ofereceu suas instalações como cárcere de trabalhadores em São Geraldo do Araguaia, além de interferir diretamente nas eleições sindicais de Conceição do Araguaia e em todo o sistema escolar do sul do Pará. Intervenções semelhantes ocorreram em Alagamar, na Paraíba, e em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul (MARTINS, 1985, p. 10-11).

A militarização da questão agrária na Amazônia, representada pela criação do Grupo Executivo das Terras do Araguaia-Tocantins (Getat) e do Grupo Executivo do Baixo Amazonas (Gebam), pode ser compreendida a partir das experiências relatadas pelos próprios camponeses e lideranças dos movimentos socioterritoriais da região do Araguaia que vivenciaram a guerrilha e que têm sido vítimas desse processo.

Os relatos demonstram que a interferência militar reforçou a aliança política dos militares com os grandes proprietários de terras e grupos capitalistas na região do Araguaia. Essa aliança foi estabelecida em toda a região amazônica e alicerçou o projeto de sociedade implementado pelos governos democráticos subsequentes, comprometidos com os interesses do capital, notadamente do capital agrário latifundiário.

Nessas circunstâncias, a repressão estatal sob a forma de violência contra os camponeses do Araguaia foi institucionalizada e fortemente utilizada durante e após a Guerrilha não apenas como consequência do projeto guerrilheiro no Araguaia, mas também como estratégia do regime autoritário para garantir seu projeto político e social para a Amazônia. Os militares acreditavam que a influência do comunismo internacional no Brasil colocava em risco a segurança nacional e agiram motivados pelo temor da possibilidade de reorganização de uma guerrilha rural, reprimindo violentamente os que foram considerados inimigos internos.

Dentre os pesquisadores que contribuem para a compreensão da questão agrária, Martins (1980; 1985) aponta que a Guerrilha, ou melhor, o combate militar à organização guerrilheira, influenciou a política de Estado em relação à reforma agrária, principalmente na Amazônia, intensificando a intervenção de forma repressiva, com uso de violência institucionalizada, nos conflitos de terra na região. Da mesma forma, o Estado reforçou a política de incentivos fiscais aos grandes projetos capitalistas que se instalavam em toda a região amazônica.

A repressão, nesse contexto, foi praticada contra todos os que se identificavam e se comprometiam com a causa dos camponeses e agiam constituindo mediação nos conflitos, a exemplo das perseguições feitas aos religiosos pertencentes à Igreja Católica, aos integrantes da CPT que atuavam na região e às lideranças sindicais. Sob a alegação de que os padres incitavam os camponeses, o Estado efetivou perseguições e prisões respaldadas na Lei de Segurança Nacional, conforme analisado por Ricardo Kotscho (1982) e por Figueira (1986).

Dessa forma, as narrativas apontam importantes dimensões do legado da Guerrilha para o campesinato da região do Araguaia e contribuem para a compreensão da questão agrária na Amazônia. A análise feita por Martins (1980) nos ajuda a sustentar essa perspectiva:

A solução localista e estritamente militar para o problema da terra na região da guerrilha expressa de forma eloquente que o secundário, a guerrilha, foi tomado como principal e o principal, a situação dos posseiros, foi tomado como simples acessório. E o principal não se limitava a Xambioá. A lógica férrea do regime baseado no grande capital e na concentração fundiária obscureceu a realidade. Por isso, o combate à guerrilha teve uma grande

eficiência militar e uma grande ineficiência política e econômica, pois não se desdobrou, na Amazônia e no país inteiro, no combate ao latifúndio e à exploração. Ficou circunscrito, preso aos aspectos técnicos, táticos, da guerra. Ocorre que por sob a guerra havia uma questão mais ampla e mais fundamental – havia e há ainda uma crescente e grave questão política, econômica e social. Em decorrência dessa concepção distorcida da realidade, desse compromisso com a lógica do regime, **o combate à guerrilha agravou a questão da terra em várias regiões da Amazônia**. É que o raio de ação repressiva foi imensamente maior do que o raio de ação na distribuição das terras aos homens que nela trabalham. O regime militar reprimiu muito e resolveu muito pouco. A derrota da guerrilha parece ter posto em xeque, contraditoriamente, o vencedor, aprofundando, revelando mais abertamente os limites, os compromissos e os impasses do regime. É provável que a forma assumida pela vitória militar no espaço da guerra seja também, ao mesmo tempo, uma derrota política no espaço do país (MARTINS, 1980, p. 146).

A resolução dos problemas relacionados à questão fundiária não foi prioridade do Estado na região amazônica. Ele centrou forças nas medidas repressivas aos camponeses e não desenvolveu ações de caráter social, político e econômico demandadas pela realidade e que, até os dias atuais, ainda afetam o campo.

O receio de que o movimento guerrilheiro pudesse ser reorganizado, orientou ações de enquadramento dos conflitos agrários na Lei de Segurança Nacional. Mesmo no período de abertura democrática, a possibilidade de ocorrência de uma revolução no campo a partir das lutas camponesas atemorizou os militares.

As Forças Armadas, de um lado, e os guerrilheiros, de outro, foram, no Araguaia, protagonistas de uma tensão muito mais profunda e ampla do que a sua mera expressão local. O tempo e a História poderão até mostrar os equívocos de parte a parte, pois o processo histórico quando não é bem entendido pode armar algumas ciladas políticas (MARTINS, 1980, p. 135).

À luz da reflexão feita por Martins ainda no início da década de 1980, analisamos, a seguir, o trabalho da memória ao evidenciar que a ditadura civil-militar deixou como legado as condições que contribuíram para a compreensão da necessidade da luta e da resistência por parte do campesinato regional. As memórias das ações de resistência dos “paulistas” e camponeses perante as atrocidades cometidas pelas Forças Armadas durante a repressão à guerrilha, bem como das medidas adotadas pelo Estado após a eliminação do foco guerrilheiro, visando garantir as condições para a implementação uma política agrária em benefício da classe dominante, constituem alicerces para as organizações de luta pela terra. O Estado foi conivente com a violência armada que os latifundiários, fazendeiros e empresários rurais passaram a exercer contra os camponeses, e os sujeitos dessa pesquisa, assim como a literatura sobre o

campesinato e a questão agrária, demonstram que essa situação tem sido reproduzida historicamente, não apenas na região do Araguaia, como também em toda a região amazônica brasileira.

4.3.1 A dimensão política do percurso da memória - “Seguindo nessa organização política como legado de que é preciso lutar, resistir!”

Os problemas sociais sistematizados pelos “paulistas” durante a organização do movimento guerrilheiro e identificados pelos militares durante a repressão a ele, existiam antes da década de 1970. Alguns foram intensificados em períodos posteriores e têm sido causa de muitas outras lutas em curso na região do Araguaia, mas também em toda a região amazônica, protagonizados pela diversidade de organizações e movimentos socioterritoriais do campo em parcerias com movimentos sociais da sociedade civil organizada.

Essas organizações têm crescido e se expandido desde o final da guerrilha, tornando-se expressivas nas décadas de 1980, contrariando a expectativa do regime militar que, ao abrir mão parcialmente da política de colonização social, bem como intervir militarmente na questão agrária, principalmente após a guerrilha, obedecia à estratégia geopolítica que visava promover uma política de desenvolvimento econômico aliada à segurança nacional.

As reflexões de Martins (1985) relacionadas aos ensinamentos deixados pela guerrilha ao Exército e ao governo militar, contribuem para a compreensão das contradições geradas pelas estratégias governamentais e de como as expectativas que orientaram as ações do Exército, após a repressão à guerrilha, foram frustradas.

O Exército parece ter-se convencido de que deveria ocupar o território vazio, esvaziado e intermediário entre as lutas e reivindicações locais dos posseiros e o sistema de poder, o governo, neutralizando as lutas camponesas no que pudessem ter de repercussão para a ordem política, no sentido de modificá-la ou até de derrubá-la. A partir daí, a tática do governo se desenvolveu claramente no sentido de fazer o cerco e a desativação dos focos de tensão, sem conceder uma política de colonização social, de redistribuição de terras, de reassentamento maciço de colonos sem terra. Ou seja, convenceu-se de que deveria e poderia manter as lutas camponesas no estágio fragmentado de luta local e imediata, voltada imediatamente e fundamentalmente para a obtenção do pedaço de terra, evitando que elas se constituíssem num processo de ressocialização política, através do enfrentamento, do mutirão, da roça comunitária, do sindicato, da organização; era impedir que o processo viabilizasse o crescimento da consciência política, o rompimento definitivo e

amplo das tutelas políticas, a descoberta do caráter e da função do estado e do governo (MARTINS, 1985, p. 53).

O Estado, assim, passou a ser um dos indutores dos conflitos no campo, seja por ação ou por omissão.

Em que pese as atrocidades cometidas contra camponeses e indígenas durante a repressão militar à organização guerrilheira, bem como as consequências e desdobramentos das ações do regime militar na Amazônia, destacamos os fatos que demonstram que as lutas pela terra e pela reforma agrária não sofreram um refluxo significativo como pretendiam os implementadores de políticas públicas governamentais no âmbito agrário. Os sujeitos dessa pesquisa, alguns inseridos em organizações sociais do campo com representatividade nacional, a exemplo do MST, CPT, quebradeiras de coco, sindicatos, entre outros, comprovam que a dimensão política da luta pela reforma agrária tem sido construída e reforçada nos diferentes processos sociais de luta pela terra.

Algumas pesquisas contribuem para aprofundarmos a compreensão dessa construção num contexto de expansão do modo capitalista de produção no campo, dentre elas, as desenvolvidas por Oliveira (2003). O autor aborda as contradições do desenvolvimento do capitalismo na agricultura brasileira, evidenciando aspectos fundamentais, dentre eles, o agronegócio e sua roupagem da modernidade e a intensa luta dos movimentos dos camponeses e trabalhadores do campo pela conquista da reforma Agrária no Brasil nas duas últimas décadas do século XX e início do século XXI. Esse período tem sido marcado pela violência dos conflitos e dos assassinatos no campo, ocasionando um clima de barbárie promovido pelas elites concentradoras de terras que, na grande maioria das vezes, têm o apoio do Estado.

Esse clima de barbárie permeia a região do Araguaia que, historicamente, tem sido marcada por conflitos fundiários, por assassinatos de lideranças e trabalhadores ligados aos movimentos socioterritoriais do campo. Ainda que essa realidade seja de conhecimento da sociedade e das autoridades competentes, a impunidade impera, causando um clima de indignação nos segmentos sociais que apoiam as lutas pelos direitos desses sujeitos sociais. Oliveira (2003) relaciona essa realidade à subversão total do direito e da justiça, pois, de acordo com o autor: “[...] aqueles que assassinam ou mandam assassinar estão em liberdade. Aqueles que lutam por um direito que a Constituição lhes garante, estão sendo condenados, estão presos” (OLIVEIRA, 2003, p. 115).

Por outro lado, conforme demonstrado por Oliveira (2003) e pelos relatos dos sujeitos dessa pesquisa, a estratégia geopolítica elaborada pelos governos militares pós-64 visando

sufocar a possibilidade de luta dos trabalhadores do campo, teve como consequência o crescimento e expansão dos conflitos no campo, uma vez que as transformações provocadas em diferentes regiões do país possibilitaram a criação de novas condições e novas formas de luta. A violência, principal característica do sudeste do Pará, é decorrente da implantação dos projetos agropecuários na Amazônia visando à expropriação dos camponeses posseiros.

Sobre a resistência dos camponeses para manter a posse da terra na luta contra o capital, Oliveira (1991) pondera,

É assim que no desenvolvimento contraditório do modo capitalista de produção no Brasil age no sentido da expropriação dos camponeses em uma porção do território; entretanto, o camponês expropriado, que pela lógica do capital, deveria proletarizar-se, reconquista a autonomia do trabalho, ocupando novos espaços em terras sem ocupação. É nessa luta pela manutenção da condição de lavrador autônomo, pela conquista da posse que os posseiros, na luta contra o capital, vão construindo o seu próprio regime de propriedade anticapitalista: a posse, a terra de trabalho (OLIVEIRA, 1991, p. 71).

A realidade de conflitos e violência no campo não elimina a luta dos trabalhadores para a obtenção do acesso à terra e desenvolvimento do modo de vida camponês.

Estamos diante da rebeldia dos camponeses no campo e na cidade. Na cidade e no campo, eles estão construindo um verdadeiro levante civil para buscar os direitos que lhes são insistentemente negados. São pacientes, não têm pressa, nunca tiveram nada, portanto aprenderam que só a luta garantirá no futuro a utopia curtida no passado. Por isso avançam, ocupam, acampam, plantam, recuam, rearticulam-se, vão para as beiras das estradas, acampam novamente, reaglutinam forças, avançam novamente, ocupam mais uma vez, recuam mais uma vez se necessário for, não param, estão em movimento, são movimentos sociais em luta por direitos. Têm a certeza de que o futuro lhes pertence e que será conquistado (OLIVEIRA, 2004 p. 63).

Os relatos de Genoíno a respeito da guerrilha rural, avaliando de forma crítica a forma como um pequeno grupo da direção do PCdoB optou estrategicamente por uma escolha política de luta que, na sua perspectiva atual, não seria vitoriosa, nos leva a refletir sobre as formas de organizações políticas camponesas e as lutas históricas como forma de resistência na Amazônia. As consequências que perduram até os dias atuais na região e nas vidas dos sujeitos, e as formas de luta que emergiram após a guerrilha, com seus desafios e conquistas, deixam o aprendizado de que qualquer que seja a forma de luta a ser desenvolvida no campo precisa ser planejada e executada com a participação dos camponeses e das camponesas.

Os camponeses e lideranças que relataram suas experiências de antes, durante e após a guerrilha, manifestam o esforço de compreensão das motivações dos guerrilheiros no contexto em que optaram pela resistência armada. Demonstrem as aprendizagens para as formas de lutas atuais, das quais fazem parte, apontando para a resistência ao projeto oficial e para a recriação do campesinato e de suas formas de organizações nas disputas pela posse, uso, permanência na terra e resistência à subordinação ao capital (Sindicatos, CPT, quebradeiras de coco, MST, entre outros).

Durante as narrativas, os sujeitos sociais refletem sobre as potencialidades da atuação dos guerrilheiros na constituição de subjetividades, as quais contribuem para a continuidade da luta pela terra, não apenas como ações pontuais e em escala local, como também de forma duradoura e articulada com outros setores sociais.

Ao demonstrar as formas como o campesinato tem resistido historicamente às transformações ocorridas e que estavam ocorrendo no Bico do Papagaio, Sader (1986) fez referência aos meios violentos e não violentos utilizados nos processos de expropriação por parte dos grandes proprietários e à violência dos órgãos e agentes do Estado, antes mesmo da institucionalização dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais. Ao abordar o histórico de lutas do campesinato nessa região, a autora enfatiza uma das formas de resistência que se situa no âmbito do imaginário coletivo. Nessa perspectiva, ela destaca a memória coletiva a respeito das ações dos guerrilheiros.

A autora demonstrou o receio que os camponeses tinham de falar sobre o conflito armado, principalmente, em função dos traumas pela violência sofrida durante a repressão militar ao movimento guerrilheiro que também os atingiu diretamente. Ao reproduzir a memória oral de um dos camponeses que relatou a ‘história da guerrilha’, a autora registou, omitindo o local da entrevista e identificando-o como “M.”:

Mas a história mais bonita é a dos ‘homens da mata’, nome pelo qual são conhecidos os ‘guerrilheiros do Araguaia’, em toda a região do Bico do Papagaio. Os entrevistados não sabem dizer porque houve ‘a guerra por esses sertões de Goiás e do Pará, indo até o Maranhão’.

Os ‘homens da mata’ não eram ruins, mas não diria que fosse bens. Nunca fizeram maldade com ninguém ao que soubesse, mas o problema todo era ‘querer dividir o país para dar uma parte para inimigos’. Já os federais eram brabos’. Prenderam muita gente e ‘fizeram maldade com um comerciante’ do povoado onde M. morava com sua família, levando-o para o ‘oito’ (quartel do exército situado na beira da Transamazônica em Marabá), e quando voltou não falava nada, mas a noite acordava o povoado todo com seus gritos porque tinha pesadelos. À medida que M. ia contando sua história, acentuava as qualidades positivas dos ‘homens da mata’, mas sem expressar de forma

evidente simpatia ou solidariedade com eles. E aí começa a explicar porque a guerra durou tanto tempo: é que o chefe do grupo da mata, o ‘Osvaldão’, era encantado. Ele tinha o dom de se transformar no animal que quisesse. Um dia, os ‘federalis’ cercaram Osvaldão na mata. Mas naquele momento ia passando um bando de macacos e ele se transformou num deles, e conseguiu escapar pulando por cima da cabeça dos ‘federalis’. Outra feita se transformou em cachorro, e veio comer a comida que a mãe de M. estava dando aos porcos, comida de sal, frisa ele, não sem antes lançar a ela um olhar ‘muito triste’. A mãe, assustada, corre para casa e fecha tudo avisando a família que os ‘federalis’ deviam estar por perto. Dito e feito. Pouco depois chegam os ‘federalis’ pedindo ao povoado todo que denunciasses os homens da mata, ‘porque seria melhor assim’. Osvaldão foi o último a morrer. Quando pegaram-no não teve tempo de se encantar. Foi morto pelas costas. Os ‘federalis’ então, sobrevoaram toda a região com o cadáver do Osvaldão amarrado numa corda, pendendo de um helicóptero, e com um alto-falante reuniam os moradores dos povoados, para que todos vissem que o Osvaldão tinha sido morto. Não era invencível como diziam (SADER, 1986, p. 197-198).

Ainda no âmbito do imaginário, Maria Raimunda explica o legado deixado pela guerrilha aos enfrentamentos e organizações do MST:

E na organização, **seguindo nessa organização política como legado de que é preciso lutar, resistir!** E o Movimento Sem Terra também tem feito esse exercício na sua vivência com o conjunto das famílias na relação com a sociedade né, de que é preciso lutar e lutar todo dia e lutar sempre pra mudar o que a gente precisa mudar e de que é preciso fazer muitos enfrentamentos, ainda de que a situação está difícil pra todo mundo, pros movimentos sociais. [...]. Então todas as formas de organizações, partido de esquerda, movimentos sociais populares, têm sofrido um processo de criminalização forte e de vontade do poder de destruição. E o que a gente tem se colocado é dizer que **a gente ainda tá disposto a lutar por mais uns bons dias para isso, e exemplos na história é o que a gente tem, pra dizer que é possível!** (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A luta pelo acesso à terra por meio de ocupação e organização de acampamentos em áreas de propriedades improdutivas, por parte dos sem-terra, conforme Oliveira (2007) e Fernandes (1999), representa a luta de classes no campo e consiste numa das formas de recriação do campesinato como estratégia de resistência à expansão e reprodução do capital. Além disso, são formas de questionamento da estrutura fundiária e das políticas do Estado. Dentre as conquistas obtidas pelos movimentos socioterritoriais, a efetivação de assentamentos tem se consolidado como importante fator para a permanência dos camponeses no campo. Concordamos com a concepção de Fernandes (1999) de que a regularização de ocupações

através da criação de Projetos de Assentamento, compreendido como fração do território, configura-se como a territorialização da luta pela terra.

A organização camponesa tem sido necessária de forma contínua, não apenas pela ocupação da terra e reivindicação de desapropriação/arrecadação das fazendas ocupadas para fins de reforma agrária. As organizações reivindicam também a implementação de políticas públicas que possibilitem as condições adequadas de permanência nos assentamentos efetivados, incluindo disponibilização de crédito para fomento e a construção de infraestruturas: habitação, incentivo à produção, assistência técnica, eletrificação rural, abastecimento de água, etc. A não garantia desses direitos, conforme Raimundinho, tem dificultado a permanência na terra, de alguns assentados. Outros têm optado em criar gado como forma de garantir a reprodução social. A ineficiência de políticas públicas para a reforma agrária tem resultado em relações de apadrinhamento ou subjugação da produção camponesa aos grandes proprietários que, em alguns casos, são os provedores de serviços de estradas, energia e outros.

As lutas de resistência têm sido historicamente sangrentas e à custa da vida de muitos camponeses e lideranças devido ao aparato estatal que criminaliza os movimentos socioterritoriais de luta pela terra e militariza a questão agrária, não priorizando a resolução dos conflitos a partir da reforma agrária. As políticas não buscam beneficiar os trabalhadores, mas sim os grandes proprietários capitalistas, sob a justificativa ideológica de desenvolvimento pautado no crescimento econômico.

Com relação aos impactos da expansão do capital no campo e da nova lógica de ordenação dos espaços, vale recorrer à reflexão de Brandão sobre as formas de resistência de grupos e comunidades expropriados por ela:

Em todo o Brasil, através de todos os espaços de “sistemas de objetos e sistemas de ações” e dos mais diversos grupos humanos e modos de vidas, populares ou não, entrevemos a ação de movimentos sociais do MST ao SOS Mata Atlântica. Pela via da questão agrária, pela via da questão ambiental, pela via dos direitos humanos ou por outras vias de enfrentamento que a elas se somam e com elas interagem, são inúmeras as unidades de ações sociais que se opõem à racionalidade, ao poder e aos interesses da expansão globalizada do capital no campo, como propõem, no bojo de suas diferentes contra-racionalidades, outras e opostas alternativas de gestão social de tempos e de espaços, de vidas e de mundos de vida e de trabalho (2007, p. 41).

As conquistas relacionadas à reforma agrária têm sido alcançadas por meio de processos organizativos e políticos, com muita luta por parte dos camponeses e de suas entidades representativas e de apoio. Tem sido um trabalho de base em que é fundamental o papel da

FETAGRI Regional, MST, FETRAF, CONTAG, do apoio e mediação de várias entidades na luta pela reforma agrária, dentre elas, CPT local, CEPASP, FASE, SDDH, FATA, entre outras.

Uma das formas de enfrentamento da concentração da terra no Brasil tem sido a realização da reforma agrária que, no entanto, não tem sido prioridade nas políticas/planos estaduais. Essas ações têm acontecido devido às lutas dos movimentos socioterritoriais que pressionam o governo federal, principalmente, nos períodos de ocorrência de conflitos mais graves e visíveis, como foi o caso do aumento de expedição de decretos de desapropriação de latifúndios e criação de Assentamentos no período pós Massacre de Eldorado dos Carajás e primeiros anos do Governo Lula (AFONSO, 2016).

Os relatos a respeito das trajetórias, dos fatos vividos pelos camponeses, contribuem para perturbar esquemas interpretativos que classificam as lutas camponesas como não tendo importância política e, portanto, invisibilizando o lugar do campesinato no processo histórico de transformação social. As memórias demonstram o crescimento e a multiplicação das lutas camponesas e o sentido político expresso nas mesmas.

Dessa forma, o não esquecimento dos fatos ocorridos no passado torna-se essencial para a melhor compreensão e transformação do presente e para a construção mais coerente do devir, considerando as lutas e conquistas historicamente realizadas e os sujeitos que as protagonizaram. Aspectos importantes das dimensões temporais são articulados por Martins (1981), ao refletir sobre as contradições históricas existentes entre campesinato e capital no Brasil. Para o autor,

O camponês não é uma figura do passado, mas uma figura do presente da história capitalista do país. Classificar a esperança da terra livre como um dado do passado é imputar sentido às lutas camponesas; é admitir equivocadamente que o passado tem uma existência em si mesmo. Entretanto, esse “passado” só tem sentido, só pode ser compreendido, por meio das relações que tornam sua evocação necessária – essas relações estão na violência do capital e do Estado. Portanto, **esse “passado” é uma ferramenta de luta do presente.** Esse “passado” só tem sentido no corpo dessa luta, só se resolverá quando se resolverem as contradições do capital – quando então será possível compreender que o sentido do passado só se desvenda corretamente “no futuro”, na superação e na solução das contradições do capital – da exploração e da expropriação (MARTINS, 1981, p. 16).

O passado atua ativamente na construção de subjetividade e os sujeitos dessa pesquisa evidenciam alguns fatos ilustrativos. Os argumentos usados pela mãe de Maria Raimunda para afastá-la da militância no MST e dos movimentos sociais organizados pelos membros da Igreja

Católica foram motivados pelo medo decorrente da repressão militar na região. Ao relatar o temor da mãe de que ela pudesse ser assassinada a qualquer momento, Maria Raimunda refletiu: “Eu sei que é consequência de quem luta e tal, mas pra ela [mãe] parece que era uma coisa já dada, entendeu. Entrou, tá aí, a polícia vai prender!” (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

Essa fala remete a duas situações que caracterizam a luta pela terra não apenas na região do Araguaia, mas em toda a Amazônia brasileira. A primeira é a violência e a grande quantidade de assassinatos de trabalhadores rurais e de lideranças dos movimentos socioterritoriais, que tem sido agravada por meio do processo de criminalização a que os movimentos sociais, as lideranças e suas práticas na luta pela conquista e permanência na terra têm sido submetidas por parte dos latifundiários e de instituições e órgãos governamentais (poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, do Ministério Público) e da mídia. A segunda diz respeito à recorrente participação de agentes do Estado, seja por ação direta ou por omissão, nos processos que culminam em massacres e chacinas dos trabalhadores rurais que lutam pelo acesso à terra. Essas situações são relatadas pelas lideranças como Maria Raimunda, Mano, Raimundinho, Cledeneuza, mas também pelos camponeses que vivenciam a realidade no campo e que não se inseriram nos movimentos sociais.

Ao relacionar fatos vinculados à criminalização das organizações dos movimentos socioterritoriais na luta pelo direito à terra, Afonso (2016) cita o caso das lideranças Charles Trocate e Maria Raimunda César, ambas vinculadas ao MST:

Incentivar o povo a se organizar e lutar por seus direitos é interpretado como fazer apologia ao crime. Em 2010, em Marabá, duas lideranças do MST, Charles Trocate e Maria Raimunda César, tiveram suas prisões decretadas por apoiarem famílias na ocupação da PA 150, na curva do "S", por ocasião do aniversário do Massacre de Eldorado dos Carajás. A polícia os acusou de estarem incitando os trabalhadores a praticarem crimes (Processo nº 2010.2.000133-9. Comarca de Curionópolis) (AFONSO, 2016, p. 149).

Os estudos e pesquisas desenvolvidas na e sobre a região demonstram que as conquistas por parte dos camponeses são possíveis a partir das lutas constantes, principalmente por meio das ações organizadas na luta por direitos e no enfrentamento aos abusos das autoridades estatais que, fechando os olhos para as necessidades dos camponeses, na maioria das vezes agem beneficiando os latifundiários e empresários locais. Apontam processos violentos que culminam em massacres e chacinas de camponeses, em execuções e assassinatos de muitos líderes sindicais ou de ativistas comprometidos com a defesa dos direitos desses sujeitos.

A violência que existe é estrutural e permeia as relações no campo desde antes da chegada dos militantes do PCdoB na área escolhida para a deflagração da guerrilha, intensificando-se após a eliminação desse movimento. As pesquisas realizadas por Hébette (2004b) analisa as ações de solidariedade entre os camponeses que tinham, de um lado, que enfrentar a violência dos latifundiários, a exemplo das reações dos ocupantes das áreas de castanhais aos abusos e violência da elite local e, de outro, resistir à violência policial e à falta de apoio e assistência por parte do Estado. Assim, de forma organizada, manifestavam-se perante a delegacia de polícia, ao INCRA, ao prefeito e mesmo ao governador, visando à conquista e defesa do direito à terra e de seus interesses.

Assim como Hébette (2004b), Queiroz (1969) também aponta a importância das organizações camponesas e das várias formas de manifestações na luta por melhores condições de vida e na reivindicação de direitos coletivos, organizações essas que funcionam como ferramentas de luta, de resistência, de enfrentamentos e como mecanismo de fortalecimento de identidades sociais.

Nesse sentido, o Senhor Abel associa a forma como os camponeses são tratados pelo Estado, através da polícia, e pelos fazendeiros da região, à ineficiência do governo para solucionar os conflitos fundiários, fazendo referência às chacinas e massacres ocorridos em períodos posteriores à Guerrilha.

Lá no Pau Darco morreu 10. Eu acho aquilo ali é uma falta de governo. Porque, você viu na Curva do S¹⁷? Ali foi matado 20, assim... o que nós vimos na época [...]. Se não foi morto mais gente...! Então ficou impune! Não teve nadinha. Até hoje os padres fazem aquela missa, mas aquilo não vale nada não. Então... aqui, na cabeça da ponte, aqui teve aquela outra em 86, né. Aquilo é falta de governo! É mal administrado nosso Estado, nosso país é mal administrado (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

A violência extrema exercida pela Polícia Militar contra os camponeses durante o Massacre de Eldorado dos Carajás, citado pelo Senhor Abel como “Curva do S”, bem como a pressão que a sociedade passou a exercer sobre o Estado e sobre o poder judiciário, influenciou para que o governo do Pará tomasse medidas, as quais representaram aspectos importantes das

¹⁷ O julgamento dos responsáveis pelo Massacre de Eldorado ocorreu em maio e junho de 2002. Foram condenados apenas o Coronel Mario Colares Pantoja (258 anos) e o Major Oliveira (128 anos), os quais, devido à demora no julgamento dos recursos por parte dos tribunais superiores, foram presos 16 anos após os crimes.

conquistas camponesas nos processos de luta pela terra. Dentre as medidas adotadas, destacamos as apontadas por Afonso (2016): a proibição da participação dos batalhões regionais da Polícia Militar nas ações de despejo de famílias que ocupam as propriedades improdutivas, atribuindo essa missão ao Batalhão de Choque de Belém, e a instalação da primeira Vara Agrária do Estado em Marabá, responsável por todas as ações possessórias em tramitação nas comarcas da região. A instalação dessa vara ocorreu por meio de Resolução publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado em 24 de novembro de 2001, sendo que a Lei estadual nº 14 que autorizou a criação das varas agrárias, tinha sido aprovado em 1993. Conforme apontado por Afonso (2016),

Aos poucos, juízes agrários passaram a adotar uma sistemática diferente no julgamento das ações como: o cumprimento da função social da propriedade, não reconhecer a posse dos fazendeiros em terras públicas, não decidir sobre pedido de liminar antes de ouvir o INCRA e o ITERPA. Nos anos seguintes, foram implantadas também na região, a Delegacia de Conflitos Agrários, a Defensoria Pública Agrária, a Ouvidoria Agrária Regional e a Promotoria Agrária (AFONSO, 2016, p. 126).

Os relatos dos camponeses, os dados das pesquisas e estudos sobre o campesinato e questão agrária, bem como a observação atenta da realidade nos permitem afirmar que, embora as atividades desses órgãos tenham, em muitos aspectos, contribuído para solucionar conflitos no campo considerando os direitos dos camponeses, o sul e sudeste do Pará ainda é a região do Brasil com o mais elevado número de assassinatos no campo. Os registros históricos feitos pela CPT demonstram que dos 912 casos de pessoas assassinadas no estado do Pará, no período de 1975 a 2015, entre trabalhadores rurais, lideranças, advogados e religiosos, 666 ocorreram no sul e sudeste paraense, um total de 73,02% das ocorrências.

Ainda conforme Afonso,

De acordo com levantamento feito pelo departamento jurídico da CPT em seu banco de dados e no banco de dados da Ouvidoria Agrária Nacional, em 846 assassinatos de trabalhadores rurais ocorridos no período de 1980¹⁸ a 2014 no estado do Pará, apenas 293 resultaram em um inquérito policial ou ação penal, muitos inclusive, já prescritos pelo decurso do tempo. Quer dizer, 65,36% dos assassinatos no campo no período sequer foram investigados. Os dados mostraram ainda que dos 293 assassinatos investigados, em apenas 62 (21,16%) deles os processos foram concluídos com o julgamento de algum responsável pelo crime. Sendo que, dos casos julgados, 14 mandantes foram condenados e 03 absolvidos, 29 executores e intermediários foram

¹⁸ No período anterior à 1980 há poucos registros no banco de dados da CPT nacional e do Pará.

condenados e 148¹⁹ absolvidos. Os dados comprovam a inoperância dos órgãos de segurança pública, do Ministério Público (responsáveis pelas investigações) e do Poder Judiciário (responsável pela condução das ações penais) em relação ao combate aos crimes no campo no Pará (AFONSO, 2016, p. 136).

Além de demonstrar a falta de atuação eficiente do governo, o Senhor Abel aponta o uso da força armada por parte do Estado para reprimir os trabalhadores rurais:

O Almir Gabriel não era pra ter mandado fazer aquilo, porque aquilo foi mandado dele lá! A polícia passou bem aí. Aquela que foi lá saiu daí, o Coronel Pantoja tava aí no destacamento aí dentro de Marabá, que foi que fez aquela lá na Curva do S. Esse do Pau Darco saiu de Redenção, mas saiu foi a força daqui também.... Então o quê? O governo! O governo do Almir Gabriel e desse Jatene tudo é um governo só (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

A partir dos estudos de Martins e de Oliveira (1988) pode-se argumentar que a atuação do Estado em relação à política de reforma agrária na região, bem como na Amazônia, assumiu outra feição a partir do início das ações militares de repressão ao movimento guerrilheiro, notadamente com a militarização da questão agrária por meio do GETAT, que ficou responsável pela regularização fundiária no sudeste do Pará, norte de Goiás (Tocantins hoje) e oeste do Maranhão, e do GEBAM. Os conflitos de terra foram violentamente reprimidos, atingindo trabalhadores rurais, lideranças e outros movimentos sociais de mediação. Além disso, a política de incentivos por parte da SUDAM e as alterações de orientação na política de colonização da Amazônia por parte do INCRA, materializada nas ações dos PNDs, do I PND (1972/1974) e do II PND (1975/1979), beneficiaram os empresários em detrimento dos pequenos colonos.

Conforme Ianni (1979), a colonização particular realizada por meio dos programas de desenvolvimento centrados nos polos agropecuários e agrominerais, a exemplo do Polamazônia, favoreceu a territorialização dos grandes monopólios de capitais privados, nacional e multinacional. O autor destaca que as razões de segurança persistiam nas políticas governamentais de colonização oficial e particular, principalmente pela continuidade das migrações espontâneas de trabalhadores rurais e suas famílias, pelas tensões e conflitos sociais e fundiários nas regiões de origem e de chegada.

¹⁹ Inclui os 142 policiais militares absolvidos no julgamento do massacre de Eldorado.

No que diz respeito ao campesinato, cabe uma análise mais detalhada, sobretudo considerando a análise feita por Martins (1980), de que *a política de reforma agrária na Amazônia foi influenciada pela Guerrilha do Araguaia*. Partindo do pressuposto de que os desdobramentos da repressão militar ao movimento guerrilheiro repercutiram na subjetividade dos camponeses envolvidos, influenciando nas organizações sociais de luta pela terra e pela reforma agrária, afirmamos que o legado da guerrilha para a Amazônia é a contribuição à compreensão do agravamento da questão agrária nessa escala.

Após relatar o legado de medo, por um lado, e da disposição para a continuidade da luta por direitos, por outro, Maria Raimunda reflete sobre as lições apreendidas pelos movimentos sociais com a Guerrilha do Araguaia que, na nossa compreensão, ajuda também a compreender a questão agrária na Amazônia.

Então assim, das muitas coisas que nós vivemos, eu acho que ficou certeza! Certeza de que ... as forças armadas elas... elas matam, elas violam tudo, elas não respeitam famílias, não respeita gente, não respeita o território. Então assim, essa é uma certeza né, do nível de violência do que eles são capazes, do que eles fizeram com crianças durante a guerrilha, fizeram com mulheres, do que fizeram com os homens, com trabalhadores nos vários territórios! Certeza de que também, que a Guerrilha traz essa certeza né, de que também é possível ter vitórias, porque foram muitas as vezes que também os guerrilheiros conseguiram ir para o enfrentamento e sair naqueles pequenos espaços de ações né, também sair vitoriosos. Eu acho que teve muitos momentos da Guerrilha, histórias da Guerrilha que foram é... que alimentam a nossa certeza, porque eles venceram muitas das vezes, demonstraram conhecimento do território, né, que quando conhece território enfrentou, só que depois esse aparato foi ficando maior né, muito maior, mas dentro do que eles planejaram eu acho que eles conseguiram levar por muito tempo é... Essa história né, do enfrentamento direto mesmo, fizeram muita coisa porque o tempo deles né, pelas dificuldades do tempo deles, pelo que a gente conhece da nossa região hoje, eu fico imaginando naquela época como não foi pra eles. Então eu acho que eles ajudaram a gente a chegar no que somos hoje, as organizações que a gente tem hoje (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

As transformações ocorridas no sudeste do Pará após o extermínio das forças guerrilheiras, conforme Genoíno, haviam sido previstas pelos idealizadores da Guerrilha, tendo sido uma das razões para a escolha da região por parte do partido. A repressão militar aos camponeses durante e após o movimento guerrilheiro esteve vinculada ao projeto desenvolvimentista e de integração nacional do regime militar, que projetou para a Amazônia planos e projetos de “ocupação racional” e de modernização conservadora, por meio da expansão da fronteira demográfica e econômica. Os grandes projetos iniciados na década de

1970 foram intensificados na década de 1980 e, nos dias atuais, continuam se expandindo, a exemplo das madeireiras, das usinas de ferro-gusa, siderúrgicas, carvoarias, mineradoras, hidrelétricas, e etc. Como resistência a essa expansão territorial do capital na Amazônia, expandem-se também as organizações camponesas, num processo contínuo e permanente de luta pelo direito à terra e pela realização de uma reforma agrária coerente com as reivindicações apresentadas pelos movimentos sociais.

Genoíno destacou o nível de violência e devastação da natureza e do meio ambiente promovido posteriormente pelo modelo desenvolvimentista do regime militar e continuado pelos governos posteriores.

O capitalismo chega uma hora que não tem limite! Destrói o ser humano e a natureza, não tem jeito né! A mesma violência que fazia com os guerrilheiros, fazia com as árvores, com os rios, aquela desgraceira geral. [...]. É um tipo de progresso que não é humano! Ele é destruidor, ele é selvagem, ele é arrebatador! Isso para mim fica... isso aí fica muito forte na região. A gente tinha uma ideia que ia dar nisso (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

Nessa perspectiva, Genoíno afirma que a Guerrilha deixou um legado político, no sentido de ter sido uma forma de resistência num contexto de ditadura, mas também de ter, a partir de uma avaliação correta da realidade regional, antecipado a eclosão de conflitos que, inevitavelmente, ocorreriam. Além disso, o ex-guerrilheiro aponta também o fato de que a ocorrência da Guerrilha deu visibilidade à região e seus problemas, inserida na Amazônia, na pauta política do país.

Eu discuto o legado político da Guerrilha. Pra mim, o principal legado político da Guerrilha foi uma luta de resistência no momento que você não tinha outro caminho para fazer oposição. Aí você tem uma legitimidade intrínseca, independente de ganhar ou perder, porque uma luta você não avalia pelo resultado dela. Primeiro lugar isso aí. Segundo, eu acho que o legado... eu acho que a gente antecipou na região a série de conflitos que ia explodir, a gente antecipou. No meu modo de entender a gente, de uma certa maneira a gente... eu acho que os companheiros que escolheram o Araguaia, que foi um grupo pequeno, tiveram clareza do que ia... foram visionários de saber o que aquilo ali ia explodir. E eu acho que esse foi um dos legados. O outro eu acho que foi colocar a região na pauta do país, por exemplo, você sabe que discutir Amazônia sem começar a discutir o Sul do Pará não existe! Seja para o bem e para o mal: violência, destruição, e etc. Eu não tô com isso justificando que a gente podia ser vitorioso, eu não tô fazendo um julgamento do que foi feito lá do ponto de vista do resultado da Guerrilha. Eu tô dizendo para você que o exemplo heroico dos companheiros e das companheiras que morreram lá, que não foram identificados – só dois – eu acho que não foi um martírio, um

sacrifício em vão! Acho que foi uma coisa legítima pelas condições daquela região. Então, eu não tô pegando o legado pelo resultado positivo. Tô pegando o legado pelo significado até simbólico, de narrativa, no sentido da subjetividade do que representou aquela região (Entrevista concedida por José Genoíno Guimarães Neto, em 04 de julho de 2019, em São Paulo-SP).

A luta pela terra tem sido constante em toda a região Amazônica. As diversas formas de luta demonstram que a transformação é um processo contínuo, de rupturas e construção de possibilidades com a diversidade de sujeitos sociais que compõem o campesinato. Os desafios, conforme demonstrado por Maria Raimunda, são muitos, mas as conquistas se tornam possíveis pela luta organizada e participativa, que dão visibilidade às demandas dos camponeses na relação com o latifúndio e com o capital, e denunciam a violação de direitos no campo e a violências exercida pelo latifúndio.

O MST também conseguiu fazer aqui na região, no Brasil como um todo, avançar processos organizativos que dão visibilidade pra situação da terra no país, para a situação da terra daqui do estado do Pará, dar visibilidade pros altos índices de violência que tem e para fazer esses enfrentamentos, assim como o Movimento Sem Terra consegue apresentar o que é possível ser feito nos territórios que são democratizados, como a terra, então, os nossos assentamentos, com o que eles podem, as famílias com... dada as condições, o que são capazes de fazer né, de organizar a vida, a educação, a saúde, o, lazer e a produção (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A reforma agrária tem sido uma bandeira de luta importante dos movimentos socioterritoriais do campo. Para Maria Raimunda, ela faz-se necessária como forma de garantir o direito à terra.

Dos vários desafios né, que a gente tem, aos poucos a gente também consegue dar resposta pra sociedade, de cada um deles e, principalmente esse de que a reforma agrária, só um processo amplo de reforma agrária né, o processo de vida que respeita essa dinâmica dos seres humanos com a natureza, de... vai dar as possibilidades pra gente estruturar um país numa outra perspectiva mesmo, mais soberano. Eu acho que a gente tem feito a partir dos desafios da organização da luta pela terra.

[...]

E a gente tem conseguido fazer isso, fazer essas denúncias de violação de direito e dizer que um processo de reforma agrária dá conta de fazer, que ele é necessário, com os poucos territórios que a gente tem, a gente tem poucos territórios ainda é... que estão conquistados pelos trabalhadores e que tem tentado apresentar essas formas produtivas e que são formas produtivas ainda em condições precárias né porque a situação do camponês, os assentamentos né tem muitos, muitos limites ainda, muitas ausências de políticas públicas né,

ausência do Estado como esse apoiador e fomentador de políticas pra a agricultura. Mas a gente tem feito, temos feito o suficiente pra dizer pra sociedade de que a luta pela terra e os assentamentos são alternativas pro país, apesar de que a gente tem avançado pouco da sociedade compreender e entender que a gente, a agricultura camponesa é uma alternativa pra a soberania alimentar, pra a soberania do país. Eu acho que esse tá dentro dos nossos desafios (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A luta pela reforma agrária requer o questionamento e enfrentamento do projeto de sociedade e de organização do campo, baseado no latifúndio e no processo de expropriação e exploração exercida contra os camponeses. O MST, assim como a CPT e outros movimentos e organizações sociais, tem dado visibilidade aos conflitos agrários e à violência do latifúndio.

Com relação ao MST, Maria Raimunda relata:

Temos conseguido fazer isso né, fazer as denúncias da violência desse latifúndio, dar visibilidade a isso: o latifúndio é violento, ele estrutura a morte, a morte da natureza, a morte das nossas riquezas, dos nossos territórios e recursos e riquezas que a gente tem naturais. Então, ele mata mesmo, mata gente, mata rio, mata floresta, mata animal, mata tudo, porque essas imposições mesmo do poder, da ordem, do latifúndio, na região, desterritorializa essas formas de vida (Entrevista concedida por Maria Raimunda César de Sousa, em 27 de agosto de 2019, em Marabá-PA).

A forma como o Senhor Abel interpreta a atuação dos movimentos sociais que lutam pela terra demonstra o entendimento que ele tem a respeito dos processos de grilagens que ocorrem na região e o processo de exploração e expropriação dos camponeses por parte do latifúndio. Para o Senhor Abel,

O latifundiário, ele não gosta do trabalhador, então todo tempo ele é assim, ele não quer... Não gosta de pobre! Né nem o trabalhador, é o pobre, porque o cara que vai enfrentar essa juquira, essa roça, essas coisas no mato ele é pobre! O rico fica de cá e bota o pobre lá. [...]. Ele tá com a terra, bota o pobre lá, explora, e depois ele toma. Manda matar... (Entrevista concedida por Abel Honorato de Jesus, em 05 de agosto de 2018, em Marabá).

As políticas de desenvolvimento, privilegiando a classe capitalista em detrimento dos povos do campo, indígenas e camponeses que, na Amazônia, são identificados como assentados, sem terras, posseiros, parceiros, rendeiros, colonos, pequenos agricultores, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, castanheiros, pescadores, etc., contribuíram para a configuração de uma sociedade desigual, de estrutura fundiária concentrada e fortemente marcada por conflitos envolvendo a diversidade de sujeitos sociais, de luta de classes pela terra

e entre povos pelo território, pela produção e reprodução social frente aos projetos desenvolvimentistas com promessas de modernização, industrialização e urbanização.

Essas lutas expressam a situação de exclusão social a que essa classe social tem sido submetida. Ao afirmar que o campesinato é a vítima do processo político autoritário do Estado Brasileiro, Martins (1985) enfatiza:

Boa indicação nesse sentido é que suas lutas e reivindicações, suas concepções de direito ao trabalho e à terra, suas concepções de liberdade, têm sido rechaçadas com extrema violência ao longo da história contemporânea do Brasil. Os camponeses constituem a única classe social que impôs derrotas militares ao Exército e que sofreu massacres impiedosos, em Canudos (Bahia, 1897) e no Contestado (Santa Catarina, 1912/1916). Quando os trabalhadores rurais tentam ampliar seus direitos ainda muito restritos, quando tentam democratizar o acesso à terra, são reprimidos ou cercados (MARTINS, 1985, 105).

Dentre os conflitos ocorridos na região do Bico do Papagaio, o que teve maior dimensão histórica e política foi o que envolveu militantes do PCdoB, camponeses e as Forças Armadas, principalmente o Exército. As repercussões no campesinato regional alcançam os dias atuais. Nessa perspectiva, a Guerrilha situa-se entre as formas de resistência ao processo político autoritário do Estado brasileiro, em suas diferentes escalas de atuação, juntamente com alguns dos acontecimentos políticos protagonizados pelo campesinato que, conforme Martins (1981), estão entre os mais importantes da história contemporânea do Brasil.

[...] o campesinato brasileiro é a única classe social que, desde a Proclamação da República, tem uma reiterada experiência direta de confronto militar com o Exército: em Canudos, no Contestado, e, de um outro modo, em Trombas de Formoso; ou, então, uma experiência de intervenção direta do Exército: na insurreição do Sudoeste do Paraná, no Nordeste, e mais recentemente nos conflitos camponeses do Araguaia-Tocantins (MARTINS, 1981, p. 27).

A questão agrária na Amazônia, dessa forma, é uma das expressões das contradições do capital, e torna-se cada vez mais complexa, evidenciada através das diversas lutas travadas pela diversidade de sujeitos que compõem o campesinato.

CONSIDERAÇÕES

Os procedimentos adotados nesta pesquisa procuraram construir uma cartografia dos mapeamentos feitos pela memória coletiva, no sentido de descrever e analisar as dinâmicas socioterritoriais do campesinato do sudeste paraense tendo como ponto de partida o contexto histórico de ocorrência da Guerrilha do Araguaia (1967-1975), e as experiências vividas por camponeses que foram envolvidos no conflito armado entre Forças Armadas e guerrilheiros (1972-1974). Nesse sentido, procedemos à descrição de histórias de vida e trajetórias, relações sociais, conflitos de interesses e jogos de poder, enfrentamentos, lutas e modos de construção de subjetividades, bem como apontamos espaços de fuga e resistência.

O procedimento metodológico nos possibilitou construir uma cartografia de memórias considerando os desdobramentos dos fatos no tempo e no território.

Partindo do pressuposto de que a cartografia funciona como procedimento de análise, bem como uma ferramenta para a desmontagem de dispositivos, desenvolvemos a pesquisa a partir das experiências vivenciadas pelos sujeitos e dos conhecimentos e representações que constroem sobre elas. Sendo assim, a tese ora apresentada expressa a relação entre sujeitos sociais (camponeses e lideranças dos movimentos socioterritoriais) e pesquisadora, na qual ambos detêm conhecimentos importantes para o trabalho em questão. Essa perspectiva possibilitou a complementação entre conhecimento científico e conhecimento prático, pois os

sujeitos sociais entrevistados detêm conhecimentos a partir do vivido e do concebido, o qual orienta e dá sentido à construção da cartografia de memórias.

A construção do conhecimento se deu a partir de uma relação dialógica, processual, dinâmica e flexível, uma vez que a elaboração do conjunto de entrevistas procurou dialogar com o grupo de colaboradores entrevistados e com o contexto externo. Além disso, promovemos interações com fontes bibliográficas e documentais, o que nos permitiu aprofundar a compreensão sobre a aproximação dos fatos ocorridos no passado com as permanências no tempo presente.

A cartografia-analítica das trajetórias e histórias de vida foi construída associando as memórias das experiências, dos conflitos e dilemas vivenciados pelos sujeitos, explicitando as práticas tradicionais que caracterizam as territorialidades, com o território e com a representação elaborada dos lugares. Descrevemos não apenas os lugares vinculados à repressão e resistência política, mas também as diferentes territorialidades identificadas no processo de construção das dinâmicas do campesinato na região do Araguaia antes, durante e após o conflito armado, a partir da multiplicidade de olhares e modos de vida dos moradores da região.

À luz das reflexões feitas por Alberti (2004) sobre as possibilidades de pesquisa, partimos do pressuposto de que a história oral, ao perpassar a experiência histórica do entrevistado, tem um elevado potencial de ensinamento do passado, no sentido de evidenciar fatos, informações e conhecimentos sobre a sociedade, a cultura ou o grupo ao qual eles pertencem. As entrevistas realizadas, nessa perspectiva, priorizaram a narrativa de experiências concretas e possibilitaram o registro de acontecimentos nem sempre documentado pela história oficial, significando mais do que uma “versão” do passado, na medida em que nos permitiram conhecer e compreender de forma mais aprofundada a realidade social, em suas dimensões passada e presente.

Ao argumentar que as formas de concepção do passado são também formas de ação, Alberti (2004, p. 33) afirma que “conceber o passado não é apenas selá-lo sob determinado significado, construir para ele uma interpretação; conceber o passado é também negociar e disputar significados e desencadear ações”. Concebendo a história oral enquanto fonte, a autora compreende que “uma entrevista de história oral é, ao mesmo tempo, um relato de ações passadas e um resíduo de ações desencadeadas na própria entrevista” (ALBERTI, 2004, p. 34), seja no sentido de que consiste num resíduo de uma ação interativa de comunicação entre entrevistado e entrevistador, seja no fato de consistir num resíduo de uma ação de interpretar o

passado, enfatizando a possibilidade de a entrevista documentar as ações de constituição de memórias, tanto do entrevistado quanto do entrevistador.

Tomando a constituição de memória como objeto de estudo, recorreremos às proposições de alguns estudiosos, principalmente, de Michael Pollak (1989) e de Nildo Viana (2020), os quais redefinem a concepção de memória coletiva elaborada por Maurice Halbwachs (1990), evidenciando o processo conflituoso e de disputas em torno da constituição e solidificação das memórias na sociedade capitalista.

Embasadas na pesquisa bibliográfica, sobretudo, referente à Geografia Agrária, compreendemos a Guerrilha do Araguaia (1967-1975) dentro da lógica dos conflitos por territorialização, fazendo parte de projetos divergentes para a ocupação, apropriação e uso da terra na região amazônica, envolvendo diferentes sujeitos, grupos e classes sociais, com interesses antagônicos e inconciliáveis.

A análise do período histórico e das relações e aspectos ideológicos que motivaram o planejamento do movimento guerrilheiro e as ações militares de cerco e aniquilamento a ela, articulando-as em escalas regional e nacional, bem como considerando a relação entre as políticas do Estado-nação e as dinâmicas geopolíticas internacionais do período, nos permitiu compreender melhor as consequências e os desdobramentos do conflito armado no campesinato e nas vidas dos sujeitos sociais que o constitui.

A região do Araguaia, escolhida para a deflagração da guerra popular prolongada, já estava em disputa entre as classes sociais, tendo o Estado como mediador apoiando a classe dominante dos grandes proprietários de terras, fazendeiros e empresários agrícolas. A região estava nos planos estratégicos do governo federal como destinada a receber investimentos de empresários capitalistas visando desenvolver a Amazônia e integrá-la ao centro do país. Para ela, estava reservada o incentivo ao desenvolvimento da agricultura capitalista, ainda que, contraditoriamente, sem eliminação do trabalho não capitalista.

Nessa perspectiva, as memórias demonstram que a violência brutal exercida sobre o campesinato durante a repressão militar ao movimento guerrilheiro foi uma ação deliberada do Estado ditatorial como um dos meios para assegurar a implementação do projeto desenvolvimentista nacional. Dentro dos objetivos geopolíticos do governo federal, influenciados pela Doutrina de Segurança Nacional, sustentada pela concepção de Segurança e Desenvolvimento, a região sudeste do Pará, inserida na Amazônia Oriental, foi concebida como estratégica. Com o discurso nacionalista, planejaram e executaram ações que refletiam preocupação geopolítica, visando promover o desenvolvimento nacional, a promoção do

capitalismo e o combate ao suposto inimigo interno, influenciado pelo comunismo internacional.

Entre os anos de 1960 e 1970, a região foi alvo de implementação de políticas públicas por meio de planos nacionais e regionais de desenvolvimento, para a integração e “ocupação racional” do território visando promover a “defesa” do território e a “segurança” nacional, dentre eles, o PIN, os PND’s I e II e o PDA, orientados para o crescimento econômico. A esses planos, somaram-se outras medidas implementadas durante e após a repressão aos guerrilheiros, para exercer o controle sobre a região e a população, além de excluir os camponeses das políticas do II PND, o qual priorizou a colonização através de incentivos fiscais aos grandes projetos. O Estado agia, numa região que já era fortemente marcada por conflitos pela posse da terra, no sentido de tentar esvaziar o campo e possibilitar melhores condições à expansão territorial do capital.

A análise da memória coletiva dos camponeses, à luz da bibliografia sobre a questão agrária e sobre a Guerrilha do Araguaia, nos possibilitou aprofundarmos a compreensão acerca dos fatos vivenciados pelo campesinato sob influências da presença da organização guerrilheira e da repressão militar.

A repressão militar ao campesinato durante as Campanhas de Cerco e Aniquilamento à organização guerrilheira, fez parte das estratégias de desterritorialização do campesinato implementadas pelo regime militar para viabilizar as condições adequadas à livre expansão dos projetos agropecuários na Amazônia. Dessa forma, os impactos nas condições de vida dos camponeses, nos aspectos materiais e simbólicos de existência, foram analisados considerando a política de desenvolvimento nacional colocada em prática desde 1966, contexto em que o campesinato da região do Araguaia paraense tornou-se um problema econômico e político à ser superado para que os planos do governo federal fossem efetivados.

A repressão que se abateu indiscriminadamente sobre os camponeses não tinha por objetivo apenas exterminar o movimento guerrilheiro, ao qual aderiram algumas dezenas de camponeses, por considerá-lo ameaça ao regime ditatorial estabelecido. A repressão visava também cercar e esvaziar os conflitos por meio da desterritorialização do campesinato, no sentido de destruir as bases sob as quais pudessem emergir qualquer possibilidade de organização política e mediações não institucionais e duradouras na luta pela terra, que pudessem significar obstáculo à expansão dos projetos capitalista na região.

As táticas de desterritorialização visaram, sobretudo, à destruição das possibilidades de produção e reprodução camponesa, a qual tem como elementos caracterizadores: a propriedade

familiar da terra e de outros meios agrícolas de produção; a produção para o autoconsumo, com possibilidade de venda de excedentes ou de produtos deliberadamente cultivados para a comercialização, sustentada na força de trabalho dos membros da família, bem com as práticas de sociabilidade e as relações de solidariedades, entre outros. Foram esses elementos que o Exército procurou descaracterizar ao reprimir violentamente os camponeses durante o extermínio dos militantes do PCdoB.

As Forças Armadas procuraram promover o divórcio entre os produtores autônomos e a posse dos seus meios de produção, principalmente através da expulsão da terra e da destruição dos instrumentos, dos meios de produção e dos produtos de trabalho. Além da fragmentação ou inviabilização da força de trabalho familiar, desestruturaram e desarticularam as condições de sociabilidade e as bases das relações de solidariedade camponesa. Os camponeses foram proibidos de produzir para o autoconsumo, de consumirem o que já tinham produzido e também de venderem os excedentes da produção, além de serem impossibilitados desenvolver atividades extrativistas.

Considerando o fato de ser a família camponesa um trabalhador coletivo, a separação dos membros da família representa um obstáculo às condições de reprodução. A unidade de produção e consumo ficou comprometida, considerando que ela se sustenta pelo trabalho familiar - em que as atividades são divididas conforme a idade, o sexo de cada membro, embora não de forma absoluta, e as condições naturais do trabalho, ou seja, o grau de penosidade inerente às atividades. Embora na unidade de produção camponesas muitas mulheres, quando necessário, realizem o trabalho dos/com os homens, a permanência delas nas propriedades, em muitos casos, ficou inviável, pois o Exército procurou explorar as vulnerabilidades às quais ficaram expostas. Conforme demonstrado, não bastava dificultar, era imperativo impossibilitar essa permanência com a destruição das condições de existência – roças, relações de vizinhança, liberdade e autonomia na realização das atividades externas e no ambiente doméstico.

Nessas circunstâncias, a retirada do chefe de família e, em alguns casos, da mulher e do marido, ou mesmo da família inteira da terra, submetendo-os às prisões arbitrárias, torturas físicas e psicológicas, ou mesmo o remanejamento forçado para outras localidades, cumpria claramente o objetivo de destruir as possibilidades da reprodução camponesa e contribuir para que as terras fossem apropriadas por latifundiários.

Dentre as consequências que mais afetaram os camponeses, destaca-se os processos territoriais, situação em que muitos foram deslocados de suas posses. Alguns conseguiram retornar à terra, a exemplo dos Senhores Camilo e Manoel, porém tiveram que migrar em busca

de terras melhores para morar e trabalhar. Os que perderam a posse da terra durante a guerrilha, seguiram em busca de novo chão em outras áreas do sudeste do Pará, ou em outros municípios, ou mesmo em outros estados. Uns retornaram à região e compraram pequenos sítios (Antônio “Precatão”, Ruiderval); outros ocuparam terras devolutas ou latifúndios improdutivos que não cumprem a função social (Lauro Rodrigues, Cledeneuza). Alguns foram estabelecidos pelo Exército em lotes localizados nas estradas Operacionais (Abel) e posteriormente migraram para outras áreas e, até os dias atuais, trabalham com agricultura camponesa.

A forma como as Forças Armadas reprimiram os “paulistas” e os camponeses que aderiram ou que foram suspeitos de aderirem ao movimento guerrilheiro, é relembada ou rememorada focando, principalmente, o ataque aos elementos da produção e reprodução camponesa. Esse fato é insistentemente relatado pelos camponeses.

Além dos relatos analisados nessa pesquisa, as oitivas realizadas pela Comissão da Verdade do Estado Pará, os depoimentos concedidos à Comissão Nacional da Verdade (CNV) e ao Ministério Público Federal, à Comissão de Anistia, ao Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), aos projetos de pesquisa, às pesquisas para produções acadêmicas – teses, dissertações e monografias -, evidenciam a intenção de destruição das condições históricas e sociais de reprodução do campesinato na região. Assim, enfatizam a destruição das casas, das lavouras, a tortura e os espancamentos que deixaram centenas de camponeses impossibilitados de realizar o trabalho nas roças, a expulsão das posses, a separação dos membros da família e o remanejamento para outras localidades ou mesmo submetendo-os as novas migrações.

Dessa forma, ainda que as Forças Armadas tenham recorrido a apropriação de alguns elementos caracterizadores do modo de vida camponês para se aproximar dos camponeses e conquistar a confiança e apoio dos mesmos na caça aos “terroristas”, o aspecto que sobressaiu foi a violência extrema empregada na desarticulação do campesinato. Visavam não apenas desmobilizar possíveis bases de apoio aos “paulistas”, como também destruir preventivamente os resquícios de energia política contidos nos conflitos fundiários que pudessem potencializar a organização social e política de resistência do campesinato ao projeto desenvolvimentista pensado para a região. É nessa perspectiva que interpretamos também a intervenção militar na questão agrária após a eliminação do movimento guerrilheiro.

A violência e repressão utilizada pelo Estado contra o campesinato sob a justificativa de que fazia parte das operações de eliminação do movimento terrorista contrário ao regime militar, continuou na região sob a alegação de que atendia ao objetivo de prevenir novas organizações subversivas, envolvendo também agentes religiosos e lideranças sindicais.

Os camponeses evidenciaram nos relatos, a presença de agentes vinculados ao Serviço Nacional de Informações e ao Centro de Inteligência do Exército no sul e sudeste do Pará, desenvolvendo ações de controle e vigilância da população camponesa. Houve a manutenção dos quartéis/Organizações Militares construídos na região e o município de Marabá e de Imperatriz continuaram como áreas de Segurança Nacional. Além do silenciamento imposto aos camponeses que foram envolvidos no conflito, a presença de órgãos da repressão procurou intimidar e reprimir a possibilidade de reorganização de movimentos guerrilheiros por ou sob influência de grupos considerados subversivos.

Assim, as operações militares durante a repressão à organização guerrilheira, bem como a militarização da questão agrária após a eliminação desse movimento, consistiram em verdadeiras ações de limpeza da área, de tentativas de destruição de vínculos materiais e simbólicos dos camponeses com os lugares onde estavam territorializados, atendendo aos interesses geopolíticos e econômicos do governo militar para a Amazônia, que já estavam sendo colocados em prática desde a segunda metade da década de 1960.

Os relatos demonstram que a violência empregada pelas Forças Armadas na expulsão dos camponeses de suas posses, a destruição das casas, de lavouras e desarticulação das relações de vizinhança e de solidariedade, surtiu o efeito esperado apenas num primeiro momento, ao impor o medo através da violência extrema e desmobilizar os núcleos camponeses que, a princípio, articulavam-se politicamente com os guerrilheiros. Porém, tal violência não conseguiu suprimir as possibilidades de organização e luta de resistência dos camponeses que, na visão do regime ditatorial, seria empecilho às condições consideradas ideais ao desenvolvimento econômico. Como expressão das complexas contradições do processo de reprodução ampliada do capital, notadamente, por meio da expansão dos projetos agropecuários, observamos que, embora o campesinato tenha ficado fragilizado durante e após o extermínio militar à organização guerrilheira, os processos socioterritoriais desse contexto criaram um terreno fértil à construção da resistência e persistência do campesinato.

Num contexto de militarização da questão agrária na Amazônia e, notadamente, no Bico do Papagaio, as ações do Estado contribuíram para tornar mais intensos e prolongados os conflitos fundiários. Sob a justificativa ideológica, criada a partir da criminalização dos movimentos organizados de luta pela terra e das entidades de mediação, de que o campesinato era potencialmente subversivo, os trabalhadores rurais e as lideranças camponeses, sindicais e religiosas foram sistematicamente perseguidas, ameaçadas e assassinadas pelo latifúndio, com participação direta ou indireta de órgãos e agentes do Estado. Os camponeses demonstram

também a continuidade da grilagem; a legitimação por meio de dispositivos legais de grandes impactos ambientais; atuação do Estado em favor dos grandes grupos econômicos e ineficiência de suas ações e políticas para no que se refere à reforma agrária e aos interesses dos camponeses.

Foi essa repressão, continuada e ampliada no período pós guerrilha que despertou a necessidade de resistência organizada na luta pela terra. Os relatos nos mostram que o desenvolvimento da consciência do campesinato sobre a questão agrária na região, sobre os processos ilegais de grilagens e expropriação violenta de camponeses tendo o Estado como apoiador dos grandes proprietários, fazendeiros e grileiros, permitiu aos camponeses permanecerem no campo. No entanto, a análise da memória nos permite defender que essa conscientização e motivação direta para a luta pela terra se deu menos durante a atuação dos guerrilheiros e da repressão militar, e muito mais no período pós Guerrilha. Essa conscientização do campesinato se deu em meio à intensificação dos antagonismos e da luta de classes no campo, com a mediação dos setores da Igreja Católica (CPT, CEB's), dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e de outros movimentos socioterritoriais, que tiveram e tem a participação de camponeses e lideranças locais que se filiaram ao PCdoB no contexto posterior à eliminação militar dos guerrilheiros, mas também de vários outros sujeitos presentes na região. Os relatos demonstram também que a resistência do campesinato se deu em função da necessidade de resistir à violência que o Estado, o capital e o latifúndio exercem, historicamente, contra o campesinato e que, na região do Araguaia, tornou-se mais intensa durante a repressão militar do movimento guerrilheiro, ampliando-se após sua eliminação.

Nessa perspectiva, apontamos que a organização guerrilheira teve uma influência relativa na organização do campesinato, na medida em que atraiu a atenção do Estado e das Forças Armadas que, por sua vez, reprimiram sistematicamente os camponeses da região e deixaram um rastro de terror, insegurança, desconfiança e medo entre os camponeses. Foi emergindo um processo de compreensão da condição social e dos impasses e empecilhos à reprodução social das famílias camponesas, forjando a necessidade da organização política por meio dos sindicatos e dos movimentos socioterritoriais que têm mediado a luta pela terra e pela reforma agrária, contribuindo para o processo de recriação e fortalecimento do campesinato regional.

Os camponeses não herdaram da organização guerrilheira a conscientização e motivação direta para luta. Em que pese a relevância da participação de camponeses envolvidos na Guerrilha em conflitos pela posse da terra, as memórias aqui analisadas apontam também

casos de camponeses que se retiraram da luta devido ao medo da violência extrema a que foram submetidos durante a repressão militar à organização guerrilheira.

A violência com a qual o movimento guerrilheiro foi reprimido pelo Estado foi uma expressão do autoritarismo institucional agravado num contexto de ditadura, em que o uso sistemático de ações de guerra não convencional, violou direitos humanos e dispositivos previstos na Convenção de Genebra. Após o fim do conflito têm sido mobilizadas estratégias judiciais e meios não judiciais como medidas de justiça de transição, dentre as quais a criação da Lei de Anistia, medidas de reparação econômica e moral, pretensão de julgamentos e punições de criminosos, revelação da verdade para as vítimas, seus familiares e para a sociedade, instituição de Comissões de Verdade e outras formas de investigação do passado.

Os estudos bibliográficos demonstram que as consequências da Guerrilha repercutiram não somente na região de sua ocorrência, mas também nacionalmente e internacionalmente, no que diz respeito às graves violações dos direitos humanos. Em 2010, a Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) condenou o Brasil pelas atrocidades cometidas contra camponeses e guerrilheiros durante a repressão à Guerrilha. Além disso, os trabalhos realizados pela Comissão Nacional da Verdade, pela Comissão de Anistia, pelo Grupo de Trabalho Araguaia (GTA), coordenados pelo Ministério da Justiça, e os Projetos relacionados ao direito à memória e à verdade ligados à Presidência da República, têm promovido (alguns suspensos atualmente) ações no sentido de contribuir com esclarecimentos relacionados aos crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura, os quais têm sido demandados pelos familiares dos desaparecidos e pela sociedade em geral.

Alguns dos camponeses que foram envolvidos na guerrilha permaneceram silenciados por muito tempo ou tiveram suas memórias marginalizadas. Devido ao medo deixado pela repressão militar, muitos se retraíram da luta pela terra, dos processos de ocupação de terras e de participação nas organizações sindicais. Por outro lado, a continuidade da repressão também despertou a necessidade da resistência e muitos inseriram-se nesses movimentos sociais. Atualmente, reconhecem a necessidade imperiosa da memória para evitar o esquecimento do ocorrido, bem como reivindicam o reconhecimento público de seus envolvimento no conflito armado e evidenciam outros conflitos e demandas atuais.

Muitos camponeses se dispõem a relatar as experiências vivenciadas durante a repressão militar à organização guerrilheira, na expectativa de evidenciar as “violações à integridade” e os “danos patrimoniais” sofridos, no sentido de contribuir para que o Estado reconheça as condições legais para a concessão de anistia política e para a reparação das perdas materiais.

Além disso, a exteriorização das memórias sobre as atrocidades que os atingiram é uma estratégia para dar visibilidade social no sentido de resguardarem a si próprios ou as lideranças e conjunto de integrantes das organizações socioterritoriais dos quais fazem parte, das violências promovidas de forma clandestina pelas forças privadas do latifúndio, por agentes do Estado e pelo capital. As formas de violência têm sido agravadas com o processo de criminalização a que essas organizações têm sido submetidas, muitas vezes comparadas às organizações terroristas.

É nesse sentido que interpretamos o significado dos relatos relacionando, na maioria das vezes, os nomes dos camponeses que vivenciaram as mesmas experiências, bem como as demandas, algumas das quais decorrentes da ação do Estado durante repressão à guerrilha ou mesmo após, e reivindicações que mobilizam o campesinato na luta organizada pela terra e pela reforma agrária atualmente. Essa publicização fortalece a resistência camponesa na medida em que chama a atenção da sociedade e dos seus representantes políticos para a questão agrária como um problema estrutural da sociedade capitalista e para a necessidade de sua resolução.

No contexto da questão agrária na Amazônia, o Estado tem recorrido à violência e repressão contra os camponeses até os dias atuais como forma de conservar a constituição de uma organização societária desigual, hierarquizada, fundamentada em princípios oligárquicos e conservadores. As experiências relatadas demonstram que as ações de defesa e resistência contra a violência, bem como as reivindicações de direitos contra privilégios, são identificadas pela classe dominante como um perigo que ameaça permanentemente à ordem instituída.

Ao evocarem as lembranças dos fatos e acontecimentos vivenciados, estabelecendo uma inter-relação entre passado e presente, os sujeitos sociais evidenciam importantes aspectos que contribuem para refletirmos a constituição de territorialidades e de subjetividades em uma campesinato marcado por conflitos no decorrer de sua formação e história. Além disso, apontam processos complexos no exercício que fazem de compreensão, explicação e (re)construção social da realidade, demonstrando a influência da presença de guerrilheiros e de militares nas novas configurações sociais, espaciais e territoriais do campesinato na região.

A análise da memória coletiva, a observação da região, o diálogo com fontes documentais e bibliográficas, demonstram que após a repressão militar à organização guerrilheira, e mesmo como consequência dela, as condições sociais em que os camponeses viviam não foram alteradas de forma substancial. O que nos leva a refletir que o descaso governamental para com essa região e a questão agrária não se dá apenas devido à falta de possibilidades de implementação de políticas públicas, mas como parte de um projeto que

continua sendo desenvolvido, que beneficia diferentemente os grupos e classes sociais inseridas nesse contexto.

Os camponeses demonstram que os planos, políticas e programas de integração nacional e de desenvolvimento, do governo federal, sustentados na ideia de “vazio” demográfico, econômico e civilizatório da Amazônia, gerou intensos conflitos que perduram até os dias atuais. Apontam para as formas de organizações nas disputas pela posse, uso, permanência na terra, as quais os possibilitam resistir a esse projeto oficial de desenvolvimento e à subordinação ao capital, num processo permanente de recriação do campesinato. As experiências relatadas nos permitem afirmar que o protagonismo dos camponeses, que historicamente resistem às formas de dominação e opressão, constrói condições de transformação social e contribui para a configuração do campesinato na região, para a legitimidade das lutas e enfrentamentos, do passado e do presente.

As memórias, expressas em coletividade, deixam transparecer melhor os meandros tortuosos dos processos sociais vivenciados pelos sujeitos. Nesses momentos, a evocação e expressão das memórias é perpassada pela interatividade, e as lembranças são sustentadas pela continuidade, no tempo, dos grupos por meio das comunicações orais e articulações sociais que reforçam os sentidos atribuídos às experiências vivenciadas coletivamente, legitimando-os. A memória, nessa perspectiva, configura-se como um suporte de coesão social dos grupos de pertença, como também de instituições, na medida em que compartilham formas semelhantes de conceber e interpretar o passado, lançando luz sobre aspectos específicos que marcaram e impactaram a cotidianidade. Dessa forma, observa-se o compartilhamento de representações que emergem de sentimentos, sensações, comportamentos, práticas e atitudes provenientes das experiências construídas socialmente por sujeitos que compartilham o mesmo modo de vida, no decurso de tempo, e que também partilham perspectivas que legitimam projetos futuros.

As memórias expressam as lutas, os enfrentamentos, as dinâmicas espaciais, socioeconômicas, culturais e políticas nas quais o campesinato da região do Araguaia está inserido, desde sua formação, perpassando pelas contradições e conflitos vivenciados nos contextos histórico e social de antes, durante e após a repressão militar à organização guerrilheira. Apontam elementos que contribuem para o entendimento de fatos e acontecimentos do passado recente, amplificando vozes até então silenciadas ou mesmo desconsideradas, possibilitando a ampliação da visibilidade das diferentes “versões” sobre as experiências vivenciadas pelo campesinato nas últimas décadas.

O peso simbólico do envolvimento do campesinato na organização guerrilheira e na repressão militar é expresso nos relatos ao fazerem referência aos acontecimentos mais graves de conflitos por terra ocorridos no sudeste do Pará a partir da segunda metade da década de 1970, a exemplo do Conflito de Perdido (1976) e do conflito do Cajueiro (entre 1979 e 1981), ambos na região de São Geraldo do Araguaia, bem como ao Massacre de Eldorado dos Carajás, em 1996. Nesses conflitos, evidenciam influência da Guerrilha do Araguaia, seja dos desdobramentos da organização guerrilheira nas ações dos posseiros ao resistirem com armas nas mãos; seja das ações dos militares ao reprimirem os camponeses, considerando-os como subversivos influenciados por possíveis resquícios terroristas.

Esse fato torna-se melhor compreensível se analisarmos o significado desse processo rememorativo do ponto de vista da luta de classes. Os camponeses e as lideranças dos movimentos socioterritoriais que vivenciaram diretamente ou indiretamente o período da Guerrilha, trazem à tona as dimensões políticas da memória coletiva do campesinato, em que os valores e concepções dessa classe são expressos e fortalecidos, na luta permanente que mantém com os grandes proprietários de terra, tendo em vista os interesses antagônicos que perpassam a relação. Conforme Viana (2020, p. 196), “as classes sociais necessitam lutar cotidianamente, com maior ou menor consciência, maior ou menor organização ou autonomia, mas lutam”, e essa luta também se dá em torno da memória.

Essa luta acontece por meio da memória, ainda que através de manifestações individuais ou esporádicas, em que os acontecimentos do passado são reconstituídos como forma de contestação e subversão à memória imposta ou às tentativas de enquadramento ou silenciamento das memórias não-hegemônicas.

Essa questão, compreendida à luz das abordagens de Pollak (1989, 1992) no que diz respeito a articulação existente entre história, memória e identidade coletiva, nos possibilita compreender a importância do passado para intervenções sociais e políticas dos camponeses no presente, a forma como a memória contribui para o fortalecimento da identidade social do campesinato regional, do sentimento de pertencimento, e para a manutenção da coesão dos grupos que o constitui. A partir da concepção marxista, Viana argumenta que “as recordações de atos heroicos do passado são retomadas em momentos de lutas e combates, relembrando figuras heroicas, indivíduos, símbolos, etc. e utilizando-os a partir dos interesses atuais (2020, p. 195).

As lutas do passado compõem aspectos da identidade política do campesinato regional. A rememoração das formas de resistências do passado, espontâneas ou por meio de movimentos

sociais mais organizados, com as respectivas redes de apoio e as diferentes estratégias de lutas adotadas no decorrer da história e trajetória do campesinato constitui importante ferramenta de luta do presente.

A abordagem de Pollak (1989) sobre a importância do passado para as organizações políticas, contribui para a compreensão das narrativas das lideranças dos movimentos sociais do campo, no sentido de interpretá-las como estratégias de manutenção da imagem que constroem de si e da coletividade da qual fazem parte. Neste caso, a construção da identidade política do campesinato orienta o processo seletivo de evocação de memórias, no sentido da coerência aos discursos, representações, práticas e intervenções políticas do presente. A memória é um elemento fundamental, pois ela, assim como o mapa (mapeamento), veicula representações que explicam, justificam, mas que também cria e recria realidades, num processo conflituoso de relação entre as classes e grupos sociais na produção de conhecimentos.

[...] toda organização política, por exemplo – sindicato, partido etc. -, veicula seu próprio passado e a imagem que ela forjou para si mesma. Ela não pode mudar de direção e de imagem brutalmente a não ser sob o risco de tensões difíceis de dominar, de cisões e mesmo de seu desaparecimento, se os aderentes não puderem mais se reconhecer na nova imagem, nas novas interpretações de seu passado individual e no de sua organização. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo (POLLAK, 1989, p. 10).

Considerando a proposição de Martins (1981) de que o “passado é uma ferramenta de luta do presente”, em diálogo com a abordagem de Pollak (1989), pode-se afirmar que o passado constitui uma ferramenta de legitimação política das intervenções no presente, sendo a história e trajetória do campesinato e a memória de suas lutas, fundamental para respaldar as reivindicações contemporâneas e orientar a formação política das lideranças comprometidas com as pautas da luta no campo.

Os entrevistados demonstraram importantes aspectos do envolvimento do campesinato num conflito armado que opôs, consciente e estrategicamente, militantes do PCdoB e militares. Evidenciaram que os camponeses exerceram papel fundamental para a resistência do movimento guerrilheiro, embora não tenham participado da organização dessa forma de luta, nem tenham sido informados de que seriam parte estratégica da luta armada, idealizada e articulada pelos sujeitos que eles conheciam como “paulistas”.

Evidenciaram ainda que, nas atividades realizadas e nas relações que os “paulistas” estabeleceram na região antes da chegada dos militares, as formas de organização e produção camponesa foram valorizadas. Esse aspecto sobressai na memória porque os guerrilheiros ainda

estavam em fase de preparação para os conflitos armados quando foram surpreendidos pelas Forças Armadas, e a apreensão e valorização dos elementos da produção camponesa constituía num aspecto fundamental da tática de guerrilha rural. Nesse sentido e, a partir dos relatos de José Genoíno, podemos afirmar que os camponeses deixaram um importante legado aos guerrilheiros, que aprenderam plantar, caçar, colher, conhecer as matas, os rios, os animais, aprenderam viver uma vida simples, sem necessidade de acumulação de dinheiro e lucro, valorizando das relações sociais de vizinhança, de solidariedade.

Por outro lado, ao ativarem as memórias das ações sociais realizadas pelos “paulistas” e das relações de amizade e solidariedade estabelecidas entre eles e os camponeses, os sujeitos dessa pesquisa, as ressignificam a partir do contexto atual, em que os determinantes fundamentais são a personalidade e a mentalidade, segundo Viana (2020). Assim, a memória constitui importante instrumento para reafirmar a necessidade de organização do campesinato, pautada nos elementos de produção e reprodução que o caracteriza e que foram, sistematicamente, valorizados pelos “paulistas” em sua tentativa de efetivar um projeto revolucionário de transformação social a partir do campo. As lideranças dos movimentos socioterritoriais, principalmente, apontam aspectos da potencialidade revolucionária do campesinato que, a partir do processo de conscientização política, seria fundamental para a constituição do exército popular revolucionário, bem como a importância da agricultura de autoconsumo para a efetivação de uma vida econômica e social relativamente autônoma e ausente de relações de exploração.

Os camponeses evidenciam a relação entre as transformações ocorridas na região e os fatos vinculados à repressão militar aos guerrilheiros e ao campesinato. Esses fatos marcaram de forma diferenciada as vidas das famílias camponesas, algumas das quais foram desterritorializadas e precisaram continuar lutando pela sobrevivência em contextos e lugares diferentes.

Assim, a concepção dos sujeitos dessa pesquisa sobre o significado do envolvimento do campesinato na guerrilha, insere-se num campo em que as memórias estão em disputas, tal como discutido por Pollak (1989, 1992) e Viana (2020), em que grupos promovem todo um esforço de enquadramento da memória, bem como de “manter a coerência, a unidade e a continuidade da memória enquadrada” (POLLAK, 1992, p. 206). Os relatos perpassam a luta entre a memória oficial construída pelo Estado, a memória hegemônica construída pelos grupos dominantes e mesmo a diversidade de manifestação de memórias de sujeitos e grupos

pertencentes ao campesinato, e insere-se na dimensão dos processos históricos inerentes a questão agrária na região.

A partir da observação atenta e respeitosa do processo narrativo durante as entrevistas, nos foi possível apreender um dos aspectos fundamentais do trabalho da memória, ou seja, a capacidade dos sujeitos de reconstituírem a percepção acerca das experiências passadas, situando-as ao contexto de suas ocorrências, como também o exercício de um esforço no sentido de rearticulá-las ao presente. Esse exercício, quando apreendido também pelos narradores, causaram sensações, muitas vezes, angustiantes. Alguns, quando se deram conta, espontaneamente, usaram a expressão “nem gosto de lembrar!”. O processo reflexivo que envolve várias dimensões da vida pessoal, da coletividade, e da relação entre essas dimensões com processos históricos e sociais mais amplos, desvela aspectos que muitas vezes não são conscientes para os narradores e que muitas vezes são invisibilizados socialmente.

O processo de construção das memórias dos camponeses é perpassado por múltiplas determinações e relações de poder, bem como por esforços de seleção, sistematização, organização, reflexão, julgamentos e atribuição de significados. E é no ato da expressão que os sujeitos adquirem consciência da dimensão das experiências vivenciadas por eles e pelo grupo ou classe a qual pertencem. Os investimentos na construção histórica das memórias dos camponeses evidenciam a importância que os sujeitos atribuem à história e trajetória como elemento fundamental de conformação e sustentação de coesão e do sentimento de pertencimento; reforça uma determinada representação, visando legitimar atuação política, práticas e intervenções no momento presente a partir das territorialidades construídas.

As memórias veiculam elementos constitutivos de territorialidades, agindo sobre a delimitação das fronteiras locais e da distinção dos *outros*. Elas se expressam através das ações políticas e/ou de práticas simbólico-discursivas, dando visibilidade social às representações como espaço de contestação, de resistência, de construção de significados e de luta de classes.

A construção da memória do processo histórico de constituição e de organização do campesinato atua na criação e recriação do modo de vida camponês e contribui ativamente na produção e reconfiguração do território no qual se insere o campesinato. Dessa forma, os sujeitos dessa pesquisa nos ajudam a compreender as dinâmicas do campesinato a partir de suas experiências. Experiências essas que se entrelaçam em momentos distintos das trajetórias dos camponeses, lideranças e apoiadores dos movimentos de luta pela terra, dando sentido às experiências que são construídas coletivamente.

Por meio da análise das histórias de vida, aprofundamos a compreensão sobre as transformações territoriais e reestruturação fundiária causadas pelas políticas implementadas pelos governos do regime militar, na tentativa limpar e liberar o terreno para possibilitar o desenvolvimento econômico por meio da implantação dos grandes projetos em detrimento da efetivação da reforma agrária que beneficiasse as famílias camponesas que já estavam na região ou que para ela migraram influenciadas pela propaganda do governo sobre a colonização na Transamazônica.

As políticas autoritárias planejadas e executadas pelo Estado para o controle do processo de ocupação territorial do sudeste do Pará, bem como as formas violentas de repressão para garantir a implementação dessas políticas beneficiando os grandes proprietários e empresários rurais, correspondeu ao levante dos camponeses, como forma de reação organizada para resistir às expulsões, mas também para ocupar novas terras, propor e lutar por pautas específicas que os possibilitem permanecer na terra, num processo de resistência e enfrentamento à expansão e reprodução ampliada do capital na região.

À repressão e exclusão dos camponeses da política de reforma agrária forjou a necessidade de renovação nas formas de luta. A resistência que ocorria de forma mais espontânea, por meio das posses, passou a acontecer de forma mais organizada com a criação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais no final da década de 1970 e início da década de 1980. Essa mudança teve importância significativa da Igreja Católica, por meio das CEB's e da CPT, bem como dos partidos políticos de esquerda, e com a mediação de outros sujeitos e grupos de apoio, associações e movimentos socioterritoriais. A partir de 1990, outros movimentos com representatividade nacional se territorializam na região, dentre eles, o MST, e outras formas de organizações sociais, vinculadas às identidades territoriais, a exemplo do MIQCB, dando dimensão nacional à luta pela terra e pelo território

O reconhecimento e reafirmação da legitimidade das lutas do campesinato e seu lugar no processo histórico de transformação social tem como um dos importantes fundamentos a memória das lutas e enfrentamentos dos sujeitos e organizações, das formas de expressões e representações. A reconstituição das trajetórias de vida dos camponeses que foram envolvidas no conflito armado entre militares e guerrilheiros, expressa aspectos importantes da história do campesinato e da realidade complexa, dinâmica e em transformação em que eles estão inseridos. Esse procedimento nos permitiu refletir sobre as dimensões sociais, econômicas e culturais, considerando os aspectos da vida cotidiana dos sujeitos que, a partir das múltiplas relações sociais que estabelecem, contribuem para a constituição dessa realidade.

Os relatos nos ajudam a compreender a intensidade do impacto causado na vida de cada um, considerando o pertencimento de classe social, as experiências vivenciadas em suas trajetórias históricas, e as formas de envolvimento no conflito. Os sujeitos carregam consigo as formas de envolvimento como estigmas que os acompanham em suas trajetórias, no tempo e no território. As relações sociais atuais ainda são fortemente marcadas por sentimentos de medo, desconfiança e insegurança, como reflexos das consequências deixadas pela violência sofrida durante a repressão.

Demonstramos que o processo de rememoração por parte das lideranças dos movimentos socioterritoriais é mais amplo e mais sistematizado, evidenciando as questões históricas e políticas de forma mais articulada. Expressa a consciência de classe dos sujeitos que exteriorizam a memória coletiva articulando as dinâmicas socioterritoriais do campesinato à ocorrência da preparação do movimento guerrilheiro e à repressão militar que sobre ele se abateu, bem como aos desdobramentos e repercussões. A memória coletiva, dessa forma, expressa o sentido atribuído ao passado e sua importância para as lutas do presente.

Os relatos demonstram a importância da continuidade da resistência organizada pela posse e permanência na terra em uma região que concentra o maior número de conflitos no campo, por meio de articulações com outros movimentos sociais que lutam contra a desigualdade, a violência, a exclusão social. Convergem para a defesa de um projeto popular de desenvolvimento nacional, em que a luta pela reforma agrária efetivamente popular insere-se num projeto maior de transformação social. Nesse, precisa-se unificar as lutas, promover alianças entre os setores das classes sociais que se defrontam com as classes dominantes e com o Estado, tanto no campo como na cidade, no sentido de vislumbrar a luta mais ampla pela democracia e pelos direitos da classe trabalhadora, com ênfase na necessidade de superação da questão agrária, sendo esta uma das expressões das contradições do capital, como apontado por Martins (1981).

Nessa perspectiva, a memória coletiva conecta os processos de lutas atuais aos processos históricos de luta e resistência à expansão do capital na região, o qual faz parte de um projeto desenvolvimentista que impõe uma lógica de ocupação, uso e domínio do território, dos recursos e dos sujeitos. A reconstituição da memória das formas de lutas do passado adquire importância política para as organizações atuais, pois evidenciam a determinação de sujeitos que deram suas vidas pela causa social num contexto muito mais adverso do que o atual e que tiveram de radicalizar a resistência. Lançam luz sobre os dilemas, as superações, as conquistas,

as inovações de estratégias de luta, entre vários outros aspectos, que possibilitam aprendizagens aos militantes dos movimentos socioterritoriais atuais.

No âmbito da memória coletiva essas articulações trazem o sentido de que as diferentes formas de luta do passado, as diversas formas de enfrentamento à violência do Estado, ao capital e ao latifúndio, ajudaram aos sujeitos estarem até os dias atuais no campo. Resgata os processos de resistência na luta pela posse e permanência na terra, os propósitos dos guerrilheiros, a luta dos posseiros, dos sujeitos, grupos e entidades de mediação, as inovações do MST, as formas de lutas das comunidades tradicionais, entre várias outras, reforçando a necessidade de continuidade da luta.

Retomamos as proposições de Martins (1980, p. 133) de que o passado é uma arma de luta do presente e de que “a guerrilha da palavra é um instrumento legítimo na luta pelo direito de falar e ouvir”, para reafirmarmos que as histórias de vida aqui analisadas resgatam os aspectos, principalmente, da experiência de vida pessoal, tendo como determinante fundamental a personalidade e a mentalidade, mas também perpassa a rememoração dos fatos e acontecimentos da memória coletiva do campesinato e da memória social. Assim como o mapa, a memória explica e comunica, mas também reconstitui e constrói a realidade social, num processo seletivo, reflexivo e dinâmico. Assim, a cartografia de memórias, possibilita ampliar a possibilidade de compreensão do campesinato e suas dinâmicas socioterritoriais a partir dos sujeitos que o constitui histórica e socialmente.

Ao evidenciarem que o processo de territorialização da luta pela terra no sudeste Paraense tornou-se mais expressivo a partir do final de 1980, vinculando-a aos desdobramentos da repressão militar à organização guerrilheira, as narrativas demonstram a importância política dessa luta para a recriação do campesinato e o seu lugar no processo histórico de transformação social. Essa transformação pressupõe a superação da violência do Estado e do capital e a solução dos processos de exploração e expropriação inerentes à forma contraditória de produção e reprodução do capital, o que requer a uma luta constante e em aliança com os diversos setores do campesinato e com a classe trabalhadora. É nessa perspectiva que interpretamos o significado da memória do campesinato à luz da reflexão de Martins (1981), compreendendo o passado como “uma ferramenta de luta do presente”. O resgate das formas de lutas do passado, dos sujeitos envolvidos, fortalece a identidade política do campesinato e evidencia sua existência e seus feitos ao longo da história, a luta de classes por ele travada ao longo do tempo.

A cartografia de memórias aqui desenvolvida visa contribuir com os estudos sobre importantes acontecimentos políticos contemporâneos protagonizados pelo campesinato que,

conforme demonstrado por Martins, são muitos na sociedade brasileira, porém são pouco expressivos na historiografia por serem invisibilizados. De acordo com Martins (1981, p. 26), “A história brasileira, mesmo aquela cultivada por alguns setores de esquerda, é uma história urbana – uma história dos que mandam e, particularmente, uma história dos que participam do pacto político”. Poucos estudos reconstituem a história das lutas camponesas, pois, afirma o autor: “A história do Brasil é a história das suas classes dominantes, é uma história de senhores e generais, não é uma história de trabalhadores e de rebeldes” (MARTINS, 1981, p. 26).

A luta pela terra e pela reforma agrária se dá também no âmbito da memória, em que se digladiam construções enunciativas e discursivas, sobretudo, as visões a respeito da Amazônia e do campesinato. Nesse sentido, a constituição da memória coletiva do campesinato se dá em meio a luta em torno da memória social da questão agrária no Brasil e, sobretudo, na Amazônia.

REFERÊNCIAS

AFONSO, José Batista Gonçalves. **O Massacre de Eldorado dos Carajás e a Luta do Movimento Camponês pela Terra no Sul e Sudeste do Pará**. Dissertação de Mestrado em Dinâmicas Territoriais e Sociedade na Amazônia, PDTSA/UNIFESSPA. *Mimeo*. 174 f, 2016.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

ALMEIDA, A. W. B. de. Amazônia: a dimensão política dos “conhecimentos tradicionais”. In: ACSELRAD, H. **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Boll, 2004.

_____. **Antropologia dos Archivos da Amazônia**. Rio de Janeiro: Casa 8 / Fundação Universidade do Amazonas, 2008.

BAKHTIN, Mikhail (Volochinov). **Marxismo e filosofia da linguagem**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

BERTIN, Jacques. Ver ou ler. Trad. Margarida M. de Andrade. **Seleção de textos (AGB)**, São Paulo, (18): 45-62, maio, 1988.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

BORD, Jean-Paul. Graphique. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et l'espace des sociétés**. Tradução de trabalho de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Tadeu Oliva. Paris: Belin, p. 428-429, 2003.

BORD, Jean-Paul, **Le géographe et la carte**: point de vue et questionnement de la part d'un géographe-cartographe, *Cybergeo*, nº17, 20 de março de 1997.

BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume I**. Brasília: CNV, 2014a.

_____. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: Volume II**. Brasília: CNV, 2014b.

CAMPOS FILHO, Romualdo Pessoa. **Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita/FMG, 2003.

_____. **Guerrilha do Araguaia, a esquerda em armas**. São Paulo: Editora Anita/FMG, 2012.

_____. **ARAGUAIA - Depois da Guerrilha uma outra guerra: A Luta pela terra no Sul do Pará, impregnada pela Ideologia da Segurança Nacional (1975-2000)**. 2013. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

CARNEIRO, Ana & CIOCCARI, Marta. Raimundo Ferreira Lima, o Gringo. In: _____. **Retrato da repressão política no campo – Brasil 1962-1985: Camponeses torturados, mortos e desaparecidos**. Brasília: MDA, 2010, p. 253-257.

CHAVES, Patrícia Rocha. **Rebeldia e barbárie: conflitos socioterritoriais na região do Bico do Papagaio**. 2015. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

CLAUZEWITZ, Carl Von. **Da guerra**. São Paulo: Martins Fontes, 1979.

CRUZ, V. C. Territórios, identidades e lutas sociais na Amazônia. In: ARAÚJO, F.G; HAESBAERT, R. **Identidades e territórios: Questões e Olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: ACCESS, 2007.

DEMO, Pedro. **Pesquisa princípio científico e educativo**. 12ª ed. São Paulo: Cortez, 2006.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **História oral: memória, tempo, identidades**, Belo Horizonte, s/n, 2006.

DELEUZE, Gilles; PARNET, Claire. **Diálogos**. São Paulo: Escuta, 1998.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. 34, v.1, 1995.

EMMI, Marília Ferreira. **A oligarquia do Tocantins e domínio dos castanhais**. Belém, GEU, 1988.

FEARNSIDE, Philip Martin. Environmental policy in Brazilian Amazonia: Lessons from recent history. **Novos Cadernos NAEA**, [S.l.], v. 19, n. 1, jun. 2016. ISSN 2179-7536. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/1379>>.. doi:<http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v19i1.1379>.

FERNANDES, Bernardo Mançano. Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais. **Observatório Social de América Latina**. v. 16, pp. 273-284. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Contribuição ao estudo do campesinato brasileiro: Formação e territorialização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST (1979-1999)**. 1999. 316 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Questão agrária: conflitualidade e desenvolvimento territorial: In: **Luta pela Terra, Reforma Agrária e Gestão de conflitos no Brasil**. Antônio Márcio Buainain (Editor). Editora da Unicamp, 2007.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **A justiça do lobo: posseiros e padres do Araguaia**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1986.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. São Paulo: Ática, 1987.

GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

HAESBAERT, Rogério; BRUCE, Glauco. “A desterritorialização na obra de Deleuze e Guattari”. **Geographia**, Niterói, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, ano IV, n. 7, p. 7-31, 2002. Publicação eletrônica. Disponível em: <<http://www.uff.br/geographia/ojs/index.php/geographia/article/viewFile/74/72>>. Acesso em: 20 jan. 2017.

HAESBAERT, Rogério. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. **Anais do 5º Congresso Brasileiro de Geógrafos**. Curitiba: AGB, p. 206-214, 1994.

HAESBAERT, R. “**Gaúchos no Nordeste**” **Modernidade, Des-territorialização e Identidade**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Departamento de Geografia. USP, 1995.

_____. **Des-territorialização e identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EdUFF, 1997.

HARLEY, John Brian. A nova história da cartografia. **O Correio da UNESCO**, v.19, n. 8, pp.4-9, 1991.

_____. Deconstructing the map. **Cartographica**, v.26, n.2, pp.1-20, 1989.

_____. “Textos y contextos en la interpretación de los primeiros mapas”. In: **La Nueva Naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la história de la cartografia**. México: Fondo de Cultura Económica, p. 59-78 2005.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEBETTE, Jean. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia**. Vol. I; Belém: EDUFPA, 2004a.

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. II; Belém: EDUFPA, 2004b.

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. III; Belém: EDUFPA, 2004c.

_____. **Cruzando a fronteira: 30 anos de estudo do campesinato na Amazônia.** Vol. IV; Belém: EDUFPA, 2004d.

_____. A luta sindical em resposta às agressões dos grandes projetos. In: _____ (Org.) **O cerco está se fechando.** Rio de Janeiro: Vozes, p. 54-77, 1991.

IANNI, Octavio. **A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia.** Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. **Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia.** Vozes, 1979.

_____. **Origens agrárias do estado brasileiro.** Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.

JIMÉNEZ, José Vargas. **Bacaba: memórias de um guerrilheiro de Selva da Guerrilha do Araguaia.** Campo Grande: Edição do autor, 2007.

_____. **Bacaba II: toda a verdade sobre a Guerrilha do Araguaia e a Revolução de 1964.** Campo Grande, 2011.

KASTRUP, Virginia; BARROS, Regina Benevides de. Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: Pesquisa - intervenção e produção de subjetividade.** Porto alegre: Sulina, p. 76-91, 2009.

KOTSCHO, Ricardo. **O massacre dos posseiros – Conflitos de terras no Araguaia-Tocantins.** São Paul: Brasiliense, 1981.

LE BILLON, Philippe. **The political ecology of war: natural resources and armed conflicts.** *Political Geography.* V. 20, pp. 561–584, 2001.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução de Bernardo Leilão. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **Amazônia: história e análise de problemas (do período da borracha aos dias atuais).** Belém: Distribel, 2002.

LUSSAULT, Michel. Image. In: LÉVY, Jacques; LUSSAULT, Michel (Org.). **Dictionnaire de la Géographie et de l'espace des sociétés.** Paris: Belin. Tradução de trabalho de Fernanda Padovesi Fonseca e Jaime Tadeu Oliva. p. 485-489, 2003.

MARCOS, Valéria de. Solidariedade que tece redes: as estratégias de reprodução e recriação camponesa nos assentamentos do alto sertão paraibano (CC Território e campesinato):

referenciais para uma análise geográfica). **Anais do XIV Encontro Nacional de Geógrafos**, Rio Branco-AC, UFAC, jul/2007.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação e violência: a questão política no campo**. São Paulo: Hucitec, 1980.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil** – As lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Ed. Vozes, 1981.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil: terra e poder, o problema da terra na crise política**. Ed Vozes: Petrópolis, 1985.

_____. **Caminhada no chão da noite: Emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo**. Editora Hucitec. São Paulo, 1989;

_____. **A chegada do estranho**. Ed. Hucitec, São Paulo, 1993.

_____. **Fronteira** - A degradação do outro nos confins do humano. Contexto: São Paulo, 2018.

MARX, Karl e ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. Trad. José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: HUCITEC, 1989.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. Porto Alegre: L & PM, 2011.

MARX, Karl. **O Capital**. Vol. 1, 2ª edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

_____. **O capital: crítica da economia política**. Vol. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia**. São Paulo, Annablume, 2006.

MECHI, Patrícia Sposito. **Os Protagonistas do Araguaia: trajetórias, representações e práticas de camponeses, militantes e militares na guerrilha (1972-1974)**. 2012. 401 f. Tese (Doutorado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. e HOLANDA, Fabíola. **História oral: como fazer, como pensar**, 2ª edição, São Paulo, Contexto, 2013.

MEIHY, José Carlos Sebe. **MANUAL DE HISTÓRIA ORAL**. São Paulo: Loyola, 2006.

MIRANDA, Elis de Araújo. **Espaço e tempo vividos por Manu: memórias e percepções sobre as transformações sócio-espaciais e políticas do Sudeste do Pará**. 2001. 163 f. (Dissertação Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento – PLADES, do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos do Pará) — Universidade Federal do Pará, Belém, 2001.

MIRANDA, Rogério Rego. **(Contra)hegemonia e território do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no sudeste paraense**. 2017. 380 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: Os Arquivos secretos da Guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2005.

MOURA, Clóvis. **Diário da Guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

MOURA E SOUZA, Aluísio Madruga de. **Guerrilha do Araguaia – revanchismo: a grande verdade**. Edição do Autor: Brasília, 2002.

NASCIMENTO, Durbens Martins. **A guerrilha do Araguaia: paulistas e militares na Amazônia**. 2000. 199 f. Dissertação (Mestrado Internacional em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2000.

NOSSA, Leonencio. **Mata! O Major Curió e as Guerrilhas no Araguaia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Integrar para não entregar: políticas públicas e Amazônia**. Campinas, SP: Papyrus, 1988.

_____. Questões teóricas sobre a agricultura camponesa. In: **A agricultura camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, p. 45-72, 1991.

_____. **Monopólio, expropriação e conflitos**. 5 ed: Campinas, SP. Papyrus, 1995.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro. Movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Estudos Avançados** v.15 nº 43. São Paulo: IEA/USP, 2001.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: **AGB**. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: OLIVEIRA, A. U. de e MARQUES, M. M. I (org). **O campo no século XXI**. São Paulo: Casa Amarela/Paz e Terra, p. 29-70, 2004.

_____. Agricultura brasileira transformações recentes. In: ROSS, J. L. S. (org). **Geografia do Brasil**. 5ª. ed. rev. ampl. São Paulo: EDUSP, Educando, p. 465-534. 2005.

_____. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. 1ª. ed., São Paulo: FFLCH/Labur Edições, 2007.

_____. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. *Revista Terra Livre*. São Paulo: **AGB**. Ano 19, v. 21, n. 21, p. 113-156. Jul/dez 2003.

OLIVEIRA, Cledeneuza Maria Bizerra. **Sou filha de quebradeira de coco**. Rio de Janeiro: Casa 8, 2017.

PEIXOTO, Rodrigo Corrêa Diniz. Memória social da Guerrilha do Araguaia e da guerra que veio depois. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, v. 6, n. 3, p. 479-499, set.-dez. 2011.

PEREIRA, Airton dos Reis. **Do posseiro ao sem-terra: A luta pela terra no sul e sudeste do Pará**. Recife: Editora UFPE, 2015.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Revista de estudos Históricos**, Vol. 2, n. 3, Rio de Janeiro, 1989.

_____. Memória e identidade social. **Revista de estudos Históricos**, Vol. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992.

PORTELA, Fernando. **Guerra de Guerrilhas no Brasil**. São Paulo: Global, 1986.

PORTELLI, Alessandro. O Massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana: 29 de junho de 1944): Mito, Política, Luto e Senso Comum. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e Abusos da História Oral**. 2ª edição, Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

POMPE, Carlos. (preparação e revisão). **Guerrilha do Araguaia – Documentos inéditos do PC do B**. São Paulo: Anita Garibaldi, 1996.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia: encruzilhada civilizatória – tensões territoriais em curso**. 1 Ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.

_____. **Amazônia, Amazônia**. São Paulo: Contexto, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

REIS, Naurinete Fernandes Inácio. **Memória social e Guerrilha do Araguaia**. Dissertação (Mestrado em Sociologia). 2013. 172 f.— Universidade Federal de Goiás, Goiânia. 2013.

RIBEIRO, Wagner Costa. **A ordem ambiental internacional**. São Paulo: Contexto, Cap.1, pp. 17-38, 2005.

ROSAS, Fernando. Seis teses sobre memória e hegemonia, ou o retorno da política. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Londrina, v. 1, n. 1, p. 84-87, 2009.

SADER, Regina. **Espaço e luta no Bico do Papagaio**. Tese de doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 1987.

SADER, Regina. Lutas e imaginário camponês. **Tempo Social; Rev. Sociol. USP**, S. Paulo, 2(1): 115-125 1. sem. 1990.

SALES, Jean Rodrigues. **Entre o fechamento e a abertura: a trajetória do PC do B da guerrilha do Araguaia à Nova República (1974-1985)**. História, v. 26, n. 2, p. 340-365, São Paulo, 2007.

_____. **PC do B conta a sua história: tradição, memória e identidade política.** Diálogos, DHI/UEM, v. 6. p. 155-171, 2002.

SANTOS, Myrian Sepúlveda. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo, Annablume, 2003.

SANTOS, Boaventura de Souza. O Norte, o Sul e a utopia. IN SANTOS, Boaventura. **Pela mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade,** São Paulo: Cortez, pp. 281-348, 1995.

SILVA, Wellington Sampaio da. **A Guerra Silenciada: memória histórica dos moradores do Bico do Papagaio sobre a Guerrilha do Araguaia.** 2008. 146 f., II. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

SHANIN, Teodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **REVISTA NERA** - ISSN 1806-6755, Ano 8, nº 7, julho/dezembro de 2005.

_____. Lições Camponesas. In: PAULINO, E. T. e FABRINI, J. E. (org). **Campesinato: Territórios em disputa.** São Paulo: Expressão Popular, p. 23-47, 2008.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. **Colonos do Vinho.** São Paulo: Hucitec, 1978.

STUDART, Hugo. **A Lei da Selva: estratégias, imaginário e discurso dos militares sobre a Guerrilha do Araguaia.** São Paulo: Geração Editorial, 2006.

TSÉ-TUNG, Mao. **Escritos militares.** Goiânia: Libertação, 1981.

VIANA, Nildo. Memória e sociedade: uma breve discussão teórica sobre memória social. **Espaço Plural** - Ano VI - Nº 14 - 1º Semestre de 2006 — Versão eletrônica disponível na internet: www.unioeste.br/saber, 2006.

_____. Acumulação Capitalista e Golpe de 1964. **Revista História & Luta de Classes,** Rio de Janeiro, v. 01, n. 01, p. 19-27, 2005.

_____. **Senso comum, representações sociais e representações cotidianas.** Bauru, São Paulo: Edusc, 2008.

_____. Marx e o modo de produção camponês. In: SILVA, J. S. da; PEIXOTO, M. A.; VIANA, Nildo (org.); FERNANDES, O. B.; RODRIGUES, U. B. **Temas de Sociologia Rural.** Pará de Minas, MG: Virtualbooks, 2009.

_____. **Memória e Sociedade: A luta em torno da rememoração.** Goiânia, GO: Edições Enfrentamento, 2020.